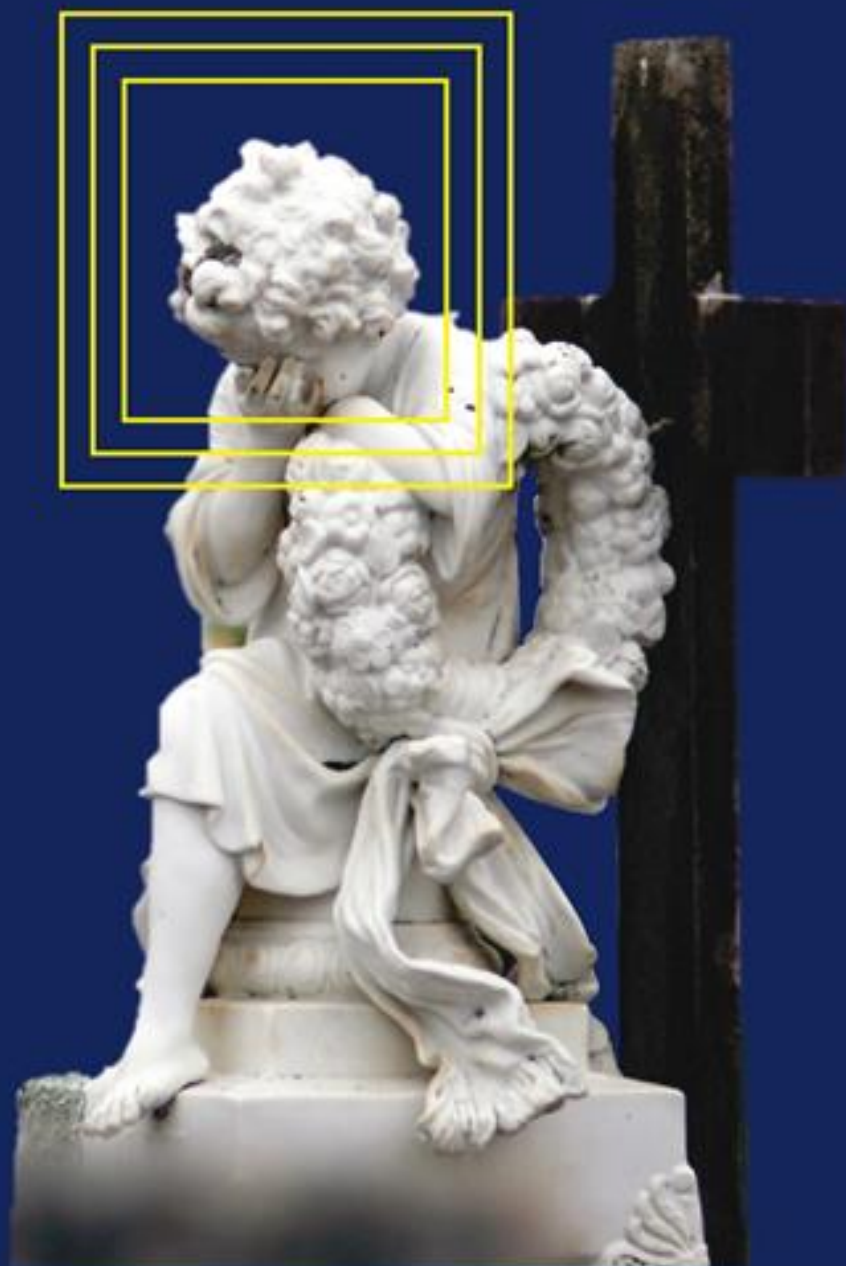


Cemitérios: gestão, culturas e religiosidades



**Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais
Centro Histórico-Cultural Santa Casa**

CEMITÉRIOS: GESTÃO, CULTURAS E RELIGIOSIDADES

**Elisiana Trilha Castro
Alcineia Rodrigues dos Santos
Paulo Renato Tot Pinto
Juliana Mohr dos Santos
Véra Lucia Maciel Barroso**

Organizadores

**Porto Alegre
ISCMPA
2020**



Lei de Incentivo à
CULTURA

Apoio:



REVISTA M.
ESTUDOS SOBRE A MORTE,
OS MORTOS E O MORRER

Parceria:



Patrocínio Master



Patrocínio



FLORENSE



Realização



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



© Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais – ABEC
e Centro Histórico-Cultural Santa Casa

Editoração e revisão

Cibele dos Santos de Freitas Estlin
Juliana Mohr dos Santos
Véra Lucia Maciel Barroso

Identidade Visual

Samuel Campos Vaz

Imagens

Arquivo Central do CHC e autores

Conselho Editorial

Alcineia Rodrigues dos Santos
Fabiana Comerlato
Jamille Barbosa Coelho
Maria Elizia Borges
Maristela Carneiro
Samuel Campos Vaz
Paulo Renato Tot Pinto
Véra Lucia Maciel Barroso
Viviane Comunale

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C394 Cemitérios : gestão, culturas e religiosidades [recurso eletrônico] /
Organizadores, Elisiana Trilha Castro ... [et al.] – Porto Alegre :
ISCOMPA, 2019.
692 p.

ISBN: 978-85-89782-19-7

1. Cemitérios. 2. Patrimônio cultural. 3. Morte. I. Castro, Elisiana Trilha. II. Santos, Alcineia Rodrigues dos. III. Pinto, Paulo Renato Tot. IV. Santos, Juliana Mohr dos. V. Barroso, Véra Lucia Maciel. VI. Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais. VII Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre. VIII. Título.

CDU 930.85:614.61

Bibliotecária: Lidiane Marques Gomes
CRB-10/2257

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
MORTE E SOCIEDADE	
CONCEITO, ESTRUTURA E OBJETO DO DIREITO FUNERÁRIO	12
Justino Adriano Farias da Silva	
UM SÉCULO DE LEI E MORTE NA BAHIA – UM PANORAMA DAS POSTURAS ÀS LEIS MUNICIPAIS SOBRE AS PRÁTICAS CEMITERIAIS EM SALVADOR DA BAHIA (1828-1937)	28
Ernesto Regino Xavier de Carvalho	
ESPAÇOS DE CEMITÉRIO E A CIDADE DE SÃO PAULO/SP	41
Felipe Fuchs	
PORTO ALEGRE, 1850: A CRIAÇÃO DO CEMITÉRIO DAMISERICÓRDIA, E A DECADÊNCIA DAS IRMANDADES RELIGIOSAS TRADICIONAIS	55
Pedro von Mengden Meirelles	
ARQUEOLOGIA X HISTÓRIA: SEPULTAMENTOS HUMANOS DO SÍTIO DO PILAR	68
Pollyana Calado de Freitas Ana Catarina Peregrino Torres Ramos	
OSSOS DO OFÍCIO: ESCAVANDO O ANTIGO CEMITÉRIO DA IGREJA MATRIZ DE PORTO ALEGRE/RS	86
Angela Maria Cappelletti	
UM ESTUDO SOB O VIÉS DA ARQUEOLOGIA DA IMAGEM NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE CRUZ ALT A/RS	99
Thaissa de Castro Almeida Caino	
SOBRE A MORTE E O MORRER	
CEMITÉRIO SÃO LUÍS: ESPAÇO DA CIDADE ONDE VIDA E MORTE CONVERGEM	111
Priscila Silva Queiroz Cevada José Guilherme Cantor Magnani	
NÃO DEVEMOS TEMER NEM A MORTE NEM O FOGO: UMA ETNOGRAFIA DO CREMATÓRIO DA VILA ALPINA	119
Hegle Mariano Silva Pereira José Guilherme Cantor Magnani	
MEMÓRIA E CINZAS: SEMELHANÇAS E DISSONÂNCIAS ENTRE DOIS CREMATÓRIOS PAULISTAS	126
Aline Silva Santos	
MEMÓRIAS, MORTE E ESQUECIMENTO	
O QUE NÃO É VISTO E REGISTRADO É ESQUECIDO E MORRE: O CASO DO CÉSIO-137 EM GOIÂNIA/GO	137
Ana Laura Carvalho Nunes César Bastos de Mattos Vieira	

**MORRER NA GUERRA: A EMERGÊNCIA DA SEPULTURA
PARA OS MORTOS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895)..... 145**
Adriane Piovezan

**A MORTE SILENCIOSA. UM ESTUDO SOBRE A ARQUITETURA FUNERÁRIA
DAS RELIGIOES DE MATRIZES AFRICANAS NOS CEMITERIOS
DE FEIRA DE SANTANA/BA 156**
Cora Levin
Antônio Wilson Silva de Souza

**OS TÚMULOS DAS VÍTIMAS DO ACIDENTE CÉSIO-137
EM GOIÂNIA, DEPOIS DE 32 ANOS 168**
Ludimília Justino de Melo Vaz

**O CEMITÉRIO SÃO MIGUEL NA CIDADE DE GOIÁS: VISUALIZAÇÃO
DE UMA PAISAGEM ESQUECIDA 178**
Juliana Luiz Carioca Fonseca

**“LEMBRE DE MIM”: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE
O DIA DE FINADOS NO CEMITÉRIO DO VARADOURO EM JOÃO PESSOA/PB 185**
Weverson Bezerra Silva

ENTERRAMENTO NA ROÇA: TÚMULOS E CAPELAS À BEIRA DA ESTRADA..... 199
Glayce Rocha Santos Coimbra
Maria Elizia Borges

MORTOS, RITOSE MILAGREIROS

**ARTE VITRAL *IN MEMORIAM*: UM ESTUDO SOBRE O NOSSO SENHOR
DOS PASSOS DE JUDITH FORTES (1896-1964) 212**
Laila Funck Batista
Paulo César Ribeiro Gomes

**“CONFORTO PARA QUEM SOFFRE” NAS PÁGINAS DE UM JORNAL
PORTO-ALEGRENSE..... 221**
Sílvia Medianeira Rosa Dumke
Fernanda Kieling Pedrazzi

**MORTE À VISTA! RITOS FUNERÁRIOS DE BALEEIROS AMERICANOS
NO SÉCULO XIX..... 232**
Fabiana Comerlato

A COBERTA D’ALMA: COSTUME DE TRADIÇÃO AÇORIANA..... 246
Marina Raymundo da Silva

**DEVOÇÕES CEMITERIAIS NO INTERIOR DO CEARÁ: ENTRE
A ACEITAÇÃO E A REPROVAÇÃO SOCIAL 254**
Michelle Ferreira Maia

**“PEDI, REZEI E FUI ATENDIDO”: A FÉ NAS GRAÇAS
DE MARIAZINHA PENNA EM SANTA MARIA/RS 260**
Marcelo Gabriel Ercolani
Fernanda Kieling Pedrazzi

SOBRE CEMITÉRIOS

COMPOSIÇÃO DOS CEMITÉRIOS RURAIS NA LOCALIDADE WARNOW – INDAIAL/SC	275
Gabriela Martins	

A ESPACIALIZAÇÃO DA MORTE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: O CASO DO CEMITÉRIO DO CATUMBI/RJ	283
Olga Maíra Figueiredo	

CONTEXTO HISTÓRICO E ORIGENS DO CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ	290
Márcia Maria da Silva Costa Carneiro Claudia Rodrigues	

“URUBUSERVANDO” O VILA FORMOSA: CEMITÉRIO DE QUEBRADA E O FAZER-PERIFERIA	302
Fabiano Ramos Torres José Guilherme Cantor Magnani	

CREMATÓRIO DA VILA ALPINA: MANIFESTAÇÕES DE LAZER DENTRO E NO ENTORNO DE ESPAÇOS DE MORTE	313
Jacia Kanarski Braz da Silva José Guilherme Cantor Magnani	

CEMITÉRIOS: TIPOLOGIAS E TÉCNICAS

CEMITÉRIO DA COLÔNIA JUDAICA PHILIPPSON/RS	319
Ieda Gutfreind	

ENTRE O LAR E O JAZIGO: UMA ETNOGRAFIA DO CEMITÉRIO DO ARAÇÁ/SP	331
Jade Gonçalves Roque José Guilherme Cantor Magnani	

OS MARMORISTAS ITALIANOS EM PORTO ALEGRE A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DE LEONE DOMENICO LONARDI E SUAS REDES DE RELACIONAMENTO (1865-1961)	340
Regina Zimmermann Guilherme	

ARTE FUNERÁRIA E A GALVANOPLASTIA: HISTÓRIA-PRESENTE E FUTURO	350
Lucas Viegas Alexia Oberdieck Jane Zoppas Ferreira	

SIMBOLOGIAS CEMITERIAIS

SÍMBOLO ENVENENADO: UMA SUÁSTICA NO CEMITÉRIO SÃO MIGUEL DA CIDADE DE GOIÁS/GO (1936)	365
Frederico Tadeu Gondim Maria Elizia Borges	

**ARTE E SIGNIFICAÇÃO: EMBRECHADOS EM ESPAÇOS CEMITERIAIS
NA BAHIA** 378
Cidália de Jesus Ferreira dos Santos Neta

**NOBREZA NO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE PORTO ALEGRE/RS** 390
Harry Rodrigues Bellomo
Daniel Teixeira Meirelles Leite (*In Memoriam*)
Regina Zimmermann Guilherme

**IMIGRANTES ITALIANOS NO CEMITÉRIO DA SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS** 401
Esigelda Brum Charão

**MAUSOLÉU OTÁVIO ROCHA NO CEMITÉRIO DA SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE** 417
Vanessi Reis

INVENTÁRIOS E GESTÃO CEMITERIAL

ARQUITETURA CEMITERIAL: PROPOSTA PARA FICHA DE INVENTÁRIO 439
Anderson Pires Aires
Jamila Lima Macedo

**PROCESSO DE INVENTÁRIO DA PARTE HISTÓRICA DO CEMITÉRIO
DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BANANAL/SP** 457
Viviane Comunale

**CEMITÉRIO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE PORTO ALEGRE/RS: INVENTARIAR PARA BEM USAR** 466
Julia Massucheti Tomasi
Juliana Mohr dos Santos

**CEMITÉRIOS DO ESTADO DE GOIÁS: UM LEVANTAMENTO
A SER PONDERADO** 483
Maria Elizia Borges

**ESPAÇOS DA MORTE NO DISTRITO FEDERAL (2008-2018):
UM ESTUDO COMPARATIVO** 497
Leonardo Oliveira Silva

**DIAGNÓSTICO DA OCUPAÇÃO E ESTIMATIVA DA VIDA ÚTIL
DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS/SC** 527
Taiana Monfroi
Elfride Anrain Lindner

**GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS, APLICADA À PREVENÇÃO DO ESGOTAMENTO
DO ESPAÇO CEMITERIAL** 543
Elaine Moraes Bargiela Seguezzi

**CELICEM-RJ: CENTRO DE LIVROS CEMITERIAIS DO MUNICÍPIO
DO RIO DE JANEIRO/RJ** 562
Helena Filomena Ferrão Sampaio
Jéssica Pereira Vaz

PATRIMÔNIO CULTURAL FUNERÁRIO E TURISMO CEMITERIAL

CEMITÉRIO E MUSEUS: CAMINHOS PARA UMA TEORIA INTERDISCIPLINAR	573
Amanda Carlotti dos Santos	
REFLEXÕES ACERCA DOS CEMITÉRIOS-MUSEU: O CASO DO CEMENTERIO MUSEO SAN PEDRO DE MEDELLÍN	586
Anna Julia Borges Serafim Elisiana Trilha Castro	
TURISMO CEMITERIAL: UMA PROPOSTA PARA O CEMITÉRIO ECUMÊNICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS	600
Ana Lúcia Machado Lopes Fernanda Kieling Pedrazzi	
QUANDO OS MORTOS SE TORNAM ATRAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS VISITAS GUIADAS AO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE PAULA EM CURITIBA/PR	620
Clarissa Grassi	
PROJETO CULTURAL SARAU NOTURNO: PROPORCIONANDO A FORMAÇÃO PATRIMONIAL SOB O OLHAR DA ARTE CEMITERIAL	628
Clarisse Ismério	
AD PERPETUAM REI MEMORIAM: MEMÓRIAS, IDENTIDADES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CEMITÉRIO VERA CRUZ (PASSO FUNDO/RS)	638
Djiovan Vinícius Carvalho Alex Antônio Vanin	
CEMITÉRIO DO BONFIM: ARTE, CULTURA, MEMÓRIA E HISTÓRIA – ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	652
Marcelina das Graças de Almeida	
“OS VIVOS SÃO SEMPRE E CADA VEZ MAIS GOVERNADOS PELOS MORTOS”: FAZENDO DO CEMITÉRIO UMA FERRAMENTA DE ESTUDOS PARA O ENSINO MÉDIO	659
João Mauricio Martins Prietsch	
O PATRIMÔNIO CEMITERIAL NA UNIVERSIDADE: AÇÕES NO MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFSM/RS	665
Fernanda Kieling Pedrazzi	
A INTERIORIZAÇÃO DA PESQUISA CEMITERIAL NO RIO GRANDE DO SUL: “OS CEMITERIAIS” DO PROF. BELLOMO NO QUADRANTE PATRULHENSE (1995-2015)	677
Vera Lucia Maciel Barroso	

APRESENTAÇÃO

A Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), fundada em 2004, comemorou 15 anos em 2019 durante o seu IX Encontro Nacional. O evento, ocorrido no Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre, contou com a presença de pesquisadores de diferentes regiões do Brasil que compartilharam, entre os dias 24 e 27 de julho, seus estudos sobre os cemitérios e a morte, por meio de diferentes abordagens. Estiveram presentes investigadores cemiteriais oriundos de 17 estados brasileiros, mostrando a largueza geográfica da ABEC no cenário brasileiro. São eles: Acre, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.

O e-book, ora apresentado, reúne os 55 artigos enviados pelos pesquisadores, resultando em obra significativa para a historiografia da temática cemiterial e da morte. A exuberância desta publicação por ser vislumbrada por sua dimensão e qualidade dos textos.

A partir do tema geral do evento “Cemitérios: gestão, culturas e religiosidades” os trabalhos trouxeram reflexões diversas sobre ritos, milagreiros, simbologias cemiteriais, patrimônio cultural funerário, turismo cemiterial, a morte e o morrer, gestão cemiterial, fotografia, cemitérios e museus, morte e esquecimento, tipologias e técnicas construtivas, crematórios, cemitérios rurais, dentre outros.

Foram dias de intensas trocas e debates que demonstraram o fortalecimento do tema nas últimas duas décadas no Brasil, movimento no qual a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC) teve participação ativa, organizando eventos, reunindo pesquisadores e promovendo a divulgação da temática dos cemitérios e da morte em âmbito nacional e internacional.

Percebe-se que os cemitérios, como lócus primordial das reflexões sobre a morte e o morrer, têm se apresentado cada vez mais como objeto de pesquisa e de interlocuções para diferentes áreas do conhecimento, descortinando um universo de possíveis interpelações não somente sobre o homem e o fim de sua trajetória, mas acerca da sociedade e sua formação.

Desde o clássico de Clarival do Prado Valladares, *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros* (1972), seguido pelos estudos dos idealizadores da ABEC, Maria Elizia Borges, Harry Rodrigues Bellomo e Eduardo Coelho Morgado Rezende, as pesquisas cemiteriais

continuam com novos e vigorosos conteúdos, confirmando que há muito ainda por divisar neste lugar que reúne história, memórias, cultura, arte, ritos, signos e arquitetura.

A presente obra comemora os 15 anos da ABEC, e apresenta um pouco das pesquisas contemporâneas sobre os cemitérios em nosso país. Espera-se que a publicação contribua para que novas perguntas sejam feitas para esta fonte farta que são os cemitérios e o desenlace da vida.

Viva a ABEC! E que ela siga reunindo apaixonados dedicados ao tema cemiterial, pois nossas necrópoles, em todas as suas formas e tamanhos, são elementos fundamentais para a compreensão da nossa sociedade que nela registra a sua formação e fortalece as suas identidades.

*Elisiana Trilha Castro
Véra Lucia Maciel Barroso
Juliana Mohr dos Santos
Paulo Renato Tot Pinto
Alcineia Rodrigues dos Santos*

Organizadores

MORTE E SOCIEDADE

CONCEITO, ESTRUTURA E OBJETO DO DIREITO FUNERÁRIO

Justino Adriano Farias da Silva¹

Introdução

Nas últimas décadas tem havido uma preocupação acentuada pelo estudo do *corpo humano*. Além das obras referidas em nosso *Tratado de direito funerário* (2000), surgiram depois, obras de História (v. g., RODRIGUES, José Carlos. *O corpo na história*), de Teologia (GESCHÉ & SCOLAS. *O corpo, caminho de Deus*), de Antropologia (LE BRETON, David. *Adeus ao corpo*) e de Filosofia (ANDRIEU, Bernard. *A nova filosofia do corpo*; BRUAIRE, Claude. *A filosofia do corpo*; MARZANO-PARISOLI, Maria Michela. *Pensar o corpo* e HENRY, Michel. *Filosofia e fenomenologia do corpo*). Mas toda essa preocupação é com o corpo enquanto ser vivo, enquanto suporte material da pessoa humana. Tratam do corpo sem odor, do corpo escultural, do corpo sadio, etc. Em suma, do corpo ideal que não coincide com o corpo real. Em última análise, é com a utilização social do corpo humano. Embora a sociedade atual esconda a morte, bane-a do convívio social e confina nos hospitais, a nossa atenção volta-se a outra direção: ao *corpo morto*, ao cadáver, que é o corpo humano inanimado.

O homem não é, como pensava Heidegger, um *ser-para-a-morte*, mas, *aliter*, um *ser-para-a-salvação*, como quer Basave del Valle, o saudoso filósofo mexicano. Este modo de ver a essência do homem pode ser encontrado também nas lições de filósofos de polpa como Ladislaus Boros, João de Scantimburgo, Guillermo Nicolás, José Rubert y Candau, Helmut Thielicke e Salvador Vergés. Essa abordagem é puramente metafísica, já que busca a essência do *homem*, emprestando à *pessoa*, uma importância secundária.

No Direito, se diz, estando o homem inserido numa comunidade política organizada (o Estado), a preocupação central é com a *pessoa*. Não é exatamente esta a nossa posição. A nós parece que em verdade, o direito está mais preocupado é com o *homem*, só o tratando como representação (*pessoa*) em decorrência da interpenetração das liberdades individuais. Isso levou muitos a simplesmente afirmar que com a morte extingue-se a personalidade jurídica. Correto. Entretanto, isto não implica em extinção radical do *homem*.

¹ Bacharel e Doutor em Direito; Licenciado, Bacharel, Especialista e Mestre em Filosofia; Licenciado e Especialista em História. Porto Alegre/RS.

Sendo um *ser-para-a-salvação* não desaparece com a morte. Desaparece a sua *máscara*, a sua participação social, o papel que desempenha. Permanece o seu espírito, que empiricamente continua representado pelo corpo inanimado. Daí o respeito que se defere ao mesmo. Não é à pessoa essa deferência, mas ao homem que ali habitou. Respeitar o cadáver é respeitar o espírito, a essência de um homem que deixou de representar um papel social.

Então, com a morte de uma pessoa, surgem relações jurídicas novas. Além disso, é necessário preservar-se a imagem do falecido, disciplinando-se a maneira como os vivos se comportam em relação a eles. Esta é a tarefa do direito funerário.

O direito funerário, embora pouco estudado e ignorado pelo direito positivo, é, entretanto, o mais antigo dos direitos. Já na tragédia grega, Antígona vai opor ao direito posto, a força do direito natural de sepultar, a despeito da proibição do tirano Creonte. Mesmo o direito positivo moderno empresta ao morto (ao homem) especial atenção, como se pode verificar nas sanções penais ao desrespeito aos mortos (CP, arts. 209-212); na violação de direito personalíssimo (art. 12, parágrafo único do CCb), na promoção de militares falecidos no cumprimento de seus deveres; na concessão de títulos nobiliárquicos *post mortem*, etc.

Na jurisprudência se tem observado princípios morais superarem a ordem positiva. Também nesta se tem encontrado as discussões mais acirradas sobre temas jurídicos envolvendo questões de direito funerário (v. g., decisões sobre permissão de serviços fúnebres). No plano político, é curioso como muitos dos discursos que buscam a exaltação do cidadão ou da pátria, ocorrem nas mensagens dirigidas aos mortos. É o caso da *Oração fúnebre de Péricles*; no discurso de Lincoln onde assentou as bases da democracia, etc.; todos proferidos em ocasiões comemorativas aos mortos.

Os trabalhos que temos publicado sobre *Direito funerário*, visam estabelecer sua autonomia e trazer contribuições para um novo sistema jurídico. Visamos como objetivos (geral), constituir sistematicamente um novo ramo do Direito e (específico) mostrar a existência de um sistema jurídico funerário autônomo, que se encontra difuso entre os demais ramos do Direito, proporcionando o desenvolvimento do seu estudo.

Por outro lado, todo o edifício da proteção jurídica dos locais destinados aos corpos, como, aliás, o dos transplantes de órgãos de mortos para vivos, repousa no princípio ético da repressão ao desrespeito à memória dos mortos, que constitui o fundamento e a razão de suas regras, podendo-se mesmo dizer que em nenhum outro ramo da ciência jurídica se manifesta de modo mais eloquente o fundamento moral do direito. A utilização do corpo humano após a morte, no campo das atividades científicas e terapêuticas do homem, como

em outros domínios de sua ação, é um fenômeno natural, legítimo em si, e útil, como fator indispensável ao progresso científico e bem-estar da sociedade, mas sob a condição de se manter dentro de certos limites e de não ficar entregue, exclusivamente, ao instinto natural que move o homem à conquista de proveitos e vantagens sempre maiores. A livre destinação do corpo humano após a morte encontra, assim, os seus limites, primeiro, nos direitos personalíssimos do falecido, depois, nos deveres dos familiares para com a memória de seus antepassados, e, finalmente, nos deveres de respeito, culto e recordação que a sociedade deve cultivar para com seus membros já falecidos. Ora, se os indivíduos observassem, espontaneamente, a regra moral que lhes deve pautar a conduta social, é evidente que não se tornariam necessárias as leis reguladoras do direito penal funerário, da polícia mortuária ou da cessão de direitos sobre órgãos. Não é isso, porém, o que se verifica, mas justamente o contrário, tendo o livre desenrolar dos direitos levado ao abuso desses mesmos direitos, o que exige a intervenção do Estado nos seus domínios, a fim de contê-la dentro de certas regras impostas pela lealdade, pelos bons costumes e pelo interesse social. Os princípios em que se funda a teoria da repressão ao desrespeito aos mortos dominam todos os institutos do direito funerário, como o reverso moral da lei positiva, revelando-se, assim, sob mais este aspecto, a unidade desse ramo do Direito.

Vê-se, assim, que seu núcleo reside na concepção que se tenha sobre o cadáver. Assim, embora fundamental na matéria seja o tratamento canônico, administrativo e penal, sobreleva-se o *civil*. Depois: Se os espíritos dos mortos permanecem ao nosso redor, sentindo ainda as necessidades que experimentavam em vida, é natural, não somente que se atendam essas necessidades, como também que se continue a fazê-lo. Desde o momento em que, uma vez, elas solicitam a nossa atenção, como recusar-se a crer que elas a solicitarão sempre, e que está aí um dever perpétuo que recairá sem interrupção sobre os vivos? Sobre esta convicção se fundamenta a prática da *assistência* aos mortos, tendo como resultante o *culto dos ancestrais*. *Assistência* aos mortos e *culto aos ancestrais*, eis aí o objeto do direito funerário.

Caracterização do direito funerário

1) *Conceito* – é o sistema de normas e princípios ético-sociais que organiza e disciplina as relações jurídicas decorrentes da morte da pessoa natural que se estabelecem entre pessoas e em relação a determinados lugares destinados aos mortos, com vista à preservação da memória dos antepassados.

Não havendo legislação federal específica disciplinando qualquer dos temas centrais do direito funerário, o caminho adequado para o seu estudo é o exame através

da sistematização de institutos. Antes, porém, se deve fazer uma análise etnológica dos costumes imemoriais com relação à morte e ao cadáver. Daí a importância da Antropologia Social e Cultural, auxiliadas pela Arqueologia.

2) *Objeto* – o objeto do direito funerário é o conjunto das relações jurídicas que se estabelecem em razão da morte das pessoas naturais. Compreende desde as questões relativas às exéquias até às de preservação incólume dos locais onde repousam os restos mortais dos falecidos, tudo com vistas ao culto dos ancestrais. Portanto, essas relações jurídicas decorrem de pessoas, de locais, de bens, de sucessão, de interesses sociais, etc.

3) *Modo de expressão* – no direito funerário, a fonte material (o seu fundamento), para se usar a expressão consagrada, é o espírito, a razão humana. Esta se manifesta, fundamentalmente, através dos usos e costumes dos povos, da manifestação doutrinária dos estudiosos de suas questões e das orientações pretorianas.

Os usos e costumes são mais importantes no direito funerário do que no direito civil. As práticas funerárias usuais, muitas vezes, transformam-se com o tempo em regras legisladas. Foi o próprio homem que, para dar descanso eterno ao falecido e preservar sua memória, como também para evitar o mau cheiro dos corpos, passou a sepultá-lo. Só depois vieram as regras proibindo o sepultamento dentro das cidades.

Também a doutrina tem importância de relevo como fonte maior que é. Embora ainda poucas obras específicas existam sobre a matéria, tem laborado constantemente, tratando este ou aquele aspecto desse direito, em artigos publicados em periódicos especializados ou em monografias específicas sobre temas delimitados. Importantes são os subsídios de Blanco Nájera (Derecho funeral), Recaredo F. de Velasco (Naturaleza jurídica de cementerios y sepulturas), Malamud Russek (Derecho funeral), etc.

Como terceira fonte importante no direito funerário, encontramos a jurisprudência. No Brasil, ainda são poucos os julgados solucionando questões funerárias. Há alguns acórdãos sobre crimes de desrespeito aos mortos e outros, sobre natureza jurídica de cemitérios, sobre concessão de sepulturas, indenização por danos morais por exumações irregulares, etc.

Também os princípios gerais de Direito são importantes subsídios ao direito funerário. Como fonte legal do direito funerário aparecem a Constituição Federal, estabelecendo competência aos municípios para legislarem sobre serviços funerários; leis ordinárias (federais, estaduais ou municipais) e regulamentos. No plano federal encontramos 3 ou 4 normas sobre a matéria (v. g., cremação de cadáveres, utilização de cadáveres, transplante de órgãos de cadáveres, transporte ferroviário de cadáveres, etc.). Por parte dos estados-membros, há algumas relacionadas com transporte de cadáveres e

nada mais. É no plano do direito municipal que a matéria vem sendo tratada. Assim, vários municípios ditaram regras sobre cemitérios, serviços funerários; insuficientes, algumas e estranhas outras.

4) Conexões com outros ramos do saber – o direito funerário socorre-se dos conhecimentos de outros ramos do direito. Do direito público, vale-se do direito constitucional; do direito processual (civil e penal); do direito penal; do *jus inter gentes*; do direito tributário; do direito administrativo; do direito ambiental e do direito canônico. Relaciona-se ainda com o direito civil, com a medicina legal e com a psiquiatria forense. Socorre-se ainda dos conhecimentos da Antropologia Cultural e Social; da religião, da ética; da Etnologia; da História; do urbanismo e da Geografia (*anemologia e demografia*).

Desenvolvimento do direito funerário

1) *Direito romano – a Lei das XII Tábuas* de 450 a. C. era, por assim dizer, o cerne da República romana. Algumas de suas disposições sobre nossa matéria: a) ...; b) não é permitido sepultar nem incinerar um homem morto na cidade; c) moderai as despesas com os funerais; d) Fazei apenas o que é permitido; e) não deveis polir a madeira que vai servir à incineração; f) que o cadáver seja vestido com três roupas e o enterro se faça acompanhar de dez tocadores de instrumentos; g) que as mulheres não arranhem as faces nem soltem gritos imoderados; h) não retirais da pira os restos dos ossos de um morto, para lhe dar segundos funerais, a menos que tenha morrido na guerra ou em país estrangeiro; i) que os corpos dos escravos não sejam embalsamados e que seja abolido dos seus funerais o uso da bebida em torno do cadáver; j) não se lancem licores sobre a pira de incineração nem sobre as cinzas do morto; k) não se usem longas coroas nem turíbulos nos funerais; l) que aquele que mereceu uma coroa pelo próprio esforço ou a quem seus escravos os seus cavalos fizeram sobressair nos jogos, traga a coroa como prova do seu valor, assim como os seus parentes, enquanto o cadáver está em casa e durante o cortejo; m) não é permitido fazer muitas exéquias nem muitos leitos fúnebres para o mesmo morto; n) não é permitido colocar ouro com o cadáver; mas se seus dentes são presos com ouro, pode-se sepultar ou incinerar com esse ouro; o) não é permitido sem consentimento do proprietário levantar uma pira ou cavar novo sepulcro, a menos de 60 pés de distância da casa; p) que o vestibulo de um túmulo jamais possa ser adquirido pela usucapião, assim como o próprio túmulo.

A *Lex Poetelia Papiria, de nexis* de 326 a. C., fez a distinção entre direitos *reais* e *personais*, isto é, afirmou que o que garante pelas dívidas são os bens e não o próprio corpo do devedor. Teoricamente, até então, o credor podia sequestrar o corpo do devedor

falecido, impedindo-lhe de ser sepultado.

Por fim, os *jurisconsultos romanos* tiveram um papel importante na classificação dos cemitérios: quanto à sua comerciabilidade, trata-se de coisa *extra commercium, res divini iuris*, e mais especificamente, *res religiosa*. Trata-se de coisa religiosa fora do comércio e de direito divino, justamente em função do respeito que os povos sempre dedicaram aos mortos. Aqui, entre os romanos, acentua-se esse caráter em função da ideia que tinham sobre a vida além-túmulo.

2) *Idade Média* – na Península Ibérica vigoraram os *Fuero Juzgo*² em toda a Idade Média. Eis algumas disposições:

Lei 1: Aquele que abre uma sepultura ou túmulo e retira o defunto ou suas vestes, ou outra coisa que este tivesse em sua honra, deve morrer; e, se só abre a sepultura e não retira coisa alguma, pague cem soldos de ouro dos quais caberá metade ao Rei e a outra ao herdeiro do defunto.

Lei 2: Aquele que sepultar um corpo em uma cova alheia, sem licença de seu dono, deve desenterrar o corpo e pagar cem soldos, se na cova não havia outro enterrado, e duzentos, se estava já ocupada, atribuindo-se estas penas ao Rei e herdeiros, conforme a lei anterior; se o enterrou com consentimento do dono não se aplique pena; porém, tampouco adquire direito para sepultar a outro.

Lei 5: Ninguém pode impedir nem proibir que se sepele um corpo por dívida que estivesse obrigado, nem ainda exigir bens ou fiadores para permitir sob pena de cinquenta maravedis aplicados por terços à Igreja do sepultamento, ao Rei e aos herdeiros do falecido.

No tempo da *Lei das Sete Partidas* do Rei de Leão e Castela, Afonso X, o *Sábio* (2ª metade do século XIII) vigoravam na Espanha 15 leis coligidas naquela compilação que ainda hoje se constitui em fonte do direito funerário.

A lei n. 1 do Título XIII da Primeira Partida conceituava sepultura:

é o lugar assinalado no cemitério para enterrar o corpo de um homem morto e os clérigos não podem vender de maneira alguma o ofício relacionado aos defuntos, nem devem demandar preço por eles. Porém podem receber contribuições graciosas. Da mesma forma, não se permite que se venda o lugar da sepultura, ainda que ninguém ali tenha sido inumado, mas, se houver venda, incorrerá o vendedor em culpa de simonia; porém o sepulcro de pedra ou madeira para enterrar alguém é inalienável. O lugar destinado à sepultura, antes de haver consagração pelo Bispo, pode ser alienado e nele não se pode enterrar senão aquele que é titular do direito.

Pela lei n. 2, justificavam-se os sepultamentos dentro das igrejas, por quatro razões:

² Codificação também conhecida como *Forum Judicum, Codex Legum, Liber Gothorum, Liber Judicum, Codex Wisigothorum* que se estabeleceu na Península Ibérica, durante o período da dominação dos visigodos, por volta do fim do século VI e início do seguinte.

1ª) porque assim como os cristãos estão mais próximos de Deus, assim também suas sepulturas devem estar nos limites da Igreja; 2ª) para que os que vêm à igreja vejam as sepulturas e façam orações pelos mortos; 3ª) para que roguem a Deus e aos santos pelos mortos e 4ª) porque os demônios, desta forma, não se aproximam dos cemitérios, como acontece quando estão em outros lugares.

A lei n. 3 dizia a quem pertencia o direito de sepultar os mortos; a 5 determinava que os mortos deviam ser sepultados em suas paróquias. A regra do parágrafo único do artigo 872 do nosso Código Civil tem origem na lei n. 12 daquelas Partidas. *Verbis*:

As despesas do enterro, proporcionadas aos usos locais e à condição do falecido, feitas por terceiro, podem ser cobradas da pessoa que teria a obrigação de alimentar a que veio a falecer, ainda mesmo que esta não tenha deixado bens. Parágrafo único: Cessa o disposto neste artigo e no antecedente, em se provando que o gestor fez essas despesas com o simples intento de bem-fazer.

A lei n. 13 dizia que não se deveriam sepultar corpos com vestidos nem ornamentos preciosos de ouro ou prata, salvo os reis, rainhas e seus filhos. Também a exceção vale para os bispos e clérigos. Aqueles, segundo os costumes da terra, e estes, segundo suas ordens. Os fundamentos da proibição eram de que: 1º) porque não aproveitam aos defuntos tais coisas, tanto neste mundo como no outro; 2º) porque tais práticas viriam em prejuízo dos vivos e, finalmente, 3º) porque os homens maus, por cobiça de furtar tais coisas, quebram os sepulcros e desenterram os mortos.

Finalmente, a lei n. 15 proibia que se negasse sepultura a alguém, por motivos de dívidas suas. Proibia-se, da mesma forma, que se aforasse demanda contra seus parentes, antes de decorrido certo prazo (novenário), sob pena de o demandante perder o seu crédito.³

3) *História moderna (secularização no Brasil)*

No Brasil, os ares da República trouxeram a secularização dos cemitérios. O Decreto nº 119-A/1890, do Governo Provisório e, logo em seguida, pelo Projeto de Constituição (Decreto n. 510/1890) se assentou por princípio geral a laicização das necrópoles brasileiras. Com o Decreto nº 789/1890 põe-se termo à questão. Proibições de sepultamentos de protestantes em cemitérios católicos foi o fator determinante da secularização; foi mais política do que técnica.

³ Esse respeito aos sentimentos de luto chegou aos nossos dias. O art. 244, II do Código de Processo Civil diz que não se fará, porém, a citação, salvo para evitar o perecimento do direito: II - ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos sete dias seguintes.

O cadáver no direito funerário

1) *Natureza jurídica do cadáver* – o cadáver não é nem pessoa, nem coisa; mas, em atenção no que foi e ao que há de vir a ser, por um lado, e, por outro, aos fins da personalidade sempre subsistente, de que fez parte e aos das outras pessoas que com ela estiveram em relação, o cadáver está subordinado a fins intrínsecos próprios das pessoas, e só pode ser tomado pelo direito como acessório ou extensão das pessoas.

O homem após a morte deixa de ser pessoa. A pessoa desaparece com a morte. Temos assim o morto, o cadáver. Cadáver é os despojos inanimados do ser humano, ainda que não tenha sido pessoa em sentido jurídico, pois como tal deve ser considerado o natimorto.

A sacralidade que o cadáver apresenta, desde o direito romano, se tem sustentado, tanto no que diz respeito aos ritos funerários, como o respeito ao cadáver e a sua incomerciabilidade. Os autores modernos não se arriscam a concebê-lo como uma coisa, preferindo-se classificá-lo como uma realidade autônoma, um *tertium genus* entre as pessoas e as coisas, não faltando os que o tem como uma extensão da própria pessoa. Gierke e Kipp afirmaram que o cadáver é um resto da personalidade, sujeito às resoluções de seus parentes.

Fala-se as vezes em *coisa especial*; em *semipessoa*; em *resíduo da personalidade* e em *objeto corporal*. Deve ser tido como uma coisa especialíssima *extra commercium*, só excepcionalmente admitindo-se o seu enquadramento como objeto de direito real. Não há direito real sobre o cadáver, mas sim, direitos personalíssimos caracterizados como um *direito/dever* de custódia e de respeito.

2) *Destinação do cadáver* – quanto à destinação do próprio cadáver por parte de quem faleceu, há unanimidade entre os autores de que: Não se discute à pessoa a faculdade de dispor de seu cadáver para efeitos de receber sepultura e estabelecer os sufrágios pios para o eterno descanso de sua alma, sempre que atento às normas morais e sem perigos higiênicos.

Se é admissível que a pessoa possa dispor de seu futuro cadáver para fins humanitários, científicos ou culturais, à toda evidência lhe é assegurado dispor sobre os modos de seu sepultamento, desde que não contrário à ordem moral ou jurídica. Pode estipular modos de sepultamento, cremação, congelamento, imersão n'água, roupa a lhe ser vestida, pompas, etc.

3) *Custódia dos cadáveres* – sobre a custódia dos cadáveres ou restos mortais, se tem assentado que: a) o cônjuge supérstite tem o direito de custodiar os restos mortais do cônjuge pré-morto, razão pela qual pode determinar o traslado deles de um cemitério

para outro ou escolher a forma de funeral, independentemente de autorização dos demais parentes do falecido; *b*) esse direito, entretanto, não é absoluto, ficando ao critério discricionário dos juízes, em caso de haver razões suficientemente fundadas e graves que justifiquem alterar essa regra, como no caso de inexistência de união espiritual entre o falecido e o sobrevivente; *c*) a circunstância de que o cônjuge supérstite tenha sido o causador da morte, por si só já justifica a perda do direito de preferência da custódia do cadáver ou dos restos mortais, independentemente de ter havido ou não condenação no juízo penal.

4) *Utilização de cadáveres* – no que diz respeito à utilização social do cadáver, é de entendimento geral que o mesmo pode ser empregado para estudos anatômicos, pesquisas e investigações, sem que com isso fique caracterizado qualquer tipo de desrespeito para com o mesmo. No Brasil, atualmente temos a Lei n. 8.501/92, que trata da utilização do cadáver para fins científicos. Antes, o direito positivo era omissivo, mas nem por isso a ordem jurídica vedava sua utilização.

O cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, no prazo de 30 dias, poderá ser destinado às escolas de Medicina, para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico. Será destinado para estudo, o cadáver sem qualquer documentação e o não identificado, sobre o qual inexistem informações relativas a endereços de parentes ou responsáveis legais.

Morte, funerais e sepulturas

1) *Morte* – embora com a morte a vontade não possa mais ser manifestada, aquela expressada anteriormente pode continuar produzindo efeito, como *e. g.*, no caso dos testamentos. Juridicamente, nem tudo se acaba com a morte. Como o Direito preocupa-se não apenas com a *pessoa*, mas também com o *homem*, e este não se extinguindo com a morte, certos direitos não desaparecem. Textos legais preveem a hipótese de promoções de servidores públicos e militares, após a morte. Condecorações são concedidas *post mortem*.

2) *Funerais* – por *funerais* entendem-se tanto os sepultamentos propriamente ditos, como as exéquias, as pompas e até mesmo qualquer coisa que diga respeito à morte. Em sentido estrito, entretanto, *funeral* vem a ser o processo ritual que se segue logo após a morte de alguém, estendendo-se por um tempo mais ou menos longo, chamado luto, entre os parentes do falecido.

3) *Sepulcrológica* – é o estudo sistemático das espécies e tipos de sepulturas, com a determinação de seus princípios orientadores. É a parte do direito funerário que

estuda as questões atinentes aos direitos das pessoas sobre as sepulturas em sentido lato.

Sepultura tanto é a inumação que se realiza em cova, fossa ou vala e, portanto, é ato, ação ou efeito de sepultar um cadáver, como também pode ser o *lugar* no solo (fossa, cova, vala) ou em construção, onde um cadáver está inumado. Em sentido estrito, só há sepultura, no solo, e nela, correntemente falando, é que se realizam as inumações. Portanto, é lugar de colocação de um corpo morto, dentro do solo. O sentido atual é mais amplo, abrangendo outros locais também.

Sepulcro é o espaço elementar e a estrutura material em que se encontram os despojos de uma pessoa falecida. Fisicamente, consiste numa construção de alvenaria, feita com pedras ou tijolos, onde são depositados os cadáveres ou se guardam os restos mortais de pessoas falecidas. Tem o sentido de coisa, de edificação, de obra sob ou sobre a terra. São os nichos, arcosólios, os carneiros, columbários para guarda de cinzas (cinzenários), os jazigos, os mausoléus, os panteões e os túmulos.

Nos sepulcros, portanto, não são propriamente realizadas inumações, embora assim se diga. Poder-se-á dizer, entretanto, por falta de melhor terminologia, que ali se realizam *sepultamentos*. Assim, genericamente falando, *sepulcro* também é uma sepultura.

O uso da expressão *sepultura*, como designativa do *sepulcro* ou vice-versa, justifica-se em função da tríplice acepção que o direito canônico dá à expressão *sepultura*. Naquele direito, a expressão *sepultura eclesiástica* encerra três ideias distintas, mas correlatas: a de lugar, a de direito subjetivo e a de formalidades ou exéquias.

4) *Tipos de sepulturas* – dependendo do modo como se apresentam ou do local onde se encontram, estaremos frente a um tipo distinto de sepultura ou sepulcro, mais corretamente falando. O que determina a classificação, portanto, é a localização ou forma objetiva de como se apresenta. Temos vários tipos de sepulturas: a *cova* – as *valas* são covas abertas no chão, de grandes proporções, que viabilizam o sepultamento de grande número de cadáveres; *sarcófago* é uma sepultura em sentido lato. Tanto é uma sepultura como um sepulcro, porque a ideia que a expressão encerra é de *destruição da carne*; *túmulos* são construções funerárias sobre o solo, que visam a guarnecer uma sepultura ou constituir-se no próprio sepulcro; *mausoléu* é um túmulo de caráter pomposo; *panteões* são da mesma forma, construções honoríficas realizadas em homenagem a determinadas pessoas mortas.

Jazigo é gênero do qual as diversas espécies de sepulturas são modalidades. Um túmulo é um jazigo. Um carneiro é um jazigo. Uma tumba e uma catacumba também são jazigos e, num panteão ou mausoléu, está presente um jazigo. Finalmente, *cenotáfios* não são sepulcros. Neles não há sepulturas. São monumentos arquetônicos erigidos em

homenagem a alguém. Vulgarmente, cenotáfio é chamado de *túmulo vazio*, mas rigorosamente falando, túmulo não é. As legislações, de um modo geral, vedam sepultamentos nesses monumentos.

5) *Natureza jurídica das sepulturas* – todos têm direito a serem sepultados. Trata-se de um direito personalíssimo potestativo, *i. e.*, em expectativa, e cuja consumação só se dará pelo advento da condição, *in casu*, a morte. Com esta, entretanto, tal direito é transferido aos herdeiros ou sucessores do *de cuius*. O direito de ser sepultado que assistia ao falecido se transfere ao responsável pela realização dos atos exequiais. Passa, de direito, para *direito-de-ver*. Se formaram várias teorias sobre a natureza das sepulturas. Autores inicialmente sustentaram teorias civilistas; outras teorias ecléticas; teoria do direito fundacional e hoje fundamenta-se em teorias de direito público: a) teoria da concessão administrativa do uso; b) teoria do serviço público e c) teoria da concessão do direito de uso administrativo. Temos sustentado que o instituto que melhor agasalha o *jus sepulchri* é a enfiteuse, onde o poder público permanece com o domínio iminente e o titular da sepultura fica com o domínio útil.

Cemitérios

1) *Compreensão* – podemos dizer que cemitério é o lugar apropriado, formado por duas ou mais sepulturas ou sepulcros, onde são ou foram inumados mortos. Juridicamente, cemitério é o bem imóvel, público ou privado, de uso especial, fiscalizados pelo poder público municipal, no qual, mediante negócio jurídico de concessão ou locação, são sepultados os mortos.

Uma sepultura isolada não caracteriza um cemitério. Necessário é que haja várias sepulturas mais ou menos aproximadas ou reunidas, constituindo um todo, para que se esteja na presença de um cemitério. O jazigo ou o mausoléu que a família manda erigir em sua propriedade, não constitui cemitério. Da mesma forma, não eram cemitérios os túmulos existentes ao longo da via Ápia em Roma, nem as sepulturas do Cerâmico de Atenas e as de Pompéia. Necessário é que esteja presente certa organização geográfica na distribuição das sepulturas, dentro de um espaço pré-determinado com destinação específica. Quando os romanos proibiam as inumações dentro da cidade, não se preocuparam (como deveria ter ocorrido), com a organização dos cemitérios. A necrópole precede à metrópole.

Os cemitérios como agrupamentos de túmulos ou sepulturas, só deve ter aparecido quando o homem, deixando de ser nômade, agrupou-se e fixou-se em determinados lugares para cultuar seus antepassados. Acreditamos que a necrópole precede a metrópole. Deve ter coincidido com o aparecimento da propriedade privada.

Atualmente, a preocupação predominante é sempre em manter os cemitérios fora das cidades. O êxodo rural e o crescente desenvolvimento interno das cidades, entretanto, não têm possibilitado a concretização desse desejo. Os cemitérios são construídos fora das cidades, mas, em poucos anos, já se encontram em seu interior. Deve-se preferir locais altos, com ventilação abundante, procurando-se sempre possibilitar ao máximo a circulação do ar. Na maioria das cidades, ainda permanecem dentro do perímetro urbano.

2) *Classificação dos cemitérios* – os cemitérios classificam-se em: I - PÚBLICOS, que são os: 1) Construídos pelos municípios (empreendidos); 2) Desapropriados; 3) construídos por particulares em terreno do município (construídos) e 4) construídos por particulares com doação ao município; II - PRIVADOS, que são os: 1) de uso exclusivo ou privativo, que, por sua vez, são: a) de comunidades estrangeiras; b) de religiosos; c) de congregações (congregacionais); d) de sociedades pias (pios) e e) situados em propriedades particulares (particularíssimos); 2) de uso comum do povo ou abertos, que, por sua vez, dividem-se em: a) construídos sob permissão em imóvel particular (permissionados); b) construídos sob concessão em imóvel particular (concedidos); c) construídos para comercialização, em imóvel particular (empresariais) e d) situados em imóvel particular, mas em que se praticam inumações de qualquer pessoa morta (particulares).

3) *Implantação de cemitérios* – é dever do poder público manter o funcionamento de cemitérios, onde qualquer pessoa possa receber sepultura. É a concretização do *jus sepulchri*. Assim, mesmo que haja cemitérios particulares numa determinada comuna, deve o poder público municipal tomar medidas no sentido de que cemitérios públicos venham a funcionar, quer através de instalação e administração direta, quer sob o regime de concessão.

A construção, implantação e administração de cemitérios pode ser feita diretamente pelo Poder Público municipal, tanto através da administração direta como da indireta.

A implantação de cemitérios privados está condicionada à autorização do poder público municipal através de permissão; permissão esta que só será dada, uma vez preenchidos os requisitos legais previstos para o caso. Trata-se de ato discricionário, onde os critérios de conveniência e oportunidade serão tomados em consideração. Também se exige licenciamento ambiental do CONAMA (Resolução n. 335, de 3 de abril de 2003).

4) *Natureza jurídica dos cemitérios* – quanto à natureza jurídica dos cemitérios, sustentou-se tratar-se de *domínio privado comunal*; de *bens do domínio público* e hoje predomina o entendimento de que os cemitérios são bens públicos municipais de uso especial, caracterizado pela inalienabilidade, pela impenhorabilidade e inexpropriabilidade.

Quanto à natureza jurídica dos cemitérios privados, podemos dizer que o *cemitério é um serviço público, de domínio privado limitadíssimo*.

A secularização não implicou transferência do domínio do particular para o poder público sem contraprestação. Assim, esses cemitérios que não passaram ao domínio do poder público, por acordo ou expropriação, continuaram a ser de propriedade de quem já eram, só sendo possível a sua utilização como campo santo, até então considerados.

Os municípios e o direito funerário

1) *Competências* – a Constituição Federal assegura poderes aos municípios para a organização dos serviços públicos locais e também, no capítulo da autonomia municipal, competência para prestá-los. A competência do município para organizar e manter serviços locais está reconhecida constitucionalmente como um dos princípios asseguradores de sua autonomia administrativa. O que se exige é que haja a figura do *seu peculiar interesse*. Peculiar interesse não significa que tal interesse seja apenas do município já que todo interesse municipal, de certa forma, estadual e federal também o é. O que realmente o caracteriza, é a predominância, em relação ao eventual interesse da União e dos estados membros.

O inciso V do art. 30 da Constituição diz que compete aos municípios “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”. Ademais, o inciso VIII diz que também é de sua competência “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”.

Para a implantação dos cemitérios o ideal é a escolha de terrenos porosos ou permeáveis, isto é, os arenosos, siliciosos, cascalhos e saibros e os calcários. Os micróbios (aeróbicos e anaeróbicos) são os responsáveis pela destruição dos cadáveres. Nesses terrenos porosos, fica facilitada a circulação do oxigênio, necessário à vida dos micróbios aeróbicos. A oxidação dos corpos também fica facilitada pela presença desse oxigênio.

2) *Cremação de cadáveres* – no Brasil, em respeito aos princípios da Igreja Católica Apostólica Romana, professada pela maioria da população, que a proibia pelo Direito Canônico, nem se proibiu e nem se permitiu. Alguns doutrinadores de estirpe (v. g., Bento de Faria, Carvalho Santos, etc.), entenderam estar a cremação proibida em nosso ordenamento jurídico, mas essa posição não prevaleceu. Hoje, face o que estipula o artigo 77 da Lei dos Registros Públicos, é permitida a sua realização, desde que tenha o falecido expressado sua vontade de ser cremado ou quando questões sanitárias o exigirem.

O direito federal era omissivo sobre o assunto, até que a Lei nº 6.216/75, ao alterar disposições e renumerar o texto básico, acrescentou o parágrafo segundo o artigo 77 da Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), permitindo a cremação. A permissão de cremação está prevista. Entretanto, nenhuma lei especial disciplinando a matéria existe. Daí a preocupação de alguns parlamentares em regradar a matéria através de lei específica.⁴

Só poderá haver cremação nos casos em que não parem dúvidas quanto à *causa mortis*, e absoluta insuspeita de que esta tenha decorrido de ação criminosa. Neste caso, o atestado de óbito deve ser firmado por dois médicos ou por um médico legista. Será cremado o cadáver: I - daquele que, em vida, houver demonstrado de modo inequívoco essa vontade, por instrumento público ou particular, exigida, neste último caso, duas testemunhas instrumentais e registro do documento; II - se, em caso de epidemia ou calamidade pública, entender necessário a autoridade administrativa.

3) *Poder de polícia funerário* – entende-se por polícia funerária ou mortuária a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, ações ou atividades e direitos individuais relacionados com os mortos, em benefício da coletividade. Entendem os doutores que seu fundamento maior são os perigos provenientes dos cadáveres humanos.

Quanto à disposição de cadáveres, não há dúvidas que está compreendida na polícia mortuária. A polícia funerária reveste-se de relevo, sobremaneira, nas situações de epidemias, calamidades públicas e estado de guerra, quando muitas soluções para os problemas são determinadas *ad hoc*. Assim, pode verificar-se na realização dos velórios, que em situações de calamidade, de epidemias, em que haja perigo da saúde pública, estas cerimônias podem ser abreviadas ou até mesmo suprimidas por determinação das autoridades públicas.

O poder de Polícia é exercido sobre cortejos, sobre sepultamentos, sobre comportamentos nos cemitérios, sobre exumações e também sobre os epitáfios.

Entende-se por *epitáfio* toda a inscrição ou leiteiro tumular identificativa do morto ou mesmo um elogio fúnebre em sua homenagem. Também estão sujeitos ao poder de polícia funerário. É clássico no Brasil o epitáfio do Chico Sombração em Pirassununga (SP) que foi retirado de seu túmulo.

⁴ Cite-se a título de exemplo, o caso de São Leopoldo. A Lei nº 4.411/97 estabeleceu a previsão de admissão da cremação quando a família do morto o desejar, desde que não haja declaração do *de cuius* em sentido contrário (art. 2º, b). Mas o Parecer n. 13.091 da Procuradoria-Geral do Estado do RS de 31-7-2001, deu pela ineficácia desse dispositivo, diante do que estabelece o direito federal.

Referências

- ADDISON, James Thayer. *La vie après la mort dans les croyances de l'humanité*. Paris: Payot, 1936.
- BORRELL MACIÀ, Antonio. *La persona humana*. Barcelona: Bosch; Casa Editorial, 1954.
- DE MOLINS, Antonio Elías. *Legislación canónica, civil y administrativa vigente en España y sus posesiones de ultramar sobre cementerios...* Madrid: Victoriano Suarez, [18--].
- DIAS, Vítor Manuel Lopes. *Cemitérios, jazigos e sepulturas*. Porto: Coimbra Editora, 1963.
- ESTÉVEZ BRASA, Teresa M. El derecho a la sepultura. *Revista La Ley*, Buenos Aires, t. 1978-B, p. 1028-1030.
- GOLDSCHMIDT, Werner. Mejor derecho sobre los restos mortales de una persona. *El Derecho*, Buenos Aires, t. 28, p. 691-696, 1969.
- HARMER, Ruth Mulvey. *The high cost of dying*. New York: The Crowell-Collier Press, 1963.
- LOPEZ, Gregorio. *Las siete partidas*. Salamanca: Andrea de Portonaris, Impreffor de fu Mageftad, 1555. Part. I e II.
- MAYNZ, Carlos. *Curso de derecho romano*. 2. ed. Barcelona: Jaime Molinas, Editor, 1892. 3 t.
- MEIRA, Silvio A. B. *A Lei das XII Tábuas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa. *Direito além da vida: um ensaio sobre os direitos da personalidade post mortem*. São Paulo: Editora LTR, 2010.
- MORATÓ, Federico. *La cremación*. Montevideo: Tipografía Británica, 1895.
- NULAND, Sherwin B. *How we die: reflections on life's final chapter*. New York: Alfred A. Knopf, 1994.
- PRANZATARO, Umberto. *El diritto di sepolcro nella sua evoluzione storica e nelle speciali attinenze col diritto moderno*. Torino: Unione Tipografico-Editrice, 1895.
- PY, Bruno. *La mort et le droit*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- RAINAUD, Nicolas. Service public et pompes funèbres. *Rev. Droit Pub.*, Paris, n. 2, p. 513-529, mar./abr. 1992.
- SILVA, Justino Adriano Farias da. A morte como rito de passagem. *Veritas*, Porto Alegre, v. XXXIV, n. 134, p. 237-275, jun. 1989.
- SILVA, Justino Adriano Farias da. Metafísica da morte de Basave del Valle. *R. Cul. Vozes*, Petrópolis, v. LXXX, n. 6, p. 32-40, ago. 1986.
- SILVA, Justino Adriano Farias da. *Tratado de direito funerário*. São Paulo: Método, 2000.

2 v.

VIEL, Marie-Thérèse. *Droit funéraire et gestion des cimetières*. 2. ed. Paris: Berger-Levrault, 1999.

UM SÉCULO DE LEI E MORTE NA BAHIA – UM PANORAMA DAS POSTURAS ÀS LEIS MUNICIPAIS SOBRE AS PRÁTICAS CEMITERIAIS EM SALVADOR DA BAHIA (1828-1937)

Ernesto Regino Xavier de Carvalho¹

São dois os principais marcos para o entendimento da questão da assunção do pensamento higienista, no século XIX, para a instalação dos seus equipamentos urbanos voltados aos enterramentos humanos – os cemitérios. Estes se interpõem de forma independente à cidade do Salvador apoiados cada um por sua legislação pertinente; primeiramente a partir da instalação do Cemitério Britânico na década de 1810, apoiado pelo artigo décimo segundo dos Tratados de 1810, e de forma subsequente a partir da instituição das posturas municipais da Câmara de Salvador, do ano de 1828, proibindo os enterramentos em igrejas; estes mudariam definitivamente as práticas e visões vigentes locais.

A importância da análise das leis frente a um evento se sustenta pelo fato de que a lei traduz a realidade social e, dessa forma, é a instância maior reguladora de um processo e ordenadora de uma ação. Para tanto, se torna absolutamente necessário o entendimento de como essa realidade foi alterada em função de um momento histórico – fosse por força de lei ou pela instituição de um tratado de característica internacional, ou fosse através de legislação municipal. O pensamento higienista se impunha à cidade, determinando novas maneiras, rotinas e espaços arquitetônicos voltados à questão da morte, fundamentando o começo de um novo direito funerário.

Os recortes deste artigo, como o próprio título indica, estão situados na cidade do Salvador/Bahia, entre os anos de 1828 e 1926. Entretanto cabem aqui algumas explicações. De um lado, o recorte espacial foca a cidade do Salvador, sendo referida como Baía, ou cidade da Bahia ou Salvador da Bahia, mesmo não correspondendo à completude do estado da Bahia como conhecemos hoje. Desde sua origem ela é referência em diversos aspectos e a questão cemiterial não foi uma exceção.

Por sua vez, a definição dos limites do recorte temporal entre os anos de 1828 e 1926, se estrutura em dois momentos extremamente importantes: o primeiro, reportando seu limite inferior, a partir da proibição dos enterramentos em igrejas, ratificado com a compilação dos códigos de posturas remanescentes no Arquivo Histórico Municipal, e o

¹ Ernesto Regino Xavier de Carvalho é arquiteto e urbanista, Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo, respectivamente na área de concentração de Urbanismo e Conservação e Restauração pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA.

limite superior a partir do momento do Lançamento da Lei Municipal nº 1.146/26, já assumindo aspectos de código de obras e de ordenamento de uso e ocupação do solo.

Salvador possui uma população superior a setenta mil habitantes, ocupando uma área de aproximadamente 500 hectares, em 1926. No outro extremo do recorte temporal, sua população é superior a trezentos mil habitantes, ou seja, mais de quatro vezes o número anterior, em uma área dez vezes maior, de pouco mais de cinco mil hectares. Se considerarmos a sua mudança de modelo político-administrativo do período imperial, recém-instituído (1822 a 1889) ao período republicano, iniciado em 1889, até o ano de 1926, e que ainda em 1850 são lançados o Código Comercial Brasileiro, Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, e a Lei da Terras (Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850), observamos que Salvador, da mesma forma que muitas cidades portuárias, passou a assumir o perfil de uma cidade moderna liberal, onde o Estado passou a exercer a devida função reguladora das atividades em seu território. Esse pensamento encontra respaldo referencial nas obras de Guido Zucconi – A cidade do século XIX (ZUCCONI, 2009). O autor mostra a cidade do ontem como consequência da cidade de anteontem, com suas novas tipologias a partir do crescimento urbano e demográfico, e do conceito de cidade pós-liberal de Leonardo Benevolo (BENEVOLO, 2009, p. 573-614).

Como metodologia foi procedida uma seleção e coleta de leis, normas, mandatos e decretos. A partir das leituras, transcrições, compilações, análise e cruzamento das posturas e leis aplicadas à prática da morte em Salvador, procurou-se interpretar termos técnicos e linguagem e pensamentos de época, absorvendo os trechos relativos ao tema, e fazendo o processamento analítico, para definir um panorama relativo ao tema estudado.

Dessa forma foram observadas três escalas de leis, agindo de forma estruturada, para focar a realidade a ser trabalhada. A primeira e mais direta é a escala municipal, verificando-se as obrigações da municipalidade com seu governo central, trespassando os três períodos políticos citados. A segunda escala se constitui justamente aquela oriunda do poder central mencionado, para buscar definir uma ordem geral a um país de escala continental. A terceira escala, de característica internacional, se reporta às consequências da política tratadística entre Portugal e Inglaterra, quando do período de vinda da família real ao Brasil, em 1808, mudando uma série de paradigmas em tantas áreas que as consequências destas aceleraram inclusive o processo de independência do Brasil.

Na escala municipal, as Posturas Municipais da Câmara, pesquisadas diretamente no Arquivo Histórico Municipal, necessitaram ser transcritas de modo a que se obtivesse uma visão do arquiteto sobre os termos técnicos, práticas e procedimentos que poderiam obliterar o entendimento das mesmas. Foram observadas e transcritas aquelas Posturas

que encerravam, dentro de nosso recorte temporal, o que efetivamente este arquivo dispunha na forma de cadernos manuscritos. Desta forma, foram localizadas as Posturas Municipais da Câmara dos anos de 1829-1937, 1829-1859, 1893-1921, 1897, sendo que este caderno de posturas ainda continha o Código de Posturas do município da Cidade do Salvador referente ao ano de 1897 (um verdadeiro código de obras da cidade). As Posturas dos anos de 1921 a 1932 e a Lei nº 1.146, instituída em 19 de junho de 1926, "regulam as construções, reconstruções, accrescimos e modificações de predios". Na forma de lei, se constituiu o primeiro código de obras da cidade do Salvador no século XX.

Na escala do governo Central foram analisadas a Constituição Imperial, de 25 de março de 1824 (Carta de Lei de 25 de março de 1824), o texto constitucional republicano de 1891 e a Constituição de 16 de julho de 1934, como cenário de governança central do Brasil.

E, por último, verificou-se o artigo décimo segundo dos Tratados de Comércio e Navegação, Aliança e Amizade, instituídos em 1810 entre Portugal e as nações amigas.

Força de lei e tratados

A instituição dos Tratados de Aliança, Amizade e Comércio e Navegação trouxeram uma nova realidade socioeconômica para o Brasil e as capitais tratariam de responder a questão de uma nova ordem liberal adotada pela Europa.

Em sua constituição, os primeiros nove artigos dos Tratados de 1810 estabeleciam direitos recíprocos contratuais entre as partes, sob o sistema aberto de comércio e navegação, tais como, os súditos de ambas as partes poderiam estabelecer qualquer tipo de relação comercial, em qualquer porto, cidade ou província da outra nação. Taxas e impostos eram da mesma forma considerados, e as nações mais favorecidas contariam com essa diferenciação de taxas e impostos, além da integridade dos súditos de ambos os lados na garantia de inviolabilidade dos lares dos súditos de ambas as nações.

No que diz respeito ao seu artigo décimo segundo, verifica-se que esta já não teria mais condições de competir diretamente com os novos interesses estratégicos e comerciais que surgiam no Novo Mundo. Esse artigo afetou profundamente as relações com a Igreja católica, e na sua constituição relatava:

Que vassallos de S. M. Britânica residentes nos territórios e domínios portuguezes não poderiam ser perturbados, inquietados, perseguidos ou molestados por causa de sua religião, e teriam perfeita liberdade de consciência, bem como licença para assistirem e celebrarem o serviço em honra do Todo-Poderoso Deus, quer dentro de suas casas particulares, quer nas suas particulares igrejas e capelas, sob as únicas condições de que estas externamente se assemelhassem às casas de

habitação e também que o uso dos sinos lhes não fosse permitido para o fim de anunciarem publicamente as horas do serviço divino, e que os vassallos britânicos e quaisquer outros estrangeiros de comunhão diferente da religião dominante nos domínios de Portugal não seriam perseguidos ou inquietados por matéria de consciência, tanto nas suas pessoas como nas suas propriedades (RIBEIRO, 1973, p. 17).

A Inglaterra conseguia agora algo que era tentado desde o século XVII, com um resultado sem precedentes nas relações tratadistas entre as duas nações. Dessa forma, garantiram a manutenção de suas práticas religiosas tão diligenciadas em tratados anteriores, mas que sempre foi impedida pelas avaliações da Igreja Católica, religião oficial no Brasil.

Na realidade, a necessidade de um cemitério britânico não residia unicamente na reserva e na tradição religiosa anglicana, mas também na intolerância católica, que não permitia enterramentos dos não católicos no Brasil. Essa tolerância religiosa só viria com os tratados de 1810 e a consequente permissão do Conde dos Arcos, em 1811,² para a construção do referido cemitério. O Cemitério dos Estrangeiros, instituído em 1851, como outro exemplo de nação não católica, veio como um caso paralelo, a partir de um precedente aberto pelo Cemitério dos Ingleses (MENEZES, 1990, p. 34).

Dentro da abordagem de como a municipalidade versava sobre a questão da morte, conforme documentação remanescente de época, é possível se acessar nas posturas municipais da Câmara de Salvador, dos anos de 1828 a 1859, a Postura nº 22 de 1829, que versa de forma peremptória assim:

Postura nº 22 'Hé absolutamente prohibido enterrarem-se corpos dentro das Igrejas, e nos seus adros: as pessoas a cargo de quem estiverem as mesmas Igrejas, que assim o não cumprirem serão condemnadas em 30\$000 reis e oito dias de prisão. A presente Postura só terá vigor dois annos depois da sua publicação, dentro de cujo templo deverão as Confrarias ou Parochias estabelecer seus Cemitérios em lugares aprovados pela Câmara fora da Cidade.

Para além da postura nº 22, as Posturas Municipais desse período, ainda abrangiam outras correlatas e complementares;

Postura nº 21 As pessoas que forem convencidas de haverem lançado ou mandado lançar cadáveres nos adros das igrejas ou em quaesquer outros lugares serão multados em 30\$000 reis e oito dias de prisão. Os cadáveres que assim forem encontrados, irão sepultar-se no cemitério à custa do cofre Municipal, se [...] e não fizerem immediatamente.

Postura nº 23 Nenhuma sepultura ou ... será aberto senão dezoito meses, pelo

² APEB – Sessão de Arquivos Coloniais, Série Correspondência recebida de autoridades diversas, 1814, maço nº 226, caderno 8.

menos, depois do último corpo nella sepultados: os que mandarem abrir antes do dito prazo serão multados em 10\$000 e oito dias de prisão.

Postura n° 24 Nenhuma pessoa poderá enterrar corpo algum sem ficar ao menos seis palmos abaixo da superfície da terra: Os infractores serão condemnados em 4\$000 reis e quatro dias de prisão.

Postura n° 25 Nenhum corpo humano poderá ser conduzido à sepultura senão em caixão fechado, ou coberto: pena de 4\$000, ou quatro dias de prisão.

De tempos em tempos, essas posturas são reeditadas, muitas vezes com seu conteúdo idêntico, ou acrescentando penalidades. A postura n° 22 foi reeditada em 1833 com outra numeração e conteúdo complementar, conforme segue:

Postura n° 109 He prohibido enterrarem-se corpos dentro das igrejas, e nos seus adros: as pessoas a cargo de quem estiverem as mesmas igrejas, que assim o não cumprirem, serão condemnados em 30\$000 reis e oito dias de prisão. A presente Postura só terá vigor depois que as Confrarias e Parochias em virtude da Lei da Assembleia Provincial, que lhes marque prazo, estabelecerem seus cemitérios em lugares aprovados pela Camara.

Mesmo estando Salvador ainda dentro da perspectiva imperial, e com isso sujeita à obediência às leis imperiais, ao considerar a Constituição Imperial de 25 de março de 1824, não se observa questão pertinente alguma disciplinada sobre o tema. Dessa forma, as entidades religiosas, que tradicionalmente tratavam da questão, continuariam as suas atividades pela ótica da legislatura imperial. No entanto, abriu-se frente para a iniciativa privada atuar, instituindo ou mesmo administrando cemitérios. E ainda foi permitido que as autoridades religiosas e mesmo os particulares tomassem as iniciativas de instalarem e administrarem cemitérios.

A transição não ocorreu sem a devida latência causada principalmente a partir de uma cidade que ainda guardava o título de uma das principais capitais religiosas. Affonso Ruy destaca que “Em 25 de Junho de 1834, votava a Assembléia Provincial uma lei proibindo o enterramento nas igrejas”. A partir da instituição da mesma, foi garantida em pouco tempo a concessão de 20 anos de construção de cemitérios a José Augusto Pereira de Matos, que inaugurou em 23 de outubro de 1836 o cemitério na estrada velha do Rio Vermelho, hoje conhecido como Campo Santo (RUY, 1996, p.207 a 208). Este fato demonstra que as posturas municipais estavam devidamente alinhadas com as determinações imperiais.

Em Salvador, ocorreu o choque entre as instituições religiosas e os empreendedores privados quando da instituição do cemitério do Campo Santo, em 1836, que ao privatizar a questão dos ritos funerários gerou um atrito de tal ordem com as irmandades religiosas,

tradicionalmente detentoras desses direitos, que levou uma multidão a arrasar o cemitério do Campo Santo no movimento conhecido como “Cemiterada” (REIS, 1991, p. 336). Este cemitério somente voltou a funcionar em 1850, o que demonstrava que mesmo apesar da Igreja ter perdido o poder de outrora, Salvador ainda expressava a força de ser a capital religiosa do Brasil (CARVALHO, 1996, p.77).

A maior atenção da população sobre a importância dos enterramentos em cemitérios só se tornou mais evidente e corriqueira a partir da epidemia de cólera. A partir de 1860 somente remanesceram as naves e a prática de uso de ossuários (RUY, 1996, p. 209).

Em 1844 uma nova postura sobre enterramentos ainda foi lançada, informando que “Ficam vedados os enterramentos depois do sol posto: os infractores incorrerão na pena de 30\$000 reis e oito dias de prisão.”³ Outra postura contemporânea é descrita a seguir:

Postura n° 126 Fica proibido, 6 meses depois da publicação desta Postura, ter-se nos depósitos de carros de aluguel, carros funerários que devem ser ... no regresso do cemitério e só poderá ser depositados em separado nas proximidades dos cemitérios ou nos largos e praças, sob pena de 30\$000 reis ou 8 dias de prisão, e o dobro nas reincidências.

O caráter separatista entre atividades de transporte social e assistencial de saúde (funerário) demonstra a necessidade de um profissionalismo voltado a esse tipo de serviço, ao passo em que se demonstra a devida reverência ao ente querido em uma cidade cada vez mais voltada ao pensamento higienista.

Ainda no que se diz respeito a estabelecimentos regulados pelas autoridades públicas, aos cemitérios foram aplicados os mesmos pressupostos dos hospitais no que diz respeito às suas localizações, conforme nos garante a postura n°38, indicando o estabelecimento dos mesmos “fora do recinto da cidade com licença da Câmara”. Entende-se aqui que o termo “fora” se refere às *su urbs*.

Postura n° 38 Os Hospitais, ou casas em que se recebe doentes para serem tractados de suas enfermidades só poderão ser estabelecidos fora do recinto da cidade com licença da Câmara. São tolerados os que existem até que possam ser transferidos para lugares próprios. Os que começarem a construir Hospital sem licença serão multados em 6\$000 reis ou três dias de prisão. [...].

De fato, veremos paralelamente no cenário nacional a instituição, desde a década de 1810, de três cemitérios britânicos ao longo da primeira metade da década de 1810, em Salvador, Rio de Janeiro e Recife; todos de caráter privado a partir das suas associações

³ Essa postura não aparece numerada dentro da encadernação, sendo apresentada como “Postura nova” dentro da organização metodológica randômica dos volumes encadernados.

mantenedoras, apoiados na tolerância religiosa instituída através do citado artigo décimo segundo de 1810.

De certo que a instituição do Cemitério Britânico na Bahia se insere em um cenário anterior, tanto ao nosso recorte, quanto às posturas apresentadas. Entretanto, observa-se que este já atendia às condições previstas anteriormente citadas como estar fora da cidade (localizado na *sub urb*), ter autorização prévia de construção e estar devidamente delimitado através de muros como previam as leis municipais.

Comparando os efeitos resultantes, de um lado contata-se como a política dos tratados fez surgir o Cemitério Britânico, que criou uma referência arquitetônica na cidade. E, de outro lado, do que foi aplicado a partir das Posturas Municipais observamos uma tipologia bastante característica, contendo uma delimitação por muros, possuindo portão metálico de acesso, área de enterramentos e área para ritos constituída por uma capela. Essa tipologia terminou por ser referencial aos seus posteriores Campos Santos (1836//1850) e Cemitério dos Estrangeiros (1851), nos outros anos à frente.

Entre os anos de 1829 e 1859 são esses os teores e essências legais, com pequenos adendos em suas reedições que não alteram o seu conteúdo.

A encadernação relativa às Posturas Municipais, de 1893 a 1921, não apresenta nenhuma postura relativa às questões propostas nesse artigo. No entanto, foi possível apurar no Arquivo Histórico Municipal de Salvador a instituição da Diretoria de Higiene e Assistência Pública Municipal. Em suas ações entre os anos de 1913 a 1929, observa-se o aspecto regulador e fiscalizador das vistorias executadas nos cemitérios da cidade, dentre outras diversas funções, mostrando que a municipalidade já se estruturava de forma mais especializada a cumprir com as funções voltadas ao higienismo e a saúde pública. Entende-se aqui que a instituição e o funcionamento do equipamento urbano 'cemitério' fica vinculado a duas diretorias: à Diretoria de Obras e à Diretoria de Higiene e Assistência Pública Municipal, de forma complementar.

Considerando a organização e encadernação não linear das Posturas da Câmara, muitas vezes abrangendo períodos muito longos, quando não sobrepostos e partes faltantes, conforme relatado, seria fácil de interpretar que as mesmas sempre se mantivessem baseadas em proibições nos assuntos aos quais estabeleciam competência, prazos para correção das irregularidades, multas e outras penalidades, agindo de forma independente e linear sem grandes relações com as outras posturas ou com o conteúdo geral das posturas editadas em um período específico.

Contudo, frente à observação das Posturas da Câmara Municipal e o Código de Posturas, estabelecido em 1897, demonstra-se uma nova organização, tornando as

posturas parte de um sistema mais complexo e organizado. Se nas Posturas Municipais que compreendem os anos de 1893 a 1921, os seus dados remanescentes poderiam ser considerados incipientes, as posturas referentes ao ano de 1897 abrem-se com um agrupamento de posturas enumeradas da forma tradicional. Em diante, entretanto, seguem organizadas como o “Código de Posturas do Município da Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia”, este dividido em dois títulos: – o Título I – Polícia Administrativa, que por si somente trata das questões físico-urbanas e de obras da cidade e está dividido em 28 capítulos, representando um código de obras municipais elencado por suas diversas e necessárias categorias de informação, estabelecendo uma organização sistemática de ordenamento urbano para uma realidade, já bem mais complexa do que a de tempos passados, englobando não somente a necessidade da interação técnica de várias naturezas, como da complexidade da legislação da cidade; esta como resultado de suas leis de forma geral e da união do pensamento científico positivista, de base higienista, e do capitalismo liberal, de base industrial.

O ambiente posterior criado pelas posturas municipais relativos aos anos de 1921 a 1932 rebate *ipsis litteris* as posturas de 1897, dentro do conteúdo que segue, no Capítulo XIII, que trata “Do Enterramento de Corpos humanos e de Animaes – seu desenterramento – abertura de sepulturas.”

Postura n°229 Fica proibido o enterramento de corpos dentro das igrejas, seus adros, adjacências e seus quadros.

As pessoas a cargo de quem estiverem as mesmas igrejas que assim o não cumprirem, soffrerão a pena de 30\$000 de multa.

Postura n°230 Nenhum cadáver poderá ser enterrado senão em cova rasa, com sete palmos, pelo menos, de profundidade, ou em carneiros os quaes deverão obedecer às prescrições da Directoria de Hygiene e Assistencia Municipal, que terá o cuidado, na sua construção, de evitar a emanação de qualquer miasma.

Pena: 30\$000 de multa.

Postura n°231 Nenhuma sepultura, depois do enterramento do corpo, será aberta antes do tempo designado pela Directoria de Hygiene e Assistencia Municipal e até agora adoptado, salvo quando for para exame legal, determinado por autoridade competente.

Pena: 30\$000 de multa.

Postura n°232 Fica terminantemente proibido o enterramento de animal vaceum, suíno, lanígero, caprino ou de outra espécie em roças, quintaes, ou outro qualquer ponto de perímetro da decima urbana, fora do local para esse fim designado pela Municipalidade.

Pena: 30\$000 de multa.

Postura n°233 Toda pessoa que tendo desenterrado ou mandado desenterrar, tirar para si, ou para outrem, todo ou parte do animal, soffrerá a pena de 30\$000.

Postura n°234 O transporte dos cadáveres destes animaes só deverá ser feito em carros, apropriados, do asseio da Cidade.

Pena: 30\$000 de multa.

Do ponto de visto do cenário nacional, o texto constitucional de 1891 já assume,

através do artigo 71, § 5º Decreto n. 789, ao instituir que “Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral e as leis”.

Essa determinação foi basicamente mantida através da Constituição de 16 de julho de 1934, que, no entanto, concedeu às associações religiosas a manutenção de cemitérios particulares, desde que fiscalizados pela municipalidade.

Em 1926 foi apresentada por Joaquim Wanderley de Araujo Pinho à Cidade do Salvador, a partir do Ato nº 38, do Conselho Municipal da Cidade, a Lei nº 1.146 de 19 de junho de 1926, “que regula as construções, reconstruções, accessimos e modificações de prédios”, dividida em três títulos (Disposições preliminares, Construções em geral e Disposições gerais), e 316 Artigos divididos em seções específicas, que cobrem desde definições, atos administrativos, multas, habilitações profissionais, gabaritos, relação de insolação, iluminação e ventilação, protocolos de apresentação de projetos e alvarás de construção e habitação, dentre outros aspectos ligados à realidade das obras públicas e legislação e ordenamento e uso do solo.

Importante observar a constituição do TITULO I – Disposições preliminares, Capítulo I – Condições Gerais, na Seção II – Divisão da cidade em zonas, em seu artigo segundo, que divide a Cidade do Salvador em quatro zonas, a saber: Primeira zona ou zona central, Segunda zona ou zona urbana, Terceira zona ou zona suburbana e Quarta zona ou zona rural.

Importante observar que aqueles subdistritos que eram considerados como fora da cidade (*sub urbs*), agora já são considerados como áreas centrais, e dessa forma terminaram por englobar na urbanidade os cemitérios instituídos até o lançamento desta lei. O exemplo mais tangível deste fato é protagonizado pelo subdistrito da Vitória, no qual se localizam os três primeiros cemitérios da cidade (Cemitério Britânico, de 1811, Campo Santo, de 1836, e reaberto em 1850, e o Cemitério dos Estrangeiros, de 1851). O crescimento experimentado por este subdistrito foi de tal ordem que se tornou um dos vetores econômicos de vulto na época, sendo que alguns de seus trechos ainda representam essa razão socioeconômica.

Apesar de toda organização da Lei nº 1.146/26, não se observa mais a edição de nenhuma postura sanitária que faça menção à questão funerária, sendo que a diretoria de Obras e Viação, juntamente com a Diretoria de Saúde Pública do Estado é que passam a regular as questões municipais sobre as demandas funerárias, que estão se tornando cada vez uma ação mais de saúde do que propriamente física.

Conclusões

A cidade do século XIX é uma cidade de pensamento eminentemente burguês e liberal, e suas raízes se remontam aos herdeiros dos pensamentos direitistas vitoriosos das lutas de 1848, a exemplo do regime de Napoleão III, na França, de Bismark, na Alemanha, e dos novos conservadores ingleses baseados nos pensamentos de Disraeli. Obtém-se daí um novo modelo de cidade inspirado no pensamento das classes dominantes, com desejos e pensamentos de não intervenção do Estado. De acordo com Leonardo Benevolo, “a liberdade completa, concedida às iniciativas privadas, é limitada pela intervenção da administração, que estabelece os regulamentos e executa as obras públicas”. Logo, esse sistema trouxe sucesso imediato às principais cidades da Europa (BENEVOLO, 2009, p. 573). No caso do Brasil, esse pensamento não se desenvolveu de forma diferente. O Estado assume basicamente a mesma função reguladora, quando não eficiente ou não atuante, a exemplo do que foi o desempenho da Repartição das Terras Públicas de 1854.

Dentro dessa perspectiva, o que ocorria é que as principais capitais europeias em franco desenvolvimento apresentavam as mesmas características (BENEVOLO, 2009, pp. 573-589). Nesse caso, o modelo de desenvolvimento no Brasil terminou por seguir os mesmos pressupostos, nos quais:

1. Administração Pública e a propriedade privada encontram suas formas de coexistência, reconhecendo o espaço pertinente uma da outra e delimitando com exatidão o limite entre ambas. Dentro desse espectro, a administração pública gerencia o mínimo possível para o funcionamento do conjunto da cidade – ruas, praças, estradas de ferro, redes de água, esgoto, etc. A utilização dos terrenos urbanizados depende basicamente dos proprietários individuais. Sobre estes, a administração pública influi de maneira indireta, regulando limites de construção e interferências nas edificações circundantes.
2. As linhas de divisão entre os espaços públicos e privados são consideradas suficientes para formar o desenho da cidade.
3. A periferia a ser organizada faz aumentar o custo das moradias e obriga a conservar certo número de habitações mais precárias para as classes trabalhadoras e/ou mais pobres.
4. Alguns defeitos do modelo de cidade pós-liberal, a exemplo da densidade excessiva nos centros e a falta de moradias de baixo custo, são atenuados pela presença de parques públicos.
5. A sobreposição da cidade pós-liberal sobre a antiga tende a destruí-la.
6. Especialistas necessários para fazer funcionar a cidade devem aceitar um papel

secundário frente a sua subordinação à combinação entre burocracia e propriedade, não devendo discutir decisões já tomadas sobre a cidade, mas buscando ter a devida competência para executá-las. Acentua-se dessa forma a distinção entre o artista e o técnico.

A administração pública passa a definir corretamente os limites das responsabilidades citadas acima, entre o público e o privado, a partir da “coexistência” e da “linha de divisão entre os espaços públicos e privados” e daí as devidas providências para administrar as demandas públicas, uma vez que na esfera privada, cabe ao proprietário resolver todos os aspectos inerentes à sua propriedade (BENEVOLO, 2009, p. 573-589).

Diferentemente das posturas municipais relatadas aqui no período do recorte temporal, a Lei nº 1.146/26 deixa de operar diretamente às determinações das posturas, passando a responsabilidade de todas as práticas funerárias à Diretoria de Obras e à Diretoria de Higiene e Assistência Pública Municipal, que passaram a atuar de forma complementar. Esta ação, por sua vez compreendida dentro da habilitação do município a partir de um corpo administrativo e técnico competente, além de equipado, agregando as funções reguladora e fiscalizadora, de um lado, da construção civil, em si, pela Diretoria de Obras, e do lado normativo e administrativo e de higiene pública, pela Diretoria de Higiene e Assistência Pública Municipal.

Observa-se a devida estruturação das esferas públicas regulando não somente de forma complementar, mas de forma mais técnica e coordenada com as outras especialidades as quais estavam sujeitas à Cidade, não sendo mais dessa forma regulamentada exclusivamente pelos representantes da Câmara Municipal.

Esta nova forma de se pensar os limites de responsabilidade entre o público o e privado ainda encontra ressonância a partir do capitalismo liberal de pensar a questão do enterramento como prática comercial, aliviando a máquina do Estado do excesso de funções técnicas diretas, simplificando estas funções como reguladoras.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. *Posturas Municipais da Câmara da cidade de Salvador, 1829-1859.*

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. *Posturas Municipais da Câmara da cidade de Salvador, 1897.*

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. *Posturas Municipais da Câmara da cidade de Salvador, 1893-1921.*

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. *Posturas Municipais da Câmara da*

cidade de Salvador, 1921-1932.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR. *Posturas Municipais da Câmara da cidade de Salvador, 1936 – 1937.*

BENEVOLO, Leonardo. *A história da cidade.* São Paulo: Perspectiva, 2009.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade.* Tradução: Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial.* 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRASIL. Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. Abre os portos do Brazil ao commercio directo estrangeiro com excepção dos gêneros estancados. *Coleção de Leis do Brasil - 1808*, p. 1, v. 1, 1808.

BRASIL. Carta de Lei de 25 de março de 1824. *Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.* Manda observar a Constituição Política do Império, offerecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 824 Página 7 Vol. 1.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. *Diário Oficial da União* em 24.2.1891.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. *Diário Oficial da União* em 16.7.1934.

CARVALHO, Ernesto Regino Xavier. *Uma necrópole renascida: a história do Cemitério dos Ingleses da Bahia.* (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2006.

MENEZES, Albene Miriam Ferreira. Os alemães, uma presença secula. *Revista da Bahia*, n. 16, p. 36, março-maio 1990.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta oopular no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador.* Salvador: Câmara Municipal, 1996.

SALVADOR. *Lei n. 1.146 de 19 de junho de 1926, que regula as construcções, reconstrucções, accessimos e modificações de prédios.* Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1927.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 Anos de Urbanização: Salvador da Bahia no Século XIX.* Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SILVA, Elisete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia.* (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

SOCIEDADE SÃO JORGE E CEMITÉRIO BRITÂNICO. *Atas da Comunidade Britânica da*

Bahia no ano de 1851.

SOCIEDADE SÃO JORGE E CEMITÉRIO BRITÂNICO. Atas da Comunidade Britânica da Bahia no ano de 1852.

VAZ, Francisco d'Assis de Souza. *Memória sobre a inconveniência dos enterros nas igrejas e utilidade da construção de cemitérios*. Bahia: Imprensa de Gandra e Filhos, 1835.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvadore: Itapuã. v. 1, 2005. (Coleção Baiana).

ZUCCONI, Guido. *A cidade do século XIX*. Trad e notas Marisa Barda. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ESPAÇOS DE CEMITÉRIO E A CIDADE DE SÃO PAULO/SP

Felipe Fuchs¹

O estabelecimento do cemitério como espaço fúnebre

O aspecto da maior parte dos cemitérios ocidentais, como conhecemos hoje, tem origem na concepção cristã de preservar e repousar o corpo após a morte, à espera da ressurreição. Como conta Ariès (2010), esse ponto de vista foi difundido através da hegemonia da Igreja Católica, desde o princípio da Idade Média até o século XVIII. Neste período, o pressuposto fundamental para se lidar com os corpos dos falecidos era o sepultamento nas dependências das igrejas, próximo aos santos e mártires que protegiam as sepulturas do profano e libertavam os indivíduos dos pecados cometidos em vida. Esses locais configuram os cemitérios da época medieval, marcando uma relação de proximidade entre os vivos e os mortos. Vovelle, ao comentar o trabalho de Ariès sobre a história da morte no ocidente, definiu a sociedade da Idade Média como “uma sociedade em que coabitam os vivos e os mortos, em que o cemitério se confunde com a igreja no coração da cidade” (1976, p.126, tradução nossa).

Com o passar dos séculos, uma nova consciência passou a fazer parte do ideário da sociedade. Como conta Ariès (2010), a partir dos séculos XIII, começou a ganhar lugar uma concepção judicializada da morte, baseada na ideia de que no instante derradeiro será tomada uma decisão suprema sobre o destino da pessoa. Dessa forma, a angústia de ser julgado e o medo de ser preterido do livro da vida transformaram o entendimento sobre a morte, que passou a ser vista como um momento carregado de dúvidas e inseguranças. A vida de cada indivíduo passou a ser entendida como a narrativa de uma história particular da qual a morte é, ao mesmo tempo, o episódio final e a apresentação dos fatos e eventos àqueles que irão julgá-la. Essa mudança é a raiz da transformação da morte em um evento apavorante, comovendo uma sociedade que, anteriormente, não temia a morte.

Essa visão irá se consolidar gradativamente ao longo dos séculos seguintes, ganhando espaço junto a outras ideias trazidas pela modernidade, como o estreitamento dos laços familiares, a apropriação da morte pela medicina e o desenvolvimento de ideias higienistas impulsionadas por uma sucessão de episódios de epidemias contagiosas. Estabelecidos ao longo do século XVIII e alimentados principalmente por pensadores

¹ Artigo elaborado a partir de Dissertação de Mestrado Espaços de Cemitério e a cidade de São Paulo, realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e apresentada em maio de 2019. Cf. (FUCHS, 2019). São Paulo/SP.

iluministas, essas concepções progrediram junto ao processo de secularização (ou de laicização), conformando o que Ariès definiu como uma atitude perante a morte caracterizada principalmente pela sua própria negação (2010, 2014). Com isso, a responsabilidade pela questão dos corpos falecidos passou a ser discutida pela sociedade e seus principais representantes, ganhando a conotação de um problema de saúde pública, o que abriu caminho para o surgimento de um novo tipo de cemitério, um local destinado exclusivamente aos sepultamentos e às questões fúnebres.

Tendo como referência a Lei das Doze Tábuas,² definiu-se que estes lugares deveriam estar localizados em regiões periféricas aos centros urbanos. Essa visão era fundamentada, principalmente pelo discurso dos médicos da época que defendiam a chamada doutrina dos miasmas. Para eles, a matéria orgânica em decomposição sob a influência de elementos como temperatura, umidade e direção dos ventos, formava vapores ou miasmas nocivos à saúde, infectando o ar que se respirava. Contra esse “perigo” que os cadáveres representavam, o distanciamento era considerado a solução mais adequada.

No entanto, esse afastamento trouxe à tona uma nova questão: a dificuldade de se manter em contato com os entes queridos falecidos. A necessidade de buscar uma aproximação transformou o comportamento em relação aos falecidos, transformando a visita ao cemitério em um culto de veneração aos mortos. A partir desse movimento, desenvolveu-se um sistema baseado na ideia de que cada sepultura individual representava o lugar a ser visitado pelos entes queridos, conformando-as em marcos territoriais. Assim, os familiares passaram a se vincular ao local de disposição dos restos mortais do falecido, demandando a concessão de um lugar dedicado especificamente a eles. A sepultura se converte, então, numa espécie de propriedade, onde se vai para visitar o parente falecido como se vai à casa de um familiar, cheia de recordações (ARIÈS, 2010). Difundido, principalmente durante o século XIX, esse hábito foi paulatinamente assimilado tanto pelas igrejas cristãs como por outras formas de religião do mundo ocidental. A visita ao cemitério levou, então, à criação de novos costumes que evocam o morto e cultivam a sua recordação como a visita em datas especiais e a colocação de flores. Essas práticas são hoje tão familiares que é comum se pensar que são bastante antigas, como se exprimissem uma constante fixa da natureza humana, mas, na realidade, são bastante recentes. O culto aos mortos foi tão bem naturalizado, que se esqueceu das suas origens.³

² Criada pelos romanos, a lei proibía o enterro nas cidades, considerando que os mortos deviam estar situados em outro local, afastado da cidade dos vivos, que recebeu o nome de necrópole, a cidade dos mortos.

³ Sem dúvida existiram condutas similares nas famílias nobres do final da Idade Média, que consagravam seus mortos em túmulos no interior das capelas e das igrejas. Porém, esses casos, além de serem bastante raros, tinham como preocupação muito mais reverenciar a santidade e a notoriedade do falecido, do que a

Desse modo, os cemitérios modernos⁴ se configuraram como um organismo singular, com regras e condições próprias de funcionamento. De alguma forma, eles podem ser entendidos como espaços públicos e privados, simultaneamente, tanto do ponto de vista de ocupação do lugar, como de identificação da memória e de questões afetivas. As sepulturas, epitáfios ou qualquer outra manifestação fúnebre materializada representam as expressões privadas que são invariavelmente acessíveis e visíveis a todos, devido à condição do cemitério como espaço de acesso público. Essa condição abre caminho para um debate sobre as atribuições e formas de uso dos espaços de cemitério que ganha ainda mais importância com o crescimento das cidades, durante o século XX, responsável por trazer boa parte destes locais de volta ao meio urbano. Ao trazer essa discussão a um contexto contemporâneo de pensamento dos espaços urbanos e de seus usos, é possível refletir sobre a limitação dos cemitérios a finalidades estritamente fúnebres. Para tal, é preciso pensar a noção de espaço público, num sentido que perpassa o conceito de posse da propriedade, ampliando o debate dos cemitérios a questões como a memória e afetividade compartilhadas, a relação entre vivos e mortos, o uso social do espaço, entre outros.

Simbolismos e vínculos

A morte vai muito além do momento em que um indivíduo deixa a vida. Ela não é limitada a uma transição instantânea de um estado para outro, mas é um processo complexo que demanda tempos alongados e que possui diversas facetas: morte biológica, morte social, morte íntima. Portanto, o estudo da morte é permeado por questões relacionadas aos simbolismos e às representações presentes nesse processo. A partir de uma análise que busca distinguir a estrutura dos componentes funerários comuns na cultura ocidental, é possível destacar um tema constante em relação à morte: a ausência.

Em *Antropologia da imagem*, Hans Belting indica um caminho para compreender essa questão. O autor argumenta que “o morto será sempre um ausente e a morte uma ausência insuportável que os vivos tentam suprir de diversas maneiras” (2014, p.182). Para Belting, uma das formas de preencher a lacuna deixada pelo morto é através da *imagem*⁵ na condição do que se pode chamar de presença de uma ausência. Na tentativa de superar a ausência, a maior parte das culturas associa os mortos a objetos e lugares específicos

cultuar a fidelidade e a recordação (ARIÈS, 2010).

⁴ Ressalta-se que o termo cemitério moderno é usado aqui conforme Ariès (2010), ou seja, tendo como referência o período histórico moderno que levou ao surgimento deste tipo de lugar.

⁵ O autor desenvolve em seu livro as concepções de *imagem, meio e corpo*. Para ele, a imagem não é algo físico, mas funciona como uma referência construída para ajudar na compreensão de determinado tema.

onde, mediante a *imagem*, ganham um corpo simbólico, imortal, ao qual ele se refere como o *meio*.⁶ Com isso, os vivos podem voltar a se relacionar e a socializar com os mortos, enquanto o corpo mortal tem seu curso definido pela sua decomposição ou metamorfose. O lugar em que isto ocorre na cultura contemporânea ocidental é, majoritariamente, o túmulo, localizado nos cemitérios.

É possível traçar um paralelo entre o conceito de *imagem* de Belting e a discussão colocada por Edgar Morin que afirma que as diversas combinações de crenças, ideologias e formas de elaborar a morte estão estritamente relacionadas com a ideia do *duplo*. Para Morin (1997), o *duplo* seria como uma espécie de *alter ego* do indivíduo, sua sobrevivência por meio de espectro, ou, ainda, uma extensão sua que emana após sua morte. Ao pensar na ótica do *duplo*, é possível notar que algumas práticas cerimoniais que podem parecer bastante distintas, como o enterro e a cremação, se aproximam no sentido da busca em determinar um ponto de apoio⁷ para o *duplo*, quer seja no corpo como um todo, quer seja em parte dele. Mesmo nos casos onde esse apoio pode se dar em um substituto simbólico, eles se apresentam como suportes do culto prestado ao morto; são intermediários.

Tendo em mente que a ruptura da convivência com o falecido determina a necessidade de encontrar novas formas de vínculo, o simbolismo funerário é capaz de dar uma dimensão efetiva ao ausente, proporcionando condições para que as questões material e espacial encontrem lugar. Catroga (2010, p. 167) se refere a esse processo como a “re-presentificação” do finado, termo que transita entre os conceitos de representação e de ausência-presença. Assim, pode-se dizer que a existência social dos falecidos é afirmada através da atuação dos símbolos e marcos presentes no cemitério, que, por sua vez, permitem a reverberação de suas memórias. Abrigando múltiplas *imagens* e *duplos*, eles assumem uma posição emblemática, atuando de modo a “localizar o sem-lugar”, conforme expressão de Peter Johnson (2012, p. 4, tradução nossa). O espaço do cemitério passa, então, a funcionar como uma espécie de “artefato material” (WARNER, 1959, apud FRANCIS, 2003, p. 223, tradução nossa).

Ainda, é possível articular a importância do simbolismo funerário não apenas no que diz respeito ao elo memorial e representativo, mas também à necessidade do estabelecimento de uma nova relação com a morte-ausência do ponto de vista do luto. De forma ampla, a paisagem, as construções e os objetos fúnebres não são apenas elementos do cenário de cemitério, mas assumem o papel de ponto de interlocução entre os vivos e

⁶ Para Belting, o meio configura algo concreto, uma espécie de suporte sobre o qual projeta-se uma imagem concebida.

⁷ O ponto de apoio pode ser entendido como qualquer *meio*, conforme discutido por Belting (2014), seja ele físico ou abstrato, onde o enlutado pode encontrar amparo frente à ausência trazida pela morte.

os mortos. Nesse aspecto, é importante observar que o luto deve ser entendido como um processo não homogêneo, dinâmico e dotado de características próprias. Os psicólogos Margaret Stroebe e Henk Schut (1999) descrevem uma perspectiva que concebe o luto de forma não linear e oscilatória. Portanto, ele não se restringe a um tempo determinado, assim como não está limitado a um espaço definido, mas acompanha o enlutado quando e aonde ele for. Ao pensar a experiência do luto como uma trajetória complexa que será conhecida por todos, algo que vai além das identidades e afetividades restritas, nota-se o papel primordial do cemitério em representar e simbolizar, ele mesmo, a morte.

Não à toa os romanos adotaram a expressão *memento mori* para se lembrar do fato de que, em algum momento, todos morrem. Essa recordação não tinha como objetivo uma visão fatalista da morte, mas era usada como forma de valorização da vida. Assim, em uma conjuntura onde evita-se pensar sobre a morte (o que paradoxalmente indica uma desvalorização da vida), o cemitério cumpre a função primordial de lembrar do estado inexorável da finitude; ele próprio torna-se um *memento mori*. Ao relacionar a noção de finitude com a ideia de percepção do lugar, reforça-se a importância do espaço cemiterial para a construção de pontes entre a vida e a morte. Pode-se dizer que, em certo sentido, os lugares dos mortos são paisagens essenciais, lugares onde são mantidos em equilíbrio morte e vida, passado e futuro, mundo material e mundo espiritual. Como coloca Augustin Berque, “a paisagem diz respeito ao visível, mas também ao invisível. Ao material, mas também ao espiritual. É esta ambivalência o que é essencial, e o que faz a realidade da paisagem” (BERQUE, 2009, p. 85). Assim, percebe-se a influência da ideia de religiosidade⁸ na conformação do sentido do espaço cemiterial. Observa-se que a religiosidade tem fornecido as principais explicações sobre a conformação do mundo e sobre como a morte humana pode encontrar lugar nessa topografia (WORPOLE, 2003). Para os primeiros cristãos, por exemplo, o céu e o inferno eram lugares reais, parte da geografia e geologia do próprio mundo real, como muitos mapas medievais revelam (WALTER, 1993).

Desse modo, nota-se que as questões trazidas através das noções de memória, luto e religiosidade são fenômenos complexos e dinâmicos que envolvem uma relação com suportes materiais, espirituais e espaciais que, se forem concebidos com atenção às suas particularidades, podem contribuir de forma benéfica para se relacionar com a morte e com os mortos. Juntas, elas conformam um tripé que pode contribuir na reestruturação dos

⁸ Nota-se que o termo religiosidade deve ser entendido como a disposição para refletir sobre aspectos que vão além da compreensão humana. Desse modo, independentemente da religião (ou falta de), a religiosidade se refere a um ato de convicção para com um sentido (ou falta de) sobre a morte.

vínculos, estabelecendo novas formas de se lidar com a ausência e tecendo novos meios de relacionamento com o falecido. Para tal, ressalta-se que essas três ideias são bastante subjetivas e devem ser entendidas desta forma. A memória reconhece as identidades, transmite histórias e valores e traz a sensação de continuidade do decorrer da vida. O luto auxilia na reorganização, no encontro de uma nova estabilidade para a relação e ajuda a encontrar a resiliência. Por fim, a religiosidade ajuda a lidar com o desconhecido, a dar significado a fenômenos de difícil assimilação, a imaginar que pode haver sentido em algo que vai além da compreensão humana. Entende-se que essas ideias são fundamentais frente à situação de ausência e separação que a morte proporciona, sendo fundamental pensar como os artefatos e os espaços podem atuar na sua assimilação.

Nesse sentido, é possível compreender o constante movimento de associação dos cemitérios à ideia de morada. A metáfora do túmulo como casa tornou-se uma das mais poderosas da cultura ocidental, tanto em seus significados arquitetônicos, quanto culturais, sendo utilizada de forma recorrente ao se referir aos espaços de repouso dos falecidos no cemitério (WORPOLE, 2003). Essa relação encontra sentido na aproximação às ideias de abrigo e de acolhimento que a noção de lar carrega, tornando o local de sepultura um substancial ponto de apoio na relação entre vida e morte. Assim, percebe-se que os conceitos trazidos perpassam justamente a ideia de “suprir de diversas maneiras” (BELTING, 2014, p. 182) a ausência decorrente da morte de um ente querido, conforme colocado anteriormente.

Subjetividades e intersecções

Ao ver como o espaço fúnebre e sua materialidade podem influenciar na relação entre vida e morte, é também importante notar como essa dinâmica se dá de forma atrelada ao seu contexto histórico e sociocultural. Se durante o período medieval o cemitério estava no centro da cidade, nos terrenos ao redor das igrejas, junto a feiras, danças, jogos e encontros públicos, no século XIX, com a criação dos primeiros cemitérios modernos foram estabelecidos regulamentos que passaram a controlar as atividades permitidas aos moldes do que era comum no interior das igrejas. Assim, a busca por uma correspondência entre o decoro e os usos dos espaços restringiu as possibilidades de atuação nos cemitérios, desencorajando certos tipos de apropriações. Os regulamentos de conduta, oficiais ou convencionados, definiram um sentido de aprovação ou desaprovação das atividades, agenciando-as segundo uma perspectiva moralizante e moralizadora característica de uma moral cristã que ganhou força à época. Fruto dessa postura, é comum a percepção de que as formas de conduta consideradas alheias às questões fúnebres e religiosas são

inadequadas ao espaço de cemitério. Prevalece o entendimento de que, nesse lugar, é preciso se comportar “devidamente”, o que desencadeia toda a subjetividade do que pode ou não pode ser considerado “apropriado”. Ao estipular posturas atreladas a uma forma específica de se portar e comportar no cemitério, percebe-se como, em certo sentido, os “dilemas morais” da sociedade em questão se tornaram “dilemas espaciais” (LUSSAULT apud THIOLLIERE, 2016, p. 296, tradução nossa).

No entanto, a partir da conjuntura despontada durante o século XX, o espaço cemiterial passou a abrigar novas formas de ação surgidas à revelia das expectativas e de aspectos morais estritos. Considerando o contexto dos cemitérios urbanos, em meio ao ritmo acelerado da vida nas grandes cidades, esses locais foram objetos de apropriações diversas, livres da influência de qualquer imposição normativa. Percebe-se, então, que a qualificação das ações no espaço não depende apenas dos limites estabelecidos, mas do grau de possibilidade que ela inclui. Formas inesperadas de apropriação surgem a partir das oportunidades encontradas, sendo preciso compreender os usos do espaço de cemitério de acordo com cada contexto. Para isso, é fundamental entender a condição dinâmica existente entre “materialidade e ação” (QUEIROGA, 2012, p. 58). Como coloca Queiroga, não se pode resumir a questão do espaço a partir apenas de sua materialidade, deixando de lado suas apropriações, bem como não se pode atentar apenas para as ações, esquecendo sua materialidade.

É possível refletir sobre esses temas ao analisar o cenário de uma metrópole como São Paulo, no contexto urbano do século XXI. Em espaços fúnebres paulistanos como o Cemitério Vila Formosa, é possível encontrar frequentadores e visitantes que vão ao local para realizar atividades não relacionadas com as questões fúnebres, como corrida, alongamento, ciclismo e passeio com animais de estimação. Normalmente, essas atividades são realizadas por pessoas que enxergam no cemitério um espaço arborizado e com ar puro adequado para essas práticas. Devido à falta de praças, parques e equipamentos de lazer e cultura com essas características no entorno próximo, o Cemitério da Vila Formosa acaba se configurando como um espaço atraente e acessível à população, que o utiliza para realização de atividades deste gênero de forma paralela à rotina de sepultamentos do cemitério. Nesse sentido, alguns moradores da região colocam que “o cemitério é como o quintal que eles não têm em casa”.⁹ Desse modo, se à primeira vista os cemitérios podem ser vistos de forma tétrica e monofuncional, o Vila Formosa se mostra um espaço fértil a diversas formas de atuação e percepção.

⁹ Conforme conversa entre o autor e frequentadores do local realizada no Cemitério da Vila Formosa em julho de 2017.

No entanto, ao observar esse fenômeno, é importante salientar que a existência dessas práticas não determina que elas atuem como ações transformadoras do espaço por si só. Na prática, a intenção dessa argumentação é, antes de qualquer análise, reconhecê-las. Ao fazê-lo, é possível discutir as conjunturas de cada situação e então imaginar formas de usufruto dos cemitérios condizentes à complexidade, à diversidade e às necessidades da vida e da morte numa cidade como São Paulo. Ressalta-se que as ocupações dos espaços de cemitério representam uma instigante fonte de indagações sobre devires urbanos, como coloca Guatelli. Para o autor, é preciso

[...] lidar com o florescimento, cada vez mais frequente, de eventos, de acontecimentos, verificados nas mais diversas escalas, que parecem causar certos desajustes ao romperem com o originalmente proposto, por vezes subvertendo as representações históricas que lugares e formas possuem, 'excedendo', mediante da apropriação e utilização momentâneas, os usos e funções inicialmente previstos como mais apropriados e adequados para tais lugares e objetos. (GUATELLI, 2012, p. 31).

Em trabalho de campo realizado junto aos cemitérios britânicos, Francis, Kellaher e Neophytou (2000) buscaram entender o que os frequentadores dos cemitérios faziam durante suas visitas e o que esses espaços significavam para eles. Ao analisar suas conclusões, nota-se as diferentes maneiras pelas quais tenta-se articular os sentidos desses lugares. Foram encontrados uma variedade de interpretações, sendo que, em muitos casos, as posições apresentadas até por um mesmo interlocutor sugerem ambiguidades e contradições. O estudo observa, por exemplo, que o cemitério é, ao mesmo tempo, calmo e inquietante, público e íntimo, contínuo e transitório. A mesma sensação pôde ser percebida ao longo de incursões etnográficas¹⁰ realizada nos cemitérios de São Paulo para esta pesquisa. Notou-se como o cemitério é um espaço que possui qualidades difíceis de se descrever. Desse modo, seus atributos e atribuições serão, naturalmente, objeto de controvérsias. Frente a isso, é fundamental aceitar e lidar com uma condição polissêmica e paradoxal destes lugares, justamente ricos em ambivalências e contradições. Assim, é importante ponderar que a discussão sobre quais atividades são ou não apropriadas e apropriáveis nos cemitérios deve ser feita conforme cada circunstância, social, histórica, cultural e geográfica. O desafio reside, então, em encontrar conformidades para cada situação, no sentido de encontrar concordâncias possíveis.

Para ajudar nessa incumbência, é possível discutir alguns elementos construtivos e seu papel na apreensão e associação dos espaços, como colocado por Georg Simmel

¹⁰ As incursões etnográficas realizadas seguiram como base a metodologia "de perto e de dentro" conforme descrito pelo antropólogo José Guilherme Magnani (2002, 2012).

(1996) em texto intitulado *A Ponte e a Porta*. Nele, o sociólogo alemão apresenta a ponte como um objeto que representa a vontade de juntar espaços, ela supera o distanciamento entre extremidades ao mesmo tempo que as torna perceptíveis. Já a porta elimina a separação entre os espaços e, portanto, é capaz de ilustrar de maneira mais clara que a separação e a união nada mais são do que aspectos do mesmo evento. Para o autor, a porta é justamente a imagem do ponto fronteiro onde o ser humano determina sua permanência.

Derivada das metáforas de Simmel é possível utilizar a noção de soleira para entender a ideia de espaços que podem ser chamados de limiars. A soleira é um elemento construtivo, usado sob a porta, de forma a marcar uma transição entre ambientes. Por estar localizada entre os limites desses ambientes, ao mesmo tempo que marca a separação e a passagem entre eles, a soleira é parte de ambos. Entre limiar e passagem, ela se abre ao surgimento de um *outro* ambiente no encontro dos espaços. Portanto, assim como a soleira, o espaço limiar pode ser constantemente atravessado, oferecendo uma experiência de mobilidade e de permanência.

Essa noção permite investigar aspectos das dimensões social e temporal na experiência espacial, suscitando questões íntimas e simbólicas a respeito da percepção do corpo em relação ao ambiente em que ele está inserido. O conceito de soleira tem aparecido como uma das principais formas de discutir as atmosferas arquitetônica e urbana em um contexto cada vez mais múltiplo e diverso, sendo capaz de acolher variadas correspondências através das ideias de coexistência e convivência. Mostrar como a experiência móvel urbana emerge sobre os limiars e atmosferas leva a questionar as possíveis intersecções em uma cidade cada vez mais aberta e flexível, capaz de acolher a multiplicidade e a pluralidade. Nesse sentido, o limiar indica um caminho *entre* as diferenças, um entre-percepções, entre-estados, entre-espaços, o que permite ao indivíduo ter um vislumbre de ambos os lados e, assim, oferece possibilidades de escolha, de mediação (THIOLLIERE, 2016).

No entanto, isso não significa que qualquer espaço possa tornar-se um espaço limiar. Para que esse processo seja viável, ele deve ter certas qualidades, deve ser capaz de despertar sensações e acepções distintas, características da heterotopia.¹¹

¹¹ A aproximação dos cemitérios ao conceito da heterotopia, conforme Foucault (2001), destaca as virtudes polissêmicas desses espaços que, através das subjetividades, encontram-se abertos às mais variadas interpretações e sentidos. A conjunção espaço-tempo do cemitério e a presença difusa dos rastros que a morte oferece configuram as experiências singulares representadas por cada forma possível de se perceber o espaço e sentir o lugar. Então, as diferentes percepções e sensações tornam o cemitério portador de múltiplos significados, condição característica das heterotopias.

O conceito de liminalidade pode ser interpretado, então, como um recurso para se pensar nas tensões existentes nos interstícios de um mesmo espaço pois, ao mesmo tempo que marca as diferenças, ele permite que elas coexistam. Nesse sentido, como proposto por Guatelli (2012), cabe refletir se poderia existir uma circunstância onde é possível constituir as adequações e pertinências espaciais, ao mesmo tempo em que se aceita e acolhe as formas inesperadas de uso e apropriação do espaço. Em outras palavras, tendo em mente que a condição fúnebre está vinculada às definições idealizadas dos usos “adequados” ao cemitério, cabe refletir como ela poderia se constituir de forma não hermética, de modo a aceitar a mobilidade e diversidade de seus atributos. Ressalta-se, no entanto, que essa busca não deve consistir em retirar qualidades que fazem um cemitério ser identificado como tal, mas pensar meios para permitir que a profusão de ações convivam, mesmo elas sendo, por vezes, paradoxais. Assim, o espaço se apresenta, ao mesmo tempo definido (como espaço fúnebre) e indefinido (pela forma como são determinadas as ações no espaço). Desse modo, tendo como pano de fundo a consideração de condições polissêmicas, paradoxais e também sincrônicas, essa indeterminação busca reconhecer o espaço de cemitério tanto em sua complexidade relacional, como em seu contexto na cidade e sociedade contemporâneas.

Rumos dos espaços fúnebres contemporâneos e a relação entre vida e morte

Nas últimas décadas percebe-se como tem crescido o interesse e os estudos sobre a morte, colocando em xeque a noção predominante de escamoteamento dos temas fúnebres e trazendo ao debate outras perspectivas sobre as formas que se dão a relação entre vida e morte. Desse modo, a visão majoritária de ocultamento dos cemitérios tem sido gradativamente questionada, passando a ser vista por alguns estudiosos mais como “um segredo muito mal mantido” (WORPOLE, 2003, p. 8) do que um tema absolutamente negado e banido. Assim, como visto anteriormente, por mais que a relação entre vivos e mortos possa parecer um fenômeno estático e definitivo, de tempos em tempos ela acaba sendo transformada, sendo fruto de uma construção social dos costumes e pensamentos de cada época.

Ampliando a discussão do espaço fúnebre, além de questões simbólicas, religiosas, memoriais e afetivas, a morte se apresenta, objetivamente, como uma questão material. O corpo se torna vestígio e é preciso buscar uma destinação, uma forma e um lugar para acomodá-lo. Cada uma das escolhas envolvidas nesse processo acaba por estabelecer um tipo de relação com a morte e com o espaço. Desde o final do século XX tem ganhado espaço um movimento em direção a uma maior conscientização das questões ecológicas.

Refletido inicialmente nas práticas durante a vida, ele tem alcançado cada vez mais o tema da morte e do corpo, trazendo práticas funerárias que unem a tecnologia à problemática ambiental. Começam a ganhar espaço perspectivas que confrontam uma visão individual da morte e que buscam se aproximar de uma concepção mais holística da passagem na Terra. Discute-se como conciliar as questões logísticas e econômicas aos aspectos ecológicos e humanistas. Projetam-se edifícios para abrigar os restos mortais junto aos meios urbanos adensados. A partir do desenvolvimento de novas tecnologias, surgem novos métodos para lidar com o cadáver. Os meios de constituição da relação com os mortos assumem novas formas e o tema da morte mostra os primeiros sinais de uma reconfiguração que ainda está por ser melhor definida. No entanto, é importante ressaltar que as novas técnicas não devem ser entendidas como substitutas de procedimentos sociais e históricos estabelecidos em relação à morte, mas como recursos para a conjuntura contemporânea, como alternativas.

Do mesmo modo, é de se esperar que os cemitérios e espaços fúnebres passem a ampliar as formas de inscrição dos corpos falecidos. A multiplicidade de métodos de destinação do corpo não deve representar uma anulação dos espaços de cemitério, mas impulsionar sua reinvenção. Parece certo que o cemitério, visto como objeto urbano imutável, deve se transformar nas próximas décadas. Naturalmente, contribui para isso fatores como o crescimento populacional, a transformação das formas de relação com os mortos, a mudança nas escolhas de tratamento do corpo e a nova conjuntura urbana. Assim, algumas alternativas têm aparecido para se pensar os seus espaços: a preservação de cemitérios históricos e de valor patrimonial; a expansão de setores ou de áreas específicas; a reconfiguração de cemitérios existentes; e a abertura para outras formas de tratamento do corpo e de uso dos espaços. Efetivamente, muitos cemitérios têm sido adaptados e redefinidos de modo a reconsiderar os meios de suporte à morte e sua relação com as sociedades urbanas.¹²

O debate para se pensar os espaços fúnebres passa, então, pelo desafio de encontrar formas de abrigar as novas relações e posições junto à morte. Para isso, é preciso buscar configurações que, de acordo com cada contexto, permitam tanto a identificação dos temas relacionados à morte como sua apropriação pelas pessoas. Junto a outras áreas de estudo, a participação dos arquitetos na criação e organização desses lugares da morte é fundamental. É essencial caminhar em reciprocidade com a sociedade e com as experiências prévias. O arquiteto não transforma as relações, mas pode dar forma às

¹² Alguns desses espaços são apresentados e discutidos na Dissertação de Mestrado *Espaços de Cemitério e a cidade de São Paulo*. Cf. (FUCHS, 2019).

mudanças em curso. Trata-se de testar os limites da arquitetura, do paisagismo e do *design* para descobrir os melhores meios para se contribuir na configuração da relação entre morte, sociedade e cidade. Ressalta-se ainda o papel da Universidade, que através da realização de pesquisas contribui na busca por conduzir questões de interesse da sociedade de forma transformadora. Nesse sentido, do mesmo modo que o discurso científico é reflexo das mudanças sociais, através de uma posição questionadora e, no caso da arquitetura, propositiva, ele pode também ser motivador e propulsor de mudanças.

Considerações finais

Foi visto até aqui como aspectos dos espaços de cemitério podem ser pensados, tanto sob a ótica das concepções e ideias simbólicas e afetivas, que compreende questões mais abstratas, como também sobre a definição da destinação material, que está relacionada com temas mais concretos. Tendo em vista ambos estes sentidos, é importante discutir a posição e a composição dos espaços de cemitério a partir do reconhecimento de que este tema compreende assuntos complexos, envolvendo atributos de campos extremamente sensíveis. Ainda, é fundamental sublinhar que o cemitério é o espaço onde a morte se afirma, assumindo importância como meio para localizá-la, para permitir a continuidade das relações *post mortem* e para expressar representações fúnebres, assumindo o papel de *memento mori*.

Desse modo, para se aprofundar nas instâncias de discussão dos espaços de cemitério, acentua-se que cada situação requer uma leitura específica de suas sensibilidades e peculiaridades. São Paulo foi configurada de modo funcionalizado, fragmentado. Uma cidade onde as formas de atuação acabaram por reduzir o pensamento urbano a sistemas de organização de fluxos, de usos predefinidos e de distribuição de infraestruturas, empobrecendo o debate a respeito da cidade. Com isso, favorece-se a quase anulação da dimensão simbólica, da potência como espaço de encontro e de construção de novas possibilidades de sentido, de apropriações e do convívio das alteridades. É esta cidade que vê como normal o encerramento não apenas dos seus cemitérios, mas de inúmeras práticas socioespaciais, gerando não apenas espaços, mas também cotidianos fragmentados. Desse modo, não é de se estranhar que, além das questões envolvidas na dificuldade de se relacionar com a esfera fúnebre, os cemitérios passaram a se encontrar de forma dissociada da dinâmica urbana, espaços que foram *fago citados* pela cidade, mas que não se dissolveram nela. Os espaços de cemitério paulistanos representam a segunda maior parcela de áreas verdes do município, atrás apenas dos parques e praças. Portanto, é preciso ter em mente o papel desses lugares,

tanto nos quesitos de apropriação de usos cotidianos, como na determinação das estruturas ecológicas da cidade.

Ao refletir sobre a importância dos processos sociais e ambientais urbanos, é possível imaginar que a inscrição da morte junto aos espaços da cidade pode, inclusive, ser parte geradora de um processo de renovação espacial. Nesse sentido, ao se transpor o muro simbólico e físico dos cemitérios, é possível vislumbrar a difusão do espaço da morte junto à cidade, de modo que o estabelecimento de uma lógica de integração pode levar à formação de um sentido de interação. Assim, os espaços de cemitério podem projetar-se de forma abrangente, deixando de se apresentar como encaves para se tornarem extensões do meio urbano. Desse modo, o poder afetivo e simbólico que emana desses lugares poderia ser posto a serviço do desenvolvimento da experiência urbana, contribuindo para a concepção de espaços que podem amplificar a convivência e o encontro em uma cidade mais acolhedora e incluyente. Para tal, é preciso abrir-se, permitir o atrito, consentir que a atmosfera dos espaços fúnebres seja percebida. Acredita-se que ao permitir abraçar as possíveis integrações e interações entre os espaços de cemitério e a cidade, boa parte das pessoas possa se surpreender.

Referências

ARIÈS, Philippe. *O Homem diante da Morte*. Trad. Luiza Ribeiro. São Paulo: Ed. Unesp, 2014

BELTING, Hans. *Antropologia da imagem*. Trad. Artur Mourão. Lisboa: KKYM, 2014.

BERQUE, Augustin. *El pensamiento paisajero*. Trad. J. Maderuelo. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v.12, n. 20, p.163-182, jan.-jun. 2010.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. Trad. Inês Barbosa. In. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Coleção Ditos & Escritos III. Rio de Janeiro: Forense, 2001 (1984). p.411-422.

FRANCIS, Doris. *Cemeteries as cultural landscapes*. *Mortality*, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: www.d.umn.edu/cla/faculty/jhamlin/4960/Cems.pdf. Acesso em 18 nov. 2018.

FRANCIS, Doris; KELLAHER, Leonie; NEOPHYTOU, Georgina. Sustaining cemeteries: the user perspective. In: *Mortality*, v.5, 1, p. 34-52, 2000.

FUCHS, Felipe. *Espaços de cemitério e a cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2019.

GUATELLI, Igor. *Arquitetura dos entre-lugares: sobre a importância do trabalho*

conceitual. São Paulo: Senac, 2012.

JOHNSON, Peter. *The cemetery: a highly heterotopiaplace*. Plataforma Heterotopian Studies: 2012. Disponível em: www.heterotopiastudies.com. Acesso em 15 nov. 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. (Coleção Antropologia Hoje).

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, junho 2002.

MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Trad. Cleone Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. Tese (Livre docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SIMMEL, Georg. A ponte e a porta [1909]. Trad. de Simone Maldonado. In: *Revista Política & Trabalho*, 12 ed., Ed. Universitária da UFPB, p. 11-15, setembro de 1996.

STROEBE, Margaret; SCHUT, Henk. The dual process model of coping with bereavement: rationale and description. In: *Death Studies*, v. 23, Issue 3, p. 197-224, 1999.

THIOLLIERE, Pascaline. *L'urbain et la mort: ambiances d'une relation*. Architecture, aménagement de l'espace. Université Grenoble Alpes, 2016.

VOVELLE, Michel. Les attitudes devant la mort: problèmes de méthodes, approches et lectures différentes (note critique). In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 31 année, no1, 1976. p.20-132. Disponível em: <http://abre.ai/aEeb>. Acesso em: 10 out. 2018.

WORPOLE, Ken. *Last landscapes: the architecture of the cemetery in the West*. Londres: Reaktion Books, 2003.

PORTO ALEGRE, 1850: A CRIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA MISERICÓRDIA, E A DECADÊNCIA DAS IRMANDADES RELIGIOSAS TRADICIONAIS

Pedro von Mengden Meirelles¹

Em 6 de abril de 1850, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul fez a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovar uma Postura Policial determinando que a partir daquela data todos os sepultamentos da cidade deveriam ser feitos, obrigatoriamente, na nova necrópole, recém-inaugurada, sob administração da Santa Casa da Misericórdia (WEBER, 1992, p. 98).

O cemitério inaugurado, naquela ocasião, em funcionamento até os dias de hoje, fora incumbido à Irmandade da Misericórdia, pela Presidência da Província e pela Câmara, e estava em planejamento havia décadas. Sua antiguidade, inovação e patrimônio são valorizados até os dias de hoje pela Irmandade, sinal disso é a existência de pelo menos um trabalho discutindo este espaço em todos os Encontros de Pesquisadores realizados pela Misericórdia desde 2008, refletindo sobre aspectos como arte funerária, análise de livros de óbito, aprimoramento urbano, entre outros aspectos (PRADO, 2009; CHARÃO, 2011, 2017; SORIO, 2011; MORAIS, 2013; OLIVEIRA, 2013; BELLOMO e LEITE, 2015; PUFAL, 2015; MEIRELLES, 2015; GUILHERME, 2017).

Entretanto, apenas dois autores (OLIVEIRA, 2013; MEIRELLES, 2015) preocuparam-se com a questão do porquê a Santa Casa foi a encarregada da administração desse espaço. Quando essa irmandade foi criada em Porto Alegre, em 1814, o espaço confrarial da vila já estava pontilhado por diversas outras associações de maior antiguidade, como a do Santíssimo Sacramento e Madre de Deus (1772), a de São Miguel e Almas (1773), a de Nossa Senhora do Rosário (1786), a de Nossa Senhora da Conceição (1790), e a de Nossa Senhora das Dores (1800) (LIMA; FERREIRA, 1872, p. 192-201). Todas surgiram na igreja matriz de Nossa Senhora Madre de Deus e englobavam todos os espectros da população, da elite branca aos escravos. E ainda que em 1814 algumas já tivessem templos próprios, todas seguiam enterrando seus mortos no cemitério localizado na encosta da colina atrás da igreja-mãe, em funcionamento desde a criação da freguesia, em 1772.

Assim, para entender porque uma irmandade tão nova como a da Santa Casa (com apenas 36 anos em 1850) conseguiu suplantar suas congêneres mais antigas e consolidadas e alterar uma tradição secular, é preciso não pensar só no papel histórico que

¹ Bacharel e Mestre em História/UFRGS, Doutorando em História Social/UFRGS. Porto Alegre/RS.

as Misericórdias tinham no império português, mas também como a filial local se inseriu nas redes de poder da capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Importante, também, entender o contexto brasileiro em meados do XIX e a sua relação com os cemitérios eclesiásticos.

Uma historiadora escreveu que as

[...] cidades brasileiras do Oitocentos foram palco de diversas lutas, no sentido de torná-las espaços condizentes com um novo modelo de cidade. De acordo com as orientações gerais da política imperial, era preciso remodelar a nação tropical e enquadrá-la à ideia de progresso e modernidade. A eleição da higiene como campo de diálogo entre a medicina e a sociedade é uma importante chave de acesso para entendermos como se deram os debates em torno dos problemas sanitários que o país precisou enfrentar [...]. No que se refere ao tema da morte, os cadáveres não mais poderiam compartilhar o mesmo território com os vivos. O país precisava abolir a proximidade dos vivos com os mortos, simplificar seus rituais fúnebres e construir cemitérios afastados do chamado perímetro urbano. (SIAL, 2006, p. 186-187).

Este foi um processo ocorrido em todo o território brasileiro no século XIX. Ainda no período colonial, ordens reais foram expedidas em uma tentativa de se interromper a prática dos sepultamentos dentro e ao redor das igrejas, uma tradição oriunda do início do período medieval, e fortemente arraigada na sociedade cristã ocidental. Entretanto, segundo Fernando Catroga, tal “mudança substancial nos comportamentos populares e na vontade política” não seria facilmente implementada, e “somente com a derrocada do absolutismo e do catolicismo tradicionalista e ultramontano” esta reforma começaria a ser possível (CATROGA, 1999, p. 43).

Quando a bibliografia tende a estudar este evento o termo *transferência cemiterial* é frequentemente utilizado (RODRIGUES, 1997; NASCIMENTO, 2004, 2006; DILLMANN, 2007, 2008a; ROSSI E WEBER, 2014). Este termo leva a um desentendimento, pois *transferir* pressupõe mudar a mesma coisa de lugar, e os cemitérios que seriam criados após esse processo deveriam ser, necessariamente, diferentes do que existia até então, justificando a necessidade de uma reforma. A necrópole que nasceu dessa mudança, para usar os termos de João José Reis, surgiu de uma morte medicalizada e legislada, muito diferente da morte santificada que existia nos cemitérios eclesiásticos (REIS, 1991).

A sepultura dentro e ao redor das igrejas existia com a justificativa de favorecer a ascensão da alma ao paraíso através da proximidade do corpo morto com o espaço divino do templo, dos santos e das Santíssimas Partículas. Enquanto este costume estava em voga, o odor da decomposição das carnes, e a ameaça à saúde causada por estas não eram questões consideradas, ou se diluíam perante a importância do rito. Para se ter um *bem morrer*, necessariamente, deveria se ter uma sepultura eclesiástica (RODRIGUES,

2005). Com a crescente medicalização da sociedade, e a eclosão da teoria dos miasmas no século XVIII, isso se alteraria (CORBIN, 1987; CATROGA, 1999).

Santa Casa de Porto Alegre: entre a continuidade e a novidade

A história institucional oficial da Santa Casa de Porto Alegre reconhece duas datas de sua origem: a de 19 de outubro de 1803, como sua data de fundação, e o ano de 1814, quando foi criada a Irmandade. A origem desse estabelecimento é creditada ao *ermitão* Irmão Joaquim Francisco do Livramento, criador da Santa Casa do Desterro, atual Florianópolis. Este ermitão, autorizado pela Câmara de Porto Alegre, teria instigado o Príncipe Regente à criação de uma Casa de Misericórdia nessa cidade, para dar tratamento aos “pobres forasteiros”, “sendo este porto muito frequentado de embarcações”, mas sem local onde os abrigar. Concedido o Aviso Real permitindo o estabelecimento de um Hospital, a Câmara reuniu-se em 19 de outubro de 1803 para eleger uma administração, composta de um tesoureiro, um escrivão e um procurador para as obras do novo Hospital, de modo a evitar o descaminho das esmolas (GUIMARAENS, 1984, p. 9-14).²

Segundo o autor, neste momento estava “criado oficialmente o Hospital de Caridade”. Na data mencionada, a Câmara elegeu José Francisco da Silveira Casado para tesoureiro, Joaquim Francisco Álvares para escrivão, e Luiz Antônio da Silva como procurador das obras. Com o falecimento de Álvares em 1814, os outros dois membros da Comissão oficiaram ao Governador, solicitando que uma Mesa Administrativa fosse eleita, ao modelo do Compromisso do Hospital Real de Lisboa, para substituir o trio administrativo, o que foi finalmente feito em 5 de janeiro de 1815, data em que foi eleita a primeira Mesa Administrativa e, concomitantemente, criada a Irmandade (GUIMARAENS, 1984, p. 16-18).³

Entretanto, já desde meados do século XIX existe uma tentativa oficial da Misericórdia de entrelaçar a sua origem com os primórdios da vida social da cidade, colocando-se, de certa maneira, como uma das irmandades mais antigas, e não como a mais recente.

Em 1859, um irmão que havia sido provedor da irmandade em três gestões anteriores, produziu um manuscrito intitulado “Apontamentos para a história da fundação do hospital da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Porto Alegre, coligidos e oferecidos à Mesa da mesma Santa Casa pelo Irmão Manoel José de Freitas Travassos”. Esse

² Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (doravante AHPA). *Atas de Vereança* (Cópia), Livro 4, sessão de 19 de outubro de 1803.

³ Centro Histórico-Cultural Santa Casa (doravante CHCSC). *1º Livro de Atas (1814-1828)*, fl. 1v-4, cópias de registros.

manuscrito, segundo Beatriz Weber, será a origem de praticamente todos os escritos sobre a fundação da irmandade a partir de então: o texto foi integralmente reproduzido no Relatório da Provedoria de 1879, e, segundo a autora, a partir dessa data, a história oficial será a produzida por Travassos (WEBER, 1998, p. 107). Segundo a historiadora Nikelen Witter, as intenções de Travassos, ao redigir essas memórias, além de consolidar a história da instituição, foi também a de apontar o fundo filantrópico das ações da Misericórdia. De acordo com Witter, a partir do século XVIII começa a haver uma mudança de mentalidade na qual o termo “caridade” – a preocupação cristã dos privilegiados com o destino dos desvalidos – passa a ser substituído por “filantropia”, uma virtude cívica e moral (WITTER, 2007, p. 186).

Apesar de escrever sobre uma instituição que também era conhecida como *Caridade*, Travassos, ao elencar a origem da instituição do século XIX a esses “percursores” do século XVIII estava construindo a “bondade nata e filantrópica do povo porto-alegrense”, moldando o mito de uma irmandade erguida sobre os exemplos de vários homens e mulheres “interessados pela causa da humanidade”: além de inventar a figura do fundador de fato, que segundo Weber não era um ermitão, mas sim um homem de posses, Travassos menciona a anedota do Visconde de São Leopoldo, provedor em 1826, homem de grande destaque social, que carregou nos braços o primeiro doente a ser tratado nas enfermarias (WEBER, 1998; WITTER, 2007, p. 187).

Faço esta divagação para demonstrar que em meados do século XIX, no mesmo contexto de criação do seu cemitério, a Irmandade da Misericórdia criava para si um discurso de formação que a vinculava às origens da povoação. Ora, possivelmente uma das intenções dos propagadores de tal versão histórica tenha sido a de evitar, em Porto Alegre, efeitos semelhantes aos ocorridos em Salvador em 1836, quando da fundação do primeiro cemitério público daquela cidade.

Esse evento, denominado de *Cemiterada*, estudado pelo historiador João José Reis, tratou-se de uma revolta civil contra o cemitério público que estava para ser inaugurado. Segundo o pesquisador, ao conceder o monopólio dos enterramentos de Salvador a uma empresa privada, dissociada da realidade religiosa dos cemitérios que imperava havia séculos, ameaçando a ingerência das tradicionais irmandades religiosas sobre a morte, o governo provincial baiano acabou provocando a revolta. Centenas de pessoas, de todas as classes sociais, principalmente ligadas às confrarias urbanas, protestaram, primeiro pacificamente, depois com violência, contra a alteração do cenário funerário. O novo modelo cemiterial, higiênico, teoricamente laico, supostamente aberto a todos, desestruturou um sistema formado por irmandades, párcos e capelães; retirou uma

enorme fonte de renda das associações leigas e fábricas das igrejas; e, além disso, havia a questão da separação física do campo santo ao templo, que ameaçava a crença na salvação da alma (REIS, 1991).

O que faltava ao novo modelo cemiterial, para os revoltosos, era a *familiaridade*:

Os mortos deveriam ficar perto dos vivos, mas em espaço sagrado, como eram as igrejas e suas catacumbas. O cemitério dessacralizaria a morte. [Aos descontentes] não agradava a ideia de cemitérios abertos ao trânsito dos vivos, como eram os europeus. O Campo Santo ameaçava noções tradicionais de espaço sagrado e outros aspectos da mentalidade funerária dominante. [...] [Escreveram:] “Em lugar da decantada Capela, em que se possa com decência sufragar os mortos, uma pequena, e ligeira Capela existe, em que mal apenas se poderão rezar os últimos responsáveis sem assistência do acompanhamento fúnebre, que, a não ser pequeno, lá não pode caber (REIS, 1991, p. 310-311).

A bibliografia aponta que no Rio Grande do Sul não existiram reações violentas aos novos cemitérios, como houve em Salvador (NASCIMENTO, 2006; MEIRELLES, 2016). Entretanto, talvez para se prevenir de eventuais reações (visto que as notícias da Cemiterada correram o império), a Santa Casa de Porto Alegre tratou de criar para si uma história mítica, que demonstrava que esta, apesar de recentemente criada, estava presente *em espírito* na cidade e em seus habitantes desde o século anterior.

Os Altos da Azenha: um espaço moderno de inumação

A realidade, entretanto, era a de que a confraria mais recente da cidade fora escolhida para construir o cemitério, ainda que esta opção não tenha sido feita de imediato.

Em 1º de outubro de 1828, Dom Pedro I promulgou a chamada “Lei das Câmaras”, dando novo formato e novas atribuições ao governo das repúblicas. No artigo 66, postulava que caberia às autoridades municipais, em negociação com os representantes da igreja, o estabelecimento dos cemitérios públicos, um para cada povoação, localizados “fora do recinto dos templos”.⁴ Em Porto Alegre, os vereadores não trabalharam de imediato: apenas em 1834, após discutirem o assunto com o pároco da matriz, Pe. Thomé Luiz de Souza, que os vereadores nomearam “uma comissão formada por facultativos de medicina e cirurgia para dar o seu parecer acerca da transferência do mesmo cemitério, indicando o lugar que julgar mais próprio”.⁵

Ao medicalizar a morte, os vereadores de Porto Alegre seguiam a tendência francesa que estava em voga no Brasil naquela centúria: Segundo José Reis, a nação brasileira

⁴ Lei de 1º de outubro de 1828: Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca as suas atribuições, e o processo para sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: <https://bit.ly/35MpiaU>. Acesso em 23/07/2019.

⁵ AHPA. *Volume 11 das Atas de Vereação (1832-1835)*, p. 199v, sessão de 23 de janeiro de 1834.

mirava o “espelho de civilização e progresso” que era a França, copiando as suas noções de que um país moderno era um país higienizado e preventivo, que atacaria as fontes de contaminação (das quais o cemitério eclesiástico era uma das principais) para prevenir o adoecimento de sua população (REIS, 1991, p. 248-249). Do trio de facultativos escolhidos pela Câmara, dois eram médicos formados em medicina na Europa (Edimburgo e Lisboa), e o terceiro era o primeiro responsável em cirurgia no recentemente inaugurado hospital da Santa Casa (MEIRELLES, 2015, p. 155).

Infelizmente, tal comissão de especialistas nunca produziu resultados. Na madrugada de 19 de setembro de 1835 teve início a longa década de conflitos da Revolução Farroupilha, pausando uma série de projetos em toda a província, entre eles o cemitério de Porto Alegre. Em 1843, com a pacificação da Capital, por solicitação da presidência da província, nova comissão de três médicos e um engenheiro foi nomeada pela Câmara para dar sequência aos trabalhos anteriores. O chefe máximo da província era Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, que naquele ano era também o Provedor da Misericórdia. Em reunião da Mesa Administrativa de 10 de setembro daquele ano, Caxias propõe aos demais que a administração do cemitério público traria vantagens e rendas para a Santa Casa, propondo a criação de uma comissão própria para investigar o assunto.⁶ A partir desse momento, o assunto do cemitério público começa a deixar as mãos da Câmara, pois em 6 de novembro, quando deveria apresentar para os vereadores os resultados de suas investigações, a comissão dos médicos e engenheiro preferiu adiar os resultados “até que a Comissão que lhes consta ter sido nomeada pela Santa Casa” apresentasse o seu parecer.⁷

Pode-se ler nas atas da Misericórdia de 28 de abril de 1844 que a comissão formada pelos irmãos se decidiu por um lugar, no Alto da Azenha (o mesmo escolhido pela comissão da Câmara), e por unanimidade de votos, oficiou o fato ao Presidente da Província (que estava presente, presidindo a reunião), solicitando um empréstimo do erário público de 20:000\$000 réis para estabelecimento do cemitério, a ser pago com os rendimentos do mesmo (MEIRELLES, 2016, p. 159).

Caxias, enquanto Presidente, rapidamente aprova o empréstimo, libera a Câmara do encargo do cemitério, incumbindo a Misericórdia de sua construção, com verbas públicas. A partir dessa data as obras andaram rapidamente, sendo que em meados de 1847, o novo provedor da Misericórdia informava que a construção estava praticamente pronta, faltando, principalmente, tratar da reforma da estrada até lá, e a conclusão das cocheiras para as

⁶ CHCSC. 5º Livro de atas da mesa administrativa (1843-1850), fl. 5-7, termo de 10 de setembro de 1843.

⁷ AHPA. Volume 13 das Atas de Vereança (1839-1846), p. 203v, sessão de 6 de novembro de 1843.

carruagens fúnebres.⁸ No ano seguinte, a Mesa Administrativa enviou o projeto do Regimento do Cemitério à presidência, que o aprovou e encaminhou para a Assembleia Provincial.⁹ No início de 1849, ainda não aprovado o Regimento pela Assembleia, nem inaugurado o espaço, a Santa Casa finalmente incluiu as demais irmandades religiosas da cidade no assunto, remetendo a cada uma cópias do Regimento, “participando que é para dar começo aos enterramentos, e por consequência apresentarem suas proposições a respeito das catacumbas e porção do Cemitério que desejarem reservar para seus irmãos”.¹⁰ A Mesa esperaria essas decisões para menos de um mês, desejando de imediato inaugurar o novo espaço.¹¹ Entretanto, as irmandades não abririam mão de seus privilégios fúnebres tão facilmente.

“Suma necessidade estabelecer um cemitério pertencente às cinco irmandades que há nesta Capital”

Segundo diversos autores, a função principal para justificar a fundação de uma irmandade religiosa tradicional no século XIX era, além do culto ao santo escolhido como orago, a de ter uma garantia de uma vivência social e coletiva, principalmente na hora da morte: Caio Boschi destaca as irmandades como ferramentas de “solidariedade grupal”, como “centros catalisadores de individualidades atemorizadas pela morte e pela doença”. José Reis complementa que em troca dos deveres de devoção católica, os irmãos tinham direito a assistências diversas, financeiras, jurídicas, espirituais, e “muito especialmente, direito a enterro decente para si e membros da família, com acompanhamento de irmãos e irmãs de confraria, e sepultura em capela da irmandade”. Esse mesmo pensamento é compartilhado por Cláudia Rodrigues ao afirmar que “as finalidades básicas do movimento confraternal passaram a ser o amor ao próximo em vida, na altura do passamento e após a morte”, ponto de vista compartilhado por Mauro Dillmann, entre outros (BOSCHI, 1986, p. 14; REIS, 1991, p. 50; RODRIGUES, 1997, p. 165; DILLMANN, 2008b, p. 113).

Essa solidariedade no auxílio aos irmãos pobres, doentes ou falecidos foi observado em todas as irmandades pesquisadas em Porto Alegre (BAREA, 2004; NASCIMENTO,

⁸ CHCSC. *5º Livro de atas da mesa administrativa (1843-1850)*, fl. 129v-130 e 133-134v, termos de 9 de julho e 30 de agosto de 1847, respectivamente.

⁹ CHCSC. *5º Livro de atas da mesa administrativa (1843-1850)*, fl. 168v e 171, termos de 28 de outubro e 11 de dezembro de 1848, respectivamente.

¹⁰ CHCSC. *5º Livro de atas da mesa administrativa (1843-1850)*, fl. 187-187v, sessão de 23 de fevereiro de 1849.

¹¹ O artigo 2º, do capítulo primeiro do Regimento de 1849, que definia como seriam distribuídas as sepulturas, determinava que, dos jazigos reservados, haveria “catacumbas para cada uma das irmandades que as quiserem ter separadamente: a estes jazigos das irmandades corresponderá uma porção de terrenos para sepulturas abertas ao ar livre”. CHCSC. *Cópia do Regimento para o Cemitério da Cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Typographia de Claudio Dubreuil, 1849, p. 3.

2005, 2006, 2014; DILLMANN, 2008b).¹² Além de congregarem-se em seus respectivos altares, consistórios e igrejas, todos os membros de confrarias de Porto Alegre no século XIX dividiam o mesmo espaço sepulcral:¹³ o da igreja matriz de Nossa Senhora Madre de Deus e seu entorno. Ao analisar a trajetória desse cemitério em minha dissertação de mestrado, consegui definir diversos períodos com diferentes características: um primeiro período, entre 1772 e 1814, quando tanto o espaço interno da igreja como o seu entorno receberam enterramentos, discriminados de acordo com o status social do falecido. No interior da igreja existiam duas categorias de sepulturas, as pertencentes às irmandades,¹⁴ e as pertencentes à fábrica da igreja. Após 1815, há uma mudança de comportamento na povoação, e as sepulturas internas praticamente desaparecem do registro.

Inicia-se, assim, uma nova fase, na qual a área atrás da igreja é o local de destaque. Entretanto, desde o início dos oitocentos havia nesta área externa um outro tipo de sepultura de prestígio, pertencente às irmandades: refiro-me às catacumbas. Essas estruturas, primeiramente mencionadas na documentação em 1805,¹⁵ deveriam ficar juntas à parede externa da igreja, fundos da capela-mor, sendo cercadas com um muro apenas em 1842.¹⁶ Esses nichos são citados apenas 10 vezes nos registros de óbitos entre 1806 e 1816, sendo mencionadas as irmandades das Dores, Conceição, São Miguel, Santíssimo Sacramento e da Matriz (MEIRELLES, 2016, p. 132-133).

Serão as catacumbas que os irmãos das cinco principais irmandades da cidade usarão como objeto de barganha com o governo provincial, uma vez inaugurado o cemitério da Santa Casa. Este espaço foi inaugurado após uma morte por suspeita de febre amarela ocorrer em um navio no porto da cidade. Como atitude emergencial destinada a evitar uma epidemia, como a que grassava o Rio de Janeiro, o Presidente da Província proibiu o sepultamento deste marinheiro no cemitério da Matriz, enviando o cadáver diretamente para o cemitério da Azenha, ainda que este não estivesse nem bento, nem inaugurado. No mesmo dia, forçou a Câmara a aprovar rapidamente uma Postura Policial, proibindo expressamente, a partir daquela data, a utilização de qualquer outra necrópole que não a

¹² Ver também: Memorial Igreja Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre (doravante MINS D). *Livro 73: Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Dores*, 1817.

¹³ Com exceção de alguns irmãos da Santa Casa de Misericórdia, que a partir de 1825, até 1850, foram sepultados na Capela de Nosso Senhor dos Passos, localizada junto ao Hospital da Caridade. O genealogista Diego Pufal, em artigo recente, analisou os livros de óbitos de Porto Alegre desse quartel e localizou 446 registros de irmãos da Caridade, ou seus familiares, sepultados nesse espaço; enquanto eu, em minha dissertação, encontrei estes e mais seis registros que escaparam ao autor. (PUFAL, 2015; MEIRELLES, 2016, p. 133-134).

¹⁴ Foram encontradas menções às seguintes irmandades com sepulturas: de São Miguel e Almas, do Santíssimo Sacramento e Madre de Deus, e de Nossa Senhora do Rosário, somando 41 registros no total, entre 1781 e 1784.

¹⁵ MINS D. *Livro 45: Termos de Mesa (1801-1853)*, fl. 12v, termo de 1 de setembro de 1805.

¹⁶ MINS D. *Livro 45: Termos de Mesa (1801-1853)*, fl. 113v-114v, termo de 21 de agosto de 1842.

recém-inaugurada.

Indignadas com o monopólio dos enterramentos dado à Misericórdia, as demais irmandades logo procuraram se reunir. Os primeiros a tomar iniciativa foram os irmãos do Santíssimo, que em 14 de abril oficiaram às demais confrarias, convocando-as a formarem comissões destinadas a escolherem um local e nele erigirem um cemitério coletivo, à parte do da Santa Casa (DILLMANN, 2008, p. 5-6).¹⁷ As irmandades justificavam esta decisão alegando que a tentativa de negociar com a Santa Casa por uma divisão justa do espaço cemiterial, em 1849, foi infrutífera.

O negociante Acácio Joaquim Correa foi escolhido como representante das irmandades reunidas (com exceção da Ordem Terceira das Dores) nas negociações com a Câmara. Ao enviar um ofício para essa, em 23 de agosto de 1850, informou aos vereadores que as irmandades estavam resignadas a aceitar a nova postura, mas inseguras quanto o ônus que adviria de não terem um espaço sepulcral próprio, receando que “deixariam de existir, com o que grave dano se seguiria para o culto externo”. Assim, decidiram criar um cemitério próprio, já tendo achado terreno (aquém ao da Santa Casa) e obtido autorização do Vigário Geral da Província, sendo apenas necessária a da Câmara.¹⁸

Os vereadores, entretanto, foram irredutíveis. A irmandade de São Miguel e Almas acabaria adquirindo em 1866 um espaço dentro do cemitério da Santa Casa para uso exclusivo dos seus irmãos, devendo pagar uma taxa de utilização à dona do terreno toda vez que realizasse um funeral. Dois anos depois, a irmandade de Santa Bárbara fez o mesmo. Quanto às demais, contentaram-se em aceitar as disposições da Santa Casa.¹⁹

Conclusões

O cemitério da Santa Casa reinou como o único da cidade por meio século até a criação, no terreno à frente, no outro lado da estrada da Azenha, do cemitério de São Miguel

¹⁷ Para a reação da Mesa Administrativa da Ordem Terceira das Dores diante desse ofício, ver: MINSO. Livro 45: Termos de Mesa (1801-1853), fl. 156-157, termo de 23 de abril de 1850.

¹⁸ AHPA, *Caixa 7 do Fundo Construção e Melhoramentos do Município*, Ofício das Irmandades à Câmara, 23 de agosto de 1850.

¹⁹ Houve, entretanto, ainda algumas tentativas de conseguirem mais espaço. Em março de 1852, portanto, dois anos após a proibição dos enterramentos, a Ordem Terceira das Dores concordou em sessão que se oficiasse ao presidente da província, “pedindo-lhe um número de catacumbas no Cemitério extramuros para jazigo dos Irmãos desta Ordem que falecerem, em compensação dos que perdeu no Cemitério junto à Matriz desta Cidade, e bem assim terreno competente para sepulturas rasas, ficando os Irmãos equiparados em preço aos da Santa Casa, a respeito das ditas catacumbas, e sepulturas, que se lhes destinar, e ficando a Irmandade obrigada pela importância justa desse terreno e catacumbas, segundo o arbitramento que se lhes der”. Não foi encontrada a resposta da presidência a esta questão. MINSO. Livro 45: Termos de Mesa (1801-1853), fl. 185-188v, termo de 21 de março de 1852. Ver também DILLMANN, 2008b, p. 237-238, e DILLMANN, 2013, p. 52 e seguintes.

e Almas, inaugurado em 1909 (DILLMANN, 2013).²⁰ Por mais que as irmandades tenham, de um modo ou de outro, mantido um espaço sepulcral, a prática funerária nas confrarias mudou radicalmente, e isto impactou diretamente a receita dessas organizações.

Anteriormente, com as sepulturas localizadas no interior ou no exterior da igreja matriz, as irmandades não gastavam muito com os enterramentos. Havia o pagamento de uma taxa à fábrica da igreja, ao pároco, pela feitura do registro, e outras coisas mais. Mas o valor total não era muito, porque o transporte até a sepultura era feito pelos próprios irmãos, e a sepultura era propriedade da confraria: para garantir esses direitos que a população se filiava à irmandade e pagava as taxas anuais. Entretanto, com a criação do cemitério da Santa Casa, todo o lucro oriundo do processo funerário era destinado à Misericórdia:

Os valores cobrados pela Santa Casa de Misericórdia para a condução dos mortos e para abertura e fechamento de sepulturas e catacumbas, de acordo com a Lei de 1851, eram realmente altos, o que levaram as irmandades de Porto Alegre [...] a não usufruírem do espaço cemiterial que, por Lei, havia sido reservado a elas [...]. A título de comparação, cabe destacar que pela Lei de 1851, o cortejo em veículo de primeira da Santa Casa podia variar de 50 mil réis (caso o corpo fosse transportado ao cemitério desde a igreja) a 60 mil réis (caso o corpo fosse transportado ao cemitério desde a residência familiar), o que equivale dizer que o valor aproximava-se ou igualava-se ao preço de um cavalo de montaria que, em 1853, custava 60 mil réis (DILLMANN, 2013, p. 53).

Para dois dos autores que pesquisaram as irmandades de Porto Alegre, essas mudanças não foram negativas. Mauro Dillmann afirmou que após as transformações de meados do século XIX, a irmandade de São Miguel “passou a se dedicar cada vez mais às almas do purgatório e aos encargos cemiteriais”; a confraria da Conceição passou a focar sua receita na economia para construir igreja própria; e a irmandade do Rosário, foi transformada em Arquiconfraria em 1871, quando passou a ser administrada de perto pelo bispo, tendo algumas de suas práticas reguladas. Na avaliação do autor, foi um período não de declínio, mas de “efetiva e intensa atividade” (DILLMANN, 2008b, p. 122-123). Conclusões parecidas são apontadas por Mara do Nascimento, ao sugerir que com a administração do novo cemitério ser feito por uma irmandade, houve continuidade do que era feito no cemitério da matriz, sendo “possível constatar-se que [...] as catacumbas das irmandades (antes localizadas no adro da Matriz) mantiveram-se vivas na forma de cemitérios particulares no alto da Azenha” (NASCIMENTO, 2006, p. 320).

²⁰ Ver também DILLMANN, 2008b, p. 239-240.

Minhas conclusões são diferentes. Como procurei demonstrar, acredito que o cemitério da Santa Casa representa muito mais uma descontinuidade do que uma preservação de tradições. Defendo que uma das razões para qual o Barão de Caxias escolheu essa irmandade novata para a administração do cemitério foi, de fato, a sua falta de histórico sepulcral em Porto Alegre. Outro motivo foi obra de puro acaso: acredito que Caxias, aproveitando que era provedor da Misericórdia, e sabendo que a Santa Casa tinha verbas que faltavam à Câmara, incumbiu esta da obra da nova necrópole. Tivesse a municipalidade mais dinheiro em cofre, a história poderia ter sido diferente.

Referências

BAREA, José, Dom. *História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário*. Porto Alegre: EST, 2004 [1933].

BELLOMO, Harry Rodrigues ; LEITE, Daniel Teixeira Meirelles. O Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre como espaço de pesquisa. In: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. *Histórias Reveladas IV*. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2015, p. 198-203.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

CATROGA, Fernando. *Céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva, 1999.

CHARÃO, Egiselda Brum. O cotidiano nas fotografias dos campos santos no Rio Grande do Sul: O Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1920-1990). In: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. *Histórias Reveladas II*. Porto Alegre: Evangraf; ISCMPA, 2011, p. 135-147.

CHARÃO, Egiselda Brum. Imigrantes no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia: Representações da diversidade étnica na Cidade de Porto Alegre – italianos e libaneses. In: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. *Histórias Reveladas V*. Porto Alegre: ISCMPA, 2017, p. 153-179.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DILLMANN, Mauro. Sob a proteção do Arcanjo no cemitério: práticas fúnebres da irmandade São Miguel e Almas em Porto Alegre no século XIX. *Histórica*. São Paulo, n. 23, s/p, jul. 2007. Disponível em: <http://abre.ai/aD96>. Acesso em 17/02/2019.

DILLMANN, Mauro. Simbolizando a devoção: Irmandades, cemitério e enterramentos em Porto Alegre no século XIX. *Fênix, Revista de História e Estudos Culturais*. Uberlândia, ano 5, v. 5, n. 1, s/p., jan./mar. 2008a. Disponível em: <http://abre.ai/aEaa>. Acesso em: 16 jul. 2019.

DILLMANN, Mauro. *Irmandades, Igreja e Devoção no sul do Império do Brasil*. São

Leopoldo: Oikos, 2008b.

DILLMANN, Mauro. *Morte e práticas fúnebres na secularizada República: A Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

GUILHERME, Regina Zimmermann. A construção mítica de personagens históricos e as personalidades femininas no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. In: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. *Histórias Reveladas V*. Porto Alegre: ISCMPA, 2017, p. 180-190.

GUIMARAENS, Rafael. *A herança do Irmão Joaquim: histórias da Santa Casa*. Porto Alegre: Redactor, 1984.

LIMA, Antônio de Azevedo; FERREIRA, Ignacio de Vasconcellos. Almanak de Porto Alegre, Capital da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. In: LIMA, Antônio de Azevedo; FERREIRA, Ignacio de Vasconcellos. *Almanak administrativo, commercial e industrial Rio-Grandense para 1873*. Ano 1. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, a. 1, p. 151-281, 1872.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. A criação do Cemitério da Santa Casa e o contexto da Reforma Cemiterial em Porto Alegre (séc. XIX). In: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. *Histórias Reveladas IV*. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, p. 130-146, 2015.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Um terreno cheio de asperezas: o Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888)* – Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MORAIS, Clarissa Imlau. Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Um espaço turístico. In: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. *Histórias Reveladas III*. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2013, p. 225-239.

NASCIMENTO, Mara Regina do. Irmandades religiosas na cidade: entre a ruptura e a continuidade na transferência cemiterial em Porto Alegre, no século XIX. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. XXX, n. 1, p. 85-103, jun. 2004.

NASCIMENTO, Mara Regina do. As irmandades no meio urbano: práticas funerárias e religiosidade entre leigos. Porto Alegre, século XIX. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005. Disponível em: <http://abre.ai/aEad>. Acesso em: 24 jul. 2019.

NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana, século XVIII-XIX*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NASCIMENTO, Mara Regina do. A Irmandade do Senhor dos Passos e a Santa Casa de Misericórdia: história, caridade e experiências de urbanidade em Porto Alegre/RS, séculos XVIII-XIX. *Paralellusl, Revista eletrônica de ciências da religião*. Recife, v. 5, n. 9, p. 93-118, jan/jun. 2014.

- OLIVEIRA, Daniel. Registrando a morte, refletindo vidas: Reflexões metodológicas sobre os livros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre como fonte para a História Social. In: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. *Histórias Reveladas III*. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2013, p. 204-224.
- PRADO, Rossana. Patrimônio urbano do Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre. In: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. *Histórias Reveladas*. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2009, p. 186-198.
- PUFAL, Diego de Leão. O Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre antes de 1850. In: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. *Histórias Reveladas IV*. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2015, p. 147-197.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.
- RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ROSSI, Daiane Silveira e WEBER, Beatriz Teixeira. A transferência do cemitério da Matriz: a saúde presente no discurso religioso (Santa Maria/RS no século XIX). *XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 11 a 14 de agosto de 2014. Disponível em: <http://abre.ai/aEag>. Acesso em: 16/07/2019.
- RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. da UNB, 1981.
- SIAL, Vanessa. Reforma Cemiterial oitocentista e o caso do Caçote: Uma necrópole que o Recife não quis. *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, v. 2, n. 24, p. 185-212, 2006.
- SORIO, Livia. Cemitério da Santa Casa de Misericórdia: História e Memória. In: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. *Histórias Reveladas II*. Porto Alegre: Evangraf; ISCMPA, 2011, p. 126-134.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *Código de Posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.
- WEBER, Beatriz Teixeira. Considerações sobre religiosidade, biografia e história: O irmão Francisco do Livramento. *Revista Sociais e Humanas*. Santa Maria, v. 11, n. 1, p. 102-113, jun. 1998.
- WITTER, Nikelen Acosta. *Males e Epidemias: Sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

ARQUEOLOGIA X HISTÓRIA: SEPULTAMENTOS HUMANOS DO SÍTIO DO PILAR

Pollyana Calado de Freitas¹

Ana Catarina Peregrino Torres Ramos²

Introdução

A presente proposta tem por objetivo confrontar dados historiográficos e arqueológicos a fim de compreender se existem marcadores de identidade que permitam uma associação cultural da materialidade estudada com o período proposto. Todavia, é fundamental registrar que a produção desses dados decorre de um fazer científico, do qual as duas ciências – a histórica e a arqueológica –, dispõem de fundamentação teórica e metodológica próprias.

A Arqueologia Histórica entendida como uma subdisciplina da arqueologia apresenta, basicamente, duas abordagens. A primeira apresenta como marco temporal e metodológico o advento da escrita. A segunda, nascida na América do Norte na década de 1960, apresenta como marco temporal o processo de formação do mundo moderno, ou seja, nesta perspectiva fazem parte dos estudos da arqueologia histórica sociedades que passaram por este processo, independentemente de serem ágrafas ou não. Considerando ineficiente a divisão das “arqueologias” somente no que tange à escrita, propomos distingui-las através da formação do Mundo Moderno (TOCCHETTO, 2004), que se inicia com a expansão europeia e coincide com a consolidação do sistema capitalista e de uma nova ordem social (SENATORE; ZARANKIN, 2002) (GHENO; MACHADO, 2013, p. 164).

Na atualidade, o fazer Arqueologia Histórica se apresenta como um campo transdisciplinar que se desdobra em diferentes arqueologias: da arquitetura, colonial e pós, da escravidão e da diáspora, do capitalismo, do conflito, industrial, urbana, ambiental histórica, entre muitas outras (COSTA, 2013, p. 31).

O sítio arqueológico em estudo está localizado na comunidade do Pilar, no bairro do Recife, município do Recife/PE. Sua evidenciação aconteceu através de pesquisas arqueológicas, entre os anos de 2010 e 2014, realizadas pela Fundação Seridó em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, como parte do Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar da Prefeitura do

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Rio de Janeiro/RJ.

² Professora Adjunta do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE.

Recife.³ Atualmente, toda a área se encontra em perímetro urbano. O sítio abrange uma área total de 32.880 m², segundo o Relatório Técnico Final (FUNDAÇÃO SERIDÓ, 2016), distribuída em seis quadras (Q): Q25; Q40; Q45; Q46; Q55 e Q60. Em suma, os vestígios arqueológicos evidenciados no sítio são: estruturas construtivas, artefatos do cotidiano e uma coleção de remanescentes ósseos humanos.

Os esqueletos humanos, objeto do presente artigo, foram evidenciados na Quadra 55. Até o presente foram pesquisados 65 sepultamentos, contudo, nem toda a área foi escavada o que impossibilitou a delimitação do espaço e o número exato de indivíduos sepultados no local. Do total, mediante as circunstâncias da campanha realizada, 28 esqueletos foram exumados e os outros 37 se encontram *in situ*.

Os indivíduos foram evidenciados abaixo da camada arqueológica de estruturas construtivas de alvenaria, as quais através da historiografia vêm sendo relacionadas às primeiras residências da Rua de São Jorge, datadas a partir de 1680 (ALVES, 2016). Desta maneira, com suporte na Lei de Sobreposição⁴ entende-se que a datação máxima para os enterramentos destes indivíduos é anterior a este período.

Neste contexto, os pesquisadores que se debruçaram sobre esse material formularam hipóteses para chegar à identidade desses indivíduos. Para tal, foram relacionados aspectos biológicos e históricos, de forma que a hipótese mais aceita até o presente associa o uso do espaço como cemitério do hospital militar, o qual funcionou no Forte de São Jorge durante o domínio neerlandês em Pernambuco (1630-1654) (SILVA, 2015; DUARTE, 2016; LIMA, 2016; MOURA, 2017).

³ O programa encontra-se em andamento, de forma que nem toda a área recebeu a intervenção arqueológica até o momento.

⁴ Com base em processos estratigráficos, a lei considera que existe uma ordem cronológica na deposição dos sedimentos, da base para o topo, sendo, portanto, os elementos que estão abaixo mais antigos.

Figura 1 – Disposição dos esqueletos



Fonte: Fundação Seridó.

Figura 2 – Planta baixa da disposição dos esqueletos



Fonte: Fundação Seridó.

Breve contexto histórico

Historicamente referenciada como a lingueta de terra, a área que atualmente se apresenta com feição morfológica de ilha tem sua formação geomorfológica de restinga, e era até o início do século XX conectada ao continente através de um istmo, ao norte.

Figura 3 – Bairro do Recife.



Em vermelho - Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – ZEPH 09; em amarelo – Setor de Renovação Urbana; em rosa – Área de Intervenção Arqueológica. Fonte: Fundação Seridó.

Inicialmente, o povoado do Recife se restringiu ao sul da restinga, visto que era onde se localizava o Porto de Pernambuco. Essa delimitação da ocupação do istmo mais ao sul foi uma permanência nos anos seguintes; ao extremo norte restou à função de passagem entre Olinda e Recife e a proteção contra invasores. Por ser Olinda a vila e o Recife um povoado, a restinga passou a ser referenciada como o istmo de Olinda.

Em 1630 chega ao Recife a Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie - WIC*⁵). A Capitania de Pernambuco era neste momento “centro econômico no século de seiscentos” (MELLO, 2007, p. 39), principal fornecedora do maior produto comercial, o açúcar. A conquista das capitanias do Norte do Brasil fez parte da execução

⁵ Empresa privada fundada em 1621.

do capitalismo mercantilista e esteve relacionada ao contexto maior da União Europeia⁶ e da Guerra dos Oitenta Anos⁷ entre Espanha e Países Baixos.

É comum encontrar uma divisão didática que contribui para o entendimento histórico. Assim, de forma sucinta, “pode-se dividir a ocupação neerlandesa no Brasil em três fases distintas: conquista (1630-1637), expansão (1637-1644) e declínio (1644-1654).” (MIRANDA, 2016, p. 165).

Os neerlandeses, diferentemente dos portugueses, estavam adaptados à topografia plana dos Países Baixos e não encontraram condições de fortificar Olinda para transformá-la na capital. Desta forma, foi na planície flúvio-marinha, principalmente na restinga, que se estabeleceram, passando de “Recife d’ Olinda” à capital da Nova Holanda. Houve com isso uma reestruturação urbanística, principalmente durante o período em que Maurício de Nassau esteve no poder (1637 – 1644). Todavia, até esse momento os portugueses haviam realizados algumas construções na restinga, “como os Fortes de São Jorge e do Bom Jesus, a cadeia, armazéns, docas e a ermida do Corpo Santo, além de palhoças” (1978, apud MELO, 2003, p. 59).

Entre as intervenções construtivas neerlandesas, foram construídas as portas do Recife, delimitando ainda mais o núcleo urbano. A Porta da Terra (Lantpoort) responsável pelo acesso ao povo no extremo norte, era, portanto, o divisor entre o núcleo urbano e a área de passagem não ocupada, área que corresponde atualmente à comunidade do Pilar. De forma que, o que não estava entre os limites do povoado, dentro das portas, era referenciado como Fora de Portas. É importante que fique claro que o local que por hora é estudado não fazia parte do perímetro urbano.

Figura 4 – Recife de Pernambuco.



Nesta imagem é possível verificar a espacialidade do Recife quando da chegada da Companhia das Índias Ocidentais. 1- Paliçada que contornava o povoado. 2- Porta do Mar. 3- Fora de Portas. 4- Porta da Terra.

Fonte: LEDA GIUSTINA, 2010, p. 100.

⁶ União entre Portugal e Espanha entre os anos de 1580-1640.

⁷ Guerra travada entre Espanha e as províncias dos Países Baixos, durante o processo de independência dos últimos, entre 1568-1648.

A população que vai ocupar o istmo depois da consolidação neerlandesa é formada “essencialmente por funcionários da Companhia, soldados, marinheiros, mercadores e escravos” (BREDA, 2007, p. 53). Conforme Mello (2007, p. 53) e Miranda (2011, p. 174), após a evacuação de Olinda em 1631, decorrente do incêndio, Recife e Antônio Vaz receberam em torno de 7.000 pessoas. É fundamental ressaltar que o Recife deste momento possuía aproximadamente 100 mil metros quadrados, de acordo com José Antônio Gonsalves de Mello (2007, p. 76).

Esse enorme crescimento populacional refletiu nas condições de moradia, pois independente do status social encontrar um local adequado não foi uma ação fácil. Em 1637 já “era difícil, senão impossível, encontrar um terreno vago” (MELLO, 2007, p. 56-57). Assim, “em 1641 a crise de habitação parece que atingiu o auge” (MELLO, 2007, p. 87). Conforme Miranda (2011, p.175-176), até mesmo militares de alta patente e funcionários civis passaram por problemas nas estalagens, tendo que morar de improviso ou precariamente.

As casas da Companhia devem ser chamadas de pocilgas; nos altos armazéns. Onde todos os bens da Companhia devem ser guardados, em um só quarto, ou melhor dito pocilga, caixeiros, assistentes e escriturários são alojados em número de 3, 5, 7 e 8 como se fosse numa enfermaria (MELLO, 2007, p. 87).

O Forte de São Jorge, construído pelos portugueses em fins do século XVI, era uma das fortificações responsáveis pela proteção do istmo de Olinda. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello (MELLO, 2017, p. 236-237), antes da tomada neerlandesa, este forte já não apresentava segurança adequada. De forma que, a WIC não utilizou a estrutura, entretanto esta foi incorporada ao sistema de defesa caso houvesse necessidade, como ressaltou Miranda (2011, p. 230).

Assim, o forte foi utilizado para outros fins, como um hospital. A primeira referência que se tem notícias da utilização como hospital foi através do *Breve Discurso* (1638), realizado pelo então governador Maurício de Nassau. Contudo, o contexto do hospital ainda não foi muito explorado pelos historiadores no tocante à documentação histórica.

Fora do Recife encontra-se primeiro o velho castelo denominado São Jorge. Achando-se este castelo muito arruinado, os administradores do hospital pediram-no para servir de enfermaria, com promessa de o repararem interiormente e conservarem-no a sua custa, utilizando-se dele até que seja necessário ao serviço militar e à defesa do Recife, o que resolvemos conceder-lhes para poupar despesas à Companhia, e porque este castelo é atualmente inútil, e sê-lo-á talvez também para o futuro. Contudo ficaram aí todas as peças (MELLO, 2004, p. 119-120).

Nota-se com isso que a disponibilização do forte para a instalação do hospital foi vista como um bom negócio pela administração da Companhia; mesmo com eminente ameaça da reutilização da estrutura para fins militares. Sobre as peças a que o relatório se refere, no diário de Richshoffer estão todas discriminadas.

Foi encontrado o seguinte no forte de São Jorge: 24 peças de ferro, que lançavam balas de 5 e 10 libras, e uma partida de balas para as mesmas. 4.000 libras de pólvora, grossa e fina. 30 libras de balas de mosquete, de 10 numa libra. Um canhão de bronze, que lançava balas de 8 libras. Uma partida de granadas de mão e balas ardentes. Duas pipas de vinho de Espanha ou um tonel. Uma caixa de açúcar e muitos potes grandes, que são jarros de barro, contendo mais ou menos um quarto de pipa, cheio d'água doce (RICHSHOFFER, 1978, p. 65).

O hospital em atividade, assim como seu contexto bélico, foi registrado por Pierre Moreau.⁸ “[...] há sobre o dique, também, um bom forte de pedra, que serve como hospital e onde, pelo menos, há sempre uma companhia de guarda, três baterias⁹ de quatro canhões dominando o dique, o porto e o rio salgado” (MOREAU, 1979, p.16).

Soldados da WIC x Sepultamentos do Pilar

Vale salientar que até o momento nenhuma documentação histórica que mencione ou ao menos faça pensar ser sobre estes enterramentos foi evidenciada por historiadores. As principais fontes para compor o quadro histórico dos soldados da WIC foram dados historiográficos produzidos por Bruno Miranda e José Antonio Gonsalves de Mello e relatos de cronistas e viajantes.

Os remanescentes ósseos humanos oferecem à arqueologia informações sobre populações pretéritas de grande valia, seja no aspecto cultural ou no aspecto biológico. Neste sentido, é possível buscar compreender a relação dos esqueletos do Pilar com os aspectos culturais dos soldados, através das práticas funerárias dispensadas, como o tipo de deposição, orientação cardeal, disposição dos membros, acompanhamentos funerários, entre tantos outros elementos. Contudo, o objetivo proposto neste artigo se resume ao confronto das informações bioarqueológicas, relativas à ancestralidade, idade da morte, sexo e traumas.

Os esqueletos escavados e levados para laboratório foram: 01, 02, 03, 04, 05, 06,

⁸O cronista Pierre Moreau foi escolhido para ser secretário de Michel van Goch, que em 1645 fora nomeado, juntamente com Walter van Schonenburgh e Hendrik Haecxs, para compor o referido governo do Brasil Holandês. Sua obra faz referência aos anos de 1646 a 1648.

⁹A Bateria é uma estrutura de fortificação menor do que um Reduto, isolada de uma fortaleza que a apoie. Quanto ao Reduto, é um pequeno Forte/Fortim isolado no exterior (ou no interior) de uma fortaleza” (MIRANDA, 2003, p. 6, nota 5). Miranda (2003), ainda afirmou que a fortificação-bateria foi bastante utilizada para a defesa da América Portuguesa.

07, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 30, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 58, 59 e 65. Desta forma, para a presente análise dos 65 serão considerados apenas esses que apresentam dados bioarqueológicos, ou seja, uma amostra de 43,08%.

Bruno Miranda (2011, p.44) apresentou a procedência de 4.303 militares. Desse número, 64% eram estrangeiros oriundos de 78 cidades europeias, sendo 66 delas localizadas nas Províncias Unidas, Países Baixos Espanhóis e Estados Alemães. Os demais, ou seja, 36% originavam de cidades da República dos Países Baixos, principalmente da Província da Holanda. A média de idade varia entre 18 e 38 anos. “O exército da WIC era composto em sua maioria de homens jovens e adultos em sua idade mais produtiva” (MIRANDA, 2011, p. 61).

Apesar de o serviço militar ser uma atividade desenvolvida por homens, existe documentação histórica que “aponta para a existência no Brasil de um elevado número de mulheres e crianças de pessoas a serviço da WIC” (MIRANDA, 2011, p. 65). Essa presença fica ainda mais notória quando ao abordar os momentos finais, Miranda (2011, p. 215-216) afirma que só era permitido distribuir medicamentos para mulheres e filhos de funcionários da WIC que estivessem em tratamento no hospital. Em outro contexto, o historiador afirma que civis e militares eram atendidos no hospital (2011, p. 218).

Quanto aos dados bioarqueológicos dos esqueletos em relação ao sexo, origem e idade tem-se:

Tabela 1 – Dados bioarqueológicos dos esqueletos: diagnose de sexo e de ancestralidade¹⁰

Variáveis		Esqueletos	Fonte
Sexo	Masculino	(27-esqueletos) 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 10; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 30; 44; 45; 46; 48; 49; 52; 53; 54; 55; 58; 59; 65.	SILVA, 2015
	Ambíguo	47 - provavelmente pela idade do indivíduo (SILVA, 2015, p. 78).	
Origem	Europeia Obs.: podendo apresentar variações morfogenéticas entre os indivíduos	(28 – esqueletos) 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 10; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 30; 44; 45; 46; 47; 48; 49; 52; 53; 54; 55; 58; 59; 65.	SILVA, 2015

Fonte: elaborada pelas autoras.

¹⁰ O universo dessas análises é de 28 indivíduos, número total de esqueletos que foram retirados de sítio e analisados em laboratório.

Tabela 2 – Dados bioarqueológicos - diagnose de idade¹¹

Esqueleto	Idade	Esqueleto	Idade
01	Aproximadamente 25 anos	30	17-21 anos
02	15-19 anos	44	Maior ou igual a 18
03	45-50 anos	45	17 - 20 anos
04	20-25 anos	46	Maior ou igual a 18
05	25-30 anos	47	Menor que 15 anos
06	20-25 anos	48	17-18 anos
07	20-25 anos	49	Maior ou igual a 18
10	20-25 anos	52	17-21 anos
13	15-16 anos	53	17- 21 anos
14	21- 25 anos	54	18 - 20 anos
15	16 - 20 anos	55	19 - 21 anos
16	21 - 25 anos	58	15 - 18 anos
17	25-35 anos	59	18-22 anos
18	20-30 anos	65	17-25 anos

Fonte: MOURA, 2017.

Afora o cotidiano de guerra, os soldados estavam submetidos a uma baixa qualidade de vida, quer pela precariedade dos alimentos, de higiene e médicas, quer pelas condições de trabalho, da qual decorriam sérios prejuízos à saúde. “De acordo com CasparStör, as condições do hospital eram tais que até um homem saudável não poderia sobreviver lá por muito tempo” (STEVEN, apud MIRANDA, 2011, p. 211).

De forma que é possível identificar diferentes tipos de doenças que acometiam os que faziam a guerra, entre elas: hemeralopia ou cegueira noturna, disenteria sanguínea ou câmaras de sangue, bexiga, hidropisia, sífilis, malária, tuberculose, escorbuto, Trypanosomiasis, *Tunga penetrans* (bicho-do-pé); febre contínua, dor de cabeça perigosa, problemas estomacais; tifo, catapora e febre tifoide (MELLO, 2007; MIRANDA, 2011; MIRANDA, 2015; MOREAU 1979).

¹¹ Apenas 28 esqueletos passaram por análises bioarqueológicas, de forma que os demais não apresentam informações sobre a idade. São eles: 08, 09, 11, 12, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 51, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64.

Ao longo dos vinte e quatro anos de combate foram registrados três principais períodos de penúria (MIRANDA, 2011, p. 214): em 1637 com o aumento de doentes e feridos; em 1642 com um provável surto de malária; e em 1646 com a epidemia de fome. Conforme Bruno Miranda, (2015, p. 10), as doenças relacionadas à falta de vitaminas foram mais frequentes nos períodos de restrições alimentares, que foram eles entre 1630 e 1633 e entre 1645 e 1654.

Por se tratar de uma guerra, havia ainda os traumas provocados pelo combate. Muitos deles podem ser verificáveis após a morte no material ósseo.

Em relação ao tratamento de ferimentos causados por projéteis de artilharia era padrão no período a amputação. Cortes e perfurações de espada, pique e outra armas brancas podiam ser curadas, caso não tivessem atingido órgãos internos e desde que fossem bem limpos e enfaixados. Ferimentos causados por armas de fogo eram mais problemáticos. Um impacto de uma bala de canhão era usualmente, mas não constantemente, fatal. Projéteis menores oriundos de armas de fogo portáteis podiam, por sua vez, esmagar ossos e tecidos e causar hemorragia interna, como também carregar pedaços da roupa e sujeira para dentro do ferimento, o que acarretava infecção. Cirurgiões eram incapazes de lidar efetivamente com ambas as situações e um ferimento desse tipo no tronco era praticamente fatal (MIRANDA, 2011, p. 225).

A estrutura para abrigar os doentes não comportou a demanda de alguns períodos.

Em relação aos tipos de tratamento dispensados aos mortos, foi registrado o lançamento de corpos de soldados no mar durante viagens. Todavia, não foi localizado o registro de algum local ou forma de como os corpos de soldados eram descartados em terra. Os registros dos cronistas destacaram o enterro com honras militares para cargos de patente (HAECXS, 1950, p. 73; BARLEUS, 1974; RICHSHOFFER, 1978). Devido à qualidade de vida que se encontravam os soldados, era possível que um soldado reaproveitasse as vestes de um morto (RICHSHOFFER, 1978, p. 68; MIRANDA, 2011, p. 163).

Referente aos dados do perfil biológico dos esqueletos no que toca aos traumas, foram divididos entre lesões acometidas por doenças e lesões resultantes de combates violentos.

Tabela 1 – Dados bioarqueológicos dos esqueletos: traumas

Variáveis	Esqueletos	Fonte
	03 - Lesão antemortem no osso frontal.	Registro fotográfico – Fundação Seridó.

Violência	44 - Lesão perfuro-cortante, perimortem, de 130mm na entrada (parietal esquerdo) e 18mm na saída (occipital).	MOURA, 2017, p. 170
	45 - Lesão corto-contusa antemortem, 35mm comprimento, base da órbita direita.	
	46 - lesão contusa antemortem, 18mm comprimento x 4mm na altura do arco superciliar.	
	48 - Lesões cortantes <i>perimortem</i> , 26mm comprimento na bossa parietal direita e antemortem, 32mm comprimento, na bossa direita do frontal e fratura de septo nasal <i>antemortem</i>	SILVA; SANTOS, 2017.
	58 - Lesão perfuro-cortante, perimortem, 22mm, parietal direito;	MOURA, 2017, p. 170
Doença	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 30, 52, 48, 53, 55, 58 e 65 – indicativo de escorbuto.	SILVA, 2015.
	01 – possível indicativo de sífilis.	
	10, 54 – possível indicativo de boubá.	
	49 – possível indicativo de varíola.	
	45, 47, 59 - sem alterações.	

Fonte: elaborada pelas autoras.

Grande parte do período de ocupação, os neerlandeses estiveram estacionados no istmo de Olinda, ou seja, na região em que foi evidenciado o Sítio do Pilar, devido, principalmente, aos bloqueios por terra que os lusos realizavam. De forma que, “cerca de dezoito anos foram de dependência quase exclusiva de abastecimento externo via mar” (MIRANDA, 2016, p. 165). Para além da estratégia do cerco, com base nos relatos de Ambrósio Richshoffer,¹² é sabido que os portugueses armavam, recorrentemente, emboscadas no istmo.

Foram mortos três homens da nossa companhia que tinham ido ao mato buscar frutas. Os inimigos apresentaram-se igualmente em algumas das ruas abertas e desabitadas da cidade, onde encontrando um dos nossos mouros, cortaram-lhe a língua, quebraram-me um braço e fizeram-lhe diversos ferimentos na cabeça (RICHSHOFFER, 1978, p. 71).

É importante salientar que os relatos de Richshoffer são dos anos iniciais da guerra, e já denotam diferentes tipos de violência que os soldados poderiam sofrer com as emboscadas durante a realização de atividades cotidianas, como buscar frutas, o que faz

¹² Ambrósio Richshoffer foi um soldado da WIC que registrou o cotidiano desde a Europa, antes de embarcar. Seus relatos correspondem ao período de 1629 a 1632.

refletir sobre os traumas que seus esqueletos poderiam apresentar no registro arqueológico.

Desta maneira, um espaço destinado a receber corpos pode sim estar relacionado a um momento que a população não teve escolha de outro local e/ou que não tinha mobilidade espacial, fatores condizentes à realidade das tropas da WIC em alguns momentos, como nos 18 anos de cerco que passaram no istmo.

Durante esses momentos de isolamento no istmo, os neerlandeses foram submetidos a mais adversidades. O pedido de funcionamento do hospital em 1638 deve estar atrelado ao aumento de doentes, A epidemia de fome de 1646 relaciona-se à insurreição contra a WIC, e o aumento das retaliações lusas. Vale ressaltar que Moreau (1979, p. 63), descreveu a fome como causa da morte de mil e quinhentas pessoas. A qualidade de vida dos soldados foi bastante trabalhada por Miranda, e o índice de morte esteve muito relacionado a este aspecto. Decorrente dessa qualidade, muitas doenças mataram soldados, doenças inclusive que não necessariamente imprimem marcas nos ossos (material arqueológico disponível).

No tocante aos traumas, Ilana Silva (2015, p. 82) considerou que não havia entre os esqueletos nenhum indicador direto das doenças recorrentes no período neerlandês, como as fraturas transversais nas costelas que podem indicar o escorbuto e envolvimento ósmio e tibia em sabre que podem indicar sífilis venérea. Contudo, ela pôde identificar elementos associáveis ao escorbuto, como “retração alveolar, formação de abscesso ou perda dentária antemortem”, destacando que, 19 dos 28 indivíduos, por ela analisados, apresentaram retração alveolar.

Mais adiante, a arqueóloga afirma que “as alterações morfológicas identificadas foram insuficientes para confirmar uma diagnose positiva de boubá, sífilis e varíola” (SILVA, 2015, p. 90). Ela também afirma (2015, p. 91) que não é possível indicar que a causa mortis desses indivíduos tenha sido em decorrência de epidemia. Todavia, deve-se considerar que esta possibilidade pode ser descartada pelo tipo de análise realizada pela pesquisadora; outros métodos podem, em algum momento, apresentar outros dados.

O indicador de ancestralidade analisado nos 28 indivíduos exumados apresentou a origem caucasóide para todos, com algumas variantes genéticas. Ao associar aos soldados da WIC fica notória a singularidade, uma vez que 64% destes eram de 78 cidades europeias, como afirmou Miranda (2011, p. 44). Assim, considerando os remanescentes ósseos de soldados não é de se estranhar que estes apresentem características morfogenéticas diferentes, uma vez que, neste período muitas dessas cidades estavam em formação e recebiam imigrantes com ancestralidades diversas.

A média idade dos soldados também se assemelha com as características dos esqueletos de jovens e adultos. Contudo, nota-se a presença de um indivíduo (sep 03) de 45 a 50 anos entre os sepultamentos. Sua presença entre possíveis soldados poderia gerar a ideia de uma pessoa mais velha com alta patente. Entretanto, não foi encontrado nenhum indicador que remetesse uma diferenciação no tratamento dispensado ao corpo, como indicaram os cronistas, para militares de patente.

É preciso refletir sobre as possibilidades que o contexto histórico permite associar. Inicialmente, se o cemitério está relacionado à utilização do Forte de São Jorge como hospital da Companhia das Índias Ocidentais, é fundamental delimitar seu tempo de uso para este fim. Infelizmente não se sabe até qual data o hospital funcionou, mas sabe-se que iniciou em 1638 e que até três meses após o acordo de rendição dos neerlandeses ficou autorizado o tratamento de soldados feridos até a cura. Assim, tem-se como período mínimo de uso do hospital, de 1638 até abril de 1654.

Junto ao tempo de uso do hospital, é também de fundamental importância pensar a quais condições as pessoas que poderiam utilizar esse equipamento estavam submetidas. Mesmo sendo as enfermidades e a qualidade de vida os grandes vilões dos soldados, não se pode excluir a possibilidade de morte através de traumas de violência, pois afinal se trata de uma guerra. Faz-se lembrar dos relatos de Ambrósio Richshoffer sobre a violência, quando mesmo os soldados que não morriam em batalha sofriam algum tipo de trauma, principalmente nos membros inferiores e superiores. Com Bruno Miranda (2011, p. 225) foi visto que as mutilações eram tão comuns que eram previstas indenizações aos soldados. Talvez o mais comum fosse encontrar um número maior de esqueletos com amputações, ferimentos de arma branca ou arma de fogo, mesmo que não fossem traumas perimortem. As emboscadas cotidianas relatadas por Richshoffer, ainda no início da guerra, seriam capazes de imprimir marcas de traumas nos esqueletos através de quebras e golpes. De forma que, considerando que o hospital só passou a funcionar em 1638, após 8 anos de ocupação, e os relatos dos confrontos interpessoais diários, é intrigante pensar que esses esqueletos não tragam traumas mais coerentes com os relatos, como as amputações.

Todavia, a arqueóloga Ilca Moura ao investigar os crânios dos 28 esqueletos exumados pode identificar que “13 apresentou algum tipo de lesão com variação de importância” (MOURA, 2017, p. 166), dado que pode ser relacionado ao relato de Richshoffer (1978, p. 71), sobre os ferimentos das cabeças dos soldados provocados pelo inimigo. Seis esqueletos foram destacados entre os lesionados, os esqueletos 03, 45, 46 apresentaram lesões antemortem, ou seja, que tiveram sua cicatrização ainda em vida, os esqueletos 44, 48 e 58 apresentaram lesões perimortem, as quais podem estar

relacionadas à causa de suas mortes. Ilca Moura apresentou imagens do sepultamento 58, nas quais foi destacado o local exato de entrada do objeto perfuro-cortante que atingiu o crânio.

Figura 5 – Esqueleto 58. Entrada de objeto perfuro-cortante



Fonte: MOURA, 2017, p.168.

Não menos importante, é necessário refletir sobre os artefatos presentes em uma guerra, sejam eles vestígios de canhão, de armas utilizadas, entre outros, os quais poderiam compor o registro arqueológico. Ou seja, esses elementos poderiam aparecer na camada arqueológica, associados ou não aos esqueletos, porém no mesmo nível estratigráfico. Até o presente, as análises realizadas não detectaram nenhum elemento químico que possa ser relacionado ao contexto bélico.

Na tentativa de observar possíveis componentes químicos (ex: alumínio, ferro, etc.) presentes em alguns tipos de armas brancas, foram realizados testes de Fluorescência de Raio-X (equipamento portátil X-MET 5100 – Marca Oxford Instruments) naquelas lesões que poderiam ter levado à morte do indivíduo, uma vez que em casos de lesão *perimortem* é possível identificar resquícios do instrumento utilizado (MOURA, 2017, p. 94).

Uma das possibilidades levantadas para a ausência de vestimentas dos esqueletos relaciona-se ao hábito militar da WIC do reuso de fardamento devido sua escassez. O que pôde ser visualizado na fala de Ambrosio e reafirmado na pesquisa de Bruno Miranda. Contudo, vale refletir se em outros contextos históricos também não caberia pensar que houve o reuso de roupas dos defuntos por algum motivo, mesmo o econômico, ou ainda para o caso de epidemias. Além do mais, não ficou claro, nas fontes citadas, a retirada das roupas dos mortos como uma regra, para que isso implicasse na ausência de vestimentas nos 65 esqueletos.

A ideia cristalizada que só circulava homens, por entre as guarnições, foi quebrada

com Bruno Miranda. De forma que, não só nas guarnições como nos hospitais havia a presença de mulheres e filhos dos soldados, mesmo que em um percentual bem melhor. Assim, considerando esses indivíduos relacionados ao hospital, questiona-se a ocorrência apenas de sepultamento masculinos. É preciso, portanto, escavar toda a área para verificar se houve uma divisão por sexo. Todavia, com os dados que se têm, acredita-se que, a ausência de mulheres não pode ser um fator determinante para fazer deste um espaço funerário militar.

Considerações finais

Um hueso por sí mismo aporta poca información, siendo el conjunto de los datos obtenidos em um determinado contexto el que permite interpretar y extraer el máximo de conocimientos sobre el mismo.¹³ (CAMPILLO; SUBIRÀ, 2004, p. 199).

A reflexão acerca do Sítio do Pilar é pertinente, uma vez que a memória desses homens que ali foram enterrados não faz parte da historiografia e nem do imaginário da população recifense. Considerando que “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1990, p. 368), a evidenciação desses esqueletos pode trazer discursos de minorias não representadas historicamente. Visto que a condição destes sujeitos históricos não terem suas identidades reconhecidas mostra que, em algum momento, houve um jogo de poder para que isso acontecesse. Historicamente, a reconquista portuguesa atuou no silenciamento da memória neerlandesa nos séculos que seguiram; esse pode ser sido um espaço com este fim.

Durante o percurso da pesquisa um único registro bibliográfico pode ser utilizado como referência à memória dos sepultamentos. Sylvio Rabello ao descrever as demolições ocorridas no Recife do século XX, ele menciona a ocorrência de ossadas na Rua de São Jorge.

Foi assim que do dia para a noite um lado da Rua de São Jorge estava no chão. Então, das casas em que morávamos, do lado que ficou de pé, podíamos avistar o mar – veleiros e barcaças entrando e saindo lentamente do ancoradouro interno. O poeirício não era nada para os meninos que não se despregavam das janelas, apreciando aquela luta de demônios contra paredes que pareciam eternas. Um dia houve um corre-corre em direção do sobrado número 17, onde encontraram, lado a lado, duas ossadas humanas, justificando a sua fama de casa mal-assombrada (RABELLO, 1979, p. 20).

¹³ Um osso por si mesmo aponta pouca informação, sendo o conjunto de dados obtidos em um determinado contexto o que permite interpretar e extrair o máximo de conhecimentos sobre o mesmo.

Neste relato, Rabello apresenta não só a ocorrência de possivelmente dois esqueletos, como também faz pensar em algum indicador que as pessoas que ali residiam no século XX tinham sobre os enterramentos, visto que o mesmo diz que as ossadas justificam a fama de casa mal-assombrada. Considerando a proximidade de 25cm entre as camadas arqueológicas dos sepultamentos e das estruturas construtivas, não se pode descartar que quando da construção das casas os esqueletos tenham sido encontrados.

O recorte temporal sugerido, por outras e por esta pesquisa, para a datação do presente sítio vem sendo o período em que a Companhia das Índias Ocidentais ocupou o Recife, 1630-1654. Em razão de que as informações presentes no contexto arqueológico do sítio e a falta de elementos seguros para sua datação até o presente permitem certa contextualização histórica.

O Recife dentro da história atlântica é sim um espaço singular composto por redes que permitiam a circularidade de pessoas e culturas. A prática de enterrar indivíduos em um local que aparentemente fora utilizado por um curto período de tempo pode denotar a necessidade de uma resolução emergencial ocorrido em um local portuário, que por sua característica básica apresenta significativa circulação de pessoas.

Várias lacunas precisam ser preenchidas para que se possam alargar as discussões culturais, principalmente de ordem cronológica. É de fundamental importância que as investigações no campo da antropologia física continuem avançando para que isso ocorra. Assim como também, é fundamental que haja a pesquisa histórica nos principais arquivos que detêm documentação acerca da Capitania de Pernambuco.

Por fim, é fundamental compreender que um trabalho dessa natureza deve ter muitas ressalvas para não afirmar continuidades culturais sem dados expressivos.

Os limites entre um grupo étnico e “os outros” não são rígidos nem fixos, mas fluidos, mudando de acordo com interesses, necessidades e circunstâncias sociais, políticas, econômicas, o que dificulta ainda mais seu reconhecimento quando os atores não estão mais presentes (LIMA, 2015, p. 111).

Lima (2015) chama atenção para a violência interpretativa que o arqueólogo pode cometer entre a relação do registro arqueológico e registros etnográficos com base apenas em alguns elementos da cultura material, no caso do pilar o único material arqueológico é o próprio esqueleto.

Referências

ALVES, R. B. *Primeiras ocupações residenciais da Rua de São Jorge no Bairro do Recife: um estudo das estruturas Arqueológicas/Arquitetônicas da Quadra 55 na área do Pilar,*

Recife-Pe. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. UFPE. 2016.

BARLEUS, G. *História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*; prefácio e notas de Mario G. Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1974.

BREDA, D. O. *Vicus Juaeorum*: os judeus e o espaço urbano no Recife neerlandês (1630-1654). Dissertação de Mestrado em História. UFRN. Natal-RN, 2007.

CAMPILLO, D.; SUBIRÀ, E. *Antropología Física para arqueólogos*. Barcelona: Ariel, 2004.

COSTA, D M. *Algumas abordagens teóricas na arqueologia histórica brasileira*. SBPC, 42 ind. 30-32, 2013.

DUARTE, J. M. *Práticas Mortuárias no Cemitério do Polo Pilar Bairro do Recife – PE*. Recife, Dissertação de mestrado em arqueologia. UFPE, 2016.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. *Relatório Técnico Final de Atividades*, acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do Projeto Habitacional do Pilar. Bairro do Recife, Recife - Pernambuco. De janeiro de 2010 a maio de 2014. Volume I. Recife, 2016.

GIUSTINA, L. B. D. *O Pilar que ficou*: um estudo de conservação em bens patrimoniais a partir do Conceito de Valor: o caso da Igreja do Pilar do Recife. Dissertação de Mestrado. UFPE. Recife, 2010.

HAECX, H. Diário, 1645-1654. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 69, 1950, tradução do Frei Agostinho Keijzers.

LIMA, A. L. Etnicidade no registro arqueológico: o risco da violência interpretativa. In: LIMA, Tania Andrade. (Org.). *Identidades étnicas em Arqueologia: possibilidades e limites*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2015. 112 p. il.; 10,5 cm. (Série Livros Digital, 3).

LIMA, I. P. *Em busca dos mortos do passado*: caracterização funerária do Cemitério Pilar-PE. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - UFPE, 2016.

LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2003.

MELLO, J. A. G. *A cartografia holandesa do Recife*. Recife: Cepe, 2017.

MELLO, J. A. G. *Fontes para a história do Brasil Holandês: a administração da conquista*. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva. 2 ed. Recife: CEPE, 2004, v. 2: il. (Série 350 anos. Restauração Pernambucana, 9).

MELLO, J. A. G. *Tempo dos Flamengos*: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks. 2007.

MIRANDA, B. R. F. *Gente de guerra*: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Tese de Doutorado. Universiteit Leiden, Países Baixos, 2011.

MIRANDA, B. R. F. *Fortificações da Barra e do Porto do Recife – século XVII* ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

MIRANDA, B. R. F. "Sick and unblet to march:" life and death in the army of the Dutch West India Company in the Northeast of Brazil, 1630-1654. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abr.-jun. 2015. Available at: <http://www.scielo.br/hcsm>.

MOURA, I. P. *Práticas funerárias do Sítio do Pilar, bairro do Recife – PE*. RECIFE. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. UFPE. Recife, PE. 2017.

MOREAU, P, séc. 17. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias* / Pierre Moreau e Roulox Baro; tradução e notas Lêda Boechat Rodrigues; nota introdutória José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1979.

RABELLO, S. *Tempo ao tempo: memórias e depoimentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.

RICHSHOFFER, A. *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais (1629-1632)*. Traduzido de raríssimo alemão por Alfredo de Carvalho; introdução de Mauro Mota. 2. ed. São Paulo: IBRASA; Brasília, INL, 1978.

SILVA, D. C. *Práticas funerárias na Pré-História do Nordeste do Brasil*. Dissertação de Mestrado em História. UFPE, Recife, 2004.

SILVA, S. F. S. M.; SANTOS, A. L. C. Lesões antemortem e perimortem em crânios provenientes do cemitério colonial do Pilar, Recife, Pernambuco, Brasil (acerca de 1680). *XIII Congresso da Associação Latino-Americana de Antropologia Forense*. São Paulo, 2017.

OSSOS DO OFÍCIO: ESCAVANDO O ANTIGO CEMITÉRIO DA IGREJA MATRIZ DE PORTO ALEGRE/RS

Angela Maria Cappelletti¹

Introdução

Este artigo visa apresentar, de forma resumida, a pesquisa arqueológica ocorrida, entre o final do ano de 2011 e início de 2013, e executada durante as obras de restauro no prédio da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e no pátio ao redor, bem como, os resultados, ainda que preliminares, uma vez que as análises sobre restos mortais continuam sendo efetuadas até o presente momento, conforme se verificará na sequência. Essa pesquisa visava realizar o monitoramento de duas intervenções profundas no terreno, bem como, de outras de menores dimensões, a serem realizadas pela equipe de restauro da empresa Arquium Construções e Restauro Ltda., sob a coordenação do renomado Arquiteto Edegar Bittencourt da Luz e, posteriormente, executar escavações arqueológicas propriamente ditas, quando, então, a camada referente às inumações fosse atingida.

Um breve histórico do local

No terreno onde hoje está situada a Cúria Metropolitana de Porto Alegre estava localizado o antigo Cemitério da Matriz que começou a funcionar a partir do ano de 1772, quando o governador José Marcelino de Figueiredo elevou a povoação ao grau de Freguesia. O primeiro Livro de Óbitos² já inicia nesta data. O local tinha como limites, ao Norte, como já foi mencionado, a Igreja da Matriz, ao Sul, com a Rua do Alvaredo (atual Fernando Machado), ao Leste com o Beco do Cemitério (atual Rua Espírito Santo) e a Oeste com terreno do Palácio do Governo da Capitania. A área que o cemitério ocupava era bastante íngreme, pois se localizava na encosta Sul da colina que forma o centro da cidade. O Norte era a parte mais alta, e o Sul, a mais baixa, com uma declividade bastante acentuada (Figura 1). As inumações ocorriam tanto dentro, como ao lado e atrás da capela existente. Provavelmente uma construção provisória, pois, a edificação da conhecida Igreja da Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre somente ocorreu a partir do ano de 1779 (NASCIMENTO, 2006), quando o cemitério já tinha sete anos de

¹ Arqueóloga com mais de 30 anos de atuação, formada em História/PUCRS, Especialista em Arqueologia e Patrimônio/PUCRS e Diretora da empresa Memorabilia Sul – Prestação de Serviços em Arqueologia e História Ltda. Porto Alegre/RS.

² São dois os primeiros livros de óbitos: um refere-se aos homens Livres, embora apareçam registrados oito escravos, com data de 1772 a 1795, e outro somente com escravos, de 1772 a 1801. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

funcionamento. Nos primeiros 29 anos que foram registrados os sepultamentos nesse livro (Livres e Escravos), aconteceram um total de 1529 sepultamentos.³ No entanto, de acordo com relatos da historiadora e arquivista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Vanessa Campos, em um levantamento preliminar, ela chegou a números avassaladores de em torno de 40 mil sepultamentos, o que pode justificar as condições em que foram encontradas as inumações que serão descritas a seguir. Em relação ao histórico de ocupação da área serei bastante breve, uma vez que, o que interessa mais é apresentar os resultados da pesquisa arqueológica, objeto deste trabalho.⁴

Figura 1 – Imagem da Planta de 1844.
Sobre ela imagem do Google, manipuladas pelo Prof. Dr. Afonso Risso,
com a localização do cemitério destacada no círculo.



Fonte: acervo do IHGRGS.

Entre os anos de 1850, período em que o cemitério foi desativado, por motivos já conhecidos por todos, e 1865, ano de início da construção do prédio que seria ocupado pelo Seminário Episcopal, não há qualquer relato sobre esse espaço e de que maneira foi utilizado, ocorrendo, assim, um lapso de 15 anos em relação à história do local. Sabe-se apenas, através das escavações arqueológicas, que os sepultamentos não foram transferidos para a nova área destinada aos enterramentos, ou seja, para o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, nos altos da Azenha; provavelmente, somente aqueles que estavam sepultados nas catacumbas e que possuíam identificação. Desta forma, o prédio

³ Em função das atividades de campo que demandaram todos nossa dedicação e do tempo disponível para executarmos as pesquisas, não foi possível aprofundar as pesquisas históricas.

⁴ Para informações mais detalhadas sobre o histórico do Cemitério da Igreja da Matriz e sobre as práticas funerárias em Porto Alegre recomendo, respectivamente, a dissertação de Mestrado de Meirelles (2016) e a tese de Doutorado de Nascimento (2006).

que abriga atualmente a Cúria Metropolitana de Porto Alegre foi construído sobre a área da antiga necrópole e, como foi percebido nas diversas intervenções ocorridas desde sua construção até os dias atuais, se encontram vestígios de restos mortais humanos. O prédio em questão foi edificado entre os anos de 1865 e 1879, atendendo uma reivindicação do primeiro Bispo da Diocese do Rio Grande de São Pedro, Dom Feliciano José Rodrigues Prates, que atuou entre os anos de 1853 e 1858, quando faleceu. No entanto, apesar de seus esforços, não viu sua reivindicação ser atendida, o que só ocorreu na gestão do Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeiras, falecido em 1888. Infelizmente, durante as pesquisas arqueológicas não tivemos acesso às informações pertinentes às obras de construção do referido prédio e nem as plantas originais e suas posteriores ampliações.

As pesquisas arqueológicas

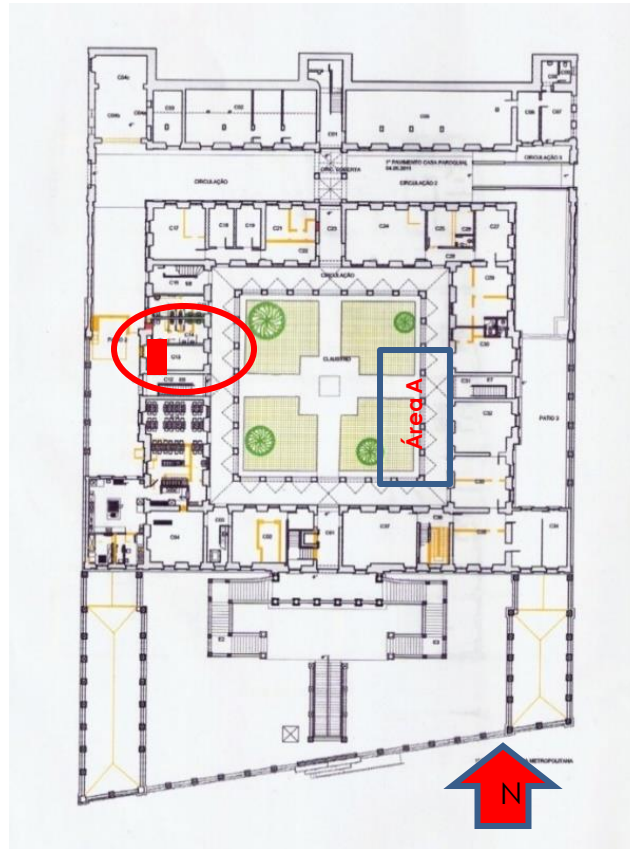
As pesquisas arqueológicas nas obras de restauro do prédio da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, ocorridas entre os meses de setembro de 2011 e janeiro de 2013, foram autorizadas através de portaria publicada no Diário Oficial da União, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, através de projeto de pesquisa apresentado, atendendo às determinações de proteção ao patrimônio e dos sítios arqueológicos. O Cemitério da Igreja da Matriz foi cadastrado como sítio arqueológico em 1997, pela Arqueóloga do Museu Joaquim José Felizardo, Fernanda Bordin Tocchetto, após uma denúncia realizada pelos operários que estavam executando uma vala para drenagem pluvial ao redor do prédio da Cúria Metropolitana, onde acharam diversos ossos humanos, inclusive um crânio. Essa denúncia ganhou os jornais e, assim, após 147 anos, a antiga ocupação do local, já apagada da memória da grande maioria dos moradores da cidade, voltou a ser revivida. Só então, a população pôde, mesmo que de forma fortuita e sensacionalista, ter o conhecimento sobre a história desse local. Todavia, atualmente, lamentavelmente, voltou a ser ignorada. Essa história já era do conhecimento dos pesquisadores da cidade (tanto historiadores, quanto arqueólogos) e, obviamente, pelos ocupantes religiosos, porém, totalmente desconhecida pela massa da população. Entretanto, ainda não havia vestígios materiais que comprovassem os documentos antigos. E, graças a essa intervenção e à denúncia dos operários, esse local foi registrado e catalogado como Sítio Cemitério da Igreja da Matriz com o código RS.JA-11. Assim, por esse registro e pelo motivo do prédio da Cúria Metropolitana ter sido tombado pelo município em 2009 é que as pesquisas arqueológicas foram requisitadas. Deste modo, as atividades da arqueologia basearam-se no monitorar e no salvamento das evidências relacionadas à antiga necrópole, bem como, da posterior ocupação do terreno. As

atividades tiveram o endosso financeiro da Mitra Arquidiocese de Porto Alegre e o endosso institucional do Museu de Porto Alegre, Joaquim José Felizardo, órgão da Secretaria Municipal da Cultura. A equipe arqueológica contou com um efetivo de quatro pessoas em campo e, nos meses finais, mais duas em laboratório. Foram realizadas diversas intervenções no período em que a equipe de arqueologia esteve trabalhando. Entretanto, neste artigo, serão elencadas apenas duas, as mais profundas e importantes em termos de achados. São elas: a escavação de uma área de 2,58m², denominada Sala C13, localizada dentro do prédio na ala Oeste, e uma área de 55,53m², localizada no pátio Leste, limite com o muro da Rua Espírito Santo, denominada como Área A. A primeira intervenção, Sala C13, diz respeito a uma escavação de um poço para elevador que chegou à profundidade de 3,20 metros. Já a segunda, uma escavação de grande área de extensão e profundidade, pois chegou aos 6 metros, foi escavada para a colocação de uma pequena estação elétrica e de uma caixa de água para o caso de incêndio, conforme verifica-se na planta baixa na sequência (Figura 2).

Sala C13

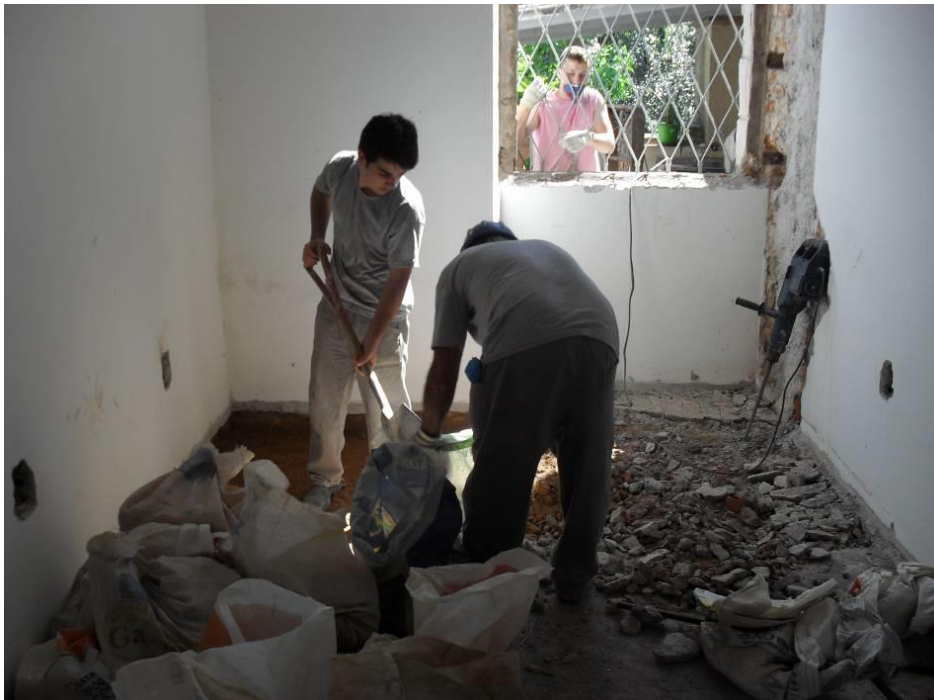
A Sala C13 localiza-se no lado Oeste do prédio da Cúria Metropolitana, conforme pode ser observado na planta abaixo (Figura 2). A escavação nesta sala iniciou no dia 30 de setembro e se estendeu até o dia 25 de novembro de 2011. Neste local foi prevista a abertura de um retângulo para a instalação do poço do elevador que ligará a lavanderia, que fica no subsolo. A escavação atingiu 1,10 metros de largura, no sentido Leste-Oeste por 2,35 metros de comprimento, no sentido Norte-Sul e localizava-se junto à parede Oeste da dita sala, sob a janela (Figura 03). A profundidade alcançada no lado mais profundo da cava, ou seja, ao Sul, foi de 3,20 metros. A metodologia inicial empregada neste local foi de monitorar a escavação dos operários, porém, aos 1,70m de profundidade iniciou o aparecimento de ossos humanos misturados com o aterro utilizado para nivelar o terreno e preencher as lacunas deixadas pelas fundações do prédio.

Figura 2 – Planta baixa do primeiro pavimento do prédio da Cúria com a localização da Sala C13, à esquerda, destacada no círculo vermelho e, no quadrado da mesma cor, o poço do elevador. E à direita, pátio Leste, em azul, está destacada a Área A.



Fonte: planta cedida pela Arquiteta Elisabete Roveda, da equipe de Restauro.

Figura 3 – Início da retirada do piso atual na Sala C13, junto à parede oeste



Fonte: acervo da autora.

Dos 1,70 aos 2,80 de profundidade diversas camadas de ossos humanos se sobrepuseram de forma dispersa no local, inclusive fragmentos de mandíbulas com dentes e de crânios. A partir dos 2,80m começou a se perceber a existência de depressões de formatos entre o retangular e ovoide, escavadas no granito em decomposição e acompanhando a declividade do terreno. Estas estruturas foram identificadas como covas,⁵ sendo que em algumas delas verificou-se ossos humanos associados. Até se chegar à profundidade desejada de 3,20m foram identificadas 07 covas, sendo que destas, duas covas – a 06 e a 07 –, não foram relacionadas com ossos conforme se verá na descrição na sequência (Figura 4). É importante que se diga que, mesmo que alguns ossos tenham sido relacionados às determinadas covas, talvez essa informação esteja equivocada, uma vez que, pela disposição dos vestígios ósseos e pelas informações contidas em alguns relatos antigos, sabe-se que houve intervenção humana nesses restos mortais na ocasião da edificação do prédio do Seminário Episcopal, a partir do ano de 1865, como se pode comprovar em crítica no jornal *A Reforma* de 1869:

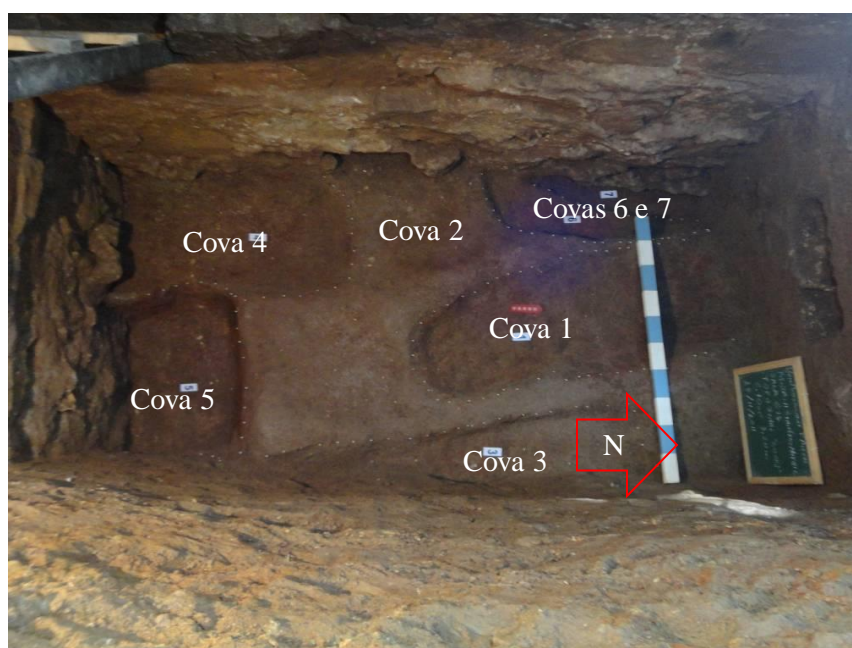
[...] que nos terrenos juntos ao seminário em construção encontram-se ossos humanos, que servem de divertimento aos rapazes que vão por ali vagar. Levante-se o edifício do seminário [...] que importam os ossos humanos que servem de alicerce e que junto a ele branqueiam? (FRANCO, 1998, p. 381).

Em função da localização das covas, em especial as covas 04, 06 e 07, ou seja, junto às fundações do prédio, é bem possível que essas evidências tenham sido revolvidas. Lamentavelmente, não se pode saber com precisão, se os ossos encontrados em cada cova são de um mesmo indivíduo ou se foram misturados. Apenas dos ossos da Cova 01, pois, uma vez que foram encontrados ainda articulados, certamente pertencem a um mesmo indivíduo. Quanto às covas 04 e 05, por conterem crânios orientados para o norte, alinhados com as próprias estruturas (covas), pode-se supor que ao menos estes ossos não foram mexidos quando da construção da parede Sul, ainda que os ossos longos encontrados nas mesmas covas tenham sido revirados. Devido ao alto grau de deterioração, a maioria dos ossos saiu da escavação ainda mais fragmentada ou mesmo pulverizado, como foi o caso dos ossos da Cova 1. Ainda assim, foram coletados e guardados. Não se adotou, no momento da escavação, nenhum tipo de processo de consolidação dos vestígios ósseos, porque os estudos na bibliografia especializada consultada informam que os produtos químicos utilizados nesses procedimentos podem

⁵ Covas são denominadas, neste trabalho, como escavações em forma oval ou elíptica, com tamanhos variados, resultando em uma depressão no solo com o objetivo de acondicionar um sepultamento humano.

anular qualquer estudo posterior mais minucioso, como a análise de DNA, por exemplo. Na sequência das escavações foram descobertas mais duas covas: a Cova 4 e a Cova 5, que se localizaram na metade sul da escavação do poço do elevador. Pela localização dessas estruturas cogitou-se, a princípio, uma sobreposição de sepultamentos, pois a depressão da Cova 04 parece ter sido aberta sobre a Cova 05. Posteriormente, quando se localizou o limite Leste da Cova 05, percebeu-se que ambas estão orientadas no sentido Norte-Sul, sendo sua porção meridional ausente graças à construção do alicerce para a escadaria da lavanderia. Na Cova 4, que situa-se no ângulo sudoeste da escavação, foram evidenciados ossos longos de adulto e de provável criança ou adolescente e também um crânio quase inteiro. Na Cova 05, inicialmente se identificou ossos longos, mas, sob esses foram evidenciados dois crânios, um de adulto que quase se desmanchou e um de não adulto que conseguimos retirar inteiro, inclusive com a mandíbula ainda articulada e com a maioria dos dentes. Estas duas covas avançaram em direção sul sob a fundação do prédio, porém, não estão mais preservadas devido à escavação para a construção de uma escada que leva para a lavanderia no subsolo. As Covas 06 e 07 só foram evidenciadas depois que todos os ossos foram retirados e a escavação foi limpa para proceder ao registro fotográfico de todas as estruturas. Estas estavam sobrepostas junto à Cova 2, e se estendiam até onde hoje está a parede Oeste da sala, como pode ser verificado na figura abaixo, onde estão evidenciadas todas as estruturas de enterramento identificados na Sala C13 (Figura 4).

Figura 4 – Topo da escavação do poço do elevador com todas as covas evidenciadas



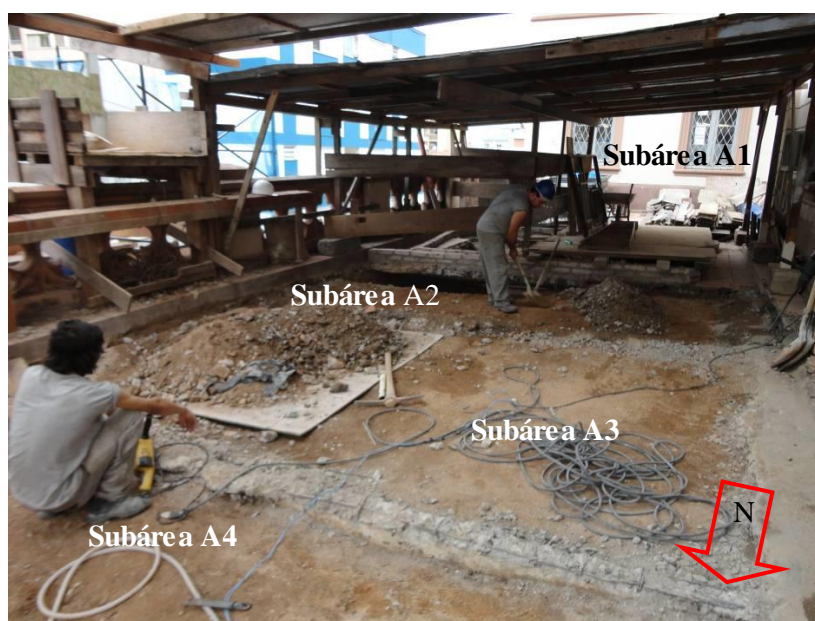
Fonte: acervo da autora.

A disposição da Cova 07, dentro da depressão número 06, é uma forte evidência de que havia um rodízio na utilização desse espaço para a realização dos enterramentos, provavelmente pela superlotação, em determinado período. Nesses dois locais não foram evidenciados vestígios ósseos diretamente no seu interior. No entanto, durante a escavação, um pouco mais acima, aos 2,75m se evidenciaram diversos ossos nesse setor que podem ou não estar relacionados.

Área A

O local denominado de **Área A** corresponde ao lugar onde estava prevista a instalação de uma subestação elétrica no pátio Leste do terreno, junto ao muro que faz limite com a Rua Espírito Santo, conforme planta baixa apresentada acima (Figura 2). A **Área A** possuía a dimensão de 11,45 metros no sentido Norte-Sul e 4,85 metros no sentido Leste-Oeste, na sua parte mais larga, correspondendo um total de mais ou menos 55,53 m² e 237m³. Sob o piso cerâmico que havia neste local, se percebeu que a Área A estava dividida em quatro subáreas com vigas de concreto que atravessavam o local no sentido Leste-Oeste. Então, para ter um controle maior desta escavação e em razão de ser de grande dimensão, estas subdivisões foram aproveitadas. Desta forma, foram nominadas essas divisões como Subáreas A1, A2, A3 e A4, no sentido Sul-Norte respectivamente (Figura 5). A Subárea A1 localizava-se no extremo sul da área, e a Subárea A4, no extremo norte, sendo que, em termos de profundidade, chegaram-se aos mais ou menos 6 metros de escavação, nas subáreas A1 e A2, que se localizavam ao Sul da área escavada, ou seja, onde a declividade é maior. Nas subáreas A3 e A4, a profundidade variou entre 3,55m, A4 (extremo Norte da área) e a 3 metros, na A3. Os trabalhos de escavação neste local foram iniciados no mês de janeiro de 2012 e se estenderam até o mês de janeiro de 2013.

Figura 5 – Área A com a localização de suas subáreas, durante a retirada do piso atual



Fonte: acervo da autora.

Em função da dimensão e da profundidade alcançadas na escavação nesta área e, a fim de se evitar acidentes com desabamento, as escavações foram realizadas de forma escalonada, ou seja, em degraus, no sentido Norte-Sul, da Subárea A4 em direção à A1; portanto, a descrição dos achados seguirá esta ordem. Durante toda a escavação das camadas superficiais de aterro, provavelmente colocadas na época da construção do prédio da Cúria Metropolitana, e que estavam depositadas sobre a camada referente à ocupação do Cemitério da Matriz, foram evidenciados, além de fragmentos de louças, ossos de animais e alguns de vidro e de metais, também e, principalmente, ossos humanos desarticulados e em maior quantidade do que dos demais materiais, da mesma forma que foi encontrado nas escavações da Sala C13.

Subárea A4

Nesta subárea, abaixo do aterro foi evidenciada uma concentração de ossos que estava localizada ao Leste, junto ao muro que faz limite do terreno com a Rua Espírito Santo (Figura 6). Conforme pode ser percebido pela imagem abaixo, os restos mortais foram retirados de suas deposições primárias e transferidos para este local, em determinado período, que não foi possível determinar por falta de documentação, sem a menor preocupação em organizar os mesmos de forma respeitosa.

Figura 6 – Perfil norte da Subárea A4, aos 2,40m de profundidade, com as diferentes camadas e suas formas de deposições. A direita encontra-se a concentração de ossos



Fonte: acervo da autora.

Imediatamente após a evidenciação de quase a totalidade dos restos mortais concentrados, foi iniciada a busca em instituições de pesquisa de outras áreas da ciência para que se pudesse ampliar as possibilidades de análise, tais como o Instituto Médico Legal e cursos de Genética. Esta procura resultou no interesse da Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Biologia e Genética Forense da Faculdade de Biociências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Prof^ª. Dr^ª. Clarice Sampaio Alho. Esta pesquisadora colocou sua equipe e laboratório à nossa disposição para efetuarmos a pesquisa conjuntamente, inclusive com testes de DNA. A partir de julho de 2012, alguns integrantes da equipe da Dr^ª. Clarice S. Alho e também das professoras Dr^ªs. Fernanda Bordignon Nunes e Cinara Guarrido, ambas do Setor de Anatomia, e ainda a Prof^ª. Dr^ª. Nelsa Cardoso da Paleobotânica estiveram trabalhando junto à pesquisa arqueológica. E, além disso, foi firmado um Termo de Empréstimo entre o Museu Joaquim Felizardo, órgão que detém a guarda e curadoria do material resultante da pesquisa arqueológica, e o Departamento de Biociências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, a fim de que os trabalhos sejam continuados, uma vez que as análises relacionadas à genética, à anatomia e à botânica deverão levar um tempo para terem algum resultado mais conclusivo. Essa parceria irá auxiliar as pesquisas arqueológicas no que se refere às informações pertinentes à origem dos indivíduos (ancestralidade), parentesco, gênero, faixa etária, entre outras possibilidades. Assim,

durante os trabalhos da equipe de Arqueologia, os integrantes das equipes acima mencionados foram sendo chamados para realizar a coleta de dados, como dentes, craniometria e de solos com o objetivo de realizar as análises referentes às suas áreas do conhecimento.

Nesta subárea A4 e também na A3, aos 3 metros de profundidade foram evidenciados dois enterramentos, denominados de Enterramentos 13 e 14, ambos sem covas. No enterramento 14 foram revelados dois objetos sobre o peito do lado esquerdo dos restos humanos. O primeiro refere-se a uma colar de contas de vidros nas cores branca e azul. Este objeto está relacionado à religião de matriz africana. O segundo objeto, que estava sobre as contas de colar, tratava-se de um crucifixo de cobre, onde se apresentava a imagem do Cristo crucificado, demonstrando, provavelmente, o sincretismo religioso da pessoa sepultada e podendo, igualmente, indicar a etnia da mesma, ou seja, de ascendência africana (Figura 7).

Figura 7 – Enterramento 13 à direita da foto e Enterramento 14, à esquerda. Abaixo os objetos evidenciados sobre o peito do E14.

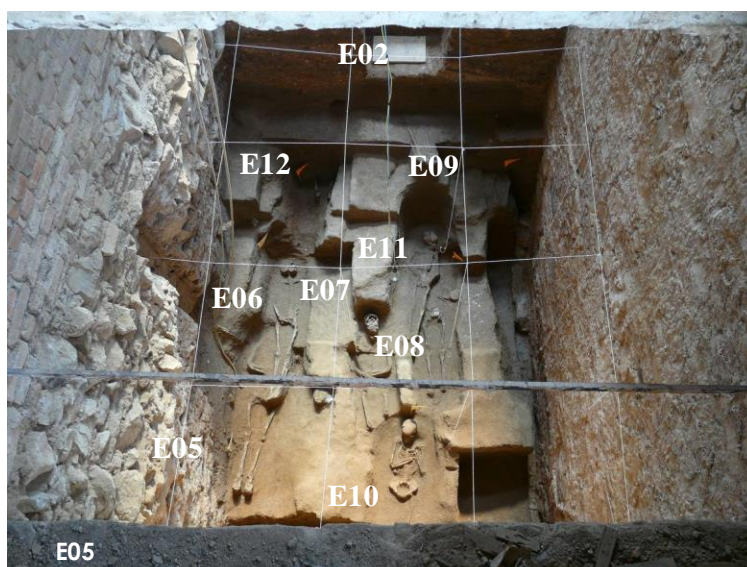


Fonte: acervo da autora.

Subáreas A1 e A3

Nestas duas subáreas foram evidenciados a maioria dos sepultamentos, ou seja, um total de 11. A partir dos 4,30m de profundidade apareceram os primeiros sepultamentos na Subárea A2, ou seja, a camada do antigo Cemitério e na Subárea A1, esta camada chegou até os 5 metros de profundidade. Como poderá ser verificado na imagem abaixo (Figura 8), as inumações, em sua grande maioria estavam em covas escavadas na própria rocha e tinham o formato elipsoidal e estavam todas depositadas em decúbito dorsal e com as mãos sobre o ventre, com exceção do Enterramento 10, que as mãos estavam sobre o coração, isto é, sobre o peito esquerdo.

Figura 8 – Imagem geral da maioria dos enterramentos e covas evidenciados na área da Subestação Elétrica. Sentido sul-norte



Fonte: acervo da autora.

Com a finalidade de realizar o registro mais detalhado possível dos enterramentos e, assim, evitar o esquecimento de alguma informação relevante, aliada à ampla pesquisa bibliográfica, aos registros em Diário de Campo e fotográfico, antes da retirada dos sepultamentos dos locais de suas deposições, foi adotada, igualmente, a “Ficha Antropológica de Campo” disponibilizada pela Prof^{ra} Dr^a Eugênia Cunha no curso que ministrou em Porto Alegre no ano de 200 (CUNHA, 2001).

Considerações finais

Teríamos muito mais detalhes a serem relatados sobre esta pesquisa, entretanto, devido às regras compreensíveis para a publicação que limitam os textos, grande parte de informações sobre as escavações e seus achados foram suprimidas, dando apenas uma

pequena ideia do potencial que o terreno que se localiza ao redor e sob o prédio da Cúria Metropolitana apresenta. Como já foi relatado acima, os restos mortais coletados estão ainda sendo objeto de estudos por estudantes do Departamento de Genética e Ciências Forenses da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, no que diz respeito às análises da ancestralidade, através do DNA, da diagnose sexual, da faixa-etária, das patologias, das medidas craniométricas, das reconstruções gráficas faciais, entre outras. Também os materiais históricos que foram evidenciados junto com os ossos humanos encontrados no aterro sobre a camada do cemitério, como fragmentos de louças, vidros, metais, cerâmicas utilitárias, ainda precisam ser melhor estudados. Diante do exposto, verifica-se o grande potencial do acervo coletado nas áreas escavadas, que representam uma parte pequena do grande conjunto de enterramentos que provavelmente ainda são possíveis de serem evidenciados em futuras intervenções no terreno.

Referências

CAPPELLETTI, Angela Maria. *I Relatório Parcial*. Monitoramento Arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de Estacionamento no terreno da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, Sede da Cúria Metropolitana/RS. Setembro de 2011 a Janeiro de 2012. Junho de 2012.

CAPPELLETTI, Angela Maria. *Relatório Final*. Monitoramento Arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de Estacionamento no terreno da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, Sede da Cúria Metropolitana/RS. Fevereiro de 2012 a janeiro de 2013. Novembro de 2013.

CUNHA, Eugênia. Textos utilizados no Seminário *O esqueleto humano na interface da antropologia biológica e da arqueologia* (vários), 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Um terreno cheio de asperezas: o Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

NASCIMENTO, Mara do. *Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana (séculos XVIII-XIX)* – Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006

UM ESTUDO SOB O VIÉS DA ARQUEOLOGIA DA IMAGEM NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE CRUZ ALTA/RS

Thaissa de Castro Almeida Caino¹

Introdução

Cruz Alta é uma cidade do interior do Rio Grande do Sul e já ocupou uma grande porção do atual território gaúcho. O município tem como marco de sua fundação o ano de 1821, e formou-se no contexto do caminho das tropas, pois era ponto de passagem e descanso de tropeiros que iam e vinham entre a região das missões jesuíticas e a capitania de São Paulo. A região em que a cidade se encontra foi uma área limítrofe entre territórios espanhóis e portugueses, e através de tratado os portugueses haviam assegurado a posse daquela região, até as margens do rio Uruguai. Sua população foi inicialmente formada por luso-brasileiros, assim como os africanos e afro-brasileiros e populações indígenas (CAVALARI, 2004; ROCHA, 1980).

Cruz Alta, anteriormente conhecida como vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, cresceu ao redor de uma praça, na qual havia uma pequena capela e, ao lado, o primeiro cemitério do povoado, demonstrando que estes ocupavam lugar central, social e geográfico.

A prática do sepultamento *ad sanctus* tinha como pressuposto a proximidade dos mortos com o divino, onde a Casa de Deus deveria abrigar os mortos até a ressurreição esperada no fim dos tempos. A igreja patrocinava essa aproximação com base na doutrina do purgatório e essa proximidade física entre as imagens divinas e o cadáver era tida como uma forma de demonstrar o que se desejava obter em meio a divindades e almas. Na Igreja, os mortos sepultados em solo sagrado seriam beneficiados com preces e celebrações fúnebres; ela “era uma das portas de entrada do paraíso” (REIS, 1991, p. 171).

Em 1831 ocorreu uma campanha a nível nacional de segregação dos cemitérios realizada pela Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina, tendo como base um estudo sobre causas de infecção na atmosfera. Os médicos propunham uma verdadeira revolução cultural. A morte, nesse momento, deveria ser expulsa do convívio dos vivos, resultando na implementação de cemitérios extramuros (REIS, 1991).

Em Cruz Alta não foi diferente, pois em 13 de dezembro de 1863 foi instalada a pedra fundamental do Cemitério Municipal. Uma necrópole extramuros surgia no município, marca

¹ Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, área de concentração em Arqueologia da UFPel, orientada pelo Dr. Pedro Luís Machado Sanches e Co-orientado pela Dr^a Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho. Pelotas/RS.

da modernização e transição do domínio da Igreja para o domínio do Estado (PEREIRA, J., 2009). O novo cemitério foi instalado ao norte do povoado, afastado da área urbanizada. Nada restou do primeiro cemitério, cuja localização, segundo as fontes historiográficas (CAVALARI, 2004) era imediatamente atrás da capela, em área hoje ocupada pela Catedral da cidade.

As mudanças decorrentes desse processo causaram alterações profundas na sociedade e criaram relações e práticas sociais que foram refletidas na cultura material. Os túmulos são parte do comportamento consciente, são a materialização das relações sociais (RIBEIRO, 2007) e são um dos locais onde artistas-artesãos imprimem os valores do tempo e espaço que vivem. Os túmulos do Cemitério Municipal de Cruz Alta carregam aspectos sociais que permitem reconhecer o imaginário social de Cruz Alta e em meio à cultura material presente no cemitério municipal foi possível observar imagens de figuras humanas que materializam a melancolia.

Este artigo é resultado da dissertação “A materialização da melancolia no Cemitério Municipal de Cruz Alta/RS: um estudo sob o viés da Arqueologia da Imagem” (CAINO, T., 2018), onde o cemitério municipal de Cruz Alta teve o sistema icônico das figuras antropomórficas melancólicas estudado com base na corrente teórico-metodológica da Arqueologia da Imagem, no conceito de melancolia de Walter Benjamin, de Aristóteles e na doutrina humoral da medicina hipocrática.

A Arqueologia da Imagem considera a imagética como uma construção técnica, cuja composição é cultural, e surgiu no campo da Arqueologia Clássica, que tem como uma das principais características desenvolver pesquisas sobre objetos portadores de imagens (SARIAN, 2005). A possibilidade de adotar contribuições de uma vertente oriunda da Arqueologia Clássica foi uma das questões que permeou este trabalho, sempre com a preocupação de evitar anacronismos e de considerar o contexto social do cemitério.

Para os pesquisadores que querem ir além da investigação das formas ou funções das imagens, o caso grego é extraordinário (VERNANT, 1990), pois a imagem ocupou, desde a formação da pesquisa sistemática sobre a história greco-romana no século XVIII, posição de destaque nos estudos da Antiguidade Clássica (REDE, 1993, p. 264). A Arqueologia da Imagem considera que a imagem não pode ser tratada como ilustração, seja de um evento político ou ritualístico, pois não se trata de um acessório figurado de um acontecimento. A imagem é um conjunto de signos que tem sua própria lógica (LISSARRAGUE, F.; SCHNAPPP, A., 1981).

Foram dois os critérios para a seleção dos jazigos: o espacial e o iconográfico. O espacial diz respeito aos muros do cemitério, e o iconográfico foi feito com base na

aparência e postura das imagens humanas que remetem à melancolia, tal como a descreve Walter Benjamin, na obra *Origem do drama Barroco Alemão* (BENJAMIN, 1984, p. 175): “o olhar voltado para o chão caracteriza o saturnino, que perfura o solo com seus olhos”. O período dos jazigos, a distribuição espacial, o gênero dos sepultados, a forma ou material utilizado na produção do jazigo, por exemplo, não foram fatores utilizados na triagem dos túmulos; o foco foi a observação das imagens antropomórficas cujo referente é a melancolia. Esse recorte atende ao interesse pelo elemento imagético propriamente dito, e não em um período ou camada social específicos.

O *Corpus* documental é um instrumento de pesquisa essencial nesta trajetória e é recomendada a consulta do mesmo durante a leitura.² Um *Corpus* é um catálogo que pode ser feito em edição eletrônica ou gráfica e que permite a união de imagens com seus dados do contexto e circuito, criando um inventário que se desenvolve de maneira progressiva (MENESES, 1996). Bruneau (1986, p. 290-291) considera o *Corpus* como uma ferramenta indispensável para a Arqueologia da Imagem, pois é a melhor maneira de tratar conjuntos e séries para refletir questões inerentes da pesquisa. Em campo, traços empíricos das imagens foram registrados, mas sem criar limitações para o registro de um universo de referências sociais.

A imagem melancólica no cemitério

O potencial para desenvolvimento de pesquisas no cemitério municipal de Cruz Alta é indubitável e podemos notar isso em pesquisas anteriores como a da pesquisadora Beatriz Cruz, que enquanto docente da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, desenvolveu um projeto de pesquisa que trouxe publicações sobre aspectos socioeconômicos relacionados à arquitetura dos jazigos. Contudo não houve uma análise sistemática dos jazigos enquanto cultura material (PEREIRA, S. & CRUZ, 2002; CRUZ; PEREIRA, S., 2003; CRUZ; SANTOS, 2005); o foco foi nos “arquetipos” locais que foram identificados e caracterizados através de pesquisa documental e entrevistas.

Juliana Pereira (2009), historiadora de Cruz Alta, desenvolveu seu Trabalho de Conclusão de Curso (YCC) na UNICRUZ, onde analisou o processo de secularização em Cruz Alta. Seu objetivo foi compreender as atitudes da sociedade local perante a morte. Outro trabalho, também desenvolvido por uma historiadora, foi a monografia de especialização de Silvane B. Pereira (2006). A monografia trata da arte funerária do Cemitério Municipal de Cruz Alta na Primeira República. Nele, a questão norteadora foi

² O *Corpus* documental pode ser acessado através do link: <https://bit.ly/30rzcOd>.

compreender as influências na arte funerária do cemitério, considerando a arte como uma forma de linguagem (PEREIRA, S., 2006).

Jonathan Caino (2012) realizou um estudo sobre o potencial arqueológico da cidade de Cruz Alta com vistas a propor uma carta de potencial arqueológico. Neste trabalho, o pesquisador apontou o Cemitério Municipal de Cruz Alta como um retrato importante da sociedade cruz-altense, em virtude de seu período de utilização e da variabilidade de tipologias dos jazigos (CAINO, J, 2012, p. 167).

Esta publicação é resultado de uma pesquisa na qual trato os jazigos como artefatos e estudando-os sob a perspectiva da Arqueologia da Imagem. Esta corrente teórico-metodológica possibilitou um vislumbre das circunstâncias sociais e das transformações ocorridas em Cruz Alta ao longo do tempo, a partir dos símbolos utilizados para os monumentos funerários. Philippe Bruneau (1986) entende que cabe ao Arqueólogo da Imagem revelar a identidade presente no conjunto imagético, pois a imagem é uma obra que tem como fim referenciar a realidade visível.

O arqueólogo francês Jean Pierre Vernant (1990) coloca que as imagens mostram traços específicos da sociedade através das oposições e do jogo das correspondências estabelecidas em meio aos aspectos do real. Nessa abordagem, o objeto remete a um sistema simbólico geral e não pode haver uma separação entre eles. A partir dessa reflexão, o autor aponta que é “somente no quadro desta organização de conjunto que o objeto pode aparecer em estreita afinidade com a morte e os mortos” (VERNANT, 1990, p. 392).

No túmulo conseguimos ver o mnêma, o signo que tem como fim evocar o defunto na memória dos vivos. Nessa perspectiva, o signo quer sempre constituir uma verdadeira comunicação, incorporando a presença da morte no mundo dos vivos e efetuando-a na terra. O signo não tem apenas a intenção de memorar a força sagrada no espírito das pessoas, nem é um simples instrumento de pensamento. O signo presente na estela funerária salienta o que o além da morte contém de inacessível e de misterioso para os que permanecem vivos (VERNANT, 1990). Sendo assim, temos que o símbolo plástico e o ato ritual são inseparáveis.

Antes das publicações decorrentes da pesquisa de Mestrado no qual este artigo é baseado (CAINO, T, 2017; 2018) não havia trabalhos que utilizassem a abordagem teórico-metodológica da Arqueologia da Imagem para pesquisar necrópoles modernas brasileiras. Tal fator dificultou o desenvolvimento da pesquisa, pois não havia um exemplo para guiar esta empreitada de empregar a Arqueologia da Imagem – ligada à Arqueologia Clássica – em diferentes contextos, com o devido respeito às diferenças sociais e culturais.

Esse esforço encontra justificativa nas pesquisas que mostram que é possível e positivo importar metodologias de outros contextos, pois abrir o diálogo com outros campos da arqueologia enriquece e aperfeiçoa pesquisas sobre cultura material, pois “a Arqueologia Clássica, através da experiência de um século de pesquisas, contribuiria, e muito, para alargar os horizontes da Arqueologia Americana” (SARIAN, 1999, p. 69).

As imagens aqui abordadas remetem à melancolia apresentada nas artes e na filosofia, que por sua vez permitem observar o tratamento dado à melancolia como um fenômeno de longa duração. Na teoria Hipocrática, “melancolia” nos remete ao termo mais antigo da patologia dos humores tristes (TEIXEIRA, 2007, p. 20). Segundo Teixeira (2007), são dois os escritos fundamentais tomados como marcos na história da melancolia: o *Corpus hippocraticum* e o *Problemata XXX*.³

Dentro do *Corpus hippocraticum*, há os tratados “sobre a natureza do homem e dos humores” onde a doutrina humoral é sistematizada de forma mais clara e a melancolia é apresentada como uma patologia associada ao frio e seco, à maturidade e ao outono; seu humor é a bile negra e o temperamento é o melancólico. (REBOLLO, 2006, p. 56). O excesso de bile negra no corpo tornava predominantes as características emocionais do temperamento associado a este humor, caracterizado por atributos como “lentidão, estagnação, tristeza, solidão, morbidez, indiferença” (MENDES, 2011, p. 93).

Já Aristóteles agregou outros significados à melancolia, ao relacionar os estados melancólicos com os indivíduos que se dedicavam às artes e à filosofia (MENDES, 2011, p. 93). O historiador social Sérgio Alcides (2001, p. 138) menciona em seu trabalho a presença do “herói melancólico, superiormente dotado para as artes e o pensamento, mas condenado à prostração do corpo e à aflição da mente”. O *Problemata XXX* apresentava a melancolia como “o mal dos heróis” (ALCIDES, 2001).

Walter Benjamin (1984, p. 170) comenta sobre o vínculo existente entre a genialidade e a loucura na concepção aristotélica da melancolia, que por mais de dois mil anos permaneceu influente. O filósofo destacou como principal manifestação da melancolia o dom divinatório, a ideia de que a capacidade profética seria estimulada pela melancolia. Apenas no século XVII essa ideia reapareceria, dessa vez de uma maneira mais sombria, e ilustrada com uma máxima de Kant: “a tristeza absoluta é prenunciadora de todas as catástrofes futuras” (BENJAMIN, 1984, p. 170).

³ A noção de melancolia aparece ainda de diferentes maneiras, como, por exemplo, nos escritos de Aulus Cornélius Celsus (25 a.C.- 50 d.C.), Rufus de Éfeso (98-117 d.C.) e Galeno de Pérgamo (129-200 d.C.) (TEIXEIRA, 2005, p. 45).

No momento em que a religiosidade dominou o pensamento europeu durante a Idade Média, a melancolia passou a ser vista de uma perspectiva demonológica (BENJAMIN, 1984, p. 173). No medievo europeu, destaca-se o pensamento da chamada Escola de Salerno, fundada em 820 (REZENDE, 2009). A doutrina dos temperamentos elaborada pela Escola de Salerno vigorou até a Renascença (BENJAMIN, 1984, p. 168).

Apenas com o apogeu do movimento neoplatônico florentino é que o temperamento melancólico e o enaltecimento à melancolia apareceriam novamente com a obra de Marsilius Ficinus, *Da Vita Tríplice*, na passagem do século XV para o XVI.⁴ Para este movimento, a bile negra é semelhante ao centro da terra e por esta razão induzia a alma a pesquisar o centro das coisas singulares, ampliando a compreensão humana (ALCIDES, 2001, p. 139). É neste contexto em que se insere a obra *Melencolia I*, gravura concluída em 1514 por Albrecht Dürer (BENJAMIN, 1984, p. 173).

Foi na época da secularização dos cemitérios no Brasil, cujo ideário correspondia ao do *cupio dissolvi*,⁵ que os túmulos ganharam individualidade e visibilidade, época que também teve uma importante presença do romantismo, ao menos quando se fala de uma poética e estética da morte. O ano de 1864 foi marcado com o apogeu do romantismo brasileiro (MOTTA, 2009).

O romantismo pode ser compreendido como uma mobilização estética e de ideias, tendo como singularidade a afirmação de uma imaginação poética, inclinada ao fascínio pela morte, gerido por um pathos melancólico peculiar, no qual a origem remete à Alemanha do século XVIII, influenciado pelo *Sturm und Drang*.⁶ Essa corrente prolongou-se pelo século XIX, tornando difícil determinar quando as suas influências em diferentes campos da cultura terminaram (MOTTA, 2009).

Os jazigos já eram tema que integrava o romantismo brasileiro, sendo então uma tônica comum que vinha sendo explorado com a presença de imagens de túmulos que apareciam em ambientes brumosos e remetendo à solidão, dominados pela melancolia, um ambiente convidativo à meditação onde, quanto mais notívago, mais apreciável à alma romântica (MOTTA, 2009, p. 49).

Quando dizemos que não devemos transportar a teoria da Arqueologia da Imagem acriticamente para o contexto do cemitério municipal de Cruz Alta, levantamos um problema que diz respeito à relação existente entre os lugares que são centros de poder e suas

⁴ Esta obra reuniu quatro teorias acerca da melancolia: a hipocrática (teoria dos humores), a platônica (poesia e furor), a astrológica (Saturno e melancolia) e a aristotélica (melancolia e genialidade) (TEIXEIRA, 2005, p. 45).

⁵ Expressão em Latim que significa “eu desejo ser dissolvido”

⁶ Tempestade e ímpeto.

respectivas periferias. Essas relações merecem um tratamento que não as restrinja a afirmações de tudo ou nada, tendo em vista que existem influências dos polos dominantes nos grupos culturais das nações dependentes (BOSI, 1992, p. 237).

Quando pesquisamos um acontecimento, precisar seu local e período pode ser fundamental, mas quando falamos em processos ideológicos, como a melancolia ou o romantismo, a abordagem é diferenciada, pois o surgimento não é de um dia para o outro; ideias afetadas e valores são sua matéria prima e estes se formam lentamente no curso na história. Algumas situações que estão rigorosamente datadas servem de pistas para o leitor de ideologias, auxiliando a detectar correntes que vêm de longe. “A data exerce, então, o papel de signo ostensivo de uma viragem” (BOSI, 1992, p. 222).

Cruz Alta, ainda que distante geograficamente dos grandes centros brasileiros e mundiais, estava já na época de produção dos jazigos aqui estudados francamente inserida na comunidade mundial formada no período moderno, principalmente considerando as mudanças ocorridas na cidade no final do século XIX.

Uma vez definida a relação da melancolia como parte da cultura material presente no cemitério Municipal de Cruz Alta estabelecemos um ponto para a compreensão deste aspecto nas figuras humanas, proporcionando uma pesquisa que diz respeito ao exame dos fatores que influenciaram essa indústria do ser e que recorrem a paradigmas para colocar as inquietações de sua própria realidade. Desta maneira cabe investigar quais inquietações rondavam Cruz Alta quando os túmulos com figuras humanas melancólicas foram erigidos.

A maneira em que as figuras humanas estão prostradas foi o principal fator considerado para formar conjuntos imagéticos levando em consideração, também, o jazigo no qual elas estão inseridas. Foram levantados um total de dezesseis jazigos que atendem aos critérios de seleção, e os esquemas encontrados, como a epígrafe e a dimensão, são elementos mobilizados para a construção de uma autoimagem das pessoas vinculadas ao artefato. Para que se possa visualizar os elementos característicos dos jazigos estudados, recomenda-se acessar o Corpus documental com as imagens de cada um dos 16 jazigos, no link anteriormente indicado em nota de rodapé.

A repetição dos esquemas iconográficos permitiu traçar paralelos e aproximações entre os jazigos abordados com a finalidade de compreender o trabalho do imaginário social, a forma como a sociedade se dava a ver. Dentre os jazigos estudados, foi possível obter a data de óbito⁷ em quinze, sendo o mais antigo datado de 1909. Embora observe-se

⁷ Datas aproximadas, no caso dos jazigos 055 e 057.

uma maior popularidade destes jazigos nas três primeiras décadas do século XX, as imagens melancólicas ocorrem isoladamente em períodos posteriores, como 1938, 1946 e 1965.

Nesse período, a cidade e a sociedade que circundavam o cemitério estavam passando por grandes transformações, dentre as quais se destaca a inauguração do Ramal Ferroviário, no dia 20 de outubro de 1894. A chegada da ferrovia, que respondia a uma forte demanda da elite local (CAINO, J., 2012) alterou consideravelmente o cotidiano da então pacata Cruz Alta (MOURA, 2007, p. 51). A ferrovia não só permitiu uma facilidade no escoamento de produtos, como facilitou a importação de produtos de outras regiões, dentre eles, os jazigos do cemitério municipal de Cruz Alta (MOURA, 2007, p. 51).

A secularização do cemitério também foi transformação social que causou uma mudança no que diz respeito à sensibilidade em relação à morte e ao morrer. A modernização inerente a essas mudanças levou a morte, antes como signo de passagem a uma outra vida, ceder lugar a imortalidade subjetiva onde o túmulo e o cemitério ganharam a conotação de lugar que faz referência à mortalidade humana sem renunciar a imortalidade. Os ritos e o cemitério prontamente se adaptaram e receberam um forte investimento, recebendo bustos, fotografias, inscrições lapidares, estátuas e diversos signos que compõem os túmulos (MOTTA, 2009, p. 55).

Citando brevemente outras mudanças que aconteceram no município temos o tráfego regular que fez com que o movimento de migração alcançasse elevados índices populacionais, e o município não estava preparado, o que causou problemas como epidemias e o aumento de pedintes (MOURA, 2007). A cidade também se tornou ponto de passagem para a região norte, servindo de parada para famílias de imigrantes, e se tornou ponto estratégico para o exército, uma vez que compunha um polo regional em uma área limítrofe com o Uruguai, Paraguai e Argentina (MOURA, 2007). Em 1911 foi contratado o serviço de iluminação elétrica da cidade (CAINO, J, 2012, p. 94) e foi inaugurada a primeira ligação telefônica, com a vizinha colônia alemã de Neu Württemberg (atualmente município de Panambi) (ROCHA, 1980, p. 130).

Neste sentido, o que gostaria de destacar com esta breve contextualização é o espírito de modernização que parecia permear a sociedade local no começo do século XX. É importante observar que a modernização não está relacionada a um período específico. Dussel (2010) discorre sobre a dificuldade em precisar um recorte cronológico para o período moderno, citando como possíveis marcos a imprensa de Gutenberg, datada de 1436, ou a Reforma de Lutero em 1520, ou o fim da Guerra dos Trinta Anos em 1648. Outros eventos indicados como marco temporal para a modernidade são as Revoluções

Americana e Francesa. Aqui o processo de modernização é tratado como uma sensação de ruptura com o passado, na busca pelo progresso tecnológico, científico, racional.

A presença destes jazigos no Cemitério Municipal de Cruz Alta não pode, portanto, ser vista enquanto um fenômeno localizado, mas como a manifestação local de um processo de alcance muito maior. Ao observamos pesquisas realizadas em outros cemitérios no Rio Grande do Sul e do Brasil (BASTIANELLO, 2016; BELLOMO, 2000; BORGES, 2002; CARVALHO, 2009, 2015; HERBERTS, 2011; ROEDEL, 2014), constatamos que arquiteturas e imagens semelhantes às que encontramos em Cruz Alta aparecem também nestes locais. Diante disso, nos parece correto pensar que, ainda que as apropriações locais produzam situações específicas, trata-se de um fenômeno de ampla abrangência, que podemos estender ao Brasil, e mesmo à sociedade ocidental moderna como um todo.

Considerações finais

Conceber as imagens como parte das mudanças no tempo e espaço nos permite acessar diversas atitudes e crenças acerca delas. A coerência aparece quando os símbolos são analisados em conjuntos e são estudados dentro de um contexto cultural como um todo (HOFFMANN, 1985/6, apud ALDROVANDI, 2009). Por isso a relevância de observar as transformações sociais, econômicas e culturais na Cruz Alta do começo do século XX. A análise do tema – aquilo a que o túmulo faz referência – também tem um papel importante no estudo das imagens e das variações da forma e do significado, pois a mudança ideológica o afeta.

O desenvolvimento da pesquisa que se utiliza da Arqueologia da Imagem para o estudo da imagética do cemitério municipal de Cruz Alta expande a possibilidade de encontrar novas pistas para uma compreensão da sociedade que produziu essas imagens. E foi interessante constatar a relação entre o processo de modernização, a secularização dos cemitérios, o romantismo e a expansão do uso das imagens da melancolia dentro dos muros de um cemitério no interior do Rio Grande do Sul.

O caráter ideológico, portanto, estaria presente no fato de que os jazigos e as esculturas teriam sido escolhidos para perpetuar uma determinada imagem à qual o morto, ou seus parentes, gostariam que este fosse associado. Essas escolhas foram o resultado de um processo intencional, nas quais o indivíduo foi imortalizado em associação à expressão imagética da melancolia.

Referências

- ALCIDES, Sérgio. Sob o signo da iconologia: uma exploração do livro Saturno e a melancolia, de R. Klibansky, E. Panofsky e F. Saxl. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 131-173, set. 2001.
- ALDROVANDI, Cibele Elisa V. A imagética pretérita: perspectivas teóricas sobre a Arqueologia da Imagem. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 19, p. 39-61, 2009.
- BASTIANELLO, Eliane Maria Tonini. *A memória retida na pedra: a história de Bagé inscrita nos monumentos funerários (1850-1950)*. Bagé: Ed. do Autor, 2016.
- BELLOMO, Harry Rodrigues. *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRUNEAU, Philippe. De L'Image. In: *Ramage – Revue d'Archéologie Moderne et d'Archéologie générale*, fascicule 4. Paris: Centre d'archéologie moderne et contemporaine de l'Université de Paris-Sorbonne, p. 249-95, 1986.
- CAINO, Jonathan Santos. *Potencial Arqueológico de Cruz Alta: propostas para uma arqueologia da cidade*. 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
- CAINO, Thaissa C. Almeida. Apontamentos para uma Arqueologia da Imagem em cemitério. In: *VI Encontro Nacional de Estudos da Imagem [e] III Encontro Internacional de Estudos da Imagem*, Londrina – PR, v.3, p. 8-19, 2017.
- CAINO, Thaissa de Castro Almeida. *A materialização da melancolia no Cemitério Municipal de Cruz Alta – RS: um estudo sob o viés da arqueologia da imagem*. 2018. 127 f. (mestrado em Antropologia com área de concentração em Arqueologia) – programa de pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.
- CARVALHO, Luiza F. Nietzsche de. *A antiguidade clássica na representação do feminino: pranteadoras do cemitério evangélico de Porto Alegre (1890-1930)*. 2009. 256 f. Dissertação (mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- CARVALHO, Luiza Fabiana Nietzsche de. *História e Arte Funerária dos cemitérios São José I e II em Porto Alegre (1888-2014)*. 2015. 548 f. Tese (doutorado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- CAVALARI, Rossano Viero. *A gênese da Cruz Alta*. Cruz Alta: UNICRUZ, 2004.

CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da; PEREIRA, Silvane Barborsa. Análise do impacto socioeconômico e cultural através do Cemitério Municipal de Cruz Alta, RS: Cemitério Israelita e um painel da Etnia Judaica local. *Revista História – UNICRUZ*. Departamento de Estudos Humanos e Sociais. Cruz Alta, Curso de História, v. 1, nº 4, p. 33-42, Dez/2003.

CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da; SANTOS, André Balthazar dos. Análise do impacto socioeconômico e cultural através do Cemitério Municipal de Cruz Alta, RS: Cultural cruz-altense e seus arquétipos. *Revista História – UNICRUZ*. Departamento de Estudos Humanos e Sociais. Cruz Alta, Curso de História, nº 6, p. 15-27, 2005.

DUSSEL, Enrique. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura de S, & MENESES, Maria P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

HERBERTS, Ana Lucia & CASTRO, Elisiana Trilha. *Cemitérios no Caminho: o patrimônio funerário ao longo do Caminho das Tropas nos Campos de Lages*. Blumenau: Nova Letra, 2011.

LISSARRAGUE, François; SCHNAPP, Alain. *Imagerie des Grecs ou Grèce des imagiers?* Le temps de la Réflexion 2, p. 275-297, 1981.

MENDES, Talita. Entre ruínas: Anselm Kiefer e os anjos da melancolia. *Revista Valise*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, ano 1, dezembro de 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, Brasil, n. 30, p. 142-155, ago. 1996.

MOTTA, Antonio. *À flor da pedra: formas tumulares e processos nos cemitérios brasileiros*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2009.

MOURA, Fabrício Renner de. *Avante, vamos para a luta: cotidiano e militância dos trabalhadores ferroviários da cidade de Cruz Alta (1958-1964)*. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

PEREIRA, Juliana de Fátima A. de Oliveira. *Secularização de uma necrópole: Cemitério Municipal de Cruz Alta*. Trabalho de Conclusão de Curso. Cruz Alta: Licenciatura Plena em História/UNICRUZ, 2009.

PEREIRA, Silvane Barborsa; CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da. A análise do impacto socioeconômico e cultural através do Cemitério Municipal de Cruz Alta, RS – o cenário. *Revista História – UNICRUZ*. Departamento de Estudos Humanos e Sociais. Cruz Alta, Curso de História, n. 3, p. 49-55, Dez/2002.

PEREIRA, Silvane Barbosa. *A arte funerária no Cemitério Municipal de Cruz Alta na Primeira República*. 2006. 33 f. Monografia de Especialização (Curso de Especialização em História do Brasil) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

REBOLLO, Regina Andrés. O legado hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós a Galeno. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 45-82, 2006.

REDE, Marcelo. Iconografia, História e Antiguidade Grega I: tendências gerais. *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, n. 1, p. 263-285, 1993.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Joffre Marcondes de. *À sombra do plátano: crônicas de história da medicina*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2009.

RIBEIRO, M. S. *Arqueologia das Práticas Mortuárias: uma abordagem historiográfica*. São Paulo: Alameda, 2007.

ROCHA, Prudêncio. *A História de Cruz Alta*. 2. ed. Cruz Alta: Empresa Gráfica Mercúrio Ltda, 1980.

ROEDEL, L. A. *O morto mais se inaugura do que morre: as distinções sociais nas representações da morte no Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim, em Belo Horizonte*. 2014. 84 f. TCC (Graduação em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SARIAN, Haiganuch. Arqueologia da Imagem: Aspectos teóricos e metodológicos na iconografia de Héstia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3, p. 69-84, 1999.

SARIAN, Haiganuch. *Arqueologia da Imagem: expressões figuradas do mito e da religião na Antiguidade Clássica*. Tese de livre-docência em Arqueologia Clássica (MAE-USP). São Paulo: inédito, 2005.

TEIXEIRA, Marco Antonio Rotta. *A concepção freudiana de melancolia*. Elementos para uma metapsicologia dos estados de mente melancólicos. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2007.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Tradução de Haiganuch Sarian. 2. ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1990.

SOBRE A MORTE E O MORRER

CEMITÉRIO SÃO LUÍS: ESPAÇO DA CIDADE ONDE VIDA E MORTE CONVERGEM

Priscila Silva Queiroz Cevada¹

José Guilherme Cantor Magnani²

O efeito da morte é que, às vezes, senão sempre, nos leva a refletir sobre o absurdo da vida. Quando morre uma pessoa, o que resta dela? Os vivos é que têm de fazer essa reabsorção e, pode ser rápida, pode demorar uma vida. Depende de cada um. Queria colocar esses sentimentos na tela, entender esse processo. Meu desejo é mostrar que a morte faz parte de um ciclo, e a vida continua. (Depoimento da cineasta Argentina Maria Alché sobre o filme “Família Submersa”).

A inquietação sobre a vida permeada pela morte da cineasta Argentina Maria Alché é transformada no filme “Família Submersa”. Ela retrata a angústia de uma mulher que, mesmo em luto – com os problemas da vida relacionados à educação dos filhos, a manutenção do casamento e a dissolução dos objetos da irmã morta – não pode elaborar sua tristeza, pois é necessário continuar vivendo e ainda dar suporte para sua família.

Neste contexto, as populações que moram no entorno dos cemitérios convivem com a relação inquieta da vida e morte no seu dia a dia, de modo que ao mesmo tempo em que o cemitério significa o espaço da dor e do luto, ele também significa a referência do bairro, um parque para pipas.

Assim, este trabalho se propõe a construir uma reflexão do morar na periferia da cidade de São Paulo. Discutiremos a situação dos moradores do bairro Jardim São Luís que convivem com o Cemitério, diariamente, seja como ponto de referência física – pois o bairro se articula ao redor dele –, seja como referência emotiva, pois as famílias de muitos dos jovens ali enterrados são moradores do entorno.

A periferia da cidade de São Paulo

Para entendermos a precariedade em que as populações residentes nas periferias das grandes cidades estão imersas, é interessante observar que a constituição do espaço urbano se faz pelas relações entre a política estatal e as estratégias de sobrevivência das populações.

Amailton Azevedo (2017), ao narrar a história de Geraldo Filme, discute a trajetória

¹ Mestranda pela Universidade de São Paulo/USP - FFLCH - Diversitas e integrante do LABNau - Laboratório de Antropologia Urbana da USP. São Paulo/SP.

² Professor orientador do trabalho apresentado - Departamento de Antropologia da USP, coordenador do LABNau - Laboratório de Antropologia Urbana da USP. São Paulo/SP.

da população negra que vivia em São Paulo, nas décadas de 1900 a 1940, onde, com a transformação da cidade por meio da urbanização, resta aos negros trabalhos como “carregadores, ensacadores, biscateiros, auxiliares de carroceiros ou de construção e auxiliares de caminhoneiros”, de modo que na década de 1930, ainda viviam em “situação de exclusão do trabalho fabril ou comércio formal.” (AZEVEDO, 2017, p. 40).

Este cenário da mão de obra na cidade reflete a “política do Estado e das elites empresárias de imprimir a segregação em relação aos negros no âmbito do trabalho, julgando-os incapazes tecnicamente de assumir tarefas no mundo industrial” (AZEVEDO, 2017, p. 41), de modo que o mercado do trabalho no “comércio e na indústria fora ocupado por trabalhadores brancos de origem europeia” (AZEVEDO, 2017, p. 41), restando aos negros os trabalhos braçais e domésticos.

Assim, como “os trabalhos que sobravam aos negros eram em sua maioria os de baixa remuneração, as moradias que estes podiam pagar eram as mais baratas e também as mais precárias e insalubres” (AZEVEDO, 2017, p. 42), de modo que esta população foi impelida a buscar sobrevivência nas periferias da cidade, a ponto de “a favela ser tida como um dos espaços mais negros da cidade, onde a presença da população branca é menor do que em outras regiões”, gerando um “duplo preconceito: econômico e racial, transcendendo a noção de classe social”. (FLORINDO, 2017, p. 14), e fazendo com que hoje em termos demográficos, “os moradores das favelas e dos loteamentos clandestinos constituem a maioria da população paulistana”. (BORELLI, 2012, p. 68).

Nesta linha de raciocínio, Florestan Fernandes assinala que desde a

[...] escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso. A abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio; ela própria intensificou-o nas áreas de vitalidade econômica, onde a mão de obra escrava ainda possuía utilidade. E, posteriormente, o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas. (FERNANDES, 2017, p. 19-20).

Este panorama trabalhista da cidade de São Paulo só começa a mudar a partir da década de 1950, quando a população periférica “passa a frequentar cursos profissionalizantes do Senai e se forma como torneiros mecânicos, marceneiros, tecelões e carpinteiros” (AZEVEDO, 2017, p. 41), condição que está presente no pensamento cotidiano dos jovens moradores de periferia até hoje como retratado por Ferrez (2016), pois os jovens, para não serem “engolidos pelo sistema”, buscam profissionalizar-se porque “enquanto eles dormem até o meio dia e ficam rebolando nos salões até de manhã, os

playboys tão estudando, evoluindo, fazendo cursinho de tudo que é coisa”. (FERREZ, 2016, p. 99).

Assim, ao analisar os indicadores socioeconômicos, Carril (2006) refere-se à correlação entre pobreza e moradia, e entre cor e pobreza. Constata-se elevada presença negra nas estatísticas de pobreza no Brasil, de modo que a segregação socioambiental nas periferias configura-se em marginalização socioespacial e racial. Esta referência nos mostra que, por mais que já se tenha decorrido um século da abolição da escravatura, a população afrodescendente continua sendo empurrada para as áreas mais distantes das cidades, caracterizadas por extrema precariedade urbana e denuncia que “a sociedade vigente resolveu negar seu destino ‘africano’ e manter na periferia a maioria absoluta de negros e mulatos”. (NASCIMENTO, 2017, p. 116).

O Cemitério São Luís

A situação de exclusão socioeconômica das populações que foram impelidas para as periferias torna visível a segregação espacial. Segundo Neves e Cunha (2010), o morar na metrópole está organizado pelos agrupamentos sociais. Assim, segundo esses autores, as cidades são divididas em partes destinadas às classes média e alta, apresentando investimentos de infraestrutura para promover a qualidade de vida da população. E outras partes, estão relegadas à pobreza e à vulnerabilidade social.

Dentro deste ordenamento urbano, de segregação socioespacial, a zona sul da cidade de São Paulo se configura como uma região da cidade com um milhão de habitantes. Segundo Mendes (2014), ela apresenta maioria de pobres e negros e com altos índices de violência. Em 1996, essa região foi apontada como a mais violenta do mundo pela ONU. Em 2001, o Jardim Ângela tinha uma taxa de 110,6 homicídios para cada 100 mil habitantes, de acordo com o Núcleo de Estudos da Violência da USP. No Capão Redondo, também na zona sul, o índice era 76,3 e no Jardim São Luís, 89,2.

É neste cenário inóspito que surge o Cemitério São Luís. Em relatos de moradores mais antigos do bairro, a construção se deu num terreno cuja propriedade foi requerida pela prefeitura como pagamento de dívida com IPTU. A família proprietária requereu a reintegração de posse, mas perdeu na Justiça. Há também relatos de que o espaço foi utilizado como “desova” de corpos das vítimas da guerra entre os Pés de Patos (justiceiros que dominavam a região) e a polícia nas décadas de 1960 e 70. Hoje, se constitui como o maior símbolo da violência endêmica que marca a região, onde 80% dos sepultados são jovens e adolescentes mortos por morte violenta

O Cemitério São Luís foi inaugurado em 02/08/1981, sendo o último cemitério

construído pela Prefeitura da Cidade de São Paulo, localizado no Jardim São Luís, entre o Capão Redondo e o Jardim Ângela, já citados, com 326.000 m². É um dos maiores cemitérios da cidade.

Sua construção se justifica pela necessidade de servir à população da zona sul sem a necessidade de se atravessar a cidade para chegar no Cemitério da Vila Formosa, cemitério da zona leste da cidade, o maior da América Latina, que foi inaugurado em 1949 para atender a população mais pobre. Caracteriza-se por ser um cemitério muito humilde, já que atende a população carente, residente na região da zona sul. Atualmente, 25 pessoas são sepultadas diariamente neste cemitério. Conta com mais de 45 mil sepulturas e contabiliza mais de 160 mil sepultamentos. Esta necrópole não apresenta jazigos ou mausoléus como outros cemitérios e suas covas possuem apenas uma placa de identificação; tudo muito simples. Ele é o único só de quadra geral, e não possui túmulos comprados.

A simplicidade das covas apresenta uma relação diferente do primeiro cemitério público da cidade de São Paulo, o Cemitério da Consolação. Nesse, as famílias exibem seus túmulos como pequenos espaços de suas casas demonstrando a imponência do morar das classes altas da sociedade paulistana. Aqui, a moradia se faz temporária num terreno que não pertence à família, sendo cedido pela prefeitura pelo espaço de tempo de 3 anos.

A permanência do corpo se faz intermitente até mesmo na última morada.

Norbert Elias (2001), ao refletir sobre a morte ao longo da história, demonstra que “morrer era uma questão muito mais pública do que hoje” (ELIAS, 2001, p. 25), pois hoje os moribundos estão confinados a terminar seus dias nos hospitais cercados de profissionais que o auxiliam no momento da morte. Porém, ao observar a morte nas áreas periféricas, muitas das vezes ela acontece de forma violenta/ a vida e morte convergem no mesmo espaço e tempo.

Um exemplo desta convergência pode ser visto num relato do escritor Ferrez em *Capão Pecado* (2016), onde numa situação de assassinato no Jardim São Luís, a população fica exposta “à carniça (corpo do morto) por mais de seis horas e quando o IML chegou foi logo retirando o corpo”, de modo que “o pessoal nem estranhou o fato dos legistas não terem examinado o corpo. Todos por ali já estavam acostumados com o descaso das autoridades”. (FERREZ, 2016, p. 43). Desse modo, as populações das regiões periféricas vão “se acostumando” a com a morte.

Esta convivência com a morte é demonstrada também na relação que a população estabelece com o cemitério, diferentemente da relação que os turistas estabelecem com o

cemitério mais visitado de Paris, o Père-Lachaise, como demonstra Giampaoli (2016). Nele, os mortos são visitados e sua história é recontada pelos seus túmulos e pelas narrativas dos transeuntes do próprio espaço cemiterial. Já no São Luís, a morte é resultado de ações violentas, de modo que os sepultados são em sua maioria jovens que foram assassinados, tendo seus corpos expostos antes de seus velórios. São vidas que terminam, antes mesmo de terem uma história a ser contada.

Se para os sepultados dos Cemitérios da Consolação e Père-Lachaise, a morte se constitui como a consagração da vida bela e digna de história, demonstrada na opulência dos túmulos e pela quantidade de visitas que recebem de seus admiradores, aqui temos a ausência de glamour sobre vidas que não puderam ser vividas em sua totalidade. Foram ceifadas antes mesmo de terem vida, pois o pouco que tiveram ocorreu sob a égide da segregação socioeconômico e social.

As narrativas da população

Neste contexto de narrativas sobre os sepultados no Cemitério São Luís, o cenário se faz pela indignação das famílias, onde a vida é banalizada pela morte naturalizada pelo sofrimento da pobreza e precariedade social.

É assim que surgem as Mães de Maio. Em resposta à grande quantidade de mortes ocorridas em maio de 2006, policiais e grupos paramilitares de extermínio ligados à polícia promoveram o que chamaram de “onda de resposta” aos “ataques do PCC”. O resultado foi o assassinato de, no mínimo, 493 pessoas – que hoje constam entre mortas e desaparecidas, – das quais mais de 400 jovens negros, afro-indígena-descendentes e pobres executados sumariamente.

O poeta Sergio Vaz, ao abrir um capítulo do livro *Do luto à Luta: Mães de Maio* diz que "de todos os hinos entoados em louvor às revoluções nos campos de batalhas, nenhum, por mais belo que seja, tem a força das canções de ninar cantada no colo das mães" (MOVIMENTO MÃES DE MAIO, 2011, p. 20). Neste sentido, as pessoas que choram seus mortos no Cemitério São Luís estão por clamar por uma vida que, não teve sua plenitude e antes de viver, partiu.

A violência endêmica da região é retratada numericamente quando nos anos 1990, eram feitos de 800 a 1000 sepultamentos por mês; 90% mortos são jovens mortos de forma violenta. Segundo Chicão, do São Luís, morador da região que trabalhou na construção do cemitério, “era tanta gente enterrada no mesmo dia que os funcionários nem se davam ao trabalho de fechar gavetas com cimento, porque teriam que ser reabertas logo em seguida”. Existe, inclusive, uma certa mitologia em torno desta história, pois Dona Madalena,

moradora do entorno conta que “quando chovia, as covas eram rasas de modo que a enxurrada retirava a terra deixando os corpos sepultados expostos”. Assim, a população convive com este cenário de desolação.

“As condições melhoraram muito no entorno do Cemitérios, nos últimos dez anos”, segunda Dona Madalena. Porém, “a prefeitura gosta de falar dos investimentos feitos na região, mas a vida melhorou pelo esforço da comunidade”, segundo Chicão do São Luís. O governo vem desenvolvendo projetos para melhoria social da zona sul, pois algumas favelas foram transformadas em CDHU. Foram implantados CEU’s, Fábricas de Cultura, Casas de Cultura, ao mesmo tempo que a população tem se organizado em torno de Saraus e projetos comunitários envolvendo ONGs e trabalhos voluntários em projetos que visam a diminuição da criminalidade, levando os jovens a praticar arte como forma de diminuição da vulnerabilidade.

O índice de homicídios no entorno do Cemitério caiu de 89,2, em 1996, para 17,4 por 100 mil habitantes a partir de 2007. Mesmo com o número de enterros tendo caído para cerca de 100 a 150 por mês, ainda revela alto índice de mortalidade juvenil.

Em 2016, o Cemitério passou por uma reforma de modo que há menos covas abertas, com organização das gavetas, com os caminhos calçados. Nem toda a extensão do terreno é utilizada para sepultamentos, pois sete mil e quinhentas árvores foram plantadas deixando a visão um tanto mais verde.

Quando jovem, eu adorava ir para os velórios junto com meus amigos. A gente adorava contar causos engraçados. Tinha gente que sentia medo porque muitas vezes saía confusão e brigas, principalmente porque a maioria dos velórios aconteciam de sábado a segunda, por causa das mortes dos meninos. (Depoimento de Dona Madalena).

Na reforma ocorrida em 2016, foi implantada uma base comunitária da Polícia Militar na entrada do Cemitério, como forma de imposição do Estado para conter a violência do entorno, fato que nem sempre representa a diminuição da violência, pois existe o confronto entre a Polícia e os usuários de drogas que tentam armar suas tendas e morarem no entorno dos muros do cemitério.

Morar no entorno da morte

Por fim, este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento no Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (LabNau), cujo objetivo mais geral é mapear e registrar a relação entre morte e vida no entorno de diferentes cemitérios da cidade de São Paulo, estabelecendo relações entre o rito de morte e a manutenção da vida.

Desse modo, o entorno do Cemitério São Luís é marcado pela angústia que motivou Argentina Maria Alché na discussão sobre a vida e a morte, no mesmo tempo e espaço. As mães que choram seus filhos mortos convivem com o espaço de vida e morte de modo que sua dor é lembrada constantemente pela visão da paisagem arbórea do cemitério, seja pelo ônibus que tem seu trajeto passando na porta principal, seja na viela que atravessa a paisagem do bairro terminando nos muros do cemitério, seja nos novos sepultamentos de seus familiares e amigos, no mesmo espaço e nas mesmas condições de violência. Assim, ao conviver diariamente com o cemitério, símbolo de violência, os moradores dialogam com este espaço uma vez que ele é a referência de localização interferindo na mobilidade do bairro, pois, segundo o poeta Saloma Salomão, “mesmo quando a morte vem, é preciso enterrar os mortos para continuar indo!”.

Referências

AZEVEDO, Amailton Magno. *Sambas, quintais e arranha-céus: as micro Áfricas em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Olho d’Água, 2017.

BORELLI, Elizabeth. *Vulnerabilidades sociais e juvenil nos mananciais da zona sul da cidade de São Paulo*. Florianópolis: Revista Katálysis, v. 15, n. 1, p. 62-69, jan./jun. 2012.

CARRIL, L. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Anablumme, 2006.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FERREZ Capão. *Pecado*. 2ªed. São Paulo: Planeta, 2016.

FLORIANO, Ana Claudia. As representações sociais acerca dos jovens da periferia: uma breve reflexão sobre o documentário *A Ponte*. Acessado em 12/12/2017. Disponível em: <https://bit.ly/2T6jZjO>

GIAMPAOLI, Michelangelo. *O espírito do Père-Lachaise: formas e práticas da devoção popular no túmulo de Allan Kardec em Paris*. In: Espaço, Cultura e Memória: integrando visões da cidade. Fortaleza: EdUECE, 2016.

MENDES, C. E. *Os sentidos de futuro para jovens negras: por caminhos do Capão Redondo e do Jardim Ângela na periferia paulistana* (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2014.

MERTEN, Luiz Carlos. O Estado de São Paulo. *Filme “Família Submersa” acompanha o sofrido processo de luto de uma mulher*. Matéria de 07 de abril de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2QYqyIK>.

MOVIMENTO MÃES DE MAIO. *Do luto à luta: mães de maio*. Publicação independente, 2011.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NEVES, Izabella M. Z. de C.; CUNHA, José Marcos P. *Urbanismo, demografia e as formas de morar na metrópole: um estudo de caso da Região Metropolitana de Campinas*. Cad. Metrop. São Paulo, v. 12 n. 23, p. 211-237, jan/jun 2010.

NÃO DEVEMOS TEMER NEM A MORTE NEM O FOGO: UMA ETNOGRAFIA DO CREMATÓRIO DA VILA ALPINA

Hegle Mariano Silva Pereira¹

José Guilherme Cantor Magnani²

Sobre a morte

A morte é um fato inerente à existência; nascer automaticamente implica morrer. Sendo assim, independentemente do passar dos anos e do avanço da tecnologia, a ideia de morrer ainda é um tema tabu para parte da sociedade ocidental à qual estamos inseridos. O sociólogo Norbert Elias em *A Solidão dos Moribundos* (1982) explica que a morte é um problema dos vivos, em particular, dos seres humanos, dado que eles são a única espécie animal que possui a consciência de seu fim.

Assim, a sociedade contemporânea é marcada por um duplo distanciamento: o primeiro da ideia de morrer e o segundo das relações com os velhos e moribundos. Elias traça quatro fatores que se conectam e explicam tal processo: o alto grau de pacificação das sociedades permitiu a imaginação da morte de maneira mais pacífica e serena.

Concomitantemente, o progresso da ciência médica possibilitou a suavização da ideia da morte como um processo natural, uma vez em que ela pode ser atrasada. Nessa mesma linha ocorreu uma extensão da vida individual (ELIAS, 2001); com o aumento da expectativa de vida, a incerteza da morte se distancia. Por último, destaca-se o alto grau de individualização, produzindo espontâneos (ELIAS, 2001).

Então, pela sociologia, morrer se tornou um ato solitário, mediado por centros médicos altamente higienizados e distantes das famílias. De acordo com a psicóloga Maria Julia Kovács, o avanço da tecnologia médica fascina tanto os profissionais de saúde quanto o paciente e seus familiares, justificando o deslocamento da morte em casa para o hospital. Conseqüentemente, atribuíram-se outros significados a ela. A morte se tornou distante, asséptica, silenciosa e solitária. Se a morte é vista como fracasso ou indignidade, o profissional se vê perdendo batalhas e derrotado. O paciente que sobreviveu é guerreiro, mas quando piora é visto como perdedor. (KOVÁCS, 2014).

Esse distanciamento e a mudança de valores empregados à morte alteraram a forma

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP/ FFLCH) e integrante do LABNau – Laboratório de Antropologia Urbana USP. São Paulo/SP.

² Professor orientador do trabalho apresentado - Departamento de Antropologia da USP, coordenador do LABNau - Laboratório de Antropologia Urbana da USP. São Paulo/SP.

com a qual o luto é sentido. Philippe Ariès em *O homem diante de morte* (1977) explica que no passado havia códigos rituais para o processo de luto, permitindo extravasar as emoções. Ele classifica três categorias de enlutados: o que esconde sua dor de si e dos outros; o que a esconde dos outros; e aquele que a evidencia para os outros. O penúltimo, segundo a psicóloga Ana Paula Fujisaka (2014), é o mais aceito pela sociedade hoje. As pessoas passam por um sistema de ressignificação de suas vidas. Pela norma social, sua perda deveria ser manifestada a público, o que muitas vezes não ocorre, desencadeando uma série de problemas como ansiedade e depressão.

Phillippe Ariès mostra que o processo de luto vivido hoje se iniciou no século XX pós 1914. Antes disso as comunidades, principalmente as de origem latina, protestante e católica, tinham o luto como algo sentido e vivido coletivamente entre amigos e familiares; esses auxiliavam aqueles que perdiam alguém.

Não só todos morriam em público, como Luís XIV, mas também a morte de cada um constituía acontecimentos públicos que comovia, nos dois sentidos da palavra – o etimológico e o derivado – a sociedade inteira: não era apenas um indivíduo que desaparecia, mas a sociedade que era atingida e que precisava ser cicatrizada. (ARIES, 2014, p.756).

O historiador francês explica que durante o século XX, a morte social e pública começa a sumir – um processo intitulado por Morte Invertida, presente “em algumas zonas mais industrializadas, urbanizadas e tecnicamente adiantadas do mundo ocidental” (ARIES, 2014, p. 756). Assim, os cemitérios são distanciados dos centros urbanos, os mortos não são mais anunciados, as doenças terminais e a aproximação da morte são negadas por dissimulações e eufemismo, além do gradativo aumento das medicalizações e do hospital.

Vivemos em uma época em que, depois de séculos passados a construir laboriosamente o espaço e o ânimo dos vivos em relação com a centralidade – física, geográfica, simbólica – da morte e dos mortos (pensem nas grandes civilizações da antiguidade ou na idade-média na Europa), primeiro a sociedade “moderna” europeia e, em seguida, a sociedade contemporânea da globalização, consumista e capitalista, parecem ter multiplicado as forças para lançar a contraofensiva. Uma ofensiva que se desenvolveu a princípio próprio na Europa, onde foi planejado e colocado em prática um progressivo distanciamento, primeiramente geográfico e, logo, emocional, entre e os espaços da vida diária por uma lado e o territórios e os símbolo da morte pelo outro. (GIAMPAOLI, 2018, p. 69).

Nesse cenário, o antropólogo Michelangelo Giampaoli (2018) explica que a prática da cremação ganha mais intensificação em países cuja laicidade torna-se uma resposta à religiosidade. Com isso, diferentemente de outras práticas fúnebres, ela diminui espaços, tempos e sentimentos dos processos funerários. Mesmo a defendendo como uma liberdade

individual em detrimento a condutas religiosas predominantes, o autor teme a perda da memória e a remoção da ideia de morte da sociedade (GIAMPAOLI, 2018).

Contudo, a população mundial chega a 7,6 bilhões de pessoas em um mundo, cujos espaços estão escassos. Atualmente, a chamada de indústria da morte (DAUGHTY, 2016) estuda formas de lidar com os sepultamentos, desde o uso da tecnologia até o uso de cogumelos modificados para deterioramento da carne humana. Assim, a cremação ganhou espaço na sociedade atual, porém ainda é um tema pouco debatido na academia.

Diante desse fato e da verdade inquestionável que iremos morrer em algum momento, o crematório municipal Dr. Jayme Augusto Lopes é palco e cenário dos muitos lugares em que a morte faz seu grande ato na metrópole paulistana. Sendo assim, o objetivo da pesquisa é apresentar reflexões para se pensar o processo de luto em cerimônias realizadas no Crematório da Vila Alpina, e como esse espaço público pode ser um lugar de memória, cidadania e liberdade como Giampaoli defende para os cemitérios.

Etnografia

A pesquisa surgiu do interesse pelos processos de lutos na sociedade atual e do exercício de etnografia compartilhada, realizado na disciplina Práticas culturais em contexto urbano ministrada pelo professor doutor José Guilherme Cantor Magnani no segundo semestre de 2018. Foi proposta para a turma uma atividade de etnografia compartilhada, cujo objetivo era registrar nossas observações no Dia de Finados. Cada aluno podia escolher seu destino diante das quatro opções ofertadas no município de São Paulo: Cemitério do Araçá, na zona oeste; Cemitério de Vila Formosa, na zona leste; Cemitério São Luís; na zona sul; e Crematório da Vila Alpina, na zona sudoeste.

A observação compartilhada permite uma troca de observações, uma vez que elas são recortes diferentes, selecionados a partir da subjetividade de cada pessoa, guiando para diferentes pontos de interesse. Os relatos e os exercícios de compartilhamento das fotos permitem novos insights na construção da compreensão do objeto. As demais idas a campo consistiram de uma atividade às vezes individual com observação participante, e outras com pesquisadores do Núcleo de Antropologia Urbana da linha cemiterial.

Logo, a compreensão das diversas manifestações dos indivíduos em sua despedida no crematório só foi possível mediante ao estudo etnográfico. José Guilherme Magnani (2002) explica:

Em suma: a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. (MAGNANI, 2002, p. 17).

Então, diante dessa metodologia trataremos o crematório da Vila Alpina a partir da identificação: cenário, atores e regras. O recorte metodológico escolhido enfatiza o perímetro do crematório: prédio principal, seus jardins e estacionamento. No entanto, é importante destacar a complexidade da região para além do recorte proposto.

O crematório da Vila Alpina

O crematório municipal Dr. Jayme Augusto Lopes, mais conhecido como Crematório da Vila Alpina, foi construído em 1978, no bairro da Vila Alpina, região sudoeste da cidade de São Paulo. Atualmente, é vizinho de mais dois equipamentos públicos: o Parque da Vila Prudente e o Cemitério São Pedro que possui um acesso interno para o crematório.

Esses três locais conversam a partir das inúmeras condutas que ocorrem neles. O lazer sai dos muros do parque e vai para os espaços arborizados do crematório, através das práticas de soltar pipa, na corrida matinal, no passeio e adestramento de cachorros, no aprendizado das crianças com suas bicicletas, nas práticas de motoristas iniciantes de carros e motocicletas de luxo. Ou através dos esquifes e das famílias que se deslocam do velório do São Pedro rumo ao último adeus no crematório. Quando percorridos esses espaços, são encontradas linhas de pipa em todo o trajeto, amarrando a vida cotidiana como as moiras amarram o destino dos indivíduos.

Nesse mundo arborizado, cheio de linhas e papel de seda surge um prédio que parece brotar do chão, como uma pequena caverna. Ângulos retos, construção moderna, andares conectados por rampas e escadas. Concreto aparente e a entrada de luz difusa fazem com que aqueles que esperam percam um pouco a orientação do tempo. Nas cadeiras laterais e nas salas de parede de vidro, famílias e amigos esperam, conversam, relembram, compartilham a espera com outras famílias, discutem sobre o tempo, resgatam o passado. Aqueles que querem ser cremados, quando questionados, explicam gostarem do espaço e falam da finitude sem amarras.

Como a senhora J que ao cremar cinco membros de sua família ao longo da vida, já deixou as orientações para o filho e a nora a respeito das roupas que deseja usar, sempre em harmonia com a estação vigente, selecionou as músicas para o cerimonial, separando em entrada e saída do féretro. Ela não abre mão de um batom e deixa avisado que, se necessário, ele seja retocado até o momento final. Por último, ela pede ao filho para não buscar as cinzas porque em 15 dias elas serão espalhadas nos jardins adjacentes ao prédio, e não sabendo o local com precisão ele não irá cultuá-la.

Foi conversando com J ou com o funcionário R, que assim como a esposa deseja ser cremada, para ele aquelas estruturas de concreto lhes trazem paz. Pessoas como eles

permitiram uma compreensão, que, por mais óbvia que seja, some naquele momento de dor e sofrimento. O sentimento de desprendimento da matéria tão atrelado de frieza do ato de queimar quem um dia se amou e a ideia de perda da memória do falecido é falaciosa. Isso porque o desprendimento está nas concepções de quem parte, deixando sinalizada sua vontade para como agirem na despedida.

Quem fica realiza um desejo, porém, esse possui liberdade para cultivar a memória do falecido da maneira como quer, sem precisar prestar contas ao alvo da lembrança. São as pessoas que ficam que inventam e reinventam como elas transformarão seu luto, sua dor ou até mesmo sua raiva. São elas que trazem vida e cor para o crematório compondo a gama de atores que constroem esse espaço.

Um elemento constatador são os Jardins de memória já estudados e apresentados pela arquiteta Aline Silva Santos (2015). Por ser um equipamento público, a regra é que não haja nenhuma forma de identificação nas cinzas, tanto que muitos dos jardins estudados por Aline em sua dissertação foram removidos quando o crematório passou por uma manutenção. Porém, os indivíduos encontram brechas nas regras e, atualmente, mais ao fundo do terreno podemos encontrar pequenos jardins surgindo nos bosques.

São árvores com origamis pendurados, borboletas coladas em troncos, fotos, flores, cataventos e plaquinhas de madeira com mensagem de despedida. Ao conversar com T, funcionária da loja de flores próxima ao cemitério, sobre as práticas de colocar objetos lúdicos e coloridos nas sepulturas e jardins da memória, mesmo quando o falecido não é criança, ela relatou como essa prática chegou à sua loja. Um dia uma mãe perguntou se ela poderia colocar um carrinho em um palito para que ela pudesse colocar no túmulo do filho. Após isso, ela passou a pensar nesse segmento. Porém, ela ressalva que a procura desses itens é recorrente e com aumento em meses como outubro, novembro e dezembro.

Além disso, T contou que antes da loja ela havia trabalhado com o preparo de corpos para cerimônias fúnebres.. Ela não tem medo dos mortos, mas sim dos vivos. Ela relata que os espaços são muito tristes e esses itens lúdicos trazem um tom de alegria. Por isso, ela mesma os colocou na sepultura do pai e do cunhado. O cultivo dos espaços e dos jardins de memória é pautado pela percepção de quem fica.

Outros dois pontos a se destacar no crematório é o fato de ser um equipamento público, possibilitando a maior circulação de pessoas no seu espaço e o tornando um ponto de percurso no cotidiano delas, independente da procura pelos serviços ali ofertados. .

Segundo a entrevista da arquiteta Ivone Macedo Arantes, na tese de Aline Silva Santos (2015), a sala cerimonial foi pensada para ter a forma de um teatro de arena. Paredes de vidro em formato circular, cobertas com cortinas brancas lembram uma peça

de teatro. Arquibancadas estofadas e dispostas em círculos, muito lembram um labirinto, permitem que todos se vejam. Não há como entrar na sala e não ser notado. O espaço possibilita que cada cerimônia tenha sua particularidade, facilitando a interação entre quem vela e quem é velado em seu ato final.

O campo mostrou que o cerimonial é um grande ato final para quem parte. Acompanhando o funcionário R e observando outros funcionários que coordenam as cerimônias percebe-se que eles são a equipe por trás do espetáculo, mesmo que triste. O carro fúnebre chega e estaciona na parte inferior do prédio. O funcionário é avisado em cima, a família passa o repertório musical a ser consultado no acervo. Às vezes, a família já vem munida de celular e caixa de som que será conectada na “coxia”, onde o funcionário controla tudo. Ele anuncia a próxima cerimônia no alto falante e as pessoas se dirigem à sala. Ele liga para baixo para verificar se o esquife já está posicionado no elevador. Confirmado, ele desliga. Aperta um grande botão verde e conta trinta segundos. Solta a música que começa a tocar na sala, o caixão chega e nesse momento cada família determina o ritmo da cerimônia.

Podem abrir o caixão ou não, podem colocar o retrato do falecido, haverá círculo de oração? Terço? Polvilhamento de água benta? Choro? Lágrimas? Risos? Desmaios? De sua pequena salinha circular, o funcionário olha tudo de uma fresta.

A família trouxe um religioso. Haverá pregação? Discurso? A música será abaixada ou desligada. Mas o tempo é escasso de 10 a 15 minutos; é preciso avisar a família, sutilmente da finalização. A música soa novamente, a família começa a se organizar para o fim, fecha o ataúde, tira o retrato, chora. O funcionário espera todos voltarem aos seus lugares, aperta o botão. O caixão desce, as comportas de grama falsa se fecham. As pessoas começam a sair novamente e nem o pesquisador deixa de ser notado. Há quem se despede da desconhecida que os acompanha.

Mesmo quando a cerimônia acaba, a dispersão não é imediata; as pessoas ainda ficam próximas à sala conversando, decidindo para onde ir. O que fazer? Ou oferecendo uma carona. Abraçam-se, dão risada, choram e se acalmam, enquanto os funcionários se preparam para o último ato de outro alguém.

Logo, por essas inúmeras peculiaridades, envolvendo o Crematório Jayme Augusto Lopes, é possível pensar a prática da cremação como um espaço de humanidade, cidadania e memória que o pesquisador Michelangelo Giampaoli defende para os cemitérios. Dado que o crematório está em constante simbiose com o local, inserido com o cotidiano, com o lazer, com a vida e com a morte. Possibilita não a negação ou ocultação dela, mas outras formas de lidar e conviver com a ideia de finitude.

Considerações finais

As recorrentes idas a campo sinalizam que produção de memórias possui um caráter espontâneo, ganhando espaço para a sua manifestação nos espaços públicos. No caso do crematório, ele se manifesta na ausência de uma cerimônia padrão ou de pacotes cerimoniais comuns em serviços privados. Como apresentado, a configuração do ambiente cerimonial e o protagonismo da família na execução da despedida permitem formas diferentes e particulares de lidar com a despedida e a dor.

Os sinais de recordação apresentam-se, não somente nos pequenos jardins de memória ou nos troncos das árvores. No cemitério São Pedro, as pessoas assinam as portas do banheiro feminino com mensagens de despedida, nome do falecido e a data de morte. Diante da perda, as lembranças se tornam fragmentos dispersos pelos espaços circulados por quem fica.

Referências

ÀRIES, PHILIPPE. *O homem diante da morte*. Tradução Luiza Ribeiro. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

DAUGHTY, Caitlin. *Confissões do Crematório: lições para toda a vida*. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2016.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FUJISAKA, Ana Paula. *O familiar cuidador e o processo de fim de vida e morte de seu ente querido: uma compreensão fenomenológica*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014.

GIAMPAOLI, Michelangelo. Cemitério como espaço de cidadania e liberdade: reflexão teórica e ação prática na cidade de São Paulo. In. ORSI, Rafael (Org.). *O espaço urbano produzido: atores e desafios, planos e perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

KOVÁCS, Maria Julia. A caminho da morte com dignidade no século XXI. *Rev. bioét.* (Impr.), v. 22, n. 1, p. 94-104, 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de longe: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, 2001.

SANTOS, Aline Silva. *Morte e paisagem: os jardins de memória do Crematório Municipal de São Paulo*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2015.

MEMÓRIA E CINZAS: SEMELHANÇAS E DISSONÂNCIAS ENTRE DOIS CREMATÓRIOS PAULISTAS

Aline Silva Santos¹

Introdução

A prática da cremação como é conhecida atualmente no ocidente pode ser considerada recente. Estudiosos como Ariès (1977) relacionam sua ascensão com um desejo de racionalização da morte. No Brasil, é apenas em 1974 que será inaugurado o primeiro crematório, cuja localização é na cidade de São Paulo, e que se mantém como único no município até os dias atuais. Hoje, no entanto, sabe-se que há mais de 40 estabelecimentos no país que tratam desta forma de lidar com os mortos, e que a abertura de novas instituições está em franco crescimento (SANTOS, 2015). Deste modo, faz-se relevante observar as maneiras que os enlutados lidam com a memória de seus mortos nestes espaços, que em suas origens contrapõem a tradição da inumação e dos túmulos, enraizada na cultura brasileira.

Isto posto, o presente trabalho pretende discorrer sobre as práticas de memória a partir do traço dos corpos dos mortos em espaços cemiteriais voltados à cremação, tendo como estudos de caso o Crematório Municipal de São Paulo “Dr. Jayme Augusto Lopes” e o Cemitério e Crematório Horto da Paz em Itapeceira da Serra, região metropolitana de São Paulo.

Os argumentos serão construídos a partir das conversas com enlutados ocorridas durante dissertação realizada junto ao Crematório Municipal entre os anos de 2012 e 2014; e através da entrevista realizada em 2019 com Flávio Magalhães, superintendente da Associação Cemitério dos Protestantes (ACEMPRO), ao qual o Cemitério e Crematório Horto da Paz pertence; além de impressões e imagens feitas em campo nos últimos meses.

O cemitério, o crematório e o jardim: heterotopias

Ambos os estudos de caso são espaços cemiteriais estruturados por jardins. De acordo com Foucault (2013a, 2013b) poderíamos considerá-los como heterotopias, ou seja, contraespaços, “espaços absolutamente outros” em relação ao contexto em que estão inseridos, locais onde “o tempo não se escoia mais”, possuindo um recorte singular do tempo (FOUCAULT, 2013^a, p.25). Para ele, os cemitérios seriam “altamente heterotópicos”,

¹ Bacharel e mestra em Arquitetura e Urbanismo. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo/IFSP e doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/FAUUSP. São Paulo/SP.

já que têm “início com essa estranha heterocronia que é, para um indivíduo, a perda da vida, e essa quase eternidade em que ele não cessa de se dissolver e desaparecer”. (FOUCAULT, 2013b p. 118).

Segundo Foucault, a relação com os restos mortais também se tornou mais acentuada à medida que a sociedade se tornou “mais ateia” (p. 23): “a partir do momento em que não mais se tem tanta certeza de se possuir uma alma, de que o corpo ressuscitará, seja talvez necessário dar muito mais atenção a esses restos mortais, que são, afinal, o único traço de nossa existência no mundo e nas palavras” (FOUCAULT, 2013b, p. 117).

De acordo com o autor, é justamente neste contexto também que se começa a demarcar um local para os corpos dos mortos, que antes eram, de maneira geral, tratados coletivamente. Assim, cada qual “passou a ter direito ao seu caixão e à sua pequena decomposição pessoal”. (FOUCAULT, 2013^a, p.23).

Já em relação ao jardim, o autor reflete que este talvez seja o exemplo mais antigo de heterotopia, sendo que tanto a Antiguidade Ocidental como a Oriental apresentam exemplos de como é recortado o espaço separado – sagrado –, podendo ter uma significação mágica (FOUCAULT, 2013^a, p.24). Em suas palavras, “o jardim é, desde o início da antiguidade, uma espécie de heterotopia feliz e universalizante” (FOUCAULT, 2013b p. 118). A própria etimologia da palavra jardim poderia nos mostrar o que o autor apresenta: “*garden*” em inglês, deriva da junção dos vocábulos hebraicos *gan*, que remete a proteção, defesa, podendo se relacionar a algum tipo de cercamento; e *oden* ou *eden*, que estaria relacionado a deleite, prazer. (LAURIE, 1983).

Foucault também fala sobre o sistema de abertura e fechamento das heterotopias: no geral, entra-se nestes espaços porque se foi obrigado, ou então submetido a ritos, a purificações. Neste sentido, nos espaços cemiteriais voltados à cremação, pode-se elencar alguns ritos geralmente comuns: cerimônia de despedidas e a possibilidade de deposição, enterro ou espargimento das cinzas no local.

Ritual, Corpo, Traço, Ausência e Presença

Crematórios, mesmo quando têm ausência de salas de velório, não são locais que abrigam somente o procedimento da cremação. Geralmente dispõem de espaços específicos para rituais de despedidas dos corpos, o que vai de acordo com a teoria do psiquiatra francês Michel Hanus (2007). Ele sugere que, se há necessidade de traço do morto, há então uma grande necessidade de cerimônias, o que torna habitual espaços voltados para tal nos crematórios (p. 42).

Ambos os estudos de caso possuem auditórios destinados a cerimônias para a

despedida dos entes queridos falecidos, os quais fazem alusão ao momento do enterro, onde o corpo morto, dentro de sua urna funerária, será afastado do convívio dos outros corpos, vivos, para que continue seu processo de putrefação. Isto porque as urnas são dispostas em suportes que têm acionamento de abertura para seu recolhimento, simulando uma inumação. No Crematório Municipal de São Paulo, tal suporte chega até mesmo a ter um revestimento de grama artificial em sua superfície, simulando o solo.

Quanto à condução cerimonial, há a liberdade para que o enlutado possa tratar da forma que melhor lhe aprouver. Os espaços arquitetônicos, no entanto, se apresentam de formas distintas: ao passo que no caso paulistano o ambiente é circular, centraliza o corpo do morto e não possui referência religiosa. No crematório Horto da Paz há a referência da edificação religiosa, com bancos enfileirados voltados para uma espécie de púlpito, onde se localiza o suporte para o corpo e, ao fundo, vê-se a cruz cristã na parede.

Figura 1 – Salão de cerimônias do crematório municipal de São Paulo.



Apresenta formato circular, sendo que a urna funerária é colocada no suporte ao centro para os rituais desejados. A cerimônia padrão dura em média 15 minutos e consiste na execução de músicas nas caixas de som do local. Fonte: foto da autora, 2014.

Figura 2 – Salão de cerimônias do Cemitério e Crematório Horto da Paz em Itapeceira da Serra.



Diferente do caso paulistano, apresenta forma que remete a uma capela de cunho cristão. A instituição ainda disponibiliza um capelão que pode guiar a cerimônia. A urna funerária é disposta à frente, onde logo atrás destaca-se a cruz de Cristo, vazia: o único corpo morto que se faz presente no ritual é o que será cremado. Fonte: foto da autora, 2019.

Após seu recolhimento, a urna funerária é encaminhada às câmaras frigoríficas para que após certo período – geralmente de acordo com a demanda de serviço – iniciem-se as etapas envolvendo diversos maquinários, onde o corpo irá se transformar rapidamente em traço, cinzas, havendo assim um salto no processo do decaimento corpóreo. O traço limpo, higiênico e acondicionado em uma urna previamente comprada – ou então em uma pequena sacola doada pelo ente público no crematório municipal –, será destinado aos seus, àqueles que agora terão que lidar com este. A presença do ser ausente se fará agora por meio do traço. Hanus (2007) irá relacionar esta rapidez da “destruição” (p. 42, tradução nossa) do corpo com a importância que o traço – cinzas – terá para o enlutado.

O corpo, o traço, a memória

Em posse das cinzas, é preciso tomar uma decisão quanto à destinação daquele corpo – traço. Para muitos, a sua manutenção em um local como a residência é inadmissível: de alguma forma, aquele ainda é o corpo de um morto, objeto tanto de afeto como também de temor. Seria então necessário um local adequado para destiná-lo.

Em idas a campo e conversas com enlutados, observa-se que as pessoas que optam pela cremação em vida, muitas vezes deixam o desejo de que sejam depositados em algum local específico, geralmente especiais também para aqueles que ficarão. Outro aspecto é que diversas vezes são locais ligados à natureza: praia, rio, mar, montanha, etc. Algo que

remeta a um local de descanso e/ou a uma memória do próprio morto com os seus. Seria, assim, um local sagrado na acepção de Eliade (2001), no que diz respeito à heterogeneidade espacial, ou seja, um local eleito, separado dos demais espaços.

Entretanto, quando não há um lugar estabelecido pelo morto antes de seu falecimento, muitos entes queridos ficam sem saber como agir diante das cinzas (SANTOS, 2015).

Hanus (2007) relaciona a necessidade do enlutado conservar o traço dos mortos para que se assegure da realidade de sua morte. A conservação do traço auxiliaria no processo de separação progressiva do morto. E, ao mesmo tempo que aceitaria o seu desaparecimento, teria também a certeza de que não os perdeu completamente. O autor ainda discorre que nos primeiros tempos após a morte, o corpo do morto, seu cadáver, suas cinzas, são como ele próprio ainda presente. (HANUS, 2007 p. 41).

No Brasil, percebe-se que os crematórios vêm disponibilizando cada vez mais diferentes tipos de espaços para que se possa esparzir ou até mesmo acondicionar as cinzas dos mortos. A seguir serão apresentadas as estratégias das instituições selecionadas para estudo, assim como as táticas empreendidas pelos enlutados.

Nos jardins dos crematórios, o traço e a memória

Desde sua abertura, no crematório municipal, é permitido a todo enlutado o espargimento das cinzas nos jardins, com a condição que seja feito de forma anônima e sem demarcações. Entretanto, observou-se que esta não é uma regra seguida. Em um período de observação de campo entre os anos de 2011 e 2015, viu-se o crescente número de investidas para localização de cinzas, mesmo sendo algo proibido pela instituição.

Com um desejo de constituição de algo duradouro, mas ao mesmo tempo sabidamente efêmero, os enlutados estabeleciam canteiros, pequenos jardins no imenso espaço ajardinado da instituição. Deslocados do tempo cronológico linear, permeados pela circularidade temporal dos elementos naturais jardinísticos, estes lugares apresentavam todo o tipo de expressões e homenagens aos mortos junto aos seus corpos em forma de cinzas. Pequenos memoriais construídos e mantidos pelas mãos daqueles que sofreram as perdas, e desejavam de alguma maneira manter um local de permanência dos corpos. Estes, para finalidade de estudo foram denominados “jardins de memória” (SANTOS, 2015).

A partir de relatos de enlutados, constatou-se ainda que os elementos vegetais dos jardins, além de demarcadores, muitas vezes também acabavam por representar o próprio morto que ali estava na forma de cinzas, mesclando-se em algo único.

Nos espaços livres do crematório, a vegetação, viva e exuberante, em seu paradoxo de necessidade da própria morte para o seu ciclo de sobrevivência, é testemunha da dor da perda, mas também promotora de paz para os enlutados. Mantendo-se as devidas proporções, pode-se citar aqui Didi-Huberman (2017) em sua obra *Cascas*, quando fala sobre as flores de Auschwitz-Birkenau, que em sua beleza e vivacidade contrapõem todo o horror que o local onde estão testemunhou.

No ano de 2015, após uma reforma voltada à mudança das instalações de gás no crematório, houve um processo de limpeza drástico nos espaços livres, o que eliminou todos os jardins de memória presentes no local até então.² Tal medida foi relatada pela superintendente do Serviço Funerário Municipal de São Paulo à época, Lucia Salles França Pinto.

Apesar de ter ocorrido esta eliminação de todos os jardins de memória, pode-se observar um retorno desta atitude no crematório. Ao se caminhar por entre as árvores, notam-se evidências sutis como pequenos gestos de demarcação, homenagem ou lembrança em torno de cinzas dispostas. Encontram-se mensagens que remetem ao símbolo do que aquelas pessoas foram: pais, mães, filhos, avós. As árvores, à moda do que já ocorria anteriormente, se tornam pontos de retorno, carregando símbolos religiosos e de lembrança, demarcando aquele espaço como local de memória e habitat de seus mortos.

² Não se sabe com precisão sobre a data desta limpeza dos jardins de memória do espaço. Por meio de visitas a campo, sabe-se que ocorreu anteriormente a julho de 2016 e, posteriormente, a fevereiro de 2015.

Figura 3 – Jardim de memória encontrado recentemente no crematório.



Nota-se o plantio de mudas, delimitação com pedras, disposição de vasos com plantas e um chaveiro no qual se lê: “eu te ♥ pai”. Apesar da fragilidade da organização, observa-se um cuidado na disposição dos elementos. O plantio de vegetação pode revelar desejo de permanência do jardim confeccionado, apesar das proibições da instituição.
Fonte: foto da autora, 2019.

Figura 4 – Terços colocados sobre árvores do crematório.



Conjuntamente, apresentam-se plaquetas de homenagem aos mortos.
Fonte: foto da autora, 2019.

Quanto ao Cemitério e Crematório Horto da Paz, observou-se a capitalização a partir da percepção do desejo dos enlutados manterem um local para o traço dos seus entes queridos. A instituição que também possui um vasto espaço para túmulos no modelo “cemitério parque” inaugurou duas seções distintas para aqueles que querem memorializar os corpos dos seus mortos na forma de cinzas: o “Cinerário Jardim” e o “Bosque Paz e Vida”.

O “Cinerário Jardim” constitui-se como um espaço ajardinado, onde há vários canteiros divididos à moda de pequenos lotes, de aproximadamente 5m². Diante disto, o enlutado tem a opção de aquisição de um destes pedaços de terra para que possa inumar as cinzas de seus mortos em urnas biodegradáveis no local. Lá, pode cultivá-lo à sua maneira, colocando novos elementos vegetais, cujo plantio pode ser realizado pelos jardineiros da empresa. Além disto, à semelhança dos túmulos, pode-se colocar placas de identificação dos mortos. Em visita a campo, observou-se que estas possuem certa

padronização, sendo comercializadas também pela empresa. Em relação aos túmulos, o valor do cinerário é menor, já que dispensa a construção no subsolo que é destinada às urnas.

Nas palavras do site oficial da instituição, o Cinerário Jardim é “dedicado à guarda definitiva das cinzas da cremação, onde as famílias podem homenagear e cultivar a memória de seus entes, em meio à natureza e ao cantar harmonioso dos pássaros.” (ACEMPRO, s/d).

**Figura 5 – Jardim constituído no Cinerário Jardim.
Observa-se identificação à moda de túmulos.**



Fonte: foto da autora, 2019.

Já o “Bosque Paz e Vida”, é um bosque composto por árvores plantadas exatamente no local onde foram enterradas cinzas de determinada pessoa. Antes de serem inumadas, as cinzas são acondicionadas em urnas biodegradáveis e, posteriormente, é plantada uma árvore nesta mesma cova. Assim, é constituído um bosque em constante transformação, que cresce conforme mais corpos-traço são enterrados. Segundo Belting, “onde falta o corpo, toma o seu lugar a imagem” (BELTING, 2011 p. 76). A imagem da árvore seria

passível então de ocupar o lugar do corpo?

Assim, como já se observou ocorrer no crematório de São Paulo, as árvores poderiam se transformar de certa forma no próprio corpo do morto, uma espécie de possibilidade de este continuar de alguma maneira vivo, por meio do vegetal que cresce em meio a suas cinzas. Tal perspectiva remete ao exemplo apresentado por Breton (2011) sobre o povo canaque e como estes entendem a concepção do corpo. Para eles, o ser humano é visto de maneira integrada ao universo vegetal, participando em sua totalidade com a natureza (BRETON, 2011 p. 23). Neste sentido, para os canaques, a morte não seria vista como aniquilamento, já que seria o “acesso a outra forma de existência, na qual o defunto pode tomar o lugar de um animal, de uma árvore ou de um espírito”. (BRETON, 2011 p. 24).

Figura 6 – Bosque Vida e Paz. Cada árvore vista representa o corpo de um falecido.



Fonte: foto da autora, 2019.

As árvores presentes no bosque não podem ser identificadas, sendo que o nome daqueles que ali estão “plantados” são colocados em um painel instalado no local. Entretanto, apesar desta proibição, já é possível encontrar algumas tentativas de demarcação para localização, por meio de laços e outros ornamentos dispostos nos troncos. Ou seja, não basta saber que o morto compõe aquele bosque, mas sim onde exatamente ele se localiza, um desejo do “aqui jaz”, destacado dentro de todo aquele espaço heterotópico.

Considerações finais

Os exemplos apresentados demonstraram que, apesar do discurso racional da prática da cremação, as cinzas, traço do corpo após a cremação, podem se tornar elemento fundamental de memorialização, fazendo necessária sua localização e identificação. Assim, nos casos apresentados, a presença do corpo mostrou-se fundamental, não bastando a constituição de locais de visitação para homenagem e lembrança daquele que faleceu.

A localização e disposição das cinzas vêm se tornando centro de discussão em países como a França. Hanus (2007) apresenta propostas de instituições francesas que buscam fomentar práticas que retirem o anonimato das cinzas, encorajando, por exemplo, a manutenção das urnas cinerárias nos crematórios por um tempo, ao invés da dispersão das cinzas. Apresenta ainda sugestões de que os jardins de lembrança franceses recebam inscrição dos nomes das pessoas cujas cinzas ali foram esparzidas. Deste modo, vê-se um movimento no sentido contrário do até então apresentado pelos historiados clássicos da morte, os quais indicam que a cremação seria um modo de lidar com os corpos que dispensaria um local para guarda e retorno.

Outro aspecto visto, foi a presença do jardim, que permeia os espaços de disposição das cinzas, sejam elas enterradas ou espargidas em algum local em específico. A vegetação mostra-se como um elemento que pode ter relevância para a constituição de memoriais para os enlutados. O corpo-traço, cinza, funde-se com a terra e com a vegetação, passando a fazer parte de todo este ciclo de renovação e vida a partir da morte, presente na natureza.

Referências

ACEMPRO - Associação Cemitérios dos Protestantes. *Cinerário Jardim*. s/d. Disponível em: <https://www.acempro.com.br/cinerario-jardim>. Acesso em: 02 jul 2019.

ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Tradução de Priscila Vianna de Siqueira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BELTING, Hans. *A verdadeira imagem*. Porto: Dafne, 2011.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. Trad. André Telles. São Paulo: Ed. 34, 2017.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Edições n-1, 2013a.

FOUCAULT, M. De espaços outros. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 113-122, 1 jan.

2013b.

HANUS, Michel. Les traces des morts: nécessité pour les proches et pour la société de savoir où se trouvent le corps ou les cendres des défunts. *Études sur la mort*, n. 132, 2007, p. 39-44. Disponível em: <https://bit.ly/2Nd3wqd>. Acesso em: 28/04/2017.

LAURIE, Michael. *Introducción a la arquitectura del paisaje*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

SANTOS, Aline Silva. *Morte e paisagem: os Jardins de Memória do Crematório Municipal de São Paulo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MEMÓRIAS, MORTE E ESQUECIMENTO

O QUE NÃO É VISTO E REGISTRADO É ESQUECIDO E MORRE: O CASO DO CÉSIO-137 EM GOIÂNIA/GO

Ana Laura Carvalho Nunes¹

César Bastos de Mattos Vieira²

Para onde vamos

Em 1987, em Goiânia, capital do estado de Goiás (BR), dois catadores de papel encontraram dentro de uma ruína uma máquina de radioterapia, utilizada para tratamento de pacientes com câncer. Entre os pedaços da máquina que foram por eles carregados, encontrava-se uma cápsula que continha Césio-137, material altamente radioativo, que contaminou e matou pessoas. Parte-se desse acontecimento, que constitui um caso de desastre ocorrido em um contexto urbano³. Este, em específico, permite a reflexão sobre sua expressão (ou inexistência desta) de maneira material e imaterial no espaço urbano de Goiânia. A proposta de discussão a ser tecida parte da premissa de que a invisibilidade de algo (abstrato ou concreto) é equivalente à morte. Assim, o objetivo deste estudo é explorar a relação entre a morte (aqui representada pelo esquecimento e apagamento) e a cidade e suas respectivas reações (ou falta delas) frente ao acontecimento.

Como se sentem os habitantes de Goiânia com a perpetuação dos traumas pela impossibilidade de ou não realização do luto? Como tornar suas experiências de vida e memória sem a existência de condições de lembrança? Essas e outras questões, tão relevantes frente ao constante conflito em torno da memória sobre o desastre ocorrido em 1987, direcionarão a reflexão. Este exercício pode ser considerado um esforço no sentido de desafiar e deslocar o olhar sobre este acontecimento frente à cidade e suas implicações diretas e indiretas.

A cidade vista e a cidade não vista, esquecida e morta

“Na era da informação, a invisibilidade é equivalente à morte.” (BAUMAN APUD GREER, 2008, p. 21).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Rio Grande do Sul, bolsista CAPES. Porto Alegre/RS.

² Professor da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

³ Tema da pesquisa de mestrado de Ana Laura Carvalho Nunes, iniciada em 2018.

Partimos dessa colocação, a qual resume e propõe a relação entre invisibilidade (aqui estendida para a ideia de apagamento e esquecimento) e morte. Com base nesse vínculo, olhamos, então, para a cidade com foco neste conflito para explorarmos esta perspectiva em cima dos seus fenômenos. Para Certeau (1998), “uma cidade *transumante*, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível.” (p. 172, grifo do autor). Dessa forma, se existe uma cidade visível, há também uma cidade conformada pelo invisível. A conformação e estabelecimento destes dois espaços se daria em função de aspectos organizacionais.

Nesse lugar organizado por operações ‘especulativas’ e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação. De um lado existem uma diferenciação e uma redistribuição das partes em função da cidade. Graças a inversões, deslocamentos, acúmulos, etc.; de outro lado, rejeita-se tudo aquilo que não é tratável e constitui, portanto os ‘detritos’ de uma administração funcionalista (anormalidade, desvio, doença, morte etc.). (CERTEAU, 1998, p. 173, grifo dos autores).

É sabido que a cidade é plural em vários aspectos, e que determinadas forças atuam sobre esta. Para além destas referidas forças, dentre o que acontece em uma cidade, há fatos previstos, “planejados” e outros que escapam do controle, que surpreendem (negativamente). Os exemplos citados por Certeau (1998) integram o grupo de elementos imprevisíveis e indesejados que assolam as cidades que tão “cuidadosamente” produzimos: “anormalidade, desvio, doença, morte, etc.” (p. 173). Estes rejeitos constituem o invisível, o que não deve e não pode ser visto, o que não se quer ver. O critério para tal eliminação é uma variável mutante e singular, pois depende de cada cidade, de cada gestão, de cada contexto, de cada interesse:

A sociedade, adaptando-se às circunstâncias, e adaptando-se aos tempos, representa o passado de diversas maneiras: a sociedade modifica suas convenções. Dado que cada um dos seus integrantes se dobra a essas convenções, modifica suas lembranças no mesmo sentido em que transforma a memória coletiva” (HALBWACHS, 2004, p. 324, nossa tradução).

Ainda sobre as práticas organizacionais e produtoras de cidade (individual e coletivamente), também nota-se a utilização de recursos voltados a excluir, a apagar os lugares que não são interessantes, para que, desse modo, a luz recaia sobre outros pontos, talvez mais atrativos, deste espaço. Tem-se como resultado deste modo de operar da sociedade, um espaço urbano engendrado pelo sentido construído por esta.

Os mapas que orientam os movimentos das várias categorias de habitantes não se superpõem, mas para que qualquer mapa ‘faça sentido’, algumas áreas da cidade devem permanecer sem sentido. Excluir tais lugares permite que o resto brilhe e se encha de significado. (BAUMAN, 2001, p. 133, grifo dos autores).

Dessa maneira, esta cidade iluminada, que brilha, acaba por ofuscar os rejeitos, os desvios, as anormalidades, o que não é planejado. Ao sugerir que “não vivemos em apenas um mundo, mas entre dois mundos pelo menos. O primeiro está inundado de luz, o segundo atravessado por lampejos.” (p. 155). Didi-Huberman (2014) nos incita a procurar e explorar esse tímido (talvez) e metafórico brilho que incide na normalidade, na conformidade de uma cidade planejada.

A Goiânia não planejada, não vista, esquecida e morta

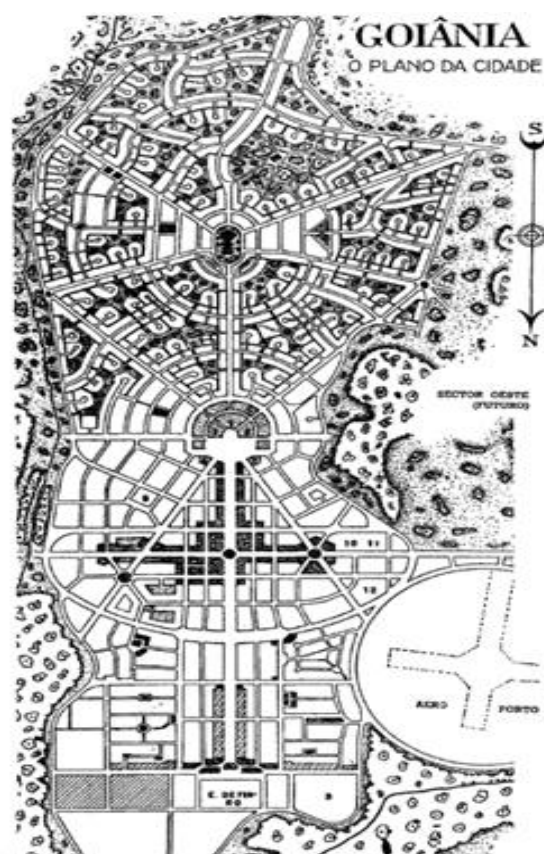
A cidade de Goiânia foi uma cidade planejada. As decisões, desde a escolha do seu lugar de implantação até o traçado implantado foram tomadas por comissões e técnicos. A distância temporal entre o planejamento da cidade e o desastre ocorrido em 1987 reforça a necessidade de compreensão da cidade, desde de sua gênese. Diniz (2007) alerta que “resgatar e registrar os processos de planejamento e ocupação de Goiânia, desde a sua implantação, é fundamental para compreender a cidade de hoje e a cidade que está sendo pensada” (p. 205). Goiânia foi e é tecida pelo previsto e pelo imprevisível, pelo plano e pelo não plano.

No que diz respeito ao previsto, duas importantes figuras do urbanismo brasileiro protagonizam a história do planejamento da nova capital do estado de Goiás: Atílio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy. Atílio Corrêa Lima, urbanista e arquiteto, foi responsável pelo plano inicial para a cidade, enquanto Armando Augusto de Godoy, engenheiro, assumiu o projeto após o afastamento de Corrêa Lima (LEME, 2005). Apesar das mudanças, ora pequenas, ora bruscas, o zoneamento e a proposta dos equipamentos urbanos de Atílio foram mantidos.

Na figura 1, é possível visualizar o plano de Armando,⁴ em que pequenas alterações foram feitas na porção norte, que já havia sido projetada e por Atílio no ano de 1932; já a parte sul, dedicada a habitações teve seu traçado e sua lógica completamente modificadas por Godoy (DINIZ, 2007). O aeródromo, proposta de Corrêa Lima com duas pistas de pouso e decolagem de aviões, que pode ser traduzido como uma sinalização da preocupação de que a cidade fosse moderna, progressista e acessível, seguiu inalterado na proposta de Armando.

⁴ No plano (figura 1), o norte se encontra para baixo. Atualmente, a convenção de representação gráfica e cartográfica, o norte é sempre posicionado para cima.

Figura 1 – Plano de Armando Augusto de Godoy baseado no plano de Atílio Corrêa Lima

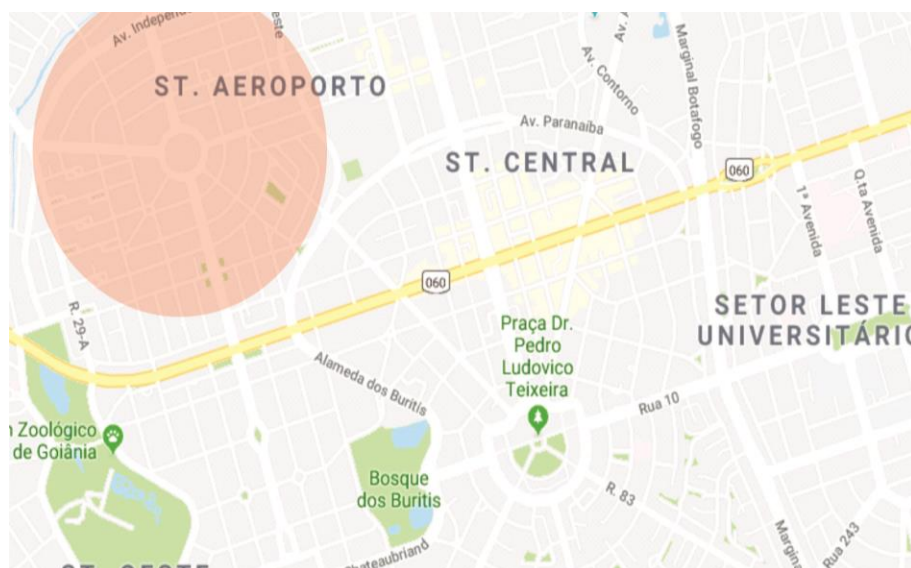


Fonte: Diniz, 2007, p. 205.

Onde aconteceu o desastre era o local previsto no plano para ser o aeródromo ou aeroporto. Essa área, até então dedicada ao progresso, à modernidade (Figura 2)⁵, passou a ser habitada pela população e ainda carrega no seu nome (Setor Aeroporto) esta lembrança. E, então, no século seguinte, aconteceu a abertura de uma cápsula tão pequena e que foi capaz de causar grandes estragos. Durante algum tempo, em 1987, a proposta de modernidade e de progresso foram substituídos de vez pelo pânico e caos, consequências do ocorrido, que acabou por marcar este espaço urbano.

⁵ Neste mapa (Figura 2), o norte encontra-se posicionado para cima.

Figura 2 – Mapa atual da cidade de Goiânia com destaque da área onde era prevista a instalação do aeródromo no plano de Armando Augusto de Godoy



Fonte: Google Maps adaptado por Ana Laura Carvalho Nunes, 2019.

Atualmente, mais de 30 anos após o fato, percebe-se uma ausência ou difusão das reações da cidade frente ao ocorrido. As narrativas⁶ disponíveis indicam referências sobre lembranças apagadas, sugerem que o fato foi esquecido ou não se voltam para o espaço urbano especificamente afetado. É nesta porção de cidade que podemos encontrar indícios⁷ (lampejos) que sugerem o apagamento, o esquecimento do fato.

Na Rua 57, a placa (Figura 3) que deveria identificar o endereço se encontra apagada. Não se sabe quem ou que tomou esta atitude, mas a autoria do feito pouco importa diante deste contexto. A natureza dos esforços voltados à obliteração do fato é sobreposta pelos resultados destes. Este pequeno sinal⁸ encontrado no Setor Aeroporto grita e segure uma invisibilidade, algo que não se pode ou não se quer ver.

⁶ Considera-se narrativa toda produção que envolve o acontecimento, desde pinturas, trabalhos acadêmicos que tratam sobre o assunto, até o Setor Aeroporto, cenário do desastre.

⁷ Esta abordagem é baseada na lógica do paradigma indiciário, proposta por Carlo Ginzburg e Sandra Pesavento, ambos autores da Nova História Cultural.

⁸ Outros indícios podem ser encontrados neste espaço urbano. Estes farão parte, de maneira mais aprofundada, da dissertação em desenvolvimento de Ana Laura Carvalho Nunes.

Figura 3 – Placa de rua encontrada na Rua 57 com o seu conteúdo apagado



Fonte: Ana Laura Carvalho Nunes, 2018.

Frente a esse e outros indícios, lampejos de uma cidade outra, a que foi afetada pelo desastre com Césio-137, recorremos às ideias propostas por Elizabeth Kübler-Ross. A autora categoriza estágios que caracterizam a relação das pessoas frente à morte, e a proposta é estender esse mesmo olhar para a cidade, no caso Goiânia, que precisa lidar com imprevistos, como o acontecimento de 1987.

Segundo Kübler-Ross (1996), são cinco os estágios que um paciente passa para lidar com a sua própria morte:

1. negação e isolamento;
2. a raiva;
3. barganha;
4. depressão;
5. aceitação.

Estima-se que a cidade de Goiânia se encontra no primeiro estágio, dada a sua (falta de) reação frente ao acontecimento, principalmente no que toca à memória e reconhecimento do fato. Kübler-Ross (1996) esclarece que “a negação funciona como um para-choque depois de notícias inesperadas e chocantes, deixando que o paciente se recupere com o tempo, mobilizando outras medidas menos radicais” (p. 52). Deste modo,

no tempo transcorrido até então, Goiânia ainda não parece ter se recuperado do inesperado, do desvio que a atingiu.

É sabido que outras nações e cidades, que também foram atingidas pelo imprevisto, por desastres, por guerras, lidaram com os fatos e hoje estão no quinto e último estágio proposto pela autora: a aceitação. Citamos como exemplo o caso do Japão, atingido por duas bombas atômicas no contexto da 2ª Guerra Mundial, e a cidade de Nova Iorque (EUA), que teve duas torres destruídas em um ataque terrorista em 2001. Em ambos casos, os fatos foram enfrentados e suas memórias processadas. As cidades se apropriaram da sua história, transformando-a em aprendizados, ao invés de colocar os acontecimentos no ponto cego de suas existências.

Daqui para a frente...

Transpomos o debate sobre o desastre do Césio-137 em Goiânia para a discussão no âmbito da cidade e do planejamento urbano, e, desse modo, sustentamos que a porta de entrada para a compreensão desse fenômeno é pautada pela história da cidade, desde de sua gênese. Ao visualizar o panorama histórico, entendemos que Goiânia foi embasada em ideais progressistas e modernos, que buscavam se livrar dos problemas indesejáveis da cidade.

Ao mesmo tempo, há um ponto importante em reconhecer que o imprevisível tomou conta de pelo menos parte da cidade por um determinado tempo. Este momento dedicado ao desvio, ao rejeito, não se encontra bem resolvido e assumido por Goiânia. Logo, a produção desse esquecimento, desse apagamento, se desdobra como a morte do fato. A negação do desastre o torna invisível perante alguns olhos. Cabe à esta pesquisa, e tantas outras, tentar espiar nas fendas, muitas vezes escondidas, apanhar a luz que escapa e deixa ver rastros de uma Goiânia não planejada.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, [2009] 2014.

DINIZ, Anamaria. *Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935): ideal estético e realidade política*. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Antrophos, 2004.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil (1895-1965)*. Salvador: Edufba, 2005.

MORRER NA GUERRA: A EMERGÊNCIA DA SEPULTURA PARA OS MORTOS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895)

Adriane Piovezan¹

A sepultura digna para os mortos em guerra é uma preocupação ao longo da história. Deixar o corpo insepulto além de afetar a moral dos demais combatentes significava enorme desrespeito ao cadáver do inimigo.

No conflito ocorrido entre 1893 e 1895, conhecido como Revolução Federalista também não foi diferente. Cadáveres amigos e inimigos tinham emergência de sepultura. A Revolução Federalista ocorreu em um momento de implantação e consolidação do regime republicano. Os conflitos pela manutenção do poder estouraram em 1893 no estado do Rio Grande do Sul. De um lado insurgiu-se um grupo que buscava uma república parlamentarista e maior fortalecimento da união federativa, os chamados maragatos; estes compunham uma oposição aos presidencialistas leais ao governo de Floriano Peixoto, conhecidos como pica-paus. Iniciada a revolta no estado do Rio Grande do Sul, os rebeldes avançaram por Santa Catarina e Paraná. No estado do Paraná, o conflito teve episódios sangrentos como os fuzilamentos de Paranaguá, a Batalha em Tijucas e o Cerco da Lapa.

É desse evento específico que surge em 1943 a intenção de construir um Panteão que reunisse os heróis da resistência. Em 26 dias, mais precisamente entre os dias 15 de janeiro e 9 de fevereiro de 1894, uma guarnição composta por 639 soldados e 299 voluntários civis, resistiram a um cerco de 3 mil homens armados chefiados pelo maragato Gumerindo Saraiva. Nesse episódio, o general Carneiro, que comandava as tropas leais ao governo, foi ferido e morreu. A cidade se rendeu, mas as quatro semanas de resistência foram decisivas para a organização das tropas de Floriano Peixoto que avançaram e expulsaram os maragatos para o Rio Grande do Sul, encerrando o conflito em 24 de junho de 1895.

Para Paul Ricoeur, a memória recordada nas celebrações cívicas está inserida em expectativas, ambições, conflitos e inquietações recorrentes no presente. Nesse sentido, o autor destaca que tais articulações podem resultar nos chamados abusos da memória. O episódio do Cerco da Lapa, bem como a construção de um panteão para os caídos do lado do governo no conflito, aponta para uma construção dessa memória que descarta aspectos que desmentem essa concepção de unidade. Os maragatos não queriam se separar do

¹ Doutora em História (UFPR, 2014). Docente das Faculdades Integradas Espírita. Curitiba/PR.

Brasil; queriam que a autonomia federativa realmente fosse aplicada. O próprio uso de Revolução para esse episódio é discutível, já que suas características definem esse conflito como uma guerra civil.

A construção de um panteão dos heróis de um evento conflituoso para a memória oficial do país serviria para reafirmar a unidade buscada diante de uma nova participação militar que o Brasil estava envolvido? Pelos periódicos pesquisados, as comemorações omitem o termo “Federalista” se referindo ao evento como Cinquentenário da Revolução de 1894. O herói comemorado seria o General Gomes Carneiro, morto em decorrência do cerco. Seus restos mortais foram trasladados para o *Panteon dos Heroes*, construído especialmente para essa comemoração. Carneiro e os demais militares que lutaram pelo governo durante a federalista simbolizavam a dedicação que os jovens deveriam ter com a pátria, novamente em 1944, já que o Brasil participava de um conflito mundial.

A Revolução Federalista resultou na morte de aproximadamente 10 mil pessoas. Foi conhecida como a revolução das degolas, prática comum entre os dois lados para executar o inimigo. O teor sangrento do conflito é uma característica marcante na rememoração do mesmo.

Valores como o patriotismo, termos como nação, heróis, etc., eram utilizados na construção de uma história do Brasil que estimulasse a unidade nacional durante o governo Vargas. No momento de preparação para uma guerra continental tais valores foram reforçados com o reforço de celebrações de eventos históricos que serviriam de modelo. A construção de um panteão para abrigar os restos mortais de 11 combatentes da Revolução Federalista, mesmo com todas suas contradições, em 1944, caracteriza esse uso da história pela memória oficial.

O Panteão dos Heróis

A origem do termo se refere ao templo erigido em honra de todos os deuses na Antiguidade em Roma e na Grécia. Com a Revolução Francesa, em 1791, o termo Panteão passa a designar o local onde os heróis são sepultados.

Nesse momento de tentativa de laicização do mundo, a figura dos grandes homens passa a ser relevante para a consolidação de um patriotismo. Essa simbologia é ampliada por diversas partes do mundo.

A ideia de celebrar os mártires que se sacrificaram pela pátria também era uma forma de transferir todo o ritual religioso para um culto cívico. Translados e inumações passaram a compor essa ritualística cívica nesses ambientes, semelhantes a de qualquer outra realizada com os santos religiosos.

No caso brasileiro, é depois da proclamação da República em 1889 que a preocupação com a celebração de heróis e mártires da pátria passa a compor a narrativa oficial.

Ainda que a maioria das estátuas de Rodolfo Bernadelli, importante escultor dos vultos heroicos da República, tivessem sido encomendadas no final do Império, foi durante os primeiros anos do regime republicano que as mesmas foram de fato instaladas nos logradouros e praças públicas. Entre as primeiras figuras celebradas com monumentos, os heróis da Guerra do Paraguai (1864-1870) tiveram destaque nas estátuas de Osório e Caxias.

Em ambos os casos, os restos mortais desses generais do Exército Brasileiro foram trasladados para a base dos monumentos. Em 1948 Caxias recebeu seu próprio Pantheon localizado em frente ao Ministério do Exército no Rio de Janeiro e, nos anos 90, Osório também abandona a praça para ter seu monumento fúnebre no Parque que leva seu nome no Rio Grande do Sul.

De acordo com Armelle Enders (ENDERS, 2014, p. 281) tentativas e projetos de Panteão teriam sido realizadas no imediato pós República. Um dos homenageados seria Benjamin Constant. Entretanto, tais projetos nunca foram adiante, mesmo o Estado construindo um mausoléu para Benjamim Constant; esse era localizado no cemitério e a ideia de Panteão ficou esquecida. Enquanto essas tentativas de monumentalizar a morte dessas grandes figuras históricas tinha um objetivo de individualizar as mesmas, o coletivo continua esquecido até 1937.

Mas, e a ideia de um Panteão da Pátria no Brasil quando aparece? Nos anos 20, o mundo rememora o pior conflito armado até então ocorrido, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A figura dos oficiais e generais foi substituída pela celebração do coletivo, e, mais do que qualquer outro, do indivíduo que perdeu sua identidade. O túmulo do soldado desconhecido apareceu em um primeiro momento no Arco do Triunfo em Paris, em 1921. No mesmo ano e nos seguintes, Londres, Roma, etc., vão instituir e padronizar esse monumento de um mártir da guerra.

Embora o Brasil tenha tido uma participação pequena no conflito, nossos mortos da DNOG (Divisão Naval de Operações de Guerra) foram trasladados em 1928 do cemitério de Dakar para um Mausoléu no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro. As homenagens no espaço cemiterial aparecem na forma de mausoléus coletivos. A institucionalização dessa celebração aos considerados heróis por parte do Estado e a consequente transformação ou tentativa de um culto cívico desses personagens começou a aparecer em 1937.

Nesse ano é que foi criado o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), responsável pelo tombamento de inúmeros exemplos arquitetônicos, sítios históricos, etc. Nesse contexto de reafirmação da história nacional, um dos eventos mais lembrado foi o da Inconfidência Mineira (1789). Tentativa de golpe fracassada, a rebelião tinha por objetivo proclamar a República e romper com Portugal, monarquia que colonizava o Brasil naquele período.

Nesse projeto, a ideia de celebrar os mártires que perderam a vida pelo país e pela liberdade passava pela reunião dos restos mortais dos inconfidentes no Museu da Inconfidência em Ouro Preto. Uma sala seria destinada para abrigar esses indivíduos com o nome de Pantheon dos Inconfidentes. Seriam esses elementos os elegidos para representar simbolicamente a primeira tentativa de fundação da República no Brasil.

Até a estruturação da proposta, localização e traslado de alguns desses inconfidentes da África até Minas Gerais, foram cinco anos para sua concretização. Em 21 de abril de 1942 foi finalmente inaugurado esse espaço de memória em celebração aos mártires que lutaram pelo Brasil.

Nesse mesmo ano, no dia 10 de fevereiro, foi inaugurado o Pantheon dos Heroes da Lapa, na cidade da Lapa no Paraná. Outro evento foi lembrado, no caso a Revolução Federalista de 1894. Pela primeira vez no Brasil, um monumento que tinha o nome de Panteão era construído com o objetivo específico de receber os restos mortais dos oficiais e soldados que lutaram ao lado do governo nesse conflito.

A celebração desse evento e a construção desse Panteão, no entanto, foi marcada pelo conflito de memória e interesses na narrativa presente desse espaço.

A memória da Revolução Federalista e os conflitos na construção do Panteão dos Heróis

Os periódicos, entre outras fontes, fornecem variadas possibilidades de interpretar esse conflito da memória da Revolução Federalista e sua celebração com a construção de um Panteão dos Heróis.

Nos cinquenta anos do evento, uma série de eventos e cerimônias foram planejadas para celebrar a memória dos mártires da República. Entre conferências, palestras, debates, missas, etc., o maior de todos acontecimentos seria a inauguração de um Pantheon dos Heroes que deveria abrigar os heróis do chamado Cerco da Lapa.

Em um concurso aberto para escolha do projeto, a proposta de Rubens Meinster foi a vencedora. Pela imagem abaixo é possível perceber que o projeto tinha a perspectiva de um panteão inspirado nos modelos romano. Meinster foi um importante engenheiro

paranaense famoso, autor do projeto do Teatro Guaíra, entre outros. O projeto do Pantheon dos Heroes da Lapa foi um de seus primeiros concursos, ainda estudante, mas não foi construído de acordo com o que o autor delimitava.

Figura 1 – Pantheon dos Heróis da Lapa .



Fonte: acervo da autora.

Foram quatro os concorrentes do projeto para construção do Pantheon. As firmas Meinster e Costa, Gutierrez, Paula e Munhoz e Cap. Francisco Barroso. Foi no Museu David Carneiro que a revelação do projeto escolhido foi anunciada.

No Jornal O Dia, de 5 de setembro de 1943, a notícia em que o resultado foi anunciado, também cita que a construção do Pantheon seria um primeiro passo para a posterior construção de um museu específico para este acontecimento, ou seja, o Cerco da Lapa durante a Revolução Federalista de 1894. A matéria destaca ainda a necessidade de rememorar o evento para as próximas gerações.

No jornal Correio da Manhã de 15 de agosto de 1943 veiculou um anúncio solicitando doações de documentos e objetos de possíveis veteranos ainda vivos do episódio para as comemorações do Cinquentenário do Cerco em 1944. No texto é sublinhada a ideia de que não podem ocorrer “esquecimentos” e de que se apela aos patriotas para que a documentação seja recuperada. Também é esboçado o desejo de nesse momento realizar um censo de veteranos vivos.

Mas, por que esse seminário foi tão marcante e a tentativa de evitar esquecimentos é mencionada? O evento do Cerco da Lapa é um dos episódios da Revolução Federalista,

conflito ocorrido no governo republicano do Marechal Floriano Peixoto. Iniciado em 1893 no Rio Grande do Sul, por conta das disputas políticas entre os grupos que defendiam Julio de Castilhos e os que queriam sua deposição e eram contrários ao governo centralizador de Floriano Peixoto. Queriam um regime parlamentar e maior poder para os estados, por isso federalistas. O conflito foi tomando maiores proporções e se juntou a um outro conflito também contra o governo de Floriano, a Revolta da Armada. Nesse momento as tropas federalistas avançaram para Santa Catarina e em seguida ocuparam Curitiba. Na capital, o então presidente da Província fugiu para Castro, e o empresário da erva-mate e presidente da Associação Comercial do Paraná, o Barão do Cerro Azul estabeleceu um acordo com os federalistas. Esse episódio, com o fim do conflito lhe custou a vida e causou toda uma disputa de memória do evento.

Depois de Curitiba, os revoltosos partem para a Lapa. O cerco da cidade durou 26 dias e envolveu toda a comunidade. Eram em torno de três mil federalistas contra 938 homens fiéis ao governo, entre militares e civis voluntários.

General Carneiro, um dos comandantes dos legalistas foi ferido e morreu durante o cerco. O coronel Ducídio Pereira foi um outro oficial também morto nesse conflito. Com a construção do Pantheon,² os corpos deles e de outros combatentes Coronel Joaquim Resende Correia de Lacerda, Coronel Dr. José Aminthas da Costa Barros, Tenente Clementino Paraná, Tenente Henrique José Dos Santos, Tenente José Charlou, Tenente Otho Rochendolph, Alferes Francisco Fidêncio Guimarães, 1º Sargento David Rodrigues Cordeiro, Cabo Alberto Dalke foram transladados para o Pantheon dos Heroes em 1944. Cerca de 500 pessoas morreram nesse cerco que foi suficiente para as tropas leais ao governo federal se organizarem e atacarem os revoltosos, impedindo-os de seguir para São Paulo que era o objetivo maior.

Em 1944, a comemoração dos cinquenta anos do evento estimulou um congresso histórico. David Carneiro, importante historiador do Paraná, promoveu no Museu David Carneiro as conferências. As festividades foram divididas entre Curitiba e a Lapa.

Um dos momentos mais significativos da festa foi o traslado dos restos mortais do General Carneiro, antes sepultados na Igreja Santo Antônio. Segundo Toscano, o traslado é um mecanismo que dá maior visibilidade e assegura a inserção do indivíduo na memória coletiva. A passagem pelas ruas dessa procissão torna o evento público e desperta a dor e também o *status* do mesmo (TOSCANO, 2014, p.195). No caso, o status é reforçado pelo depósito de seus restos mortais num Pantheon cívico.

O Pantheon dos Heroes entregue para a população e onde foram sepultados os restos mortais dos mortos no Cerco da Lapa, não foi aquele do projeto de Meinster.

Alegando falta de verba, o governo alterou significativamente a ideia inicial da arquitetura do local. Tal acontecimento marcou um profundo desconforto com o engenheiro que até o final da vida lamentava a deturpação do plano original.

O Pantheon dos Heroes da Lapa permanece se configurando como um dos únicos espaços de memória nesse estilo no Brasil. Embora a sala onde estão os inconfidentes tenha o nome de Panteon dos Inconfidentes, trata-se de um espaço dentro do museu da Inconfidência. Já o que se chama Panteão dos Heróis da Pátria em Brasília não é um panteão, sem falar no estado precário em que se encontra, já que a chama foi apagada em 2016 e em julho de 2017 ele permaneceu fechado por meses.

Como exemplo único desse tipo de lugar de memória no país, outros mecanismos foram usados para celebrar seu significado. No dia 21 de dezembro de 2017 foi sancionada uma lei que cria o Dia Nacional do Cerco da Lapa (Lei n. 13.570, de 21 de dezembro de 2017) que deverá ser comemorado todo dia 9 de fevereiro.

Essa data teria como objetivo rememorar o episódio e sua importância para a consolidação da República do Brasil. A lei ainda se refere à necessidade de se incentivar a abordagem do tema nos currículos escolares de Ensino Fundamental, Médio e nas universidades.

É destacado o envolvimento entre o Exército Brasileiro, a Guarda Nacional, a Polícia Militar do Estado do Paraná e voluntários civis que tiveram importância no episódio. Essa memória se refere à ideia de unidade entre as forças armadas do país e por isso é celebrada. Movimentos que envolvem conflitos no interior dessas forças militares geralmente são “esquecidos”, já que sua memória é conflituosa.

Embora esteja prevista na lei a presença de uma guarda permanente de honra por parte do Exército, isso de fato nunca aconteceu. Quem é responsável pelo espaço é a 5ª RM Heróis da Lapa. Em 2017 foram responsáveis pelo restauro do espaço e reabertura do mesmo. Hoje, o Pantheon pode ser visitado das 8h até 17h, mas não existe nenhuma guarda de honra no local. Com exceção do Monumento aos mortos do Brasil na Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo, nenhum outro espaço possui guarda permanente de honra no Brasil.

Outros envolvidos tiveram seus restos mortais levados para o Pantheon, posteriormente a 1944. Placas com os nomes e cargos desses combatentes informam sua participação no evento. Entretanto, percebe-se no espaço que a memória atual é tão ou mais relevante do que a celebração desses heróis. Todo restauro ou homenagem recebe uma placa que é exposta na frente do monumento. A memória de que realizou reparos ou pinturas, como exército ou prefeitos, possui quase a mesma relevância na disposição das

informações do Pantheon.

Além disso, uma grade foi instalada com o objetivo de evitar o uso do espaço por moradores de rua. Essa interferência não estava prevista no projeto inicial que tinha a ideia de livre acesso da população com esse espaço de memória. Abaixo um registro de uma visita de campo em maio de 2018 com meus alunos do curso de História das Faculdades Integradas Espírita ao local. Destacam-se as placas inseridas na fachada do prédio.

Outros mortos da Federalista e seus túmulos

Mortos nos muros dos cemitérios de Paranaguá e Curitiba foram comuns durante a Revolução Federalista.

Na ilustração de A. Agostini, publicada em O Cruzeiro de 1964 entre outros meios impressos, os mortos são mostrados cavando sua própria sepultura antes de serem fuzilados nos muros do cemitério de Curitiba.

Figura 2 – Fuzilamentos no Cemitério de Curitiba



Fonte: CARNEIRO, 1937.

Na obra Os fuzilamentos de 1894, o historiador David Carneiro relata o destino de outros cadáveres da Revolução Federalista. Tal obra retrata a dramaticidade que foi o resgate dos restos mortais do Barão do Serro Azul. Fuzilado na Serra do Mar por ser considerado traidor do movimento, Ildfonso Pereira Correia – um importante ervateiro –, foi fuzilado no dia 20 de maio de 1894. Fuzilamento escondido, seu corpo junto com outros

cinco foram deixados expostos na Serra do Mar entre Curitiba e Paranaguá.

David Carneiro em sua obra relata que, apenas seis dias depois, foi realizada uma tentativa de sepultamento dos corpos que poderiam ser vistos do trem pelos passageiros da estrada de ferro. O resgate do corpo do Barão só ocorreria onze meses depois. Todo em segredo, o resgate contou com a ajuda de onze homens.

Entre os dias 2 de maio e 6 de maio de 1895, esses homens fizeram uma picada na Serra do Mar e foram a pé em busca do corpo do barão, trasladando o mesmo para Curitiba em segredo. O sepultamento foi também no anonimato, na noite do dia 15 de maio de 1895, no Cemitério São Francisco de Paula em Curitiba.

O corpo do Barão, segundo David Carneiro, teria sido transportado numa carroça camuflada com capim.

Figura 3 – O túmulo do Barão do Serro Azul no Cemitério São Francisco de Paula em Curitiba



Fonte: acervo da autora.

Os mortos de Tijucas do Sul, município da região metropolitana de Curitiba, mereceram uma nota no Jornal do Comércio de 10 de fevereiro de 1894, pela agilidade com que foram sepultados por anônimos no cemitério da região.

Desde 2015, professores da rede pública de ensino de Agudos do Sul procuram utilizar essas indicações no cemitério da região para tratar da Revolução Federalista no

município. O esquecimento desses mortos por décadas e pelo poder público tem sido substituído pelo interesse em rememorar esses eventos. A memória através dos túmulos e indicações dos mortos no conflito possui importante aspecto de ressignificar a história daquela região.

Considerações finais

Os túmulos dos mortos da Revolução Federalista representam lugares de memória ressignificados no presente. Parada obrigatória para comentários nas visitas guiadas pelo Cemitério São Francisco de Paula, em Curitiba, o túmulo do barão do Serro Azul é um desses espaços em que a problematização dos heróis do evento são privilegiados.

A cidade da Lapa é outro exemplo dessa categoria. Constituindo um código cultural, o panteão dos heróis ritualiza a morte de determinadas figuras em um contexto histórico específico. Espaço para um culto cívico a esses mortos, o local se redefine a partir das apropriações que essa memória procura desvelar. Essa eternização de uma determinada lembrança como define Catroga (CATROGA, 1999) é fabricada a partir de interesses. Se o projeto do Pantheon tinha a princípio celebrar um evento que consolidou a república, na atualidade o mesmo articula a celebração do patriotismo como elemento a ser rememorado naquele evento. Esses estímulos que produzem o culto a esses mortos se estabelecem a partir da existência desse espaço de memória.

Referências

CARNEIRO, David. *Os fuzilamentos de 1894*. Rio de Janeiro: Athena, 1937.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Minerva, 1999.

ENDERS, Armelle. *Os vultos da Nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FRAGA, André Barbosa. *Os heróis da Pátria: Política Cultural e História do Brasil no governo Vargas*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2012.

MACHADO, Daiane Vaz. A comemoração de uma memória: o cinquentenário do Cerco da Lapa/PR (1894-1944). *Revista Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 8, n. 2, p. 111-127, julho-dezembro, 2012.

MARCELINO, Douglas Atila. Culto cívico dos mortos e escrita da história: reflexões sobre a obra de Fernando Catroga. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 305-331, dez. 2016.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

SÊGA, Rafael. *Tempos belicosos: A Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

TOSCANO, V.Z. La memoria de la muerte em Mexico entre el siglo XVIII y XIX. In: RODRIGUES, C., LOPES, F. (Org.). *Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2014.

A MORTE SILENCIOSA. UM ESTUDO SOBRE A ARQUITETURA FUNERÁRIA DAS RELIGIOES DE MATRIZES AFRICANAS NOS CEMITERIOS DE FEIRA DE SANTANA/BA

Cora Levin ¹

Antônio Wilson Silva de Souza ²

Sobre as justificativas da pesquisa

Antes de adentrar no presente texto, gostaríamos de trazer as justificativas que motivaram o estudo de uma temática tão controversa como é a arquitetura funerária, à qual vamos nos referir. O interesse pelo seu desenvolvimento tem múltiplas justificativas. Em primeiro lugar, porque entendemos a morte como um tópico complexo de discussão, e, logicamente, os espaços arquitetônicos derivados e construídos para ela também o serão. Logo depois, porque reconhecemos nos espaços funerários um potencial, tanto documental quanto histórico, fato que nos permitirá, segundo as palavras da pesquisadora argentina Antônia Risso (2001), entendê-los como organismos dinâmicos capazes de nos oferecer informação sobre sistemas de pensamento, crenças e, até estruturas das sociedades às que pertencem e transcendem.

Nesta mesma linha de reflexão, desejo trazer o importante antecedente de trabalho de pesquisa feito para minha tese de graduação da carreira de Arquitetura, pela Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo da Universidade Nacional do Litoral (Santa Fé, Argentina). Esta investigação, intitulada *“Intramuros y aledaños: Genealogías y derivas de la arquitectura funeraria y los nuevos programas y proyectos contemporáneos para Argentina”*, desenvolveu, em linhas gerais, as mudanças que manifestaram os rituais funerários argentinos, surgidas a partir das atitudes da humanidade (ocidental) ante a morte, ao longo da história, e ao mesmo tempo, como esses influenciaram as configurações e desenhos arquitetônicos dos cemitérios. O ponto de partida antropológico, que guiou o desenvolvimento teórico da pesquisa, nos permitiu reconhecer as diversas crises acontecidas no plano ideológico ocidental, baseando-nos nas produções teóricas do reconhecido antropólogo Ariés Philippe (2000).³ No corpo teórico analisou-se o cemitério, como um elemento forte em representações simbólicas-culturais e gerador de identidades

¹ Graduada em Arquitetura na Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo (FADU) da Universidade Nacional do Litoral (UNL) na província de Santa Fé, Argentina. Atualmente, mestranda do Programa de Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), BA, e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Feira de Santana/BA.

² Professor do PPGDCI/UEFS e orientador da pesquisa referida no presente artigo. Feira de Santana/BA.

³ ARIÉS, P. *Historia De La Muerte En Occidente*. Barcelona: El acantilado, 2000.

ao interior dos espaços sociais que os contém e que os criam. E essas características nos incitaram para pensá-lo, iniludivelmente, no sentido público.

A partir daí, pressupus que seria muito enriquecedor o fato de subtrair dessa pesquisa as seções pertinentes e as reflexões finais como patamar para continuar aprofundando no estudo das representações coletivas da morte e os padrões culturais que lhes dão origem, mas tendo agora uma perspectiva mais ampla, que possa dialogar com outras disciplinas (sem ligar-se tão estreitamente à arquitetura), como podem ser as ciências humanísticas.

Nesse momento foi possível compreender, por um lado, a verdadeira importância do estudo das problemáticas que caracterizam nossas realidades sul-americanas, desde olhares do desenho, mas que contemplem as íntimas ligações que elas têm com muitas outras áreas de conhecimento. A investigação, concebida a partir dessa interdisciplinaridade, nos permitiria o desenvolvimento de uma visão multifocal, interseccional e mais complexa, necessária para a análise de qualquer problemática contemporânea. Ainda mais, se temos em consideração as diversas perspectivas e complicações que o estudo dos espaços da morte pode trazer. Por outro lado, que podia encontrar os meios teóricos-intelectuais, neste caso, oferecidos pelo mestrado do qual faço parte atualmente, para concretizá-la.

Como consequência de minha chegada ao nordeste do Brasil, o olhar sobre a visão ocidental da morte com a qual vinha trabalhando foi posta em questão. Isso não significa que anteriormente não se tenha considerado a existência de diversidade religiosa própria de latino-américa. Não obstante, até ter chegado e habitado o solo brasileiro, eu não tinha real noção da importância dos espaços simbólicos e culturais ocupados pelas religiões de matrizes africanas,⁴ especialmente, no Estado de Bahia.

A partir da aproximação e o estudo feito, foi possível reconhecer que, além de se formar como um espaço de culto, as religiões de matrizes africanas foram uma ferramenta utilizada pelas populações negras no intuito de recuperar as suas origens, o seu sentido de identidade e para se proteger, por intermeio de suas crenças ancestrais, da dominação colonial. As manifestações culturais afro-brasileiras foram rejeitadas e reprimidas ao longo dos séculos, primeiro, pelos conquistadores portugueses, e depois pelo Estado brasileiro e

⁴ Após do desenvolvimento da pesquisa e da participação em diversos debates sobre a temática, alçunhamos o uso do termo “religiões de matrizes africanas”, em plural, pois o continente africano, como bem sabemos, é muito extenso e as diversas crenças provenientes dos diferentes países africanos foram adaptadas e reinventadas no Brasil, dando como resultado a conformação de nações com perspectivas diferentes, como é o caso da nação Angola, Jeje ou Nagô, dentro do Candomblé, ou da religião umbanda. Daqui para frente, utilizaremos desta forma ao nos referirmos a elas.

a Igreja Católica. Nesse contexto hostil, a religião foi trincheira dos negros, identitária antes de tudo, frente às imposições e à violência exercida pelos diferentes grupos opressores.

Por tudo isso, entendemos que o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa que abordem e reivindiquem aspectos das comunidades afro-brasileiras são necessárias e urgentes. Com nossa pesquisa tentaremos, precisamente, gerar um aporte significativo que permita ter em consideração essas existências como elementos chaves na constituição da sociedade brasileira. Em primeiro lugar, porque é imperativo quebrar com os preconceitos e o desdém com que são analisadas as ditas comunidades na conjuntura sociopolítica atual, e em segundo lugar, porque esse preconceito se reflete numa crescente onda de intolerância e discriminação religiosa registrada e denunciada no cotidiano por diversos meios de comunicação, mas principalmente, pelo movimento negro.

O ser afro-brasileiro

No que atende particularmente à pesquisa, a perspectiva teórica utilizada, que rege e guia todo o desenvolvimento dela, são as teorias “des-coloniais”, enunciadas por autores latino-americanos, como o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2009),⁵ a socióloga argentina Rita Segato (2014),⁶ e o filósofo argentino Enrique Dussel (2000),⁷ dentre outros. Esta perspectiva se propõe indagar sobre as heranças coloniais na América Latina, mas mudando o foco eurocêntrico que caracterizou historicamente os nossos olhares sobre a temática. Quer dizer entender a América como o centro do debate da modernidade, tentando observá-la em função dela mesma. Concordamos com as palavras do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2009), quando assevera que a América foi o ato constitutivo do moderno sistema mundial que nasceu ao longo do século XVI.

Além disso, entendemos as sociedades latino-americanas como entidades dinâmicas, onde se articulam diversos e heterogêneos padrões estruturais. Por isso fizemos ênfase nessas condições especiais, e não só nas culturais, como propõe o enfoque pós-colonial, sobretudo com a intenção de abordar a temática, considerando todas as perspectivas possíveis, para assim chegar a resultados complexos, e, portanto, mais próximos das realidades empíricas.

A partir daqui é bom dizer que a experiência da escravidão tem marcado as relações

⁵ QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina SA, 2009, p. 73–114.

⁶ SEGATO, R. L. La perspectiva de la colonialidad del poder. In: *Textos de fundación*. Buenos Aires: El Signo, 2014, p. 10–43.

⁷ DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

sociais estruturais brasileiras de modos singularmente excludentes e perversos. A sociabilidade criada a partir dela se converteu num padrão histórico, repleto de preconceitos e alianças, que foi perpetuado no tempo de maneira tal que ainda caracteriza a realidade cotidiana das populações negras do Brasil atual. Em linha com isso, no primeiro capítulo da pesquisa pretendemos abordar a problemática que nos ocupa, fazendo uma revisão historiográfica por diferentes autores que discorreram sobre o processo da diáspora africana ocorrida entre os séculos XVI e XVIII no Brasil. Salientamos a importância e a nossa necessidade intelectual de recuar no tempo para abranger as origens das relações socioculturais brasileiras, compreender suas mudanças e evoluções históricas e tentar ilustrar as práticas próprias da contemporaneidade, que é o nosso *tempus* investigativo.

Considerando a minha condição de não nativa, numa primeira instância, aproximamo-nos dos “clássicos”, como pode ser o caso dos sociólogos Roger Bastide e Muniz Sodré, o historiador Joao José Reis, o etnólogo e fotógrafo Pierre Verger e o antropólogo Kabengele Munanga, dentre outros. E, em seguida, aprofundamos em outros autores aos quais fomos chegando por diversos caminhos como são, o sociólogo Fabio Leite e a antropóloga Juana Elbein dos Santos, uma clássica também. A partir da abordagem das teorizações feitas por todos eles, segundo o local de fala de cada um, nos foi factível o acercamento e a apreensão da problemática de maneira ampla e abrangente.

Logo depois, com o propósito de compreender, por um lado, qual foi o papel que as religiões de matrizes africanas tiveram na conformação do Estado Afro-brasileiro,⁸ e por outro, de que modo forneceram as ferramentas necessárias para a resistência da herança do grande continente no território brasileiro, – e especialmente na Bahia –, avaliamos estudos existentes sobre religiosidade negra provenientes de diferentes óticas e disciplinas.

A pesquisa necessária para a realização desde capítulo, permite-nos dizer que a abordagem e problematização feita da diáspora ocorrida entre os séculos XVI e XVIII no Brasil deixa exposta a forte ligação que ela tem com os padrões de sociabilidade que regem o país na atualidade, ou seja, os grupos religiosos negros adoptaram diversos mecanismos para a manutenção de sua ritualística numa conjuntura que não deixou nunca de ser opressiva.

Ainda bem, após a revisão historiográfica das fontes especializadas, cremos necessário

⁸ Formalmente o Código Civil define por lei que o Estado do Brasil (designado dessa forma) está composto por: o Governo Soberano, o Território Nacional e o Povo. Segundo o nosso entendimento a definição de povo fica incompleta se não é contemplado o grande fragmento da população afro-brasileira que o conforma, -mais da metade da população brasileira (54%) segundo a IBGE-. Por isso, julgamos melhor introduzir a denominação de “Estado Afro brasileiro”, como substantivo, já que a condição de afro-brasileiro não é só uma característica nem um adjetivo é, em substância, o Brasil mesmo.

problematizar, por primeiro, como repercutiu nas atitudes provenientes das populações negras a situação de opressão exercida pelos conquistadores, e depois, mantido no tempo pelas sociedades pós-coloniais até a atualidade. Para isso, trouxemos ao debate o termo sincretismo, amplamente discutido na academia brasileira. Depois da aproximação à vasta teoria existente sobre a matéria, podemos dizer que existem múltiplas tendências que vão se posicionado a respeito, segundo diferentes perspectivas, e que dão como resultado a readaptação do termo e o surgimento de novas formas de nomeá-lo, tais como transculturação, hibridação, ou mesmo o vocábulo sincretismo, ressignificado, dentre outros. Segundo as nossas conclusões, o termo que mais se aplica é o de *transculturação*, utilizado pelo antropólogo Kabengele Munanga, mas enunciado com anterioridade pelo antropólogo cubano Fernando Ortiz (1983).⁹

Segundo o autor, esta palavra representa melhor a transitividade própria de um processo que vai de uma cultura a outra e que irá misturar elementos das duas. Essa dinâmica ocasionará, por um lado, perdas na construção sociocultural prévia, processo que poderia chamar-se de desculturação. E, por outro lado, o nascimento de novas formas, diferentes das que se estavam fusionando, pelo que também poderíamos denominar ao processo como de neoculturação.

Concordamos completamente com Fernando Ortiz, na eleição do termo transculturação na sua condição de elemento cultural não acabado, daquilo que está por ser uma outra construção cultural, ou seja, o surgimento de uma nova realidade, que não é a soma mecânica de todas as partes, senão que representa uma nova fenomenologia, original e independente. Nas palavras do mesmo Ortiz (1983, p. 5):

Para describir tal proceso el vocablo de latinas raíces transculturación proporciona un término que no contiene la implicación de una cierta cultura hacia la cual tiene que tender la otra, sino una transición entre dos culturas, ambas activas, ambas contribuyentes con sendos aportes, y ambas cooperantes al advenimiento de una nueva realidad de civilización.¹⁰

Em definitivo, ambos os conjuntos religiosos (o catolicismo e as religiões africanas) foram influenciados pela outra parte, dando como resultado sistemas de crenças bem diferentes. Sem embargo, a forte repressão sofrida e o apagamento dessa memória no Brasil todo, e particularmente na cidade de Feira de Santana ao longo do tempo, – a que referiremos

⁹ ORTIZ, F. *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*. La Habana: Ciencias Sociales, 1983.

¹⁰ Tradução nossa: “Para a descrição de tal processo, o vocábulo de raízes latinas “transculturação” proporciona um termo que não contém a implicação de uma cultura predominante à qual a outra tem que tender, senão que é uma transição entre as duas culturas, ambas ativas e contribuintes com aportes para o advento de uma nova realidade.”

mais adiante –, explicam porque hoje, ainda, as religiões afro-brasileiras continuam sendo vistas com desdém e sofrendo altos níveis de discriminação, fato que tem a ver, principalmente, com um racismo que é estrutural, histórico e construído.

Para reflexionar sobre como foram se desenvolvendo as práticas ritualísticas das religiões afro-brasileiras nas cidades em geral, e na cidade de Feira de Santana em particular, por ser o nosso *locus* investigativo, gostamos do paralelo elaborado pela pesquisadora colombiana Paula Andrea Velásquez Lopez (2009)¹¹ para os cemitérios, que bem pode trasladar-se às urbanidades. Segundo ela, ditos espaços se apresentam como palimpsestos ou caleidoscópios onde convergem diversos usos sociais e culturais que convivem e ao mesmo tempo se complementam, se negam, se hierarquizam e, inclusive, se segregam. Tomamos deste conceito a ideia de superposição e convergência de discursos e ações de grupos de atores sociais diversos, mas gostaríamos de ressaltar que nessa narrativa os silêncios não são, precisamente, vazios. Pelo contrário, longe de estarem vazios de conteúdo discursivo, eles fazem mais do que a soma dos cheios; as partes silenciadas e o que elas representam falam mais a partir da sua ausência.

Segundo o pesquisador baiano Clovis Ramaiana Moraes Oliveira (2016)¹², que centrou sua pesquisa na cidade de Feira de Santana, analisando exaustivamente as notícias dos jornais, denúncias, comentários públicos e obras artísticas, dentre outras, todas aquelas atividades que se encontravam por fora da imagem de progresso que as elites e os governantes queriam para a cidade, adquiriam, automaticamente, um papel subalterno na morfologia social. As ritualidades africanas eram, segundo essa perspectiva, um elemento potencialmente perturbador da ordem territorial, uma prática que não coincidia com o discurso “civilizado” que eles tentavam construir. Neste sentido, as memórias urbanas construídas ponderaram a vida de alguns sujeitos em detrimento da vida de outros, deixando por fora da narrativa histórica as produções culturais do passado negro, e, em consequência, deixando-os por fora da construção de identidades, tanto individuais quanto coletivas. Em suma, as margens urbanas, espaços de sociabilidade das religiões africanas, nunca intervieram na formação de memórias nem da “identidade feirense”.

Neste ponto, aproveitamos as conceitualizações feitas pelo historiador francês Roger Chartier (1990),¹³ quem assevera que podemos interpretar as práticas sociais invertendo nossas lógicas operativas e partindo do apagamento ou do silenciamento, fato que viemos

¹¹ VELASQUEZ LOPEZ, P. A. Los cementerios... Territorios intersticiales. *Hacia la Promoción de la Salud*, p. 24–38, 2009.

¹² RAMAIANA MORAES OLIVEIRA, C. *Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias e silenciamento em Feira de Santana, 1920-1960*. Salvador: Edufba, 2016.

¹³ CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

desenvolvendo. Nesta linha de pensamento, ficaria como questão central: qual a representatividade que está sendo apagada no traçado e na vida urbana, particularmente em Feira de Santana? Podemos afirmar que se trata das populações afro-brasileiras.

O cemitério: locus de identidades e memórias

Seguidamente, adentramos na temática principal que nos concerne, a arquitetura funerária das religiões africanas – ou a ausência dela – e as causas que determinaram essa situação. Para isso, abordamos, em primeira instância, a existência material do cemitério, como elemento arquitetônico inserido dentro de um contexto maior, que é a cidade, assim como também como artefato que sintetiza significados, valores, princípios de religiosidade, situação socioeconômica, linguagens estéticas, conflitos sociais, dentre outras, das sociedades que o criam. Para essa abordagem, utilizamos autores como o reconhecido pesquisador soteropolitano Clarival do Prado Valladares (1972), que representa a referência maior e mais completa para os especialistas da área, e o historiador, também soteropolitano, João José Reis (1991), cuja produção teórica sobre as atitudes perante à morte e a resistência africana, foram de grande ajuda, tanto para mim quanto para a academia toda.

Para definir o cemitério morfologicamente, baseando-nos na teoria existente, encontramos elementos que se reproduzem nele como uma constante e que funcionam como códigos reconhecíveis; aqueles que se consolidam como seus limites físicos, as cercas e portões de acesso; os traçados internos, que os organizam e distribuem funcionalmente; os prédios de serviço; as árvores e jardinagem e, finalmente, os túmulos ou sepulturas. Os estilos arquitetônicos a que adere e os símbolos que o caracteriza tornam-no um objeto de estudo e reflexão. Para isso utilizamos a classificação dos elementos do repertório arquitetônico que dão forma aos cemitérios desenvolvida no livro/catálogo “Cementerios de Andalucía” (1993)¹⁴, realizado pela Direção geral de Arquitetura e Moradia de Andaluzia com o propósito de estudar e catalogar a arquitetura Andaluza, embora não vamos aprofundar neles aqui.

A organização física que dá estrutura interior dos cemitérios ou “cidade dos mortos”, -termo alcunhados por muitos especialistas da área-, reflete as múltiplas relações estabelecidas na cidade dos vivos. Com isto, queremos dizer que nos espaços funerários se reconhecem não só as condições sociais, étnicas e jurídicas dos mortos, como também o enorme tecido das relações coletivas próprias da organicidade das sociedades, entre as

¹⁴ CONSEJERÍA DE OBRAS PÚBLICAS Y TRANSPORTES. DIRECCIÓN GENERAL DE ARQUITECTURA Y VIVIENDA. *Cementerios de Andalucía*. Sevilla: Junta de Andalucía, 1993.

quais se faz evidente o rasgo da exclusão de certos grupos sociais. Por esse motivo entendemos que os espaços funerários não podem ser estudados sem ter em conta os cenários espaço-temporais que lhes deram origem.

Posteriormente, analisamos como, além do cumprimento da funcionalidade que lhe dá origem, que é de caráter higiênico, existe outra perspectiva que nos permite analisá-los: a simbólica. A partir deste olhar podemos entendê-los como objetos onde se conjugam as identidades e a idiosincrasia dos povos. Porém, esta dimensão pode, muitas vezes, ser utilizada e manipulada com o propósito de instalar um único modo de viver, que toma força, apagando a outros. Neste sentido, vimos que a arquitetura não fica por fora da intencionalidade do discurso político formador de opiniões e de espaços, que, através de suas instituições, escolhe, dentro da pluralidade de existências sociais, quais memórias recuperar e valorizar.

A partir desta perspectiva, podemos dizer que a diversidade de representações fúnebres existentes no caso particular dos cemitérios da cidade de Feira de Santana: o Cemitério Piedade, o Cemitério São Jorge e o Cemitério São João Batista, -sem contar o cemitério Jardim Celestial e o Cemitério Jardim das Flores, são o reflexo material da multiplicidade de usos e práticas presentes neles. As diversas imagens mortuárias apresentam marcas de diferenciação social, dos interesses, das religiosidades, dos gostos arquitetônicos, em suma, de um conjunto de características que modificaram a representação morfológica, ponderando alguns sítios em detrimento de outros. Os cemitérios se estabeleceram territorialmente mediante o ordenamento das diferenças logrado a partir de negociações e do apagamento de alguns aspectos culturais.

Para ilustrar isto, acudimos à pesquisadora Maria Elizia Borges (2011, p.8), reconhecida estudiosa da arte cemiterial brasileira, quem coloca que, da mesma maneira que acontece nos cemitérios latino-americanos (e nos argentinos)¹⁵:

Os cemitérios secularizados das cidades de médio e grande porte adotam um modelo de planta subdividida em quadras. As carneiras ficam dispostas lado a lado, dentro de uma quadra. Os monumentos funerários que estão instalados de frente para as vias de acesso são sempre os que contemplam o gosto da burguesia vigente, referenciados pela arte erudita, enquanto que os alojados no interior das quadras ou nas quadras distantes, que são a maioria, seguem uma estrutura mais simples e são passíveis de representar o mobiliário funerário de cunho popular.

Neste sentido, ainda que o traslado dos mortos às necrópoles extramuros tenha sido um fato ao final do Século XIX no Brasil, isto não resultou em nenhum nivelamento das

¹⁵ Observação agregada por nós.

desigualdades sociais, contrariamente, ressaltou as diferenças existentes entre os diversos estratos da sociedade. A saber, os africanos livres não gozavam dos mesmos direitos que eram concedidos aos cidadãos em geral.

No que diz respeito à distribuição social das carneiras, por exemplo, a autora afirma que ainda ocupando um espaço superficial significativamente maior, a fragilidade que apresentam na sua composição, as faz pouco visíveis. Nessa grande distribuição que diz ser democrática, porém, efetivamente, não o é, ficam registrados os silêncios escondidos dos conflitos sociais e as provas da desigualdade das classes sociais dos mortos. Os resultados do uso territorial do espaço são, tanto o resultado das normativas provenientes de instituições culturais, políticas ou religiosas que se unificam nos cemitérios, quanto dos rituais e as práticas de apropriação funerária que dependem, sempre, do momento histórico.

Na continuação abordamos alguns conceitos teóricos, como o de *identidade* e de *memória*, primeiro, a partir das teorizações feitas por especialistas provenientes dessas áreas para buscar a complexidade que os enfoques pós-estruturalistas podem brindar-nos. Logo depois, buscamos a materialização desses conceitos desde a arquitetura, em autores como a arquiteta argentina Marina Waisman (1995) e o arquiteto, também argentino, Julián Bonder (2009).¹⁶ Desta forma, foi possível evidenciar a importância dos espaços funerários como suporte, por um lado, da construção das identidades própria dos segmentos sociais, que se reconhecem para o interior deles, gerando elementos identificativos que lhes permitem a diferenciação com os outros grupos, e, por outro lado, do exercício da *memória* que garante a manutenção das tradições e a transmissão de significações.

A partir daí, fizemos um pequeno percurso pela temática da morte, e como ela é entendida pelas religiões africanas, sem perder de vista o recurso valioso da análise comparativa com outras formas de religiosidade, principalmente a predominante-cristã. A intenção de realizar esta pequena introdução à temática e a posterior abordagem das representações materiais da morte em uma e outra vertente parte do conhecimento, primeiramente, de que a concepção da morte africana interpreta o fim da vida como a passagem para um outro plano vivencial, de encontro com os ancestrais, não como a ideia trágica de um final absoluto. Porém, depois das pesquisas feitas, reconhecemos que além da falsa ideia de que a morte afro não teria representações funerárias concretas, existiam na África múltiplas formas de homenagear e simbolizar os túmulos para os mortos.

Nesta seção trouxemos casos de monumentos funerários encontrados, tanto em

¹⁶ BONDER, J. Los trabajos de la memoria: reflexiones y prácticas. *Memoria*. Revista sobre cultura, democracia y derechos humanos, 2009.

diferentes regiões do continente africano quanto na Bahia, o nosso objetivo é, principalmente, compreender que, além de que as concepções da morte branca e hegemônica sejam bem diferentes das noções da morte africana, em ambos os sistemas culturais aparece a ideia de monumento funerário como elemento de importância.

Figura 1 – Monumento funerário africano do Século XIX



Fonte: CARVALHO, 1890, p. 238¹⁷

Figura 2 – A sepultura de Tshibinda Ilunga



Fonte: CARVALHO, 1894, p. 281.

Não queremos fechar esta seção sem antes pronunciar que a utilização da colheita imagética feita pelo português Henrique de Carvalho tem a ver, exclusivamente, com que

¹⁷ CARVALHO, H. Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

responde às necessidades do levantamento gráfico/documental que nossa pesquisa tem. Porém, sendo que o alvo principal da sua viagem tinha fins expeditivos e colonialistas, não coincidimos nem aderimos, de maneira nenhuma, à perspectiva por ele empregada.

Reflexões finais

Fica clara a necessidade de indagar, no capítulo que segue -o qual ainda está em andamento-, sobre a perda desses elementos com a diáspora, na cidade de Feira de Santana. Pois até aqui podemos concluir que as religiões africanas tinham também a cultura da elaboração de monumentos para a lembrança de seus mortos.

Para esse estudo, como já dissemos, foram selecionados cinco cemitérios feirenses, situados na cidade de Feira de Santana. A saber, o Cemitério Piedade, o Cemitério São Jorge e o Cemitério São João Batista, o cemitério Jardim Celestial e o Cemitério Jardim das Flores. É bom salientar que apesar de os últimos dois casos serem de cemitérios parques contemporâneos, cujas características diferem profundamente dos cemitérios históricos, neles também se podem reconhecer representações particulares africanas.

O estudo será abordado de maneira individual, mediante o reconhecimento do território, quer dizer, a identificação da sua delimitação, implantação e de seu traçado urbanístico. Logo depois, os dados levantados serão sistematizados em representações planimétricas onde tentaremos descrever e analisar a morfologia de cada cemitério como conjunto e, numa dimensão mais micro, sempre que fosse possível, as representações tumulares com signos e alegorias afro-brasileiras.

Como o trabalho de campo ainda está em andamento, não vamos nos aprofundar muito mais neste segmento. Apenas gostaríamos de destacar que a ideia de recuperar elementos das manifestações materiais da morte nas religiões africanas tem como objetivo gerar um aporte significativo no seu registro, colaborando para a sua visibilização e reconhecimento como existências chaves e constitutivas para a sociedade brasileira.

Referências

ARIÈS, P. *Historia de La Muerte En Occidente*. Barcelona: El acantilado, 2000.

BONDER, J. Los trabajos de la memoria: reflexiones y prácticas. *Memoria*. Revista sobre cultura, democracia y derechos humanos, 2009.

BORGES, M. E. Imagens da morte: monumentos funerários e análise dos historiadores da arte. *Anais do X Simpósio Nacional de História*. ANPUH. São Paulo: 2011.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CONSEJERÍA DE OBRAS PÚBLICAS Y TRANSPORTES. DIRECCIÓN GENERAL DE ARQUITECTURA Y VIVIENDA. Cementerios de andalucía. Sevilla: Junta de Andalucía, 1993.

DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

ORTIZ, F. Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar. In: *La Habana: Ciencias Sociales*, 1983.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009. p. 73–114.

RAMAIANA MORAES OLIVEIRA, C. *Canções da cidade amanecendo: Urbanização, memórias e silenciamento em Feira de Santana, 1920-1960*. Salvador: Edufba, 2016.

REIS, J. J. A morte é uma festa. *Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Salvador: Companhia das letras, 1991.

SEGATO, R. L. La perspectiva de la colonialidad del poder. In: *Textos de fundación*. Buenos Aires: Ediciones El Signo, 2014. p. 10–43.

VALLADARES, C. DO P. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

VELASQUEZ LOPEZ, P. A. *Los cementerios... Territorios intersticiales. Hacia la Promoción de la Salud*, p. 24–38, 2009.

WAISMAN, M. Identidad. In: *La arquitectura descentrada*. Bogotá: Escala, 1995. p. 33-39.

OS TÚMULOS DAS VÍTIMAS DO ACIDENTE CÉSIO-137 EM GOIÂNIA, DEPOIS DE 32 ANOS

Ludimília Justino de Melo Vaz¹

Muitos dos estudos sobre cemitérios concordam que falam dos mortos para pensar os vivos, de maneira que, o objetivo deste texto é elaborar uma leitura da tragédia do Césio 137 para refletir sobre a vida ou o que estamos fazendo dela. Nosso enfoque, parte da materialidade em sua forma visível e não visível, e do distanciamento temporal. De maneira que, não é nossa pretensão revisitar aquele momento e pensar toda uma profusão de coisas que estiveram envolvidas pela contaminação radioativa, e sim, pensar as coisas em seu processo contínuo até chegar aqui, sabendo-se que continuará a se desenrolar na sequência do tempo.

Os testemunhos tumulares, desde sempre, chamam a atenção da arqueologia, por serem comparados a cápsulas do tempo, no sentido em que tudo o que vai junto ou dentro do túmulo pertenceu ao tempo em que o morto viveu, constituindo-se de referência temporal e cultural de uma sociedade. Da pré-história até a antiguidade existiram culturas em que os mortos se faziam acompanhar de objetos que seriam úteis para a sua passagem a outra vida. Por essa perspectiva, pôde-se associar cronologicamente os achados arqueológicos e elaborar interpretações das práticas mortuárias (RIBEIRO, 2007; TRIGGER, 2004). Da mesma forma, as lápides, imagens e estruturas tumulares utilizadas para reverenciar os mortos também têm sido úteis para compreensão do passado.

Sob esse viés, compreende-se o objeto de interesse da arqueologia “qualquer segmento do meio físico modificado por comportamentos culturalmente determinados” (DEETZ, 1977, apud LIMA, 2001, p. 13), abrangendo objetos que cotidianamente desempenham funções indispensáveis e estão carregados de funções simbólicas; estas geram significados para que as primeiras possam atuar no meio social (MENESES, 1983). Destacam-se aí as intenções humanas de produzir, transformar ou apropriar-se das coisas e do espaço onde elas estão acomodadas, abrangendo todo um contexto que pode ser observado por meio das relações de localização, distribuição, ocupação e reconstrução da paisagem.

Ainda que o assunto em pauta tenha temporalidade recente, estamos de acordo que essa “também é uma ferramenta útil para discutir o presente, tendo como ponto de partida

¹ Professora do IGPA/PUC Goiás; Mestra em Cultura Visual – FAV/UFG, graduada em Artes Visuais – FAV/UFG. Goiânia/GO.

os discursos materiais criados por nossa sociedade moderna” (FUNARI; ZARANKIN, 2005, p. 142). A cultura material atrai a atenção de diversas disciplinas, tais como, história, sociologia, antropologia cultural, semiótica, para compreender a produção humana, e especialmente as relações que ela intermedia, de maneira mais contundente, no mundo capitalista (ZARANKIN; SENATORE, 2007).

Por dedicar-se ao estudo da materialidade da cultura, o papel da arqueologia é a reconstrução ou construção textual da sociedade ou da cultura. Busca dar relevância em detectar o papel da agência social sobre o material, abordando a natureza e importância da diferença na distribuição de poder.

Por outro lado, a agência dos objetos sobre os humanos também tem sido ressaltada, como peças ativas na vida cotidiana. Autores como Latour e Ingold, têm influenciado novas abordagens sobre a materialidade, e que já têm resvalado nos estudos da materialidade na arqueologia. Para Latour, conforme apresentado por Vale (2005), o material não é inerte. Ele está sujeito a ações humanas e a ações não humanas e “os objetos e os humanos (ação humana), não podem ser estudados como dois domínios distintos que após a análise individual das entidades são colocados em relação” (VALE, 2015, p. 44).

Sob uma abordagem ecológica, Ingold destaca que coisas integram o sol e as estrelas, o ar, a neve ou a chuva, além é claro, daquilo que já temos mencionados como a paisagem ou os produtos da ação humana. Este enfoque estabelece-se na fronteira entre as “especulações teóricas sobre o que a vida humana pode ser, e a observação empírica sobre o que a vida humana é, em um certo lugar e tempo” (INGOLD, 2012, p. 3). Este trabalho busca pensar o desastre radiológico que ocorreu no ano de 1987, em Goiânia, através do aporte da materialidade, buscando pontuar como as coisas atuam no tempo/espaço, em consequência ou a despeito das intenções humanas.

Assim, a nossa proposta é pensar o passado recente e a materialidade em sua trajetória até o presente fixado neste momento, 32 anos depois do evento, ou na continuidade do tempo.

Breve histórico do acidente

Este evento não pode ser pensado como um acontecimento estanque; este como qualquer outro, deve ser compreendido na continuidade do tempo. Causas socioeconômicas poderiam ser buscadas além daquelas que são fixadas pelo abandono do aparelho radiológico pelo Instituto Goiano de Radioterapia em 1985 e pela ação movida pelo desconhecimento e pelo trabalho rotineiro dos catadores de ferro velho. Na sequência

dos acontecimentos, o desmonte da máquina para a venda envolveu três estabelecimentos de Ferros Velhos e uma família em especial, a família de Devair Alves Ferreira, sua esposa, seus irmãos, a sobrinha e tantos outros parentes e vizinhos. A cápsula começa a ser aberta em 13 de setembro de 1987, sendo que só no dia 30 do mesmo mês, a vigilância sanitária toma ciência do problema e começa a descontaminação.

Devair Alves Ferreira, proprietário do ferro velho da Rua 26-A, comprou a cápsula de chumbo e a desmontou a marretadas. O sal dentro da cápsula tinha a propriedade de emitir uma luz azul brilhante que encantou Devair. Sua admiração foi tanta que ele distribuiu pequenas quantidades do pó para as pessoas. Foi assim que o Césio chegou até a casa de Ivo Alves Ferreira, pai de Leide das Neves. A menina de seis anos ingeriu partículas impregnadas em suas mãos durante o jantar; ela e Maria Gabriela, esposa de Devair foram as primeiras vítimas. Apesar dos males provocados pela exposição ao Césio 137, ele viveu até 1994 carregando a angústia por participar da história que afetou muitos de seus familiares (G1, 11/09/2012).²

Um quadro crítico das situações que foram formadas após o acidente, foi exposto pela socióloga Telma Camargo da Silva (1998) que relata a formulação de uma memória oficial constituída pelas narrativas das vítimas através das quais é mapeada a dispersão do elemento radioativo. Segundo a autora, a elaboração de uma narrativa oficial torna-se a base para definir os grupos que deveriam receber o tratamento por categorias de gravidade. Foram estabelecidos quatro grupos que categorizou da maior para a menor contaminação, onde são citados os locais por onde o pó azul transitou:

1. Casa do Roberto – Rua 57
2. Casa do Ovídio – Rua 63
3. Ferro Velho I – Devair – Rua 26-A e Rua 15
4. Ferro Velho II – Ivo – Rua 6
5. Ferro Velho III – Joaquim – Rua P. 19
6. Ernesto Fabiano – Rua 17
7. Vigilância Sanitária – Rua 16-A - St. Aeroporto (Fundação Leide das Neves Ferreira).

Estes locais sofreram descontaminação por meio da supressão de todas as coisas, objetos mobiliários, telhados, casas, ruas, vegetação e solo até a profundidade de 70 cm. Criou-se um fosso na paisagem urbana, sendo remodelada para um vazio no local por onde o Césio 137 passou. Todo esse rejeito foi colocado em tambores e armazenado em um

² G1 GO, matéria de Vanessa Martins, 14/09/2017. Disponível em: <https://glo.bo/2Tfulsi>. Acesso em: 05 jul. 2019.

depósito construído no município Abadia de Goiás, localizado na Região Metropolitana de Goiânia.³

Os procedimentos de descontaminação também envolveram as pessoas, aquelas que tiveram contato direto com o pó. No entanto, quatro vítimas faleceram antes da eliminação do Césio 137 de seus corpos; as duas primeiras foram Leide das Neves e Maria Gabriela. A inumação dos corpos foi realizada no cemitério municipal de Goiânia com todo um aparato que envolveu caixões de chumbo e grossas camadas de concreto.

Passados mais de 30 anos do desastre, os lotes ainda estão desocupados, sem valor imobiliário e pelo estigma que carregam. Como testemunho do acidente existe, além dos espaços vazios, as montanhas de rejeitos dos dois depósitos subterrâneos localizados em Abadia de Goiás, o Museu do Césio e os quatro túmulos das primeiras vítimas no cemitério Parque de Goiânia.

Implantado na encosta do Morro do Além, o cemitério Parque é um cemitério municipal situado no St. Gentil Meireles – Goiânia/GO. As condições atuais do cemitério têm sido motivo de constantes denúncias de descaso e vandalismo, pois processos erosivos do terreno expõem os restos esqueléticos dos mortos, que são remexidos por vândalos em busca de objetos de valor.

Figura 1 – Túmulos das vítimas do Césio 137 no Cemitério Parque, Goiânia/GO



Fonte: foto de Samuel Vaz.

³ Disponível em: <https://bit.ly/37ZOw74>, acessado em 01 jul. 2019.

A entrada do cemitério fica na baixa declividade do morro que se eleva a medida que a área do cemitério avança para o interior. Os quatro túmulos das vítimas do Césio 137 encontram-se próximos ao muro, de maneira que passando pela rua é possível ver as três palmeiras que foram plantadas ao lado deles. Segundo consta, estas foram plantadas para certificar a ausência de radiação na área, pois elas sentiriam seus efeitos. No dia em que os corpos de Leide e Maria Gabriela chegaram no cemitério municipal houve protesto da população residente no entorno que queriam impedir que os corpos fossem sepultados ali.

Os túmulos abrigam caixões revestidos de chumbo que impedem que a radiação atravesse. A cova aberta tinha o dobro do tamanho necessário para a colocação dos caixões e foi preenchida por concreto e revestida por mármore. O peso dos caixões era de 700 e 500 kg, tendo sido necessário descê-los com a ajuda de um guindaste.

Conhecido e desconhecido a partir dos túmulos

Como esta reflexão busca alinhar-se ao estudo da materialidade, tratado em seu sentido fenomenológico, para a compreensão de como percebemos os ambientes que nos cercam, deve-se mencionar que a percepção que as pessoas formam de um evento é constituída por conhecimentos anteriores e por aqueles que vão sendo adquiridos no desenrolar dos fatos, estando condicionados a fatores históricos e imersos ao ambiente sociopolítico que lhe é próprio.

De maneira que, a falta de informação, o desconhecimento sobre a forma de contaminação, sobre os efeitos da radiação no corpo levaram a uma situação de tensão e medo que se manifestou no dia em que os corpos de Leide das Neves e Maria Gabriela foram conduzidos para o Cemitério Municipal de Goiânia. A população protestou violentamente tentando impedir o enterro das vítimas.

Esta reação foi provocada pela falta de clareza dos acontecimentos, fazendo com que a população elaborasse sua própria compreensão a partir das poucas informações veiculadas, ou ainda, das falsas explicações. Aos motoristas que dirigiram os caminhões que carregaram os rejeitos para o depósito em Abadia, foi dito que tratava-se de um vazamento de gás; talvez daí a noção de que a coisa se propagava pelo ar. O imaginário das pessoas estava sendo alimentado pela desinformação provocando uma situação de temor e desespero, mas também, de auto defesa.

A população atirava pedras, como em um cenário do século XIX. Esta comparação com tragédias históricas pode nos ajudar a compreender os sentimentos e reações humanas. Sobre a percepção e o medo do contágio das epidemias de cólera, Diniz resume o sentimento social:

Teme-se a aproximação do outro, que pode significar a morte. Quebram-se os rituais tradicionais de enterro dos mortos, evitam-se os doentes e mesmo os aparentemente sãos. Perdem-se as referências morais: já não se respeitam as leis humanas, nem as divinas (DINIZ, 2001, p. 121).

Em Goiânia, os corpos das vítimas foram repudiados pela população tomada pelo sentimento de temor provocado pela desinformação, apesar de o protesto popular não ter impedido a inumação dos corpos. Uma outra argumentação pode ser elaborada na medida em que pensamos a relação das pessoas com o mundo. A ciência moderna, e a formação do capitalismo que lhe foi conseqüente, separam seres humanos, seres não humanos e coisas, elaborando nossa compreensão de mundo como se pudéssemos compartimentar cada um deles. No entanto, pessoas estão inseridas em um sistema que estabelece relações umas com as outras e com o mundo do qual faz parte, e estas sob uma perspectiva ecológica devem se sustentar.

Sob a perspectiva das “coisas”, conforme apresentado por Ingold (2011, apud VALE, 2015), os materiais são entendidos como parte de um mundo em constante transformação. O caixão de chumbo talvez preserve o corpo da menina; o elemento Césio terá seu efeito radioativo reduzido no decorrer do tempo. Cada coisa tem sua história, e decorrido um tempo muito longo, é possível que a memória se perca, mas, mesmo assim, elas poderão contar uma nova história. O que estamos querendo dizer é que o sentido que damos às coisas é transitório, ou seja, está relacionado ao tempo e à cultura, mas as coisas carregam histórias particulares, as quais podem ou não incluir seres humanos.

História dos humanos e história das coisas

Cemitérios são locais de memória, locais onde os vivos visitam e revivem lembranças dos entes que já se foram. Mas, além do sentido memorial, os cemitérios têm função higiênica, abrigam corpos em decomposição por bactérias e exalam odores desagradáveis. No século XIX, quando a medicina não tinha alcançado seu avanço, estes odores eram conhecidos como miasmas. Segundo Diniz (1996, p. 134), “miasma era toda emanção nociva, que, corrompendo o ar, atacava o corpo humano”. Não havia nesse período o conhecimento dos microorganismos transmissores de doenças e não se compreendiam as formas de contágio das doenças, por isso se atribuía à qualidade do ar a transmissão da cólera, por exemplo. Decorre daí, a formação de cemitérios em áreas externa a cidades, onde os corpos poderiam ser enterrados e passar pelo processo de decomposição sem que seus odores alcançassem a população das cidades. Antes da formação dos cemitérios, os mortos eram enterrados dentro das igrejas ou em criptas subterrâneas onde os caixões

eram empilhados.

Caixões de chumbo, já foram utilizados pela aristocracia inglesa para a vedação hermética e isolamento do corpo, desde o século XVI. Também foram usados por famílias abastadas, a fim de evitar o roubo do corpo do defunto, nos séculos XVIII e XIX na Inglaterra, quando cemitérios eram violados na busca por corpos recém enterrados para serem vendidos às faculdades de Medicina. Como o número de estudantes aumentava, sistematicamente, e não havia meios para conservação dos corpos, a demanda era crescente. Sendo a violação de túmulos proibida, a prática era realizada de forma clandestina.⁴

Existem relatos de conservação de corpos dentro de caixões de chumbo. Um deles foi descoberto em 2016 nos Estados Unidos, quando operários trabalhavam na reforma de uma casa. A casa teria sido construída na área de um cemitério desativado e que teve os restos esqueléticos retirados para a liberação do lugar para urbanização. No entanto, o caixão de chumbo de uma menina de três anos foi deixado para trás. Ao ser encontrado, o corpo estava intacto e podia ser observado pelo visor de vidro na tampa do caixão. Um grande esforço foi realizado por pesquisadores voluntários para saber quem foi a menina. A partir de estudos de mapas do antigo cemitério e de teste de DNA, descobriu-se um parente vivo e que ela teria vivido há 145 anos atrás.⁵

Os casos aqui apresentados parecem não ter conexão entre eles. No entanto, foram trazidos para ilustrar a relação entre a história dos humanos integrada à história das coisas. Na construção humana de ideias e coisas sobre a morte, existem regras, objetos e espaços elaborados e aperfeiçoados para que o corpo possa passar pelo processo natural de decomposição ou ainda pela desintegração por cremação. O entrelaçamento das coisas com o ar, a terra e a água levam o corpo a mudanças constantes. Trazendo uma abordagem ecológica, Ingold (2012, p. 32) considera que “é através de sua imersão nessas circulações, portanto, que as coisas são trazidas à vida”. E é pela falta destes que o corpo se conserva.

Achados “arqueológicos” mostraram que caixões de chumbo hermeticamente fechados, por ser um metal de alta densidade, resguarda o corpo orgânico da decomposição, impedindo a ação do ar e de microrganismos. Mas a abertura desse invólucro deflagra uma sucessão de efeitos de deterioração. Nesse sentido, tomando pessoas e coisas como substâncias, como material, compreendemos seu processo de

⁴ AH Aventuras na História, notícia publicada em 06/08/2018. Apresenta como referência bibliográfica a obra *Death, Dissection and the Destitute: The Politics of the Corpse in Pre-Victorian Britain*, Ruth Richardson, W&N, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2tWffm6>. Acesso em: 02 jul. 2019.

⁵ BBC BRASIL, notícia publicada em 08 de junho de 2016; Disponível em: <https://bbc.in/30n1Gsb>, acessado em 05 jul. 2019

transformação. O Chumbo foi também utilizado nos caixões, por ser matéria densa eficiente para bloquear a radiação.⁶

O Césio-137 mostra-se um bom exemplo para pensar a morte, não como fim, mas como continuidade ou circulação. O elemento radioativo prolonga aqui a existência do desastre sob inúmeros aspectos, mas especialmente por sua meia vida, ou seja, o tempo necessário para que sua atividade radiativa caia pela metade.⁷ Como a meia vida do Césio-137 é de 30 anos, calcula-se que decorridos 30 anos, a quantidade de pó que havia na cápsula passou de 19 g para 9,5 g. Daqui mais 30 anos essa quantidade passará a ser 4,75. Nessa proporção, após 150 anos seu peso será de 0,59375 g, e depois de 300 anos não será mais nocivo ao ser humano, mas a meia vida continuará caindo e assim até o infinito.

Qual a história que os túmulos funerários podem contar?

Se o objetivo deste trabalho é pensar os túmulos das vítimas do acidente do Césio 137, precisamos retornar a eles. Para dizer algo sobre esta tragédia, decorridos mais de 30 anos, buscamos relatar os movimentos, as transformações das coisas, as intensões humanas, sem buscar responsáveis ou vítimas, mas refletindo ações como processo da vida.

Sob o aporte da cultura material, apoiamos a abordagem dos objetos como portadores de agência. Mas, no cemitério municipal qual a motivação ou a coisa que na sua constituição própria faz recordar o desastre do Césio 137? O túmulo, o corpo da menina, a pequena dose que seu corpo carrega do césio 137? Certamente diremos que são os túmulos, pois eles são “monumentos”, tal com diria Le Goff, “tudo aquilo que pode evocar o passado, evocar a recordação, por exemplo, os atos escritos” (LE GOFF, 1996, p. 535).

O caixão de chumbo, os corpos e o Césio 137 não estão visíveis, e, por isso, são mais fáceis de serem esquecidos. Ao longo do tempo, as lembranças se esvaem, as gerações se alternam, o significado das coisas muda. Em outras palavras, os sentidos que os monumentos tomam estão ligados à temporalidade, e podemos dizer que as coisas em si não têm sentido, pois estes são construídos pela linguagem.

Os túmulos encontram-se instalados no cemitério Parque de Goiânia, sujeitos a circunstâncias de abandono e depredação. Mantêm-se em suas construções sólidas de concreto e revestimento de mármore, sendo as únicas estruturas que recordam o evento, em oposição às áreas vazias que demarcam o espaço urbano na paisagem. A presença

⁶ O chumbo é usado também como escudo de aparelhos de raio x.

⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2FJNtvX>. Acesso em 03 jul. 2019.

deles no cemitério leva a recordações, sejam elas afetivas ou não.

Mas para pensar os túmulos como coisas, não podemos isolá-los como objetos inseridos no espaço. Temos que compreendê-los na conexão com o mundo, em constante processo, o que nos permite pensar que estes materiais que estão constituindo os monumentos tumulares interagem uns com os outros e com o lugar em que estão. Por mais resistentes e duradouros que sejam estes materiais de chumbo, concreto, mármore, eles estão em transformação, inclusive a pequena quantidade de pó de Césio presentes nos corpos.

Nessa interação também estão os humanos, que são organismos ou organismos/pessoas, agente criativo e intencional que coexistem nesse meio. Os humanos têm atuado intensa e continuamente no ambiente, e desde os primórdios têm criado condições favoráveis para aqueles que irão sucedê-lo.

Seres humanos são tão aprisionados neste processo quanto os organismos humanos. Crianças, assim como os jovens de muitas outras espécies, crescem em ambientes providos pelas gerações anteriores, e assim como fazem, carregam as formas de seus modos de vida em seus corpos – nas habilidades específicas, sensibilidades e disposições. (INGOLD, 2003, p. 20, apud SILVA, 2011, p. 370).

Visto por esse ângulo, ao pensar o Césio 137 e sua propriedade radioativa, concordamos com Pollard (apud INGOLD 2012), ao dizer que são coisas que dificilmente podem ser capturadas ou contidas. Ou podemos identificar aí uma atuação não humana que esconde um recado dentro de uma cápsula do tempo para que possamos repensar o mundo não como ocupado, mas habitado por nós humanos e por uma infinidade de coisas às quais estamos também conectados.

Referências

DINIZ, Ariovaldo da Silva. A iconografia do medo (Imagem, imaginário e memória da cólera no século XIX). In: KOURY, M. G. P. (Org.) *Imagem e memória: ensaios em Antropologia Visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 113-147.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. *Pro-Posições*. v. 16. n. 1(46), jan/abr. Campinas: Unicamp, p. 135-144, 2005.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, ano 18, n. 37, jan/jun, p. 25-55, Porto Alegre: UFRGS, 2012.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

LIMA, Tânia de Andrade. *Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais*.

Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 6, n. 1, p. 11-23, Belém: Cienc. Hum, 2011, p. 11-23.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115. São Paulo: FFLCH/USP, p. 103-107, 1983.

RIBEIRO, Marily Simões. *Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica*. São Paulo: Alameda, 2007.

SILVA, Regina Coeli Machado e. A teoria da pessoa de Tim Ingold: mudança ou continuidade nas representações ocidentais e nos conceitos antropológicos? *Horizontes Antropológicos*, ano 17, n. 35, jan/jun, p. 357-389, Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SILVA, Telma Camargo da. Política da Memória: Reconstituindo as lembranças no caso do desastre Radiológico de Goiânia. In: Memória. *Anais do I Seminário e II da Semana de Antropologia da UCG*. Goiânia: Ed. UCG, 1998.

TRIGGER, B.G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

VALE, A. A arqueologia e as coisas: a disciplina e as correntes pós-humanistas. *Al-Madan*, IIª série 20 (Tomo 1) julho. Almada: Centro de Arqueologia Almada, 2015.

ZARAKIN, Andrés; SANATORE, María Ximena. *Historias de um passado en blanco: arqueologia histórica antártica*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2007.

O CEMITÉRIO SÃO MIGUEL NA CIDADE DE GOIÁS: VISUALIZAÇÃO DE UMA PAISAGEM ESQUECIDA

Juliana Luiz Carioca Fonseca¹

A cidade de Goiás foi fundada em 1727 com o nome de “Arraial de Sant’Anna”, e no ano de 1750 foi denominado pelos colonizadores “Vila Boa de Goiás”, tendo em vista que nesse período e até 1751, a exploração do ouro teve seu ápice e entrou em decadência a partir de 1770. A cidade de Goiás foi capital do Estado por 200 anos, mas com a construção de Goiânia em 1933, foi feita a transferência no ano de 1937.

A paisagem cemiterial, muitas vezes, acaba se tornando esquecida, pelo fato do próprio lugar ser um local de esquecimento e abandono, sendo que, na maioria das vezes, as pessoas só vão ao local para sepultar um ente querido ou para visitação no dia de finados. A paisagem não   apenas o que   observável a olho nu. Ela   também composta por uma série de características, as quais devem ser detalhadamente vistas, para se ter o conhecimento dos fenômenos e processos menos visíveis que são importantes para sua interpreta o. E a arte funerária   muito importante no cemitério, pois a mesma   que d  o diferencial na visualiza o do cemitério.

A presente pesquisa propõe, então, apresentar parte da história da cria o dos cemitérios em Goiás e falar sobre a paisagem, abordando principalmente sobre as esculturas encontradas na mesma. Mais especificamente do cemitério *São Miguel* da Cidade de Goiás, que foi inaugurado em 1858, por conta da proibi o dos enterramentos em volta das igrejas. Por esse motivo, foi assinado um decreto para a constru o do mesmo no dia 20 de junho de 1846, e a partir do momento em que recebesse a ben o, quem fosse pego fazendo esses enterramentos fora seria multado no valor de dez mil réis.

A solenidade de inaugura o do Cemitério São Miguel foi realizada no dia 13 de agosto de 1858, com a presença de autoridades e grande número de pessoas. Sua administra o foi entregue aos cuidados de um hospital de caridade, vinculado   igreja, conforme o Relatório do Governo da Província de Goyaz, de 1856-1859. (BORGES, 2005, Folheto Cemitério São Miguel).²

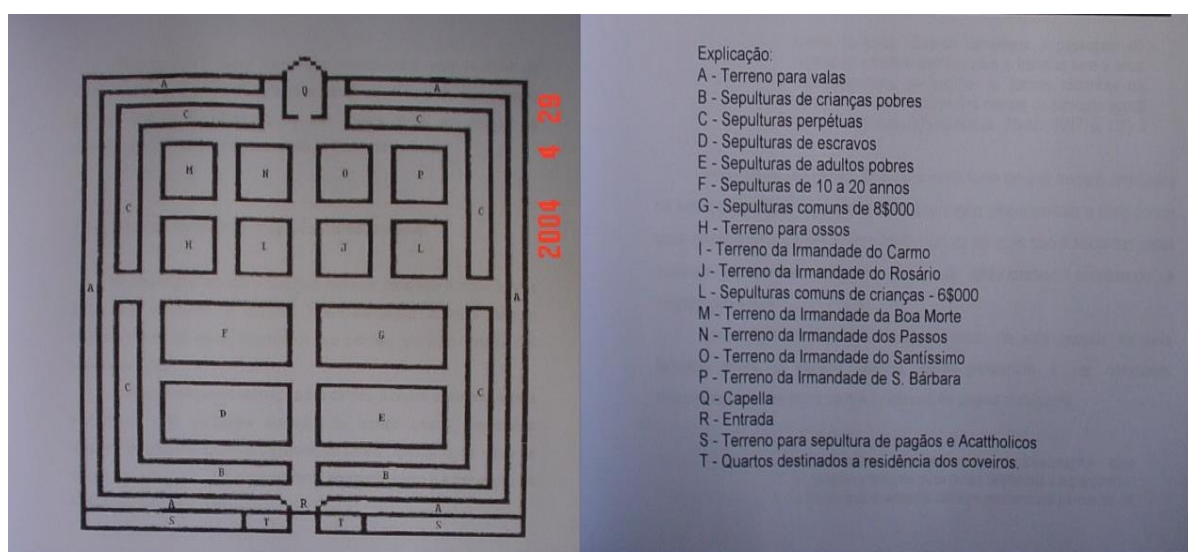
Na época da funda o do cemitério *São Miguel* havia uma grande separa o de classes sociais. Por isso, o mesmo foi dividido em quadras, as quais se forem bem

¹ Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás/GO. Bolsista CNPq. Projeto: Os cemitérios de Goiás: cria o, justificativas e normas (séculos XIX e XX). Anápolis/GO.

² Folheto Cidade de Goiás - Cemitério São Miguel. Coordena o Geral: Maria El zia Borges. Realiza o: Universidade Federal de Goiás. Promo o: Prefeitura Cidade de Goiás – Gestão: 2005/08. Edi o: 2005.

observadas, pode-se perceber que há lugares próprios para cada pessoa enterrada, como adultos ricos, adultos pobres, crianças ricas e pobres, escravos e irmandades. E algumas quadras são utilizadas para outras funções como terreno para valas, terreno para ossos, entre outros. No centro do mesmo há uma capela que pode ser usada como local de despedida ou para fazer missas. Existia também um cemitério separado para enterramentos de pessoas, como ladrões, bandidos, suicidas, os que eram condenados à forca e para os ateus. Diz-se que esse espaço era localizado próximo à região que hoje é conhecida como rua da manchorra.

Figura 1 – Planta do Cemitério São Miguel



Fonte: Museu das Bandeiras.

Com a construção do cemitério, foi implantada uma série de esculturas nos túmulos que representam uma beleza artística e simplicidade, onde foram usados tanto o mármore quanto a pedra sabão, sendo bastante presente a madeira e a cerâmica, tendo grande presença do artesanato popular para a fabricação. Observando hoje em dia, podemos encontrar também esculturas de bronze, e vários modelos diferentes de jazigo. Um dos mais frequentes é o de base quadrangular, e na maioria deles são encontradas esculturas sacras, como santos e anjos e há também as profanas como bustos.

O modelo de jazigo mais frequente é a campa com base quadrangular. Na cabeceira dos túmulos, encontram-se esculturas sacras, como santos e anjos, e profanas como os bustos. São marcantes, ainda, o artesanato popular, presente nos trabalhos de pedra-sabão, madeira e cerâmica, e os gradis de ferro que cercam algumas carneiras valorizados pelos ornamentos florais. (BORGES, 2005. Folheto Cemitério São Miguel).

O período de estudo inclui partes dos séculos XIX e XX, e os objetivos da pesquisa visam compreender o motivo das imagens nos túmulos, e o possível significado de algumas delas. A metodologia será fundamentada pelo uso de documentos, leitura de livros a respeito do tema, e pesquisas sobre o mesmo, assim também, debates e ideias sobre o assunto.

No ano de 1925, o cemitério passou a ser administrado pela prefeitura, na gestão do interventor municipal Dr. Agenor de Castro, pois até esse ano era administrado pelo hospital de caridade São Pedro de Alcântara. E, antes de se tornar um bem público, em 1913 foi decretada a sua ampliação por motivo do aumento cada vez maior da necessidade de terrenos para enterramentos e para compras. Foi então decidido que esse alongamento fosse feito para o terreno do lado direito, que fica entre o cemitério e a Igreja Santa Bárbara.

No início do século XX, o cemitério era o local mais visitado de uma cidade. Ele oferecia a toda a comunidade a oportunidade de contato com um tipo de obra vinculada a um ideário estético determinado, e este servia de modelo e de orientação para a formação do gosto estético da população. (BORGES, 2002, p. 7).

No cemitério há vários tipos diferentes de esculturas encontradas nos túmulos, tendo assim significados variados. Encontram-se santos, anjos, imagens sacras, a cruz (uma das principais); isso depende muito da religião da pessoa e do modo que a pessoa faleceu. E, muitas das vezes, quer mostrar os sentimentos da família em relação a perda do seu ente querido.

Figura 2 – Visão parcial do Cemitério São Miguel



Fonte: foto de Juliana Fonseca, 2018.

Segundo Maria Elizia Borges (2005):

Restam alguns túmulos ornados com características peculiares da região, como a utilização da técnica dos riscadores de mármore, uma artesanaria relevante pelo emprego de símbolos cristãos como a representação do cálice, do Sagrado Coração, da cruz, da coroa de cinza-claro com veios escuros e manchas roscas é conhecida como “mármore de Sete Lagoas”, e era encontrada em algumas regiões do estado de Goiás e do Triângulo Mineiro. Os jazigos mais antigos, que estão em ruínas são de barro piloado e tijolões de adobe seguindo os mesmos processos de construção das igrejas da região. (Folheto Cemitério São Miguel, 2005).

Conforme Borges (2002), em 1980 a arte funerária adquiriu uma representação realista, não deixando de criar uma realidade lírica explorando o retratismo individual ou familiar. E ainda no período da *belle époque*, a arte funerária sofre alterações por conta do aparecimento do *art nouveau*, que trouxe nova forma de visualização para a arte plástica cemiterial.

O cemitério, em si, propicia uma construção esteticamente idealizada dos modos neoclássico, neogótico, *art nouveau* e *art déco* que foram os estilos que serviram para modelar e orientar os gostos estéticos da população, e assim avançar os limites, fundidos pelos artesãos popularizando-se de forma democrática e não havendo conflitos entre si.

Os cemitérios propiciam o acesso a uma modalidade de construção veiculadora de um determinado ideário estético. Desse modo, o neoclássico, o neogótico, o *art nouveau* e o *art déco* foram estilos artísticos que serviram de modelo e de orientação para a formação do gosto estético da população. Esses repertórios artísticos avançaram os limites uns dos outros, fundiram-se pela ação dos artesãos e se popularizaram de forma democrática e sem conflito. Ao mesmo tempo, eles estão impregnados de símbolos que expressam valores religiosos e socioculturais de fácil assimilação. (BORGES, 2002, p. 11).

Conforme se amplia a leitura dessas esculturas cemiteriais, inserindo-se na criatividade e imaginário coletivo, mais aumenta o discurso da historiografia brasileira, exatamente pelo modo inúmero de interpretações que há para uma só imagem, e, por isso, estuda-se a possível leitura das mesmas para que haja uma melhor e mais simples forma de interpretação e entendimento.

«Traduzir» as Imagens em termos concretos, é uma operação destituída de sentido: as Imagens englobam, sem dúvida, todas as alusões ao «concreto» trazidas à luz por Freud, mas o real que elas procuram significar não se deixa esgotar por tais referências ao «concreto». A «origem» das Imagens é igualmente um problema sem objeto: como se se contestasse a «verdade» matemática sob pretexto de a «descoberta histórica» da geometria ter saído dos trabalhos iniciados pelos egípcios para a canalização do Delta. (Eliade, 1979, p. 15, grifo nosso).

Assim, uma das imagens mais famosas encontradas no cemitério é: “A menina do

Caco”. A estatueta representa a história de uma menina que ao quebrar uma xícara de porcelana foi castigada, para que as outras crianças se dessem ao exemplo e não fizessem algo parecido. E isso teve um final trágico, pois o colar de cacos que a criança usava acabou cortando seu pescoço, levando a mesma a falecer. Esta história é encontrada em um dos contos de Cora Coralina, presente no livro *Poemas dos Becos de Goiás e estórias mais* (1988), o qual tem o título “O prato azul pombinho” e a partir dessas informações foram cruzadas as informações a respeito das histórias.

Aí ponderou minha bisavó umas atenuantes a meu favor.
E o castigo foi comutado
para outro, bem lembrado, que melhor servisse a todos
de escarmento e de lição:
trazer no pescoço por tempo indeterminado,
amarrado de um cordão,
um caco do prato quebrado. (CORALINA, 1988).

Figura 3 – Menina do Caco



Fonte: Arquivo Muban, Museu das Bandeiras.

A relação entre imagem e memória nos possibilita passear nos campos fragmentados dos significados e significantes. O imaginário social dá condições para pensar fatos, como a mudança de lugar da estátua dentro do cemitério e o que isso pôde implicar na significação dada ao objeto a partir das histórias contadas por moradores da cidade. Através do capítulo primeiro, chegamos ao confronto entre memória e história, mostrando através das narrativas, a importância da fragmentação dos dados, e da singularidade que permite o indivíduo a colocar sua própria impressão no momento da narração. (VAZ, 2014, p. 13).

A estatueta nos dias de hoje não se encontra em seu túmulo original, pois há duas histórias às quais justificam o motivo. Uma delas é a ampliação do cemitério, e a outra diz que a estátua foi roubada por um membro de uma família importante de Goiás, o qual levou a mesma para o Rio de Janeiro. Mas, as pessoas que tomavam conta do cemitério, na época, conseguiram avisar a Polícia que recuperou a mesma. Desde então, ela foi colocada em um túmulo que não é o seu local original.

Sendo assim, para que haja uma interpretação da imagem não basta somente olhá-la de uma forma crítica, mas também verificar sua história. Por exemplo, sua origem, o motivo dela ter sido colocada ali, de modo que alguém dê uma interpretação de acordo com sua real representação. As imagens precisam de uma destituição de sentido, mas o que elas deixam de significar não se deixa esgotar pelas referências ao concreto. A origem dessas imagens é geralmente um problema sem objeto.

Conforme (CARDOSO, 2005) há uma grande variedade de discursos sobre a arte e as teorias desprovidas de métodos ou grades de leitura aplicáveis às mesmas. Com isso encontram-se teorias não prescritivas que não indicam critérios formais, e permitem designar um objeto como obra de arte autêntica. Nisso, podem ser visualizadas também as teorias prescritivas, que contenham em seu interior uma definição de critérios que permitam caracterizar alguns objetos, como obra de arte autênticas.

No Cemitério *São Miguel*, há também os jazigos perpétuos, nos quais são eternizados as pessoas que neles estão enterradas. Na maioria das vezes, são comprados por pessoas com maior condição financeira. Mas, os de classe social mais baixa, muitas vezes compravam esses terrenos perpétuos parcelados para que fossem eternizados em seu local de descanso.

Referências

ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n.14, p. 205-230, 1994.

BORGES, Maria Elizia. Arte Funerária no Brasil: Contribuições para a historiografia da arte brasileira. *XX Colóquio Brasileiro de História da Arte CBHA*. Goiânia, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/35zGkc8>. Acesso em: 09 set 2018.

BORGES, Maria Elizia. Imagens da Morte: Monumentos Funerários e análise dos historiadores da arte. *XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH*. São Paulo, julho de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2QHgmPR>. Acesso em: 27 fev. 2019.

BORGES, Maria Elizia, *Folheto Cemitério São Miguel*, Cidade de Goiás, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: pensando sobre*

a arte figurativa, lendo a obra de arte. Bauru – SP: Edusc, 2005, p. 231-253.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. *Do material ao imaterial: Patrimônios Culturais do Brasil*. Disponível em: <https://bit.ly/30apWxO>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CORALLI, Bruna. O silêncio coletivo: a morte na atualidade e o desconforto causado por ela. In: *O portal dos psicólogos*. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0656.pdf>

CHUVA, Marcia. História e Patrimônio. Editora: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: *Revista do Patrimônio* ed. 34/2012. Disponível em: <https://bit.ly/2QHcYEq>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CORALINA, Cora. O prato Azul Pombinho. In: *Poemas dos becos de Cora e estórias mais*. Disponível em: <https://bit.ly/2Nd67R6>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos*. Ed. Arcadia, 1979, Campo de Santa Clara.

GONÇALVES, Ferraz. Conceitos e critérios de morte. In: *Revista Nascer e crescer do Hospital de crianças Maria Pia*. Disponível em: <https://bit.ly/2Fzf6rD>. Acesso em: 27 fev. 2019.

JÚNIOR, F.; SANTOS, L.; MOURA, P.; MELO, B.; MONTEIRO, C. SCHIMITH, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade Medieval*. São Paulo: SCHWARCZ Ltda., 1999.

SILVA, Deuzair José da. Lembrança da morte na cidade Goiás: O cemitério São Miguel. *XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões*, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2R3FX4b>. Acesso em: 25 nov. 2018.

VAZ, Samuel Campos. *A “menina do caco”: Imagem, imaginário e religiosidade no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás*. Goiás: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião - Mestrado em Ciência da Religião). Disponível em: <https://bit.ly/35G8mmj>. Acesso em: 27 fev. 2019.

VAZ, Samuel Campos. Imagem e história no cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. In: *Revista Habitus*.; Goiânia, v. 10, n. 2, p. 319 - 325, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2QEXBME>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

Fontes documentais

Documentos do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás.

Documentos da Fundação Frei Simão Dorvi (Caixa: Fundo H.S.P.A In. Série Adm. (Cemitério). Ano: 1852 a 1899 e 1900 a 1965.

Documentos MUBAN (Ibran) (Documentos sobre a fundação do Cemitério *São Miguel* da Cidade de Goiás).

“LEMBRE DE MIM”: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE O DIA DE FINADOS NO CEMITÉRIO DO VARADOURO EM JOÃO PESSOA/PB

Weverson Bezerra Silva¹

Introdução

A Antropologia das Emoções tem demonstrado uma preocupação em compreender o papel das emoções no processo de significação e atribuição de sentido nas relações sociais (LUTZ; WHITE, 1986). Essas relações, mesmo que com aparência de uma natureza individual ou de caráter coletivo, são compreendidas mediante uma complexa gama de mecanismos e sentidos compartilhados entre aqueles envolvidos no processo de interação. Deste modo, esse trabalho destaca a morte e o morrer como objeto para um debate a partir de uma Antropologia das Emoções, considerando as suas formas simbólicas, ritualísticas e subjetivas, na tentativa de avançar entre os significados atribuídos à experiência social e que são, por sua vez, mediados pelas emoções.

Mauss (2003) ajuda a pensar a morte como um *fato social total*, no qual relata os sentimentos de tristeza, dor e perda que consistem em experiências usualmente associadas à morte. O autor ainda anuncia sua percepção sobre as emoções como uma espécie de “cultura emotiva” com a qual os indivíduos aprendem significados acerca das noções constituintes da sociedade e significantes para a sociabilidade, visto que são inteligíveis mesmo para aquele que ainda não tenha vivenciado a situação específica (KOURY, 2010).

Com isso, parte-se do entendimento que a construção social da morte é resultado de um longo processo histórico que tem relações particulares com diferentes sistemas sociais e econômicos, igualmente com uma diversidade de costumes e subjetividades no processo de morrer. Assim, este trabalho tem o intuito de discutir a morte enquanto uma categoria antropológica e sociológica, considerando-a, para além da sua possibilidade de ser vivida “naturalmente”, como um evento que faz parte do ciclo da vida, nas experiências das pessoas, e também como um fenômeno propriamente social, considerado desde os sentidos e influências do mesmo no conjunto da vida coletiva.

Esse trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que analisou as representações da morte e do morrer no Dia dos Mortos, conhecido como Dia de Finados, comemorado no dia 02 de novembro. A pesquisa se desenvolveu no cemitério Senhor da Boa Sentença, no bairro do Varadouro, localizado na cidade de João Pessoa, no estado da

¹ Bacharel, Licenciado em Ciências Sociais, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), ambos pela Universidade Federal da Paraíba e integrante do GRUPESSC, Grupo de Pesquisa Saúde, Sociedade e Cultura. João Pessoa/PB.

Paraíba. O objetivo mais geral deste artigo é o de compreender a relação organizacional do cemitério, desnudando a relação entre o Dia dos Mortos e as representações simbólicas do túmulo mais visitado ali. No caso, trata-se do túmulo de Maria de Lourdes, uma menina que foi morta por linchamento e hoje é considerada concessora de milagres para seus devotos.

Uma das hipóteses considera que a dinâmica ritual e religiosa em torno do túmulo da jovem é motivada por uma veneração não à pessoa de Maria de Lourdes em si, mas por um sentimento de culpabilização pelo seu linchamento, considerando a sua beatitude a partir da sua inocência não provada em vida, mas que a reabilita no *post mortem*.

A proposta desse trabalho apresenta reflexões sobre ambientes e instituições com seus espaços votivos individuais e coletivos no cemitério Senhor da Boa Sentença no dia dos mortos e o seu sistema organizacional que é o Dia de Finados. Esses espaços evidenciam a riqueza de detalhes de estudos de crenças e sua relação de memória com todo o seu simbolismo religioso.

Esse trabalho torna-se pertinente por todas as questões da morte tratada como um tabu na experiência social da modernidade (ARIÈS, 1981), fortalecendo o debate sobre a comemoração do dia dos mortos e o espaço do cemitério e o sentido de ser um local estigmatizado. Outro ponto importante para destacar é o fenômeno devocional de peregrinação que aconteceu por volta de 1960; sendo necessário desenvolver neste trabalho uma atualização da construção histórica do fenômeno Maria de Lourdes. Por fim, o artigo visa contribuir para a percepção, de que a devoção à Maria de Lourdes é um patrimônio simbólico e manifestação cultural religiosa da população de João Pessoa – PB.

Pensando metodologicamente, a pesquisa e suas ferramentas foram divididas em quatro etapas. Em uma primeira etapa, o levantamento teórico de textos que trabalham sobre o tema e as notícias do cemitério. A segunda etapa foi realizada por visitas ao cemitério no dia dos mortos e em outras datas para constatar informações pendentes. O trabalho trata de uma pesquisa de abordagem qualitativa com o método etnográfico de natureza exploratório-descritiva (MALINOWSKI, 1922), baseado na fundamentação de conteúdos das representações sociais sobre a cultura do Dia dos Mortos. Foram realizadas entrevistas orais e a produção de um diário de campo, utilizando recursos, como gravador e registros fotográficos. Ao final, quando as fontes já haviam indicado algum nível de satisfação em relação às informações requeridas, foi realizada a análise dos dados mediante a seguinte sequência: i) observação do campo, ii) coletas através de entrevistas orais e anotações do diário de campo. Ambos foram analisadas relacionando com o referencial teórico, e assim foi realizada a sistematização dos dados e a elaboração do

trabalho.

O dia dos mortos com seus símbolos, significados e sua organização social no Cemitério Senhor da Boa Sentença

O Dia de Finados ou dia dos mortos, se trata de um feriado religioso, dedicado a orações e homenagens de diversas formas como entrega de flores, objetos simbólicos e acender velas. Aliás, a palavra “finada” significa exatamente isso: algo que finou, findou, acabou ou morreu.²

Reesink (2010), em diálogo com dados levantados por Schmitt (1999), afirma que;

O dia de Finados, que ocorre em 2 de novembro, teve início no século XI, sendo o dia designado pela Igreja Católica como data em que a Igreja Militante (os vivos católicos) se lembra e se apieda da Igreja Penitente (as almas ainda não completamente salvas), sendo, portanto, uma data comemorativa muito antiga no calendário católico. Esta festa foi instaurada pelo Abade Odilon, de Cluny, França, por volta de 1030 (Schmitt 1999), expandindo-se, em pouco tempo, por todo o mundo católico como celebração de seus mortos (REESINK 2010, p. 155-156).

Nos estudos sobre cemitério, a origem do dia de Finados sempre tem várias vertentes. Estudos relatam ter ocorrido no século X. Porém, antes desse século já existia uma memória aos mortos nos tempos do pré-cristão, isso no século II, quando um grupo do paganismo antigo tinha suas práticas próprias na celebração à memória dos mortos.³

O dia de Finados no Brasil tem toda uma religiosidade e consiste em visitar os túmulos. De acordo com o pensamento de Negrão (2014), é um momento no qual é possível observar a comunhão simbólica entre os mundos visível e invisível. Na celebração do dia de Finados com suas rotinas e práticas na forma de pensar a cultura, é quando as famílias costumam se reunir e se organizar para fazer os preparativos necessários a fim de que os túmulos dos entes queridos já falecidos possam ser preparados, embelezados, limpos para a “festa” (p. 23). De acordo com Negrão, 2014 *apud* Reis, 2009;

O dia 02 de novembro passou a ser o dia especial dedicado à memória dos que faleceram, cabendo aos vivos a iniciativa de renovar, ano após ano, os laços para com aqueles que partiram desta vida. O fato de se ter um dia dedicado aos mortos no calendário católico ratifica a crença na vida eterna e necessidade de orações para com os mortos, na esperança que seus pecados sejam perdoados e, assim, possam estar na presença de Deus (NEGRÃO, 2014, *apud* REIS, 2009).

² Dado disponível no link: <https://bit.ly/36FYVEB>. Dia de Finados: o que significa e por que é celebrado em 2 de novembro? Acesso em: 29 jul. 2019.

³ Dado disponível no link: <https://bbc.in/37Xwum6>. Dia de Finados: como a celebração dos mortos, que nasceu entre os pagãos, foi incorporada pela Igreja. Acesso em: 29 jul. 2019.

Nesse momento será destacado o dia de Finados no Cemitério Senhor da Boa Sentença, chamado com o nome popular de Cemitério do Varadouro. A estrutura que compõe esse ritual está dividida da seguinte forma:

1. O Cemitério do Varadouro
2. Comunidade Religiosa;
3. Mercado dentro e fora do cemitério;
4. Símbolos e representações sociais;
5. Entre classes e suas posições no cemitério.

O cemitério do Varadouro

Figura 1 – Entrada do cemitério e a capela



Fonte: acervo do autor

O Senhor da Boa Sentença é o segundo cemitério de João Pessoa/ PB. Pessoas que trabalham lá relatam que existia outro antes dele, mas ele foi desativado e todos os corpos foram transferidos para o do Varadouro. Hoje, o mesmo já foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphaep). Está em uma área de 56 mil metros quadrados, com 15 quadras e mais de 7 mil túmulos, sendo considerado o maior cemitério público da cidade. Mas existe um problema no esquema das divisões das quadras. Muitos relatam que são 14 quadras porque uma quadra tem dois blocos de covas rasas. Sobre a

divisão dos funcionários, eles são distribuídos das seguinte forma: só tem um Coveiro e um ajudante, três pessoas que trabalham nos serviços gerais, um administrador e outro auxiliar na administração que era dos serviços gerais e foi realocado de cargo. As zeladoras que fazem a limpeza no cemitério fecham contrato diretamente com os familiares e não são funcionárias do cemitério. A figura abaixo mostra o cemitério e suas divisões.

Figura 2 – Imagem do Cemitério do Varadouro



Fonte: Google Mapas.

Comunidade Religiosa

Bispo et al (2012), destaca que o indivíduo busca na religião respostas para os grandes mistérios, e um desses mistérios é o fenômeno social da morte. Esclarece que os princípios religiosos estão presentes na sociedade, e esses princípios interferem diretamente no processo de construção do significado da morte, e nos conflitos sociais sobre o tema.

Com isso, pode-se perceber que o indivíduo procura na religião respostas que proporcionem conforto sobre o significado da morte que não são oferecidos pelos serviços médicos ou funerários. Mas a partir de interpretações, o indivíduo é capaz de modificar os seus comportamentos na sociedade de acordo com o contexto religioso que o mesmo está inserido. O significado da morte, na religião, possibilita um equilíbrio social, e no cemitério esse significado está diretamente relacionado com os grupos religiosos que estão fazendo parte na comemoração do dia dos mortos. Os mesmos estão lidando diretamente com os

que ficaram, com os seus sentimentos e emoções nesse processo de reviver as lembranças e o ritual de liminariedade.

Para debater sobre a relação dos sentimentos destaco o pensamento de Le Breton (2012). Os sentimentos e emoções não são substâncias transferíveis, nem do individual, nem do coletivo. A emoção é uma forma interpretativa, expressa significados e relações de acordo com o público. O contexto diferencia as suas diversidades e assim relaciona uma singularidade de cada pessoa. Negrão (2014) relata que o dia de Finados era recebido ou lembrado com pesar, sentimentos. Durante o dia, mais precisamente no período matutino, é feita a limpeza dos túmulos e são colocadas flores e velas. E a comunidade religiosa está presente no cemitério no dia de Finados. Reesink (2010) relata que a missa religiosa funciona como alívio das almas precisadas. Seguem os grupos religiosos:

Figura 3 – Grupos religiosos no Dia de Finados



Fonte: acervo do autor.

Mercado dentro e fora do cemitério

Conforme o aumento de pessoas que estão visitando o cemitério no dia 02 de novembro, também aumentou a presença de vendedores ambulantes, tanto na rua em frente ao cemitério, como na rua, quanto em seu interior, fazendo comercialização de

objetos, como velas e flores e alimentos.

Os produtos são churros e espetinhos de carne. Até mesmo as mulheres que são as zeladoras comercializam mão de obra do seu trabalho, inclusive das crianças, não estipulando um valor fixo para os seus serviços. Em certo momento fiquei conversando com as crianças que estavam ali e elas perceberam que eu não tinha uma cova ou túmulo para limpar. Então, as mesmas concluíram que eu fazia parte do Conselho Tutelar e limitavam o diálogo comigo. Quando expliquei que não queria denunciar, elas começaram a conversar como eram as suas rotinas no cemitério. Segue a fotografia das crianças e do carrinho de espetos, que para mim foi um dos pontos que tive maior estranhamento.

Figuras 4 e 5 – Meninos que limpam e a barraca de espetinho



Fonte: acervo do autor.

Símbolos e representações sociais

Sobre o fortalecimento de laços e a renovação de suas práticas sociais, Negrão (2014, p. 42) relata que o dia de Finados ou o dia dos mortos trata-se de um ritual que pode ser caracterizado como um momento de confraternização, onde laços sociais são fortalecidos e renovados. E isso está diretamente ligado aos processos simbólicos nas representações sociais. No pensamento de Rezende et al (2010, p. 23), as emoções são consideradas qualidades essenciais dos seres humanos, no sentido de caracterizar um núcleo essencial do indivíduo que se manteria relativamente intacto apesar da intervenção da sociedade. Nesse momento, essas representações estão diretamente associadas com suas representações emocionais e culturais.

Figura 6 – Montagem sobre símbolos e representações sociais

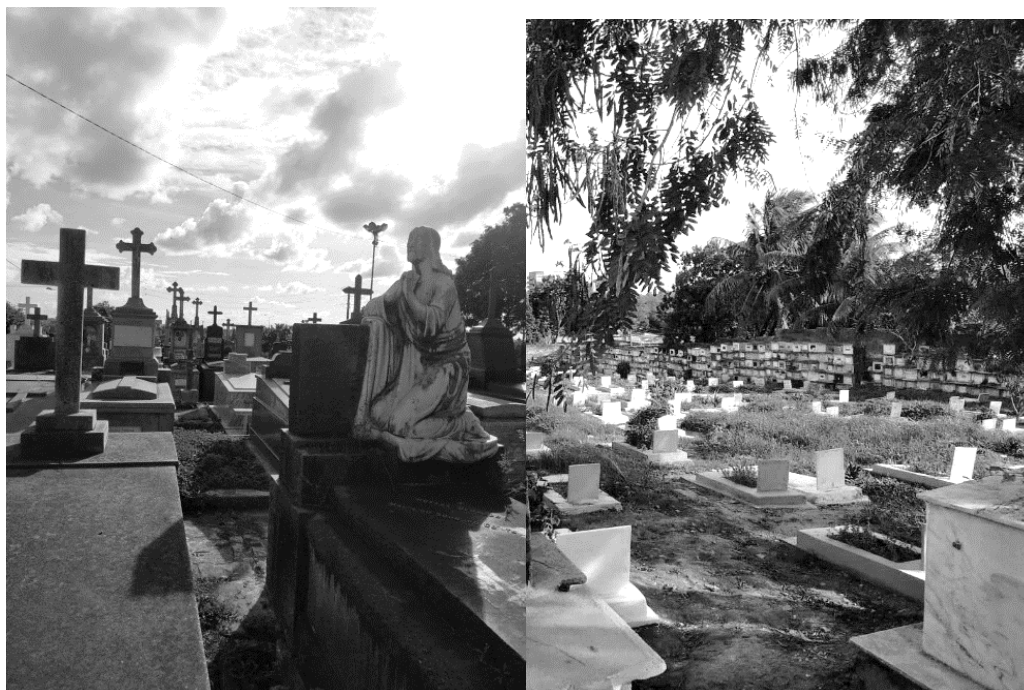
Fonte: acervo do autor.

As fotos acima mostram três momentos diferentes no dia dos mortos, usando práticas rotineiras e outras que só foram descobertas pela pesquisa de campo. A primeira fotografia é a de um senhor acendendo a vela do lado da igreja. Questionei para os frequentadores do cemitério da razão em acender a vela do lado da igreja. Os interlocutores falaram que são corpos que estão desaparecidos e já são considerados como mortos, ou até mesmo pessoas que foram enterradas no cemitério nas covas rasas e os ossos foram perdidos. E o acender das velas ajuda a iluminar os caminhos daqueles que já se foram.

A segunda imagem mostra a família e amigos fazendo uma reza para o seu ente querido. Nesse processo se encontram homens, mulheres e crianças fazendo essa homenagem com orações e flores ao morto, cheios de emoções e lágrimas; nesse caso não só de uma forma individual e sim coletiva. De acordo com o pensamento de Rezende et al, as emoções são consideradas fenômenos que acontecem no corpo, tanto na função de sua origem, quanto também de suas manifestações (2010, p. 25). Expressar as emoções no processo da visita ao cemitério é algo constante quando se percebe as formas de representatividade do ente querido e toda a história; as mesmas são constituídas por olhares, sorrisos lágrimas e até mesmo segredos, de acordo com Negrão (2014). E a terceira imagem é a de uma rosa singela no túmulo como lembrança e homenagem, procedimento bastante frequente no dia dos mortos na construção desses rituais na sociedade.

Entre classes e suas posições no cemitério

Figura 7 – Partes do cemitério



Fonte: acervo do autor.

Como foi dito, anteriormente, o cemitério é dividido por quadras, e um espaço de covas rasas. Essas covas rasas são pessoas que não tem um túmulo da família fixo e precisa ser enterrado. Os túmulos das famílias, em sua grande maioria, são túmulos luxuosos e feitos de mármore.

Nas minhas visitas ao cemitério foi relatado por uma das mulheres que limpam, que essas covas rasas são o “espaço sujo do cemitério”, ou seja, um local sem muita ordem porque está sempre em rotatividade de corpos. Naquele momento, em que os familiares acendem velas ao lado da igreja, esses são os mesmos que não tiveram condições de transferir os ossos e nem comprar um espaço de ossuário. O autor Hoffman-Horochovski et al (2001) colabora com o entendimento sobre essa desigualdade social. É que os caixões, as flores, o local do enterrar e a ornamentação podem traduzir sentimentos, mas refletem diretamente sobre a posição social que ocupam, em suas diferentes situações socioeconômicas.

O túmulo mais visitado: “Maria de Lourdes pede orações e perdoa seus algozes”

Nesse momento será desenvolvida a história da Maria de Lourdes pelos depoimentos orais sobre suas memórias que foram transmitidas de gerações a gerações.

A construção da identidade do ser social é construída através das memórias dos outros que se torna em determinadas situações uma memória individual ou coletiva. E essas memórias se perpetuam em gerações e trazem significados ao indivíduo em suas relações sociais (POLLAK, 1992). Os casos dos relatos abaixo são sobre a Maria de Lourdes.

Segundo o relato a seguir, a entrevistada enfatiza sua relação com a Maria de Lourdes e seu contato com o cemitério:

Na minha infância, morei na Rua São Miguel numa casa muito simples. Como toda casa daquela região, era uma casa de aluguel. Morava com meus pais e meus dois irmãos, e estudava também muito próximo, na outra rua. Naquela época, aproximadamente, há 40 anos, em 1981, eu e minha irmã brincávamos no Cemitério Senhor da Boa Sentença. Foi lá que tive contato com o túmulo da Maria de Lourdes, menina morta por contexto de violência. Desde a época, sabia que foi morta por ter sido acusada de furto pela sua patroa. Era a história que nos era apresentada, inclusive, de que a mesma era santa. Então, eu e minha irmã, Fernanda, mais velha, e alguns amigos da rua, íamos ao cemitério. Eu ia rezar, pois sou de sociabilização católica. Lembro que muitas vezes me ajoelhei e rezei e fazia pedidos. Não me lembro quais, mas recordo de que o túmulo era bastante visitado, sempre havia réplicas de pedaços de corpos como cabeça, pernas, braços feitos de material similar aos de velas. Havia, também, réplicas de casas de madeiras, remetendo a promessas relativas à casa própria. Recordo, ainda, que no dia Dia de Finados, era um túmulo com bastante flores. Veio-me à memória [quando o pesquisador comentou sobre a garota] a história dessa garota, nesse instante, remetendo-me à minha infância. Na casa que morava, o muro 'dos fundos' é confinante ao cemitério. Na época, a casa era dita por todos os vizinhos que era mal assombrada. Sobre esse aspecto, lembro que minha avó dizia que escutava pessoas arrastando pés de madrugada. A minha irmã dizia que via as coisas, e eu vivia com medo. Um dia meio que um sonho quase que real, alguém de mão peluda alisou os meus braços após levantar o mosqueteiro. Na época, atribuí ao medo, a um possível sonho por viés do medo sobre a casa. Recordo ainda que, ao dormir, no quarto de meus pais não havia esses medos. Mas aponto que a casa era conhecida, "você moram na casa mal assombrada". Ainda, em relação a Maria de Lourdes, é menina em forma de estátua, com vestido azul e que na cabeça sempre tinha arranjos de flores de um material plástico, muitos terços em suas mãos postas. Aponto que era tida como santa. Eu deveria ter no máximo sete anos de idade e reproduzia os rituais católicos. Batizei minhas bonecas no Jesus crucificado que fica de frente ao cemitério, num ritual com velas e nós ajoelhadas. Hoje, tentei refletir quem me apresentou a história de Maria de Lourdes, a menina santa. Acredito que não foi a minha mãe que apesar de católica não era religiosa. Tenho memória vaga sobre como conheci essa história. Mas a impressão que tenho é que foram as crianças, pois, por ser a rua do cemitério, as crianças tinham conhecimento sobre Maria de Lourdes, e eram elas que diziam sobre o mal assombro da minha casa. E sobre frequentar o túmulo e batizar as minhas bonecas no Jesus Cristo defronte ao cemitério, enfatizo, que na época não fazia como brincadeira; era meu ritual religioso. [Fabiola⁴].

⁴ Todos os nomes são nomes fictícios

Figura 8 – Túmulo Maria de Lourdes



Fonte: acervo do autor.

O funcionário Pedro relata a importância e a relação da Maria de Lourdes com o Padre Zé:

Figura 9 – Túmulo do Padre Zé



Fonte: acervo do autor.

A história do Padre Zé, eu acho que a maioria do povo de João Pessoa conhece (o pessoal mais antigo). O padre Zé era uma pessoa que... Tem família dele ainda aqui, o Dr. Felix, você conhece? [Não] Era sobrinho dele e era uma pessoa muito caridosa. Ele viveu em prol de servir e tirar esmola. Quando ele não tava na cadeira de rodas, ele ainda dava toda assistência. Lá onde é o padre Zé, era tipo uma capela. Aí agora fizeram o hospital, antes dele morrer, mesmo. Fizeram o hospital e ele saía pedindo aos comerciantes numa cadeira de rodas. Todo dia de Finados, o pessoal trazia pra aqui a cadeira de rodas dele... Você vem? Se você vier aqui no dia de Finados, você vê. Eles trazem e deixam aqui. Ai as vezes bota ali. E ele tinha uma varinha com uma sacolinha. Ai ele batia no peito assim e pedia. E o pessoal dava... Foi não. Foi ele que fez o sepultamento dela lá em baixo, ali junto da igreja. Nesse tempo era cova rasa. Aí depois apareceram duas senhoras que tinham um espaço e tiraram de lá. Ele mandou exumar ainda e trouxe pra aqui. Aí deixou a covinha como se diz, bem mixurucazinha. E essas duas senhoras são devotas de Maria de Lourdes. Aí fizeram essa do jeito que está agora. Porque antes não era de mármore, era só *encimentado* ... Foi assim, quando ela aparece. O povo já sabia que não tinha sido ela. Só que tinha já feito. Como diz o ditado: não dá pra desmanchar. Ficou o tempo todinho ela ali. Aí o padre Zé mandou exumar e trouxe para aqui... Diz o pessoal que a patroa depois de descobrir que não tinha sido ela, enlouqueceu e morreu doida com câncer. Já apareceu ai; agora não no meu tempo não. Já apareceu a família de Maria de Lourdes, mas também nunca fizeram nada. [Pedro].

Por fim, com os depoimentos relatados acima, se resume que a criança Maria de Lourdes foi vítima de linchamento até a morte por um suposto roubo. Em seguida, a mesma foi enterrada em um local distante da entrada do cemitério pelo Padre Zé. Após descobrir que a mesma não tinha cometido o roubo, houve a necessidade de trazer o corpo da jovem para um local de destaque no cemitério, assumindo a posição central do lado da administração, tornando-se um túmulo com evidência do cemitério. Com essa mudança de local, sendo trazida para a parte principal e mais antiga do cemitério, a tumba de Maria de Lourdes “a santa popular” assume em definitivo o seu papel de rota de peregrinação dos seus devotos.⁵ É possível perceber a relação entre posições e representações dentro de uma lógica de valor humano – no caso dela, passando ao campo do santificado – e os usos dos espaços dentro do cemitério como um espaço de um sistema controlador. Houve rumores que a patroa dela, onde ela trabalhava, teve câncer como um castigo e ficou louca.

Conclusão

Pensar a vida como uma roda é, com certeza, refletir sobre a circularidade dos movimentos das pessoas vivas, em especial daquelas que ficaram vivificadas em nossa memória e, de certa forma, compreender a vida como uma travessia entre o nascimento e a morte, sem que esta última signifique um fim. (SILVA, 2007, p. 259).

⁵ Em Patos/PB tem a história parecida que é da “Cruz da Menina: vítima de crueldade retribuiu com o milagre da água. Francisca, uma criança que morreu brutalmente espancada em 1923, tornou-se “santa” para os paraibanos que visitam o Parque Cruz da Menina, estrutura com capela, locais de oração, lanchonetes e venda de artigos religiosos no município de Patos, no Sertão da Paraíba. No local onde foi encontrado seu corpo, uma cruz foi erguida e o primeiro milagre teria sido um poço que jorrou água em um período de extrema seca. Inaugurada em 25 de abril de 1929, a capela tornou-se centro de romaria no estado. Não se sabe a idade de Francisca quando ela foi morta, mas a história aponta que ela foi vítima dos pais adotivos”. Notícia disponível em: <https://bit.ly/35Jnpvo>. Acesso em: 29 jul. 2019.

De todo modo, sinto-me numa roda – numa circularidade de movimentos – entre motivações, começos, términos e recomeços. Estudar os rituais de cemitério é como uma roda de incertezas e circularidades. Sendo assim, esse trabalho partiu do desafio de percorrer a construção histórica da antropologia da morte como objeto de estudo, desde os clássicos, sobre um fenômeno no antropológico das emoções no espaço do cemitério. Por fim, posso destacar que diante de toda a importância do tema, trabalhos como esses colaboram para que possamos entender que a antropologia é um dos principais propulsores para o debate dos temas que estão diretamente ligados às relações sociais dos indivíduos; até mesmo a morte que é vista como um tabu, ou até mesmo todo o estigma que é construído pelas instituições que são os cemitérios.

O presente trabalho buscou contribuir para a desnaturalização do estigma do cemitério ser um local “sujo” ou “assustador”. E perceber que o mesmo é construído por histórias e memórias que entrelaçam sobre formas ritualísticas e simbólicas na perspectiva de pensar o tema estudado por suas multifuncionalidades com seus sistemas particulares e subjetividades em todo o processo de alteridade. Ter a história conhecida da Maria de Lourdes, a santa popular, contribui para a percepção por parte da comunidade, dos seus significados na construção *post mortem*, tendo uma representatividade simbólica para João Pessoa como um patrimônio cultural a ser valorizado.

Referências

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

HOFFMAN-HOROCHOVSKI, Marisete Teresinha, RASIA, Miguel. Rituais fúnebres em memória de velhos. *Horizontes*, v. 9 n. 24, 2001.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro, *Sociologia da emoção: o Brasil urbano sobre a ótica do luto*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

KOURY, Mauro. *A Sociologia das emoções e os clássicos: emoções, sociedade e cultura*. Curitiba: CRV, 2010.

LE BRETON, David. *Por una antropología de las emociones. Revista latinoamericana de estudios sobre cuerpos, emociones y sociedad*, a. 4, n. 10, 2012.

LUTZ, Cathetine; WHITE, Geoffrey M. The Anthropology of Emotions. *Annual Review of Anthropology*, v. 15, p.405-436, 1986.

MALINOVSKI, B. 1978. “Introdução” In: Malinowski. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, Col. Os Pensadores. S.P: Abril editores.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

NEGRÃO, Marcus Vinícius Nascimento. *Iluminando os mortos: um estudo sobre o ritual de homenagem aos mortos no Dia de Finados em Salinópolis – Pará.*(Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPA), Belém, Pará, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Cláudia. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. Série Sociedade e Cultura, 2010.

REESINK, M. 2010. *Reflexividade nativa: quando a crença dialoga com a dúvida no período de Finados*. *Mana* 16, 151-177, 1991.

SILVA, Weverson Bezerra. *Pensando a morte: uma revisão bibliográfica*, Ciências Sociais (TCC – Trabalho de Conclusão de Curso), João Pessoa/PB, 2017.

ENTERRAMENTO NA ROÇA: TÚMULOS E CAPELAS À BEIRA DA ESTRADA

Glauce Rocha Santos Coimbra¹

Maria Elizia Borges²

O argumento desse estudo permeia sobre a prática de enterramentos realizados em zonas rurais no século XXI. Apesar da existência de vários cemitérios rurais em povoados, ainda é possível encontrar enterramentos especificamente em áreas de propriedade particular, na região de Barro Alto, na Bahia. Algumas famílias constroem túmulos e capelas neste locais com a finalidade de doar o terreno para a construção de cemitério para a comunidade local.

Neste contexto, encontramos narrativas de morte e de vida, que chamam a atenção de quem passa pelas estradas de chão, deparando com túmulos e capelas que representam experiências sociais da morte, preservando nesses espaços, a memória de quem partiu, e cuja lembrança busca ser perpetuada pelos familiares.

Esse estudo é parte de uma pesquisa de campo realizada em janeiro de 2019, para a tese de doutorado sobre os cemitérios rurais e os rituais mortuários rurais na região de Barro Alto, na Bahia. Para fundamentação deste estudo é imprescindível evidenciar o espaço de enterramento como local de memória.

Definir o conceito de memória foi uma tarefa buscada por vários autores, embora Jaques Le Goff já tenha admitido em seu livro *História e Memória* (2003) que essa não era uma tarefa fácil. “O conceito de memória é crucial”, afirmando que “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419). E, assim, ele justifica principalmente o valor que a memória coletiva tem desempenhado na evolução das sociedades: “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos lembrar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 471).

O sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945) foi um dos primeiros a dizer que a memória é socialmente construída, trazendo a ideia de uma “memória coletiva”,

¹ Programa de Pós-Graduação em História PPGH/UFG – Doutorado. Agência financiadora: FAPEG/CAPES. Goiânia/GO.

² Professora orientadora do trabalho apresentado, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora do CNPq. Goiânia/GO.

contraposta à tendências filosóficas e sociológicas de cunho idealista e mecanicista no início do século XX. Nos estudos de Halbwachs, ele esclarece que a memória consistiria num fenômeno eminentemente coletivo, ou seja, ao invés de ser um fato individual – defendido por teóricos da filosofia e psicologia, – a memória seria uma construção social, constituindo-se a partir das relações mantidas entre os indivíduos e grupos. Segundo Halbwachs, a memória não poderia ser concebida como um fenômeno puramente biológico ou como uma mera reação fisiológica. Embora Halbwachs pontue que a memória seja coletiva, somente o indivíduo é capaz de lembrar. Nesse caso, o sujeito nada mais é do que um instrumento das memórias do grupo, mesmo quando lembra individualmente:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Consequentemente, a memória individual está inserida no conjunto da memória coletiva, sendo parte de uma visão parcial dos fatos experimentados pelo grupo, menos abrangente do que a memória social. Para Halbwachs, o sentimento de liberdade e singularidade do indivíduo não passa de uma ilusão: a diversidade de comportamentos individuais pode ser entendida como o resultado das diferentes combinações de forças sociais sobre cada sujeito. Ou seja, cada indivíduo é como uma configuração específica criada pelo cruzamento de diferentes forças sociais concomitantes.

Neste sentido, Bergson (2006) salienta que a memória é um fenômeno que responde pela reelaboração do passado no presente; "ela prolonga o passado no presente" (BERGSON, 2006, p. 247). E "é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida" (BERGSON, 2006, p. 179). Ao se referir à lembrança, ele esclarece:

A lembrança de uma sensação é coisa capaz de sugerir essa sensação, ou seja, de fazê-la renascer, fraca primeiro, mais forte em seguida, cada vez mais forte à medida que a atenção fixa mais nela. Mas a lembrança é diferente do estado que a sugere e é precisamente porque a sentimos por trás da sensação sugerida, como o hipnotizador por trás da alucinação provocada, que localizamos no passado por causa do que sentimos (BERGSON, 2006, p. 51).

Por isso, a memória além de ser construída socialmente em termos de representação e reconstrução, é também um aspecto fundamental na construção da sociedade. A

percepção que temos da realidade é preenchida por lembranças em certa duração (BERGSON, 2006, p. 31). Essas lembranças são evocadas em virtude de uma situação presente a qual respondem a fim de serem úteis à ação a ser realizada pelo corpo.

Portanto, recordar os mortos é uma missão dos vivos que se utilizam dos gestos e as atitudes incorporadas nos ritos que encenam a morte como última passagem. Cada cultura se utiliza de seus próprios meios de representação da morte por meio das práticas rituais, quer individuais ou coletivas, entendidas como condutas estereotipadas, codificadas ou institucionalizadas. No curso normal da vida, a morte é adiada ou muitas vezes esquecida, mas no *post mortem* se recorre às lembranças para que o morto não seja totalmente esquecido, porque conforme Elias (2001, p. 37), a morte do outro é uma lembrança de nossa própria morte.

Diante dessas observações, os estudos cemiteriais, dentro e fora do Brasil, têm contribuído para a compreensão de temas relacionados à morte e à memória, e como os vivos administram o espaço dos mortos. Ribeiro (2006) salienta a importância do cemitério como resgate de memória:

Os cemitérios, ao serem vistos como relíquias da memória social, tornam-se documentos fundamentais para o resgate da história de uma cidade. Tanto podem retratar os costumes e as crenças humanas, como consolidar um modelo de sociedade que protagoniza as estruturas concebidas como inevitáveis à existência e convivência do indivíduo na sua complexidade (RIBEIRO, 2006, p. 11).

O espaço de enterramento é um memorial, assim como o cemitério, porque permite que familiares e amigos preservem a memória do morto, utilizando-se de elementos do imaginário popular e erudito manifestados nesse espaço cultural. É nesse local que os mortos recebem cultos, homenagens e onde os familiares decoram e criam um espaço íntimo para rezas e devoção. Preservar um espaço de enterramento não inclui apenas a função de guardar corpos sem vida. “Creditam-se a ele valores religiosos, sociais, arquitetônicos, históricos, artísticos e ambientais [...]” (CASTRO, 2017, p. 15). Nesses espaços encontramos os mais variados objetos que trazem a lembrança do morto: retratos, terços, santinhos, mensagens bíblicas, vasos de rosas, etc, conforme explica Borges (2005) sobre a participação dos familiares na construção do túmulo:

A participação familiar na feitura do túmulo é uma das maneiras que se tem de comprovar a necessidade de melhor elaborar a perda de um ente querido. As pessoas necessitam de se acercar dos túmulos, criarem um ambiente íntimo e de recolhimento para que possam exercer o ato de devoção, fazer-lhes visitas e embelezá-los com flores (BORGES, 2005, p. 5).

Conforme Borges (2005), os familiares cuidam desse espaço de enterramento como se fosse agora, a morada eterna de seus entes queridos, e dessa forma, preocupam com a limpeza, decoração e pintura de túmulo, como fazem em seus lares. As visitas constantes, as orações e a preservação da memória do morto trazem um refrigério para a alma dos vivos, pois, dessa forma, o luto é trabalhado internamente fazendo com que essas ações, recompensem a separação definitiva de seus entes.

É muito comum encontrarmos nas estradas do interior de todos o país, cruzeiros, capelas e igrejas à beira das estradas. Esse cenário observado pelos transeuntes, despertam a curiosidade, pois cada capela representa uma história guardada no silêncio de cada sepultura. Em sua grande maioria, essas edificações representam histórias de luta, fé e gratidão, cujas lembranças são eternizadas na memória dos vivos.

Os enterramentos feitos em propriedades particulares, nas zonas rurais, não é algo comum, mas existem casos, principalmente em zonas rurais, em vários Estados da região Norte e Nordeste, semelhante aos exemplos que são destacados neste estudo.

As questões jurídicas referentes à morte da pessoa natural (física) é de responsabilidade do Direito Funerário,³ que sistematiza e interpreta estas ações, incluindo normas Federais que cuidam das condições para sepultamento e cremação (Lei de Registros Públicos), no que se refere também às questões relacionadas ao aproveitamento de cadáver para fins de ensino e pesquisa. Diante disso, Barcellos (2017, p. 30) explica sobre a responsabilidade de se cumprir a legislação sobre o Direito Funerário:

Partindo das premissas até aqui lançadas, pode-se afirmar que, portanto, é dos Municípios a competência de legislar sobre o Direito Funerário, em cuja esfera de abrangência estão os serviços de natureza pública, observando-se o critério da predominância do interesse local e que a produção legislativa deve respeitar as normas (regras e princípios) constitucionais, bem como as leis (sentido amplo) das esferas federais e estaduais. (BARCELLOS, 2017, p. 30).

Ainda de acordo com Barcellos (2017, p. 26), a Constituição de 1946, de 18 de setembro, que cuidou do Direito Funerário em seu art. 141, disciplinou, a administração dos cemitérios no mesmo artigo em que previa os direitos e garantias individuais:

Art. 141 A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernente à vida, à liberdade, a segurança individual e à prosteridade, nos termos seguintes: [...]
§10 Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal. É permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

³ Para Silva (2000, p. 62), o direito funerário é o sistema de princípios ético-sociais que organiza e disciplina as relações jurídicas decorrentes da morte da pessoa natural que se estabelece entre pessoas e em relação a determinados lugares destinados aos mortos, com vista à preservação da memória dos antecipados.

As associações religiosas poderão, na forma de lei, manter cemitérios particulares [...] (BRASIL, 1946).

Se pela legislação é competência do município as questões referentes à legislação do direito funerário, até o momento não existe nenhum impedimento para a realização de enterramentos em propriedades rurais, até mesmo porque os cemitérios desses povoados também são instalados em zonas rurais dentro de propriedades particulares, e foram doados com a finalidade de criação de cemitério para os habitantes desses povoados.

Portanto, nessa região, os cemitérios rurais surgiram a partir de áreas doadas e, por isso, não possuem uma área registrada na prefeitura local e as sepulturas são feitas a esmo, sem nenhum tipo de critério, o que pode ser observado pelo forma desordenada em que elas se constituem. Não existe nenhum tipo de funcionário trabalhando nesses cemitérios. Portanto, todos o serviços de enterramento, limpeza e zeladoria são feitos pelos próprios moradores do local.

Constatado o óbito, alguém do povoado, designado para essa função, vai até o local de enterramento e risca a sepultura.⁴ A sepultura é feita, conforme a tradição: “sete palmos”⁵ do chão, que representa uma medida em torno 1,80 a 2,00 metros, dependendo do Estado ou do município, um critério que justifica a preocupação com fatores sanitários, pois o produto de coligação, oriundo do processo de decomposição dos corpos, não contamina o solo.

Tanto nos cemitérios rurais da região, como à beira das estradas, encontramos vários túmulos-capela. É um espaço que possui as características semelhante a uma capela grande. Internamente, além de túmulos, encontramos vários aparatos da fé cristã. “As vezes, a capela que nasceu de uma simples cruz de beira de estrada, passa a ser igreja” (ARAÚJO, 1964, p.12). Ele ainda ressalta a importância do benzimento. “Mas para ser capela precisa que o padre venha benzê-la. É um dia de festa escolhido para a consagração da nova capela”. (ARAÚJO, 1964, p.12).

Cada capela tem a sua fábula, conforme relatos de vários moradores dos povoados. Algumas realmente nasceram de uma cruz à beira da estrada, outras surgiram para cobrir uma cova rasa ou túmulo, e outras surgiram como um espaço de enterramento, mas com caráter religioso, onde membros das famílias fazem seu momentos de devoções. É muito comum a celebração de missas em dia de finados, e, em alguns casos, as missas semanais

⁴ Riscar a sepultura é um termo muito utilizado no Nordeste, quando uma pessoa é destinada a ir até o local de enterramento e cavar o buraco onde o corpo será enterrado. (PRADO, 1947, p. 66).

⁵ O termo “a sete palmos” vem de um padrão de ter que enterrar o cadáver nesta medida, pois menor que isto exalariam odores que chegariam à superfície. Pode ser também a medida que corresponde a um padrão de enterro. Fonte: <https://bit.ly/35zMWY0>. Acesso em: 10 jun. 2019.

são celebradas em capelas no cemitério, até que se construa uma igreja num local mais centralizado no povoado.

Nesse estudo, o primeiro exemplo de enterramento na roça, é o de Claudionor de S. Santos, morador do povoado do Alto de Mandacaru, zona rural, localizado há seis quilômetros do município de Barro Alto. O óbito ocorreu no dia 22/06/2006, em sua residência, tendo como causa de morte, picada de abelha e choque anafilático causado por insuficiência respiratória. O corpo foi velado na residência dele, também na zona rural, com a presença de familiares, parentes e vizinhos. Porém o enterro foi realizado na sua propriedade rural, na estrada que liga o município do Alto de Mandacaru até Barro Alto. Claudionor era lavrador rural aposentado e se dedicava ao plantio de mamona.

Em vida, solicitou aos seus filhos, que ele fosse enterrado na sua roça. Dessa forma, conforme sua vontade, o enterramento foi realizado no local, que posteriormente o filho, Paulo Souza Santos, construiu sobre o túmulo, uma capela na curva da estrada, medindo 2,10m² x 3,m². O túmulo foi feito em alvenaria, contendo uma cruz com as datas de nascimento e falecimento, uma coroa de flores de flandós, um vaso com flores artificiais coloridas e dois terços pendurado na cruz.

De acordo o filho, Paulo Souza Santos, Claudionor tinha o desejo de doar parte do terreno para a instalação de um cemitério dentro da sua propriedade rural, para favorecer os enterramentos dos moradores daquela região, já que o cemitério mais próximo do local é de Queimada do Rufino ou o cemitério do município de Barro Alto. Como isso não foi possível ser feito em vida, Paulo Souza Santos doou parte do terreno para a Prefeitura Municipal de Barro Alto, conforme era a vontade de seu pai. Ele a sua mãe, Dona Gerolina Rosa dos Santos, de 65 anos, também querem ser enterrados no mesmo local, próximo ao túmulo do pai. A capela é visitada pelos familiares, principalmente pela viúva, Dona Gerolina, sempre que pode leva o terço e faz orações. Os dois concordam que esse rito religioso é uma forma de manter viva a lembrança e estar constantemente rezando para que a alma dele alcance a luz.

Figura 01 – Túmulo/Capela de Claudionor Santos no povoado de Mandacaru



Fonte: acervo da autora, 2018.

A vista panorâmica da capela retrata uma imagem tipicamente nordestina. A vegetação é a caatinga e ao fundo podemos ver um pé de mandacaru, uma planta cactácea nativa em clima semiárido. A capela não possui porta e pode ser vista por todos que transitam naquela estrada de chão.

O segundo exemplo de enterramento da roça, nessa região, é o caso de João Pedro de Souza Santos, falecido no dia 24/02/2016, vítima de enfarto. A capela de cor branca, construída na propriedade do casal, mede 15m² x 4m², e está dividida em dois ambientes. No primeiro ambiente, do lado direito, constam três covas rasas com cruces, onde estão enterrados os pais de João Pedro: Isibio de Souza Santos e Gilda Satélite de Souza. No segundo ambiente, no lado esquerdo da capela, com os restos mortais dos pais está o túmulo de João Pedro, revestido em granito preto. O espaço é amplo, com paredes pintadas de branco e teto forrado em PVC. Possui uma cadeira de plástico, uma foto de João Pedro, fixada na parede, quatro vasos com flores de plástico sobre o túmulo e um terço pendurado numa cruz também feita em granito.

Neste caso, a finalidade das capelas é atrair mais enterramentos para o local, já que Dona Maria Rosa de Souza, viúva de João Pedro, destinou o terreno para que seja construído um novo cemitério, conforme o desejo do marido. Embora já exista o cemitério de Lagoa Nova, também chamado de Lagoa Chifre do Boi, a viúva explicou que mais um cemitério, no local de sua roça, beneficiaria outros moradores que residem mais afastados do atual cemitério de Lagoa Nova.

A Figura 2 mostra a frente das duas capelas conjugadas e um cruzeiro fixado na entrada. Há várias árvores na frente e nas laterais, e, ao fundo, um terreno arado. O espaço está localizado em frente a principal estrada que liga Lagoa Nova aos povoados mais próximos.

Figura 2 – Túmulo/Capela de Souza Santos no Povoado de Lagoa Nova



Fonte: acervo da autora, 2018.

A Figura 3 exibe o túmulo de João Pedro, um modelo bastante suntuoso, se comparado aos túmulos mais sofisticados de outros cemitérios próximos do local. A viúva, Dona Maria Rosa não poupa palavras para relatar sua preocupação com a zeladoria do local. Ela providencia pessoas para capinar o terreno, limpar a sepultura e a capela, e leva flores, sempre que visita o local.

Em época de finados, alguns moradores fazem um mutirão para a limpeza geral do cemitério. Em alguns casos, os moradores convidam padres para celebração da missa de finados, já que nem todas as igrejas católicas desses povoados, possuem um páraço responsável pela paróquia.

Figura 3 – Túmulo de João Pedro de Souza contruído dentro da Capela da família no povoado de Lagoa Nova



Fonte: acervo da autora, 2018.

O pós-enterro, naquela região, também possui suas características peculiares. A

primeira delas é a fixação da cruz na cova, que só ocorre no sétimo dia, quando familiares visitam o local. A cruz deve conter o nome do falecido, juntamente com as datas de nascimento e falecimento. A maioria das sepulturas geralmente são construídas depois de um ano de falecimento.

E, por último, destacamos aqui, mais um enterramento na roça na figura 4. A capela está localizada na propriedade rural de Julia Maria de Almeida, de 73 anos, moradora do povoado de Honorato, e mede 3m² x 4m². Na parte interna possui um altar e uma mesa à direita. O cenário é composto de várias imagens de santos, tanto na parede, como no altar e na mesa. O altar possui dois vasos de flores de plástico, um cruxifixo, a imagem de Nossa Senhora Aparecida, entre outros santos e um terço de madeira, evidenciando a devoção católica de Dona Júlia. Nesse local estão enterrados os pais de Dona Júlia: Manoel de Souza Santos e Balbina Maria Teles. Ela não tem registros de óbito do falecimento dos pais. Como a capela é localizada a cinquenta metros de sua residência, ela visita constantemente o local e cuida da limpeza. A capela possui duas portas na parte frontal e duas janelas, uma em cada lateral. Apesar do ambiente rural ser bastante tranquilo e sem evidência de roubos, as portas ficam trancadas.

Em frente à capela há um túmulo feito de alvenaria e revestido em cerâmica branca, onde foi enterrada a irmã de Dona Júlia, chamada Maria Teles. Ela também não tem o registro de óbito dessa irmã e não se lembra da data de falecimento. A cruz de madeira fixada dentro do túmulo possui em letras ilegíveis as datas de nascimento e falecimento da irmã. Dona Júlia reside numa humilde casa há vinte metros da capela citada, e procura sempre conservá-la limpa como um local reservado para as rezas de terço.

Figura 4 – Capela e túmulo na propriedade rural de Dona Julia Maria de Almeida, no povoado de Honorato



Fonte: acervo da autora, 2019.

Curiosamente, Dona Julia também conserva no local, a ossada do filho, José Roberto de Almeida, falecido em 18/01/1999, em São Paulo, capital, aos 21 anos, vítima de homicídio. Ela guarda numa caixa de papelão a ossada do filho, e deseja que no dia de sua morte, os ossos do filho sejam enterrados juntamente com ela, na mesma cova.

Figura 5 – Foto da caixa contendo a ossada de José Roberto de Almeida (1978-1999), no povoado de Honorato



Fonte: acervo da autora, 2019.

Esse caso é bastante atípico e desperta a curiosidade em muitas pessoas do povoado de Honorato. Mas não é difícil entender que Dona Júlia sente prazer em conservar a ossada do filho, sob seu poder. Não é uma atitude comum, mas certamente pode ser justificada pelo fato dela querer ter o filho sempre próximo a ela. Um amor de mãe tão inusitado que só deseja separar da ossada do filho, no dia de sua morte.

Figura 6 – Capela e túmulo na propriedade rural de Dona Julia Maria de Almeida, no povoado de Honorato



Fonte: acervo da autora, 2019.

Em Goiás, temos um exemplo de enterramento numa capela de uma fazenda que é hoje um dos pontos turísticos mais frequentados da cidade de Pirenópolis. Trata-se da fazenda Babilônia, fundada em 1975 por Joaquim Alves de Oliveira, que com a queda das minas de ouro, vislumbrou o progresso da fazenda, construindo o Engenho São Joaquim, que foi o primeiro nome dado à fazenda. Com a construção de Brasília e o incremento do turismo em Pirenópolis, a Fazenda Babilônia tornou-se gradativamente, local de visitação. Por iniciativa da atual proprietária, D. Telma, que nutre um incansável amor à história e às coisas de terra, em 1997 a fazenda foi aberta à visitação. Na fazenda, além de trabalhar com pecuária, ela mantém o belo casarão, que preserva ainda cerca de 80% de sua originalidade. O casarão de grossas madeiras expostas possui também uma capela que guarda os restos mortais dos pais de Dona Telma: Antônio Mendonça Lopes (1914-1981) e Benedita Pereira Lopes (1922-2014). Ao contrário dos exemplos no interior da Bahia, os familiares de Dona Telma obtiveram uma autorização da prefeitura para realizar os enterramentos no local. Dessa forma, ela deseja que seu sepultamento também seja realizado no local, ao lado de seus pais.

Até meados do século XIX, os lugares dos mortos, tanto na Bahia como em outras cidades e capitais de província do Império, estavam reservados no interior dos templos.

Mas, com a secularização dos cemitérios no Brasil, os enterramentos em Igrejas e locais sagrados, foram extintos. Dessa forma, foram surgindo os cemitérios do Brasil, com enterramento à beira das estradas e em propriedades rurais.

As histórias sobre os enterramentos relatadas aqui têm como finalidade mostrar como os familiares desses mortos cuidam do espaço de enterramento, levando em consideração um olhar historiográfico por meio de representações de túmulos e capelas à beira das estradas, que delimitam os espaços da morte nos povoados de Barro Alto – BA, que provavelmente é um fato recorrente da região Norte e Nordeste do país.

Também ressaltamos a importância dessas práticas culturais e religiosas que estão inseridas no imaginário desses moradores, reforçando uma herança adquirida dos antepassados a partir das práticas de rituais de morte que estão presentes no cotidiano dos moradores daquela região.

Mesmo com as transformações advindas da modernidade e outros aparatos contemporâneos, esses costumes ainda persistem por meio de familiares que não rompem com os costumes e crenças herdadas de outras gerações. Portanto, esses limites da morte, são constituídos como espaços de memória que exprimem os diversos sentimentos provocados nos familiares desses falecidos, tornando evidente uma única certeza: a triste confirmação da finitude da vida.

Referências

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Ritos, sabença, linguagem, artes e técnicas*. Col Folclore Nacional, v. 03. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BARCELLOS, C.A.K. Direito funerário: conceito, competência e breves considerações sobre seus princípios. *Acta Científica*. Ciências Humanas, Engenheiro Coelho, SP, p. 21-39, 2º semestre de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2FzmjH>. v. 26, n. 2, p.2-39.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins e Fontes, 2006.

BRASIL, Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Organização Federal, 1946. Disponível em: <https://bit.ly/2pbpkqO>. Acesso em: 11 ago. 2019.

BORGES, Maria Elizia. Expresiones artísticas de cuño popular en cementerios brasileños. In: *Arte latino-americano del siglo XX: otras historias de la Historia*. Zaragoza: Prensas Universitarias, 2005.

CASTRO, Elisiana Trilha. *O patrimônio cultural funerário catarinense*. Florianópolis: FCC, 2017.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de "Envelhecer e morrer"*. Rio de

Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Vértice, 1990

LE GOFF, J. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 2008.

PRADO, José Nascimento de Almeida. *Trabalhos fúnebres na roça*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1947.

RIBEIRO, Dimas dos Reis. *Cemitérios sem mistérios: a arte tumular do sul de Minas – 1890 a 1925 – Região dos Lagos de Furnas*. Auterosa - MG: Ed. do autor, 2006.

SILVA, J.A.F. *Tratado de Direito Funerário*. Tomo I. São Paulo: Método, 2000.

MORTOS, RITOS E MILAGREIROS

ARTE VITRAL *IN MEMORIAM*: UM ESTUDO SOBRE O NOSSO SENHOR DOS PASSOS DE JUDITH FORTES (1896-1964)

Laila Funck Batista¹

Paulo César Ribeiro Gomes²

Figura 1 – Santinho da missa fúnebre de Lisetta de Barcellos Lino



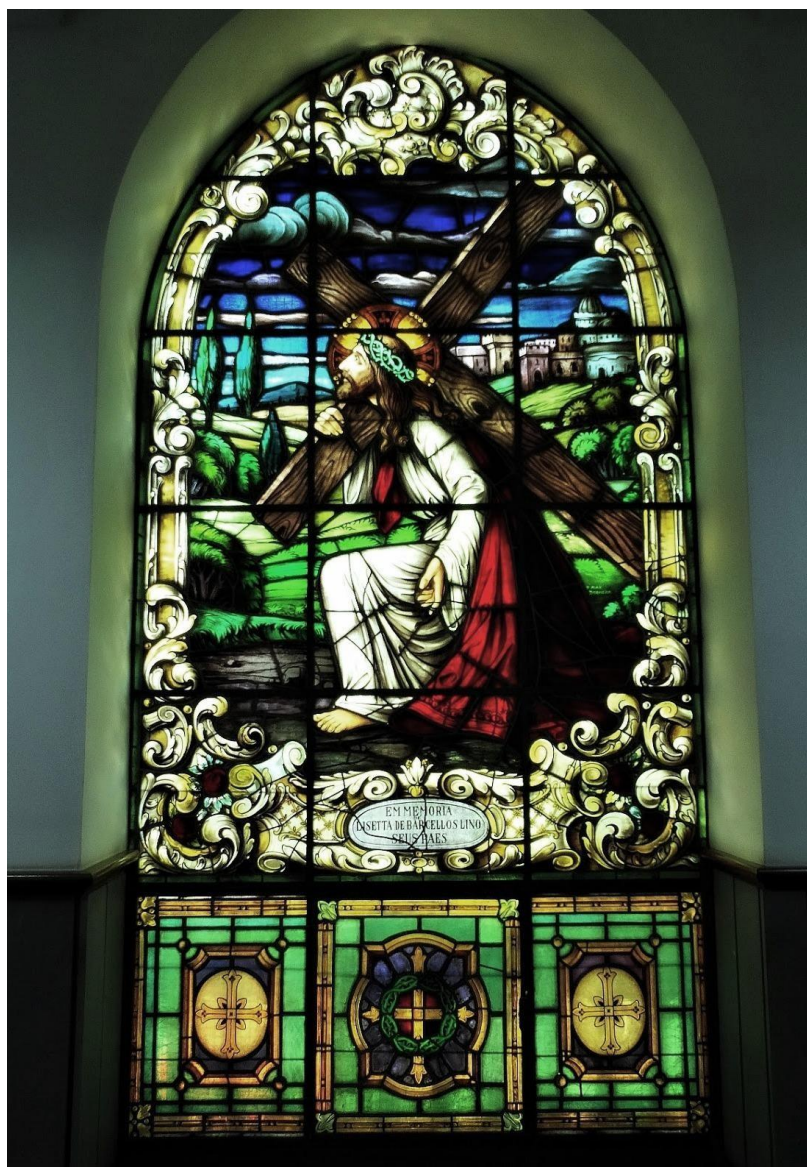
Fonte: Coleção Dom Vicente Scherer. Fundo de Santinhos.
Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA).

¹ Acadêmica do Bacharelado em História da Arte no Instituto de Artes/IA da Universidade Federal do Rio Grande de Sul/UFRGS. Porto Alegre/RS.

² Professor Adjunto do Departamento de Artes Visuais/DAV do Instituto de Artes/IA da Universidade Federal do Rio Grande de Sul/UFRGS. Porto Alegre/RS.

Passos iniciais ao estudo

Figura 2 – Vista interna do vitral dedicado a Lisetta de Barcellos Lino com cerca de 430 centímetros de altura. Capela Nosso Senhor dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre



Fonte: acervo da autora.

Como transeunte no centro histórico de Porto Alegre, pouco se observa da Capela Nosso Senhor dos Passos, além de sua curiosa verve gótica e de seu alinhamento, como que em fita, ao complexo hospitalar da Santa Casa de Misericórdia. Todavia, com a tranquilidade de quem contempla, ressalta ao olhar um vitral, proeminente em tamanho e central à fachada, que tematiza Jesus Cristo com sua cruz às costas. Há, por isso, o interesse em averiguar o recinto de oração no qual surpreende a presença do dito vitral, tendo em vista que a luz natural perpassa apenas ao eixo central refratada pelas cores.

Primeiras impressões cromáticas obtidas, complementa a surpresa uma análise da formalística empregada, claramente filiada ao senso estético do belo, dentro das condições técnicas de uma dupla autoria, lida nas seguintes assinaturas: "Judith Fortes 1941" e "P. Max Dobmeier". Entretanto, finaliza o mero olhar e desperta o viés investigativo uma adornada dedicatória na qual se lê: "Em memória de Lisetta de Barcellos Lino seus paes" (sic). O melancólico então abraça a composição, com a completude do fúnebre, pois que beleza é essa a demandada por uma morte?

Foi a tradição quem estabeleceu que, em templos religiosos de viés cristão, "Desde os séculos XII-XIII, os doadores apareciam na parte inferior dos vitrais" (TREVISAN, 2003, p. 179). Mas foi a memória quem conduziu a produção do vitral de Nosso Senhor dos Passos, o que remete não só à simbologia da passagem católica, mas também ao momento decorrido pelo falecimento de Lisetta. Por isso, o problema de pesquisa é constituído na dimensão histórica e artística do fenômeno, até então, pouco compreendido devido à carência de monografias dedicadas aos envolvidos na produção vítrea. Considerado prudente é analisar a produção acadêmica tangente ao tema de pesquisa e contextualizar o material documentado, seja no acervo do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, seja no acervo do Arquivo Histórico do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Outro problema mitigado, por hora, diz respeito ao conjunto de vitrais³ da Capela dos Passos e à unidade tumular⁴ da família Chaves Barcellos, pois não serão objetos deste estudo.

Urge compreender o que foi o culto local ao Nosso Senhor dos Passos. Antes que dele se esqueça, é necessário resgatar a produção artística de Judith Fortes, invisibilizada por outros tempos, e que ainda se espera conhecer a presença social de Lisetta. A empreitada acadêmica encontra inspiração metodológica no consagrado historiador da arte Aby Warburg (1866-1929), pois este, comentado pelo crítico de arte Jean-Luc Chalumeau, "interessa-se, sistematicamente, pelos pormenores históricos e procura descobrir como se inscrevem as obras de arte nos seus contextos de origem", já que "sua metodologia não lhe permite dissociar o estudo das formas do das funções" (1997, p. 94). O próprio Warburg, em *A arte do retrato e a burguesia florentina*, ressalta que "para a análise comparativa da relação entre comitente e artista, a história da arte só tem à sua disposição o resultado

³ Destaque aos vitrais doados, no mesmo ano, por Setembrina e Domingos Lino: "Crucifixo de Nosso Senhor", em memória do avô materno de Lisetta, presente na janela do coro alto, e "Jesus Cristo em Ascensão", em memória de Lisetta, presente na escadaria do acesso lateral, especial por retratar a jovem em um dos anjos.

⁴ Ressalta-se a opulência da construção, tendo em vista que a família pertenceu à antiga oligarquia provinciana, presente no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

definitivo do processo artístico-figurativo” e, por isso, aconselha que “precisamos provar a participação do público por meio de evidências circunstanciais” (2013, p. 123).

Narrativa artístico-cultural da passagem estudada

Irmandades e artífices são os principais responsáveis pelo imaginário porto-alegrense de Nosso Senhor dos Passos, tal que remonta aos costumes medievais e lusitanos, espalhados pelos domínios na América durante a modernidade, de representação. Pontualmente, "Desde que acomodadas à pudicícia e apoiadas, se não estritamente nos relatos bíblicos, ao menos na tradição narrativa católica, imagens de santos e santas não só poderiam como deveriam proliferar no mundo católico, sendo inseparáveis das devoções" (GONÇALVES, 2018, p. 29). Não tardara em proliferar na ainda vila de Porto Alegre não só a imagem dos Passos, mas também a devoção processional envolvida e, como ponto de referência, felizmente preservado na atualidade, se faz a Capela Nosso Senhor dos Passos da Santa Casa de Misericórdia.

Mara Regina do Nascimento bem pesquisou a história da Irmandade do Senhor dos Passos e a Santa Casa de Misericórdia nos séculos XVIII-XIX. Com isso, ressaltou o quanto "Esta, apesar de não figurar entre as que tinham maior número de integrantes, foi a que mais recebeu, ao longo do século XIX, contribuições e ajuda financeira dos fiéis formadores da elite católica porto-alegrense" (2014, p. 95). Naturalmente, também à arte se destinara o financiamento na instituição caritativa, porém como forma de distinção social, conferida nos retratos cativos ao Salão de Honras, ou Galeria dos Benfeitores, habitualmente visitados pela população em festa ademais por personalidades ilustres, ao exemplo da realizada por Dom Pedro de Orleans e Bragança e sua esposa, Condessa de Dobzensky, em 1926. Justo destaque também foi conferido à Procissão do Senhor dos Passos, realizada em meados da Quaresma, a qual trasladava uma estátua de Cristo em Via Sacra da Capela Senhor dos Passos à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, e após pelas ruas da cidade. Mais uma vez, explica Mara Regina a prerrogativa social presente na comemoração, pois "Somente homens da elite, em número de oito, poderiam carregar o andor com a imagem [...] Por vezes, os confrades da Misericórdia convidavam figuras ilustres para dividir com eles esta tarefa" (2014, p. 114). Com isso, se desperta o interesse na imagem devocional, propriamente dita.

Figura 3 – Escultura devocional em madeira policromada de Nosso Senhor dos Passos. Cerca de 200 centímetros de altura. Capela Nosso Senhor dos Passos. Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre



Fonte: acervo da autora.

Esculpida em madeira, policromada com temperança, também coberta por vestes sóbrias, materializadas no veludo, resplandece pela prata e agoniza pelos espinhos. Ainda que eternizada em parcial genuflexão, carrega a tão expressiva cruz, caracterizando a passagem da Paixão. Classificada pela historiadora da arte, Gabriela Luz, como "imagem de vestir de corpo inteiro semiarticulada" (2017, p. 77) demonstra toda a dor do suplício, certamente, uma representação impactante de Nosso Senhor dos Passos. Quanto à sua origem, é sabido que

A imagem foi encomendada aproximadamente em 1806 e é proveniente do Rio de Janeiro. Como a Capela Nosso Senhor dos Passos ainda não se encontrava concluída, a imagem ficou sob os cuidados da Irmandade do Santíssimo Sacramento na Igreja Matriz e só foi transferida para a Capela em 1821 (LUZ, 2017, p. 80).

Longeva na provinciana Porto Alegre e hoje estática na capela mor, a imagem de vestir suscitou outrora uma grande contradição entre aquilo que se vê, mórbido na sua essência, e aquilo que se cultua, por sua vez, de interação festiva. Jesus Cristo carrega o

suporte de sua própria crucifixão e sente a dor no caminho de Gólgota, como bem representado pela imagem de vestir. Todavia, tamanha reflexão espiritual não parece ser o foco dos devotos misericordiosos, pois "No relatório da Provedoria de 1911, foi escrito pelo provedor Antônio Soares de Barcellos que, devido às reclamações por parte dos irmãos, uma nova cruz foi confeccionada" (LUZ, 2017, p. 78) de menores proporções e materiais mais leves, com o intuito de facilitar a procissão dos Passos.

Floresce o imaginário local dos Passos, no ano de 1941, com a vistosa contribuição em vitral, também pertencente à capela em sua homenagem. Consta no relatório apresentado pelo provedor, Coronel Luiz Gonzaga Borges da Fonseca, referente às atividades da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que

Seria uma falta se ultimasse o presente relatório sem referência a um valioso e artístico melhoramento que veio embelezar a nossa Capela. São 5 belíssimos vitrais, executados no atelier da conceituada firma Genta. Representa o maior deles Nosso Senhor dos Passos, no valor de 5 contos, doado pelos pais de Liseta de Barcelos Lino, associada da nossa Cruzada Eucarística, falecida em 1939 (p. 65).

Interessante reflexão sobre a condição estética da produção em vitral é exercida, pois culmina em um desprezioso e subjetivo juízo de gosto que a define bela. Naturalmente, os vitrais se constituem belos de acordo com a finalidade de sua manufatura, a saber, adornar o espaço de oração pelos meios disponíveis. No caso, viabilizados pelo ateliê Casa Genta, o qual, como ressalta Mariana Wertheimer, "foi a oficina de Porto Alegre que, sem dúvida, teve a maior representatividade no Rio Grande do Sul. Sua presença marcou mais de uma geração no ramo vidreiro e na memória coletiva gaúcha" (2011, p. 67). Fundada em 1906 e falida em 1984, a Casa Genta importou tanto técnicas e materiais, quanto mão de obra especializada do continente europeu. Ainda, produziu vitrais de cartão padrão, onde "o cliente escolhia o desenho em forma padronizada" (WERTHEIMER, 2011, p. 70), e também elaborou "trabalho personalizado e original com cartões de artistas plásticos" (WERTHEIMER, 2011, p. 71).

As peculiaridades da concepção artística aparecem ora no vitral de Nosso Senhor dos Passos doado à capela, ora no registro da Provedoria de 1941. Documento do Arquivo Histórico do Centro Histórico-Cultural Santa Casa registra que: "O projeto desta vistosa obra de arte é trabalho da orientadora de desenho Sta. Judith Fortes, a pintura fê-la o artista bávaro Max Dobmeier" (RELATÓRIO da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 1942, p. 66). Já no vitral referido vemos a assinatura dos dois artistas⁵. Um

⁵ Sendo a de Judith vincada no esmalte e a de Max cozida na grisalha.

sinal da época é lido na diferenciação conferida aos profissionais envolvidos, pois Judith Fortes (1896-1964), apesar da assídua atuação no meio artístico porto-alegrense, não recebera, devidamente, a alcunha de artista.

Judith Fortes teve sua formação em desenho e noções de pintura, realizada entre os anos de 1915 e 1922, no então Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, com o louvor da menção honrosa. A pintora, entre as décadas de 1930 e 1950, retratou cerca de sete benfeitores da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e participou de cinco das edições do importante Salão de Belas Artes do Rio Grande do Sul. Por sua vez, o mestre vidreiro natural de Munique, Alemanha, Maxmilian Dobmeier (1892-1951) "chegou ao Brasil em junho de 1936 e trabalhou no ateliê Casa Genta até seu falecimento". E acerca de seu *modus operandi* apenas se conta que "Sua agilidade e rapidez não o faziam levar trabalho para casa, como era comum aos [outros] artistas" (WERTHEIMER, 2011, p. 72).

Uniu o interesse pela arte as personalidades femininas envolvidas no vitral, pois, como historiografado por Amanda Mensch Eltz, "Em 1932, Liseta e sua Mãe Setembrina foram alunas do curso de pintura da artista plástica Judith Fortes, sendo os trabalhos expostos em 24 de junho deste ano em estabelecimento comercial localizado na Rua dos Andradas" (2019), prática comum à época. Viável foi o contato já que Judith Fortes, além de ter prestado assistência, no ano de 1938, ao curso de Artes Plásticas do Instituto de Belas Artes manteve uma escola particular de desenho e pintura localizada na Rua Senhor dos Passos, número 241, geograficamente próxima tanto ao Instituto de Belas Artes, quanto à Capela Nosso Senhor dos Passos. Novamente, a figura do Senhor dos Passos é evocada pelo imaginário porto-alegrense, tamanha pertinência do culto. Outros contatos sociais demonstram o pertencimento da jovem Lisetta de Barcellos Lino à elite local, por ser neta de Antônio Soares de Barcellos, empresário, acionista, político, militar e provedor (1894-1903 e 1905-1914) da Santa Casa de Misericórdia, ademais por ser filha de Domingos da Costa Lino, banqueiro, industrialista, comerciante e presidente (1925, 1932-1933 e 1940) da Sociedade Protetora do Turfe, responsável pela criação do Hipódromo da Hípica.

Esclarecida a afiliação da família "de Barcellos Lino" à Capela dos Passos e aos seus ritos de consagração, ademais clarificado o interesse dos mesmos familiares pelo sistema artístico local, simboliza a composição vitralística de Nosso Senhor dos Passos o ápice de tal interação. Com isso, o adorno fitomórfico à cena principal referencia os louvores da estilística barroca, tão presente na talha mineira, imbricando sutis rosas vermelhas místicas às chagas do Sagrado Cristo. Já o panejamento solene tem seu passado na riqueza processional, adensada na consagrada imagem de vestir dos Passos, e o aspecto tranquilo de quem aceita seu destino tem a leveza de uma cruz já simbólica. A serenidade

facial é pintada pela técnica *grisaille*, a qual era “integrada ao conjunto mediante uma espécie de cocção, que amolecia o vidro, de modo que este pudesse absorvê-la. Uma vez resfriada, tornava-se, como as restantes partes, indelével” (TREVISAN, 2003, p. 179). Distante, o fundo indica em um extremo a curiosa cidadela, tão cara aos mestres renascentistas, e em outro extremo a elevação espiritual nas coníferas, funerárias aos mediterrâneos. Os vidros, sustentados por uma calha de chumbo, possuem esmaltes colorizados tradicionalmente à técnica vítrea os quais renascem aos olhos a cada novo amanhecer.

Passos finais ao estudo

Tratou-se sobre o vitral de Nosso Senhor dos Passos, cujas palavras os arquivos conservam e revelam, na certa, tamanho interesse em distinção. Compreende-se a forma artística dos Passos como resultado de uma construção acadêmica, pautada no rigor clássico e no fazer belo, ademais viabilizada pelo mecenato local. Surpreende-se a memória de Lisetta com a constante louvação, daqueles que contemplam tão vívida composição, longe da referência funesta cuja passagem bíblica remete, próxima da mais possível individualização cuja homenagem confere. Uma jovem que, como seu santinho diz, foi “modelo de virtudes” em seu perpétuo vitral suscita memórias as quais só mesmo a pesquisa desvela. A saber, a afirmação do reconhecimento local de uma artista exímia em sua arte, o momento artístico o qual produzia e valorava o adorno em vitral, e a pertinência de um culto que identificava a formação da elite urbana da então província, de Porto Alegre. Hoje, passados 78 anos da produção, o gosto continua o mesmo e a memória continua presente. Quem quer que contemple o acalanto ali bem se encontra e, não raras vezes, se escuta “belíssimo” à luz do vitral dos Passos de Nosso Senhor e da passagem de Lisetta.

Referências

CHALUMEAU, Jean-Luc. *As teorias da arte: filosofia, crítica e história da arte de Platão aos nossos dias*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

ELTZ, Amanda Mensch; AVILA, Edna Ribeiro; SANTOS, Juliana Morh dos. *Caminhos da Santa Casa: o Pátio Bicentenário e a Capela Nosso Senhor dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Educação patrimonial, CHC Santa Casa, Porto Alegre, 2019.

GONÇALVES, Janice. Devoção e Irmandade In: *Procissão do Senhor dos Passos em Florianópolis*, SC. Dossiê de registro. Florianópolis: IFHAN-SC, 2018. p. 9-120.

LUZ, Gabriela Carvalho da. *Imagem em procissão: um estudo das imagens de vestir nos acervos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em História da Arte) – Instituto de Artes, UFRGS, Porto Alegre, 2017.

NASCIMENTO, Mara Regina do. A Irmandade do Senhor dos Passos e a Santa Casa de Misericórdia: história, caridade e experiências de urbanidade em Porto Alegre/RS. Séculos XVII-XIX. *Paralellus*, Recife, v. 5, n. 9, p.93-118, jan./jun. 2014.

PEREIRA, Ledit de Paula. *Elites políticas e a construção dos Estados federativos na Primeira República em perspectiva comparada: São Paulo e Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2015.

TREVISAN, Armindo. *O rosto de Cristo: a formação do imaginário e da arte cristã*. Porto Alegre: AGE, 2003.

VARGAS, Rosane Teixeira de. *Excluídas da memória: mulheres no Salão de Belas Artes do Rio Grande do Sul (1939-1962)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História da Arte) – Instituto de Artes, UFRGS, Porto Alegre, 2013.

WARBURG, Aby. *A renovação da Antiguidade pagã: contribuições científico-culturais para a história do Renascimento europeu*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

WERTHEIMER, Mariana Gaelzer. *A arte vitral do século XX em Pelotas, RS*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, UFPel, Pelotas, 2011.

WERTHEIMER, Mariana Gaelzer. *Estudo do patrimônio de vitrais produzidos em Porto Alegre no período 1920- 1980*. Recurso eletrônico. Brasília: PETROBRAS, 2009.

Fontes Documentais

Livro Anuário da Universidade de Porto Alegre, 1938.

Relatório de Instituto de Belas Artes de 1922, Livraria do Commercio, 1923.

Relatório da Provedoria de 1926, Livraria do Globo, 1927.

Relatório da Provedoria de 1941, Livraria do Globo, 1942.

“CONFORTO PARA QUEM SOFFRE” NAS PÁGINAS DE UM JORNAL PORTO-ALEGRENSE

Silvia Medianeira Rosa Dumke¹

Fernanda Kieling Pedrazzi²

Introdução

Por que o ser humano, em cada uma das diversas culturas, resulta em inquietudes relacionadas à morte e cemitério? O sistema de crenças e a religião muda de lugar para lugar e dá aos sujeitos a caracterização de seu tempo/ambiente.

A presente pesquisa teve como objetivo principal realizar uma análise documental em um periódico datado de 2 de novembro de 1907, um dia de finados, o jornal “No Cemiterio”, editado na capital gaúcha, Porto Alegre, para que fosse possível discutir algumas questões que envolviam a morte no início do século XX.

Considerou-se realizar um levantamento de dados como: datas, nomes, símbolos e ideias publicadas a partir do exemplar pesquisado, relacionando com as crenças espirituais daquele contexto, e, ainda, buscou-se mostrar uma breve trajetória de alguns dos autores. O número II do ano II foi consultado a partir do acervo digital da Biblioteca Nacional, na seção “Hemeroteca Digital”.

Referencial teórico

A representação do que vive e pensa no meio social é uma explicitação da maneira do coletivo se fazer perceber. Bastianello (2016, p. 23), por exemplo, traz à luz a relação com o espaço cemiterial. “As sepulturas estabelecem um diálogo entre o morto e quem a edificou. Elas nos auxiliam a entender as atitudes da sociedade perante a morte, pois o túmulo age como um objeto de mediação”.

Para Del Puerto e Baptista (2015, p. 42), os cemitérios foram “concebidos inicialmente como um local para sepultamentos, sendo considerados pelo senso comum como misteriosos, sombrios, nefastos e como locais que remetem à tristeza causada pela morte”. Esta visão vem da experiência prática, do uso do lugar, na rotina das mortes de cada espaço/ambiente.

Já na/para a academia, o cemitério tem uma outra função. Trata-se de um espaço

¹Historiadora. Acadêmica do Curso de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS.

²Professora Orientadora do trabalho apresentado - Departamento de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadora do Grupo Informação e Cemitério (GIC/UFSM). Santa Maria/RS.

que pode ser também patrimônio, e “que congrega arte, memória e interpretação histórico-social da comunidade em que se situa”, sendo que isso ocorre a partir de “[...] símbolos, valores, hábitos culturais, organização e significação individual e coletiva, o que faz com que o espaço venha a representar também o mundo dos vivos” (DEL PUERTO; BAPTISTA, 2015, p. 42). Os cemitérios apresentam, assim, um segundo uso, uma vida paralela que interessa por aquilo que guardam acima do solo, aquilo que é visível.

Bellomo (2008, p. 13) afirma a posição do cemitério como uma fonte. “As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias”. Ele faz uma análise das áreas de conhecimento em que “os campos santos podem nos dar valiosas informações”: formação étnica; genealogia; preservação da história familiar e comunitária; crenças religiosas; expressão da ideologia política; expressão do gosto artístico; indicador da evolução econômica da população; expectativa de vida; posições da população sobre o tema morte.

No Ocidente, de certo modo, tudo o que envolve morte, cemitério, cultura e religião ainda está envolto em uma aura de tabu, e quando este tema ocupa o ambiente acadêmico e reúne a comunidade acadêmica, causa estranhamento. Mas são vários os exemplos de trabalhos de teses de doutorado e dissertações de mestrado que versam sobre esta temática e que já foram concluídos. Aliás, nos últimos tempos, somados aos Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação e especialização, esse número só cresce como reflexo do interesse.

Um exemplo do crescente interesse pelas temáticas “morte e cemitério” é o trabalho defendido por Thiago Araújo em um mestrado realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 2006. Ao final do mesmo, depois de pesquisar, entre outros temas, as comunidades alemãs nos cemitérios de Porto Alegre, o pesquisador conclui que “a preservação da memória do morto fortalece a afirmação da identidade cultural, já que através das expressões funerárias associa-se a memória do morto a aspectos da sociedade em que está inserido, em torno da memória comum”.

Porém, com todo o avanço realizado, especialmente nos últimos 10 anos no Brasil, tratar sobre este assunto nas universidades ainda é questionado por muitos. Há muito a fazer e explorar para levantar e construir sobre os conceitos e noções de informação acerca de cemitério. “Estudar as diferentes manifestações culturais, neste espaço, possibilitou resgatar seu inestimável valor histórico, artístico e patrimonial para a cidade”, escreveu Bastianello (2016, p. 27) ao apresentar seu livro sobre o Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé (RS) denominado “A memória retida na pedra”, fruto de sua dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL - RS) em 2010.

Castro (2012) também mostra esta veia diferenciada da pesquisa em cemitérios, quando apresenta o caso do tombamento do cemitério de Joinville (SC) em capítulo de livro editado em 2012. “Os cemitérios podem ocupar outros lugares e motivar outros olhares, além da repugnância que o tema, geralmente, causa aos que são convidados a visitar um cemitério” (CASTRO, 2012, p. 102).

De outro lado, o jornal é um importante meio de registro de uma época. Luca (2014, p. 118) defende que “ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”. Pedrazzi (2015, p. 256), em sua tese, defendida na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - RS) em 2015, e que tem como mote o discurso sobre a morte em arquivos, retoma o que era comum de se encontrar nos jornais já no final do século XIX: “entre as informações que circulavam estavam textos literários, notas, textos noticiosos, como, por exemplo, quem chegava e quem saía da cidade, além de destacar a opinião de quem produzia o jornal sobre questões políticas”. É exatamente por isso que o jornal passa a ser tão importante na recomposição da história, porque ele traz as marcas do que circula no pensamento das pessoas de um determinado tempo e lugar.

A análise de um jornal pode cercar os aspectos materiais, tendo “em vista que a grande variação na aparência, imediatamente apreensível pelo olhar diacrônico, resulta da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e lugar social ocupado pelos periódicos” (LUCA, 2014, p. 132).

Para além da materialidade dos impressos, o jornalismo constitui-se em uma importante fonte de pesquisa retrospectiva, pois, a partir da agenda dos impressos, é possível perceber o que é importante na sociedade de cada tempo. O jornalista se preocupa em recortar a realidade, e traduzir a dinâmica social, juntamente com as pautas que a comunidade demanda no momento. Para Leon, que analisa o uso dos jornais religiosos como fonte, recortando o catolicismo em sua pesquisa, afirma: “compreendemos a imprensa como uma construção discursiva que é portadora e produtora de significações” (LEON, 2017, p. 71).

No entanto, nem sempre são explícitas as relações daquilo que é reportado em um jornal para a sociedade. Souza (2009, p. 13) analisa considerar os periódicos em sua pesquisa histórica sobre educação e salienta que é preciso “considerar que a escritura da imprensa periódica apresenta muitas vezes discursos enigmáticos” e que precisa ser questionada.

A relação entre jornalismo e sociedade se dá pela dependência que um tem do outro, seja de forma direta, pela prestação de serviços, ou de forma empírica, e, por vezes

irreconhecíveis, na construção de memórias.

Pinheiro (2013, p. 8) defende que o jornalismo “ao findar sua função de propiciar elementos para a compreensão da dinâmica da atualidade, ganha outra dimensão: o espectro da memória, das referências sobre o cotidiano, do tempo presente que findou, porém sem se desvencilhar do tempo que chegou”. É essa memória, do que acontecia há 112 anos, que se busca recuperar com a presente pesquisa.

Material e método

O material utilizado foi a segunda edição do periódico “O Cemitério” de 2 de novembro de 1907 da cidade de Porto Alegre – RS (Figura 1).

Figura 1 – Cabeçalho do periódico “No Cemitério”



Fonte: acervo digital da Biblioteca Nacional.

A edição trabalhada na pesquisa foi encontrada no endereço eletrônico da Hemeroteca Digital. De acordo com o *site* da Biblioteca Nacional Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/>), na aba “Orientações de uso de arquivos digitais”, “os conteúdos acessíveis no *site* da biblioteca digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital – são, em sua maior parte reproduções digitais de obras em domínio público, provenientes de coleções da Biblioteca Nacional do Brasil” e a sua reutilização não comercial “é livre e gratuita”, desde que seja mencionada a BNDigital como fonte de referência.

Na aba “Hemeroteca Digital” está posto que este espaço virtual é um “portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas”. A pesquisa não tem ônus, incluindo títulos dos primeiros jornais criados no Brasil até jornais extintos no século XX como é o caso de “No Cemiterio”.

O jornal utilizado para esta pesquisa, como já informado, é de 1907, está disponível para consulta e é passível de ser baixado (*download*) no seguinte endereço: encurtador.com.br/hnsM6

Como método, utilizou-se da análise documental e textual. Realizou-se um procedimento de observação da materialidade do jornal com o levantamento de informações a partir da análise textual (disponíveis em duas colunas largas em cada uma das quatro páginas) e das imagens existentes no periódico. Por fim, organizou-se um quadro com os elementos escolhidos para a análise. Ainda, foram feitas observações sobre seu estado de conservação, sobre autoria e sobre os dados básicos da publicação.

Resultados

Na Porto Alegre, capital gaúcha, de 1907, um periódico era editado portando o nome que remonta às questões que envolvem a morte no início do século XX: “No Cemiterio”. A partir da estruturação de um quadro com informações das quatro páginas do jornal foi realizada uma pesquisa dos nomes e fatos que são mencionados nos artigos apresentados, buscando referências nos dias de hoje em parte das fontes disponíveis.

“O dia de hoje”, assinado por Celia, traz informações sobre o próprio jornal, indicando que as páginas foram cedidas a quem tem “almas benedictas” e “para que suas revelações cheias de proveitosos ensinamentos [...] produzam o efeito de conforto para quem sofre e procura um meio de reparar as suas faltas”.

Em pesquisa mais detalhada na página da Hemeroteca, não constam informações sobre a origem do jornal, somente o local de publicação (Porto Alegre – RS). Sobre as informações do acervo, existem duas numerações: um código (TRB03667.0072) e um rótulo (822035). Na “Pasta” do jornal há apenas o ano 1907, e dentro desta referência há apenas o arquivo da edição, indicada como 00002, e a informação de número de páginas: 4.

Pela imagem apresentada no *site*, o jornal está em bom estado de conservação, aparentemente sem rasgos ou manchas, sendo bastante fácil a identificação de caracteres até mesmo pela digitalização que foi realizada. No *site* da BNDigital, na aba “Sobre a BNDigital” existe um subitem denominado “Laboratório de Digitalização”. Nele é especificado que a captura da imagem “é feita a partir do documento original ou do microfilme”, e que para isso é utilizado um “moderno e bem equipado Laboratório de Digitalização, dotado de escâneres planetários que garantem a digitalização sem danos ao acervo, backs digitais, escâner para material de grande porte e escâneres para microfilme”. Esta qualidade está espelhada na qualidade da imagem apresentada no *site*.

Do ponto de vista da apresentação gráfica do material, ou seja, da diagramação, são utilizadas linhas para separação entre os textos da segunda edição de “No Cemiterio”. Nos títulos são usadas maiúsculas e também maiúsculas e minúsculas, o que na área

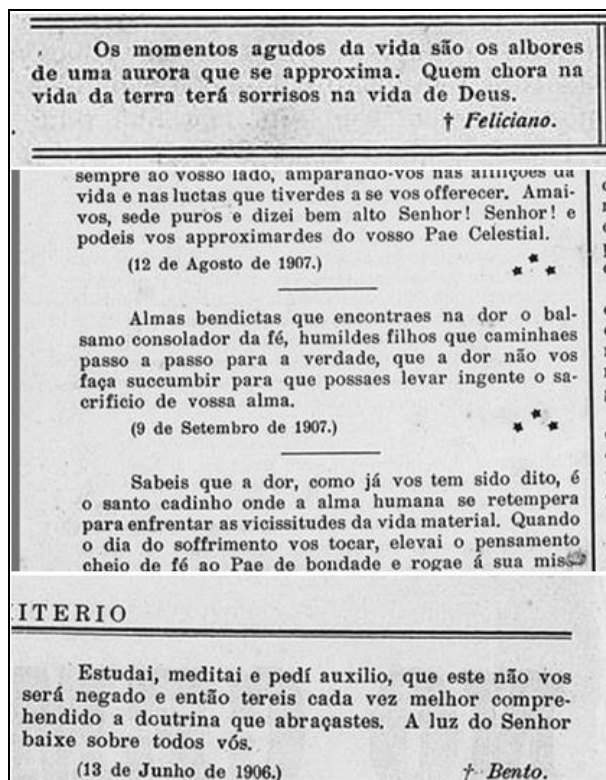
jornalística também pode ser chamado de Caixa Alta e Caixa Baixa, expressões usadas no ramo mais tradicional da tipografia referindo à escrita com letras maiúsculas e minúsculas.

O vocabulário apresentado no jornal em questão tem reflexos das variações linguísticas ocorridas no Brasil nos últimos séculos. Para Costa (1996, s/p) “toda língua é um conjunto heterogêneo e diversificado porque as sociedades humanas têm experiências históricas, sociais, culturais e políticas diferentes e essas experiências se refletirão no comportamento lingüístico de seus membros”. Dessa forma, para a autora, “a variação lingüística, portanto, é inerente a toda e qualquer língua viva do mundo” (COSTA, 1996, s/p). Isso é refletido na escrita que tem regras próprias a cada tempo expressas na normatividade gramatical.

Da mudança ocasionada pelo tempo, percebe-se palavras com o uso do “h” como em “sahir” para “sair”; “physiologia” para fisiologia; “hymnos” para “hinos”; “sentir-se-hia” para “sentir-se-ia”. As consoantes geminadas de “n”, “f” e “l” como “Anno” para “ano”; “soffrer” para “sofrer”; “ella” para “ela”; “apparição” para “aparição”. Ainda o uso de consoantes extras como em “bendictas” para “benditas”; “promptamente” para “prontamente”. São verificadas as ocorrências em ditongo na palavra “apogeo” para “apogeu”. E há ainda a variação, entre tantas outras, de “pae” para “pai”; “reflecti” para “refleti”; “Si” para “se”; etc.

Com relação ao conteúdo do que apresenta, ao todo, o periódico conta com 16 textos e 12 autores, e um dos textos não é assinado, conforme o que consta nas páginas 3 e 4. Nota-se ainda, uma certa quantidade de símbolos em alguns textos, o que nos faz acreditar que alguns dos textos possuem algum tipo de identificação interna, onde só quem conhece os símbolos sabe quem é o autor, como mostra a Figura 2.

Figura 2 – Exemplos dos símbolos encontrados



Fonte: Adaptado de “No Cemitério”, 1907.

Sobre os autores, identificam-se algumas pessoas célebres à época e alguns desconhecidos, como pode-se perceber no Quadro 1, apresentado a seguir.

Quadro 1 – A autoria de “No Cemitério”

P.1	P.2	P.3	P.4
+ Feliciano	+++	Um ignorante	(sem assinar)
<u>Bezerra de Menezes</u>	+ Bento	<u>Geraldo de Faria Corrêa</u>	<u>Victorien Sardou</u>
<u>São Luiz</u>	<u>Bezerra de Menezes</u>		
Celia	<u>Frei Bartholomeu dos Anjos</u>		

+ Feliciano			
<u>Bittencourt Sampaio</u>			

Fonte: elaborado pelas autoras, 2019.

No que tange aos autores destacados no Quadro 1, é preciso salientar que alguns dos assinados possuem símbolos que os identificam internamente e só quem conhece os símbolos sabe quem é, de fato, o autor.

Na sequência, apresenta-se uma breve biografia de alguns deles a partir de fontes digitais pesquisadas:

Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti: nascido em 29/08/1831 e falecido em 11/04/1900. Natural da cidade de Riacho do Sangue, no Ceará, em 1856 diplomou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Proclamou ao público a sua adesão ao Espiritismo em 1886, cerca de 11 anos depois de conhecer a doutrina. Dedicou-se à causa de Cristo, sendo considerado o médico dos pobres e o apóstolo da caridade. No Rio foi vereador e deputado. Foi presidente da Federação Espírita Brasileira, onde conseguiu aglutinar o movimento espírita.

Francisco Leite de Bittencourt Sampaio: nasceu em 11/02/1834 e faleceu em 10/10/1895. Escreveu "A Divina Epopeia de João Evangelista", reproduzindo o Evangelho de João em versos decassílabos. Espírita, desenvolveu sua mediunidade de receitista no "Grupo Confúcio", no Rio de Janeiro. Fundou (1876) a "Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade".

Victorien Sardou: nasceu em 05/09/1831 e faleceu em 08/11/1908. Escritor francês, abandonou o curso de Medicina e passou a dar aulas de francês para estrangeiros. Acompanhou Allan Kardec e trocava correspondência com ele, tornando-se médium desenhista (sem saber desenhar) e médium gravador (sem nunca ter feito esses desenhos sobre o cobre). Autor do primeiro texto para teatro espírita, o "Spiritisme" que foi encenada em 1896 em Paris.

Nas quatro páginas de "No Cemiterio" ainda se destacam nos textos os nomes de algumas pessoas e instituições que são bastante conhecidas, sendo elas: Jesus, Mr. Sibour – Arcebispo de Paris, assassinado em 03 de janeiro de 1857, na saída da Igreja; Padre Verger – assassino do Arcebispo de Paris na Igreja Sant-Etienne du Mont, que é católica, e que fica em Paris, junto ao Panteão.

Quanto ao conteúdo propriamente dito, no próprio material há uma declaração que o jornal vem a ser um meio de dar "conforto" para aqueles que sofrem através das palavras de pessoas com "almas bendictas" e que compartilham ensinamentos (texto de Celia, página 1 de "No Cemiterio").

De modo geral percebe-se uma filosofia espírita, tanto pelos autores dos textos como também pelas mensagens que foram ali alocadas. Em um dos textos é apresentada uma entrevista por evocação, que teria sido feita em 30 de janeiro de 1857, após a execução de um prisioneiro, agora como um espírito, da pessoa que veio a ser o assassino do Arcebispo de Paris no início daquele mesmo mês. "Sei a mais que há uma série de encarnações que nos dão conhecimentos úteis, afim de nos tornarmos perfeitos tanto quanto possível à humana criatura" ([sic] resposta à pergunta 13 pelo espírito do Padre Verger, página 3 de "No Cemiterio"). Este trecho dá, também, a ideia de que o jornal traz conforto aos que ficam

por aproveitar para passar parte dos ensinamentos espíritas para as pessoas por meio de uma “entrevista” com um morto.

Também no texto assinado como de Bezerra de Menezes, na página 2, há a filosofia espírita abordada: “Procurai, queridos irmãos, seguir o caminho indicado pelo bom Jesus e não temais de voltar a esse mundo tão cheio de sofrimentos” [sic]. O “voltar” aqui está conectado com a noção de reencarnação defendida pelo espiritismo. Na mesma página, em outro texto, atribuído a Bento (precedido de uma cruz), a vinculação é flagrante: “O Espiritismo, essa sublime doutrina, que se vincula com a do manso Nazareno pela pureza dos seus conceitos, é a base onde deve assentar a educação da sociedade futura” (+Bento, página 2 de “No Cemiterio”).

Já na página 4 é posta a contrariedade da ciência para com o espiritismo em 1888 pelo depoimento de Victorien Sardou quando diz: “o espiritismo tem de combater outros inimigos além daquela má vontade”, referindo-se àqueles que não acreditam nele.

A ideia de conforto é revisitada pelas palavras utilizadas durante a composição das páginas: Página 1 – “[...] Deveis sofrer com calma este instante para terdes a felicidade sem fim” (+Feliciano); Página 2 – “[...] estudai, meditai e pedi auxílio, que este não vos será negado” (+Bento); Página 3 – “[...] tudo fica completamente sem valor sem a caridade e a resignação” (Um ignorante); Página 4 – “[...] Prazer de conversar com os homens e poder em parte reparar as minhas faltas, confessando-as” (Padre Verger).

Entende-se que a distribuição gratuita (pois não há referência a preço na capa do jornal) no dia de finados aos circulantes no cemitério (como o próprio nome do periódico indica) é um meio de “fazer o bem”, uma das bases da doutrina.

Conclusão

Após a análise feita no material encontrado no *site* da Biblioteca Nacional Digital, no setor de sua Hemeroteca Digital, que leva o nome de “No Cemiterio”, em edição única datada de 1907 nota-se que se trata de uma publicação dirigida a pessoas da comunidade porto-alegrense (local onde foi editado) em referência ao dia dos mortos pelo fato de o mesmo ser produzido com a data que no Brasil e em outros países se comemora o Dia de Finados.

A data de finados, também conhecida como dia dos mortos ou ainda dia dos fieis defuntos, aliás, pode ser vista com diversas origens: como uma data católica, por ser o dia seguinte ao dia de todos os santos, o que é referido na Bíblia em algumas de suas passagens. No México, por sua vez, pode ser considerada uma festa, a festa do dia dos mortos, de origem indígena. Já para o médium Léon Denis, um dos continuadores do

espiritismo após a morte de Allan Kardec, afirma que ela vem dos druidas, celtas que pensavam que havia uma existência após a morte. “Como no tempo dos druidas, a natureza retornará ao templo augusto; será então a religião do espírito, consciente dele mesmo e de seu destino, que é o de evoluir de vidas em vidas, de mundos em mundos em direção ao foco eterno de toda luz” (DENIS, 2008, p. 77).

Rezende (2007, p. 16) esclarece que “oficialmente o dia dos mortos com visitas a cemitérios tem início no século XIX, sendo muito comemorado no Ocidente Católico”. De acordo com o mesmo autor, “o país que mais cultua os mortos nesta data é o México”. Mas isso acontece de duas formas naquele país: “o dia primeiro de novembro é o dia das crianças mortas (Todos os anjos) e o dia dois de novembro é consagrado aos defuntos fieis, que são os mortos adultos”. Essa separação mostra que na cultura daquele povo, crianças e adultos têm condições diferentes na morte. A retomada desta data nas páginas de um jornal específico, para isso é um sinalizador da importância para a comunidade em que foi editado o periódico.

Ao concluir a análise, entende-se que o jornal deve ter sido distribuído para as pessoas que circulam em um cemitério local, direcionando os leitores para a filosofia/doutrina espírita o que se percebe tanto pela autoria dos textos, sendo a maioria deles de espíritas, mas principalmente pelo que evoca enquanto conjunto de ideias: o fundamento da doutrina, a vida após a morte, a comunicação com os mortos, os ensinamentos espíritas básicos, a filosofia espírita da bondade e a lei do retorno e a educação para a evolução.

A simbologia presente na edição do jornal analisada também reforça a ideia de religião vinculada à morte e espiritualidade. Nota-se, no texto propriamente dito, a variação gráfica da língua portuguesa, advinda da variação linguística em várias das palavras grafadas.

Referências

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. *Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial* (1889 – 1930). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História das sociedades Ibéricas e americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2t0hg0w> Acesso em: 08 jul. 2019.

BASTIANELLO, Elaine Tonini. *A memória retida na pedra: a história de Bagé inscrita nos monumentos funerários (1858-1950)*. Bagé: Pallotti, 2016.

BELLOMO, Harry Rodrigues. A arte funerária. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte sociedade ideologia*. 2 ed. rev. ampl. Porto Alegre:

EdiPUCRS, 2008.

CASTRO, Elisiana. Não só de morte vivem as necrópoles: a participação dos cemitérios nas políticas de preservação patrimonial por meio do estudo de caso do cemitério do imigrante de Joinville (SC). In: CASTELLS, Alicia N. G. de; NARDI, Leticia. (Org). *Patrimônio cultural e cidade contemporânea*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012, p. 85 - 106

COSTA, Vera Lúcia Anunciação. A importância do conhecimento da variação linguística. In: *Educar em Revista*, n.12, Curitiba Jan./Dec. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2FvUOiH> Acesso em: 15 jul. 2019.

DEL PUERTO, Charlene Brum; BAPTISTA, Maria Luiza Cardinale. Espaço cemiterial e Turismo: campo de ambivalência da vida e morte. *Revista Iberoamericana de Turismo*, v. 5, n. 1, p. 42-53, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2QYqLWd>. Acesso em: 28 jun. 2019.

DENIS, Léon. *O gênio céltico e o mundo invisível*. 3 ed. Rio de Janeiro: Léon Denis Gráfica e Editora, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2N8IBWA>. Acesso em: 05 jul. 2019.

LEON, Adriana Duarte. O uso dos jornais religiosos como fonte para a história da educação. In: *Quaestio*, Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, p. 69-85, abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/2292> Acesso em: 08 jul. 2019.

LUCA, Tania Regina de. História nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.

PEDRAZZI, Fernanda Kieling. *O discurso sobre a morte em arquivos institucionais do final do século XIX*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Centro de Artes e Letras. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2015.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Jornalismo e memória: as experiências dos impressos O Estado de S. Paulo e O Povo. In: *Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia*, UFOP, Ouro Preto, 2013.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. *Cemitérios*. São Paulo: Necrópolis, 2007. Coleção Espaços Mal Vistos

SOUZA, Eliezer Felix de. A imprensa como fontes para pesquisa em história e Educação. In: *Anais do III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil*. Campinas, SP, UNICAMP, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/37KqtsC>. Acesso em: 02 ago. 2019.

MORTE À VISTA! RITOS FUNERÁRIOS DE BALEEIROS AMERICANOS NO SÉCULO XIX

Fabiana Comerlato¹

A caça pelágica americana

A caça das baleias pode ser considerada como um fenômeno global: não há oceano que não tenha sido tingido de sangue. Ao longo da história da humanidade, vários povos experimentaram esta atividade, criando territórios e culturas voltadas à baleação. O recorte temporal que pretendemos analisar corresponde à caça pelágica norte-americana, que se trata da caça de baleias em alto mar por volta da metade do século XIX até os anos 20 do século XX, sob bandeira americana (REEVES *et. al.*, 2003, p. 9).

Nas águas atlânticas dos Estados Unidos predominou a indústria baleeira do século XIX, contudo não estavam sozinhos no mar. A atividade baleeira de ingleses, franceses e espanhóis não deve ser ignorada, pois fazia dos oceanos um cenário de disputas e estratégias para melhoria da pesca: melhor conhecimento dos padrões de rota migratória dos espécimes de baleias, melhorias náuticas, planejamento adequado das viagens, estudos sobre a qualidade do óleo. As operações baleeiras nas zonas pelágicas foram redefinidas entre 1775 e 1800 (RICHARDS, 1993, p. 1).

Os portos americanos consagraram-se pela quantidade de empresas baleeiras e número de embarcações rumo ao Índico, Pacífico e Atlântico Sul (especialmente nos “Bancos do Brasil”). Em 1833, existiam muitos portos de armamento baleeiros nos Estados Unidos: New Bedford, Fairhaven, Nantucket, New London, Bristol, Warren, Edgartown, Falmouth, Hudson, Newport, Plymouth, Salem, Fall River, Rochester e vários pequenos ancoradouros (AFONSO, 1998, p. 24). Da metade do século XVIII ao início do século XIX, o porto de Nantucket dominava a indústria; entre 1830 e 1850 (período áureo), o porto de New Bedford torna-se o mais importante na indústria americana (DUMITRU, 2010, p. 141). Para exemplificar a grandiosidade dessa indústria, em 1857, New Bedford contava com 329 embarcações baleeiras e 10.000 homens dispostos a ir à faina pelos mares (CAZEILS, 2000, p. 89). O registro americano de galeras, barcas, briques e outras embarcações baleeiras gira em torno de 15.000 viagens (SMITH *et. al.*, 2010, p. 87) (Fig. 1).

¹ Professora do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Líder do Grupo de Pesquisa Recôncavo Arqueológico. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Cruz das Almas/BA.

Figura 1 – Navio baleeiro Platina (primeiro à esquerda) atracado no píer do porto, de origem New Bedford. Navio construído em 1847 com seu primeiro registro em 1875



Fonte: Disponível em: <https://bit.ly/2QSBX85>. Acesso em: 30 jun. 2019.

O alvo principal da caça americana era o cachalote, *Physeter macrocephalus*, que rendia muito mais óleo que as outras espécies e provinha o espermacete e âmbar gris. No século XIX, eram conhecidas diversas espécies de baleias, sendo grande parte deste conhecimento atribuído à atividade baleeira através dos dados empíricos da tripulação e pelos estudos de naturalistas que embarcavam nessas viagens.

Os armadores, donos das empresas baleeiras, eram em sua maioria protestantes: *quakers* e da Igreja Congregacional. Os *quakers* formaram uma elite, apesar de não terem pastores, sua coesão era estabelecida em encontros mensais e anuais (HESS, 2012, p. 239). Nessas reuniões dois temas principais eram evocados: os negócios e o culto. A moral era assunto de reflexão, conduzindo os negócios, reafirmando a consciência individual e o espírito de comunidade (HESS, 2012, p. 240). Esta religiosidade baseada na fraternidade era seguida em alto mar, tendo em vista que os capitães e oficiais eram das famílias *quakers* (HESS, 2012, p. 244).

A preparação da viagem era crucial para a atividade baleeira. Uma das características da caça americana pelágica era a sua duração, podendo durar alguns meses ou até cinco anos, agrupando homens de várias origens étnicas (DREW *et. al.* 2016, p. 81). Era necessário equipar os navios e repará-los, calcular toda alimentação e água doce necessária e fazer o seu abastecimento, além de recrutar o pessoal mais experiente possível. A atividade baleeira era essencialmente masculina, hierárquica e culturalmente diversa.

A tripulação era composta de um capitão, primeiro imediato, segundo imediato, terceiro imediato, quarto imediato, arpoador, tanoeiro, camareiro, comissário, cozinheiro, marinheiros (divididos em três categorias: habilidosos, parcialmente habilidosos e sem nenhuma experiência) e aprendiz. A tripulação de um navio baleeiro era constituída de uma comunidade multiétnica, ocupando diferentes funções. Eram: polinésios (rapanui), originários americanos, crioulos e afro-americanos, açorianos, madeirenses, cabo verdianos, havaianos, dentre outros. A idade que iniciavam a vida marítima era entre 22 e 24 anos. Pelos rigores da profissão deixavam o mar por volta dos 30 anos; também, havia marinheiros que iniciavam o trabalho nos baleeiros com apenas 12 anos (STEWART, 2004, p. 53). Os marinheiros eram atraídos pelo aspecto heroico, obtenção de prestígio pessoal e pela remuneração que poderia garantir maior liberdade (DUMITRU, 2010, p. 141). Durante suas vidas, passavam mais tempo no mar que em terra, a exemplo de um baleeiro norte-americano que, em 11 anos de casado, passou apenas 360 dias com sua esposa (PROULX, 1986, p. 71).

A baleação era uma atividade de risco, parte desses compensados por “leis”, espécie de contratos que fixavam a remuneração tendo por base o sistema de distribuição dos lucros através da caça. Quanto mais especializados, por conseguinte, mais escolarizados recebiam maior valor. No começo do século XIX, a tripulação era de treze indivíduos; os navios maiores poderiam chegar a trinta pessoas (HILT, 2005, p. 3). Como Eric Hilt explica, a principal motivação dos marinheiros para uma performance que compensasse os riscos era transformar a banha podre em dólares (HILT, 2005, p. 4).

Dentro deste microcosmos – que eram as embarcações baleeiras – era garantido ao capitão a máxima autoridade, que aplicava punições físicas para reforçar suas ordens. O dia a dia em um baleeiro fazia com que o aspecto aventureiro fosse suplantado pela exaustão, somada às péssimas condições de higiene, comida e habitação. Existiam dois tipos de violações das regras: ofensas (indisciplina, desrespeito, indolência, linguagem imprópria, bebedeiras) e crimes (assassinatos, motim, deserção, sabotagens) (DUMITRU, 2010, p. 142). As punições poderiam ser castigos físicos aplicados pelo capitão, com o uso do chicote e das algemas por períodos determinados (DUMITRU, 2010).

A título de exemplo, o *logbook* da *Barca Northern Light* apresenta vários registros de violações a regras como insultos e roubos. Acompanhando a narração de um desses episódios, do tumultuado dia 13 de abril de 1869, o dono do diário escreve em um comentário na lombada que em seus 31 anos no mar nunca tinha ouvido tanta linguagem de rebeldia como ouviu tão ensurdecadora e abusivas palavras.

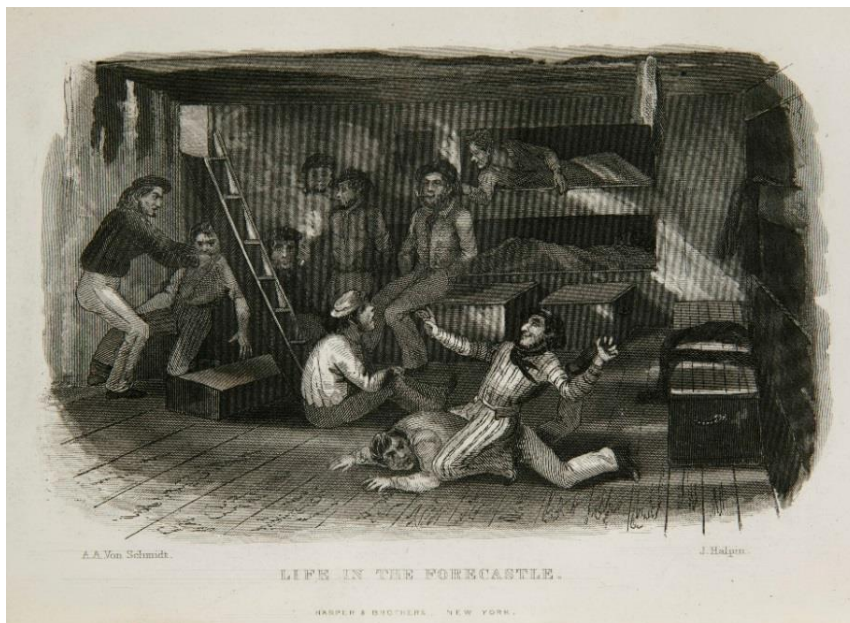
Durante o tempo que singravam os oceanos em busca de baleias, marinheiros se

dedicavam à faina nos barcos, à caça e ao beneficiamento de baleias. Porém, o trabalho era monótono no início da viagem, sobrando mais tempo para o fumo, os jogos, as músicas e para a criação dos *scrimshaw* (espécie de arte em dentes e ossos de baleias). Em meio a espaços confinados (cabines, compartimento do leme e castelo da proa), a falta de higiene, a alimentação limitada a alguns itens, os baleeiros oscilavam suas vivências em momentos de grande atividade com outros de marasmo, construindo redes de companheirismo e de camaradagem em alto mar (Fig. 2):

No castelo da proa, os marujos afro-americanos se regalavam com a antiga tradição marítima de “contar casos” – trocar histórias de travessias, colegas de bordo e de naufrágios, juntamente com outros relatos marítimos. Dançavam e cantavam, muitas vezes acompanhados por uma rabeça; rezavam ao seu Deus; e, em conformidade com outra tradição das viagens pelo oceano, criticavam os erros do capitão e de seus oficiais (PHILBRICK, 2003, p. 33).

O mar era um lugar de uma “imprevisibilidade apavorante” (PHILBRICK, 2003, p. 17), “[...] para o baleeiro, o mar era seu campo de trabalho, e o lar o seu ofício (PHILBRICK, 2003, p. 33). A pesca em alto mar oferecia alguns perigos: incêndios a bordo, doenças, suicídios, tempestades, naufrágios, acidentes de trabalho, canibalismo, colisões com baleias e encalhes ou choques com rochedos, bancos de areia, arrecifes, *icebergs*. A doença do escorbuto, as diarreias e a sífilis eram comuns da faina baleeira (CAZEILS, 2000, p. 112-113). Ainda havia o risco de incêndios, os quais poderiam ser causados por explosões nas fornalhas e propagação das chamas. Jules Lecomte menciona um navio americano que nas costas do Brasil, em 1827, queimou durante duas horas e meia e o incêndio foi acompanhado por outros baleeiros a mais de quarenta milhas de distância (CAZEILS, 2000, p. 112).

Figura 2 – A vida no castelo da proa



Fonte: Disponível em: <https://bit.ly/2tYPH7T>. Acesso em: 30 jun. 2019.

A captura dos cetáceos implicava em riscos, em que os baleeiros adentravam em pequenas embarcações para arpoar e perseguir “monstros marinhos”, os quais podiam com um movimento de cauda destruir seus botes com facilidade. A cena mais dramática era quando, durante a caçada, um homem era lançado ao mar, temática reproduzida de maneira recorrente na iconografia baleeira (Fig. 3).

Figura 3 – Capturando um cachalote – água tinta de John William Hill



Fonte: Disponível em: <https://bit.ly/3aaWBb9>. Acesso em: 30 jun. 2019.

A literatura de aventura marítima americana é cheia de histórias trágicas que envolvem acidentes e mortes. Alpheus Hyatt Verril relata vários acidentes com embarcações baleeiras no capítulo *True stories of whaling* do livro *The real story of the whale*, como essa: Em março de 1796, no navio Harmony de Rochester, o capitão George Blankenship afundou o navio durante uma perseguição na costa do Brasil. O navio e a carga foram perdidos, contudo, a tripulação conseguiu se salvar nos botes (VERRIL, 1916, p. 127). Os casos mais extraordinários e raros percorriam os portos e tornavam-se famosos, como a colisão de um meteoro no navio comandado pelo Capitão Charles Robbins (ROBBINS, 1913, p. 241). A história mundialmente famosa é a novela de Hermann Melville, *Moby Dick*, que narra a tragédia do navio Essex e a vingança da baleia. Melville dimensiona os perigos da atividade e as mortes como algo comum e regular:

[...] ainda que a maioria dos homens tenha uma ideia vaga dos perigos mais comuns da grande pescaria, contudo eles não têm nada como uma concepção firme e real desses perigos, nem da frequência com que são recorrentes. Talvez uma das razões seja que nem mesmo um entre cinquenta desses desastres e mortes por acidentes na pescaria chega a ser registrado publicamente pelo país, nem o mais transitório e imediatamente esquecido registro. Você acha que aquele pobre coitado, neste momento talvez preso à corda da baleia além da costa da Nova Guiné, que está sendo arrastado para o fundo do mar pelo Leviatã que mergulha – você acha que o nome do pobre coitado vai aparecer no obituário do jornal que você vai ler amanhã de manhã no café? Não: porque o correio é muito irregular entre aqui e a Nova Guiné. De fato, você já ouviu falar de notícias regulares diretas ou indiretas vindas da Nova Guiné? Ainda assim, digo a você que numa determinada viagem que fiz ao Pacífico, entre muitos outros nós entramos em contato com trinta navios, e cada um deles relatou uma morte causada por baleia, alguns até mais de uma, e três perderam a tripulação de um bote. Pelo amor de Deus, economize lamparinas e velas! Nenhum galão é queimado sem que ao menos uma gota de sangue humano tenha sido derramada (MELVILLE, 2013, p. 227-228).

A morte era algo presente no cotidiano dos baleeiros. O doutor Félix Maynard revela um pouco este estado de espírito em seu diário de bordo:

A morte, uma morte imprevista e bruta, não entra no programa de vida de um marinheiro baleeiro? Os armadores não garantem a sua existência, como eles garantem a eles sua porção de óleo no retorno. A tristeza e o luto prejudicam o trabalho e a atividade; sem luto! sem tristeza!² (tradução nossa, CAZEILS, 2000, p. 105).

A caça a grandes animais em águas profundas implicava alguns riscos e, até, a morte que era interpretada com fatalismo. A finitude era algo inevitável, porém poderia ser adiada, visto que o mar não era bem visto como um lugar para a última morada.

² La mort, une mort imprévue, brutale, n'entre-t-elle pas dans le programme de la vie d'un marin baleinier? Les amateurs ne lui garantissent pas son existence, comme ils lui garantissent sa part d'huile au retour. La tristesse et le deuil nuisent au travail et à l'activité; pas de deuil! pas de tristesse!

Os registros de acidentes e mortes nos *logbooks*

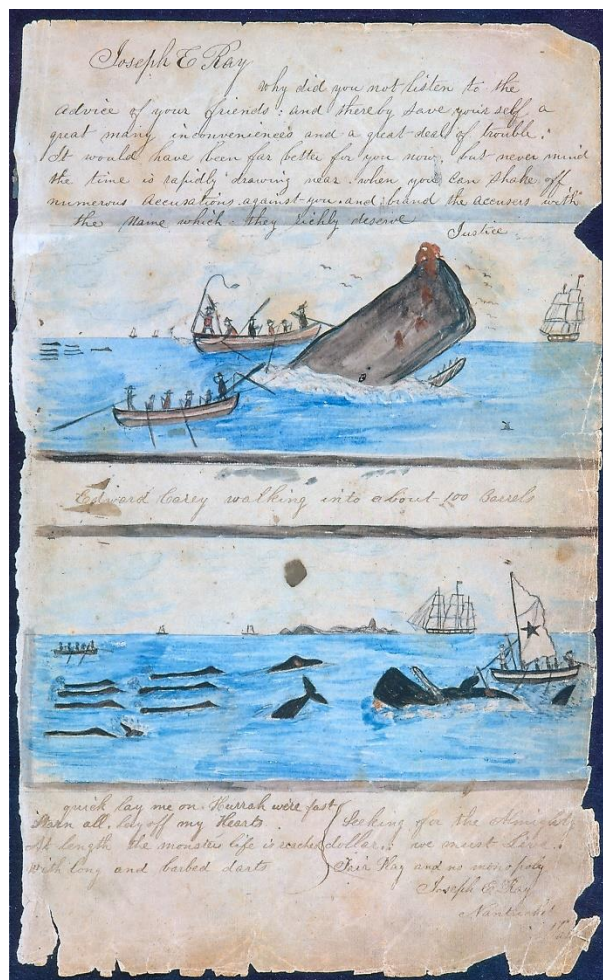
O registro dessas viagens foi documentado em diários de bordo oficiais – os *logbooks*, e os *journals* diários de bordo pessoais de membros da tripulação ou passageiros, a exemplo de marinheiros, médicos e algumas esposas (COSTA, 2012, p. 141). Os diários de bordo eram os registros oficiais mantidos a bordo e escritos por oficiais de primeira linha. Cabe uma ressalva, em relação a grande similaridade na estrutura e conteúdo desses documentos, o que pode acarretar em dificuldades em sua correta classificação (GILJE, 2016, p. 66). Os diários dos viajantes misturam autobiografia, relatos de viagem e literatura trágico-marítima; já os *logbooks* são registros sistemáticos feitos geralmente à noite quando eram anotadas dia a dia as principais informações da viagem (GILJE, 2016, p. 66-67).

Nos *logbooks* eram registradas todas as atividades que aconteciam na embarcação: o cruzeiro, a distância, o vento, o clima, as coordenadas geográficas (latitude e longitude), os marcos geográficos, as informações sobre áreas portuárias, as embarcações de outras bandeiras, as mortes e os acidentes, a quantidade de animais caçados e de barris de óleo, a carne e os ossos produzidos e armazenados (GILJE, 2016, p. 67). Nestes diários de bordo também podemos encontrar representações visuais que reforçam os eventos mais importantes das viagens baleeiras: o avistamento de baleias, a caça, as embarcações, as referências geográficas relevantes e a presença de outros animais marinhos (Fig. 4).

Aquele que era proprietário de um *logbook* era dono de objeto caro, que ao mesmo tempo, era um registro legal testemunho de sua atuação na embarcação e um registro de cunho pessoal de valor afetivo (GILJE, 2016, p. 76-77). Um mesmo *logbook* poderia conter várias viagens até de embarcações diferentes (GILJE, 2016, p. 76). Os diários poderiam conter elementos inusitados como poemas, orações, anotações, colagens de notícias de jornais, cartas de amor e até serenatas em código, tornando, assim, cada exemplar único.

Os diários de bordo dos navios baleeiros eram escritos à mão em letra cursiva, combinando caracteres numéricos, informações textuais e registro visuais, a exemplo de desenhos a mão livre e de figuras carimbadas. A maioria dos desenhos e carimbos acompanham o relato do dia e ficam na margem esquerda da folha. Os desenhos de embarcações e cenas de caça também podiam ocupar uma folha inteira. Os carimbos eram talhados em madeira com desenhos de embarcações, espécies de baleias, caixões, dentre outros.

Figura 4 – Desenhos feitos por Joseph Ray, extraído do seu *logbook* (c. 1854-58)



Fonte: Disponível em: <https://to.pbs.org/2FKJoaL>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Na maioria dos diários de bordo oficiais, as mortes são descritas de maneira breve com a indicação da morte através da impressão do carimbo em forma de caixão e uma menção escrita. Os que morriam na perseguição e caçada às baleias eram dragados pelo mar e aqueles que morriam no navio eram colocados em um saco de lona e imergiam no oceano (CAZEILS, 2010, p. 106). Localizamos um registro fúnebre no *logbook* da Barca *Northern Light*, de New Bedford. O diário traz a informação de enterro de um homem no dia 10 de janeiro de 1870, às 6h45min (Arquivo da Providence Public Library).

O sepultamento no mar dava-se pela falta de alternativas de preservação do corpo, além de ser considerado como mau agouro manter um cadáver na embarcação (STEWART, 2004, p. 182). O mais desejável era ser enterrado em algum lugar da costa, mesmo que em outro país, ao invés de ser lançado ao mar (STEWART, 2004, p. 181). Aqueles que faleciam perto de portos poderiam ser enterrados em cemitérios ou terem monumentos funerários erigidos em sua memória.

Contudo, o caso do Capitão Sluman Lothrop Gray mostra um inusitado desfecho.

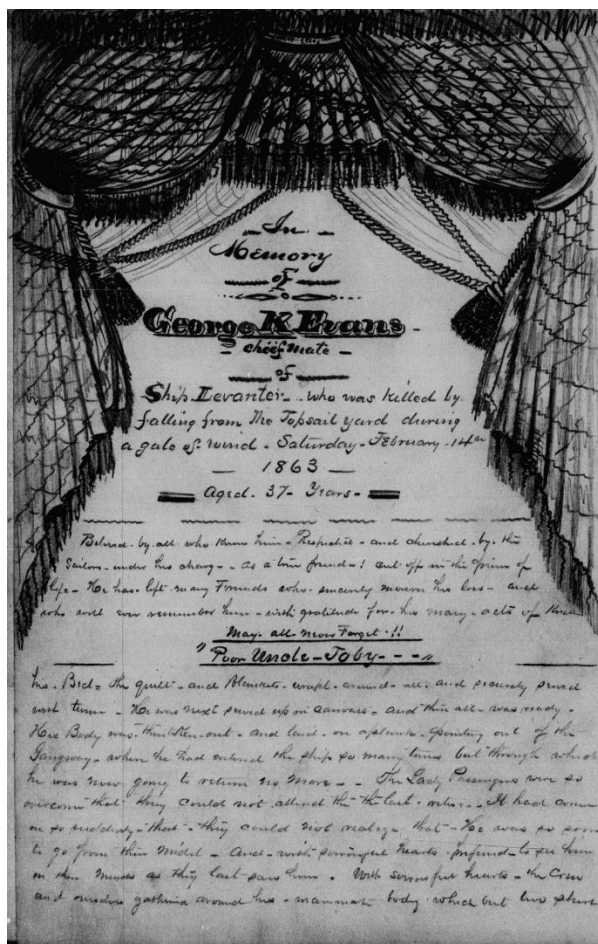
Em 1864, o capitão Gray parte com a embarcação *James Maury* para o Pacífico Sul em busca de baleias, acompanhado da esposa e de cinco filhos. Após nove meses de viagem, o capitão fica enfermo e vem a falecer aos 54 anos de idade. Sua esposa, Sarah, solicita ao tanoeiro a construção de um barril para o corpo do marido. Para preservar o cadáver, o mesmo foi imerso em rum. Depois do navio ser atacado por Confederados e ter passado vários meses, o corpo foi despachado até o porto de New Bedford pelo valor de 11 dólares. Em 1866, finalmente, o capitão Gray pode ser enterrado no Liberty Hill Cemetery em Connecticut (DAYAN, 2018).

O diário pessoal de Charles H. Robbins, do acervo da Providence Public Library³ traz uma deferência em memória ao primeiro imediato. Os diários oficiais tratavam a morte de maneira breve, como mencionado anteriormente. Entretanto, o diário de Robbins nos guarda um registro comovido da morte de um companheiro a bordo de um navio baleeiro (Fig. 5). O diário de Charles H. Robbins é ricamente desenhado com paisagens e silhuetas de ilhas oceânicas e antes de começar o texto apresenta sua árvore genealógica. A viagem teve saída do porto de Nova York com destino a Valparaíso, tendo início em dezembro de 1862 e término em 1863. Em seu diário é notável a sua habilidade na produção de desenhos e na escrita cuidadosa.

No dia 14 de fevereiro de 1863, George K. Evans, primeiro imediato do barco *Levanter*, morreu de uma queda do pátio da gávea durante um vendaval, próximo a região do Cabo Horn. O acidente foi fatal, quebrando seu pescoço e desfigurando seu rosto. O capitão Clifford abençoou o corpo e a tripulação lhe prestou homenagens. O corpo de Evans foi lançado ao mar. Robbins deixou uma homenagem em seu diário com o falecimento de George K. Evans, a título de nota fúnebre (Fig. 5). Em luto, Robbins permanece quatro dias sem escrever e dormir. Essas páginas do seu diário somente contém a data e o espaço vazio sem qualquer anotação, demonstrando seu profundo sentimento de perda pela partida prematura de Evans com 37 anos de idade.

³ A Nicholson Whaling Collection conta com 750 *logbooks*, vários volumes podem ser visualizados em: <https://bit.ly/30eGggU>.

Figura 5 – Página do diário de Charles T. Robbins



Fonte: Disponível em: <https://bit.ly/2RcvqDR>. Acesso em: 2 jul. 2019.

O ritual fúnebre em alto mar é uma adaptação do que se faz em terra. Não acontecia apenas quando o corpo desaparecia no mar, gerando ainda mais desconforto à tripulação. No caso de óbito no navio, o primeiro passo era lavar o corpo, sendo responsáveis seus companheiros de cabine. Após o banho, o marinheiro era vestido, de preferência com roupas formais. O corpo era repousado em uma rede com cama feita de lona de vela e colocado algum objeto pesado, como bolas de canhão e algemas, para o corpo poder afundar. A mortalha era costurada pelo marinheiro responsável pelas velas e seus ajudantes. Era costume costurar o nariz, dando certeza que a pessoa não estava mais viva e que não iria virar um fantasma. Habitualmente, o corpo era coberto com a bandeira nacional. O corpo era levado para o convés e velado em um período de até 24 horas. Mesmo que com espaço limitado, era feita uma procissão em que o corpo era levado até o passadiço. O capitão fazia o papel do capelão ou designava algum oficial para realizar a cerimônia. O capitão proferia o sermão final e o corpo com os pés voltados para o mar deslizava até afundar (STEWART, 2004, p. 185-198).

A necessidade de memorializar

Para as sociedades industriais do século XIX, o mar estava vazio:

[...] era um espaço, não um lugar. Aliás, o mar não é um sítio *com história*, ou, pelo menos, contendo algum tipo de registro histórico. Não existem nele marcas de pegadas; o mar consome e oculta os malogrados que acabam por alcançar a sua superfície, bem como as embarcações em que navegavam. O mar não é monumentalizado (MACK, 2018, p. 28).

Então, como trazer a memória daqueles que morreram em alto mar, em uma atividade considerada honrosa e meritória, enfrentando perigos e o desconhecido?

A partir dos *logbooks* estudados e da bibliografia referente à cultura marítima anglo-americana, percebe-se a importância do ritual fúnebre para aqueles que estavam no mar (STEWART, 2004, p. 178). A viagem em alto mar continuava e era importante para estabelecer a coesão social interrompida pela perda de um marinheiro (STEWART, 2004, p. 180).

O baleeiro morto ao mar não deixava rastros, pegadas e nem sepultura. A tese de David Stewart indica que os marinheiros não se sentiam confortáveis em saber que o mar seria a sua última morada (STEWART, 2004, p. 201). Este estudo, ainda, apontou que para as comunidades marítimas tornou-se mais importante lembrar da pessoa do que dos seus restos físicos (STEWART, 2004, p. 142) (Fig. 6). Essas comunidades marítimas, precisaram construir memoriais em honra a seus mortos no mar. Seria necessário construir um monumento funerário em terra, vista a função estruturante do cemitério no mundo ocidental como espaço da morte para a evocação da memória dos antepassados (URBAIN, 1999, p. 196).

A partir de meados do século XVIII, os estudos em memoriais marítimos da Inglaterra e dos Estados Unidos indicam que a memória da pessoa falecida começa a se tornar importante, quando a memorialização consistia simplesmente em mencionar a localização em que o corpo foi enterrado, ou melhor dizendo, lançado ao mar (STEWART, 2004, p. 142). A razão de muitas lápides apresentarem a expressão "*in memory of*" foi utilizada para aqueles homens do mar que nunca regressaram (STEWART, 2004, p. 142). A escritura dos cemitérios materializada no monumento funerário são vestígios de memória, um testemunho dos vivos para com os mortos, conectando gerações e grupos sociais, em que um eixo diacrônico se encontra com outro formando uma comunidade (LEMIEUX, 1985). Sendo assim, os baleeiros americanos completavam seus rituais fúnebres em cemitérios, como forma de monumentos para suas famílias e para a sua comunidade.

Figura 6 – Esta tapeçaria de bordado (c. 1810) rememora a morte em 1806 de um jovem baleeiro de Nantucket no mar



Fonte: Disponível em: <https://to.pbs.org/2skqGUm>. Acesso em 30 jun. 2019.

Referências

AFONSO, João. *Mar de Baleias e de Baleeiros*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional de Cultura, 1998.

CAZEILS, Nelson. *Dix siècles de pêche à la baleine*. Rennes: Éditions Ouest-France, 2000.

COSTA, Ricardo Manuel Madruga da. *A ilha do Faial na logística da frota baleeira americana no “Século Dabney”*. Horta: Universidade Nova de Lisboa; Observatório do Mar dos Açores, 2012.

DREW, J., LÓPEZ, E. H., GILL, L., MCKEON, M., MILLER, N., STEINBERG, M., ... MCCLENACHAN, L. Collateral damage to marine and terrestrial ecosystems from Yankee whaling in the 19th century. *Ecology and Evolution*, 6 (22), 8181–8192, 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.1002/ece3.2542>. Acessado em: 2 de mai. 2018.

DUMITRU, Tony. Crime and Punishment aboard Nantucket Whaling Vessels (1775-1860). RINGSTAD, Jan Erik (ed.). *Whaling and History III*. Sandefjord: Kommandor Chr. Christensens hvalfangstmuseum, 2010, p. 141-148.

DAYAN, Nomi. A Toast to a Captain Buried in a Barrel -- of Rum. Blog do The Whaling Museum & Education Center. 15/03/2018. Disponível em: <http://abre.ai/aEcR>. Acessado em 2 jun. 2019.

GILJE, Paul. *To swear like a sailor: Maritime Culture in America, 1750-1850*. Norman: University of Oklahoma, 2016.

- HESS, Andreas. Radical Protestantism and doux commerce: The trials and tribulations of Nantucket's Quaker whaling community. *Economy and Society*. v. 41. 2. Mai. 2012, p. 227-257. Disponível em: <http://abre.ai/aEcS>. Acesso em 1 Jul. 2019.
- HILT, Eric. *Risk and Incentives in Whaling Employment Contracts*: Evidence from the Civil War. Disponível em: <http://abre.ai/aEcU>. Acesso 30 jun. 2019.
- LIMIEUX, Raymond. L'écriture du cimetière. LEMIEUX, Raymond; RICHARD, Réginald (Dir.). *Survivre...La religion et la mort*. Montreal: Les Éditions Bellaarmin, 1985, pp. 235-254. Collection: Les Cahiers de recherches en sciences de la religion, n. 6.
- MACK, John. *O Mar. Uma História Cultural*. 1ª ed. Lisboa: BookBuilders, 2018.
- MELVILLE, Herman. *Moby Dick, ou, A baleia*. São Paulo: Cosac Naify, 2013. Disponível em: <http://abre.ai/aEcV>. Acesso 11 jul. 2019.
- PHILBRICK, Nathaniel. *A vingança da baleia: a verdadeira história do baleeiro Essex*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- PROULX, Jean-Pierre. *Whaling in the North Atlantic: from Earliest Times to the Mid-19th Century*. Quebec: Minister of Supply and Services Canada, 1986. Disponível em: <http://abre.ai/aEc4>. Acesso em 30 jul. 2019.
- REEVES, R.R.; SMITH, T.D. *A taxonomy of world whaling: operations, eras, and data sources*. Northeast Fish. Sci. Cent. Ref. Doc. 03-12; 2003, 28 p.
- RICHARDS, Rhys. *Into the South Seas: the Southern whale fishery comes of age on the Brazil Banks*. Paremata: The Paremara Press, 1993.
- ROBBINS, Charles Henry. *The Gam*. Being a group of whaling stories. Revised Edition. Salem, Mass.: Newcomb & Gauss, 1913.
- SMITH, Tim D.; LUND, Judith N.; JOSEPHSON, Elizabeth A.; REEVES, Randall R. Spatial dynamics of american offshore whaling in 19th century: were sperm whales depleted? RINGSTAD, Jan Erik (ed.). *Whaling and History III*, Hvalfangstmuseet, 2010, P. 85-91.
- STEWART, David James. *"Rocks and storms i'll fear no more": anglo-american maritime memorialization, 1700 – 1940*. Thesis (Doctor of Philosophy) – Texas A&M University, 2004. Disponível em: <http://abre.ai/aEc7>. Acessado em 2 jul. 2019.
- URBAIN, Jean-Didier. Deuil, trace et mémoire. MELOT, Michel (Org.). *Cahiers de médiologie*. Paris: Gallimard, n. 7, p. 195-202, 1º sem. 1999.
- VERRIL, A. Hyatt. *The real story of the whaler*. whaling, past and presente. New York: D. Appleton and Company, 1916.

Fontes manuscritas digitalizadas

NORTHERN LIGHT (Bark) New Bedford. *Logbook*. Oct. 15,1867 – Aug. 2, 1871. 268 p. Illus. 34 cm2. Nicholson Whaling Collection. Providence Public Library.

ROBBINS, Charles T. *Journal*. Dec. 1, 1862, Mar. 8, 1863. 102 p. Illus. 33 cm. Disponible en: <https://archive.org/details/journaloflevante00leva>

WARNER, John M. *Journal*. 1844 (?). Jan. 3, 1876. 48 p. Illus. 34 cm. Retrospective journal of a Providence seaman who left home on the ship CASSANDER and spent over 14 years in the South Pacific area. Nicholson Whaling Collection. Providence Public Library.

A COBERTA D'ALMA: COSTUME DE TRADIÇÃO AÇORIANA

Marina Raymundo da Silva¹

A pesquisa

Discorrer sobre os assuntos corpo e alma, não é nada fácil; traz muitas implicações. Há que se respeitar princípios e forma de pensar sobre espiritualidade, fé e crenças, norteadores do costume.

Repleto de subjetividades com base sob o ponto de vista do sujeito a partir de emoções, sentimentos e pensamentos, o costume se recria, se adapta e expande-se. Não é uma festa que dê margens a ser anunciada e festejada. É uma prática muito íntima entre uma família enlutada e o escolhido para representar o falecido, vestindo a sua coberta d'alma e entrando com ela na Igreja para assistir a missa ou terço de sétimo dia ou de trinta dias do falecimento. Impressiona o costume pela intensidade da fé e crenças que dele advém.

Iniciei a pesquisar sobre este costume, dentro da comunidade de Osório, onde resido e onde o costume ainda persiste, porém raramente. Comecei buscando bibliografia, que registrasse o assunto. Encontrei apenas dois historiadores residentes na antiga Conceição do Arroio, hoje Osório. Respectivamente, Fernandes Bastos e Stenzel Filho, convivendo na comunidade entre séculos século XIX e XX, resgatam de forma breve o costume, mas o suficiente para estimular-me a buscar mais subsídios a um assunto tão instigante.

Ouvi pessoas da comunidade através de entrevistas. Algumas delas responderam muito simplesmente, sem pormenores, que estavam apenas cumprindo a tradição familiar. Outros entrevistados apresentaram forte espiritualidade, fé e crenças ao referir-se à prática do costume. Entrevistei as professoras folcloristas Marli School e Marisa Simon, cujas entrevistas foram muito esclarecedoras, assim como o professor e antropólogo Norton Correa que ampliou meus horizontes sobre os significados do ato de dar e receber a coberta d'alma e do ritual que pode ser criado em âmbito familiar.

A pesquisa foi evoluindo através dos anos, complementada, tanto pela oralidade, como por leituras que resgatam a questão da dádiva e de outras situações que envolvem os preparativos dos funerais, como por exemplo, a lavagem do corpo e a construção do caixão.

Antigamente, não havia caixões fúnebres prontos; era preciso construí-lo, conforme explicaram as entrevistadas Lalaca e Iracema Quadros. Enquanto isto, o corpo repousava

¹ Historiadora. Osório/RS.

na *éssia* ou *eça*, que poderia ser uma tábua ou até uma porta da casa. Mediam o comprimento do corpo com um cordão, que seria colocado junto do caixão, porque o cordão ao tocar o corpo ficava impuro, e por isto deveria acompanhar o morto na sepultura. O folclorista Cascudo (1983.p. 15), também afirma estas colocações. (SILVA, 2015, p. 36).

Uma pessoa da família ou de suas amigadas prontificava-se a lavar o corpo, e vestir a sua mortalha.

Parentes e amigos, envolviam-se com comes e bebes durante o dia todo na residência, onde acontecia o velório, principalmente quando era em lugar distante e de difícil acesso. Noite a dentro havia movimentação, inclusive jantar e muito café e chá.

Através dos tempos, certos costumes vão recebendo suas nuances. Já não se vê acontecer velório nas residências. E ainda existe acompanhamento alimentar, como café, chá e bolachinha, chocolate, etc. à disposição dentro das capelas mortuárias.

Quando mocinha, ao visitarmos uma tia em Santo Antônio da Patrulha, esta noticiou, assim que chegamos em sua casa:

- Hoje, aqui na nossa rua, vai ter “café com bolacha”!

Eu não entendi aquela espécie de notícia. E indaguei:

- Como é que é, tia?

Então ela explicou: acabou de falecer um vizinho nosso.

Despesas dos atos fúnebres em um Inventário

Através de um inventário datado de 1869, tem-se registro da importância do costume e o valor dado a ele, como também oportuniza provar esta prática por descendentes de açorianos em Osório, município litorâneo do Rio Grande do Sul.

É um inventário (Fl 52v. do Livro 5B (1789-1807) da Freguesia da Lagoa da Conceição em Florianópolis, Desterro/SC, registrado no município de Osório, então denominado Conceição do Arroio. Constam no respectivo documento do inventário de João Luís Alves, as despesas para a sua coberta d’alma.

João Luís Alves era solteiro, natural de Santa Catarina. No falecimento, recebeu todos os sacramentos, em 28 de março de 1868, aos 92 anos.

Seu único bem era uma escrava no valor de 50\$000 réis. E, curiosamente, consta um documento, (Feito 55, maço 01, estante 159 do APERS), expressando itens de despesas realizadas pela família para o seu funeral:

Planilha das despesas do enterro solene de João Luis Alves em 29 de março de 1868, importância total despendida nos atos fúnebres: 110\$220 réis.
Itens de despesas: 1 caixão com seus pertences, 23\$160 réis; Fazenda para

coberta da alma, 25\$640 réis; pagamento ao cantor em todos os atos fúnebres: \$3.000 réis. (SILVA, 2015, p. 55).

Supõe-se como pertences o que deveria nele conter: o falecido, adornos internos e externos, enfeitando o caixão e algum objeto do agrado do morto, o que era comum. Atualmente, objetos de valor não são costumeiros pelo vandalismo que é praticado nos túmulos e mausoléus.

A família, certamente, ao invés de escolher uma roupa de pouco uso do falecido, manda fazer a roupa, tendo assim, a referida despesa inclusa no inventário. Ambas as formas são aceitas para o costume.

Conforme o costume do lugar, também as carpideiras choravam durante o velório. Na atualidade ainda acontece rezar-se o terço e cantos fúnebres, ditos “inselências” ou “excelências”.

Vale lembrar, conforme (PELLISTRADI,1978), que havia lá no paganismo, a existência do cortejo fúnebre em que flautistas saíam tocando músicas, conduzindo o falecido à morada final. Nos finados (*as ferálias*) bebiam o morto, brindando junto ao túmulo. Também panelas com fundo furado eram colocadas em cima do túmulo para que o falecido pudesse comemorar o seu dia, o dia dos mortos ou seu aniversário, ou qualquer outra festividade junto aos vivos. (PELLISTRANDI,1978, p. 112-114).

Não se sabe quando este costume se criou e em que condições. O fato é que em leitura dinâmica na Bíblia Sagrada, por alguns dias, procurou-se algum parágrafo que estivesse relacionado à cobertura d'alma. E, lá no Livro Números, Velho Testamento, neste período histórico bíblico, há o registro de uma representação com o objetivo de anunciar o falecimento de uma pessoa:

A ideia de representação era conhecida entre o povo de Israel:

por ordem de Deus, Moisés subiu o Monte Hor aos olhos da multidão, acompanhado de Arão e de seu filho Eleazar. Lá, Arão, por ter desobedecido a Deus, foi recolhido. E Moisés, ainda por ordem de Deus, “despiu a Arão as vestes e as vestiu a Eleazar, seu filho”. Arão está morto. E, quando a multidão vê Moisés acompanhado de Eleazar descendo o monte, vestindo as roupas de seu pai, percebem que Arão havia morrido e por ele toda a casa de Israel chorou por 30 dias”. (Bíblia Sagrada.1995, Números 19-2, p. 120).

Esta representação também poderá significar transferência de poderes sobre a família enlutada: obediência, respeito e aconselhamento.

Uma das entrevistadas foi a Rainha Ginga Severina Dias, no ano de 2004 (In Memorian) que afirmou: “Quando meu irmão faleceu, dei a cobertura d'alma para um amigo dele e o respeito que eu tinha pelo meu irmão, tenho também por ele. Também quando

meu pai foi embora, eu considero a pessoa que recebeu a coberta d'alma como se fosse meu pai, a cada vez que o vejo". (SILVA, 2015, p. 77).

Aqui é importante salientar que a Rainha Ginga representa o auto folclórico maçambique, manifestação criada por descendentes africanos em Osório/RS. Eles conhecem e praticam este ritual, porque conviveram muito intimamente com açorianos no período escravocrata.

A coberta d'alma foi aceita apenas por respeito e obediência à família

Considera-se a entrevista relatada abaixo, a mais completa pela riqueza de subjetividades criadas pelos envolvidos no costume.

O entrevistado foi o Sr. Manoel Quadros. Ele tinha 69 anos, mas lembrou perfeitamente os seus idos 12 aninhos, quando morava no município de Terra de Areia, então distrito de Osório; era o ano de 1930.

Por respeito e obediência, aceitou representar o sobrinho falecido de seu padrasto, através da coberta d'alma. Lembrou quando chegou à casa do amiguinho falecido, pela porta dos fundos, onde a empregada da casa, a mulata Dorotéia, o recebeu chamando-o não pelo seu nome, Manoel, mas pelo nome do falecido e por três vezes: "-José, José, José, entra, vem vestir a roupa da coberta d'alma." Seu Manoel jamais esqueceu sua estampa-calça e camisa listradas de azul com amarelo.

Depois de vesti-la, ela novamente lhe chamou por três vezes de José, e disse: "Agora vem até a cozinha comer arroz com galinha, o prato que tu mais gostas."

Seu Manoel lembrou que, por muitos anos, não quis comer galinha.

Depois, Dorotéia o levou até o quarto, onde a mãe lhe esperava. Ao vê-lo, disse seu Manoel: "ela me chamou de José e me abraçou tão apertado, como que não querendo nunca mais me soltar e sempre chorando. E só consegui me desvencilhar da pobre mulher com a chegada do marido."

Daquela casa, foi para a Igreja de São Bom Jesus assistir missa de sétimo dia. Sentado ao lado dos pais do falecido, Manoel representou José.

Após a missa, retornou para a festa de São Bom Jesus com a roupa nova. Não precisou dizer nada. Com um novo traje, todos perceberam que o convidado para receber a coberta d'alma era ele, ou melhor, o escolhido, porque naqueles tempos criança obedecia, por respeito e obediência aos mais velhos. A partir deste dia, esta família quando o via, tratava-o como se ele fosse José, e o presenteava em datas festivas, inclusive no aniversário de José. (SILVA, 2015, p. 62-3).

A dádiva

O ato de dar e receber sempre é uma distinção

[...] os rituais inseridos em costumes ancestrais dão conta de que o momento da oferenda é marcante. Centro das atenções tem por regra, dar e oferecer para ter em troca a cura, a paz entre tribos, [...] a alegria de uma festa em homenagem a um santo padroeiro, em que o alimento ofertado pelos fiéis é abundante.” (MAUSS, 2003, p. 281).

Escolher e convidar alguém para receber e usar a coberta d'alma, é uma dádiva, é fazer um bem a alguém, por amizade, para quem precisa, ou para quem por amizade mereça. E, na contrapartida, quem a recebe agradece, retribuindo o presente, assistindo a missa ou o terço, vestindo a coberta d'alma que se torna o símbolo da representação, e conforme a fé de cada família, seus pecados serão perdoados. A alma não irá nua aos céus, conscientizando-se de que seu corpo morreu e que vá em paz, ao mesmo tempo que materializa aquele que já se foi. Estas são algumas das motivações resgatadas através das entrevistas, em relação à prática deste costume.

A coberta d'alma em Açores

A coberta d'alma do marido para aquele que o cuidou no hospital

Esta entrevista aconteceu na Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo, no ano de 2006 quando, por incentivo do Governo da Região Autónoma dos Açores, estava entre os 12 colegas do Rio Grande do Sul, dos 26 convidados brasileiros, a conhecer os eventos que aconteceram durante as Festas Sanjoaninas. Foram 10 dias de puro envolvimento com antigos costumes da cultura popular açoriana que as comunidades fazem questão de que sejam preservados e divulgados. Neste período, também tive oportunidade de apresentar a pesquisa desenvolvida aqui no Brasil sobre a coberta d'alma.

A primeira entrevistada foi Maria Marcelina Alves, que faz parte de uma das 15 Associações Folclóricas existentes na Ilha Terceira.

Este feliz contato aconteceu durante o primeiro desfile que assistia em Angra do Heroísmo, quando seu grupo folclórico “Os Bravos” mostrava os costumeiros trajes antigos da zona urbana e rural da Ilha Terceira.

Após o desfile dos grupos concentrados na Praça Velha (praça situada em frente à Câmara Municipal), onde logo iria acontecer o “bodo do leite” que é um costume antigo no qual acontece uma doação comunitária, distribuindo, naquele momento, porções de leite, pão e vinho, às pessoas participantes do evento, pensei: “não posso ficar parada. Tenho de aproveitar meu tempo aqui e interagir com as pessoas!” Lembrando que havia visto em

um dos cortejos em homenagem a São João Batista, uma mulher completamente trajada de preto, saí a procurá-la, e logo a encontrei! A entrevistada estava caracterizada com o traje, “a mulher na viuvez”. Minha intuição me fez procurá-la e sorrindo, interpelei-a, dizendo em tom de brincadeira:

– Então estás trajada de viúva!

E ela me respondeu, muito simpática:

– Sim e, coincidentemente estou viúva. Disse-me Marcelina, atenciosamente, aos 48 anos de idade, dentro daqueles trajes, naquela manhã do verão de junho de 2006, ensolarada e escaldante, em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira.

Marcelina, imediatamente, percebeu que eu era uma brasileira. Então, nem precisou perguntar minhas origens! Logo me explicou as características de seu traje. Vestida literalmente de viúva, Marcelina usava a cor preta da cabeça aos pés: mantilha na cabeça, vestido meia canela, meias e sapatos pretos abotinados.

“O preto não significava só sinal de luto, era também sinal de riqueza uma vez que nem todos podiam adquirir tecidos não confeccionados nos teares da ilha. Poderia ser também um “traje de ver a Deus ou de sair, da mulher do lavrador abastado”, afirmou Marcelina. Realmente um traje muito fino. Durante nossa conversação lhe perguntei: “Sabes o que é coberta d’alma?” E ela, olhando-me nos olhos, calmamente disse: Não. Mas conheço o que é “roupa de alma”.

- Mas quando ela é usada?

- Na missa de 7º dia de falecimento, alguém estará usando a “roupa de alma”.

Aquilo me deixou entusiasmada. Mas que achado tão rápido, pensei! Era o que precisava para dar início às minhas pesquisas pela ilha.

Aqui fica registrada a entrevista descrita por ela:

Quando meu marido, Manuel de Aguiar Silva, morreu, em 1995, dei a “roupa de alma” para um dos ajudantes de enfermagem que cuidou dele no hospital de Angra. Achei que ele seria a pessoa certa porque cuidava do enfermo muito atenciosamente. Eu já estava esgotada, pois havia passado a semana toda dentro do hospital e o pessoal da enfermagem, observando meu estado, não deixou que saísse sozinha pelas ruas, na madrugada, para buscar em casa uma muda de roupa para meu marido. Este ajudante de enfermagem me acompanhou até minha casa. Jamais esquecerei este gesto de compaixão. Outra razão que me motivou a lhe fazer o convite para usar a “roupa de alma” era por ele ter estatura alta e ser magro, características semelhantes com as de meu marido. Por tudo isto, o convidei para vestir a “roupa de alma” e com ela assistir missa de 7º dia de meu marido. Ele aceitou. E, até hoje, quando o encontro pelas ruas de Angra do Heroísmo, nossos olhares se cruzam e nos cumprimentamos. Naquele momento, percebo que ele lembra perfeitamente dos fatos passados e do uso da “roupa de alma”. O costume por aqui ainda existe. É uma tradição da qual minha família não esqueceu. (SILVA, 2015, p. 43-5).

Marcelina sensibilizou-se. Compreendeu a importância de sua participação nesta pesquisa, de cultura secular que ainda se pratica nos Açores e raramente no Brasil, pelo Litoral de Santa Catarina e Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A meu convite e a dos organizadores do evento, entre eles o Sr. João Martins, me prestigiou, participando da minha palestra! Meses depois, como o combinado, ele me passou, por e-mail, algumas entrevistas embasadas em questionário que lhe enviei, facilitando entrevistar conhecidos e familiares e me repassando elementos importantes desta tradição praticada na Ilha Terceira.

Figura 1 – Maria José vestindo a coberta d’alma de sua irmã Benta falecida em 2011



Fonte: acervo da autora, 2012.

Uma tradição em vias de esquecimento

O costume, que por séculos se perpetuou nos Açores e, pelo menos, apurado no Litoral Norte do RS e em Santa Catarina, é uma tradição em extinção, mas que merece ser analisado pela riqueza dos detalhes. Ele pode se criar espontaneamente, conforme a fé, crenças e tradição familiar relacionadas à ordem espiritual, social, econômica, como a poderes (de ordem familiar: tem que fazer, tem que convidar) e à transferência de poderes que pertenciam ao morto que é dado ao escolhido (o que recebe a coberta d’alma pode passar a ser chamado pelo nome do falecido e considerado como sendo, de acordo com a

sua posição hierárquica dentro da família enlutada: o pai, a mãe, a tia, o avô, etc.).

Atividades desenvolvidas

Esta pesquisa foi inspiração para concorrer ao Documentário de 2004, criado pela Casa Nova Filmes. Com 58 minutos de duração, teve a direção de Henrique Montanari. Foi classificado entre os dois melhores trabalhos concorrentes, dos 56 inscritos pelo Estado do Rio Grande do Sul, no projeto TVE: DOC/TVE, transmitido em rede nacional por muitos anos.

A viagem aos Açores, com apoio do Governo das Comunidades em 2006, para, não só apresentar a pesquisa, como também entrevistar moradores de Ilha Terceira, teve um excelente retorno para a qualidade do trabalho então em desenvolvimento.

Em 2015, a autora Marina Raymundo da Silva, editou a pesquisa sob o título “A coberta d’alma, costume de tradição açoriana”.

Referências

BÍBLIA SAGRADA. *Velho e o Novo testamento*. Números 19-21. Trad. João Ferreira de Almeida, 1995.

CASCUDO, Luís da Câmara. Anúbis: ou culto do morto. In: *Anúbis e outros ensaios*. 2 ed. Rio de Janeiro: Funarte/INF, 1983.

Inventário, Fl. 52v. do Livro 5B (1789-1807) da Freguesia da Lagoa da Conceição em Florianópolis, Desterro, SC. Documento Feito 55, maço 01, estante 159, APERS.

MAUSS, Mareei. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

PELLISTRANDI, Stan-Michael. *Grandes civilizações: o cristianismo primitivo*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978.

SILVA, Marina Raymundo da. *A coberta d’alma no litoral norte do Rio Grande do Sul: tradição açoriana*. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

DEVOÇÕES CEMITERIAIS NO INTERIOR DO CEARÁ: ENTRE A ACEITAÇÃO E A REPROVAÇÃO SOCIAL

Michelle Ferreira Maia¹

Este artigo compõe uma apresentação breve de uma discussão que fizemos em nossa tese, intitulada, “Milagreiros”: um estudo sobre três santos populares no Ceará (1929-1978), defendida no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados em 2015.

São dois casos peculiares, no que diz respeito à percepção das diferentes compreensões da construção de santos populares, abordando a aceitação e reprovação das devoções em seus lugares de origem pela sociedade.

O primeiro caso, e que faz parte do primeiro capítulo do livro Milagreiros,² estuda a devoção ao Dr. Olavo Cavalcante Cardoso, na Cidade de Crateús, Ceará. O médico era conhecido pela população pelos atendimentos prestados aos pobres. Atendia principalmente as mulheres grávidas e as crianças, tanto na Policlínica quanto em suas casas; característica utilizada por muitos dos entrevistados para explicar a sua diferenciação diante outros médicos.

O Dr. Olavo Cavalcante Cardoso foi também prefeito da cidade, algo muito comum, visto que, muitos se aproveitavam das benevolências da sua imagem de médico para concorrer a cargos eleitorais. No Ceará, ainda hoje, podemos encontrar médicos ocupando cargos, a exemplo de vereador, prefeito, dentre outros.

O médico foi eleito em 1962 e ficou na prefeitura até 1966, quando foi afastado por improbidade administrativa em pleno período ditatorial no Brasil. É interessante salientar, que ao contrário das lembranças dos entrevistados sobre a figura do médico, a de prefeito não é pauta nas discussões sobre o Dr. Olavo Cavalcante Cardoso.

Este fato nos possibilita compreender que o que é rememorado no presente depende em demasia do interesse da imagem que se quer afirmar ou construir. Ou seja, o significado da elaboração destas memórias sobre o médico está assentado na sua imagem de milagreiro. Assim, é mais plausível perceber que o ideário de médico salvador dos pobres, e, portanto, humanitário, se impõe a do prefeito deposto. Neste ponto, explicitamos a nossa compreensão acerca de memória como processo permanente de construção e reconstrução do passado, como elaboração que se dá no presente respondendo a questões

1 Profª. Drª e Gestora de Pesquisa do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário INTA – UNINTA. Sobral/CE.

2 MAIA, Michelle Ferreira. “Milagreiros”: um estudo sobre três santos populares no Ceará (1929-1978). Fortaleza: Premius Gráfica e Editora, 2019. ISBN: 978-85-7924-727-9.

instigadas pelo presente. (MENESES, 1992, p.10-11).

Além disso, pontua que para a população a figura do médico que curava as mazelas do corpo também apresenta o milagreiro que tem a função de oferecer ainda outros tipos de cura: da alma, dos problemas cotidianos, das dificuldades financeiras e emocionais.

Foi após a trágica morte que a ascendência e construção das memórias sobre o *Médico Humanitário* ganharam significados na cidade de Crateús. O Dr. Olavo Cavalcante Cardoso foi barbaramente assassinado por agricultores em 1969. As notícias veiculadas na capital do Ceará apresentavam os fatos decorrentes do desenlace: as tramas do assassinato, o cortejo fúnebre e sepultamento do morto, assim como a caçada e prisão dos acusados.

Durante a pesquisa de campo, observamos que umas das frases mais narradas pelos entrevistados foi a que teria sido a última proferida pelo Dr. Olavo Cavalcante Cardoso antes de findar-se: “Salvei tantas vidas e ninguém vai salvar a minha”. O clamor se punha como o desalento daquele que corria antes para *zelar* pela vida dos outros.

O assassinato é a trama mais abordada e considerada cruel, visto que seu corpo foi maculado pelas cinco perfurações a faca. Ainda outro fator de piedade, é que ele morreu em cima da carroceria de um carro, sem nenhum auxílio médico, porque estava longe da cidade e da policlínica onde era membro e um dos proprietários.

Diante da trama do assassinato e, mediante a comoção a que a cidade ficou, acreditamos que houve um incansável trabalho da família do médico em alimentar a sua memória. Além disso, é pertinente afirmar que a construção de uma nova imagem, a de milagreiro, foi promovida por algumas ações que veremos adiante, o que consideramos os inícios da promoção da devoção do milagreiro em Crateús, seja no Cemitério São Miguel ou no lugar de sua morte.

O primeiro indício que apresenta esta questão, é que foi justamente um familiar do Dr. Olavo Cavalcante Cardoso, que segundo as narrativas, teria em sonho recebido uma tarefa do falecido, a de fazer cópias de um retrato seu para que fosse distribuído para mulheres, principalmente as mães. O pedido foi cumprido e muitas mulheres passaram a guardar a imagem.

As mulheres que solicitavam ao médico vivo atendimento para si ou para os seus filhos, agora depois de sua morte, com a posse da fotografia, poderiam recorrer na hora da aflição, pois tinham em mãos a intercessão do milagreiro. Na cidade de Crateús é comum encontrar filhos que receberam o nome de Olavo como pagamento de promessa ao Dr. Olavo Cavalcante Cardoso. Segundo as mulheres, a homenagem é porque recorreram ao milagreiro para ter um bom parto.

Apenas a fotografia não refletiria o desejo da família do Dr. Olavo Cavalcante Cardoso de edificar a memória de milagreiro do médico. No lugar onde teria dito suas últimas palavras foi erigido uma cruz. Há duas inscrições em horizontal no Cruzeiro. A primeira, exhibe ao visitante a seguinte informação: “Foi morto na sua Fazenda Xavier em 2-09, o conceituado e humanitário médico Dr. Olavo Cavalcante Cardoso, nascido 15-08-1925. Oraí por ele”. A segunda mensagem explica o significado: “Este cruzeiro que fora colocado aqui pelo seu tio Florentino de Araújo Cardoso em 2-10-1969 constitui imorredora lembrança da passagem do extinto pelo mundo”.

De acordo com Clarival do Prado Valladares, “a denúncia e o protesto no túmulo da vítima atribuível correspondem a uma forma de vingança; o modo da vingança é sublimar-se uma vez na pedra e cal”. A denúncia sobre o assassinato do Dr. Olavo Cavalcante Cardoso foi erigida no lugar da morte, na propriedade de outra pessoa; clamava-se uma memória sobre o crime no futuro através da cruz de madeira.

A intenção da família era a de deixar rastros sobre os quais o Dr. Olavo Cavalcante Cardoso não fosse esquecido. Compreendemos, que, neste momento, não há indícios da criação do santo diretamente. São os devotos que, posteriormente, aproveitaram o espaço à sua maneira para o pagamento de promessas. (VALLADARES, 1972, p. 605).

Outro espaço, onde pode-se perceber em demasia a devoção ao Dr. Olavo Cavalcante Cardoso é no seu túmulo no Cemitério São Miguel. Há a presença dos ex-votos de madeira no formato de diversas partes do corpo, fotografias e resquícios das velas que foram antes acesas. O túmulo é o que mais recebe visitas, e não apenas isso; toda a estrutura tumular apresenta os elementos de que o médico é concessor de milagres.

Entendemos que a devoção ao Dr. Olavo Cavalcante Cardoso e a sua presença no Cemitério São Miguel não provocaram nenhuma objeção da sociedade local. Afinal, para eles nada mais justo e natural a devoção à alma que em vida já cuidava e zelava pelo povo, principalmente os pobres.

A memória ainda é reelaborada, a cada aniversário de morte do Dr. Olavo Cavalcante Cardoso. Uma nota sobre todos os fatos do passado rememora o episódio nas páginas de um jornal local. De fato, o empenho é fazer reverência ao morto mais ilustre.

Ao contrário, no Cemitério Municipal de São Benedito, outro milagreiro é evocado. João Ferreira Gomes – alcunhado popularmente por João Pedras – em vida praticava roubos. Para os são-beneditenses, ele era o ladrão que “roubava dos ricos” para dar aos pobres. Na década de 1970, ele foi preso várias vezes. Inclusive, foi transferido para a capital Fortaleza, e ninguém, nem mesmo a polícia podia conter por muito tempo a prática dos roubos.

Durante a pesquisa de campo, era possível perceber a oposição ao João das Pedras como milagreiro, quando nos indagavam porque tínhamos escolhido ele como tema de pesquisa: “tanta gente importante na cidade e você vai pesquisar justo um ladrão”. O que os sujeitos não compreendiam era que o nosso interesse era entender como o ladrão tinha caído nas graças e se tornado um santo popular.

Desde o início percebemos a grande ausência de fontes impressas e escritas sobre o João das Pedras, algo que também diferencia este milagreiro do Dr. Olavo Cavalcante Cardoso. Percebemos que era através das narrativas dos devotos e dos contemporâneos que a trajetória sobre o ladrão e hoje o santo popular se faziam eloquentes.

Investigamos quais os marcos selecionados pelo sujeito em São Benedito para defender ou apresentar a devoção ao João das Pedras. Nas narrativas, tudo começava no episódio da morte. Ele morreu em abril de 1978, eletrocutado, na tentativa de entrar em uma casa. O fato decorria de uma “armadilha” feita pelo proprietário da casa para proteger a sua propriedade. Assim, construiu uma fiação caseira para “dar choque” em quem por ventura desejasse invadir o espaço. Entretanto, não houve apenas o choque, mas a morte.

Esta questão é selecionada pela memória dos devotos para apontar que João das Pedras foi uma presa fácil na armadilha. Vítima de crueldade, a ele foi negada a possibilidade de defesa, pois foi fatal o seu fim, ao morrer eletrocutado no próprio local.

Após morto, o corpo foi carregado como um porco pela cidade, e os braços e as mãos foram amarrados num varão de madeira. A profanação do corpo morto sensibilizou e salvou o ladrão diante dos olhos de muitos. Afinal, como compreender a crueldade de se fazer tamanha humilhação com quem já estava morto; tratava-se de um julgamento injusto.

Para alguns, João das Pedras havia conquistado o fim que mereceu. Mas, para os devotos, neste instante, da morte e do cortejo, João das Pedras teria se arrependido dos roubos cometidos. E, assim, foi salvo pela graça divina, e, não apenas isso, passou a ser considerado concesso de milagres.

Não é possível precisar ao certo a data do início da devoção. O que podemos afirmar é que as práticas de agradecimentos à alma milagrosa do João das Pedras fizeram com que o seu túmulo fosse nomeado como aquele que mais recebe velas em todo o Cemitério. Acompanhamos a devoção desde 2003 até 2015. É perceptível pelo acervo de entrevistas e fotografias que construímos acompanhar o crescimento da devoção, que ocorre em demasia no dia 02 de novembro de cada ano.

O túmulo é sem dúvida o espaço maior da devoção. A presença dos ex-votos de madeira também representando as diversas partes do corpo estão presentes, além de garrafas de água, imagens de santos católicos, fitas e, principalmente, as marcas

enegrecidas das velas. As velas são o registro maior na estrutura tumular da presença dos devotos.

Percorremos os diversos espaços da cidade procurando os indícios da devoção ao João das Pedras. Outro lugar onde encontramos vestígios da fé dos devotos no milagreiro, foi precisamente num espaço oficial da religiosidade católica, a Igreja Matriz de São Benedito. Aqui, os devotos solicitam diariamente intenções de missas para “a alma do João das Pedras”, como forma de pagamento de promessa.

É inclusive neste espaço que vislumbramos a oposição e rejeição à devoção popular ao João das Pedras. Muitos devotos, desconhecem o seu nome de batismo, João Ferreira Gomes. Assim, no interior da Igreja, os secretários são responsáveis por fazer as anotações das marcações. E durante a missa, o nome que será proferido pelo padre é o nome de batismo. Significa dizer, que, de certa forma, tenta relegar ao esquecimento ou reduzir a percepção da memória de milagreiro. Ora, o devoto ou os devotos ao não ouvirem o nome do santo popular João das Pedras, poderão pensar que as promessas concedidas pelo santo cessaram e que ele já não obra milagre como antes.

O que os membros do catolicismo oficial da cidade não esperavam, era que um devoto anônimo procuraria a família do João das Pedras para descobrir o seu verdadeiro nome. E que logo após tomar conhecimento colocou o nome em um azulejo exposto no túmulo no Cemitério de São Benedito. Assim, todos aqueles que visitassem o espaço tumular conheceriam o seu nome, e não seria mais estranho ouvir na homilia o nome João Ferreira Gomes.

O túmulo do João das Pedras recebe um número considerável de ex-votos, e são estes que identificam que aquele espaço é diferente, pois apresenta que ali está o milagreiro. Outro lugar e uma outra forma que identificamos que há uma oposição e rejeição à devoção, é o descarte relegado aos ex-votos. Logo após a o dia de finados são jogados no lixo ou queimados os objetos deixados no túmulo.

Não é dito quem fez ou faz, apenas é feito, sem permissão de nenhum familiar ou devoto. A proposta é clara: limpar e descartar. É intenção se fazer esquecer a excepcionalidade daquele túmulo e, assim, de quem ali está enterrado.

Desse modo, com o que explicitamos neste artigo, pode-se observar as divergências entre as duas devoções estudadas. Se por um lado há uma aceitação para com a imagem de milagreiro do Dr. Olavo Cavalcante Cardoso, pela sociedade de Crateús, por sua vez, a devoção ao João das Pedras é reprovada pela elite local, pelos religiosos da cidade de São Benedito; ambos acreditam que a devoção ocorre pela ignorância do povo.

De fato, embora haja ações para reduzir a proporção da devoção ao João das

Pedras, ela teima em crescer, mesmo sem ter o empenho familiar de promoção do morto como apresentamos com o que ocorre com o Dr. Olavo Cavalcante Cardoso.

Podemos considerar que cada devoção apresenta as suas peculiaridades, nos possibilitando refletir sobre a grandiosa trama do povo em construir seus milagreiros, através de caminhos traçados pelos ideais de fé no sagrado, ou pela incansável busca de resolução dos problemas terrenos, ou pela crença de aquele santo popular seja o Dr. Olavo Cavalcante Cardoso em Crateús ou o João das Pedras em São Benedito pode conceder uma ou várias graças.

Concordamos com François Dosse quando assegura que: “a história envereda cada vez mais pelos caminhos obscuros e complexos da memória até em seus modos extremos de cristalização, tanto ideais quanto materiais [...]”. (DOSSE, 2004. p. 184). Isso nos faz refletir que a percepção dos milagreiros passa pelo crivo das memórias, da oralidade e da materialidade do ex-votos.

Referências

DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Trad. Fernanda Abreu. Bauru: Edusc, 2004. p. 184.

MAIA, Michelle Ferreira. *Lembrança de alguém: a construção das memórias sobre a santidade de João das Pedras*. Fortaleza - CE: Imprensa Universitária – Universidade Federal do Ceará, 2010.

MAIA, Michelle Ferreira. “*Milagreiros*”: um estudo sobre três santos populares no Ceará (1929-1978). Fortaleza: Premius Gráfica e Editora, 2019. ISBN: 978-85-7924-727-9.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: *Rev. Inst. Est. Bras.*, SP, 34:9-24, 1992. p.9-23.

VALLADARES, Clarival do Padro. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

“PEDI, REZEI E FUI ATENDIDO”: A FÉ NAS GRAÇAS DE MARIAZINHA PENNA EM SANTA MARIA/RS

Marcelo Gabriel Ercolani¹

Fernanda Kieling Pedrazzi²

Introdução

Santa Maria³ é um município localizado na região central do Rio Grande do Sul (RS), distante cerca de 290 km da capital Porto Alegre, frequentemente designado e reconhecido pelas perfrases “Cidade Universitária”, “Cidade Ferroviária”, “Santa Maria da Boca do Monte”, “Coração do Rio Grande” e “Cidade Cultura”. A cidade destaca-se em diversas áreas, tais como educação, ferrovia (em processo de degradação, desde a década de 1990), militar e cultural. Além disso, as tradicionais e já consolidadas manifestações religiosas também ocupam um espaço considerável na localidade, tendo como exemplo a festa em honra a Santo Antônio Abade (mês de janeiro), Romaria em homenagem ao Diácono João Luiz Pozzobon (mês de junho) e Romaria Estadual em consagração à Nossa Senhora Medianeira (mês de novembro). Por outro lado, desde a década de 1950, o fenômeno devocional dedicado a uma mulher considerada santa popular do município desperta curiosidade e interesse de muitas pessoas, assim como da academia. Trata-se de Maria Zaira Cordova⁴ Penna, mais conhecida como Mariazinha Penna, cuja história de sofrimento, fé, “força divina” e resignação conquistou a empatia e admiração de muitas pessoas.

Este estudo objetivou reunir e analisar textos, documentos, artigos e outros elementos relacionados à chamada “milagreira” do Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria, com vistas à retomada da difusão sobre a devoção em debate, além de contribuir para a percepção, por parte da comunidade, de que esse prodígio corresponde a uma manifestação cultural, cujas materializações ritualísticas podem caracterizar-se como patrimônio imaterial da cidade.

¹ Economista. Acadêmico do Curso de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisador do Grupo Informação e Cemitério (GIC/UFSM). Santa Maria/RS.

² Professora Orientadora do trabalho apresentado, Departamento de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadora do Grupo Informação e Cemitério (GIC/UFSM). Santa Maria/RS.

³ Morales (2008) comenta que a emancipação política de Santa Maria se deu em 17 de maio de 1858, com o estabelecimento da Câmara de Vereadores. Contudo, em 1914, celebrou-se o “falso centenário”, porque, em 1814, Santa Maria havia sido promovida à “condição de capela curada subordinada à Cachoeira do Sul” (MORALES, 2008, p. 9).

⁴ Observa-se que este sobrenome está grafado também com acento agudo (Córdova) em alguns documentos encontrados durante a pesquisa.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o tema, na *internet*, sondagens no espaço cemiterial, em instituições públicas e privadas do município e em outros lugares de memória. Eleveu-se o Jornal A Razão como fonte, porquanto esse periódico foi fundado em 9 de outubro de 1934,⁵ tendo, em tese, ajudado a contar a história de Mariazinha ao longo do tempo, pelo menos até sua extinção, em 25 de fevereiro de 2017. Foram definidos períodos-foco de pesquisa no referido diário relacionados com a data de nascimento de Mariazinha (13 de abril), de seu falecimento (11 de outubro) e Dia de Finados (02 de novembro).

Justifica-se a pesquisa acerca da devoção a partir dos aspectos de cunho pessoal (afetivo-emocionais), cuja transformação em objeto científico leva a observância do rigor acadêmico. Ademais, considera-se o fato de veneração religiosa popular que se propaga há mais de 65 anos. Outro fator diz respeito à percepção empírica referente ao apagamento de um período devocional (remoção de ex-votos da capela de velas) e redução de visitas ao túmulo⁶ onde estão os restos mortais da venerada. Além disso, identificou-se a necessidade de uma atualização da biografia de Mariazinha Penna, propondo um discurso outro, posterior à Abelin (1988).

O artigo está estruturado em quatro tópicos: o primeiro retrata sumariamente a personagem central da pesquisa; o segundo, discorre sobre um dos locais de memória da “milagreira”, seu túmulo no Cemitério; o terceiro, destaca e analisa documentos e outras informações obtidas durante a pesquisa; na conclusão apresenta-se uma reflexão sobre os resultados preliminares desse estudo.

Mariazinha Penna

Cumprir esclarecer que o interesse por Mariazinha Penna (Figura 1) iniciou na década de 1980, quando o proponente da pesquisa⁷ ainda era criança e as idas ao cemitério eram frequentes, geralmente acompanhando a avó, que levava os netos para auxiliarem na limpeza e manutenção do jazigo perpétuo da família. Como de costume, naquela época, o espaço cemiterial configurava-se em mais um lugar para as brincadeiras de infância. Pelo menos essa era a visão de algumas dessas crianças, posto que a ansiedade aumentava à medida que os dias de visita se aproximavam, e a diversão era dada como certa.

⁵ Segundo Morales (2008), “O Jornal ‘A Razão’ foi fundado em 09 de outubro de 1934 por iniciativa de Clarimundo Flores, com apoio financeiro de Floduardo Silva, fazendeiro de Uruguaiana.” (MORALES, 2008, p. 174).

⁶ Provavelmente influenciadas por questões de segurança do local. Realidade de algumas necrópoles na atualidade, considerando as sérias restrições orçamentárias enfrentadas por muitas prefeituras do país.

⁷ Marcelo Gabriel Ercolani propôs o tema como pesquisa e desenvolve dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural sobre o tema sob orientação da Prof^a Dr^a Fernanda Kieling Pedrazzi.

Figura 1 – Mariazinha Penna

Fonte: acervo da família Penna (cedida pelo servidor da UFSM Chico Genro).

Conforme relato do proponente da pesquisa, após a conclusão das tarefas ordinárias, a avó, depois de rememorar fatos sobre parentes e amigos inumados naquele campo santo, regularmente, comparecia ao túmulo da milagreira levando consigo os netos para rezar, depositar flores, acender velas, pedir a intercessão ou agradecer por graças alcançadas, além de contar histórias sobre Mariazinha.

Pode-se inferir que a devoção à venerada foi um legado deixado pela progenitora, cuja manifestação religiosa, mais tarde, transformou-se em objeto de pesquisa, pois muitas eram as dúvidas suscitadas diante do sepulcro da santa popular, tais como, por que ela havia sido eleita santa pela comunidade? Como a família de Mariazinha encarava essa manifestação? Qual a opinião da Igreja? Quem cuidava do jazigo? O que fazer quando não houvesse mais espaço para afixar as placas de agradecimento? E as questões não cessavam. Nesse sentido, é importante destacar as tipologias de morte que frequentemente embasam o processo de construção das devoções para com os santos populares, como por exemplo:

Mortes trágicas e brutais, como assassinatos, linchamentos, estupros, acidentes (como os atropelamentos e incidentes automobilísticos e aéreos), suicídios, espancamentos ou doenças que acompanhem a pessoa durante todos os dias de sua vida. Estes são alguns dos tipos de mortes dos milagreiros dos cemitérios brasileiros, os mortos públicos [...] (TOMASI, 2017, p. 23).

Observa-se, assim, que o devotamento conferido à milagreira de Santa Maria/RS, em teoria, encontra explicação diante do argumento supra.

A seguir, faz-se uma breve apresentação de Mariazinha Penna, cuja biografia⁸ escrita por Abelin (1988) tem um papel fundamental ao indicar caminhos e fornecer elementos para o estudo acadêmico, além de registrar e preservar histórias e informações sobre a jovem que provavelmente não sejam mais possíveis de se acessar, por questões humanamente justificáveis. Sobre isso Pedrazzi (2015, p.19) comenta que “se há no mundo uma certeza incontestável é a que todos vamos morrer”.

Este tópico tem como referência cronológica inicial a data de 13 de abril de 1933, na localidade Estação Colônia, antigo distrito de Santa Maria, atualmente denominado bairro Camobi. Trata-se do dia e local de nascimento de Maria Zaira Cordova Penna, filha de Aida Cordova e Elcy Penna, conhecida e ainda lembrada por muitos simplesmente como "Mariazinha Penna". Se estivesse viva, em 2019, contaria com 86 anos.

No dia 13 de abril de 1933, às onze horas, desabrochou para a vida uma menina a quem chamaram Maria Zaira. O papai Elcy Corrêa Penna, a mamãe Aida Cordova Penna, o irmãozinho Emir, os avós paternos Cacildo Teixeira Penna e vovó Ernestina Corrêa Penna, as tias Sílvia, Dalila, Ivone, Lília, os tios Darci e Sadi, ficaram radiantes com a chegada do novo rebento da Família Penna (ABELIN, 1988, p. 19).

Contudo, o foco da pesquisa inicia, efetivamente, a partir dos fatos de 11 de outubro de 1953, dia que marca a sua morte, ocorrida prematuramente. Conforme Abelin (1988, p. 35), “a cidade de Santa Maria parece que não tinha visto, ainda, um funeral com tanto acompanhamento”. Abelin (1988) comenta que Maria Zaira Cordova Penna, ainda muito jovem, foi acometida por um câncer na região do fêmur (perna esquerda), cuja provável causa foi atribuída a um pequeno acidente doméstico com uma cadeira.

O sofrimento da jovem era indescritível, porém, ela o colocava sublimado sob o manto de Nossa Senhora. Transmitia fé e coragem aos que a visitavam, estendendo sua mão, acariciando a do visitante, agradecendo a visita e afirmando que sua presença lhe tinha trazido alento (ABELIN, 1988, p. 30).

Abelin (1988) registra que do diagnóstico ao falecimento, a jovem sofreu de dores lancinantes por aproximadamente dois anos, mas sua fé, resignação e “força divina” conferiram-lhe a fama de milagreira, o que se chama comumente de "santa popular". Sua

⁸ Embora a obra “Mariazinha Penna: a predestinada” (escrita por Leyda Tubino Abelin) não se apresente revestida da austeridade exigida pela academia, a autora entrevistou muitas pessoas que conviveram com Mariazinha, (incluindo a Sra. Aida Penna, mãe da venerada) fornecendo informações preciosas para a pesquisa científica em andamento. Importante destacar a contribuição da Professora Gizele Zanotto (Passo Fundo/RS) durante o IX Encontro Nacional da ABEC (2019), que classificou o livro como uma provável futura hagiografia, ou seja, “um outro regime de verdade” se comparada com a historiografia, é “a verdade do sagrado, a edificação inspirada pelo culto aos santos” (TEIXEIRA, 2013, p. 197).

morte foi motivo de grande comoção e, imediatamente, após as exéquias, seu túmulo começou a ser visitado pela comunidade, muito impressionada com a história de confiança em Deus e aceitação da jovem.

Desde então, a sepultura é repleta de flores, placas de agradecimentos e velas, sobretudo em dias considerados especiais pelos devotos. Sobre essa questão, Maia (2019, p. 202) destaca que “há duas características comuns aos cultos dos santos populares: acontecem geralmente em torno do túmulo; manifestam-se especialmente no Dia de Finados”. Diante disso e em observância à manifestação devocional destinada à Mariazinha Penna, depreende-se que a milagreira de Santa Maria faz parte do rol dos “mortos públicos”, conforme expressão de Freitas (2007), porquanto as homenagens póstumas em torno do jazigo da personagem extrapolam o “culto funerário privado”, ou seja, os ritos de reverência prestados pela família e amigos diante da sepultura não gozam de caráter privativo.

A romaria ao túmulo da milagreira continua até a atualidade. Todo ano, a mídia (falada e escrita), de alguma forma, rememora a história trágica que deu origem ao apego e carinho do povo de Santa Maria por Mariazinha Penna, ajudando a consolidar sua memória como patrimônio religioso e imaterial do município.

Em seguida, uma breve descrição acerca do espaço cemiterial onde os restos mortais de Mariazinha estão sepultados.

Jazigo e Capela das velas

A sepultura de Mariazinha faz parte de um conjunto de edificações funerárias inseridas no âmbito do Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria, o qual conta com área aproximada de sete hectares, estando situado na Avenida Dois de Novembro, nº 54, bairro Patronato.

Segundo Beltrão (1979), o Cemitério de Santa Maria foi fundado em 4 de janeiro de 1879. Já em 1891, após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, o território brasileiro passou a ser laico, garantindo-se o direito à liberdade de religião e de culto. Ademais, a Lei Básica determinou que os cemitérios passassem a ter caráter secular e que deveriam ser administrados pela municipalidade (Art. 72, parágrafos 3º, 5º e 7º). No entanto, Russar (2012) assevera que, em 1890, a laicidade já havia sido regulamentada no País pelo Decreto nº 119-A, de 07/01/1890.

A Lei Municipal Nº 1647, de 06 de julho de 1973, alterou a denominação do Cemitério Municipal para “Cemitério Ecumênico”. Sobre essa questão, Beltrão (1979) assim se manifesta:

Consta-me que, em nossos dias, seu nome foi mudado para Cemitério Ecumênico, o que reputo descabido, pois nele estão sepultadas pessoas sem religião, cujas ideias deveriam merecer respeito, máxime por estarem mortas e impossibilitadas de defenderem suas convicções filosóficas (BELTRÃO, 1979, p. 304).

As motivações do novo regulamento não são conhecidas, mas arrisca-se a afirmar que parte da explicação está associada à coexistência de dois cemitérios contíguos: o Municipal e o Luterano. Contudo, o desconforto de Beltrão (1979) quanto à nova nomenclatura da necrópole é perfeitamente justificável, considerando o arcabouço jurídico vigente naquela época.

No que tange ao sepulcro da santa popular em estudo, observa-se que a edificação apresenta características discretas, embora seja diferenciada, por formar um conjunto que reúne a área onde a urna funerária está acondicionada e uma capela das velas. De forma análoga, utilizando-se da tipologia engendrada por Costa (2016, p. 27), infere-se que o túmulo de Mariazinha pertence à classe dos “jazigos horizontais”.

Assim, ao lado do jazigo da milagreira há uma capela, denominada “Capela das Velas Mariazinha Penna”, a qual precisou passar por reforma no final da década de 2000, pois o calor produzido pelas velas havia ruído as estruturas da edificação (Figura 2, referente ao que era visto em 2008).

Figura 2 – Jazigo e Capela



Fonte: acervo de Chico Genro (10/11/2008).

As imagens obtidas no local ilustram a transformação da capela, que alterou detalhes do prédio. Comparando as imagens, após a reforma da capela (Figura 3), observa-se

alterações no formato da chaminé, também é possível verificar a não reposição da cruz que ficava na parte frontal da capela, acima da porta. A vegetação do entorno igualmente foi suprimida.

Figura 3 – Jazigo e Capela



Fonte: acervo de Marcelo Ercolani (09/10/2018).

Além da mudança estrutural, as placas de agradecimento (ex-votos) que estavam fixadas nas paredes internas e externas da capela, da mesma forma, não foram recolocadas. Ademais, houve expansão e troca do piso do calçamento em torno do conjunto funerário.

Documentos: Jornal e Arquivos

Ao percorrer o município de Santa Maria, observa-se que a devoção à Mariazinha Penna é demonstrada de várias formas. No Cemitério Ecumênico Municipal, seu jazigo, além de muito visitado, recebe flores, bilhetes, velas e placas de agradecimento por graças alcançadas, o que se chama de ex-votos nos estudos cemiteriais. Em 1988, a Prefeitura Municipal de Santa Maria promulgou a Lei Nº 3028/1988, que denominou Mariazinha Penna, a área verde localizada na quadra 12A, do Núcleo Habitacional Tancredo de Almeida Neves. Do outro lado da cidade, a Paróquia Nossa Senhora da Glória, localizada no bairro Camobi, mantém a Ermida de Mariazinha Penna, inaugurada em 30 de novembro de 2008⁹, em homenagem àquela que dizem ser “milagreira”.

⁹ Disponível em: <http://paroquiadagloria-camobi.com.br/historia/>. Acesso em: 04 ago. 2019.

Objetivando reunir e analisar documentos sobre Mariazinha Penna, buscou-se subsídios em arquivos públicos e privados da cidade, bem como na *internet*. Inicialmente, procurou-se por informações junto ao Bispado de Santa Maria, acerca da existência de processo com vistas à canonização da personagem, cuja resposta obtida frustrou uma das hipóteses da pesquisa, porquanto suspeitava-se da tramitação. Obteve-se, contudo, informações sobre as fases do sistema, em que inicialmente a candidata à santa passaria a ser considerada Serva de Deus, para, depois de atender as condições da primeira etapa, ser reconhecida como Venerável. Em seguida, após vencer os requisitos específicos desse estágio, passaria à Beata, faltando, apenas, completar as exigências do penúltimo atributo para ser canonizada pelo Papa.

Em seguida, buscou-se informações na Câmara de Vereadores de Santa Maria acerca das circunstâncias que legitimaram denominar “Mariazinha Penna” a área verde localizada no Núcleo Habitacional Tancredo de Almeida Neves, conforme Lei Municipal Nº 3028, de 21 de setembro de 1988. Obteve-se, então, cópia do Projeto de Lei Municipal Nº. 3781-2, de 1º de agosto de 1988, cuja justificativa está transcrita abaixo:

[...] MARIAZINHA PENNA (MARIA ZAIRA CORDOVA PENNA), falar sobre Mariazinha é o mesmo que falar sobre a bondade divina.
A Professora LEYDA TUBINO ABELIN é que ilustra bem a vida alegre, sua enfermidade e a romaria de pessoas após sua morte, em seu livro “MARIAZINHA PENNA À PREDESTINADA”.
Há em Santa Maria milhares de adeptos, em suas orações de MARIAZINHA PENNA. Não há dia, que em repouso, digo, seu repouso eterno, não esteja uma pessoa orando, dias de sol, chuvas, frio. Seus fiéis devotos, temos a certeza estarão felizes por reconhecermos esta vibração positiva que MARIAZINHA nos manda, de seu recanto, onde concretizamos a denominação da área verde, na Cohab Tancredo Neves, como ela é conhecida MARIAZINHA PENNA. Portanto Senhores Vereadores, pedimos o seu reconhecimento e sua aprovação, na denominação da área verde, localizada na quadra 12A, da Cohab Tancredo Neves, nesta Cidade. MARIAZINHA PENNA (MARIA ZAIRA CORDOVA PENNA) nasceu a 13 de abril de 1933, em Santa Maria, vindo a falecer em 11 de outubro de 1953. [...]

Analisando o texto da proposição, observa-se manifestação de reverência oficial à Mariazinha Penna, especialmente, quando sua personalidade é comparada à “bondade divina”. Outro fato relevante corresponde ao reconhecimento ao trabalho de Abelin (1988), seu livro “Mariazinha Penna: a predestinada”. O Projeto resultou na promulgação da Lei que chancelou o nome de Mariazinha Penna à já mencionada área verde, em que a Prefeitura ficou responsável por afixar a placa indicativa no local, conforme Figura 4.

Figura 4 – Praça Mariazinha Penna (placa)



Fonte: acervo de Marcelo Ercolani (13/10/2018).

A Praça Mariazinha Penna fica ao lado do Ginásio Poliesportivo "ORECO",¹⁰ referência naquele espaço, estando a placa indicativa fixada na parede externa do pavilhão poliesportivo junto ao terreno onde estão instalados os brinquedos da praçinha. Ambos os espaços são bastante frequentados pela comunidade do Núcleo Habitacional Tancredo de Almeida Neves.

No Cemitério Ecumênico, observou-se detalhes do jazigo e capela de velas, buscando analisar os documentos disponíveis. Para tanto, acompanha-se, desde de abril deste ano, o grupo de devotos que reza o terço em frente ao local de “repouso eterno” de Mariazinha, sempre nas segundas-feiras, às 15 horas. Além disso, o grupo também presta homenagem nos dias exatos que marcam as datas de nascimento (13/04) e falecimento (11/10) da venerada, também às 15 horas. Observa-se que os rituais são celebrados sob qualquer condição meteorológica. A média de participantes fica em torno de 35 pessoas e, segundo os membros, todos são bem-vindos.

Identificou-se que os pais de Mariazinha, Aida e Elcy, estão sepultados no mesmo

¹⁰ Valdemar Rodrigues Martins, o Orecó, (13/06/1932 – 03/04/1985) é o único santa-mariense a ter conquistado uma Copa do Mundo de futebol, sendo campeão em 1958. Disponível em: <https://bit.ly/2ur4GYy>. Acesso em: 14 ago. 2019.

jazigo, porém o epitáfio é dedicado à filha: “Tua fé e resignação face ao sofrimento elevaram-te à suprema glória. Saudades eternas de teus pais e irmãos”. Dentre as homenagens, são encontradas muitas placas de agradecimentos fixadas no jazigo de Mariazinha Penna. Esses ex-votos estão confeccionados em diferentes materiais, tais como pedra (granito), metal, madeira e plástico. A maioria das mensagens são genéricas, com agradecimentos por “graças alcançadas”, cujos nomes dos ofertantes estão gravados somente com as letras iniciais (M.G.E, por exemplo), sendo que o anonimato, em tese, configura-se como uma regra de conduta dos devotos. Porém, foram encontradas doze placas contendo os nomes das pessoas que afirmam ter recebido alguma graça. Também foram localizadas apenas quatro placas com agradecimentos específicos: “Mariazinha obrigada por minha aprovação na OAB M.R.S 21-07-09”, “À Mariazinha por graça alcançada O.A.B XXI – 2017 R.L.A.”, “Agradeço a graça alcançada O.A.B XV – L.S.C.M.” e “Agradeço pela melhora e Saúde de R. R. P – 2016.”

No espaço cemiterial também foram encontrados outros documentos importantes, tais como um caderno deixado na capela de velas para o registro de pedidos e de graças alcançadas¹¹. Os autores do artigo foram presenteados com santinhos, impressos em 2003, contendo a oração e novena à Mariazinha Penna, as quais seguem reproduzidas abaixo:

ORAÇÃO / Oh! Mariazinha Penna que conheceis a aflição deste coração amargurado e triste, vinde aliviar-me e consolar-me que não cansarei de glorificar e louvar a Deus por vosso intermédio.

Rezar um terço.

NOVENA / Esta novena popular, cuja a autoria se desconhece há 51 anos é encontrada com bilhetes e pedidos no túmulo de MARIAZINHA CORDOVA PENNA no Cemitério Municipal de Santa Maria.

Analisando a Oração, durante a reza do terço, observa-se que o grupo profere a prece no plural, ou seja: “Oh! Mariazinha Penna que conheceis a aflição destes corações amargurados e tristes, vinde aliviar-nos e consolar-nos que não cansaremos de glorificar e louvar a Deus por vosso intermédio”.

Outro espaço de memória dedicado à milagreira de Santa Maria foi encontrado junto à Paróquia Nossa Senhora da Glória, situada na Rua Inácio Teixeira César, 187, bairro Camobi. Trata-se de uma Ermida (Imagem 5) inaugurada em 2008 por devotos de Mariazinha. A capelinha está localizada ao lado do salão Paroquial, no lugar em que, antigamente, existia a casa onde ela nasceu, de propriedade dos avós paternos, Ernestina Corrêa e Cacildo Teixeira Penna. Contíguo à Ermida, há uma pequena capela de velas.

¹¹ Constatou-se que as notas registradas neste caderno serão utilizadas em uma tese de doutoramento. Por isso, os escritos não serão objeto de análise deste artigo.

Pontualmente, toda a segunda-feira, às 15 horas, um grupo de devotos se reúne na paróquia para rezar o terço em homenagem à santa popular, coincidindo com as atividades realizadas no Ecumênico.

Figura 5 – Ermida Mariazinha Penna (Camobi)



Fonte: Marcelo Ercolani (10/10/2018).

A seguir, transcreve-se a homenagem à Mariazinha Penna que está registrada na Ermida:

Neste lugar e nesta casa, a 13 de abril de 1933, nasceu Maria Zaira Cordova Penna, a nossa Mariazinha Penna, “a santinha de Santa Maria”. Viveu na alegria e na fé e, em plena juventude morreu a 11 de outubro de 1953. Em conformidade com a vontade de Deus, seus dois últimos anos de vida, ela os passou na dor e em cruéis sofrimentos físicos. No heroísmo cristão do amor de Deus, ensinou-nos que a cruz é grande educadora dos homens. Nossa Senhora da Glória, rogai por nós. Santa Maria, aos 30 de novembro de 2008.

Cabe salientar que abaixo da foto de Mariazinha, há um retrato da casa onde ela nasceu, por isso que a homenagem inicia com a frase “neste lugar e nesta casa [...]”. A demonstração de carinho para com a venerada ao longo do texto é notória, especialmente, quando ela é denominada “santinha de Santa Maria”. O texto também evidencia o sofrimento que a jovem sofreu por dois anos, exaltando o “heroísmo cristão”.

No Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), conforme a metodologia definida, buscou-se por registros jornalísticos que comprovassem a devoção por

Mariazinha desde 1953. Contudo, até o momento, a nota de agradecimento mais antiga encontrada foi publicada na página 5 do Jornal A Razão, em 12 de dezembro de 1954, quando Maria José Cordova publicou um reconhecimento por graça alcançada: “AGRADEÇO – À serva de/ Deus, Maria Zaira Penna (Ma-/ riazinha) por uma graça al-/ cançada./Maria José Cordova”. Esses agradecimentos, estão sendo encontrados, majoritariamente, nos classificados, na seção “diversos”. A expressão “serva de Deus” também é comumente associada à Mariazinha Penna nas publicações do jornal, embora não se tenha conhecimento do processo de canonização da milagreira.

No Jornal A Razão, além das notas de gratidão, também foram encontradas publicações referentes à necrologia e convites para missas, mas esses artigos específicos obedecem a um padrão do periódico, e não há elementos que destaquem este ou aquele personagem.

Empiricamente, denota-se que o Jornal A Razão, embora com caráter informacional, ajudou a consolidar o nome de Mariazinha Penna como símbolo religioso popular ao ter apontamentos sobre ela em suas páginas. Conforme Xavier (2010, p.16), “aquilo que, construído de geração em geração, deixa vestígios, informa sobre o viver coletivo”. Deve-se atentar para o fato de que “a memória, que é transmitida por textos, objetos, pedras, edifícios e máquinas, embora dê a impressão de preservar o passado em sua totalidade, reproduz apenas parte do que foi vivenciado anteriormente” (SANTOS, 2012, p. 23).

Na *internet*, há muitas referências e imagens sobre Mariazinha Penna, incluindo um perfil no *Facebook* (<https://www.facebook.com/groups/mariazinhapenna/>), criado em 24 de abril de 2016. Nesta página encontrou-se uma oração diferente daquela do cemitério.

Oração para o Pedido de uma Graça. / "Mariazinha, que tanto sofreu em teu leito de dor, exemplo de força e coragem, oferecendo teu sofrimento ao Sagrado Coração de Jesus. Venho humildemente pedir que interceda junto a Jesus e a Virgem Maria, para *alcança*¹² a graça de (Diga a graça). Eu te rogo, te suplico com fé neste momento de aflição. Prometo fazer tudo o que estiver ao meu alcance para divulgar teu nome e devoção para quem necessite e tenha fé. Obrigado."
*Rezar 3 Pai Nosso e 3 Ave Maria (Após o pedido, em agradecimento mandar publicar um milheiro desta oração e distribui-la) >> Visite o Túmulo de Mariazinha Penna, localizado no Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria - RS - Av. 2 de Novembro. (Campa 5, Quadra 93)

No referido perfil, não há informação sobre a autoria dessa prece.

Ainda no meio digital, um pedido de ajuda,¹³ registrado há sete anos (tendo como referência o ano de 2019), recebeu três respostas, cujo debate segue abaixo:

¹² Grifo nosso.

¹³ Disponível em: <https://bit.ly/2FCUSwQ>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Estou em grande dificuldade e gostaria de recorrer à ajuda de Mariazinha Pena, a santa popular de S Maria RS?

Mariazinha é santa popular de S Maria RS. Alguém pode me passar sua oração? agradecida e que Deus os abençoe.

Respostas

Melhor resposta: Fé é o esforço para acreditar naquilo que seu bom senso diz que não é verdade. / A fé é frequentemente a vaidade do homem que é muito preguiçoso para investigar. / A fé pode ser definida brevemente como uma crença ilógica na ocorrência do improvável. / Fé significa não querer saber o que é a verdade. / A maioria das pessoas prefere morrer do que pensar.

Acreditar é mais fácil do que pensar. Daí existirem muito mais crentes do que pensadores. / Se 6 bilhões de pessoas acreditam em uma coisa estúpida, essa coisa continua sendo estúpida. / Quanto mais eu estudo as religiões, mais eu estou convencido de que o homem nunca adorou nada além dele mesmo. / A ciência implora para que você prove que ela está errada, a religião o condena se você tentar provar que ela está errada.

[...]

CARA... / VOCÊ É VIZINHO! kkkk / Zuera, XP (ps eu moro em SM mesmo, 'SERIO!) / Eu nunca ouvi falar em Mariazinha Pena, desculpa XP / (vai na catedral ou na igreja das dores, sei lá)

[...]

Amada, pense numa coisa: / Será que Deus seria tão injusto a ponto de preferir que você decore uma oração em vez de sinceramente dizer a Ele o que você está passando? / "Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei." Jesus Cristo / "Tu, porém, quando orares, entra no teu quarto e, fechada a porta, orarás a teu Pai, que está em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará. / E, orando, não useis de vãs repetições, como os gentios; porque presumem que pelo seu muito falar serão ouvidos. / Não vos assemelheis, pois, a eles; porque Deus, o vosso Pai, sabe o de que tendes necessidade, antes que lho peça." Jesus Cristo / Se não sabes orar, ore o Pai Nosso, mas faça isso sinceramente, meditando no que significa essa oração. / Garanto que será melhor do que buscar a Mariazinha Pena. Abraço.

Não foi possível identificar o/a autor/a do pedido, mas no perfil do *Yahoo*, está cadastrado/a como "avrma". Destaca-se que os três argumentos são muito diferentes: o primeiro condena a fé e exalta a ciência; o segundo, mesmo tendo afirmado ser morador de Santa Maria, comenta que nunca ouviu falar de Mariazinha e indica as igrejas Catedral e Dores; o terceiro, finalmente, apela para passagens bíblicas, procurando dissuadir o/a postulante da ideia de recorrer a alguém que não seja Deus e censurando o uso de orações memorizadas.

Conclusão

Esta pesquisa procurou identificar de que forma Mariazinha Penna foi discursivizada com base nos textos publicados no *Jornal A Razão* (a partir de 1953) e nos documentos de arquivos de Santa Maria e outras fontes. O estudo, em fase incipiente, terá como resultado uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Até o momento pôde-se constatar que os recursos de memória associados à Mariazinha Penna

são diversos: artigos de jornal, jazigo, ermida, praça pública, orações, preces nos lugares de memória e perfil no *Facebook*. Nesse caso, observou-se, portanto, que as reverências não são praticadas somente em torno do túmulo da “milagreira”. Nos documentos pesquisados foram encontrados diversos adjetivos associados à Mariazinha Penna, tais como: “Serva de Deus”, “heroína na dor”, “feliz na dor”, “bondade divina”, “santinha de Santa Maria”, “milagreira de Santa Maria” e “santa popular”. Esses predicados demonstram a admiração do povo santa-mariense para com ela.

Cumprir destacar a importância das instituições públicas e privadas que preservam informações e documentos sobre Mariazinha, entre elas, o Cemitério Ecumênico, o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, a Câmara de Vereadores, a Casa de Memória Edmundo Cardoso, os arquivos eclesiásticos (Paróquia Nossa Senhora da Glória), etc.

Os resultados, até então demonstram a gratidão dos santa-marienses à Mariazinha, como também dão conta da crença em suas graças, e evidenciam que o Jornal A Razão e outros recursos contribuíram para a permanência de sua memória entre os cidadãos ao contar a história de vida, de “milagreira” e ao consolidar seu nome como ícone sagrado do município. Ressalta-se que durante a pesquisa no Cemitério Ecumênico, por coincidência foram detectadas características voltadas à construção da devoção para com três personalidades, a saber: Bernardo Uglione, Conceição Carvalho Vargas (o crime da mala) e o Padre Paulo Fiad Quedi. Foram encontrados ex-votos nesses túmulos. Interessante sublinhar que somente as mortes das duas primeiras personagens ocorreram de forma trágica. A partir de então, esses jazigos estão sendo monitorados pelo Grupo Informação e Cemitério/UFSM.

Por fim, entende-se que ainda há muito a ser feito, pois, durante o estudo, percebeu-se a necessidade de ampliar os períodos-foco do Jornal A Razão, incluir a análise de outros periódicos, pesquisar sobre os impactos sociais do câncer na década de 1950, além de aprofundar estudos nas áreas de Antropologia da Devoção, Antropologia Visual, Linguística, Sociologia das Religiões e Teologia.

Referências

A Ermida de Mariazinha Penna. Disponível em: <http://paroquiadagloria-camobi.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Ermida-de-Marizinha-Penna.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

ABELIN, Leyda Tubino. *Mariazinha Penna, a predestinada*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.

BELTRÃO, Romeu, 1913-1977. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930* / 2. ed. Canoas, RS: Ed. La Salle, 1979.

- BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <https://bit.ly/30gniXa>. Acesso: 29 jun. 2019.
- CORDOVA, Maria José. Agradeço. *Jornal A Razão*, Santa Maria, ano XXI, n. 52, 12 dez. 1954. Classificados, diversos, p. 5.
- COSTA, Mozart Alberto Bonazzi da (Org.). *Conservação de bens tumulares: caderno dirigido aos concessionários*. São Paulo: Limiar, 2016.
- FREITAS, Eliane Tânia. As Vidas e as Mortes de Jararaca: Narrações de uma Devoção Popular no Nordeste Brasileiro. *Revista de Estudos da Religião – REVER*. Pós-Graduação em Ciências da Religião – PUC – São Paulo/SP. 2007. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2007/t_freitas.htm. Acesso em: 10 ago. 2019.
- MAIA, Micelle Ferreira. *Milagreiros: um estudo sobre três santos populares no Ceará (1929 – 1978)*. Fortaleza: Premium Gráfica e Editora, 2019.
- MORALES, Neida Regina Ceccim (Org.). *Santa Maria: memória*. Santa Maria, RS: Pallotti, 2008.
- PEDRAZZI, Fernanda Kieling. *O Discurso Sobre a Morte em Arquivos Institucionais do Final do Século XIX*. 2015. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/4007>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- RUSSAR, Andrea. Brasil: *A Laicidade e a Liberdade Religiosa desde a Constituição da República Federativa de 1988*. E-GOV - Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/30gkDwJ>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- SANTA MARIA/RS. *Lei Nº 1647, de 06 de julho de 1973*. Disponível em: <https://bit.ly/2TmRgY6>. Acesso em: 28 jul. 2019.
- SANTA MARIA/RS. *Lei Nº 3028/1988, de 21 de setembro de 1988*. Denomina Mariazinha Penna (Maria Zaira Cordova Penna), a área verde localizada na Quadra 12A, do Núcleo Habitacional Trancredo de Almeida Neves, nesta cidade e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/2t3bPhl>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva & Teoria Social*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2012. 238 p.; 14 x 21 cm.
- TEIXEIRA, Igor S. Literatura, tempo e verdade: o fazer hagiográfico na legenda áurea. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 59, p. 193-216, jul./dez., 2013. Editora UFPR.
- TOMASI, Julia Massucheti. *“Santinhas do Itacorubi”*: História e Memória das Milagreiras do Cemitério São Francisco de Assis/Itacorubi, Florianópolis (1980-2016). 2017. 277p. Tese (Programa de Pós-Graduação de História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://bit.ly/3036bYG>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- XAVIER, Ana Maria; MAGNANI, Luís Antonio. *Caminhos do Patrimônio Cultural: 3 roteiros em São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Via das Artes, 2010. 195 p.

SOBRE CEMITÉRIOS

COMPOSIÇÃO DOS CEMITÉRIOS RURAIS NA LOCALIDADE WARNOW – INDAIAL/SC

Gabriela Martins¹

Introdução

O município de Indaial está localizado no estado de Santa Catarina, no Médio Vale do Itajaí, faz parte do roteiro Vale Europeu e dos Roteiros Nacionais de Imigração. A cidade teve seu processo de colonização iniciado por alemães, posteriormente italianos e poloneses, e a região ainda preserva diversos exemplares construtivos e expressões culturais que são frutos da herança de seus antepassados que outrora imigraram, responsáveis por lhe conferir características singulares, que a tornam única em todo o território nacional.

Um desses exemplares é a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que está situada na localidade do Warnow Alto, no bairro Warnow. A construção da capela se deu por volta do ano de 1924 e, desde o processo de construção, foi palco de inúmeros acontecimentos, o que a torna guardiã de memórias de várias gerações de habitantes da comunidade e de toda a cidade. Implantada em um terreno plano, distante de áreas adensadas e com o Ribeirão aos fundos, a diminuta edificação se destaca na paisagem local. A Capela é tombada em âmbito estadual pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), e, em 2007, agora em instância federal, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No momento atual, se faz necessário problematizar as questões de patrimônio histórico e cultural, história e memória à luz do que Stuart Hall (1992) sugere quando explica que as velhas identidades que estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno. Antônio Torres Montenegro (1998) descreve que a grande força da História Oral é que ela pode recuperar segmentos da sociedade que de outra forma se perderiam. Carmelo Distante (1998, p. 84) defende que não existirá um porvir verdadeiro para humanidade e não existirá um verdadeiro progresso, se o futuro não tiver um 'coração antigo', isto é, se o futuro não se basear na memória do passado. E as recomendações de Paris, na convenção para a salvaguarda do

¹ Acadêmica, orientada pela professora Ms Graciela Márcia Fochi. Este artigo é resultado do projeto de pesquisa denominado "Elementos do patrimônio imaterial presentes na comunidade que congrega na Igreja Nossa Senhora Perpétuo Socorro de Indaial-SC". O projeto foi aprovado e recebeu fomento através do Artigo 170/UNIEDU-SC. Timbó/SC.

cultural patrimônio imaterial (2003) reconhece o patrimônio cultural imaterial como uma questão de interesse geral para a humanidade e como um direito humano.

Devido a “globalização”, ao acesso facilitado a informações e outras experiências, as identidades locais estão sendo desestabilizadas, fragmentadas e enfraquecidas. Para Giddens (1990, p. 6), “a medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra”, e isto deve ser levado em conta quando discutimos o impacto das mudanças contemporâneas na sociedade em que vivemos.

As culturas nacionais não são apenas expressas através das instituições, mas também por símbolos e representações, podendo ser encontrada através de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais que simbolizam ou representam as experiências compartilhadas e dão sentido à nação e sua população como membros de uma comunidade. Segundo Schwarz, em 1986, “Estas coisas formam a trama que nos prendem invisivelmente ao passado.”

Start Hall explica que a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes, e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente, na diferença e no pluralismo cultural.

Diante deste contexto, em 17 de outubro de 2003, em Paris, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), na convenção de Paris, em 2003, contemplou em sua agenda o salvaguardo do patrimônio cultural imaterial. Este documento considerou a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural. Reconheceu que a importância do patrimônio imaterial se deve ao fato de nela residir a fonte de diversidade cultural, a garantia de desenvolvimento sustentável e os processos de globalização e transformação social.

Por outro lado, o conteúdo do documento ressalta que a globalização foi responsável por criar as condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, ao mesmo tempo geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido a particular falta de meios para sua salvaguarda. Diante disto, considera que o patrimônio material cultural e natural deve ser enriquecido e completado mediante novas disposições relativas ao patrimônio cultural imaterial, pois entende que o patrimônio imaterial exerce inestimável função como fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos.

A convenção ainda recomendou algumas medidas para salvaguarda, desenvolvimento e valorização deste patrimônio, assegurando medidas governamentais através de políticas gerais, visando promover a função do patrimônio cultural imaterial na sociedade, organização e criação de organismo competente, fomentar estudos científicos, técnicos e artísticos, adoção de medidas de ordem jurídica, administrativa e financeira para a manutenção deste patrimônio, favorecer a criação e o fortalecimento de instituições de gestão de patrimônio imaterial, garantir acesso ao patrimônio cultural imaterial, respeitando ao mesmo tempo os costumes que regem o acesso a determinados aspectos do referido patrimônio, criar instituições de documentação sobre o patrimônio cultural imaterial e facilitar o acesso a elas.

A constituição brasileira, desde 1988, no artigo 216, declara que “constituem patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira, [...]”.

Diante das reflexões contidas nos autores apresentados e nas previsões dos documentos e legislações emitidos pelas instituições reconhecidas estima-se que existem questões que recaem e fragilizam as expressões de patrimônio histórico e cultural que ultrapassam os conteúdos das legislações, que residem na relação de pertencimento e participação que ocorre entre a população, os espaços e as expressões de patrimônio histórico e cultural, e para verificar esta hipótese escolheu-se a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para realizar estudos, pesquisas e análises.

Percurso metodológico

A revisão de literatura que proporcionou a fundamentação teórica deste estudo se baseou nas produções de autores, como Stuart Hall, Anthony Giddens, Carmelo Distante, Unesco e a Constituição brasileira, que por sua vez contam com sólida e reconhecida produção para as questões e temas pertinentes à globalização, história, memória, identidade e patrimônio histórico e cultural

O caminho metodológico do estudo foi continuado com a consulta do texto “Documentos Preliminares”, produzido em 2016 pela empresa ‘WS Restaurações’ que foi responsável pela restauração da Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, disponível na Paróquia Santa Inês, e cedida pelo reverendo Pároco Pe. Marcelo Martedal. A continuidade da coleta dos dados foi realizada através de entrevista oral, que contou com um roteiro semiestruturado cujas questões solicitavam resposta, como nome, idade, naturalidade, tempo e experiência de exercício do sacerdócio, tempo de atuação na cidade;

percepção da participação e do envolvimento da comunidade com os eventos e celebrações da Igreja antes das atividades de restauro, continuidades e mudanças na relação da comunidade com a Capela depois do restauro, sugestões de melhorias do uso e apropriação da capela pelos, fiéis/comunidade/turistas; e como a sociedade pode ajudar na preservação e manutenção da capela como patrimônio histórico nacional.

A entrevista foi agendada em visita à secretaria da paróquia, e gravadas em vídeo e transcritas seguindo os procedimentos legais, mediante autorização de uso de som e imagem, conforme consta em anexo, sendo o documento assinado em três vias, uma para o entrevistado, uma para a instituição de ensino e outra para o entrevistador. A entrevista ocorreu na sala de atendimento do pároco, na Paróquia Santa Inês, Centro, Indaial/SC. Por fim participou-se da festa anual da comunidade, que ocorreu de 01 e 02 de julho de 2017, na qual foram feitos registros fotográficos que serão apresentados no decorrer do texto.

Desenvolvimento

Inicialmente, a região encontrava-se povoada por populações nativas indígenas. No século XVII e XVIII ocorreu a instalação de famílias luso-brasileiras e descendentes de africanos. A colonização mais intensiva do município de Indaial iniciou a partir de 1859/1860 com a vinda dos primeiros imigrantes alemães. A partir de 1875 vieram os imigrantes italianos, e em 1878 chegaram os primeiros poloneses. E é graças à diversidade cultural, oriunda destes conjuntos populacionais, que a região apresenta e ainda preserva diversos exemplares construtivos e costumes, frutos da herança dos que outrora imigraram.

No ano de 2015, devido a ação do tempo e às condições climáticas, a Capela precisou passar por uma grande reforma, que contemplou tanto a estrutura externa como as disposições internas, ficando pronta em 04 de outubro de 2016. A reforma foi realizada pela empresa WS Restauração Ltda – ME e foi custeada pelo Governo Federal, através do IPHAN. Durante o tempo de reforma, foi elaborado e entregue à comunidade o documento Estudos Preliminares, que conta com referências históricas, projetuais, documentação fotográfica, descrições e detalhamentos arquitetônicos, análises e catalogações, atribuições dos executores e artistas envolvidos na restauração, assim como estudos e soluções para as patologias encontradas.

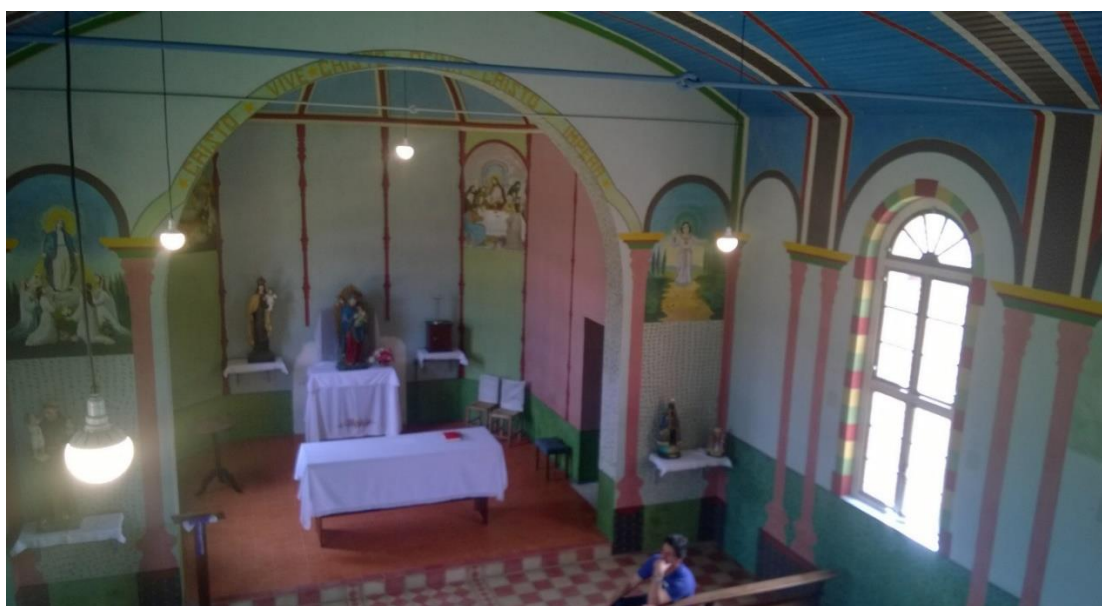
Nas figuras 01 e 02 é possível observar como o local se encontra após os trabalhos de restauração:

Figura 1 – Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Fonte: acervo da autora, 2018.

Figura 2 – Interior da Capela



Fonte: acervo da autora, 2016.

O projeto do IPHAN, de restauro, deu conta de necessidades estruturais da Capela Nossa Senhora Perpétuo Socorro. Porém, no que tange aos aspectos do patrimônio histórico-cultural imaterial preservado, agora se faz necessário um olhar atento para a manutenção, valorização e proteção dos costumes regionais da comunidade que a cerca. Isto se dá através do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que é um instrumento criado a partir do Decreto nº 3.551, de agosto de 2000, da Constituição Brasileira.

De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca, no estudo sobre a prática de registros, “o registro se distingue do tombamento na medida que não se propõe a “conservar” os bens registrados ou a assegurar sua “autenticidade”, nem a atribuir ao poder público a obrigação de fiscalizar e de zelar pela sua integridade física [...], mas sim, “assegurar ao bem registrado” documentação pelos meios adequados e “ampla divulgação e promoção”.

Para a comunidade local, a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi e continua sendo palco de histórias e recordações. Segundo o Pároco Pe. Martendal (2017), que está à frente da Paróquia Santa Inês, centro, Indaial/SC, desde 2014, quando perguntado sobre a relação dos fiéis com o espaço da capela, após o restauro entregue em 2016, o mesmo nos contou: “A comunidade se sentiu valorizada. É uma comunidade pequena e ver seu espaço sendo melhorado e conhecido deixou eles muito felizes”. Quando questionado sobre a participação e relação da sociedade com o bem tombado ele relata: “A maior interação da sociedade continua sendo na festa anual da igreja, contudo a comunidade local passou a participar mais das celebrações mensais, assim como aumentou a procura para celebrações e casamentos”.

Figura 3 – Festa da comunidade



Fonte: acervo da autora, 2017.

A festa da comunidade, do ano de 2017, aconteceu nos dias 01 e 02 de julho. Nela, além os moradores locais, pode-se encontrar um número expressivo de habitantes de todos os bairros da cidade e cidades vizinhas. De acordo com o pároco, a festa anual é a principal

fonte de recursos para que a edificação prossiga servindo de espaço à finalidade para as quais foi construída, assim como à conservação e manutenção básica.

Considerações finais

Este artigo almejou enriquecer e valorizar a comunidade e o patrimônio histórico-cultural que a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro comporta e representa. Assim, também se quer reforçar as ações de divulgação e conscientização, em nível local, nacional e internacional, da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco.

Ao longo da realização dos estudos, da entrevista e da participação na festa da comunidade foi possível observar diversos elementos de caracterização de elementos socioculturais singulares, dentre elas destacam-se o da utilização de um dialeto próprio, resultado da mistura entre o 'alemão' e 'português', que se misturam em dizeres, frases de efeito e até formaram novas palavras, que por sua vez são entendidas apenas pelos habitantes daquela localidade. Por outro lado observaram-se os sabores típicos e modos de preparos, que muito se assemelham aos pratos originais dos imigrantes europeus, contudo adaptados aos ingredientes e temperos encontrados na região. Sendo assim estudos, investigações, inventários, registros, ações educativas, de salvaguardo, e intervenções de conservação e restauro precisam ser afirmados e ampliados.

Ressalta-se que, ambas, a comunidade e a Capela, precisam da continuidade e ampliação de estudos, pesquisas e projetos que almejam a valorização e o salvaguardo da Capela à comunidade local, regional e demais indivíduos que possam se interessar e se reconhecer nas referências que ela comporta.

Desta forma, com os dados apresentados neste artigo, mesmo ainda sendo não conclusivos, defende-se a comunidade e a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro por ser motivo aglutinador e palco da protagonização de expressões, tanto de patrimônio histórico cultural material com o patrimônio cultural imaterial.

Deste modo, enfatiza-se a necessidade de programas educativos para conscientização, disseminação e transmissão de informações da mesma ao público em geral – em especial para jovens, que são os futuros herdeiros deste espaço e expressões. Para tanto, pode ser de salutar importância a criação também de meios, formas e linguagens não-formais para transmissão de conhecimento, para que os costumes e tradições locais não se percam em meio às mudanças socioculturais do mundo contemporâneo.

Referências

- DISTANTE, Carmelo. *Memória e identidade*. Tempo Brasileiro (95). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- IPHAN. Estudos Preliminares. *Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Indaial/SC*. IPHAN, Jaraguá do Sul/SC, 2016.
- JOVCHELOVITCH S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 63-88.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990, p. 535-549.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999. p. 11-29.
- UNESCO. Recomendações de Paris. *Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural e imaterial*. Paris, 2003.
- WS. WS Restaurações. *Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro*. Estudos Preliminares. Indaial: 2017.
- Fonte oral**
- MARTENDAL, Marcelo. Entrevista. Gabriela Martins, Indaial, 2017. 32 min.

A ESPACIALIZAÇÃO DA MORTE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: O CASO DO CEMITÉRIO DO CATUMBI/RJ

Olga Maíra Figueiredo¹

Os cemitérios presentes nas cidades, em suas periferias ou em *seus arredores*, apresentam vívidas e vibrantes geografias. Tratam-se de marcas impressas pelo homem, desempenhando um papel fundamental na utilização e na dinâmica do espaço urbano. O lugar socialmente reservado aos mortos, bem como as práticas funerárias, não apenas reflete algo sobre a vida do indivíduo moderno, como igualmente expressam seus 'ethos' e sua visão de mundo. Na realidade, um cemitério não pode ser considerado como um 'espaço morto' inserido no aglomerado urbano, mas sim como um 'espaço vivo' na proporção em que participa de todo um complexo cultural e de um sistema simbólico de comunicação (ZUCHIWSCHI, 1992).

Logo, o campo dos mortos, como um artefato impregnado de significados, signos e símbolos, apresenta uma multiplicidade de usos. Mais do que isso, os campos santos apresentam particularidades e singularidades, uma vez que acomodam morfologias, estilos arquitetônicos e significados diferentes. Em outras palavras, compõem pontos específicos no espaço das cidades. Ao mesmo tempo, suas áreas internas compõem singulares cidades com suas ruas, monumentos e túmulos.

Diante do exposto, o Cemitério São Francisco de Paula, popularmente nomeado de Cemitério do Catumbi, situa-se no bairro de mesmo nome, limite da Zona Norte carioca com a periferia da Área Central. Tal cemitério particular, administrado pela Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, foi inaugurado em março de 1850, apresentando sepultamentos até os dias de hoje. Trata-se do segundo cemitério particular da cidade, anterior aos campos santos públicos do município do Rio de Janeiro.

Consoante com Francaviglia (1971), de uma maneira geral, os campos santos, internamente, possuem um particular ordenamento espacial. Neste sentido, Rugg (2006) enfatiza que, como uma cidade do século XIX, as necrópoles construídas, neste mesmo período, possuem um corredor central, incluindo um caminho de entrada, vias principais e secundárias e uma ou mais capelas. Desta forma, os cemitérios são uma extensão das cidades e, como estas, são divididos em quadras (comparáveis aos lotes urbanos), onde cada caminho possui um nome e cada sepultura contém um número – alusão a um endereço –, evidenciando significados sociais, no qual o chão é considerado uma posse

¹ Doutora em Geografia/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro/RJ.

sagrada (PATTISON, 1955; MILLER, RIVERA, 2006). Destarte, Francaviglia (1971) fundamenta que os espaços internos das necrópoles seguem, geralmente, os mesmos processos espaciais e mudanças de estilos arquitetônicos que a cidade, tornando-se miniaturas e idealizações da urbe, isto é, são “microcosmos do mundo real” (PATTISON, 1955; MILLER, RIVERA, 2006, p. 501). Mais do que isso, os campos dos mortos são “um meio pelo qual as sociedades perpetuam suas bases sociais após a morte” (RUGG, 1998, p. 123). Ou melhor, refletem a estrutura social registrada entre os vivos, perpetuam e confirmam valores dominantes, segregam, internamente, grupos, como as mulheres, negros e classes de baixa renda (FRANCAVIGLIA, 1971; JORDAN, 1982; RUGG, 1998; MILLER e RIVERA, 2006; ABEL, 2008). O campo dos mortos é um “produto espacialmente produzido pela e para a sociedade” (TITUS, 2008, p. 21). Como afirma Buckham (2003, p. 163), as necrópoles são “paisagens inerentemente hierárquicas”, corroborando que as desigualdades socioespaciais, culturais e religiosas entre os vivos são perpetuadas até nos cemitérios (SAMSON, 2007; BITTAR, 2008). Hodiernamente, Basmajian e Coutts (2010) advertem que a segregação/separação de determinados grupos em cemitérios tende a aumentar, estar mais perceptível, bem como a edificação de necrópoles específicas para atender particulares camadas religiosas ou culturais da sociedade.

Logo, as necrópoles, como visto, são lugares onde a hierarquia econômica e social está representada, seja na simplicidade ou na suntuosidade das sepulturas e na paisagem do campo dos mortos. Neste horizonte, no interior dos próprios campos dos mortos existe uma diferenciação do valor da terra, apresentando áreas mais valorizadas para o sepultamento, para os jazigos de requintada arquitetura, fotos e monumentos. Em outras palavras, existem os bons e os maus locais para os sepulcros, o que irá denotar sua maior visibilidade. Motta (2009), portanto, esclarece que os mais cobiçados e caros jazigos geralmente estão situados nas largas alamedas ou avenidas centrais, cuja presença é facilmente observada. A diferenciação/segregação prossegue em níveis diversos até se alcançar nos pontos distantes do portão central, dos principais caminhos as chamadas covas rasas e gavetas, destinadas aos mortos de famílias menos abonadas. Notamos uma distinção de preços em cada porção do cemitério, expondo uma expressiva segregação espacial constituído de áreas marcadas pela concentração de determinados grupos sociais mesmo *pós-mortem*. Ou seja, em vida desfrutando de certo padrão de renda, quando de suas mortes, os mesmos são perpetuados em condições que garantem certo *status*, refletindo a estrutura de classes da sociedade (FRANCAVIGLIA, 1971; ZIEGLER, 1977; CORRÊA, 1995). A localização de cada sepultado dentro do cemitério será determinada pelo papel que cada um exerceu em vida no processo de produção geral da sociedade e,

consequentemente, a posição ocupada na distribuição da riqueza gerada.

Podemos ilustrar esses pontos através do exemplo do Cemitério do Catumbi. Em sua planta original podiam ser distinguidos três níveis, conforme a topografia acidentada do terreno: o da entrada, ao plano da rua; uma vertente elevando-se gradativamente até o sopé dos morros; e terrenos variados com alguns montículos e um pequeno vale. Nestas circunstâncias, o primeiro nível foi designado à colocação dos ossuários (LIMA, 1994). Estes foram trasladados dos jardins do claustro da Igreja de São Francisco de Paula – onde foram inumados inúmeros nobres portugueses que acompanharam a vinda da Família Real para o Brasil em 1808 (BATISTA, 2011). Colocados em urnas sobre pedestais elevados (alguns confeccionados pelos primeiros marmoristas fluminenses, com materiais originários de Portugal), estes ossuários ficavam elegantemente dispostos na ala central, que cortava toda parte baixa do terreno. No seu final se encontrava o chamado eixo monumental (entre o primeiro e o segundo patamar), reservado à edificação de mausoléus, de tal forma que pudessem ser vistos do portão principal, sendo que ao fundo, no alto e em destaque, os monumentos fúnebres (VALLADARES, 1972; LIMA, 1994). Neste momento, notamos como o Cemitério do Catumbi foi arquitetado e construído para demonstrar prestígio, poder e riqueza dos seus sepultados, evidenciados justamente nos monumentos tumulares, servindo, ainda, para preservar e perpetuar suas trajetórias, identidades e memórias. Contudo, com sua expansão e, por consequência, descaracterização, não é mais possível, hodiernamente, visualizar este eixo monumental da entrada da necrópole. Tanto este patamar quanto a alameda de ossuários foram absorvidos pelos novos sepultamentos e o erguimento de paredes dedicadas aos nichos, limitando o seu alcance visual.

Não obstante, Silverman (2002) e Paraskevas (2006) indicam que o próprio campo santo apresenta um *status*. E, dependendo da escolha do cemitério para o sepultamento, isto denotará o prestígio e privilégio de uma pessoa. Analogicamente, o *status* de um cemitério está atrelado às personalidades enterradas em seus espaços internos, bem como a sua localização na cidade. Uma necrópole em um bairro nobre da urbe apresentará mais ‘prestígio’ do que outra situada em uma periferia empobrecida (ZIEGLER, 1977; PARASKEVAS, 2006). Logo, é justo nestas necrópoles mais privilegiadas que se encontram os monumentos e arquiteturas mais elaboradas e as classes mais abastadas da sociedade. Por conseguinte, “diferentes classes, sejam elas étnica, racial ou econômica, são refletidas geograficamente dentro dos cemitérios” (TITUS, 2008, p. 21). Além disso, a pesquisadora esclarece que as “classes podem ser representadas pela segregação, ornamentação, como certas práticas representadas nos túmulos ou pela soma paga nos

monumentos e outros objetos nos cemitérios”.

De acordo com Motta (2014), ao longo de suas histórias, as necrópoles cariocas, cada uma a seu jeito, tentaram atrair para os seus quadros de sepultados as camadas mais elevadas ligadas ao patronímico das antigas famílias que desfrutavam de prerrogativas políticas e econômicas, tanto no período imperial quanto no republicano. Estes cemitérios passaram a competir entre si pela grandiosidade e luxo de suas arquiteturas tumulares. Como apontam Valladares (1972), Lima (1994) e Motta (2014), o Cemitério do Catumbi, foi, sem dúvida, o campo dos mortos mais importante do Império, tornando-se o predileto para o sepultamento da maior parte da elite nobiliárquica como seus barões, viscondes, marqueses, duques, condes, igualmente para conselheiros, comendadores, altas patentes militares, afora os grandes proprietários de terras e escravos. Porém, o cemitério público de São João Batista, aberto em 1852 no bairro de Botafogo, ocupou este papel proeminente durante a República, acolhendo a elite deste período: políticos de projeção, presidentes, chefes militares, banqueiros, prósperos comerciantes, humanistas e segmentos da nova burguesia abastada. Para Lima (1994), este fenômeno pode ser interpretado a partir do argumento de que o Cemitério do Catumbi, mesmo com a instauração da República, continuava associado às tradicionais famílias do Império. Neste sentido, o temor de alguns segmentos burgueses da sociedade fluminense em se reconhecerem partidários do regime anterior impactou consideravelmente na escolha do São João Batista, após 1889. Por sua vez, Motta (2014) sugere que o fator localização do São João Batista também interferiu na sua preferência – por estar situado em um bairro aristocrático.

Em outro viés de análise, ainda sobre os cemitérios cariocas, a crônica de João do Rio publicada no Correio Paulistano, número 15885, do dia 3 de novembro de 1907 (*italico no original*) assevera que cada necrópole corresponde não apenas a uma classe, mas também apresentam similitudes aos bairros cariocas, como o

jovial cemiterio de Catumby é bem dos ricos moradores de Haddock-Lobo e Tijuca; o Cajú é vulgar, é mixto como a Cidade Nova e as ruas centraes: tem imensamente de tudo; os dois outros das ordens [o Cemitério da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo e o Cemitério São Francisco da Penitência] cheiram a S. Christovam; e ha um *up-to-date*, positivista, jacobino, nephilibata e elegante: o de S. João Baptista [*italico no original*].

Como resultado, a crônica de João do Rio, descortinando os cemitérios tais como lugares, remete aos segmentos sociais, às ordens religiosas, às ruas da cidade, sendo plenas de odores, *glamoure* filosofias.

É importante destacar, que nas últimas décadas do século XIX, o bairro do Catumbi

configurava-se como uma área elegante voltada para uma classe alta. Entretanto, ao longo do século XX, de forma mais acentuada a partir de 1950, observamos transformações socioespaciais não somente no bairro como também no cemitério. Com a expansão da malha urbana, voltada para outras direções da cidade, principalmente para os bairros litorâneos, o Catumbi entrou em um processo de decadência. Isto é, o local se proletarizou. Fábricas foram instaladas e os antigos sobrados foram transformados em cortiços. Paralelamente, o bairro foi mutilado para a abertura dos Túneis Santa Bárbara e Martim Vaz e do Elevado 31 de Março para o escoamento do trânsito do Centro em direção à Zona Sul do Rio de Janeiro. A este ponto, junta-se o processo de favelização nas encostas dos morros na área, onde floresceram as comunidades da Coroa, do Querosene, da Mineira, para citar algumas. Diante deste horizonte, o perfil socioeconômico dos sepultados neste cemitério mudou. Ou seja, uma classe mais popular passou a integrar seus espaços internos. Ao mesmo tempo se intensificou o erguimento de túmulos mais baratos e simples, as chamadas gavetas transitórias e os nichos perpétuos.

De qualquer modo, desde 2013, o Projeto de Extensão Roteiros Geográficos do Rio, pertencente ao Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, realiza roteiros gratuitos para o público em geral neste espaço cemiterial. As visitas são realizadas apenas em datas comemorativas, como no aniversário do cemitério e no Dia de Finados. Tal iniciativa é supervisionada pelo Professor Doutor João Baptista Ferreira de Mello. O objetivo dessa 'aula-passeio' é revelar a importância do campo santo, além de identificar sua relação com o bairro e a cidade do Rio de Janeiro. Procura-se, também, revelar alguns de seus símbolos, monumentos, identidades, memórias (individuais e coletivas) e manifestações religiosas relativas aos enterros. Isto é, uma forma de se conhecer a rica, significativa e complexa geografia do cemitério em questão.

Na realidade, o propósito é descortinar a necrópole do Catumbi para além de sua função de enterros. Ou melhor, proporcionar aos indivíduos um momento para se contemplar o cemitério e suas obras artísticas. Visitar o campo dos mortos em que a motivação seja a cultura e a educação para além de quaisquer obrigações sociais e ritos fúnebres. Mais do que isso, o projeto tem como alvo resgatar e enaltecer tanto o cemitério quanto o bairro do Catumbi com vistas à promoção da autoestima de sua gente em relação ao seu próprio universo vivido, convidando, igualmente, para essa ciranda empática, turistas brasileiros e estrangeiros.

Isto é expressado pela fala de um dos visitantes (que também é morador do bairro), "quando vi um roteiro para cá [Catumbi] achei estranho, não sabia da importância do lugar". Outro indivíduo completa: "aqui estão reunidas obras de arte de diferentes estilos e que

muito há para se apreciar sobre o aspecto artístico e cultural”. Todavia, existe ainda um estigma e um certo receio de ir ao bairro do Catumbi. “Não tenho medo de entrar no cemitério, mas fiquei preocupada de acontecer algum tiroteio [...]. Na semana passada, bandidos atacaram a UPP que tem aqui”, nos relatou uma participante, se referindo a um episódio ocorrido na Comunidade da Mineira.

Outro tema que permeou a fala de muitos sujeitos foi referente à preservação dos túmulos na necrópole. Um integrante relatou “os mortos que não possuem mais família merecem respeito. A administração do cemitério deveria fiscalizar isso melhor. As pessoas precisam entender que a história só é possível pela preservação das coisas”. Sobre a falta de conservação, um senhor afirmou: “lamentável, o túmulo [do Marquês de Sapucaí] em completo estado de abandono, só de pensar que no carnaval a Marquês de Sapucaí fica linda e lotada, enquanto por outro lado este túmulo que faz parte da história do Rio está em completo estado de abandono; só no Brasil mesmo”.

Diante de tudo que relatamos acima, pretendemos demonstrar que o Cemitério do Catumbi, atualmente, não irradia o prestígio de outrora. Trata-se de um testemunho geográfico que sobreviveu e absorveu os diversos acúmulos históricos sofridos pelo bairro, confirmando-se em um patrimônio que merece ser reconhecido na urbe carioca. Ao lado disso, no cemitério em questão refletem e irradiam os costumes funerários, mentalidades a respeito da vida e da morte, identidades, valores, religiosidade, estilo arquitetônico e memórias da sociedade que o criou e que continua (re)criando-o. Mais do que isso, a necrópole do Catumbi é um modo de pensar, de sentir, de viver.

Referências

- ABEL, Ernest L. Changes in gender discrimination after death: evidence from a cemetery. In: *Omega. Journal of Death and Dying*, v. 58 (2), p. 147-152, 2008.
- BASMAJIAN, Carlton e COUTTS, Christopher. Planning for the disposal of the dead. In: *Journal of the American Planning Association*, v. 76, n. 3, p. 305-317, 2010.
- BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Jardim regado com lágrimas de saudade: morte e cultura visual na Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- BITTAR, William Seba Mallmann. Da morte, de velórios e cemitérios ou VIXIT. In: *Revista Vivência*, n. 33. Natal: UFRN/CCHLA, p. 197-214, 2008.
- BUCKHAM, Susan. Commemoration as an expression of personal relationships and group identities: a case study of York Cemetery. In: *Mortality*, v. 8 (2), p. 160-175, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3. ed., São Paulo: Ática, 1995.

- FRANCAVIGLIA, Richard V. The cemetery as an evolving cultural landscape. In: *Annals of the Association of American Geographers*, v. 61 (3), p. 501-509, 1971.
- JORDAN, Terry G. *Texas graveyards: a cultural legacy*. Austin: University of Texas Press, 1982.
- LIMA, Tania Andrade. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). In: *Anais do Museu Paulista*, n. Ser., v. 2, p. 87-150, 1994.
- MILLER, DeMond Shondell e RIVERA, Jason David. Hallowed ground, place, and culture - the cemetery and the creation of place. In: *Space and Culture*, v. 9 (4), p. 334-350, 2006.
- MOTTA, Antonio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, p. 73-93, 2009.
- MOTTA, Antonio. No território da morte: cenários, pompas e urbanidades nos cemitérios do Rio. In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 8, p. 237-255, 2014.
- PARASKEVAS, Cornelia. *The geography of the cemetery: a sociolinguistic approach*. In: *Studies in the Literary Imagination*, v. 39, n. 1, p. 143-168, 2006.
- PATTISON, William D. The cemeteries of Chicago: a phase of land utilization. In: *Annals of the Association of American Geographers*, v. 45 (3), p. 245-257, 1955.
- RIO, João do. O dia de finados e a visita aos cemitérios. In: *Jornal Correio Paulistano*. São Paulo, n. 15885, 3 de novembro de 1907.
- RUGG, Julie. 'A few remarks on modern sepulture': current trends and new directions in cemetery research. In: *Mortality*, v. 3 (2), p. 11-128, 1998.
- RUGG, Julie. Lawn cemeteries: the emergence of a new landscape of death. In: *Urban History*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 33 (2), p. 213-233, 2006.
- SILVERMAN, Helaine. Narratives of identity and history in modern cemeteries of Lima, Peru. In: *Archeological Papers of the American Anthropological Association*, v. 11, p. 167-190, 2002.
- TITUS, Christine Ann. *Preserving our past for the future: designing a geographic information system for archiving historical cemetery information*. Thesis of Geography (Master of Arts). Morgantown: West Virginia University, Department of Geology and Geography, 2008.
- VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e Sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, v. I e II, 1972.
- ZIEGLER, Jean. *Os vivos e a morte: uma "sociologia da morte" no Ocidente e na diáspora africana no Brasil, e nos seus mecanismos culturais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- ZUCHIWSCHI, José. *Agora e na hora de nossa morte – por uma interpretação simbólica do espaço funerário da São Paulo contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Brasília: UNB/Departamento de Antropologia, 1992.

CONTEXTO HISTÓRICO E ORIGENS DO CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ

Márcia Maria da Silva Costa Carneiro¹

Claudia Rodrigues²

Contextualizando a época

O século XIX foi um período em que o Brasil colônia passou a ser Reino Unido a Portugal, tornou-se independente, teve dois imperadores com um período regencial entre eles, e viu, bem próxima a passagem para o século XX, a proclamação da República e o fim da escravidão.

Num espaço de menos de cem anos se viu uma cidade portuária de uma colônia portuguesa se transformar em uma corte, com a chegada da Família Real em 1808, trazendo também não só mudanças arquitetônicas e estruturais, como também, um dinamismo muito maior com incremento cultural, causando revoluções comportamentais.

Com a Independência, o Rio de Janeiro se tornou sede do Império brasileiro, e com isso continuou a ver o crescimento da sua população e dos limites da cidade.

Tratava-se de uma sociedade extremamente estratificada, com sua base econômica sustentada na escravidão e nos grandes latifúndios monocultores exportadores, que obedientes a um pacto que mais beneficiava a metrópole portuguesa, não viu mudanças substanciais nessa relação depois da Independência em 1822.

E no que toca à relação da sociedade, com a morte se desenvolveu um sincretismo entre o catolicismo europeu e outras práticas fúnebres oriundas de diversas localidades do continente africano, que dava uma riqueza de simbolismos, rituais, gestos e cânticos que Rodrigues (1997) afirma ter reforçado esse caráter barroco/festivo dos rituais diante da morte dessa época.

Até meados do século XIX, a população que vivia na corte encarava suas mortes de forma mais mística, onde quem tinha dinheiro conseguia ficar mais perto do Divino, quando na hora de sua morte pudesse comprar um local mais próximo aos altares das igrejas.

O destino da alma do defunto estava diretamente ligado à forma como este morria, as reações dos seus familiares e agregados, a realização de rituais, a obtenção de vestuários e objetos que poderiam ajudá-lo nessa viagem e ainda o quanto poderia dispor

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro/RJ.

² Profª Doutora adjunta do Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. Rio de Janeiro/RJ.

para que os representantes celestiais aqui na Terra ainda pudessem interceder.

A "africanização" desses rituais se davam ainda mais fortes entre os escravos e seus descendentes, que se utilizavam de suas ritualísticas de matriz africana, mas não dispensava toda a pompa católica, Os cânticos e os batuques em frente às igrejas eram frequentemente vistos e registrados em diários de viagem por viajantes estrangeiros.

João José dos Reis, no prefácio do livro "Lugar dos Mortos na Cidade dos Vivos", de Claudia Rodrigues, chama a relação com a morte e seus rituais até meados do século XIX de barrocamente africana ou africanamente barroca, pois até então era uma morte em que não se morria sozinho. Era todo um trabalho coletivo, onde quanto mais pessoas envolvidas e mais emoções externadas, melhor seria para o defunto e seu futuro espiritual.

Todo o processo de morte e enterramento era um verdadeiro acontecimento social, e quanto mais próspera e influente a família do falecido, mais grupos e rituais eram acrescentados na cerimônia de adeus.

E esses preparativos se iniciavam com o próprio defunto ainda em vida, que muitas vezes através de testamentos, já deixava claro todos os passos requisitados para sua boa morte.

Segundo Pagoto (2004), o testamento era o primeiro passo na preparação de um bom destino no pós morte. Esse documento poderia ser elaborado muitos anos antes da morte do testamentário, pois o medo de uma morte violenta ou repentina era grande, e se isso acontecesse, não haveria tempo hábil para preparar tudo como o futuro morto sempre sonhou.

Por menores que fossem as posses, ao menos um pequeno testamento indica como a pessoa gostaria que fossem suas exéquias, a divisão de seus bens e a realização de inventários era feita.

Nesses testamentos, segundo Pagoto (2004), o requerente aproveitava enquanto dividia seu espólio e também confessava pecados e sanava dívidas pendentes, sempre conjurando um santo da sua devoção na introdução do documento.

Os santos de devoção também eram lembrados no momento de escolha das mortalhas na esperança que esses intervissem junto ao Altíssimo em favor do falecido. Reis (1991) chama essas mortalhas de disfarce de pecador, pois essas vestes poderiam ser passaportes expressos para o céu.

Outro detalhe que em geral era lembrado nos testamentos e previamente muito bem pago eram as missas póstumas. Dependendo do quanto o indivíduo se considerasse em dívida com o Criador, ele poderia dispor de altas quantias monetárias para compra de sufrágios, pois se acreditava que logo após a morte, o falecido passaria por um tribunal e

essas missas poderiam ser muito úteis para a remissão de seus pecados.

Além da escolha e preparo do testamento, o qual deixava clara a vontade do indivíduo quanto à sua mortalha, herança, sepultamento e missas, outros rituais também eram feitos em vida. Segundo Del Priore (2004), enquanto moribundo, o falecido recebia rezas, fazia pedidos de perdão da mesma forma que procurava perdoar para que não fosse com ele ao túmulo nenhuma impureza que pudesse por em risco seu futuro no Céu. E um ritual muito utilizado até os dias de hoje entre os católicos é a Extrema Unção.

A Extrema Unção é um dos sete sacramentos oficiais da Igreja Católica. E num período que era essa a religião oficial do Império, fazia-se elementar que o doente recebesse essa benção, acompanhado da confissão dos pecados e sua comunhão (outro sacramento oficial), junto ao padre, mesmo que ele se recuperasse ao final.

Pagoto (2004), também cita como importante item dessa celebração fúnebre, o uso de sinos. Os sinos, muito mais que chamar a população à missa, também era um órgão regulador do cotidiano da cidade. Se houvesse alguma invasão inimiga, nascimento ou falecimento de alguém de alguma família importante, era costume que os sinos dobrassem, e embora muitos religiosos não concordassem já naquela época, a família considerava de bom tom que os sinos tocassem, muitas vezes, e com certos exageros.

A escolha da igreja, onde o morto gostaria de ser enterrado, poderia também obedecer não somente à paróquia do local onde ele vivesse, mas também à irmandade a qual fazia parte inclusive com doações e vultosos pagamentos que davam direito ao defunto de ser enterrado em igrejas exclusivas.

Velórios concorridos, tapetes e cortinas especiais, além dos tradicionais trajés de luto, também eram detalhes que não poderiam passar despercebidos, assim como velas gigantescas e procissões intermináveis; e participação de militares para dar mais pompa ao cortejo também poderiam ser amplamente utilizadas.

Dependendo do grau de influência do falecido, seus ritos fúnebres poderiam abarcar o fechamento do comércio ou várias missas seguidas de corpo presente, com representantes eclesiásticos dos lugares ao redor, convertendo-se em verdadeiros festejos sociais.

Para a maior parte da população que não poderia arcar com semelhantes luxos, obter um passamento digno poderia vir a ser um problema. Embora houvesse irmandades mais modestas, inclusive de escravos, não eram todos que poderiam contar com a caridade alheia ou a ação de alguma confraria que pudessem contemplar algumas exigências da boa morte.

As inumações se davam nos interiores das igrejas. Se a família do falecido tivesse

condições financeiras de adquirir um espaço, seria mais oneroso na medida em que estivesse mais próximo do altar. Ou também poderia ser no terreno do templo, caso a família não pudesse dispor de uma quantia tão grande de dinheiro, mas ainda assim seu prestígio não seria tão pouco. Bravo (2014) descreve as diferenças na hora do sepultamento como “hierarquização da morte”.

Bravo (2014) também apresenta em uma planilha o quantitativo de enterros nas paróquias das quatro freguesias das áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro até 1808: a Igreja Matriz da Freguesia da Sé, Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte e a Igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário totalizavam juntas 40% dos enterramentos nesse período, salientando que os dois últimos eram irmandades ou ordens terceiras de negros, e as três da Freguesia da Sé.

A maioria pobre e branca acabava por adquirir um lugar de enterramento fora da igreja, porém na área externa, ainda dentro dos limites dos muros das igrejas. O local era bem menos valorizado, mas ainda seria melhor e mais seguro que ser inumado em covas rasas e comuns, as quais muito frequentemente sequer guardavam de forma adequada os despojos, ficando partes do corpo à mostra e exalando cheiros fétidos e insalubres, como afirma Del Priore (1997).

Às Irmandades ou Ordens Terceiras cabia o trabalho de além de acolher seus confrades, também poderia contemplar para quem não pudesse pagar, um pequeno espaço no campo sagrado onde poderia ser agraciado pelo Divino, além de viver sua eternidade com muito mais dignidade.

Já os “desprivilegiados”, como descreve Bravo (2014), ou seja, os homens livres pobres ou escravos, criminosos, indigentes, rebeldes e suicidas, em geral eram enterrados no cemitério que se situava atrás do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, no Campo de São Domingo ou no Cemitério dos Pretos Novos. Esse último, estrategicamente situado no Cais do Valongo, abrigava os corpos dos negros que não aguentavam a viagem nos navios negreiros, ou que adoeciam e morriam antes mesmo de serem vendidos para outras pessoas.

Segundo Bravo (2014), era comum também que esses indivíduos fossem enterrados em terrenos baldios e praias, prática essa tão comum que o governo metropolitano em 1696 entrou em um acordo com a Santa Casa de Misericórdia que enterrassem esses cadáveres por um preço menor e diminuísse o abandono desses mortos em lugares inapropriados.

A Febre Amarela e as Políticas Públicas de Saúde

Com uma sociedade que crescia demograficamente, já era de se esperar que as

igrejas e irmandades não davam conta dos seus mortos, fossem eles ricos ou pobres, e, aliado a isso, as primeiras décadas do século XIX foram marcadas por novas ideologias sanitárias.

Essa crescente demografia se deu de forma desordenada pela cidade do Rio de Janeiro com o aumento do número de cortiços, estalagens com pequenas moradias que eram alugadas por preços baixos, onde a população mais pobre viva. Eram localidades aglomeradas, quentes, apertadas, com pouca ou nenhuma infraestrutura, onde podiam viver até 4.000 pessoas, como era o caso de um dos cortiços mais conhecidos daquela época: a Cabeça de Porco (CHALHUB, 2006).

Com isso, a população mais pobre começou a ser vista como perigosa, não só do ponto de vista social, mas também sob o ponto de vista higiênico.

Segundo Rodrigues (1995), a cidade do Rio de Janeiro se expandia de uma forma que os mais ricos foram se afastando do centro da cidade em direção a Botafogo, Lapa, Catete, Glória, São Cristóvão, enquanto uma parte da população miserável ainda se concentrava na região central, amontoadas nesses cortiços, e embora a cidade não fosse considerada um exemplo de salubridade, quando ocorreu a primeira epidemia de febre amarela em 1849, essas moradias e essas populações foram as mais responsabilizadas.

Novas teorias sanitárias foram aparecendo nessa primeira metade do século XIX, as quais Chalhub (2006) chama de Ideologia da Higiene, em resposta às afirmações religiosas que explicavam as epidemias apenas como cólera divina.

A Ideologia da Higiene é basicamente sustentada na idéia de limpeza e organização da cidade, sendo que os cortiços apinhados de pessoas e animais ou pequenos espaços para uma infinidade de corpos não seriam adequados, por isso uma série de mudanças foram sendo conduzidas de modo que a cidade não oferecesse riscos de proliferações de epidemias.

Entre essas mudanças, a criação de cemitérios públicos mais afastados dos centros urbanos era uma das soluções.

Porém, essa primeira epidemia que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no verão de 1849/1850 deu urgência ao plano de criação de novos espaços públicos cemiteriais.

Segundo Chalhub (2006), o primeiro surto de febre amarela atingiu um terço dos 266 mil habitantes da época, matando em poucos meses 4.160 pessoas, que em termos práticos deveriam ser enterradas o mais rápido possível e evitar novas contaminações. E outras epidemias assolariam a cidade a partir de então: cólera em 1855, varíola em 1865, a volta da febre amarela em 1867, entre outras.

A necessidade da criação de novos cemitérios em espaços públicos se tornou

evidente, principalmente após esse primeiro grande surto de febre amarela em 1849, que aliada à Ideologia da Higiene, motivaram novas medidas criadas pelo Governo Imperial a fim de tentar frear o surto, como a adoção de quarentenas para navios que vinham, principalmente das províncias do norte do país (um dos primeiros casos de febre amarela foi de marinheiros alocados em um navio oriundo da Bahia), e também a criação de lazaretos, lugares onde os doentes eram encaminhados para tratamento distantes do restante da população (RODRIGUES, 1995).

Dentro dessa nova perspectiva de saúde pública, os enterramentos dentro das igrejas começaram a ser duramente criticados pela comunidade médica, que passou a considerá-los insalubres e a protestar por espaços mais ordenados e distantes dos centros de aglomeração humana a fim de manter afastada a contaminação por cadáveres e seus miasmas nocivos, que já chamavam a atenção antes mesmo desse primeiro surto de febre amarela, mas que se intensificou com o aumento desproporcional do número de corpos que a cidade passou a dar conta durante a epidemia.

Os mortos mudam de lugar: do espaço sagrado aos locais públicos

Nas primeiras décadas do século XIX, a medicina começou a se desenvolver no campo das políticas públicas de saúde, e aliado a esse salto teve uma grande epidemia de febre amarela em 1849, que aliada às outras doenças já bem frequentes e fatais, forçaram as autoridades a estabelecer novas diretrizes que, a pretexto da falta de espaço e da insalubridade, transferiu os enterros pomposos nas igrejas para cemitérios maiores, mais isolados, alguns de irmandades, outros públicos e multiconfessionais.

Essa transferência, aliada aos progressos da Medicina, não será de todo pacífica e provocará reações em vários setores da sociedade, mas também será responsável pelo início de mudanças de comportamento diante da morte, onde esse momento será mais breve, mais enxuto e, por outro lado mais frio, afastando as pessoas das próximas gerações dos rituais do bom morrer e isolando cada vez mais o futuro defunto da convivência final com seus entes queridos.

Segundo Rodrigues, o surto de febre amarela, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX, intensificou e corroborou essa nova ideologia sanitária que não só provocou medidas oficiais que começaram a modificar a relação com a morte e com os cadáveres, como também a proibir certos costumes e ritos que segundo uma grande parcela da população da época, trazia conforto e segurança no momento derradeiro de seus familiares.

Esse surto desencadeou uma reação do poder público a fim de frear a epidemia que

regulamentou uma série de medidas que além de criar comissões para inspeções sanitárias e assistência à população mais pobre, também tentava ordenar e higienizar as relações da população e de seus mortos em 4 de março de 1850.

Esse pacote de medidas adentrou a intimidade dessa sociedade e de seus ritos e práticas, começando pela proibição de encomendações e enterramentos dentro das igrejas, além da cessão do soar dos sinos sob a alegação de que daria aos doentes a consciência do número de mortos naquela freguesia atrapalhando sua recuperação.

Irmandades e Ordens foram terminantemente proibidas de encomendar ou enterrar seus mortos em igrejas, tendo que recorrer obrigatoriamente ao cemitério da Ordem Terceira de São Francisco de Paula (Catumbi) ou do Campo Santo da Ponta do Caju.

Uma capela foi pensada e construída de forma rápida no Catumbi, para que ali acontecessem as encomendações e diminuir a insatisfação das famílias em ter que enterrar seus mortos, sem nem ao menos seu rito religioso que poderia garantir ao morto sua entrada no paraíso (RODRIGUES, 1995).

A criação do Cemitério

Anterior ao surto de febre amarela, que intensificou e apressou a construção de cemitérios públicos na cidade do Rio de Janeiro, em 1843 seguiu para o Senado um projeto de lei que já previa o estabelecimento de campos santos fora das cidades. Porém, só foi em discussão no ano de 1844, quando várias emendas foram sugeridas, necessitando de mais discussões que eram sempre adiadas, e, somente em 1850, é que um projeto parecido foi de fato discutido e enviado para a Câmara de Deputados.

Alguns decretos foram confeccionados e assinados para que os cemitérios fossem construídos e fundados a partir de leis e regulamentações comuns quanto à sua estrutura, funcionamento, fiscalização e organização a partir de 1850.

O decreto principal foi o de nº 583 de 05 de setembro de 1850, que autorizou o Governo a determinar o número, e localidades dos Cemitérios públicos, que convenha estabelecer nos subúrbios do Rio de Janeiro.

Foram muitas as discussões em torno desse projeto de 1850, que buscava legitimar a criação de novos espaços públicos para enterramentos e regulamentar todo o processo funerário, desde a encomendação e o velório do corpo, passando até pelos preços cobrados pelas empresas e casas funerárias, que devido ao surto de febre amarela e à grande concentração de mortos diária, se aproveitou dessa ocasião para elevar preços e tentar lucrar o máximo com a morte.

O Decreto nº 796, de 14 de junho de 1851, regula o serviço dos enterros, o

quantitativo das esmolas das sepulturas, a polícia dos cemitérios públicos e o preço dos caixões, veículos de condução dos cadáveres, e mais objetos relativos aos funerais.

O Decreto nº 842, de 16 de outubro de 1851, funda os cemitérios públicos de S. Francisco Xavier e S. João Baptista nos subúrbios do Rio de Janeiro.

O Decreto nº 843, de 18 de outubro de 1851, licencia a fundação e administração dos cemitérios públicos dos subúrbios do Rio de Janeiro, e o fornecimento dos objetos relativos ao serviço dos enterros à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, da mesma Cidade, por tempo de cinquenta anos.

O local determinado para a construção do Cemitério São João Batista seria em terrenos pertencentes às chácaras do Dr. Francisco Lopes da Cunha e Manoel Carlos Monteiro. Porém, um ofício de 15 de junho de 1852 propunha ao então provedor da Misericórdia Conselheiro José Clemente Pereira, a construção do Campo Santo na chacara de Francisco da Cruz Maia. Em 28 de junho de 1852, essa proposta foi aprovada e a compra dessa chacara aprovada pelo Ministério dos Negócios do Império.

Então, segundo Zarur (1998), o cemitério São João Batista foi construído nos terrenos da Chácara da rua Berquó (desde 1870, avenida General Polidoro), comprada em 1852 a Francisco da Cruz Maia,³ e, mais tarde, foi reunido o prédio nº 11, de José Eugênio Martins de Oliveira,⁴ em 1859, e trocado por outra edificação na esquina entre a rua do Hospício D. Pedro II e da Rua da Passagem, o qual era de propriedade da Misericórdia.

Segundo o mesmo autor, outras duas chácaras foram compradas em 1854: João Manoel Soares⁵ e Jacinta Thereza Silva⁶, além de uma terceira chacara de 1860, de Ignácia Leocádia Pereira de Carvalho, aumentaram o terreno do cemitério consideravelmente.

Ainda segundo Zarur, em 1873 foram acrescentados os terrenos mais duas casas compradas de João Caetano de Oliveira Guimarães⁷ e um outro terreno do Conselheiro Antônio Marques Batista de Leão⁸.

O cemitério São João Batista foi finalmente inaugurado no dia 4 de dezembro de 1852, tendo sido propagado sua abertura nos principais periódicos da corte (Jornal do Comércio e Diário do Rio de Janeiro), nos dias anteriores como é mostrado no exemplo abaixo:

³ Escritura de 2 de agosto de 1852, em notas do Tabelião Joaquim José de Castro, folhas 44 e 45 do livro de escritura da Santa Casa de Misericórdia.

⁴ Escritura registrada em 10 de agosto de 1859, em Notas do Tabelião Francisco José Fialho, folhas 54 e 55, do Livro de Escrituras da Misericórdia.

⁵ Escritura de 8 de julho de 1854, em notas do Tabelião do Segundo Ofício, livro 98, folha 28.

⁶ Escritura de 27 de julho de 1854, em notas do Tabelião do Segundo Ofício, livro 198, folha 119.

⁷ Escritura de 12 de agosto de 1873 em notas do Tabelião Lobo, folhas 88 a 90, do Livro de Escrituras da Misericórdia.

⁸ Escritura Lavrada pelo Tabelião Mathias Teixeira da Cunha, folhas 94 e 95 do livro de escrituras.

Figura 1 – Notícia sobre o Cemitério São João Batista na imprensa



Fonte: Jornal do Comercio, dezembro de 1852.

Segundo a lei 583, de 05 de setembro de 1850, a empresa autorizada a fundar e administrar os cemitérios da cidade do Rio de Janeiro, por durante 50 anos, a partir de então, foi a Santa Casa de Misericórdia, sendo o seu provedor da época o Dr. Thomaz José Pinto de Serqueira.

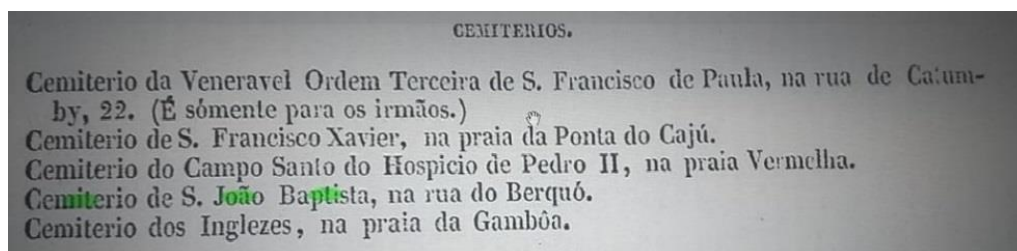
Figura 2 – Matéria da imprensa



Fonte: acervo das autoras.

O cemitério São João Batista já aparece como alternativa para a população do Rio de Janeiro no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro no ano de 1853, juntamente com os Cemitérios da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Paula, no Catumbi (somente para membros da Irmandade), de São Francisco Xavier (Caju), do Campo Santo do Hospício Pedro II (Praia Vermelha) e o Cemitério dos Ingleses da Gamboa.

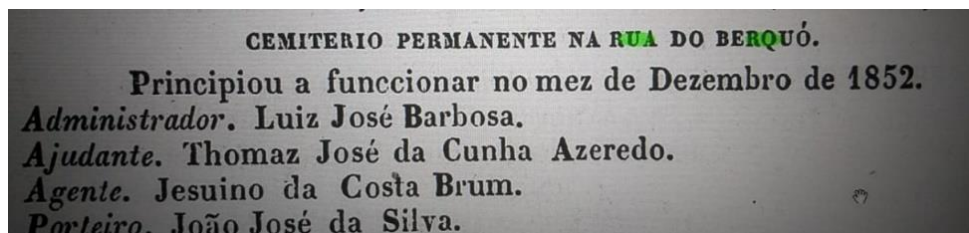
Figura 3 – Matéria da imprensa



Fonte: acervo das autoras.

De acordo com os periódicos da época, também foi possível observar o corpo administrativo do cemitério na ocasião de sua abertura: Luiz José Barbosa (administrador), Thomaz José da Cunha Azeredo (ajudante), Jesuíno da Costa Brum (agente), João José da Silva (porteiro), além de mais seis coveiros e serventes necessários, os quais não foram denominados no jornal. Pesquisando o mesmo periódico Almanak nos anos posteriores, essa mesma equipe ainda permaneceu por alguns anos sem registros de mudanças.

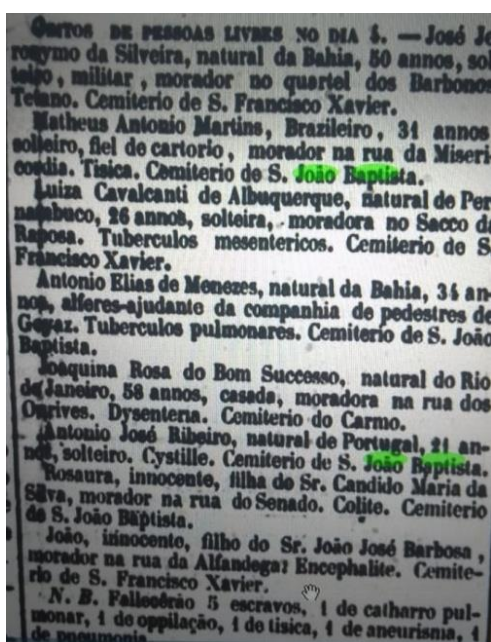
Figura 4 – Matéria da imprensa



Fonte: acervo das autoras.

Segundo o Jornal do Comércio, de 5 de dezembro de 1852, na edição 335, foram enterrados no primeiro dia de funcionamento do São João Batista, Matheus Antonio Martins (31 anos, fiel de cartório), Antonio Elias de Menezes (34 anos, alferes ajudante), Antonio José Ribeiro e a menor (sem idade definida) Rosaura, filha do senhor Candido Maria da Silva, que por ser identificada também como "inocente", leva a crer que não deveria ter ainda sete anos de idade.

Figura 5 – Matéria do Jornal do Comércio sobre o Cemitério São João Batista



Fonte: Jornal do Comércio, 05/12/1852.

Não foi possível observar as inumações do primeiro dia do campo santo da Rua Berquó, através dos arquivos originais dos livros de registros de sepultamento, porém uma pesquisa nos periódicos da época podem dar indícios de como aquele dia transcorreu. Embora não se tenha encontrado nos jornais da época a ordem dos enterros, também não foi encontrado nenhum registro que a primeira inumação tenha sido realmente a da menina Rosaura.

Conclusões

Uma nova ideologia acerca da higiene como prevenção de doenças e contenção de contágios, já era tema de discussão na Europa, desde o início do século XIX. E essas discussões também aconteciam nas comunidades médicas brasileiras, mas sempre esbarravam em rituais e cerimoniais seculares em que a morte e o morto era trazido para o seio do lar e da família, cuja passagem era repleta de costumes que representavam para a sociedade da época um exemplo de "boa morte".

Com a epidemia de febre amarela em 1850, na cidade do Rio de Janeiro, houve a necessidade de se estabelecer parâmetros que norteassem o trato dos cadáveres pelas famílias e pelo Estado, posto que uma das diretrizes da nova ordem sanitária era que os miasmas decorrentes da decomposição de corpos mortos levava a uma contaminação do ambiente, e, por isso, esses deveriam se manter distantes das pessoas vivas.

Com isso, enterros e recomendações de defuntos foram proibidos de seguir no interior das igrejas, e, se fez mister, a criação de campos santos em lugares abertos e mais afastados dos centros urbanos.

A criação do cemitério São João Batista se deu com o Decreto Imperial nº 842 de 1851, e sua construção foi iniciada depois de aprovada a compra da chácara de Francisco da Cruz Maia, nas imediações da então Rua Berquó, atualmente chamada de Rua General Polidoro.

Sua criação, a exemplo de outros cemitérios, se deu durante uma avassaladora epidemia de febre amarela, que por sua gravidade e feito devastador, acelerou um processo que já havia tido início, que constava na regulamentação de enterros e encomendações que passaram do âmbito das igrejas para os espaços públicos e mais isolados das concentrações urbanas existentes nessa época.

Tratou-se muito mais que a criação de um simples cemitério, pois foi um dos principais marcadores de uma revolução nos costumes fúnebres que nortearia a partir de então, uma nova forma da sociedade encarar a morte e uma simplificação de ritos que

acabariam, no decorrer das próximas décadas, no afastamento do mundo dos vivos em relação ao mundo dos mortos.

Referências

BRAVO, Milra Nascimento. *Hierarquias da morte: uma análise dos ritos fúnebres Católicos no Rio de Janeiro (1720 - 1808)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL PRIORE, Mary. Ritos da vida privada. In: SOUZA, Laura de Mello. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. 12 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEL PRIORE, Mary. *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2004.

DILMMANN, Mauro. Agora e na hora de vossa morte. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, a, 10, n.110, p. 80-83, novembro 2014.

PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Claudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Claudia. A arte de bem morrer no Rio de Janeiro setecentista. *Vária História*. Belo Horizonte, v. 24, n. 39, jan/jun 2008.

SANTOS, Antônio Alves Ferreira dos. *A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro*: Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914.

ZARUR, Dahas. *Cemitérios: Santa Casa de Misericórdia*. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, 1998.

“URUBUSERVANDO” O VILA FORMOSA: CEMITÉRIO DE QUEBRADA E O FAZER-PERIFERIA

Fabiano Ramos Torres¹

José Guilherme Cantor Magnani²

Meio dia, o sol a pique não chega a tanto para esquentar o dia frio, 8 de julho, segunda-feira, véspera de feriado, São Paulo, avenida Dr. Arnaldo, bairro Cerqueira César. Na calçada em frente ao cemitério do Araçá procuro por uma réstia de sol que atravessa as árvores; espero por Jade. Observo as árvores à minha frente e, por detrás delas, o elegante prédio da Faculdade de Medicina da USP. O céu está absurdamente azul e sem sinal de nuvem. A luz de inverno tem alguma propriedade que nunca sei nomear, mas que parece muito bem combinar com tudo o que envolve o derredor: o muro e a grade do cemitério, o prédio da Medicina, as construções tumulares silenciosas e, sobretudo, as árvores cujo verde, também intenso, eu não saberia dizer se é por conta da luz própria do inverno, ou se são as árvores, e especificamente aquelas árvores, que, nesta época do ano, possuem algum típico vigor de árvores adaptadas às baixas temperaturas. Na grande avenida em frente ao cemitério, o fluxo de carros e pessoas é muito lento. Não há quase ninguém nas ruas e, assim, o verde das árvores, o azul do céu, a luz do sol, a avenida quase vazia possibilitam com que, tanto o espaço quanto o tempo pareçam outro espaço e tempo na tão conhecida cidade.

Pessoas elegantes saem de dentro do cemitério trajando luto, parentes que há muito não se viam mandam lembranças para os que não puderam estar presentes. Elas dizem o quanto foi bom o reencontro e da pena que foi o encontro ocorrer, infelizmente, em ocasiões como aquela... As pessoas brancas parecem combinar com toda a paisagística do lugar, sobretudo aquele homem loiro que traja um longo sobretudo, e a senhora de cabelos brancos e óculos estilosos.

Os minutos, após o horário marcado para o encontro, vão passando no relógio encravado no meio da avenida, a temperatura sobe um grau e eu não me importo que Jade tenha se atrasado, coisa de vinte minutos. É a demora que me permite esse exercício de compor os elementos acima descritos, inclusive criar em mim um estado de percepção tal que, até mesmo a chegada de Jade, passe a fazer parte do cenário. Chega de mãos livres, com um casaco pesado em contraste com o sorriso que inspira uma leveza que às vezes

¹ Doutor em Filosofia da Educação/USP. São Paulo/SP.

² Professor orientador do trabalho apresentado - Departamento de Antropologia da USP, coordenador do LABNau - Laboratório de Antropologia Urbana da USP. São Paulo/SP.

deixamos de perceber nos dias e nas horas de lufa-lufa, desta mesma cidade. É quase meio dia, e agora além do verde das árvores, o azul do céu, há também o brilho negro dos cabelos de Jade.

Dentro do cemitério, o silêncio é estampado pelo canto de pássaros que tentamos adivinhar quais fossem. Vez por outra, os carrinhos dos funcionários da manutenção passam – “bom dia” – por nós. As construções tumulares, com suas estatuárias remetendo ao padrão greco-romano, a arquitetura dos jazigos e mausoléus, o traçado das ruas e quadras, a disposição das árvores e o tipo escolhido para compor a paisagem, tudo parece agora se harmonizar com o clima e com as cores, inclusive com o sol que demora para nos aquecer. “É bonito, tudo isso” digo eu apontando para uma gigantesca árvore seca de galhos retorcidos que parece ter saído de um conto de Lord Byron – ou entre nós, Álvares de Azevedo, lembro-me e procuro por vestígios dos jovens góticos que na década de 1990 costumavam frequentar os cemitérios da cidade... “É... bonito... mas é bem uma beleza europeia, bem padrão...”, complementa Jade. Imediatamente me dou conta de que escondido sob o encanto das primeiras impressões está o desenho e a projeção de outra cidade, ao mesmo tempo tão perto e tão longe da cidade padrão europeu. Nosso propósito era o de visitar, no mesmo dia, dois campos em regiões distintas da cidade: Cemitério Municipal da região do Araçá, localizado em região nobre da cidade, e Cemitério da Vila Formosa, também municipal e localizado no bairro de mesmo nome, na zona leste de São Paulo. Foi assim que a observação de Jade me tocou e fez surgir a imagem do outro lugar, o cemitério de quebrada, Vila Formosa. Os muros do então cemitério do Araçá não podiam mais segregar a presença, em mim, de uma paisagem outra, em nada parecida com a aquela que atravessávamos em nossa caminhada. Pensar em um, era no pensar outro, e pensar em ambos, em suas diferenças e possíveis continuidades significava pensar, também, na cidade em que ambos estão inseridos numa distância não tão distante assim.

Notamos nossa tendência em seguir um padrão de caminhada, repetindo caminhos muito semelhantes, e, inclusive, voltando a assuntos muito semelhantes nestes mesmo lugares – parece que estamos falando sempre a mesma coisa com pequenas variações. Lembro-me, então, do professor Guilherme Magnani e de outros antropólogos falando sobre quando nada parece acontecer num trabalho de campo – Jade insistia: “Não vai acontecer nada, não vai ter nada...” ao que remendava depois “Não... mas pode ser que sim...” Aquele parecia o cenário ideal para colocar a prova essa espécie de tédio que nos acomete quando esperamos por um acontecimento. Talvez por isso mesmo, os fenômenos climáticos, atmosféricos e de outras ordens da natureza tenham figurado em primeiro plano.

Passamos, então, a focar nosso olhar para o que era comum em nossas

especulações, a saber, a possível relação entre o modo de habitar e o modo como os túmulos e mausoléus são construídos e decorados. Aqui poderíamos avançar no seguinte sentido: a reprodução de determinados ambientes da casa em escala miniaturizada possuiria uma função, a saber, uma espécie de controle, por parte do indivíduo e da comunidade, do fenômeno da morte – a morte é o desconhecido, o inefável e o imponderável. Miniaturizar algo permite que se tenha uma visão geral, diante daquilo que pode ser intangível, seria um modo de racionalizar a distância entre dois mundos – o mundo dos vivos e o dos mortos – em que entra em cena um cuidado outro, mas ainda um cuidado que permite estabelecer contato entre quem está e quem não mais está: a morada miniaturizada seria então como que um mediador que, permitindo essa espécie de controle dá aos seres humanos o poder de senão dominar a morte, pelo menos elaborar a angústia frente a ela. É uma maneira de dominar a natureza, tornando eterno o morto ainda que por sua memória. Neste sentido, o jazigo se torna uma espécie de puxadinho da casa e a casa propriamente não se encerra em si mesma.

O jazigo seria como que um dispositivo que produz uma espécie de homeostase, um equilíbrio que permite uma interação entre a morte enquanto fenômeno natural e intangível e o mundo dos vivos. Seria como que um dos elementos do processo de elaboração do luto. Dentro de alguns túmulos e mausoléus que miniaturizam o espaço doméstico, podemos observar cortinas nas janelas, este elemento que ao mesmo tempo em que vela o interior e resguarda-o da visão dos curiosos, permite, ainda assim, um olhar furtivo por entre as frestas como se quem a ele se achega participasse do jogo de velar e revelar, tentativa de ver o que não pode ser visto. Outras cortinas são translúcidas, cortinas de renda funcionando como uma espécie de véu em que o interior se revela de modo diáfano; vemos, mas não vemos com clareza. Vemos o dentro, mas vemos também aquilo que embaça. As portas são de vidro, portanto, como que nos convidando a olhar os pequenos altares e os objetos os mais variados pedem para serem olhados. Estão protegidos do toque e do roubo, há grades e cadeados, correntes estabelecendo o limite. Mas, ainda assim, eles estão à mostra e, no cemitério, a parte miniaturizada da morada, de quem um dia foi vivo, passa a fazer parte de um culto perene e coletivo.

Caminhamos sem, de fato, a surpresa de grandes novidades. Observávamos mais do mesmo, sobretudo na parte do cemitério que parecia mais nobre. Notamos na parte mais baixa do cemitério, aquela cujas sepulturas são mais simples, um padrão de acabamento que se aproxima muito do que eu observei no cemitério da Saudade, em São Miguel. Trata-se de acabamento feitos com pisos e azulejos muito característicos de um padrão que vigorou nos anos 1960 e 1970. Os túmulos são revestidos inteiramente por tal acabamento

o que confere aos túmulos uma diferenciação em meio aos túmulos de maior ostentação. Outros têm revestimento “popular” mais recente, com peças de cerâmicas que são imitações de pedra e madeira; este último produz um efeito curioso no túmulo que fica muito parecido com um grande guarda-roupa. Observar estes aspectos nos levou a pensar nos processos de trocas materiais, nas relações comerciais, envolvendo os usuários do cemitério. Assim, mesmo a estética do cemitério está limitada a oferta de materiais disponíveis numa determinada época. Isto pode ser interessante quando pensamos na dimensão do simbolismo presente nas construções, pois, muitas vezes, acredita-se que determinados signos e símbolos têm valores transcendentais muito específicos, quando, na verdade, são apenas resultado de uma oferta, daquilo que está à disposição de uma família no processo pós-morte. A repetição de determinados elementos assinala, então, uma reprodutibilidade técnica que por sua vez aponta para nichos de mercado: a fundição que produz os portões, os construtores, o pintor azulejista, o escultor, o jardineiro e o tipo de plantas disponíveis numa determinada época e lugar. Por um lado, temos uma seriação de elementos, mas por outro lado temos a criatividade ou variação individual na série de repetições. Algumas sepulturas apresentam um elemento interessante na cultura paulistana, e que por um determinado período foi signo de status e estilo, trata-se do piso de caquinhos, que passou a ser característico de diversas casas na cidade de São Paulo. Os caquinhos fizeram tanto sucesso durante os anos 60 que uma indústria cerâmica responsável pelo tipo específico de peça passou a quebrá-las para a venda, pois, os caquinhos valiam mais que a peça inteira. Este modo de decorar o piso frente ao túmulo, resultado de uma técnica vernacular, contrasta com a suntuosidade padronizada das colunas, das folhas de acantos, traves, abóbodas, frontispícios.

Seguimos caminhando, “conversas profundas no cemitério”, sucumbimos ao fluxo dos clichês e falamos sobre nossa tendência a reproduzir, também nós, padrões, seja do caminho traçado, seja dos assuntos abordados. Parece que, apenas aparentemente, nossa caminhada é aleatória. Algo parece comandar nossos passos. Em algum lugar parece haver escolhas, vez por outra, um indicador apontando: “vira aqui, vamos por ali...”

Até que, por fim, chegamos justo a uma quadra ao fundo, já muito próxima ao muro na parte mais baixa do cemitério. Ali se encontravam lápides e sepulturas muito velhas e abandonadas. Toda aquela porção do cemitério é marcada pelo cinza do cimento, pela vegetação um tanto desordenada, se comparada ao todo do cemitério, rachaduras e pedaços de faltantes. O contraste com a porção nobre na parte elevada faz desse pedaço saltar aos olhos. Entre a parte nobre situada logo na parte de entrada do cemitério e esta parte aparentemente abandonada é possível apontar pelo menos um trajeto em que se nota

uma graduação na suntuosidade, que vai declinando conforme o terreno também declina.

Então, sem que fizéssemos qualquer tipo de referência, paramos como que intuitivamente frente a um desses túmulos degradados. Especulamos hipóteses que nos deixaram em silêncio porque sabemos que muito provavelmente são da ordem das fabulações. Próximo a nós, dois funcionários da manutenção trabalham junto a esses túmulos degradados – eu e Jade olhamos para os homens – seria interessante ir ter com eles. Depois olhamos um para o outro e sem dizermos nada fica decidido que não vamos falar com os homens. Penso: “*Será preguiça ou o quê?*” Instantes depois eu reparo na foto do homem sem nome, a moldura despregada do local de origem e recostada na lápide. Um homem sem nome, a foto que resta na moldura solitária, desgastada, o riso de queixo erguido, sem nome, quem seria? Um jovem, talvez advogado promissor num futuro que para ele não chegou a ser. Tomo estas notas no caderno de campo – notas de poesia para o rosto sem nome –, leio em voz alta, Jade sorri. Minutos depois me surpreendo com Jade em cima do túmulo. Chamo sua atenção em tom de brincadeira, ela fica sem graça e pula para fora do túmulo e coisa de alguns minutos depois, delicadamente, com a pontinha do indicador toca a velha moldura da foto: o rosto sem nome gire então coisa de 3/8 de volta para a esquerda... “Sei lá... a poesia me conectou...”, ela diz.

Depois retornando e subindo em direção à entrada, outra foto chama a atenção de Jade. Trata-se da foto de um casal, foto antiga em preto e branco. Jade nota os olhares cada qual mirando direções diferentes. O Exercício de observação e reflexão leva Jade a calcular um ponto em que ambos se tocariam num horizonte. Porém, além dos dois olhares e do ponto, há ainda o olhar de Jade olhando os olhares e ainda o meu que olha o olhar que olha os olhares – e agora que escrevo olho meu próprio olhar, olhando o olhar de Jade olhando os olhares do homem e da mulher e, assim eu me pergunto, se existiria num plano ideal para o qual todos os pontos convergem.

Jade levanta algumas especulações sobre a foto, depois recua. Insisto para que ela continue, ainda que se trate de fabulação, pois esta é para mim um método de produção de conceitos; em algum lugar ela há de chegar. O olhar e a fabulação, a criação de histórias, propriamente dita, sobre a foto do casal, possibilita que a entrada em cena de muitos interlocutores, eles como que falam através desta ciranda de olhares. Logo após essa derivação fabulosa, já na parte alta do cemitério e próximos à saída, Jade tem um *insight*: “já sei o que vou falar no congresso...” estendo a ela meu caderno de notas e me afasto. Saco da câmera e apenas observo ela ali numa rua do cemitério, concentrada, riscando sem parar letras que de longe não consigo decifrar. Ajusto o foco, a abertura do diafragma, a velocidade do obturador. Jade escreve ligeiro, eu calculo o jogo de luz, sobras e

contornos, e penso no exercício de campo, na natureza da etnografia que me parece também um jogo de ajustes entre a potência de ser afetado e a precisão de nossos instrumentos de trabalho: o caderno de campo, a máquina fotográfica, a nossa escrita e nossa escuta... 3/8 de volta para a esquerda... O céu continua azul e sem nuvens, a brisa fria se faz presente nas porções da calçada em que a sombra dos prédios avança silenciosa. Caminhamos desviando, ora de um, ora de outro patinete, uma bicicleta, já próximos do cruzamento entre a Avenida Consolação com a Paulista. Se as cores estão marcantes neste dia, o vermelho das ciclovias também marca nosso caminhar. No passeio das pessoas há o frescor da cidade em feriado prolongado que se contrapõe ao ritmo, já tantas vezes celebrado da Paulicéia. Nosso trajeto até o restaurante vegano passa por um recorte da mancha de bares e restaurantes, passa pelo cine Belas Artes, que descobrimos se chamar agora Petra Belas Artes. No novo design, passa a vigorar no logotipo montanhas em estilo minimalista. Ao nosso redor, as montanhas de prédios continuam a engolir o sol das calçadas. *Pop Vegan* é o nome do restaurante que têm oferecido comida vegana bem avaliada e com preço popular. O restaurante costuma lotar todos os dias, justo naquela região, um restaurante vegano oferecer comida à vontade por R\$ 10,00 parece ser um acontecimento interessante no bairro, cuja calçada costuma lotar. O público variado, muita gente jovem, muitos estudantes. A barriga ronca, já são mais de 14h. De longe avisto a placa, e frustrados descobrimos que, somente naquele dia, o restaurante se encontraria fechado. Um tanto desolado, olho para o interior do restaurante enquanto penso onde comer. Faço cálculos, de tempo e dinheiro. No entorno do Vila Formosa, a comida sairá mais cara, o melhor lugar mesmo, curiosamente, seria no privilegiado bairro próximo à avenida Paulista. Comemos num restaurante não muito dispendioso. Não fosse pela televisão ligada em volume alto, creio que a conversa durante o almoço teria sido muito mais agradável. A rua e os equipamentos, lojas e restaurantes, hotel, o acabamento dos imóveis contribuem para criar toda uma atmosfera que lembra, contraditoriamente, uma cidadezinha, ainda que cenográfica. Depois disso, café no balcão da lanchonete de esquina, na rua Augusta, quase de frente para o outro importante cinema, Espaço Itaú. Conto histórias daquele balcão enquanto observo os transeuntes a passeio, os estilos mudaram desde meus dias de balcão, mas a rua Augusta continua uma grande passarela.

O metrô da linha amarela nos conduz muito rapidamente da famosa Avenida Paulista para a estação Carrão, localizado na linha vermelha do metrô, que liga as zonas leste e oeste da cidade. Nosso destino é o cemitério da Vila Formosa que ostenta o título de maior cemitério da América Latina e está localizado na zona leste. Cerca de 1 milhão e meio de pessoas já foram enterradas lá, desde sua fundação em 1949. Meu bilhete de ônibus está

sem saldo, preciso carregá-lo. “A gente tem que pegar ônibus ainda?” Jade me pergunta, surpresa. Sim, é preciso tomar um ônibus que parte da estação Carrão; a viagem dura ainda cerca de vinte e cinco minutos. Na parte da manhã e durante as primeiras horas da tarde, nós havíamos realizado nossa caminhada etnográfica num importante cemitério da cidade, localizado em bairro nobre, o cemitério do Araçá onde estão enterrados representantes da elite paulistana, heróis militares, personalidades, industriários, ricos comerciantes, médicos, engenheiros, políticos, artistas. O cemitério de elite, com toda a suntuosidade e luxo que emanam de suas ricas construções parece esconder no culto às celebridades e à riqueza, as contradições de uma cidade dividida por classes.

A hora já está avançada, precisamos acelerar o passo se quisermos alcançar nosso objetivo de visitar, no mesmo dia, o cemitério dos ricos e o cemitério dos pobres. Tememos encontrar o cemitério fechado. Muitos trabalhadores e trabalhadoras voltam para casa no ônibus cheio que nos conduz, o sotaque nordestino se faz notar na conversa das pessoas de mochila nas costas, pessoas de mochila no colo, nas mãos. Gente em pé escutando música e com olhar fixo na tela do celular, no sacode e para do ônibus que começa a nos irritar. Os pontos de ônibus estão cheios, idosos e pessoas com trajes muito diferentes daqueles que observamos na parte da manhã e começo da tarde. A cidade vai se transformando tenuemente, conforme avançamos bairro adentro. É uma mistura estranha: imóveis e pessoas, os carros em trânsito, os coletivos, motos, as lojas, restaurantes e botecos. Ao longo do trajeto até o cemitério, mais e mais pessoas saltam para dentro do ônibus, em comum o rosto de expressão cansada e a roupa humilde, trabalhadores seguindo zona leste adentro em direção à periferia da cidade.

Descemos do ônibus por volta das 17h. O bairro privilegiado ficou para trás, mas ainda ressoa em minha cabeça. É segunda-feira, véspera de feriado, está tudo vazio e os portões de entrada do Vila Formosa estão escancarados. Bem de frente ao cemitério uma barraca de camping rodeada de materiais de reciclagem e lixo com gente morando dentro. Um homem está parado na porta do cemitério, agachado de cócoras, mexendo em alguns objetos acondicionados num saquinho de mercado. O homem nos olha, olha muito fixamente, sobretudo para Jade. Sinto o desconforto. Uma vista rápida no cemitério e aponto para o lado direito: “vamos começar por ali!” Eu sei onde estou, cemitério da Vila Formosa, e sei que aquele dia seria um dia propício para aquele encontro. Já da entrada é possível enxergá-los, lá estão eles, atores, personagens, sujeitos, máquinas, bicho de penas negras e brilhantes, eles, os urubus. Alguns são assustadoramente grandes, chegam muito perto nós – e nos assustam quando, ao em vez de voar, andam saltitando com as asas abertas. Uma outra mirada rápida na primeira quadra: “Ali! Olha ali: são ossos... tá

vendo? Ali mais pra lá, é couro de bicho, bode talvez... ali outro; lá, cabeça de porco, coágulos de sangue...” Estamos sobre as sepulturas ou o que sobrou delas, monte de terra e mato, ou então buracos e vazios assinalam alguma subtração que naquele momento arriscamos especular: o que é dos ossos que estavam aqui? Pedacos de caixão, alças enferrujadas encravadas na terra. Aparentemente abandonadas e por toda a extensão desta quadra, à entrada do cemitério, encontramos ossos de animais, crânios e carcaças inteiras, espinha dorsal e costelas, dentes que tentamos identificar se se trata de dentição humana ou de bicho. “É de porco!... Não! É de gente mesmo! Olha o pedaço da mandíbula...” Diante do desconforto, ameaçamos fuga, mas resistimos. Seguimos atentos a todos os detalhes do campo, atravessados pelo sentimento de nojo e medo, o horror, o estranho, o que não era para ser visto ou o que fingimos não ver, esquecemos, o resto do resto jogado na cara da gente. “O que é a vida, hein? E a morte?” Quanto tempo será necessário para que o estranho se torne familiar? “Os urubus estão vindo pra cima de nós!”. Dizem que os urubus soltam um vômito de putrefações para se defender e preferimos não arriscar na permanência. É véspera de feriado, os urubus estão em festa, e para eles o cemitério da Vila Formosa é um parque de diversões. Eles andam por entre os despachos, passeiam livremente, cortejam as fêmeas, depois espreguiçam e ostentam asas sob o sol de inverno.

É preciso caminhar no parque, digo, no cemitério. Precisamos seguir com a caminhada etnográfica, comparando mundos e modos, os atores, cenários e regras. Como isto funciona. Eu tento a todo custo pensar em outra coisa, mas eles não me deixam em paz com suas asas pesadas por sobre nossas cabeças. O cemitério é bem arborizado, porém, no lugar dos ciprestes cartesianamente esculpidos em forma de agulha, aqui nos deparamos com árvores de galhos retorcidos onde os urubus, depois de fazerem festa e executarem o serviço de limpeza e higienização comendo do banquete dos santos e orixás, os urubus seguirão felizes saciados, fazendo pouso nos galhos das árvores de retorcidos galhos. O entardecer torna a luz ainda mais bela. A confusão aumenta quando nos permitimos então conceber o cemitério como o parque em festa dos urubus. Eu já não sei mais o que é o belo, o que é o horror, tudo nos desconcerta e nos leva a pensar uma vez mais no valor da vida – e da morte, sobretudo daqueles que não têm nome, cujos despojos restam reduzidos a uma animalidade qualquer. Vida nua. Não queremos ver despojo algum, não queremos ter contato com as contraditórias aves que são ao mesmo tempo de mau agouro, mas também aliadas – são eles que nos impedem de ver a carraspana da putrefação, mas são também aqueles que podem cuspir em nós de cima das árvores tornando presente, a cada olhar esguio, a sensação de que alguma contaminação é sempre

iminente, ou que o fim nos ronda.

É preciso prosseguir. Nosso destino é alcançar o prédio da administração, onde pretendemos encontrar os registros de uma avó lá enterrada. Neste trajeto, o cenário tumular remete aos modos de vida da periferia, como miniaturas de uma vida depois da vida, o apelo popular: as flores de plástico que não morrem mas desbotam sem cor expostas ao sol e à chuva, cataventos coloridos, animaizinhos de gesso coloridos, bichinhos de jardim, chaveiros e bonequinhos. Todos bastante coloridos. A explosão de cores no cemitério acaba por produzir um contraste com o cemitério do Araçá. De um lado, a suntuosidade dos túmulos em forma de casa e capela, os finos acabamentos em muitos deles. De outro, a simplicidade, mas a alegria das cores e dos objetos um tanto infantilizados.

No cemitério da Vila Formosa, embora seja oferecido um trabalho de manutenção das sepulturas, realizados por funcionários da prefeitura, ocorre que, muitas vezes, esta tarefa é feita pelos parentes e/ou amigos do morto. Isto teria alguma relação com o modo como se produz casas nas periferias, a saber, o processo de autoconstrução, em que a pessoa passa a ser ela própria responsável pela construção, empregando sua própria mão de obra – empregador e empregado ao mesmo tempo –, a pessoa vende para si mesma parte de seu tempo de descanso pois é neste momento que ela pode realizar o trabalho extra. No caso do cemitério, o trabalho propriamente dito de cuidar da manutenção envolve ainda uma dimensão imaterial, de cuidar da memória e da espiritualidade. Ao cuidar da jardinagem, ou seja, trabalhar na paisagística do cemitério-parque, cada pessoa é como que terceirizada e passa a realizar um trabalho não pago. Ao mesmo tempo, pelo contrário, a pessoa precisa pagar para realizar a manutenção. São elas, as pessoas comuns, aquelas esquecidas nas grandes narrativas, são elas que fazem esta cidade funcionar. Podemos pensar que o habitar dos mortos faz parte desse processo de fazer a cidade que traz implícito toda uma episteme, um saber-fazer (e saber fazer circular o que se aprendeu), que é próprio do modo de vida/habitar periférico – evidentemente, cada região possui suas especificidades, características de seus processos de constituição do saber.

Neste sentido, a etnografia nos dois cemitérios pode revelar, tanto os processos inerentes a cada um deles, quanto aquilo que perpassa a ambos, de modo tão contraditório quanto a cidade de São Paulo. A lógica da segregação espacial e social se reflete no cemitério e este, por sua vez é um lócus em que se operacionalizam práticas que ensinam a cidade a ser aquilo que ela é. Instigando a pensar de que modo os cemitérios de periferia reproduzem a lógica da autoconstrução, característica das populações, no modo de tratamento das edificações tumulares.

A partir do trabalho de campo realizado no cemitério da Vila Formosa, observamos que há modos de uso e ocupação do espaço que são continuidades adaptadas ao espaço do cemitério e implicam num importante processo de negociação e trocas, materiais e simbólicas. Apontamos as relações estabelecidas com o poder público, posto que o referido cemitério é municipal, e de que modo, em meio às dificuldades para se velar, enterrar os mortos e, posteriormente, manter um lugar de memória e culto, os usuários precisam recorrer a estratégias que envolvem criatividade, improviso, negociações, que estariam ligados a todo um processo de conhecimento. Haveria uma epistemologia periférica própria do modo de ocupar e habitar a cidade, uma epistemologia própria do fazer cidade, uma vez que a necessidade de ocupar o cemitério, mesmo diante da precariedade, exige toda uma dinâmica que envolve laços de sociabilidade, negociações, colaborações, improvisos, conhecimento, “rolos”, “jeitinho”, “pulos e gatos”. Em meio a todo esse processo, destacamos os rituais de manutenção dos jazigos até a exumação do corpo, quando ocorre a transferência para os ossuários. Por se tratar de um cemitério de pessoas de baixa renda, observamos como os túmulos dialogam com a cultura popular e oferecem importantes elementos para o entendimento de como funciona a vida na periferia, destacando-se o modo de produção do habitar. Neste sentido poderíamos pensar de que modo os vivos continuam esse processo de produção do habitar, agora em relação ao habitar dos mortos. Essa habitação que embora apresente os tabus relativos à morte e aos mortos, se constitui como um pedaço da cidade. O pedaço, ou a quebrada dos mortos, se constitui como espaço liminar que poderia ser aproximado daquilo que Michel Foucault chamou de heterotopia – um local de aprendizado, onde se aprende não apenas a cultuar a memória dos mortos, mas também, como habitar a cidade de outro modo. Como os mortos habitam a cidade?

O cemitério pode ser compreendido, então, como lócus de um aprendizado e assim haveria toda uma pedagogia que se realizaria na/por meio da condução morte. A reprodução de determinados ambientes da casa em escala miniaturizada possuiria uma função, a saber, uma espécie de controle, por parte do indivíduo e da comunidade, do fenômeno da morte – a morte é o desconhecido, o inefável e o imponderável. Miniaturizar algo permite que se tenha uma visão geral diante daquilo que pode ser intangível, seria um modo de racionalizar a distância entre dois mundos – o mundo dos vivos e dos mortos – em que entra em cena um cuidado do outro, mas ainda um cuidado que permite estabelecer contato entre quem está e quem não mais está: a morada miniaturizada seria então como que um mediador que, permitindo essa espécie de controle dá aos seres humanos o poder de senão dominar a morte, pelo menos elaborar a angústia frente a ela.

É uma maneira de dominar a natureza tornando eterno o morto ainda que por sua memória.

As miniaturas aqui remetem muito ao universo infantil, o que gera ao mesmo um aspecto lúdico e nostálgico para o qual os urubus não dão a mínima. Eles que estão lá, novamente. Passeiam por entre as sepulturas ignorando o mimo e o agrado, pisoteando os afagos e suspiros. Estamos na parte alta do cemitério, onde se encontra a capela de paredes caiadas mas enegrecidas pela fuligem negra e contorcida das velas. É então que sou tomado por um profundo mal estar, quando vejo um dos urubus cutucar violentamente uma sepultura. Cutuca com fortes bicadas até que arranca alguma coisa cumprida, mamolenga, de dentro da terra. Ele corre saltitando, e os outros urubus correm atrás dele e um consegue roubar do outro o pedaço de coisa trazida no bico. O alvoroço e a alegria das bicadas em meio ao violento bater de asas indicam que alguém encontrou alguma coisa importante. De repente, um pequeno sorriso me escapa, descubro-me “urubuservando”, a situação... Sim, acho que posso sorrir, pois ali está o inusitado encontro entre vida e morte, um modo estranhamente familiar de ser eterno... É então que me lembro dos meus alunos e alunas, adolescentes, da periferia de São Paulo. Lembro da morte televisionada, compartilhada do jovem MC da Leste – minha quebrada. Ele está enterrado aqui, Vila Formosa - “o único famoso que jaz no Formosa” diz o jornal...

Para muitos dos adolescentes e jovens da periferia de São Paulo, a morte está aí, dada, no beco do lado da escola, no campo de várzea, na saída da balada, nas quebradas do mundaréu. Em torno da sepultura de MC da Leste eles se reúnem: cantam, dançam, sarram, vão descendo até o chão – “tchu tchu tchá tchá” – e choram: morreu tão jovem... a vida não é justa, mas o baile deve seguir.

Os urubus devem achar tudo muito estranho. Sou professor de Filosofia. “*Qual o sentido da morte?*” Os meninos e meninas da quebrada respondem diretamente a Martin Heidegger e a Jean Paul Sartre: “a morte é o que confere ou subtrai sentido à vida?” Os sentidos da morte estão ligados diretamente ao viver: “Morrer é viver professor... é o que toca o baile da vida”. Se presente a cada esquina, ela nos lembra que o aqui e agora é tempo de viver. A morte faz celebrar a vida no fluxo da vida. “Tudo Flui, tudo muda... prof. como falou Heráclito, não é?” Assim, eles me ensinaram a perguntar se o excesso de vida, na exuberância e mesmo extravagância da vida e da cultura juvenil de periferia, não estaria presente um modo outro de falar sobre o inominável – se a inefabilidade presente no tabu da morte não se encontra com a celebração da vida encarnada. Então, grito da vida, na vida, e pela vida.

CREMATÓRIO DA VILA ALPINA: MANIFESTAÇÕES DE LAZER DENTRO E NO ENTORNO DE ESPAÇOS DE MORTE¹

Jacia Kanarski Braz da Silva²

José Guilherme Cantor Magnani³

Objetivos

Os objetivos da pesquisa são: 1) realizar pesquisa de campo etnográfica, a fim de identificar atividades culturais de lazer que ocorrem no local, tendo em vista as motivações e condições dos praticantes; 2) descobrir as relações entre lazer e espaço de morte feitas pelos frequentadores do campo.

Metodologia

Realização de pesquisa etnográfica em campo (Crematório da Vila Alpina – São Paulo/SP) entre os meses de maio e junho de 2019, buscando, por meio de observação participante, reconhecer os cenários, atores e regras (MAGNANI, 2002, p. 6-10) do Crematório da Vila Alpina no que tange o lazer.

Resultados

Foi realizada observação participante, sendo possível descobrir diversas das atividades de lazer que ocorrem no Crematório, assim como o porquê das mesmas, quem realiza e em quais condições. Foi traçada também a relação dos praticantes das atividades de lazer com aquele espaço de morte.

Ao entrar no Crematório da Vila Alpina, especialmente em finais de semana/feriados e dias quentes e ensolarados, é impossível não notar diversas pessoas espalhadas pelo gramado, estacionamento e entradas do mesmo, realizando diversas atividades que diferem do proposto inicial naquele que é um espaço de velamento e enterro de mortos.

São consideradas atividades de lazer aquelas que ocorrem no tempo livre de trabalho e das obrigações sociais e familiares, as quais o indivíduo realiza por “livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se” (DUMAZEDIER, 1976, p. 94). Pode acrescentar-se aí a característica hedonista, ou seja, de busca do prazer que frequentemente ocorre quando se trata de tais atividades.

¹ Trabalho apresentado em forma de pôster no IX Encontro Nacional da ABEC, Centro Histórico-Cultural Santa Casa, Porto Alegre/RS, 24 a 27 de julho de 2019.

² Graduanda em Lazer e Turismo na Universidade de São Paulo/USP. São Paulo/SP.

³ Professor orientador do trabalho apresentado - Departamento de Antropologia da USP, coordenador do LABNau - Laboratório de Antropologia Urbana da USP. São Paulo/SP.

O Crematório Dr. Jayme Augusto Lopes, popularmente conhecido como Crematório da Vila Alpina, localiza-se no bairro Jardim Avelino na Região Sudeste da cidade de São Paulo, é o maior crematório do Brasil e o único público na cidade de São Paulo. Encontra-se em uma região com alta concentração de casas e prédios domiciliares e está ao lado do Parque Prof.º Lydía Natalizio Diogo (popularmente conhecido como Parque Ecológico Vila Prudente) e do Cemitério São Pedro.

No perímetro do Crematório há o prédio onde ocorrem as cerimônias de cremação, o estacionamento e um gramado, sendo que as práticas relacionadas a lazer observadas no presente trabalho ocorrem nos dois últimos locais mencionados.

O Crematório não é um local originalmente destinado à prática de lazer, mas alguns motivos - que surgem na fala dos atores do local - demonstram o porquê daquele espaço ter tomado valor para descanso e divertimento, podendo este ser caracterizado como um espaço não específico de lazer, ou seja, não foi projetado e construído com a finalidade de uso para atividades de lazer, porém por diversos motivos é utilizado para tal. (MARCELLINO, 1997, p. 26).

Os frequentadores praticam uma ou mais atividades, por vezes realizando-as concomitantemente. As mais recorrentes são: passear/brincar com cães; caminhar/correr; soltar pipa; jogar bola; deitar no gramado para descansar; ouvir música; ler; conversar e socializar. Destas, há duas que se destacam: soltar pipa, assim que reúne dezenas de pessoas ao mesmo tempo para realizar esta atividade; e passear/brincar com cães, logo que sempre há cães com seus donos no local.

Os motivos para realizar essas atividades, segundo os atores são: ser um espaço verde dentro da cidade, que os frequentadores afirmam ser o único local verde no bairro (em conjunto com o parque ao lado); proximidade ao local de moradia, uma vez que a maioria dos frequentadores mora na região, inclusive vindo diariamente ao Crematório; ser um espaço aberto e amplo, além de bem cuidado; não conter regras rígidas com relação a algumas das atividades – por exemplo, os cachorros podem ficar livres de coleiras, ao contrário do parque que se localiza ao lado do Crematório.

Estas atividades costumam ocorrer todos os dias e em horários diversos. Em dias quentes e ensolarados há sempre pessoas no local realizando ao menos uma das atividades mencionadas. Nos dias frios e /ou nublados os frequentadores surgem de forma esparsa, estando um ou dois presentes no campo, ou por vezes havendo nenhum praticante de atividades de lazer no local.

Os dias da semana e horário também possuem influência na movimentação do local. De segunda a sexta no final da tarde e aos finais de semana/feriados em todos os horários

são os momentos quando há o maior fluxo de pessoas. Quando há a combinação final de semana/feriado, dia ensolarado e tempo quente, o gramado e o estacionamento ficam lotados, e o local encontra-se na potência de utilização para atividades de lazer. Em modo de comparação, esses fatores de dia, horário e clima também influenciam de modo igual em espaços públicos de lazer da cidade, como praças e parques.

Concentram-se na região do gramado as atividades que envolvem passear/brincar com cães; ouvir música; brincadeiras diversas; no estacionamento, realizar caminhada e corrida e jogar bola; soltar pipa ocorre nos dois espaços.

Os frequentadores do Crematório como espaço de lazer moram no entorno. Chegam até o local majoritariamente a pé, alguns poucos de bicicleta ou carro. Podem estar sozinhos, em família, em casal ou em grupos de amigos.

São crianças, jovens e adultos, com menor frequência de idosos. Crianças costumam estar brincando com os cães ou brincando com os pais, além de soltar pipa e jogar bola; Jovens, costumam estar com os cães ou em rodas conversando, além de soltarem pipa e caminhar/correr; Adultos realizam todas as atividades mencionadas, com menor frequência em soltar pipa.

De diferentes gêneros, não há predominância quando se trata de das atividades de brincadeira com os cachorros, estar em um momento de sociabilidade entre amigos ou caminhar e correr. Os que jogam bola ou soltam pipas são majoritariamente meninos e homens, sendo que por vezes os mais velhos vêm acompanhados das namoradas, amigas e irmãs, que não praticam a atividade de jogar bola ou soltar pipa, apenas observam e interagem com os demais presentes no local.

Há uma forte rede de sociabilidade entre os frequentadores. Aqueles que soltam pipa se conhecem, assim como aqueles que passeiam com os cachorros. Amizades e contatos que são criados ali ou que vem de fora. Há incidência de grupos online criados através dessa rede e o conhecimento do horário que algum frequentador costuma vir. No fluxo das atividades, os frequentadores se cumprimentam, e por vezes demonstram sua relação para com outro frequentador, que pode ser boa ou ruim: por exemplo, meninos que xingam outros por desavenças passadas durante a atividade de soltar pipa; um frequentador que auxilia o outro com seu cachorro por já conhecê-los e saber como tratar o animal.

Em algumas das atividades citadas acima aparece o discurso da utilização do espaço devido ao mesmo ser amplo e a falta de regulação e monitoramento do mesmo, que proporciona ao campo diverso das suas particularidades, como grandes grupos soltando pipa ao mesmo tempo ou cachorros correndo livremente pelo gramado. Durante a pesquisa de campo não foi avistada alguma viatura policial ou regulação por parte dos

funcionários do Crematório, porém surgiram relatos que mostram a ocorrência do mesmo para o campo, como uma vez em que houve uma batida policial em um “rolezinho” que ocorreu ali, assim como a vista grossa que os funcionários do Crematório realizam.

Nem sempre os frequentadores associam este lugar como um espaço ligado à morte: para muitos deles é uma extensão do Parque Prof.º Lydia Natalizio Diogo (Pq. Ecológico Vila Prudente) ou associam o Crematório como sendo apenas o prédio onde ocorrem as cremações. Assim como para outros, os dois equipamentos complementam-se: ir ao parque para utilizar o playground e ao Crematório para brincar com o cachorro. A ideia de que há ritos de morte naquele lugar não é perceptível e quando sim, não incomoda os praticantes das atividades de lazer.

A relação sociedade e morte vem mudando ao decorrer dos tempos, “a sociedade já não faz uma pausa, o desaparecimento de um indivíduo não mais lhe afeta a continuidade. Tudo se passa na cidade como se ninguém morresse mais” (ARIÈS, 2014, p. 756), e os vários usos do Crematório mostram de forma prática esse lidar diferente com a morte.

Conclusão

O lazer vem ganhando cada vez mais importância na vida dos habitantes das cidades e, quando o tempo e os espaços destinados a esse são escassos, há adaptações. O Crematório da Vila Alpina, ao possuir dentro de seu conjunto um local verde amplo e livre em meio à cidade cinza, rapidamente tornou-se um espaço não específico de lazer (MARCELLINO, 1997, p.26) muito utilizado pela população do entorno, sendo incorporados a esse espaço de morte outros usos e significações.

Imagens**Figura 1 – Crianças e adultos brincando com cachorros**

Fonte: acervo de Jacia Kanarski Braz da Silva.

Figura 2 – Meninos soltando pipa no estacionamento do Crematório

Fonte: acervo de Jacia Kanarski Braz da Silva.

Figura 3 – Menino soltando pipa no gramado do Crematório



Fonte: acervo de Jacia Kanarski Braz da Silva.

Referências

ARIÈS, Phillipe. *O homem diante da morte*; tradução Luiza Ribeiro. - São Paulo: Editora Unesp, 2014

DUMAZEDIER, Jofre. *Lazer e cultura popular - Debates*, São Paulo: Perspectiva, 1976

MAGNANI, J. G. Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. RBCS: v. 17, n. 49, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Capacitação de animadores sócio-culturais*. Campinas: UNICAMP, 1997

CEMITÉRIOS: TIPOLOGIAS E TÉCNICAS

CEMITÉRIO DA COLÔNIA JUDAICA PHILIPPSON/RS

Ieda Gutfreind¹

Figura 1 – Panorama do Cemitério de Philippson/Itaara/RS



Fonte: TripAdvisor.

Figura 2 – Monumento erguido na restauração do cemitério de Philippson em 2016



Fonte: TripAdvisor.

¹ Profª Doutora em História/UFRGS E UNISINOS e Historiadora do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre/RS.

A fim de introduzir o foco da apresentação – descrição e história do Cemitério de Philippon-Itaara/RS – deve-se remeter à política da imigração no estado do Rio Grande do Sul, implantada pelo Partido Republicano Riograndense/PRR, no poder desde a Proclamação da República no Brasil em 1889; pois este cemitério abriga túmulos de imigrantes judeus que chegaram ao Rio Grande do Sul no início do século XX.

No final do século XIX, foram introduzidas novas regras para o ingresso de imigrantes no Estado sulino; as negociações não mais ocorreriam entre o governo do Estado e interessados, mas sim entre o governo e as empresas ou companhias de imigração devidamente cadastradas. Caberá às companhias a cooptação de candidatos através de propaganda em seus países de origem, os preparativos e a viagem em si. Igualmente caberia às empresas a compra e a distribuição das terras entre os colonos e o suprimento de suas necessidades iniciais. Enfim, são as empresas de imigração que encabeçam e dirigem os trâmites envolvidos no processo de imigração. Várias companhias foram criadas e atuaram no Rio Grande do Sul, neste período. Dentre elas, destaca-se a *Jewish Colonization Association/JCA/ICA*, fundada em 1891 pelo Barão Moritz [Maurício] von Hirsch, seu maior acionista que tinha como propósito uma obra benemerente trazendo famílias de judeus que viviam em situações de violência e delimitações de toda ordem no império russo. Segundo Heuffel (2012, p. 142, grifo nosso), utilizando a argumentação de Dominique Frischer:

[...] a meta da ICA era arrancá-los da Rússia, de uma vida em perpétuo perigo, e de colocá-los lá onde seria reconhecida sua profissão de agricultores, as colônias constituindo uma etapa possível para novos voos. A ICA visava associar os colonos à sua obra, que não era uma obra de caridade, mas uma obra construtiva de futuro. Pode-se certamente falar de falta de habilidade da ICA, mas e de derrota? Para a pergunta “ao deixarem a Bessarábia, os antepassados de vocês ganharam com a troca?”, a resposta é um sim unânime.

A atuação da companhia foi mais ampla, pois: “A JCA começou fixando imigrantes na Argentina, estendendo sua atividade a outros países como Canadá, [EUA] e Brasil.” (VERBA, 1997, p. 17).

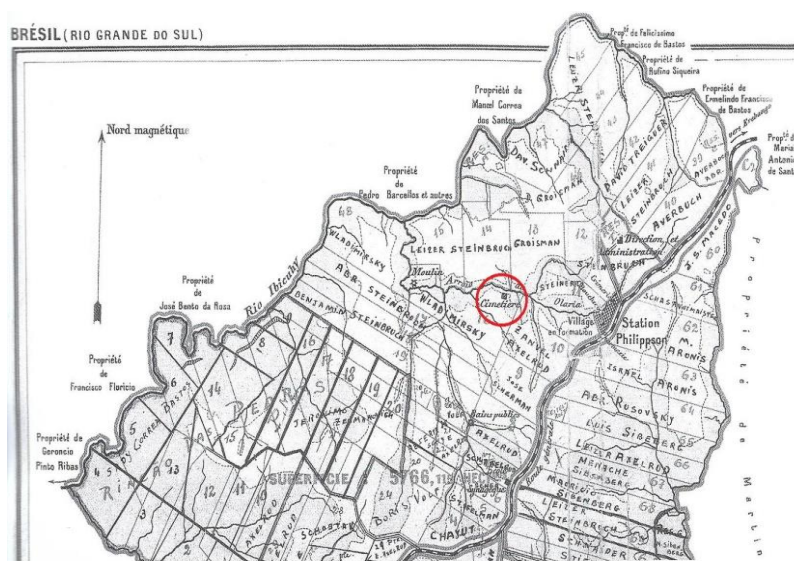
A morte prematura do mentor da ICA, Barão Hirsch, em 1896, segundo alguns estudos mais recentes, teria reorientado as premissas do seu fundador. Assumiu o comando Franz Philippon, vice-presidente e, posteriormente, presidente da ICA. Philippon foi um grande filantropo e mecenas e fundador e administrador da *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*. Em 1891, a companhia capitaneada por Philippon recebeu a concessão para a construção da linha férrea de Santa Maria à Cruz Alta e até

”[...]18 de junho de 1920 pelo decreto nº12.767 do presidente Epitácio Pessoa, que transferiu a ferrovia, em arrendamento, para o governo do estado do Rio Grande do Sul a pedido do então presidente do estado, Borges de Medeiros.” (VERBA, 1997, p. 29).

Em uma leitura cronológica, da passagem do século XIX para o século XX, emissário da ICA, um agrônomo, vem ao Rio Grande do Sul com o objetivo de avaliar e comprar terras para a ICA. “[...] Lapine se fixou no lugar denominado Pinhal, então sexto distrito do município de Santa Maria da Boca do Monte, hoje Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul.” (VERBA, 1997, p. 17). Pinhal fica a 16.600 Km da cidade de Santa Maria e, em 1894, teve inaugurada sua estação ferroviária e a de Philippson em 1907; as terras adquiridas pela ICA, que vão levar o nome de *Fazenda Philippson* situavam-se entre estas duas estações ferroviárias.

A compra de terras ocorreu paulatinamente: as primeiras áreas foram adquiridas em 1903 e, no ano seguinte, outras áreas perfazendo um total de 5.703,247ha (VERBA, 1997, p. 12) ou 5.766ha (hectares conforme mapa abaixo).

Figura 3 – Mapa da Fazenda Philippson



Fonte: RABINOVICH, 2015.

A empresa preservou vários lotes para a administração da Companhia, o de nº 7 para a escola, a sinagoga e o de nº 15 para o cemitério. Nas considerações de Verba (1997, p. 21) “[...] qualquer discussão sobre o Cemitério não passa de exercício de raciocínio. Um lote foi destinado ao repouso dos imigrantes e de descendentes que falecessem. Considerando esta destinação, examinando-se quer sob o ponto de vista ético, religioso ou do direito civil, evidente fica que aquele local tem o seu domínio intransferível.”

Portanto, obedecendo às novas regras imigratórias precedeu a vinda dos imigrantes judeus a propaganda no Império Russo por emissários da ICA, exaltando as benesses encontradas na nova terra, “[...] promotores” encarregados de distribuir, na Europa, folhetos elogiando sobre ‘as camas de diamantes’ e os ‘rios de mel’ do Brasil” (HEUFELL, 2012, p. 123, grifo nosso). Os que se candidatavam passavam por um processo seletivo, sendo considerados aptos os que tivessem tido experiência na agricultura, vários filhos homens, gozassem de boa saúde, idoneidade moral, bons antecedentes, etc. Vieram com pequena diferença de tempo, em 1904, três grupos de famílias que não chegaram a perfazer 300 pessoas. Vinham todos de uma mesma região, a Bessarábia (hoje denominada Moldávia, e se encontra na Bielorrússia ou Belarus).

Nos depoimentos dos pioneiros da colônia Philippson catalogados no Instituto Cultural Judaico Marc Chagall/ICJMC, os nomes dos locais de origem se repetem com diferentes grafias – Soroki, Dobrewem, Resine, Dombrovitz... Essa área era considerada um celeiro agrícola. Salieta-se este aspecto, pois permite inferir que são judeus russos asquenazim, vindos de uma mesma área geográfica, portadores de costumes e hábitos similares. Falam a mesma língua – o ídiche – comemoram as mesmas festas judaicas, seguem os mesmos ritos na vida social, nos cultos religiosos e, evidentemente, os pertinentes às doenças e à morte.

Mesmo que alguns anos após outros colonos cheguem a Philippson e tragam algumas diferenças, sendo a primeira delas a origem de outras áreas que não a Bessarábia e, mesmo que Heufell (2012, p. 138) afirme “instalam-se e perturbam a homogeneidade do grupo, o rosto da colônia muda”, mas, em essência, não serão observadas rupturas. São judeus, também asquenazim, oriundos também do Império Russo, falando a mesma língua ídiche e professando o judaísmo, com costumes e tradições similares.

Conforme dito, quando da chegada dos imigrantes foram providenciados espaços para o atendimento da educação (um lote para a escola), da religião (espaço também para a sinagoga) e, além disso, instituídas associações como uma caixa de empréstimos, para casos de necessidade, e um armazém, onde os recém-chegados poderiam adquirir os necessários suprimentos. Criou-se uma comunidade, organizou-se a sociedade local formada por imigrantes judeus asquenazim que, até então, viviam no extenso Império Russo.

Aproximando-nos do nosso foco, há que esclarecer que:

No pensamento religioso judaico, a vida e a morte formam um todo, sendo somente aspectos diferentes da mesma realidade. Eram consideradas complementares uma à outra assim como a noite é para o dia e o inverno para o verão. Eram as

engrenagens que rolavam no processo interminável da criação. [...] A vida e a morte são irmãs, vivem na mesma casa. São ligadas uma à outra e tão apegadas entre si que não podem ser separadas. Estão unidas pelos extremos de uma frágil ponte sobre a qual todas as coisas da criação tem que passar. A vida é a entrada; a morte é a saída. (Conhecimento Judaico LI-Z, 1967, p. 522).

Ao longo da história do povo judeu, os rituais referentes à morte sofreram modificações e, internamente, há diferenças entre os praticados pelos judeus ultra ortodoxos, ortodoxos e os de outras linhas religiosas, sejam liberais ou progressistas, além das diferenças de ritos entre os judeus asquenazim e os sefaradim. A crença na vida pós morte irmana a todos.

Os ritos de sepultamento de hoje não são mais o que eram. As mudanças nas circunstâncias externas da vida dos judeus também causaram mudanças equivalentes em suas ideias e práticas religiosas. Os judeus tradicionalistas ainda seguem mais ou menos as formas antigas, mas os únicos seguidores realmente absolutos são hoje encontrados entre os ultra ortodoxos [...] (Conhecimento Judaico LI-Z, 1967, p. 650).

Afora as diferenças, permanecem como princípios básicos judaicos em relação à morte, o respeito ao morto e a consideração dos sentimentos dos vivos. Daí decorrem atitudes como a realização do funeral tão logo seja possível, vista como o respeito ao morto, com exceção se a morte ocorrer no *Shabat*, no *Yom Kippur* ou pela espera do retorno de um parente do falecido. Permanece o rito da *purificação* da pessoa falecida pois, segundo a tradição, o corpo chega puro ao mundo e assim deve voltar para a vida eterna; permanece como norma também a simplicidade com a mortalha do morto bem como o ataúde onde o corpo será colocado. Os rituais são respostas à crença da existência no ser humano de um corpo e de uma alma.

Para os judeus, na morte, a alma e o corpo, que formavam uma entidade, se separam. O corpo é enterrado e volta à matéria perdendo toda a sua conexão com a vitalidade. Já a alma é eterna, e se transfere deste mundo para o próximo, um mundo inteiramente espiritual. Essa transferência se dá por etapas: enquanto o corpo passa por um processo lento de decomposição essencial para a separação gradual entre o corpo e alma, a alma judaica passa por vários estágios de se desligando gradativamente deste mundo: primeiro a morte, depois o enterro, 3 dias após a morte, uma semana após a morte, 30 dias após a morte, 3 meses após a morte, 11 meses após a morte, e finalmente um ano após a morte. (JACOBUCCI, 2016).

As informações acima facilitam o entendimento do *Cemitério de Philippon*.

Situado no lote de nº 15, afastado 2 km da Fazenda Philippon, o cemitério encontra-se no entorno dos demais lotes da fazenda. Junto à entrada há uma pequena edificação onde, anteriormente, ocorria a *Tahara*, local da *cerimônia de purificação*, com a lavagem

do corpo e o preparo final para o enterro. São homens os que preparam os mortos do sexo masculino e mulheres para as do sexo feminino. Esta atividade é vista como uma grande bênção, uma *mitzvá*, um ato de caridade. Próximo ao portão de entrada, há uma torneira/lavatório onde os judeus, segundo a tradição, devem lavar as mãos depois dos sepultamentos. “De acordo com a crença hebreia, ao se lavar as mãos e a água permanecer cristalina, significa que a pessoa não derramou o sangue do falecido.” (VAINSENER, 2008). No cemitério de Philippson:

Os túmulos, num total de oitenta (sic), estão dispostos em três agrupamentos, seguindo os costumes religiosos judaicos de enterrar separadamente homens, mulheres e crianças, e o terreno onde se encontram possui área aproximada de 1200m². As lápides apresentam diversidade formal, desde as mais simples pedras de arenito com inscrições em língua hebraica (as mais antigas e representativas), até as mais elaboradas, mais recentes; e a singular característica de que a identificação do falecido se encontra no lado oposto ao seu corpo, na parte posterior da lápide. (IPHAE. CEMITÉRIO ISRAELITA DE PHILIPPSON).

Os túmulos são extremamente simples, não apresentam ornamentos ou alegorias, alguns trazem fotos do (a) falecido (a) e estas mostram típicos judeus da época com suas longas barbas e solidéus ou chapéus cobrindo as cabeças, enquanto as mulheres trazem lenços cobrindo os cabelos. Em algumas lápides está inscrito o nome do (a) falecido (a) em português.

Figura 4 – Exemplo de Lápide



O espírito do homem é a lâmpada do Senhor. Caiu a coroa da nossa cabeça. A água se divide dos nossos olhos, a nossa glória dos nossos filhos.

O Homem importante e bom para sua filha e reto, perseguidor de caridade, piedade e paz, querido em espírito

lehuda Arie Leib bem Irucham, a paz esteja com ele.

Faleceu 20 de Shvat 5672.

Que a abençoada memória fique ligada aos laços da vida eterna.

Tradução de Ari Oliczewski, Rabino da Sinagoga

Fonte: TripAdvisor.

Figura 5 – Exemplo de lápide



Homem importante e reto.
 Rabi Iehuda Leib ben Abraham
 Knijnik
 Faleceu 25 de Tishrei 5682
 Que a abençoada memória fique
 ligada aos laços da vida eterna.
 Tradução de Ari Oliczewski,
 Rabino da Sinagoga União
 Israelita Porto Alegreense.

Fonte: TripAdvisor.

Figura 6 – Exemplo de lápide feminina



Fonte: TripAdvisor.

Figura 7 – Lápides das crianças



Fonte: TripAdvisor

Certamente os colonos de Philippon obedeciam a lei judaica que explicita datas de visitas aos entes queridos, sendo uma delas nos dias “*lamim Noraim*”, em hebraico dias terríveis. Termo aplicado [aos dias entre] ano novo e o dia da expiação, quando, segundo a tradição judaica, todo o gênero humano coloca-se diante do divino trono para julgamento”. (ROTH, 1967, p. 620).

No cemitério há 84 túmulos e a sua primeira restauração ocorreu no ano de 1979, em comemoração ao 75º aniversário da chegada dos imigrantes judeus. Na ocasião foi inaugurada a placa abaixo:

Figura 8 – Placa comemorativa da restauração de 1979



Fonte: FIRS.

No ano de 1994 ocorreu o tombamento do campo santo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado/IPHAE.

PORTARIA Nº 36 / 94

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 90, inciso V, 221, inciso V, alíneas "d" e "e", e 222, e seus parágrafos, da Constituição Estadual, da Lei Estadual nº 7231, de 18 de dezembro de 1970, combinada com o Decreto Lei nº 23, de 30 de novembro de 1937, e considerando a necessidade de preservar integralmente o bem cultural denominado "Cemitério Israelita de Philipsson".

RESOLVE TOMBAR o conjunto de túmulos, a murada que o circunda e a respectiva fração de terra onde se assenta o referido bem; inserido em terras de propriedade de Cláudio Benjamin Steinbruch e Alegria Steinbruch Chachamowitz; matriculadas sob os nºs 45.760 da folha 227 do Livro 3-AV, 56.112 da folha 274 do Livro 3-BF, 56.702 da folha 118 do Livro 3-BG, 29.623 da folha 253 do Livro 3-AH, 33.054 da folha 148 do Livro 3-AK, 57.310 e 57.311 do Livro 2, 7.015 da folha 06 do Livro 3-F, 17.733 e 17.734 da folha 57 do Livro 3-S, 17.735 e 17.736 da folha 58 do Livro 3-S, 17.737 e 17.738 e 17.739 da folha 59 do livro nº 3-S, do Registro Geral, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Maria.

Os túmulos num total de 80 (oitenta) unidades estão dispostos em 3 (três) agrupamentos, e a fração de terra onde estes se assentam, possui área aproximada de 1200 (hum mil e duzentos) metros quadrados.

Este sítio passa a integrar o Patrimônio Cultural do Estado, ficando resguardado seu entorno definido como a área compreendida no interior de um círculo de raio igual a 150 (cento e cinquenta) metros a partir de seu epicentro.

Publique-se no Diário Oficial do Estado, ratifique-se e registre-se no Livro Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

Promova-se a averbação no Registro de Imóveis competente.

Porto Alegre, 26 de dezembro de 1994.

Mila Cauduro

Mila Cauduro
SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA
D.337676 - 38 - 28 de Dezembro

Fonte: IPHAE.

Em 1997 ocorreu outra reforma no cemitério de Philipsson.

Figura 9 – Placa da reinauguração do cemitério de Philipsson em 1997



Fonte: Koshermap.

Em 1º de abril de 2014, o IPHAE autoriza nova reforma. Abaixo, informações levantadas:

1. Histórico do cemitério de Philippson;
2. Informações do projeto e da obra a ser realizada a partir de normas e padrões de restauração do país.

Nome:

CEMITÉRIO ISRAELITA DE PHILIPPSON

Endereço: BR 158 km 302

Cidade: ITAARA

Proprietário Atual: Particular

Portaria: 36/94 de 26.12.1994

Número do Processo: 1707-1100-SEDAC.93/2

Número de inscrição do Livro Tombo: 81 - Livro Tombo Histórico

Data de inscrição no Livro Tombo: 28/12/1994

Data de Publicação em D.O. 28/12/1994

Responsável pela obra Sérgio Klinow Carvalho – ex presidente da Sociedade Beneficente Israelita de Santa Maria/SBISM

Empresa BK Engenharia

Investimento R\$ 500,00

Produtora Cultural Responsável Lúcia Silber

Os recursos para a reforma, iniciada em fevereiro de 2015, foram captados pela SBISM, junto à comunidade judaica, especialmente entre as famílias com parentes enterrados no cemitério de Philippson. Estiveram envolvidos neste processo a Confederação Israelita do Brasil/CONIB, a Federação Israelita do Rio Grande do Sul/FIRS, o Instituto Cultural Judaico Marc Chagall/ICJMC e as prefeituras de Santa Maria e de Itaara. A inauguração ocorreu em 19 de maio de 2016.

Figura 10 – Monumento em comemoração à restauração do cemitério de Philippon, reinaugurado em 2016



Fonte: TripAdvisor.

A edificação onde antigamente ocorria o preparo dos mortos para o enterro, atualmente tornou-se um museu. Neste espaço, encontram-se painéis que evocam a história da imigração judaica e da Fazenda Philippon, resultado de pesquisa realizada pelo ICJMC.

Em 1926, a ICA encerrou suas atividades em Philippon e os colonos tornaram-se totalmente independentes.

Parte das terras correspondentes à antiga fazenda Philippon são ainda propriedades de descendentes dos primeiros imigrantes e extensas áreas foram vendidas. Nelas foram construídas uma barragem hidrelétrica, uma estação balneária denominada Jardim da Serra, construída às margens de um lago artificial, além de um arsenal pertencente à Brigada Militar e ao Exército Nacional. Da antiga colônia, nada mais resta a não ser o cemitério que se encontra no interior da propriedade de descendentes dos pioneiros.

O cemitério da Fazenda/Colônia de Philippon deixa perguntas em aberto: quando ocorreu o primeiro sepultamento? Após a desativação da ICA, em Philippon, em 1926, ocorreram outros sepultamentos? Houve mortes por atentado à vida?

É responsável pela manutenção do Cemitério de Philippon, a Sociedade Beneficente Israelita de Santa Maria-SBISM (Telefone (55) 99107-3555), atualmente presidida pelo Bruno Seligman Menezes.

Estando o cemitério no interior das terras de descendentes de colonos, embora seja livre o ingresso através de uma servidão, pela sua localização torna-se difícil chegar ao

cemitério; uma forma de acesso seria contatar o caseiro/capataz da fazenda. No entanto, caso ele esteja ausente, esta forma também ficará difícil. A melhor maneira de chegar ao cemitério seria contatar a Sociedade acima identificada, pois, inclusive, abriria a possibilidade de um guia acompanhar o (a) interessado (a).

Referências

AGUIAR, Airan Milititsky. Palco para a vida: cemitério e identidade. In *Anais do IV Encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro: história, memória e identidade: 300 anos de nascimento de Antônio José da Silva, o judeu*. São Paulo, Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, p. 193-203, 2008.

ALEXANDER, Frida. *Filipson*. São Paulo: Fulgor, 1967.

AUSUBEL, Nathan. *Conhecimento Judaico: LI-Z*. v. 5. Rio de Janeiro: Tradição, 1967.

CEMITÉRIO ISRAELITA DE PHILIPPSON. Disponível em: <http://abre.ai/aEcb>. Acesso em 28 mai. 2019.

HEUFFEL, Evelyne. *Philippson: uma colônia judaica singular?* WeBMosaica, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 121-147. Jul.-Dez., 2012.

JACOBUCCI, Nazaré. O significado da morte e o processo de luto na visão do Judaísmo. Agosto, 2016. Disponível em: <http://abre.ai/aEcc>. Acesso em 28 mai. 2019.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. *Os herdeiros da Colônia Philippson: Trajetória de uma família de judeus imigrantes no Rio Grande do Sul*. São Paulo: All Print, 2015.

ROTH, Cecil. *Enciclopédia Judaica: E-L*. v. 2. Rio de Janeiro: Tradição, 1967.

SOIBELMANN, Guilherme. *Memórias de Philippson*. São Paulo: Campus, 1984.

VAINSENER, Semira Adler. *Enterro judeu*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://abre.ai/aEcd>. Acesso em 28 mai. 2019.

VERBA, Arão. *Resgatando a memória da primeira imigração judaica para o Brasil: Colônia Philippson – 1904*. Porto Alegre: Evangraf, 1997.

Sites

Cemitério Israelita Phillipson e Monumento Judaico – Itaara. Disponível em: <http://abre.ai/aEcf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

FEDERAÇÃO ISRAELITA DO RIO GRANDE DO SUL. *Solenidade marca entrega das obras de restauro do Cemitério de Philippson, patrimônio cultural do RS*. Disponível em: <http://abre.ai/aEcq>. Acesso em 28 mai. 2019.

KOSHERMAP. *FOTOS: Rabinos Viajam de Jato Particular em Missão de Visitar a Pequena Comunidade Israelita de Philippson no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://www.koshermap.com.br/pt/item/print.html?id=7970>. Acesso em: 28 mai. 2019.

LIVRO TOMBO E PROCESSO DE TOMBAMENTO. *CEMITÉRIO ISRAELITA DE PHILIPPSON*. Disponível em: <http://abre.ai/aEcj>. Acesso em: 28. mai. 2019.

ENTRE O LAR E O JAZIGO: UMA ETNOGRAFIA DO CEMITÉRIO DO ARAÇÁ/SP

Jade Gonçalves Roque¹

José Guilherme Cantor Magnani²

O Cemitério do Araçá é conhecido em São Paulo por ter se configurado, em sua fundação em 1887, como uma extensão do Cemitério da Consolação. Dada a lotação deste último, o Araçá foi a solução para a população de imigrantes que se estabelecia em São Paulo e que necessitava de um local para sepultar seus mortos à sua maneira. Tal maneira pela qual uma parte dos imigrantes procurou simbolizar a morte, neste Cemitério, pode ser destacada, em primeiro lugar, pela estética. Os jazigos, no Cemitério do Araçá, são peças notavelmente ecléticas, neste sentido. A junção de elementos provenientes de diversas tradições estéticas está presente, tanto ao se observar apenas um jazigo em toda sua completude unitária, quanto ao se ter uma vista panorâmica de vários deles de uma só vez. Alguns dos estilos incorporados pelos imigrantes parecem mesmo evocar suas tradições, advindas de outro tempo – passado – e outro espaço – suas terras de origem, misturadas a recursos mais modernos. Nem todas as comunidades de imigrantes, porém, são frequentemente representadas no Cemitério: nota-se uma frequência especial de famílias italianas, japonesas e árabes.³ Esta sobre-representação de algumas comunidades nos conduz a um recorte: os imigrantes que puderam requerer aquele espaço como uma extensão necessária do Cemitério da Consolação faziam parte de parcela específica deste grupo populacional, qual seja, aquela que poderia *comprar* uma concessão de terreno para ocupá-la.

Este ensaio baseia-se em diversas idas a campo ao Cemitério do Araçá,⁴ realizadas ao longo do segundo semestre do ano de 2018 e do primeiro semestre do ano de 2019. O objetivo aqui é utilizar a experiência etnográfica realizada no Cemitério para fazer algumas considerações acerca da presença de parcela da elite imigrante na cidade de São Paulo, principalmente no que diz respeito às formas de ocupar o espaço urbano. A discussão

¹ FFLCH da Universidade de São Paulo/USP. Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo/USP. São Paulo/RS.

² Professor orientador do trabalho apresentado - Departamento de Antropologia da USP, coordenador do LABNau - Laboratório de Antropologia Urbana da USP. São Paulo/SP.

³ Estas últimas foram identificadas pelas inscrições em língua árabe nas lápides, bem como pelas terminações de alguns sobrenomes caracteristicamente árabes. Contudo, não foi possível identificar os países exatos dos quais provinham algumas famílias; o resultado é que as classifiquemos genericamente como árabes nesse trabalho, apesar de estarmos cientes de que muitos dos árabes que vieram para a cidade de São Paulo eram sírios e libaneses: <https://bit.ly/383MUta>.

⁴ O endereço exato do Cemitério é o que segue: Av. Dr. Arnaldo, 666 - Cerqueira César.

proposta situa-se num escopo teórico devidamente consolidado no campo da Antropologia Urbana. Para tal, mobilizaremos trabalhos relativos à metodologia etnográfica em âmbito urbano, a saber: “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana” (MAGNANI, 2002) e “O (bom e velho) caderno de campo” (MAGNANI, 1997).

O Cemitério foi lido nesta pesquisa como um equipamento urbano. Dessa forma, delinear a relevância de um estudo etnográfico para pensar a cidade no século XXI constituiu uma importante questão para a produção deste ensaio. Em “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana” (MAGNANI, 2002), encontramos detalhada exposição de uma justificativa para o uso de um olhar etnográfico caracteristicamente imerso e detido para o estudo da cidade e suas formas de sociabilidade. A partir de um panorama discutindo diversas visões acerca da cidade – dentre elas, aquelas que tomam a cidade como espaço caótico relativamente inapreensível, bem como, por outro lado, aquelas que enxergam a cidade como espaço cada vez mais definido por lógicas de segregação –, o olhar etnográfico é evocado como contraponto. Para além de identificar uma lógica única que garanta a dinâmica de funcionamento das cidades, a etnografia permitiria enxergar múltiplos eixos alternativos de organização por meio dos quais a cidade se produz e reproduz. Esse olhar *de perto e de dentro* permitiria também a possibilidade de investigar de que maneira os ocupantes – habitantes e transeuntes – da cidade podem se configurar como produtores de comportamentos e modos de vida potencialmente dissociados daqueles prescritos pela lógica das cidades globais como peças exclusivamente econômicas.

Esse tipo de abordagem etnográfica carrega consigo algumas possibilidades e limites; em campo, foi possível delinear alguns desses últimos. A ausência quase completa de frequentadores no Cemitério em dias comuns, a tomada de nosso grupo de pesquisadores como jornalistas acarretando o recebimento de um grande número de reclamações em tom de denúncia, a impossibilidade de dar início a uma conversa com funcionários do Cemitério por um lado, e o pedido de supressão das informações que me foram concedidas, por outro, foram algumas características do campo que dificultaram o acesso à lógica de circulação própria daqueles que vêm ao Cemitério – aspecto de primeira importância para a abordagem etnográfica em âmbito urbano. De certa maneira, portanto, essas condições listadas impuseram alguns limites em nossa abordagem *de perto e de dentro*. Pudemos, como veremos na seção a seguir, exercitar este olhar a partir de outros recursos, a saber, nossa presença livre e não obrigatoriamente justificada naquele espaço, possibilitando o acompanhamento da cerimônia de velório de um policial, por exemplo.

Durante todo nosso percurso etnográfico pelo Cemitério – e, em dada ocasião, em

seus arredores – fizemos uso de um instrumento que, dado o desenvolvimento tecnológico contemporâneo e as ferramentas de pesquisa por ele disponibilizadas, merece rápida justificativa: o caderno de campo. Podemos encontrar em “O (velho e bom) caderno de campo” (MAGNANI, 1997) uma breve reflexão que pautou nossa relação com o instrumento durante a pesquisa. Essa relação caracteriza-se por tomar o caderno de campo não por um objeto que deve ser instrumentalizado para a pesquisa por causa de sua praticidade, mas sim, por uma produção textual que, apesar de carregar “uma certa conotação de ‘coisa de iniciante’” (MAGNANI, 1997, p. 3), é indispensável para o desenho posterior das teorias antropológicas, uma vez que permite ao antropólogo assumir a posição de aprendiz perante seu objeto, além de possibilitar uma espécie de intersecção entre o que Geertz chamou de *experience-near* e *experience-distant*. Essa intersecção temporal concretizada na forma das anotações no caderno de campo permite que o objeto analisado seja descrito a partir de uma bagagem exterior já formada, bem como que, durante a elaboração posterior da experiência etnográfica, possa-se consultar um resquício do que foi diretamente coletado e vivido naquela situação. Desta maneira, anexamos, transcrito na seção Apêndice deste trabalho, uma parcela representativa de um dos relatos de campo produzidos por intermédio de nossos cadernos de campo durante a pesquisa.

Um ponto-chave destacou-se quando de nossa abordagem etnográfica do Cemitério. Seu fio condutor começa quando da observação da organização interna de alguns jazigos – muitos deles – em forma de altar. Esses altares reproduziam, por sua vez, uma maneira de organização notadamente paralela ao lar familiar – e é sobretudo este aspecto que nos interessa neste ensaio –, tanto no que diz respeito às cortinas de renda, azulejos trabalhados artesanalmente, mesas, cadeiras, fotos de família, brinquedos e copos, quanto nos *significados* que emanavam das lápides que ali estavam instaladas. Os jazigos eram identificados, principalmente, pelo recurso do nome, utilizado em três variantes: i) o sobrenome da família, ii) o nome individual de um homem da família, e iii) o nome individual de um homem acompanhado de sua profissão. É importante notar que a profissão como acompanhante do nome identificador do jazigo qualifica este mesmo nome, e é notável que os outros membros sepultados no jazigo, porém que não dão a ele sua identificação principal, raramente são qualificados em termos do trabalho que exerceram em vida. A associação de profissão ao nome de mulheres enterradas naquele Cemitério era quase nula. Quando citada alguma característica da morta, era feita alusão ao seu papel no lar. Aqui se coloca uma questão sobre a memória, do ponto de vista do papel que em vida é socialmente valorizado para cada tipo de indivíduo: as mulheres da elite imigrante em São Paulo de fato não tinham profissão, não a exerciam de maneira notável ou apenas não

eram lembradas por isso? No que diz respeito ao papel dos atores em geral no lar, muitos dos jazigos que estão localizados naquele Cemitério representam uma continuidade desses papéis; as funções de cada elemento da família ficaram, mesmo, gravadas eternamente.

Essa continuidade lar-jazigo remeteu – a nível de especulação – a uma possível necessidade que o Cemitério atendeu de reproduzir, fora do ambiente da casa – ou, se preferirmos, para usar seu complementar nos termos de Roberto da Matta (1985), no ambiente da rua – um espaço que se assemelhasse à própria casa. Aqui, temos um ponto chave para a interpretação que tentamos empreender neste ensaio: a necessidade, para parte dos imigrantes emergentes no final do século XIX, de reproduzir nos ambientes da rua – ou, no espaço público – o ambiente do lar. Temos, com efeito, que as visitas a outras casas configuravam parte importante da rede de sociabilidade construída pelos imigrantes em São Paulo,⁵ o que nos leva a situar a importância da lógica doméstica para este grupo quando de sua ocupação da cidade. As lógicas familiares reproduzidas eternamente na forma dos jazigos-altares e nos nomes masculinos como títulos, acompanhados de suas profissões, parecem garantir o prolongamento e a legitimidade das regras de sociabilidade – fortemente pautadas pela vida doméstica – que orientam a formação e reprodução do espaço do Cemitério.

Hoje, contudo, essas regras parecem estar mais em risco do que outrora, pelo menos no que diz respeito à sua capacidade de produzir situações dotadas de forte significado. Cabe pontuar a conversa entre o que pareceu ser uma mãe e sua filha, lembrando a pessoa a quem estão visitando: “[...] ela veio no Dia dos Mortos; quis vir. Mal andava”. Esse comentário parece cumprir a função de justificar uma visita ao Cemitério que talvez tenha se mostrado mais vazia de sentido em relação ao que teria sido um dia para os antepassados. Se quem estava sendo visitada fez questão de vir ao Cemitério no Dia dos Mortos quando mal andava, passa a fazer mais sentido que, sadias, as mulheres tenham vindo honrar esta ocasião. Dessa maneira, recorrer ao sentido atribuído pelos antepassados à visita aos mortos, faz com que esta visita continue acontecendo, ainda que necessite de uma justificativa. Talvez, se mal pudessem andar, as mulheres não teriam

⁵ Em *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*, de Nicolau Sevcenko (1998), podemos encontrar alguma especificação das redes de sociabilidade no que diz respeito aos imigrantes. Nesse sentido, parte dos imigrantes parece ter recorrido a formas específicas de se imbuir da missão – tradicionalmente associada a algumas parcelas da elite urbana – de delimitar os espaços públicos e privados. Uma vez que suas casas tinham uma relação diferenciada com a rua, colocando-os em contato mais direto e imediato com esta última, os imigrantes ocuparam um local privilegiado no que diz respeito à mediação público-privado. Por um lado, por serem imigrantes, reproduziam formas de morar que remetiam às sociabilidades típicas dos vilarejos rurais europeus, ou seja, as janelas com contato direto com a rua, as rodas de conversa no ambiente externo da casa – que se tornou a calçada –, etc. Por outro lado, essa sociabilidade, que passava pelo ambiente da rua, se restringia, em alguma medida, à circulação doméstica, entre as casas de uma vizinhança, por exemplo.

vindo ao Cemitério, como o fez um dia a mulher a quem estavam visitando. Além do aparente esvaziamento de sentido que caracterizou essa ocasião, as constantes reclamações por parte tanto de funcionários quanto de frequentadores, indicando certo *abandono* do Cemitério, foram outra forma de identificar aquilo que tomamos como um reconhecimento de que algumas das regras de sociabilidade que o fundaram e que o preencheram já não se fazem mais presentes com tanto rigor. Ouvimos muitos comentários, quase unânimes, sobre como o Cemitério estava sujo e malcuidado. Uma vez que o Cemitério tem jazigos particulares, cujo cuidado está sob responsabilidade dividida entre quem concede o terreno (a Prefeitura de São Paulo) e funcionários autônomos (credenciados pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo) que devem ser contratados pelos próprios familiares, cabe o questionamento sobre quem deveria ser cobrado por este zelo esperado pelas famílias. Se um serviço pode ser feito pela contratação de funcionários autônomos, uma vez que os terrenos estão concedidos às famílias que compraram tal concessão, quais seriam os limites da responsabilidade da Prefeitura em relação a esses terrenos? As falas frequentes denotando a sujeira presente no Cemitério parecem carregar um pressuposto de que os túmulos e jazigos naquele Cemitério deveriam receber um tratamento mais ‘adequado’, que, contudo, não parece ser objetivamente levado a cabo por ninguém.

Dado o primeiro ponto colocado como resultado de nossa observação – qual seja, a continuidade lar-jazigo atrelada à sociabilidade caracterizada por orbitar, em grande medida, ao redor do ambiente doméstico – partimos para um outro, que tem mais a ver com nossas últimas colocações a respeito da crescente ausência, hoje, das regras que reproduziam esse tipo de sociabilidade. Parece haver, em curso, uma tentativa de estabelecer a regulamentação burocrática como um dos eixos de organização da vida social no Cemitério, talvez em reação à relativa dissolução da organização anterior. Logo na entrada do Cemitério, em minha primeira visita ao campo, me deparei com um aviso que pedia que fossem contratados somente serviços devidamente credenciados pela administração do Cemitério. Minha atenção se voltou, desde já, para este elemento típico de um espaço regulamentado – seja pelo setor privado, seja pelo Estado: avisos contendo recomendações de conduta. Esse aviso se mostrou, entretanto, notadamente desrespeitado quando de minha visita ao Cemitério no Dia de Finados de 2018. Nessa visita, muito atravessada pelo fato de se dar durante uma data comemorativa, vi uma dupla de jovens negros de mochila carregando itens de limpeza – eles não estavam credenciados –, acompanhados de um homem branco de meia-idade carregando, por sua vez, algumas flores. A presença destes trabalhadores se revelou massiva quando passei por um local no

qual há um portão que parece funcionar, neste dia, como uma espécie de entrada de serviço do Cemitério. Este local aglomerava diversos limpadores de túmulo, que conversavam sobre os caminhos percorridos pelo metrô de São Paulo – eles pareciam não morar na cidade. Ainda no sentido de observar as tentativas de regulamentação em jogo no espaço do Cemitério, cabe destacar a cerimônia de velório de um policial assistida por nosso grupo em certa ocasião. Ficaram explícitas as tentativas de controle praticadas naquele espaço, ainda que, sem muros, fosse permitido o acompanhamento da cerimônia por todos que estavam no local. Uma área legítima e uma área não-legítima puderam ser verificadas no que diz respeito ao público que estava assistindo à cerimônia, sendo os próprios policiais os encarregados de mediar a tensão que se colocou entre essas duas áreas⁶. Também nessa linha se encontra a dificuldade de acesso às informações e de conversa com os funcionários do local: durante uma visita, e ao consultar a possibilidade de realizar uma entrevista com a equipe de administração do Cemitério, descubro que é necessária uma autorização da assessoria de imprensa. A despeito dessa negativa, engato uma conversa com o funcionário que me levou até o local da administração – um coveiro. O funcionário, contudo, realizou um pedido explícito para que não fosse revelado o conteúdo da conversa – nem sob pseudônimo –, que durou aproximadamente quarenta minutos e versou, em uma palavra, sobre a rotina de trabalho no espaço do Cemitério.

Finalmente, o Cemitério parece representar a mudança de uma cidade que se caracteriza cada vez mais por ter sua regulamentação não se reportando mais a regras de sociabilidade domésticas, tais como aquelas que um dia configuraram o cerne da vida social entre parte dos imigrantes da cidade de São Paulo. No caso desses imigrantes, sua vida social foi, em algum momento, bastante pautada pela circulação entre ambientes domésticos, o que fez com que, no que diz respeito à sua circulação em espaços públicos – tais como o Cemitério –, houvesse uma tentativa de habitar os espaços seguindo uma lógica também, de certa forma, doméstica. O espaço do Cemitério se configurou, dessa maneira, como um dos locais públicos nos quais a presença da sociabilidade doméstica de parcela dos imigrantes se fez notar.

Hoje, detectada uma mudança das bases para a regulamentação da vida social no Cemitério, arriscamos colocar como hipótese para tal, além da mudança da organização urbana de maneira geral, a modificação no modo pelo qual parcela da população que outrora foi imigrante encara a morte de um dos seus. Talvez a cremação represente, em toda sua assepsia, a forma padrão pela qual cada vez mais os membros do que antes

⁶ Para o relato completo sobre esta ocasião, consultar o apêndice deste ensaio.

constituiu parte da população imigrante de São Paulo procuram se despedir de seus correlatos: de maneira limpa, segura, e cada vez mais privada e anônima, em detrimento daquela que também funcionava como uma tentativa de dominar o espaço público por meio de uma lógica doméstica – tentativa essa que parece, como vimos, ter encontrado seu limite.

Referências

DA MATTA, R. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MAGNANI, J. O. *O (velho e bom) caderno de campo*. *Sexta Feira*, São Paulo, n. 1, maio de 1997. Disponível em: http://www.usp.br/revistasexta/ed_01.html. Acesso em dez. 2018.

MAGNANI, J. O. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

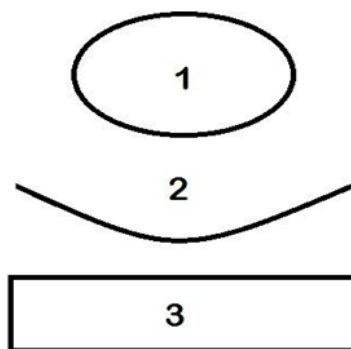
Apêndice

Segue, neste apêndice, trecho de relato de campo produzido em uma das visitas ao Cemitério. O trecho foi escolhido por ser bastante representativo de alguns dos aspectos observados etnograficamente no que diz respeito ao Cemitério do Araçá, especialmente, as novas lógicas de regulamentação que o atravessam, em detrimento das lógicas domésticas de outrora.

Relato de Campo – Cemitério do Araçá em 2 de novembro de 2018: *a marginalidade do Cemitério e as tensões durante o velório de um policial militar*

A intensa movimentação de policiais militares, por mim observada quando da minha chegada ao Cemitério, se reportava, como descobri posteriormente conversando com o grupo [com quem realizaria o campo neste dia], a um velório de um policial militar, que havia, segundo o discurso ali evocado, “morrido em treinamento”. Por volta das 15h30 da tarde, passamos em frente ao Mausoléu da Polícia Militar existente no Cemitério, local no qual aconteceria uma cerimônia em homenagem ao policial morto.

Decidimos acompanhar a tal cerimônia e aguardamos durante longo tempo seu começo. Neste ínterim, uma aglomeração foi se configurando ao redor do mausoléu, resultando na formação expressa pelo diagrama ao lado.



A área 1 do diagrama corresponde à área oficial na qual ocorria a cerimônia. Lá estavam policiais, familiares e amigos do falecido, além do caixão com o corpo no centro. A área consiste no próprio mausoléu da Polícia Militar. A área 2 corresponde a uma das ruas do Cemitério, ocupada pela parte legítima da aglomeração que acompanhava a cerimônia. A parte 3 era constituída por jazigos, e nela estavam eu e alguns de meus colegas apoiados ou sentados sobre os jazigos, bem como algumas senhoras e, mais atrás de nós, um grupo de góticos e mulheres que trabalhavam naquele dia limpando os jazigos (não-credenciadas). A verificação dos limites entre a área legítima e a área não-legítima da aglomeração se deu a partir de uma cena na qual um policial avisou a uma senhora branca – por sua vez sentada sobre um dos jazigos em forma de paralelepípedo que marcavam a fronteira entre a área 2 (rua) e 3 (jazigos) no diagrama –, pouco antes da cerimônia começar, que uma saraivada de tiros de festim aconteceria e que, por serem tiros cerimoniais, não seriam motivo para susto. O aviso foi dirigido indiretamente a mim, aos meus colegas e às outras senhoras que também ocupavam o espaço 3 – direção esta manifesta por meio de um olhar vago e gestos manuais, que pareciam querer circular a fala que estava sendo pronunciada diretamente a uma só pessoa para uma área mais ampla. Contudo, estes gestos não manifestaram uma movimentação tão ampla a ponto de chegar até a área ocupada pelo grupo de mulheres limpadoras, que se colocavam acima do policial e do resto dos ocupantes do espaço 3 ao subir e ficar em pé sobre os jazigos. A elas, o aviso não foi dirigido nem de maneira direta, nem de maneira indireta ou vaga. Ele certamente não foi dirigido. A pressuposição de que a saraivada de tiros poderia assustar a senhora ao nosso lado marcou, de acordo com a análise que empreendo neste relato, a legitimidade de um espaço e de uma presença, bem como a não-legitimidade de outro espaço e de outras presenças. Mais tarde, quando a saraivada tomou lugar durante a cerimônia, uma das limpadoras reagiu à cena espetacularizando-a aos gritos: “Você perdeu, [nome que não entendi]! Os tiros de fuzil!”. A partir de então, a cerimônia transcorre varada por uma tensão que se manifestava em forma de curtos diálogos entre a

“marginalidade” do evento e os policiais. Uma senhora negra em pé sobre um jazigo falava alto, sem interrupções, algumas palavras ininteligíveis. A conversa que se seguiu aos gritos de uma das mulheres sobre os tiros de fuzil também transcorria em voz alta. Essas manifestações foram repreendidas verbalmente por alguns policiais. Quando alguns deles saem da área do velório, marcando a aproximação do fim da cerimônia, uma das limpadoras fala, do alto do jazigo em que estava em pé: “É só isso?” e, ignorada, continua: “Ei, moço, psiu! Eles não pode falar (sic)? Ué, aí eles não vêm mais? Tá indo embora?”. Estes curtos diálogos são notados, em toda sua tensão, pelos outros colegas que me acompanhavam. Vamos em direção à saída do cemitério e encontramos alguns limpadores de túmulo, com os quais engatamos uma breve conversa sobre a dinâmica do trabalho. O fim da experiência em campo, naquele dia, é marcado, para mim, pela constatação das tensões entre aquilo que se configurou como uma “marginalidade” e uma “legitimidade” durante a cerimônia da Polícia Militar, bem como pelo compartilhamento da experiência de desconforto em ocupar aquele Cemitério. O receio de “não ser levada a sério como pesquisadora”, naquele espaço, como o manifestei para meus colegas, estava, como depois o percebi, relacionado ao fato de notar que as mulheres ali ficaram eternizadas em seu papel relativo à família; não há qualquer menção à profissão que exerceram. Não há qualquer nome feminino que dê nome a um mausoléu. A regra social ali pressuposta causou certa confusão no que diz respeito à percepção que eu mesma fazia de minha presença ali. Com este misto de desconforto e compreensão, deixo o Cemitério, ansiando por voltar para uma conversa com os funcionários do local – tarefa ainda não empreendida por mim neste trabalho.

OS MARMORISTAS ITALIANOS EM PORTO ALEGRE A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DE LEONE DOMENICO LONARDI E SUAS REDES DE RELACIONAMENTO (1865-1961)

Regina Zimmermann Guilherme¹

Quando Leone Lonardi chegou a Porto Alegre, em dezembro de 1927, já havia na cidade um mercado da escultura, desde a chegada de Adriano Pittanti, em 1868. A preferência por escultores italianos é evidente. Apesar da presença de alguns escultores espanhóis, como Ayona e Corona, e alemães, como João Vicente Friederichs, Jacob Aloys Friederichs e Alfred Adloff, o número de marmoristas italianos que teve relevância artística é notadamente maior do que de outras etnias.

Além disso, mesmo a Casa Aloys, do alemão Jacob Aloys Friederichs, buscava a mão-de-obra dos artistas italianos para o seu atelier. Nas listas de funcionários da Casa Aloys, de 1914 e 1919, encontradas no acervo da empresa,² cerca de 40% dos sobrenomes são italianos. Não há referências a respeito das funções que exerciam e sobre a nacionalidade deles. É possível que muitos fossem operários, como canteiros ou pedreiros, que assumiam a parte mais bruta do trabalho do mármore. Sobre alguns deles temos outras referências, como Leonildo Sartori que aparece no histórico da Casa Aloys como contramestre, e Armando Cusinato que aparece no livro ponto da Marmoraria Lonardi, como canteiro e marmorista. O referido histórico mostra que Angelo Giusti, também foi contramestre da Casa Aloys, entre os anos de 1898 e 1901 (Histórico da Casa Aloys, 1950). Nesta marmoraria trabalharam também, como escultores, os italianos ou descendentes, Oreste Gemigniani, entre 1894 e 1898 e João Parussini, entre 1904 e 1908. Sabemos que também havia muitos operários portugueses trabalhando nas marmorarias de Porto Alegre. Entretanto, nenhum deles teve destaque como escultor. Os portugueses têm longa tradição de cantaria. No histórico, consta que em 1903 o mestre Aloys viajou para a cidade de Carrara, na Itália – a metrópole do mármore, como é referida no histórico – “a fim de conseguir vantagens econômicas com a importação de mármore bruto e de esculturas” (Histórico da Casa Aloys, 1950).

Como já foi dito, o primeiro escultor italiano a chegar ao Rio Grande do Sul foi Adriano Pittanti. Segundo Athos Damasceno, Pittanti chegou em 1868. No começo de 1869 instalou sua oficina de mármore em Porto Alegre, na Rua do Rosário, 35. Walter Faé considera que a boa qualidade dos retratos feitos por Pittanti & Cia. justificava a exposição das obras

¹ Graduada em História/PUCRS e Mestre em História/PUCRS. Porto Alegre/RS.

² Acervo da Casa Aloys, Arquivo Delphos, Biblioteca da PUCRS.

na Galeria de Arte da Exposição Brasileiro-Alemã, em 1881 (FAÉ, 1975. p. 150-151). Entre 1884 e 1885, o atelier Pittanti & Cia produziu a primeira escultura pública de Porto Alegre, a estátua do Conde de Porto Alegre. Segundo Clóvis de Oliveira, o monumento foi inaugurado pela Princesa Isabel, em 2 de fevereiro de 1885, na Praça da Matriz. (OLIVEIRA, 1993. p. 201). Damasceno diz que devido ao seu grande sucesso, o escultor transferiu seu atelier para um local mais amplo e melhor na Rua da Praia.

Em 1871, chegaria Carlo Fossati. Segundo Faé, o escultor-marmorista Carlos Fossati³ nasceu em de julho de 1844, em Turim, Piemonte (FAÉ, 1975. p. 163). Damasceno conta que o artista estudou no famoso liceu da sua cidade natal, onde fez cursos de desenho, concluindo-os com distinção. Segundo Faé, Fossati foi um mestre generoso e eficiente, tendo distribuído lições a muitos operários, transformando-os em profissionais competentes. Sabemos que antes de 1900, Fossati possuía sua própria oficina, pois o jornal *A Federação* anunciou sua mudança de endereço, para a Rua dos Andradas, a mesma da oficina de Pittanti.⁴

A última alusão ao nome de Fossati que encontrei nos jornais foi em 1913, quando este fez parte do grupo de construtores da base para o monumento (pedestal, placas com inscrições, símbolos, etc.) em memória a José e Anita Garibaldi, de Porto Alegre. As peças do monumento, que pesavam 29 toneladas, chegaram da Itália no vapor *Pyrius*, da *Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro*. Da construção participaram também Pedro Bonotto, Paulo Paganini, Alexandre Piccini, Nicola Muccillo, e Julio Pizza.⁵ Segundo Faé, Fossati era extremamente modesto, não se preocupava em assinar as obras, o que dificulta a identificação. No entanto, “sabe-se que era um artista consumado e que entre os próprios colegas e concorrentes desfrutava de alto conceito e consideração muito significativa”. O escultor costumava trabalhar em silêncio no seu atelier, no início na Rua dos Andradas, depois, na Rua General Câmara, e, por fim, na Rua Voluntários da Pátria, onde permaneceu até 1920, ano em que, “já velho, e cansado, dá por encerrada suas atividades, recolhendo-se à vida íntima” (FAÉ, 1975. p. 163-164).

Carlos Fossati morreu em Porto Alegre, em 21 de agosto de 1928 – coincidentemente, no mesmo mês em que Lonardi estabeleceu sua empresa na cidade. Deixou obras na ornamentação de edifícios, locais públicos e privados e nos cemitérios. Dentre as obras por ele realizadas, de que temos notícias: um medalhão com o perfil de Caldas Junior, fundido posteriormente em bronze e colocado no túmulo do conhecido

³ Carlos Fossati, nome abreviado de Carlo Fossati.

⁴ Jornal *A Federação*, 17.08.1900, p. 3.

⁵ Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 20.05.1913, p. 3.

jornalista, e os quatro leões de mármore que guarnecem as escadarias laterais do Palácio da Prefeitura Municipal.

Dois irmãos de Adriano Pittanti também eram escultores, porém pouco se sabe sobre eles. Tomei conhecimento da existência de Angelo Pittanti por sua nota de falecimento, em 1886, em Novo Hamburgo. A nota diz que ele era estabelecido com oficina de mármore nesta capital.⁶ Sobre Domenico Pittanti, Athos Damasceno refere que quando Adriano Pittanti se instalou à Rua da Praia, em 1872, tinha seu irmão Domenico como seu colaborador (DAMASCENO, 1971, p. 161).

José Obino foi construtor e proprietário de uma importante oficina de mármore de Porto Alegre do século XIX. Entretanto, não encontrei comprovação de que ele fosse marmorista. Segundo Carlos Alberto Santos, José Obino migrou primeiramente para o Uruguai, com seus pais e irmãos menores, aos 26 anos de idade, em 1861. Para Damasceno, neste mesmo ano, Obino se instalou em Bagé, onde permaneceu até 1867, quando se mudou para Porto Alegre (SANTOS, 2010, p. 2596). Em 1877, instalou uma bem equipada oficina de marmoraria, à Rua dos Andradas,⁷ e a cuja direção dedicou boa parte de seu tempo, até falecer, em 1879, aos 44 anos. A firma continuou funcionando com seus artistas e aprendizes, conservando o nome José Obino no frontispício das oficinas. Damasceno não soube precisar quantos foram os sucessores, entretanto, diz que Egisto Girolami assumiu a casa em 1897. E que outro sucessor foi o italiano Rainieri Fortini, que chegou da Argélia no final do século XIX e ali exercia suas atividades (DAMASCENO, 1971, p. 156-158).

Sobre Egisto Girolami, o primeiro contato que tive com seu nome foi pesquisando nos jornais do século XIX. Teria nascido, portanto, entre 1842 e 1843. Recorrendo à bibliografia, encontrei poucas informações, em Athos Damasceno e Walter Faè. Segundo Damasceno, o marmorista italiano trabalhou “como simples prático” de marmoraria nas oficinas de José Obino Sucessores, a partir de 1870. Segundo o autor, não era um grande talento, mas depois de muitos anos de ofício, em 1897, assumiu o comando da Casa Obino que realizava uma grande variedade de trabalhos do ramo, tanto em mármore como em cimento e barro.

Apesar do seu conhecimento artístico e sua segurança no manejo das ferramentas do ofício, teria se limitado ao ornamentalismo. Encaminhava a outras marmorarias ou outros profissionais as obras que exigiam maior responsabilidade, confiadas às suas oficinas. Encarregava-se da montagem dos trabalhos artísticos, que apareciam com a etiqueta de

⁶ Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 20.07.1886, p. 3.

⁷Jornal *Correio da Tarde*, Porto Alegre, 28.12.1877, p. 3.

Obino e Sucessores. Comumente as oficinas de mármore colocavam suas etiquetas nas obras, sem mencionar os nomes dos artistas. Um dos artistas que aceitou encomendas da Casa Obino, como de outras oficinas, foi Carlo Fossati. Segundo Damasceno, Egisto Girolami contribuiu para o bom conceito das oficinas de mármore da época e se esforçou para não ficar aquém de seus concorrentes. As especialidades da firma eram as obras que se destinavam aos cemitérios. Os sucessores de Obino se encarregavam de quaisquer trabalhos, tanto em mármore como em cimento e barro, produzindo pinhas, jarras, pirâmides, vasos, estatuetas, globos, cornucópias, cornijas, frisos, cartelas e molduras, além de chafarizes, pilastras, pérgolas e balaústres para jardins e praças públicas (DAMASCENO, 1971, p. 420-421).

E em 1900 transferiu a oficina de mármore Egisto Girolami Sucessor de José Obino, da Rua dos Andradas, 203, para em frente ao portão do Cemitério da Santa Casa.⁸ O cemitério da Santa Casa foi fundado em 1850. Os trabalhos para a abertura da Estrada do Cemitério iniciaram em 1848.⁹ Egisto parece ter sido o primeiro de muitos marmoristas que se instalaram na Estrada do Cemitério, mais tarde Lomba do Cemitério, hoje Avenida Professor Oscar Pereira. Egisto Girolami faleceu em 01 de fevereiro de 1909, aos 73 anos.

Outro marmorista pouco conhecido foi Ghiringhelli. Stella Borges encontrou registros de 1889 sobre Angelo Ghiringhelli e Paulo Ghiringhelli (BORGES, 1993, p. 59). A autora encontrou também um registro de Ghiringhelli entre as cinco pequenas fábricas de artigos de mármore pertencentes a italianos, em Porto Alegre, em 1916 (BORGES, 1993, p.64). Este sobrenome aparecerá em alguns anúncios, ao longo do meu estudo, sempre em sociedades com outros marmoristas.

Por volta de 1892, chegou a Porto Alegre Rainieri Fortini. Segundo Damasceno, Fortini nasceu em Carrara, na Itália, em 1848, e era filho de família acostumada à exploração e manufatura do mármore de Carrara. No Brasil, trabalhou na decoração em mármore do Teatro Municipal do Rio de Janeiro e na restauração da Igreja Candelária, na mesma cidade. Quando chegou a Porto Alegre, Fortini começou a operar nas oficinas de Egisto Girolami, como ornamentador. Mas seria como canteiro que se destacaria em Porto Alegre, pela utilização do grés rio-grandense em obras de arte – material naquela época de nenhum uso em trabalhos desse gênero. Foi o primeiro a verificar a excelência do grés gaúcho que pesquisou por ordem do governo, empregando os mesmos processos utilizados em Carrara. Rainieri faleceu em 1911, aos 63 anos de idade.

⁸ Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 26.03.1900, p. 4.

⁹ *Catálogo de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre; 1846-1855*; v. IX. Porto Alegre: EU; Porto Alegre, 1999, p. 61 e 76.

Uma das marmorarias em funcionamento no início do século XX, em Porto Alegre, pertencia a Hugo Girolami, filho de Egisto Girolami. Entretanto, não encontrei registro de esculturas em seu nome. Era um assíduo frequentador de enterros. Seu nome aparece nas listas de presentes nos enterros de várias personalidades de destaque da época. Provavelmente, esta era uma forma de Hugo lembrar a família do morto de que poderiam dispor de seus préstimos na construção dos mausoléus e monumentos fúnebres. Mas, aos 29 anos de idade, Hugo se fez presente em um último enterro, o seu. Após velejar com amigos, se jogou do barco para nadar e morreu afogado no Guaíba. Segundo a matéria que relata o desastre, em detalhes, Hugo era de nacionalidade italiana e possuía oficina de mármore à Rua Azenha, próximo à Lomba do Cemitério.¹⁰ Se Athos Damasceno estava correto ao dizer que Egisto chegou a Porto Alegre em 1870, onde se casou em 1871, Hugo nascera no Brasil, porém teria optado pela nacionalidade italiana.

Em 1902, João Vicente Friederichs contratou o escultor italiano Frederico Pellarin que trabalhou na Argentina antes de vir para Porto Alegre. Segundo Doberstein, Pellarin era formado em Milão, Veneza e Roma. Formou-se na Escola de Belas Artes de Veneza e recebeu um prêmio na Real Academia de Roma. Em 1903, Pellarin modelou o busto póstumo de Julio de Castilhos destinado ao clube homônimo (DOBERSTEIN, 2002, p. 66). E de acordo com Corona, o escultor moldou em gesso a máscara mortuária de Castilhos, usada por Décio Villares para modelar a cabeça do monumento funerário (CORONA, 1957, p. 251). Para Doberstein, foi um desafio para Pellarin, pois “serviu-se apenas da fotografia” do político.

Mais tarde, por recomendação deste, João Vicente Friederichs contratou Luiz Sanguin em Buenos Aires (DOBERSTEIN, 2002, p. 66). Segundo Arnaldo Doberstein, Luiz Sanguin nasceu em 28 de março de 1877, na localidade de Cantanaro, Itália. Formou-se pelo Régio Instituto de Belas-Artes de Veneza, onde estudou entre 1888 e 1896. Frequentou também a Escola de Desenho e Artes Plásticas de Pádua, antes de embarcar para Buenos Aires, onde trabalhou por algum tempo (DOBERSTEIN, 2002, p. 101). Segundo Bellomo, Luiz Sanguin trabalhou nos ateliers mais importantes de Porto Alegre, sendo autor da Ressureição Lázara, que está no Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre, e do Cristo sentado no cemitério de Dom Pedrito. No início da década de 1920, Sanguin desaparece das fontes. Não encontrei referências de obras dele deste período. Seu nome ressurgiu na década de 1930 nos livros caixas da Marmoraria Lonardi & Teixeira Ltda., como um prestador de serviços. Ele faleceu em 1949 (BELLOMO, 2008, p. 30).

¹⁰ Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 10.12.1914, p. 5.

Quando Leone Lonardi fundou sua firma, em 1928, a Marmoraria Lonardi & Teixeira, uma das suas maiores concorrentes, provavelmente, a segunda depois da Casa Aloys, foi a marmoraria José Floriani Filho, fundada em 1908, segundo Harry Bellomo. Segundo o autor, José Floriani era filho de italianos, nascido em Pelotas, e fundou a firma com seu nome aos 21 anos de idade. Realizando trabalhos de mármore e granito, a empresa se expandiu rapidamente, atendendo encomendas para edifícios e mausoléus, assim como artefatos e estátuas funerárias. O escultor espanhol André Arjonas foi um dos escultores desta marmoraria (BELLOMO, 2008, p. 27).

Em 1912 e 1913 chegaram da Itália os irmãos Aman e Ferrucci Piattelli ou Amance e Ferruccio (nomes traduzidos para o português). Segundo Harry Bellomo, em 1921 eles fundaram a firma Irmãos Piattelli, especializada em granitos. Produziram alguns dos monumentos funerários mais importantes no estado, como as capelas das famílias Sá Berthe e Mathias Velho. Trabalharam nesta empresa: os escultores André Arjonas, Antonio Caringi, Luiz Sanguin e Alfred Adloff. (BELLOMO, 2008, p. 27). O jornal *Correio do Povo* de 6 de agosto de 1926 veiculava que os Piattelli Irmãos concorrerem à Exposição-Feira Internacional de Roma, com um mostruário de granito polido dos arredores da capital. Em uma caixa, exposta na vitrine do jornal, era possível observar vinte e quatro qualidades de granito. A matéria salienta que os Irmãos Piattelli tiveram seu estabelecimento premiado em vários concursos.¹¹

Em 1921, surge a famosa “A Graniteira”, a firma Irmãos De Angeli. Segundo Bellomo, Natale De Angeli fundou a firma juntamente com seus filhos Ghino e Alfredo que, após a morte do pai, em 1940, teriam assumido a empresa. Bellomo conta também que Sanguin, Adloff e Arjonas trabalharam para De Angeli e que a empresa produziu algumas das colunas da Catedral, o pórtico da Biblioteca Pública, alguns trabalhos no Palácio Piratini e vários monumentos fúnebres, entre tantos outros trabalhos (BELLOMO, 2008, p. 27). O busto do professor Inácio Montanha, de bronze, de Luiz Sanguin, teria sido produzido nas oficinas dos Irmãos De Angeli.¹² Em 1955, os De Angeli encerraram as atividades (BELLOMO, 2008, p. 27). Não foram encontrados outros dados biográficos de Natale e seus filhos.

Outro nome ligado à empresa de Leone Lonardi, a Marmoraria Lonardi & Teixeira, desde a sua fundação, foi o de Higyno Bertanha. Nos primeiros meses de funcionamento, aparecem nos livros caixas, alguns pagamentos de serviços à Bertanha, de valores consideravelmente altos. Entre julho de 1930 e fevereiro de 1931, a empresa pagou

¹¹ Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06.08.1926 p. 4.

¹² Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 26.06.1935, p. 6.

vultosas quantias à H. Berthanha, A. Farias e Cia. Não encontrei nenhum registro a respeito desta empresa, na imprensa ou na bibliografia. Mais tarde, surge a marmoraria Bertanha & Keller. Segundo Bellomo, esta firma foi fundada em 1933, por Alberto Keller, nascido em Caxias, em 1883, e falecido em 1962. Encontrei anúncios da empresa Bertanha, Keller & Cia no *Almanak Laemmert*, a partir de 1935.¹³ Segundo Julio Lonardi, que conheceu Alberto Keller, apesar do sobrenome alemão, esta família veio da região, então italiana, do Tirol. A empresa se dedicou ao ramo de mármore e granitos.

Os documentos da Marmoraria Lonardi apontam o nome de um escultor quase desconhecido no Rio Grande do Sul – Bottari. O nome deste artista é uma incógnita. A única referência bibliográfica que encontrei a seu respeito é uma observação de Arnoldo Doberstein que também pesquisou nos livros da Marmoraria Lonardi & Teixeira. O autor aponta que a Pietá do mausoléu da família Moura foi executada por Bottari, em 1934, quando este trabalhava para a marmoraria Lonardi, por 800\$000 (DOBERSTEIN, 2011, p. 284). Porém, no livro caixa de 1934, no dia 29 de maio, a Marmoraria Lonardi & Teixeira pagou ao Bottari 2.500\$000 pela execução do grupo piedade (Pietá), um valor bem acima da média dos trabalhos pagos pela marmoraria por outros trabalhos de escultores. Não encontrei a referência de que a aludida Pietá seria a mesma do túmulo da família Sebastião Moura.

No livro caixa de 1934 aparece, entre outros trabalhos menores de Bottari, um pagamento também vultoso de 800\$000, por um “grupo”, referindo-se ao grupo escultórico. Em um rascunho no final do livro ponto de 1933, com a lista de vales recebidos pelo escultor, aparece o nome Benjamin Bottari. Com estas poucas informações sobre o escultor, parti para uma busca no arquivo público e nos jornais, sem êxito. Na busca aos registros de imigração, no site *familysearch*, encontrei dois registros com o nome Benjamin Bottari. O primeiro, no censo dos EUA, de 1930, na Filadélfia, Pensilvânia, o registro de residência de um Benjamin Bottari, nascido na Itália em 1893 e imigrado em 1912. É importante observar que o nome Benjamin é muito utilizado nos Estados Unidos, mas não é comum entre os italianos. Porém, os imigrantes costumavam traduzir ou adaptar seus primeiros nomes para a língua local. Benjamin seria a versão em inglês para o nome italiano Beniamino. Considerando que Leone Lonardi esteve na Filadélfia em 1923, e se instalou na casa de imigrantes italianos, e que a mobilidade era comum a estes imigrantes qualificados, é possível imaginar que este seja o mesmo Benjamin Bottari que esteve em Porto Alegre em 1934, e que talvez tenha conhecido Leone, nos Estados Unidos.

¹³ *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, 1935, p. 1082.

O segundo registro que encontrei traz mais indícios de que possa se tratar do Bottari da Marmoraria Lonardi. O registro de estrangeiros, de 1941, de Benjamin Bottari, escultor, não tem data de nascimento e estado civil, apenas nacionalidade, nomes dos pais, profissão e o endereço, em São Paulo. Verificando o endereço no *google maps*, observa-se que fica há poucas quadras de um grande cemitério de São Paulo, o Cemitério Quarta Parada. É importante lembrar que os marmoristas costumavam instalar suas oficinas proximamente aos cemitérios. Revisando o livro caixa de 1933, encontrei um registro com o nome de Valente Bottari, no mês de março. Em nova busca, encontrei o registro de estrangeiros de Valente Bottari e seu filho Renato Bottari, os dois também escultores. Pela paternidade, foi possível perceber que Benjamin e Valente eram irmãos. Pelos registros da Marmoraria Lonardi, Teixeira & Cia, sabemos que os irmãos Benjamin e Valente Bottari estiveram em Porto Alegre. nos anos de 1933 e 1934.

Um marmorista que trabalhou por muito tempo para a Marmoraria Lonardi & Teixeira foi Sylvio Giusti, tanto como empregado, como prestador de serviços por encomenda. Em 1934, Giusti trabalhou para a Marmoraria Lonardi & Teixeira, produzindo capitéis para a Catedral Metropolitana. No livro ponto de 1931 e 1932, da Marmoraria Lonardi & Teixeira, consta o nome de Sylvio Giusti, que segundo Julio Lonardi era canteiro. Segundo Harry Bellomo, Sylvio Michelotti Giusti, nasceu em Lucca, na Itália, em 1896. Produziu inúmeros trabalhos para os cemitérios, como: um Cristo abençoando e uma figura da Justiça tendo aos pés um leão, para o cemitério São Miguel e Almas; um Cristo abençoando Lázaro e a cortina de mármore que veda a porta do mausoléu, da família Coelho de Sousa, para o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Sylvio Giusti faleceu em 1970.¹⁴

Nas curtas biografias dos marmoristas italianos que, de alguma forma, se relacionaram com Leone Lonardi fica evidente a existência de um fluxo migratório que, em certa medida, alterou o comportamento dos porto-alegrenses, inserindo e ampliando o gosto pelas esculturas. A maior difusão da escultura italiana no Brasil se deu, seguramente, através da arte funerária, seguida da escultura facadista.¹⁵

Analisando a atuação dos escultores contemporâneos de Leone Lonardi em Porto Alegre, observa-se uma predominância de marmoristas e escultores italianos. Nota-se a preferência por estes profissionais, mesmo entre os operários, canteiros e pedreiros. Devido a grande mobilidade dos imigrantes qualificados, muitas vezes, eles eram procurados em países vizinhos, como Uruguai e Argentina. Para tanto, eram acionadas as

¹⁴ BELLOMO, Harry Rodrigues. A produção da estatuária funerária no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade e ideologia*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 30.

¹⁵ Escultura produzida para as fachadas de edifícios.

redes sociais destes imigrantes.

A preocupação com a manutenção das redes sociais fica evidente, por exemplo, no convite de Pellarin a Sanguin para trabalhar em Porto Alegre; na intensa participação de Giuseppe Floriani junto à colônia italiana, o consulado e à embaixada; na constante presença dos Irmãos De Angeli e de Higyno Bertanha nos negócios da Marmoraria Lonardi e nos longos anos de trabalho de Sylvio Giusti para a mesma marmoraria. Por fim, deste estudo emerge um nome quase desconhecido, Bottari, que pode suscitar novas e interessantes pesquisas.

Referências

- BELLOMO, Harry Rodrigues. A produção da estatuária funerária no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade e ideologia*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993.
- Catálogo de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre; 1846-1855*; v. IX. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1999.
- CORONA, Fernando. 50 anos de formas plásticas e seus autores. In: BECKER, Klaus. *Enciclopédia Rio-grandense*. Canoas: Editora Regional Ltda., 1957.
- DAMASCENO, Athos. *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. S/d, 1971.
- DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuária e Ideologia*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: ed. da Cidade; Letra e Vida, 2011.
- DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuários, Catolicismo e Gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- FAÉ, Walter José. *Italianos no Rio Grande do Sul: 1875-1975*. Americana, SP: FOCAM, 1975.
- Histórico da Casa Aloys: indústria do mármore, granito e bronze - noticiário semanal*, 1950.
- OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. 2. ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Construtores e artífices Italianos no ecletismo do sul do Rio Grande do Sul: 1870-1931. In: SAMPAP: *19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de Artes Plásticas "Entre Territórios"* – 20 a 25/09/2010. Cachoeira/Bahia – Brasil.

Fontes da imprensa

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). 1891 a 1940.

Jornal *A Federação*, Porto Alegre.

Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre.

Jornal *Correio da Tarde*, Porto Alegre.

ARTE FUNERÁRIA E A GALVANOPLASTIA: HISTÓRIA-PRESENTE E FUTURO

Lucas Stéphano Viegas¹

Alexia Oberdieck²

Jane Zoppas Ferreira³

Introdução

Objetos culturais podem, com o tempo, deteriorar-se naturalmente. Entretanto, além desta deterioração natural, há a contribuição de agentes externos como poluição e vandalismo. Mas, o envelhecimento dos objetos culturais pode apresentar qualidade se as condições externas forem favoráveis e a manutenção periódica. Porém, com a atual tendência à negligência de alguns destes itens, muitas vezes devido ao custo de manutenção, estes objetos podem ser encontrados em estágio avançado de deterioração.

Como objetos culturais entende-se todo artefato que apresenta um significado individual dado pelo homem, como construções, monumentos e esculturas que podem ser naturais ou fabricadas. Estes itens trazem consigo um valor agregado oriundo da sua história e representatividade e também pelos métodos de fabricação aplicados, que variam conforme a cultura, tecnologia e objetivo do item. Em esculturas podem ser identificados diversos métodos de fabricação, como modelagem, fundição, soldagem, e aqui, destaca-se a galvanoplastia. Esta que é uma técnica de produção ou reprodução de um objeto a partir de um molde cuja superfície é revestida com metais através do processo de eletrodeposição.⁴ Ao final do processo de deposição, o filme metálico pode ser removido do molde tornando-se assim um objeto autônomo, galvanoplásticos ociosos, ou permanecer sobre o modelo, galvanoplásticos de núcleo.⁵ Nas esculturas com núcleo, a camada de metal é usualmente menos espessa, poucos milímetros, pois o núcleo é responsável pelas características mecânicas e sustentação da obra. Os galvanoplásticos ociosos, por sua vez, necessitam uma camada de cobre mais espessa, pois as características mecânicas são as do

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

⁴ SOLE, M.J. *Electroforming: Methods, Materials and Merchandise*, Minerals, Metals and Materials, v. 1.46, p. 29-35, 1994.

⁵ CANITZ, C. F. Von. Galvanoplastik – eine kunstindustrielle Fertigungstechnik und ihre Produkte dargestellt am Beispiel der Grabplastik des ausgehenden 19. und Friedrich-Universität Bamberg, o. J. Beginnenden 20. Jahrhunderts. In: *Deutschland*, Dissertação de Mestrado.

metal depositado. Devido as diferentes espessuras dos depósitos, o tempo de fabricação pode variar de horas a dias e com isto a produção em mais de uma etapa de deposição.^{6 7}

Através da análise metalográfica de seções transversais do metal eletrodepositado é possível definir as características de fabricação empregadas⁸ como quantidade de etapas de eletrodeposição, espessura do filme e com isso a origem da peça, sendo que formato de grãos em agulha permite afirmar que as peças são produzidas por eletrodeposição. Pela direção do crescimento dos cristais também pode distinguir se a amostra é de uma escultura galvanoplástica oca ou de núcleo. Em um galvanoplástico de núcleo, os cristais crescem do interior da figura em direção à superfície, enquanto em um galvanoplástico oco é o oposto. Os cristais crescem da superfície em direção ao interior e somente a última camada fina de acabamento apresenta grãos em direção contrária. As estátuas produzidas pela WMF⁹ por exemplo, apresentam três camadas de cobre eletrodepositado:

- A primeira camada visa cobrir toda superfície do modelo. Para checagem da cobertura, a peça era retirada do banho e, com isso, o crescimento dos grãos finalizado. Durante o período de tempo que a peça era analisada fora da solução ácida, a superfície sofria processo de oxidação, formando assim uma linha de demarcação visível em microscopia ótica. Nesta etapa, toda imperfeição era reparada por escovação e a peça retornava para o banho. Esta primeira camada apresenta espessura média de 100 µm.
- A segunda camada de cobre era responsável por determinar a espessura total da peça. Após a eletrodeposição da segunda camada, caso fosse formado por mais de um pedaço, a figura era retirada do banho e as partes soldadas. Após a solda, toda a superfície era retrabalhada como um todo por escovação e lixamento e reinserida no banho.
- Por fim, uma terceira camada era eletrodepositada para cobrir possíveis soldas e imperfeições geradas, apresentando também espessura média de 100 µm.

A Figura 1 traz a metalografia feita em peça produzidas pela WMF, onde é possível observar as três regiões descritas.

⁶ Manuscrito do ex-funcionário da WMF Sr. Lehle, Editora Gruber, 1999.

⁷ Manuscrito de Otto Mörike, 1935.

⁸ SIEVERTS, A.; WIPPELMANN, W. Die Struktur des elektrolytisch abgeschiedenen Kupfers. In: *Zeitschrift für organische Chemie*, Bd.91, Leipzig 1915.

⁹ MEIßNER, B.; DOKTOR, A.; MACH, M. *Bronze - und Galvanoplastik. Geschichte-Materialanalyse-Restaurierung*, Arbeitsheft 5, Landesamt für Denkmalpflege Sachsen, Landesamt für Denkmalpflege Sachsen-Anhalt, Dresden, 2000.

Figura 1 – Metalografia de peça produzida pela WMF, onde são observadas três camadas de depósito¹⁰



Fonte: acervo dos autores.

Desde o início da produção no século XIX, a galvanoplastia foi utilizada para a criação de itens da arte funerária, como anjos e adornos de sepulturas¹¹. Porém, devido às dificuldades de restauro destes itens e, muitas vezes, devido ao abandono das sepulturas,¹² estas estátuas podem se encontrar sem manutenção e estado de conservação precário.

Em Porto Alegre/Brasil está localizado o cemitério da Santa Casa de Misericórdia, o mais antigo da cidade, criado em 1850, que conta com um acervo de mais de 200 esculturas e centenas de pequenos adornos^{13 14}. Nestas esculturas são encontradas deteriorações do envelhecimento natural, mas também partes quebradas e faltantes devido a agentes externos.

Com o objetivo de salvaguardar a arte e a tecnologia empregada para a fabricação da estatuária produzida em galvanoplastia que se encontra no cemitério da Santa Casa,

¹⁰ Ibidem.

¹¹ KRÄMER, O. P.; WEINER, R., FETT, M.. Die Geschichte der Galvanotechnik; Schriftenreihe Galvanotechnik, Saulgau 1959.

¹² MCGEOUGH, J.A.; LEU, M.C.; RAJURKA, K.P.; SILVA, A.K.M. De; LIU, Q. Electroforming Process and Application to Micro/Macro Manufacturing, CIRP Annals, 2001.

¹³ ARAÚJO, T. N. de. Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

¹⁴ BELLOMO, H. R. (Org.). Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade e ideologia. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

realizou-se a caracterização do estado de conservação e do método de fabricação das estátuas.

Materiais

A fim de determinar o número de estátuas presentes no cemitério da Santa Casa, materiais e métodos empregados na fabricação e o estado de conservação da estatuária foi realizado o mapeamento do cemitério. Devido ao elevado número de elementos metálicos e a extensão do cemitério (aprox. 170 x 350 m), foi estudada a seção do cemitério com maior densidade de túmulos com estátuas, seção esta que teve o uso iniciado nos anos 20 do século XX. Através da foto aérea do cemitério, figura 2, foi possível observar o padrão de localização dos jazigos, e, conforme a nomenclatura utilizada pela administração da Santa Casa dividiu-se a área em “ruas” e “avenidas”, e os jazigos sendo então as “casas”.

Na Figura 2, a área total do cemitério está representada pelo retângulo vermelho. À direita, no ponto amarelo, localiza-se a entrada principal, e a região com maior densidade de jazigos ornamentados está na área indicada em azul.

Figura 2 – Vista área do cemitério da Santa Casa (retângulo vermelho), com demarcação da área estudada (retângulo azul)



Fonte: *Google Maps*

O levantamento dos materiais empregados na fabricação dos itens graves foi voltado para as esculturas metálicas, excluindo assim a análise das estátuas em pedra e mármore. A análise química foi realizada utilizando a fluorescência de raios-x (FRX), para determinar

a composição das ligas, e o método de fabricação foi determinado a partir da metalografia de amostras retiradas das estátuas. Foi possível, também, determinar os materiais e métodos empregados através dos defeitos encontrados, como partes quebradas e faltantes.

A análise metalográfica se deu a fim de caracterizar a microestrutura, podendo assim confirmar os métodos de produção. As amostras foram embutidas a quente com baquelite, lixadas em lixas de granulometria 200, 400, 600, 800 e 1000 e polidas com pasta de diamante. O ataque químico foi realizado com solução de 50% de ácido nítrico e tempo de ataque de 10 s e a análise foi realizada em microscópio ótico.

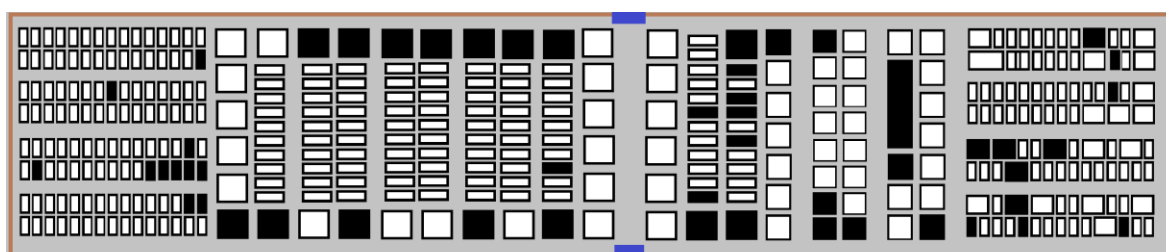
Foi realizada análise visual à vista desarmada, dos principais danos na estatuária. Os danos foram divididos em dois principais grupos: agentes externos (partes faltantes e quebradas) e internos (defeitos de fabricação e instalação).

Após a separação da estatuaria em grupos, conforme material e método de produção, foram selecionadas duas estátuas produzidas por galvanoplastia para remoção de amostras. Estas duas estátuas têm em comum, partes quebradas ou faltantes, pois desta forma amostras puderam ser retiradas das regiões com danos prévios, visando não realizar intervenções que pudessem danificar a estrutura ou a superfície de forma significativa.

Resultados e discussão

O mapeamento da área estudada está apresentado na Figura 3. Nesta representação da área de 30 por 130 m, em cinza estão as ruas e a avenida principal, e os jazigos são representados através dos retângulos. Devido ao número elevado de ornamentos e decorações, selecionaram-se apenas esculturas com uma das dimensões superior a 1 m. Os 52 jazigos com esculturas dentro do escopo estão preenchidos em preto na imagem 3.

**Figura 3 – Representação da área mapeada do cemitério.
Em preto os jazigos com estátuas com uma dimensão superior a 1 m**



Fonte: acervo dos autores.

Através da análise visual, foram contabilizadas 17 estátuas produzidas em pedra e 35 em metal. A Figura 4 exibe o exemplo de uma figura em pedra, enquanto a Figura 5 um exemplar de escultura em metal.

Figura 4 – Exemplo de estátua produzida em pedra



Fonte: acervo dos autores.

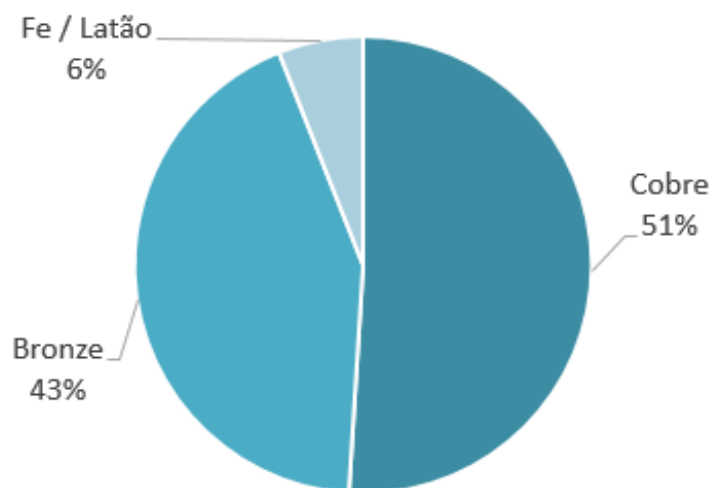
Figura 5 – Exemplo de escultura metálica



Fonte: acervo dos autores.

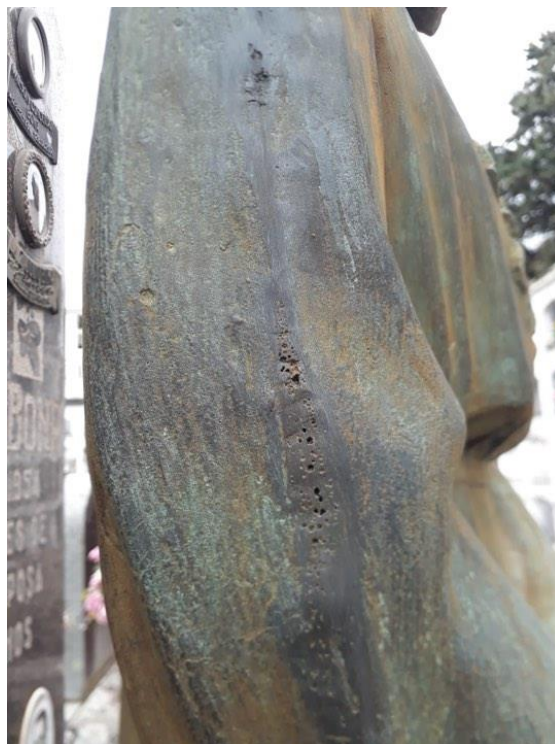
A análise por FRX das esculturas metálicas apresentou cinco principais grupos semelhantes em composição química: 99% cobre, bronze estanho e bronze alumínio, latão (Cu/Zn) e ferro (Fe- Si), dispersos conforme o Gráfico 1. As ligas de bronze e ferro, ligas frágeis, são usualmente fundidas para dar forma à escultura e através da análise superficial foram observados os poros de resfriamento do metal, Figura 6.

Gráfico 1 – Dispersão da composição química para as estátuas metálicas



Fonte: produção dos autores.

Figura 6 – Detalhe dos poros de resfriamento em peça fundida



Fonte: acervo dos autores.

Em algumas figuras pode-se observar a assinatura da empresa fabricante, como é o exemplo da Figura 7, onde lê-se: “Atelier de Arte e Galvanoplastia Warstate & Ely Noffmann 320”, e, no segundo exemplo, da Figura 8, “Warstat & Ely Unicos galvanoplastas Porto Alegre”. Ambas as estátuas assinadas apresentaram composição de 99% de cobre, confirmando assim a produção através da galvanoplastia.

Figura 7 – Detalhe da assinatura do fabricante nas bases das estátuas



Fonte: acervo dos autores.

Figura 8 – Detalhe da assinatura do fabricante nas bases das estátuas



Fonte: acervo dos autores.

Geralmente encontrado em figuras expostas às intempéries, o acúmulo de água em esculturas é uma falha de design usual. Observou-se figuras, cujo design favorece este acúmulo formando pequenos reservatórios. Estes foram avaliados enquanto secos e foi possível observar diversos produtos de corrosão em diferentes cores, indicando corrosão do núcleo, da camada de cobre e também alterações na pátina original. A Figura 9 traz o exemplo de uma estátua, que apresenta quatro cópias no cemitério, onde há acúmulo de água.

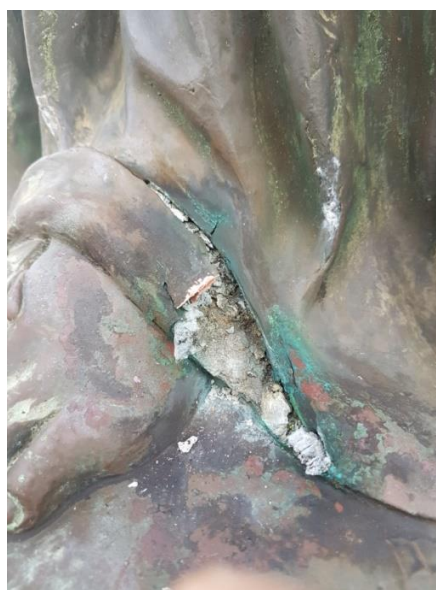
Figura 9 – Detalhe de acúmulo de água em representação de Pietá



Fonte: acervo dos autores.

Diversas estátuas dispostas sobre os jazigos foram fixadas com o emprego de cimento, método bastante usual para o período em que foram instaladas. Porém, este método não é recomendando para instalação, pois o cimento, por ser um material higroscópico, pode elevar a umidade no interior das estátuas, facilitando, assim, processos corrosivos, como se confirmou ao observar esculturas com filme de cobre rompido e com exposição do cimento interno. Nestes casos, uma intervenção de restauro visando à remoção do cimento e reinstalação com suportes metálicos vê-se necessária, pois o processo de deterioração é irreversível nestes casos. A Figura 10 apresenta o exemplo de região, onde o metal rompeu devido a pressões internas expondo o material fixador. Desta região danificada foi removida um pequeno corpo de prova para análise metalográfica (estátua 1).

Figura 10 – Detalhe do filme metálico rompido com a exposição do cimento da fixação



Fonte: acervo dos autores.

Outro caso de má instalação com cimento foi o encontrado no jazigo exposto na Figura 11. É possível observar por comparação com a Figura 12 que houve soterramento da região das pernas da figura. Devido à diferença de aeração, frestas entre o cimento e o metal e acúmulo de água foram encontradas em diversos pontos com processos avançados de corrosão.

Figura 11 – Escultura com fração coberta com concreto



Fonte: acervo dos autores.

Figura 12 – Figura semelhante com instalação correta



Fonte: acervo dos autores.

Foi possível observar, também, partes faltantes na estatuária, bem como de adornos dos jazigos. As Figuras 13 e 14 representam esculturas com partes faltantes. Da região próxima aos joelhos da figura de Jesus, da figura 14, foram removidas amostras da camada depositadas e do núcleo para análise metalográfica (estátua 2).

Figuras 13 e 14 – Detalhe de esculturas com partes faltantes



Fonte: acervo dos autores.



Fonte: acervo dos autores.

Foi possível observar que as estátuas que apresentam partes faltantes são, em sua maioria, estátuas produzidas por galvanoplastia. Isto possivelmente se deve a ação de ladrões que visando roubar itens em bronze (que apresentam elevado valor no mercado paralelo) apanam erroneamente pedaços das estátuas galvanoplásticas, uma vez que estas possuem menores resistências mecânicas, comparadas às de bronze, mas com características superfícies semelhantes, como a pátina em tom verde.

Observaram-se, principalmente em figuras galvanoplásticas, problemas devido à soldagem das partes constituintes das obras. É possível observar o desfolhamento das camadas de cobre nestas regiões, possivelmente devido a fragilidade da fina espessura de cobre depositado sobre a solda (geralmente de 100 μm). A Figura 15 é um exemplo, onde é possível observar o núcleo em chumbo da estátua devido ao desfolhamento na região de solda.

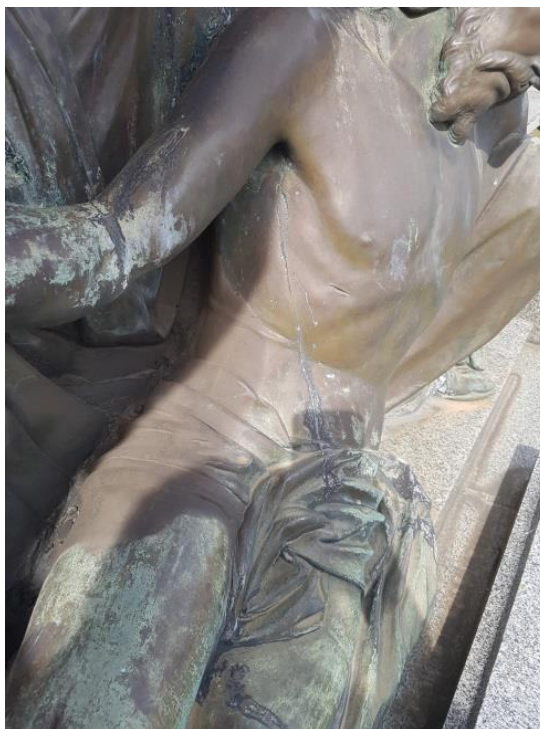
Figura 15 – Detalhe do deslocamento em região de solda



Fonte: acervo dos autores.

A Figura 16, por sua vez, apresenta a linha de solda na região da barriga da imagem. Ainda em estágio inicial de deterioração, observa-se óxido branco, possivelmente do núcleo.

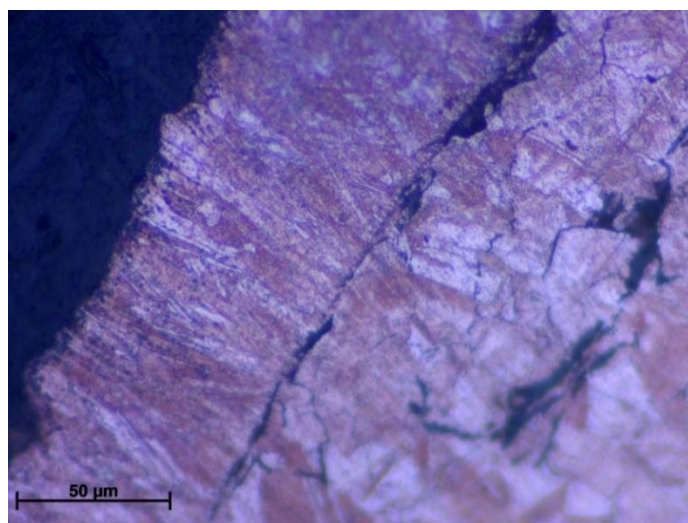
Figura 16 – Detalhe da linha de solda na região da barriga e costelas



Fonte: acervo dos autores.

A Figura 17 traz o detalhe da primeira camada de depósito da escultura 1. Nesta imagem é possível observar a linha de divisória entre as etapas de produção da escultura: à direita região mais amorfa da camada mais espessa; e à esquerda os grãos em formato de agulha. Pode ser visto também pelo formato em “V” dos grãos, que o crescimento se deu da camada mais amorfa para a superfície exterior. Na região da superfície pode-se observar a presença dos produtos de corrosão da pátina e da corrosão natural através das diferentes cores dos produtos formados.

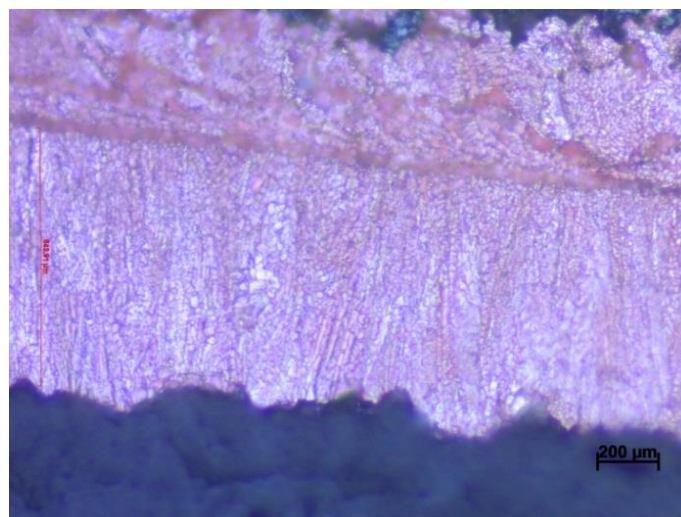
Figura 17 – Análise da seção transversal da escultura 1 revela característica da produção.



Fonte: acervo dos autores.

A Figura 18 traz a análise da seção transversais da pele de cobre da estátua 2. Assim como na análise do filme da estátua 1, pode-se observar o crescimento dos grãos do seio da amostra para a superfície.

Figura 18 – Análise da seção transversal da escultura 1 revela característica da produção



Fonte: acervo dos autores.

Conclusão

Como as estátuas produzidas na Europa, as estátuas produzidas em Porto Alegre/Brasil apresentam semelhante estrutura dos filmes de cobre eletrodepositado. Observou-se o mesmo padrão de filmes finos, como primeira e última camada, e filmes

espessos entre os extremos a fim de aumentar a espessura do filme. Os principais defeitos encontrados nas figuras graves europeias foram encontrados nas esculturas da Santa Casa, como rompimento devido a pressões internas e deslocamento em regiões de linha de solda.

A principal diferença encontrada nas esculturas está na confecção do modelo/núcleo. Enquanto na Europa os modelos eram habitualmente produzidos com gesso e materiais de borracha, as figuras aqui encontradas no cemitério da Santa Casa apresentam camadas de chumbo na sua estrutura.

Referências

ARAÚJO, T. N. de. *Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BELLOMO, H. R. (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade e ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CANITZ, C. F. Von. Galvanoplastik – eine kunstindustrielle Fertigungstechnik und ihre Produkte dargestellt am Beispiel der Grabplastik des ausgehenden 19. und Friedrich-Universität Bamberg, o. J. beginnenden 20. Jahrhunderts. In: *Deutschland*, Dissertação de Mestrado.

KRÄMER, O. P.; WEINER, R., FETT, M.. *Die Geschichte der Galvanotechnik*; Schriftenreihe Galvanotechnik, Saulgau 1959.

MCGEOUGH, J.A.; LEU, M.C.; RAJURKA, K.P.; SILVA, A.K.M. De; LIU, Q. *Electroforming Process and Application to Micro/Macro Manufacturing*, CIRP Annals, 2001.

MEIßNER, B.; DOKTOR, A.; MACH, M. Bronze - und Galvanoplastik. Geschichte - Materialanalyse-Restaurierung, Arbeitsheft 5, Landesamt für Denkmalpflege Sachsen, Landesamt für Denkmalpflege Sachsen-Anhalt, Dresden, 2000.

SIEVERTS, A.; Wippelmann, W. Die Struktur des elektrolytisch abgeschiedenen Kupfers. In: *Zeitschrift für organische Chemie*, Bd.91, Leipzig 1915.

SOLE, M.J. *Electroforming: Methods, Materials and Merchandise*, Minerals, Metals and Materials, v. 1.46:29-35, 1994.

Fontes

Manuscrito do ex-funcionário da WMF Sr. Lehle, Editora Gruber, 1999.

Manuscrito de Otto Mörike, 1935.

SIMBOLOGIAS CEMITERIAIS

SÍMBOLO ENVENENADO: UMA SUÁSTICA NO CEMITÉRIO SÃO MIGUEL DA CIDADE DE GOIÁS/GO (1936)

Frederico Tadeu Gondim¹

Maria Elizia Borges²

O Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás

A criação do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás foi resultado de um discurso higienista que percorreu o Brasil durante o século XIX e que, dentre outras medidas, retirou os mortos das igrejas e os levou para os cemitérios na periferia das cidades. No caso da antiga capital, a ideia de um cemitério extramuros já havia sido proposta à Assembleia Legislativa de Goyaz por meio de relatório elaborado pelo presidente substituto da província, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, e apresentado em 1º de junho de 1842, justificando que os cadáveres enterrados próximos ao campo da forca estavam sendo revirados por animais, liberando o odor de sua putrefação (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986).

A inauguração do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás só ocorreu, porém, em agosto de 1858 (BORGES, 2005), permanecendo a instituição por mais de seis décadas a cargo do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara; este, por sua vez, vinculado à Igreja. Em 1925, o cemitério passou a ser administrado pelo município, embora sua secularização não representasse um rompimento com o caráter religioso ali instituído pela recorrência de cruzes, crucifixos, imagens sacras, anjos, monogramas de Cristo, entre outros elementos cristãos presentes na decoração tumular.

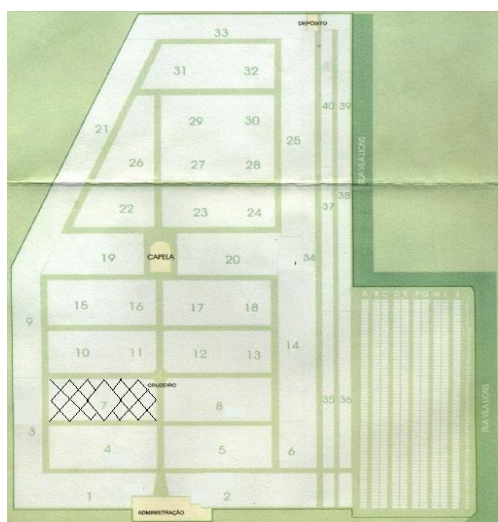
Os cemitérios convencionais do século XIX, como é o caso do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás, reproduziam uma concepção urbanística, contando com vias, alamedas e quadras numeradas, e os sepultamentos possuíam também um número próprio perpétuo, de modo que, nesse contexto que Ariès chamou de “cidade dos mortos” (ARIÈS, 2014, p. 675), era possível localizar o falecido por seu endereço. Dentro dessa proposta, que se apresenta como um reflexo especular da cidade dos vivos, o Cemitério São Miguel conta atualmente com 40 quadras resultantes de diversas ampliações, cobrindo uma área total de 20.734 m² (BORGES, 2017).

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia/GO.

² Professora orientadora do trabalho apresentado - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora do CNPq. Goiânia/GO.

Minha pesquisa nesse cemitério teve início em 2017, quando localizei na quadra 7 (Figura 1) uma lápide peculiar. Presente no túmulo de número perpétuo 314, é atribuída a um austríaco falecido na Cidade de Goiás em 1936, aos 33 anos de idade, e além dos dizeres afetuosos “Aqui descança nosso João Jessl”, traz inscrita em sua porção inferior uma suástica (Figura 2), símbolo que hoje causa estranhamento em vista da ressignificação promovida pelos nazistas – estabelecendo a princípio um choque com a realidade sagrada ao redor – mas que deve ser pensado em sua temporalidade, uma vez que se trata de um símbolo milenar no passado dos povos indo-europeus (GONDIM, 2017).

Figura 1 – Planta atual do Cemitério São Miguel com localização da quadra 7 em destaque.



Fonte: Adaptado de BORGES, 2005.

Figura 2 – Lápide com suástica em sua porção inferior, 1936



Fonte: GONDIM, 2019.

Para símbolo, utiliza-se aqui a definição de Geertz (2008) que se reporta a formas concretas que carregam consigo conotações que estão além dessa dimensão imediata e dizem respeito a crenças, juízos, ideias compartilhadas por grupos; por isso mesmo, pensar símbolos exige sua devida contextualização.

Novos sentidos nada louváveis

O termo “suástica” tem sua origem no sânscrito e, de acordo com Dumoutier (1885, p. 329 apud WILSON, 1896, p. 769, tradução nossa), pode ser decomposto da seguinte forma: “Su, radical, que significa *bom, bem, excelente*, ou *suvitas*¹, prosperidade. *Asti*,

¹ O termo sânscrito “suvita” traduz-se em prosperidade, ou caminho próspero, bem-estar, fortuna. Fonte: Sanskrit Dictionary. Disponível em: www.sanskritdictionary.com/suvita/16832/2. Acesso em: 06 jun. 2019.

terceira pessoa singular, indicativo do presente do verbo *as*, ser, que é *sum* em Latim. *Ka*, sufixo que forma o substantivo”. Traduz-se, desse modo, em um anúncio de bem-estar, bons auspícios. Outros nomes tais quais *croix gammée*, *gammadion* ou *flyfot* foram usados para o símbolo ao longo de uma série de pesquisas a seu respeito até o final do século XIX, conforme evidencia a catalogação desses trabalhos², organizada pelo curador do Departamento de Antropologia Pré-Histórica do Instituto Smithsonian, nos Estados Unidos, Thomas Wilson; porém o termo em sânscrito é o que passou a ser mais frequentemente empregado para se referir ao símbolo (WILSON, 1896).

Ressaltar o esforço catalográfico de Thomas Wilson é pertinente por duas razões: em primeiro lugar, permite pensar a suástica enquanto símbolo milenar no passado dos povos indo-europeus, por meio de imagens que reproduzem uma grande variedade de artefatos nos quais ela ocorreu – aqui são mostrados apenas dois exemplos (Figuras 3 e 4) – com as datas mais recuadas atribuídas à Idade do Bronze. Vale dizer, ainda nesse aspecto, que embora a ênfase recaia sobre o passado dos povos indo-europeus, em função de um maior número de ocorrências provirem desses contextos, as suásticas levantadas até o século XIX apareciam em outros contextos como África e América.

3 – Pente com suástica. Encontrado na região da Escandinávia e atribuído à Idade do Bronze



Fonte: WILSON, 1896.

Figura 4 – Estatueta de terracota com inscrições da suástica. Encontrada no Chipre



Fonte: WILSON, 1896.

A obra é importante também por destacar um ponto problemático nos estudos feitos sobre a suástica, e o resultado dessa controvérsia será ressaltado mais adiante. Trata-se das tentativas de interpretação da suástica a partir de suas várias ocorrências. Wilson (1896) arrola uma série de interpretações conflitantes, que ora pensam a suástica associada a outros símbolos presentes nos artefatos – ela é então símbolo do sol, do fogo,

² Trata-se do trabalho “The Swastika, The Earliest Known Symbol, And Its Migrations: With Observations on the Migration of Certain Industries in Prehistoric Times”, organizado em 1894, publicado dois anos mais tarde, e que atualmente encontra-se disponível em domínio público.

da lua, de deuses e assim por diante – ora em razão de sua orientação, seja para a direita (sentido horário) ou para a esquerda (sentido anti-horário), o que aos olhos de alguns teóricos a vincularia a elementos duais como, por exemplo, os princípios masculino e feminino. Desse imbróglio, nem mesmo o autor escapa. Ao sugerir que nenhum dos pesquisadores apresentava, a seu ver, uma argumentação consistente para embasar a respectiva interpretação, arrisca, por fim, que, independentemente dos significados que a suástica possa ter tido no passado, é seu caráter ornamental que se destaca. Importante acrescentar que, para além dessas interpretações, havia aqueles como Lang (1884) que nem mesmo consideravam a suástica imbuída de um caráter simbólico, descrevendo-a como mero elemento decorativo.

Para Quinn (1994), esse dissenso interpretativo favoreceu o que ele chama de um desenraizamento do símbolo de seus contextos e significados originais e uma apropriação por teóricos raciais, levando à conferência de novos sentidos. Entender esse processo demanda uma contextualização, pois vem de encontro a um redimensionamento de outro conceito – o do “ariano” – com a elaboração de um referente inexistente, em um momento em que a própria Alemanha se reconfigurava social e politicamente. Nesse cenário, um acontecimento caiu como uma luva para a vinculação da suástica à “raça ariana”: a escavação do sítio arqueológico de Hissarlik, na Turquia, pelo arqueólogo alemão Heinrich Schliemann.

É precisamente no século XVIII que Motadel (2013) localiza uma retomada do termo “ariano” por pesquisadores interessados nos textos persas e indianos bem como na obra sagrada védica. Além disso, ganhavam destaque também estudos linguísticos que buscavam pensar os povos indo-europeus a partir de familiaridades entre o sânscrito, o persa e as línguas greco-latinas, sendo em tal cenário que o termo “ariano” ganhou uma nova dimensão a partir das ideias alimentadas em grande parte por pesquisadores alemães a respeito de uma antiga comunidade (*Volk*) que teria compartilhado, entre outros elementos culturais, uma mesma língua no passado. Ainda segundo o autor, o filósofo alemão Friedrich Schlegel sugeriu já no início do século XIX que os ancestrais germânicos teriam vindo da Ásia, fomentando o mito da migração de um povo ariano primordial.

É importante perceber como se operou a construção de um referente imaginado – quando arianistas passam a falar em uma “raça ariana” – principalmente a partir de um debate linguístico, o qual, apropriado por esses teóricos raciais, ganhou uma conotação biológica. Motadel (2013) destaca que, a esse discurso, somaram-se aqueles de homens influentes como Christian Lassen (discípulo de Schlegel) e do aristocrata francês Arthur de Gobineau, que insistiam em um antagonismo entre arianos – descritos como nobres,

criativos – e semitas – um termo empregado genericamente, à época, para englobar judeus e árabes, com ênfase nos primeiros – vistos como conturbados e egoístas.

As décadas finais do século XIX representaram um momento emblemático na Alemanha – e propício para o discurso arianista –, pois, com o início do Império Alemão em 1871, criaram-se as condições para o que Hobsbawm (2008, p. 286) chamou de uma invenção de tradições, mobilizando uma “variedade de referências, indo desde a mitologia e folclore [...], passando pelos estereótipos simplificados das charges, até a definição da nação em termos de seus inimigos.”

Nesse mesmo período, mais especificamente entre 1870 e 1890, o arqueólogo alemão Heinrich Schliemann conduziu as escavações do sítio arqueológico de Hissarlik, situado na Turquia e atribuído à mítica Troia. Embora o trabalho de Schliemann seja alvo de críticas até os dias atuais, seja por seus métodos de escavação pouco preocupados com o rigor científico, seja por sua abordagem irresponsável dos textos tradicionais das mitologias homérica e védica, os quais ele passa a vincular ao mito ariano em voga (EASTON, 1998; QUINN, 1994), o fato é que Schliemann acabou por encontrar em Hissarlik um grande número de objetos nos quais foram inscritas formas que lembravam àquela da suástica já conhecida da Índia, e, em mais uma decisão pouco refletida, ele passou a se referir prontamente a elas pelo termo “suástica”. O envolvimento desses objetos por Schliemann em um discurso ariano a partir de um interesse pessoal mais voltado às investigações de migrações indo-germânicas do passado – e não necessariamente motivado por um entusiasmo antissemita – abriu precedente para que arianistas entrassem com seu discurso racista.

Fomentada a ideia de que, com o passar dos séculos, a tradição da “raça ariana” havia se perdido, mas que voltava à tona naquele momento, a suástica tornou-se elemento estratégico, desprezando-se quaisquer significados que ela pudesse ter portado de fato, em seus vários contextos do passado. Nesse sentido, Quinn (1994) chama a atenção para como a suástica se tornou o instrumento da autorreferência ariana, que deu certo não só pela impossibilidade de se traçar a origem exata do símbolo, mas sobretudo pela confusão gerada na tentativa de interpretá-lo em suas ocorrências pelo mundo, levando à falta de consenso entre pesquisadores. Assim, foi uma questão de tempo até que, já nas primeiras décadas do século seguinte, o símbolo fosse apropriado pelo partido nazista e passasse a representar, nas palavras de Hitler (1962, p. 311), “a missão da luta pela vitória do homem ariano simultaneamente com a vitória da nossa missão renovadora que foi e será eternamente antissemítica”. A bandeira com a suástica foi adotada oficialmente em 1935.

Para Quinn (1994), a suástica nazista tinha um caráter ativo e não mais se abria à

atribuição de novos significados. Ela os produzia, chamando os descendentes da “raça ariana” a despertar para sua missão, preservando sua identidade, conquistando o seu espaço, subjugando o que se colocasse em seu caminho. Assim convoca, por exemplo, o estandarte nazista (Figura 5), utilizado em eventos como comícios e desfiles do partido, após a ascensão de Hitler ao poder em 1933.

Figura 5 – Estandarte da Alemanha nazista com os dizeres “Alemanha, desperte” vinculado à suástica ao centro



Fonte: Site do Gettynburg Museum de History, 2019.

A suástica imbuu-se desse modo de um caráter teleológico: não se resumindo mais ao passado do homem ariano, apontava para uma salvação nacional e à conquista do *Lebensraum*, o espaço vital onde se reuniriam os descendentes dessa raça. Ideia bastante sedutora para um país que, após a Primeira Guerra Mundial, encontrava-se arrasado pela fome, miséria e inflação, além de humilhado pelo Tratado de Versalhes.

Na prática, o discurso de ódio não atingiu apenas judeus, mas todos aqueles tidos pelos nazistas por inferiores. Em seu *site* oficial, o Museu Memorial do Holocausto, nos Estados Unidos, oferece estatísticas aproximadas das vítimas do extermínio que se seguiu pelo Terceiro Reich, após a chegada de Hitler ao poder em 1933, sendo que, de acordo com a atualização realizada em 04 de fevereiro de 2019, contabilizaram-se ao menos 70.000 indivíduos categorizados como “antissociais” – termo genérico que incluía desde criminosos a homossexuais –, entre 196.000 e 220.000 ciganos, até 250.000 portadores de deficiências, e uma estimativa emblemática de seis milhões de judeus e outros milhões de

civis e prisioneiros de guerra soviéticos.

Nesse sentido, ao se tratar a suástica aqui como um símbolo envenenado, parte-se de um argumento falacioso que Reich (1988) localiza no próprio *Mein Kampf* de Hitler e que, segundo o psicanalista, foi retomado vez ou outra como uma justificativa da política nazista: o do envenenamento do “sangue puro” e envenenamento nacional a partir de uma mistura da “raça ariana” com outras raças e – o que seria pior, dentro desse modo de pensar – com o “sangue judeu”. Assim, pode-se dizer que, se em algum momento no passado a suástica havia de fato se associado a bons auspícios, não foi essa a mensagem que impregnou o símbolo no imaginário social ocidental, principalmente após o Holocausto.

Refletindo sobre a presença do estrangeiro na Cidade de Goiás

Esta pesquisa ainda se encontra em etapa inicial, mas já é possível tecer algumas considerações sobre o Sr. Jessl – o austríaco sepultado em 1936 no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás – a partir de um levantamento documental preliminar realizado no Arquivo Frei Simão Dorvi e no Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas da referida cidade, além do arquivo eletrônico do Diário Oficial da União (DOU).

A partir da localização de uma publicação no DOU em 16 de setembro de 1935 (Figura 6), observa-se que o Sr. Jessl ocupou um cargo como “membro efetivo designado” da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Empresa de Força e Luz de Goiás. A vinculação do estrangeiro à primeira companhia a levar energia elétrica para a antiga capital do Estado – essa concessionária também foi conhecida pelo nome de Guedes, Ratto & Cia. – direcionou para a busca da documentação correlata no Arquivo Frei Simão Dorvi.

**Figura 6 – Fac-símile de publicação de 16/09/1935 do DOU.
Informa o cargo ocupado por João Jessl na Empresa de Força e Luz**

Processo n. 11.619, de 1934 — Vistos e relatados os autos do presente processo, referente à constituição da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Empresa de Força e Luz da Capital de Goyaz, no período de 1935 a 1937:

Considerando que em cumprimento à decisão constante do acordão de fls. 7, proferido em sessão plena de 27 de dezembro de 1934, remetteu a caixa em apreço cópias, devidamente autenticadas, das actas de eleição do presidente e de posse da respectiva junta administrativa.

Considerando que, tendo sido eleito para ocupar aquelle cargo o membro effectivo eleito, Frederico Hanbenreisser, foi convocado para a resultante vaga o membro suplente Antonio Regis, ficando, dessa fórma, a supplencia dos eleitos sem nenhum representante, de vez que o outro suplente, João Santos Moraes, não faz mais parte da Caixa, conforme telegramma de fls. 16;

Considerando que, assim, a constituição da referida junta é a seguinte:

Presidente — Frederico Hanbenreisser.

Membros effectivos eleitos — Oswaldo Duarte e Antonio Regis.

Membros effectivos designados — João Jessel e Flavio de Oliveira.

Membros suplentes designados — José de Bastos e Virgilio Domingos de Gusmão Fleury.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, aprovar a composição da referida Junta Administrativa, para o período de 1935 a 1937, devendo a Caixa proceder immediatamente a nova eleição para o preenchimento dos cargos de membros suplentes eleitos.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1935 — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Mendes Cavalleiro*, relator.

Fui presente. — *Geraldo A. Faria Baptista*, procurador geral, em exercício.

No arquivo da antiga capital do Estado de Goiás, foi feito o levantamento documental da Empresa de Força e Luz, localizando-se uma série de correspondências que tratavam tanto de assuntos técnicos – como montagens de equipamentos, especificações técnicas de peças, propagandas de novos artigos disponíveis e assim por diante – quanto de temas do cotidiano – a exemplo das correspondências entre os próprios sócios, o Coronel Joaquim Guedes Amorim e José Affonso Ratto. Considera-se aqui que esta modalidade de correspondência seja a mais reveladora no que diz respeito à percepção desse estrangeiro na Cidade de Goiás, pois aquelas encaminhadas por empresas para tratar de assuntos técnicos mantinham invariavelmente um tom formal, tratando o austríaco apenas por “Snr. Jessl” ou “Snr. João Jessl” (muito comumente, o sobrenome era grafado com um “e” excedente; ou seja, “Snr. Jessel”). As correspondências do dia-a-dia, por outro lado, carregam um ar de familiaridade, isto é, uma despreocupação com formalidades, ao abordar o estrangeiro: é o caso, por exemplo, de uma carta que solicita ao Cel. Joaquim Guedes combinar o preço de uma “bomba” (equipamento) com o “João austríaco” (*sic*) (Figura 7), ou outra em que o remetente solicita o encaminhamento de algumas peças com urgência, atendendo a uma recomendação “do Jessel” (Figura 8). Por meio das correspondências dirigidas à empresa, fica claro também que o Sr. Jessl era um electricista. Até o momento, não é possível afirmar se tinha formação superior ou se se tratava de curso

As informações trazidas por essa documentação – o cargo ocupado na Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Empresa de Força e Luz, a abordagem informal nas correspondências do cotidiano, a comunicação do óbito por um colega de trabalho – aliadas aos dizeres afetuosos da lápide – “Aqui descansa nosso João Jessl” – sugerem que o estrangeiro teve alguma importância e foi bem aceito pela sociedade vilaboense. Ademais, é importante retomar que a suástica, enquanto símbolo inserido em uma temporalidade, não se atrelava ao Holocausto à época do falecimento do Sr. Jessl. Portanto, a escolha do símbolo para representar a memória do morto no contexto sagrado do cemitério, naquele momento, não seria uma escolha controversa.

Considerações finais: a possibilidade das ressignificações particulares

O que a bibliografia demonstra é que a suástica foi um caso à parte, desde que pesquisadores voltaram sua atenção para ela no século XIX. Sua ocorrência – ou ao menos a daquelas formas que lembravam à da suástica indiana, levando a uma posterior nomeação de todas essas formas de “suástica” – desafiava a razão tão valorizada naquele período; afinal, o símbolo não só remontava à Pré-História como aparecia em diferentes lugares do mundo. A tentativa de contextualizá-lo e lhe conferir significados, naquele momento, só gerou mais controvérsia, favorecendo, por outro lado, sua apropriação por teóricos raciais e a construção de um referente que romperia com todos os seus outros possíveis sentidos no passado. A ratificação, por assim dizer, viria com os nazistas no século seguinte.

Tem-se então um sepultamento ocorrido na década de 1930, no interior do Brasil, quando se optou por representar por meio de uma suástica a memória de um estrangeiro que foi bem aceito pela Cidade de Goiás e que desempenhou um papel relevante na primeira concessionária de energia elétrica da antiga capital. Afinal, apenas a título de reflexão, não era o simples fato de alguém ser estrangeiro que lhe conferia prestígio e, para isso, basta lembrar o descaso com que o governo local tratou as famílias de alemães que vieram para constituir a Colônia do Uvá na década de 1920 (BRITO, 1992). Assim, se representar a memória do Sr. Jessl por meio da suástica não alarmava ninguém à época de seu óbito, a escolha parece ser de mal gosto atualmente, justamente pelo fato de o símbolo se inserir em uma temporalidade. As pessoas vêm e vão, enquanto os símbolos – e por que não os próprios jazigos, com seus materiais construtivos, sua simplicidade ou imponência – permanecem no cemitério, vindos de outrora, mas constantemente provocando novas leituras em diferentes tempos.

Diante disso, surgem novos questionamentos: será mesmo que a suástica se tornou

um símbolo exclusivamente nazista? Ao se pensar nas pessoas que visitam o cemitério – e aqui cabe ir por partes, elegendo-se, a princípio, apenas os vilaboenses –, não seria esse público capaz de lhe conferir novos sentidos, a partir de seu *ethos* e experiências de vida? Quais contribuições os estudos da memória e do imaginário trariam a essa pesquisa? Enfim, se símbolos devem ser contextualizados, esta pesquisa, propõe-se, em sua etapa seguinte, a perguntar quais outras percepções a Cidade de Goiás tem sobre a suástica.

Referências

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. São Paulo: Ed. da Unesp, 2014.

BORGES, Maria Elizia. *Cemitério São Miguel*. Goiânia: Faculdade de Artes Visuais – Universidade Federal de Goiás. 2005. Folder.

BORGES, Maria Elizia. *Um olhar sobre o espaço da morte = Un regard sur l'espace de la mort*. Goiânia: Gráfica UFG. 2017.

BRITO, Maria Helena de Oliveira. *A colônia alemã do Uvã (1924-1954)*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992. Coleção Documentos Goianos, 20.

Diário Oficial da União. Disponível em: <https://bit.ly/2t5eBTt>. Acesso em: 31 jul. 2017.

EASTON, D.F. Heinrich Schliemann: Hero or Fraud? *The Classical World*, Baltimore, v. 91, n. 05, p. 335-343, 1998.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 13ª reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Gettysburg Museum of History. *Original German Nazi Party SS Deutschland Erwache Standart*. Disponível em: <https://bit.ly/39PNXP7>. Acesso em: 06 jun. 2019.

GONDIM, Frederico Tadeu. *Uma suástica no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás: símbolo envenenado e arqueologia pós-processual*. 2017. 95 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arqueologia) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

HITLER, Adolf. *Minha luta*. 8 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cerdim Cavalcante. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

KIRK, Tim. Fascism and Austrofascism. In: BISCHOF, Günter; PELINKA, Anton; LASSNER, Alexander (eds.). *The Dollfuss/Schuschnigg Era in Austria: a reassessment*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2003. Contemporary Austrian Studies 11.

LANG, Andrew. *Custom and Myth*. Londres: Longmans, Green and Co. 1884.

MEMÓRIAS GOIANAS 03. Goiânia: Ed. UCG/Centro de Cultura Goiana, 1986.

MOTADEL, David. Iran and the Aryan Myth. In: ASARI, Ali Massoud (ed.). *Perceptions of Iran: History, Myths and Nationalism from Medieval Persia to the Islamic Republic*. London: I.B. Tauris, 2013.

QUINN, Malcolm. *The Swastika: Constructing the Symbol*. New York: Routledge, 1994.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. Tradução de Maria da Graça M. Macedo. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1988.

United States Holocaust Memorial Museum. *Documenting Numbers of Victims of the Holocaust and Nazi Persecution*. Disponível em: <https://bit.ly/2QCwEZZ>. Acesso em: 06 jun. 2019.

WILSON, Thomas. *The Swastika, The Earliest Known Symbol, And Its Migrations: With Observations on the Migration of Certain Industries in Prehistoric Times*. Washington: United States National Museum. 1896.

ARTE E SIGNIFICAÇÃO: EMBRECHADOS EM ESPAÇOS CEMITERIAIS NA BAHIA

Cidália de Jesus Ferreira dos Santos Neta¹

Os embrechados: representação artística e social

Por ser uma arte secular, não muito frequente e, certas vezes, preterida pelos estudos da História da Arte, retratar sobre o tema dos embrechados se torna demasiado curioso, primeiramente pela peculiaridade da nomenclatura, e, segundo, por ser uma composição variada em elementos, materiais e representações. (Figuras 1 e 2). No que concerne a sua constituição visual, o embrechamento apresenta um agenciamento ímpar formulado pela incrustação de louças, azulejos, seixos, vidros, e demais componentes revestindo calçadas, áreas parietais, fachadas de residências, bancos de jardins, torres sineiras e, em menor decorrência, aos lugares de culto à morte. A concepção deste ornamento traz a ideia de reinvenção de temas e recriação de valores dos objetos e elementos, os quais são resignificados quando são aplicados em locais que certamente não seriam os de sua função primária.

Figura 1 – Horto do Paço das Alcáçovas, Portugal



Fonte: Silva (2012, p. 168).

¹ Universidade Federal do ABC (UFABC). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais. Pesquisa financiada por bolsa institucional UFABC. Santo André/SP.

Figura 2 – Horto do Paço das Alcáçovas, Portugal

Fonte: Silva (2012, p. 168).

Concernente ao termo embrechamento, este se refere à técnica de revestimento introduzida na Itália, durante o século XVI, e difundindo na Europa ao longo dos anos (estando presente de forma excepcional em áreas de vivência da nobreza). Foi instaurada no Brasil durante o século XIX, prevalecendo na região Nordeste e, com algumas ocorrências no Sudeste e Centro-Oeste. Esta decoração denota primazia, nos espaços públicos ou privados, recobrando as estruturas por materiais – que apresentam valor socioeconômico – não utilizados comumente no cotidiano para tal finalidade, como: cerâmicos (azulejos, faianças e porcelanas), pétreos (pedras preciosas, semipreciosas, seixos rochosos); conquiliológicos (conchas, búzios); vítreos (contas, canutilhos e canudos) (MARCONDES, 1998, p. 99).

Na Itália e Alemanha, os ornamentos eram realizados especificamente com a classificação dos conquiliológicos, formulando curvas refinadas e efeitos estruturados em consonância com a estrutura arquitetônica. Na Inglaterra, o seu processamento era desenvolvido, também, com o emprego de conchas de distintas categorias e tonalidades, dando destaque pelo brilho da madrepérola, evidenciando luz e sombra às grutas artificiais dos palácios. Visualmente estas padronizações reportam exuberância e notoriedade aos ambientes e passam a ser elementos de demarcação de *status* social pelos integrantes da classe dominante.

Nas geometrizações e traços, não há apenas formatos chapados, retos e lineares. É perceptível a elaboração dos contornos com distribuição de formas, texturas, volumes e

efeitos no ritmo visual, alcançando uma diversidade de motivos e elementos artísticos que valorizam a superfície do suporte. O agenciamento das estruturas se dá por intenso cromatismo com organizações circulares, poligonais e figurativas, conformando decorações de caráter geométrico e contrastante. Os formatos circulares, contornos espaciais, volutas e arcos denotam uma linguagem universal bastante comum e recorrente nos aspectos da natureza. Já as tonalidades mais claras, assim como a simetria reafirmam pureza, equilíbrio e transcendência entre mente e corpo, sujeito e objeto. (SANTOS NETA, 2017, p. 79).

Os embrechados diversificam em cada meio em que estão inseridos, sofrendo alterações em sua composição a depender da época e contexto em que são empregados. Portanto, essa produção artística se reporta enquanto bem patrimonial que “[...] apresenta em si uma aura de comunicação por demarcar sua originalidade, seu caráter único e uma relação permanente com o passado” (GONÇALVES, 1988, p. 265); sendo o seu particularismo especificado na intencionalidade do artista, distinção na riqueza de peças empregadas, diversidade de contornos e expressões que propõem informações concernentes à técnica de agenciamento, proveniência dos materiais, recursos de aquisição e demais aspectos sobre as influências da dinâmica sociocultural.

Arte e cemitério enquanto símbolos de memória e identidades

A significação do espaço cemiterial não está relacionada apenas à ideia de sepultar os mortos. Quando estudados e analisados enquanto objeto cultural – condutor de conhecimento, demarcador histórico, ideológico e social – é possível, a partir das devoções, túmulos, arte, arquitetura, epitáfios e demais representações propor concepções dos modos de vida, comportamentos e hierarquias socioeconômicas que integram o cotidiano de indivíduos em determinados grupos sociais. Nesta óptica, as nuances material e imaterial reportam relevância referentes aos sujeitos e estruturas simbólicas de certo momento histórico, preservados e referendados nesses locais de memórias.

Os elementos informativos mencionados são ponderados como “constructos sociais” que concebem uma determinada época e sociedade; herança cultural passível de expressar influências e narrativas sobre a construção da memória histórica (RODRIGUES, 2006). Seguindo esta compreensão, o patrimônio funerário compõe elementos culturais que remetem à resistência e componentes materiais demarcando particularidades e formando um discurso semiótico representativo pelo enaltecimento de virtudes, simbologias e compreensão da vida humana no passado.

Com estas reflexões, enfatizamos os embrechados articulados aos cemitérios como patrimônios de representação da memória da oficialidade, que em alguns casos não

possuem ressonância, e nisso, ressaltamos sobre a ideia de “Qual seria o propósito simbólico desta informação artística na conjuntura cemiterial, já que o marco de suas reproduções se faz para a nobreza em espaços residenciais e religiosos?” “Quais os aspectos informacionais representados nos espaços cemiteriais: contemplação do transeunte (como era visualizado nos jardins), enaltecimento de hierarquias sociais (associado às aplicações em locais de residências e religiosos), ou simplesmente, reafirmar a alteridade de sua locação enquanto elementos de arte?”

Além desses, diferentes questionamentos são levantados considerando a expressão dos imbricados como signos de informação e comunicação; já que é basilar compreender os sujeitos envolvidos nas formações sociais e suas influências na construção do objeto de pesquisa, partindo do pressuposto que estes são elementos mutáveis e integrantes de uma construção dinâmica e inovadora, vivenciados numa região como parte da Memória Social.

Corroborando com esta ideia, Maurice Halbwachs enfatiza as fortes influências que as coisas materiais podem causar nos dias atuais, tornando os indivíduos mais distantes enquanto evoluem com a globalização; porém, ressalta que se a relação entre os bens e as pessoas fossem acidentais e fragilizadas muitos destes não teriam resistido. A malha urbana integra espaços dinâmicos, que muda constantemente e se ele não tivesse sido cristalizado no ambiente material que os circunda não seria possível compreender a história, o passado e as constantes identidades implicadas numa cultura (HALBWACHS, 2006).

Permeando na proposição das memórias preservadas na materialidade e, nesse caso especificamos espaços cemiteriais, foi realizado levantamento bibliográfico sobre os indícios de embrechamentos em sepulturas levando em consideração o território brasileiro. Para tal ação, tivemos como resultado descrições desta composição nos estados do Ceará (Cemitério São José de Parangaba, em Mecejana – jazigo datado de 1892 apresentando revestimento em calcário e quartzito); Alagoas (Cemitério de Penedo – sepulcro revestido por seixos e calcários) e Bahia (Campo Santo, em Salvador – calçamento com seixos e conchas próximos ao conjunto de mausolés da Irmandade da Santa Casa, torreão do mausoléu coletivo revestido com fragmentos de louças e azulejos – e pináculos do Cemitério Senhor dos Aflitos, município de Nazaré - com incrustação de fragmentos de louças em coloração azul e branca) (VALLADARES, 1969).

Além destes, ressalta-se que há descrição dos embutidos em Minas Gerais, na capital Belo Horizonte; Goiás, em Vila Boa de Goiás; Mato Grosso (Cemitério da Piedade, Cuiabá – sepultura de uma alemã composta por calcários e quartzitos multicolor) e Rio de Janeiro, no bairro do Caju, com imbricados formulados por cristais, ladrilhos, vidros,

conchas e dentre outros materiais (VALLADARES, 1969, p. 46), como também, as lápides incrustadas com conchas no Cemitério dos Imigrantes de Joinville, Santa Catarina, tombado pelo IPHAN em 1962 como Patrimônio Histórico Nacional.

Assim como as representações artísticas, o embrechado se expressa como significação gerada por uma intenção simbólica que engajou em razão das ideais abusivas de posse, dentro dos distintos interesses sociais e materiais (BOURDIEU, 1974, p. 103). Os aspectos materiais e formais perceptíveis são considerados como signos ou elementos de significação capazes de configurar diferentes conceitos e valores visuais dentro do contexto cultural, sendo, muitas vezes, até considerados como pontos de referência dentro da malha urbana.

Neste modelo, interpretar esta arte e suas nuances requer “[...] transvalorar os valores estabelecidos e inventar novos valores que são os da vida; e a vida é vontade de potência, o querer expandir, diferenciar-se.” (TÓTORA, 2004, p. 235). Nesse fluxo simbólico está também a compreensão da memória, a qual se encontra integrada às lutas e relações de poder no meio social, perpassando embates frequentes entre as lembranças e esquecimentos, acúmulos e perdas (GEIGER et al, 2016, p. 11). Com este fluxo de pensamento, qualquer dispositivo no contexto cultural é considerado como uma rede articulada por relações da heterogeneidade (grupos sociais, etnias, crenças, discursos, política, instituições, edifícios, ideologias, ritos impostos) mantidas entre um jogo de poderes e saberes.

Memória, Informação e Semiótica em espaços cemiteriais

Compreende-se, então, a memória como um dispositivo proveniente de nossa subjetividade, que tende a permear por distintas áreas que reafirmem sua dimensão social (diversidade – identidade – criação – pluralidade de métodos e conceitos). Neste fluxo, os estudos em Informação e Semiótica visam realizar abordagens polissêmicas: apresentando diferentes significações ou sistemas de signos (simbólicos – palavras orais e escritas/icônicos – imagens desenhadas ou esculpidas) ou indiciais (marcas corporais), sendo todas estas um suporte à construção das memórias.

A arte traz a memória, tradição, inventa temas, colhe novidades no repertório da vida cotidiana, transforma com suavidade e leveza o patrimônio de muitas gerações. Neste ínterim, o indivíduo se torna o agente social consulente e participante ativo da construção artística-cultural e do conhecimento de seu meio social. Sendo neste caso, o embrechado como registro palpável do pensamento humano, signos representativos que ao mesmo

tempo se porta ser concreto e simbólico, retratando fenômenos capazes de conservar dados e ser difusor de informações – vetor informacional.

Neste âmbito, quando analisadas as formas de sepultamento, a diversidade da tipologia dos jazigos, das lápides e epitáfios, dos ornamentos e dentre outras representações da arte funerária compõem subsídios equivalentes à organização social, destacando o hibridismo cultural. Pois, como afirma Antônio Motta,

Quando submetido à leitura, os dispositivos funerários plasmados nos túmulos permitem traduzir não só acomodações e equilíbrios, mas também tensões e mudanças operadas no contexto de um grupo específico ou no corpo social mais amplo; assim como é também capaz de revelar atos institucionais e de condutas sociais e morais diversos, tendo sempre como preocupação dar sentido e significado a alguma coisa. (MOTTA, 2009, p. 74).

Destarte, o simbolismo não apresenta exclusividade, tende a estar propenso às análises subjetivas configuradas pela reunião de interpretações sistematizadas nas implicâncias psicológicas que envolvem a afetividade, os cosmos e os sentidos; os planos funcionais; o dinamismo cultural, espacial e temporal de um grupo específico que, quando fora de seu contexto pode incitar conceitos desconhecidos, vagos e ocultos (CHEVALIER et al., 1986, p. 23-24)

Com isso, as representações de arte cemiterial e os embrechados precisam se tornar desejo de informação a partir do momento que é associado o seu uso com o reconhecimento e apropriação, tendo sempre como consideração o lugar e a meio que o concebeu. A partir do momento em que se torna evidência ele nomeia a materialidade para compreender os aspectos sociais, tecnológicos, culturais e dentre outros.

Dentro dos estudos sociais, as informações científicas têm relação constante com as práticas políticas, culturais, sociais e históricas. Neste potencial, a informação não é resultado somente da proposta de transmissão de ideias isoladas, mas sim faz parte de um processo construído num complexo entre os agentes sociais e o seu meio, gerando assim uma gama de significação. Esse sistema complexo transmite informações importantes sobre eventos do passado, como eram compreendidos, registrados, transmitidos e preservados.

No entanto, a informação se dá a partir do momento em que se considera o uso e a manipulação do seu objeto de suporte – o cemitério, sendo então uma instância física que, sob condições e ações específicas contextualizadas otimizam a circulação social do conhecimento, quando passa a ser considerado por alguém que lhe busque informação e reconhece sua significação.

Nisso, o cemitério enquanto objeto cultural pode ser portador de significado, sentido ou mensagem, pois há nele uma teia simbólica, de significados, de vivência como prova de aproximação do uso e apropriação, sem abandonar os saberes tradicionais da materialidade como obras raras à preservação.

Quando integrados ao contexto sócio urbano, como portador de “informação-como-coisa” (seu caráter físico e morfológico) associado à informação-como-conhecimento (análise interpretativa que abrange a subjetividade do observador baseada nas representações físicas do objeto) (BUCKLAND, 1991), os cemitérios em questão e os elementos artísticos que os integram são categorizados como vetor informacional, tendo então de forma descritiva todos os particularismos que compõem.

Cemitério do Campo Santo – Salvador/BA

Breve histórico

No decorrer dos séculos XVI e XVII, o local para sepultamento dos mortos em Salvador/BA era na sede da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e num cemitério localizado numa região mais distante do *lócus* urbano, conhecido como Campo da Pólvora. Esse espaço foi cedido especificamente para inumação de pessoas carentes e escravizadas – até então excluídas e desvinculadas dos liames sociais. Somente em 1835, contrapondo os princípios da criação de cemitérios fora do meio urbano (por medidas sanitaristas), foi então dada a anuência para a construção desses em áreas dentro da cidade e, portanto, se deu a fundação do Campo Santo, alocado na Fazenda São Gonçalo na estrada do Rio Vermelho, o qual foi bento em 1836 e posto em funcionamento atendendo à comunidade.

A autorização para a fundação de cemitérios no âmbito das cidades estava calcada na chamada Lei do Cemitério, que obrigava que os sepultamentos fossem transferidos dos espaços eclesiásticos para os “campos santos”. Essa nova prática não condizia com a ideologia das igrejas e irmandades, pois dificultava assim manter o monopólio econômico dos enterramentos e com isso, os “[...] padres, sacristãos, negociantes de artigos funerários teriam insuflado um povo ignorante e supersticioso contra o Campo Santo, com o único objetivo de defender seus interesses [...]” (REIS, 1991, p. 22). Portanto, dentro desse enredo ocorreu na Bahia, em 25 de outubro de 1836, uma marcante revolução de cunho popular conhecida como a “Cemiterada”, quando nessa situação o cemitério do Campo Santo foi destruído pelas pessoas que saíram às ruas da cidade.

Com esta situação, em razão de diversas propostas de acordo com o governo foi determinado que o espaço cemiterial do Campo Santo fosse concedido à Irmandade da

Santa Casa de Misericórdia em 1840. Somente no início de 1841, foram iniciadas as obras de reforma para restabelecer, ampliar e proteger o cemitério com muros, grades, portões e capela. Com isso, somente em 1844 foram iniciados os sepultamentos, tanto de doentes falecidos no Hospital, como também, alguns escravizados, mantendo assim o seu perfil filantrópico.

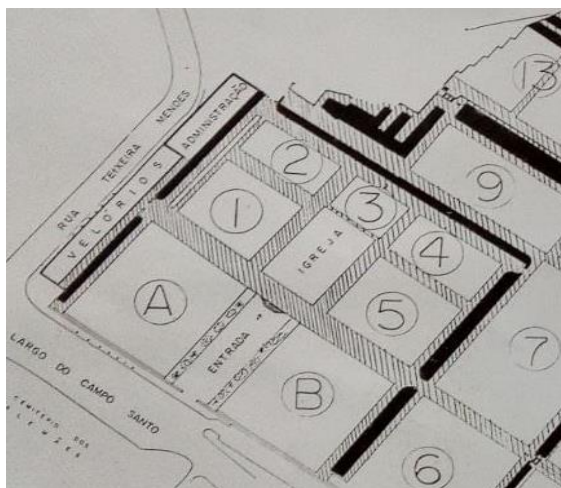
Com esse roteiro histórico, o Campo Santo se manteve até a atualidade enquanto um “lugar de memória” de tamanha importância, onde a lembrança se faz registrada, sendo marcado pela presença, tanto da elite intelectual da cidade e região quanto pessoas representantes da classe média. Mantendo essa característica foi desenvolvido um Circuito Cultural com o escopo de programar visitas e incentivar para que os transeuntes compreendam os elementos simbólicos e históricos que lá estão expostos como um museu a céu aberto.

O embrechado nos calçamentos do Cemitério

No tocante à ambiência do cemitério, na entrada há um portão em ferro fundido que dá acesso à capela (situada na área central) por meio de calçamento constituído por embrechamento de seixos de pedra dispostos formando geometrizações de caráter simétrico.

Ao redor da capela estão dispostas as quadras com os sepultamentos. Por esse caminho é possível perceber nas laterais o conjunto de mausoléus da Irmandade da Santa Casa (em frente às quadras 1, 2, 3, 4 e 7) (Figura 3) e as suas calçadas compostas por imbricados de seixos e filetes em mármore emoldurando toda extensão do calçamento que permeia entre as quadras 1, 2 e 7. (Figuras 4 e 5).

Figura 03 – Recorte da planta baixa do Cemitério do Campo Santo



Fonte: Folder de divulgação da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

Figura 04 – Calçamento com seixos e mármore



Fonte: acervo de Neta Ferreira (2019).

Figura 05 – Conjunto de mausoléus da Irmandade



Fonte: acervo de Neta Ferreira (2019).

Ao observar esta configuração, podemos ter compreensão de que a área detrás da capela apresenta revestido por seixos incrustados de uma maneira não tão elaborada como

é visto nas laterais. Nesse espaço, já não há presença de mármore na composição do calçamento (Figura 06) e a estrutura parietal com mausoléus não apresenta tantas riquezas em detalhes e de materiais construtivos, além de apresentar estado de preservação mais precário. Dentro desta conformação, a suposição inicial seria a ideia de que os sepultados que estão junto a esta área não sejam figuras sociais tão representativas quanto os pertencentes aos sepulcros que se encontram em melhor estado de conservação, nas proximidades de mais fácil acesso e visibilidade.

Figura 6 – Calçamento na área detrás da capela



Fonte: acervo de Neta Ferreira (2019).

Para maiores apontamentos, novos levantamentos e atividades de campo serão realizados ao longo da pesquisa, enfatizando as memórias e posições sociais dos sepultados nestas áreas; para que seja possível sistematizar mais informações e elucidarmos as demandas para termos pontuadas as dúvidas e questionamentos provenientes desse primeiro momento de contato com o objeto.

Reafirma-se com isso a representação que os embrechados e os cemitérios exercem no meio social ao veicular as distintas influências dentro da dimensão cultural, ratificando informações referentes ao processo simbólico construído pelos indivíduos em sua realidade – compreendendo como espaços de intercâmbio de memórias que, sob o “ponto de vista” estético da “[...] contextualização sociocultural e histórica da ciência e tecnologia associa-se às ciências humanas e cria importantes interfaces com outras áreas do conhecimento.” (FAZENDA, 2008, p. 65).

Considerações finais

Cabe ressaltar que a carência de alicerce teórico sobre a temática demarca um desafio para o cumprimento da pesquisa. Nisso, a partilha do conhecimento está constantemente associada aos diálogos e relações socioculturais enfatizando na herança cultural como condutor passível de expressar influências e narrativas sobre a construção da memória histórica. Seguindo esta compreensão, o patrimônio funerário compõe elementos culturais que remetem à resistência e componentes materiais, firmando particularidades e formando um discurso representativo.

No Brasil, os estudos de memória, patrimônio, identidade cultural e preservação se inserem de forma muito frágil nas políticas públicas culturais. É fato que há pouca investida em pesquisas que potencializem o conteúdo informacional sobre os aspectos de recuperação e disseminação dos dados e fatos que permeiem no discurso sobre as classes minoritárias, as quais não são legitimadas na construção da história como grupos de importante representatividade. Por meio destas reflexões e escassez de trabalhos neste recorte, cabe permanecer nos levantamentos a respeito da temática cemiterial e a arte de embrechar.

A interdisciplinaridade neste discurso permite refletir sobre preocupações que propõem novas formas de pensar e agir. “[...] Esse saber especializado, distante da vida, sem proveito, interessa-se por tudo, menos pelo essencial, a essência da vida. Ao descobrir e simplesmente descrever fatos que não pode explicar, projeta o homem em um vazio de valores” (FAZENDA, 2008, p. 68-69). Pesquisar o que convém é proveniente de uma escolha pessoal que possibilita maior competição de saberes, mais questionamentos, aproximação das linguagens, pois há uma procura de novos caminhos ainda não explorados, com uma quebra do mundo determinista onde não há história e criatividade – contrapondo ao pensamento linear e simplório acomodado em nossas mentes.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: MICELI, Sérgio. (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 99- 181.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Informations Science (JASIS)*, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Diccionario de los símbolos*. Trad. Manuel Silvar e Arturo Rodríguez. Barcelona: Editorial Herder, 1986.

FAZENDA, Ivani. *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

GEIGER, Amir et al. Por que memória social? *Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

GEIGER, Amir et al. Por que memória social? *Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

GONÇALVES, J. R. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264 - 275, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

MARCONDES, Luiz Fernando. *Dicionário de termos artísticos*. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1998.

MOTTA, A. *À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

MOTTA, Antônio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, out. 2009.

REIS, J. J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (6ª reimpressão: 2012).

RODRIGUES, Donizete. *Patrimônio Cultural, memória social e identidade; uma abordagem antropológica*. Universidade da Beira Interior, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2N83q3i>. Acesso em 15 jul. 2019.

SANTOS NETA, Cidália de Jesus Ferreira. *Tesselas da museologia: a documentação e a comunicação dos embrechados nas igrejas do recôncavo baiano*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós graduação em Museologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

TÓTORA, Silvana. Devires minoritários: um incômodo. *Verve*, Revista Semestral do Nu-Sol, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, n. 6, p. 229-246, out. 2004.

VALLADARES, Clarival do Prado. Embrechados e Embutidos. *Revista Brasileira de Cultura*, a 1, n. 2, outubro/dezembro, p. 47-53, 1969.

NOBREZA NO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS

Harry Rodrigues Bellomo¹

Daniel Teixeira Meirelles Leite (*In Memoriam*)²

Regina Zimmermann Guilherme³

Os títulos de nobreza eram distinções honoríficas, sendo concedidas por reis, imperadores ou outros soberanos. Na escala decrescente, são assim relacionados: duque, marquês, conde, visconde e barão. O termo duque é oriundo do latim, *dux*, que significa chefe, pois na época do Império Romano os chefes das fronteiras com autoridade militar, administrativa e judiciária eram chamados de *dux*. Marquês era designativo de governador de uma marca, que era uma zona de fronteira. A palavra conde é derivada do latim, *comes*, que significa companheiro. A designação visconde, também derivada do latim (*vice-comes*), designava os ajudantes dos condes. Barão, por sua vez, designa do baixo latim, *barus*, e significa homem. Inicialmente, esses títulos eram concedidos a conquistadores militares. Com o passar do tempo, diplomatas e altos burocratas reais também passaram a receber tais distinções. Com a revolução industrial, a burguesia passou a ser agraciada com títulos.

Em Portugal, os títulos eram vitalícios e hereditários, pois eram concedidos pelo rei por direito de herança, mas só poderiam ser usados após confirmação do rei. Os títulos de nobreza, em Portugal e no Brasil, eram os de Duque, Marquês, Conde, Visconde e Barão. Estes são os títulos usados pela grande nobreza. Os nobres menores eram tratados por Rico-Homem, Dom, Senhor ou Infância. O título de Infante era exclusivo dos filhos dos reis portugueses.

No Brasil, após a independência, foi muito discutida a criação dos títulos de nobreza. Os liberais eram contra a criação de uma nobreza hereditária. Ficou, então, estabelecido que os títulos não fossem hereditários, recompensando serviços prestados ao estado ou ao imperador. O primeiro titular do Brasil foi o Barão da Torre de Garcia de Avila, baiano de destaque na luta pela independência na Bahia. O título foi concedido no dia da coroação de Pedro I. Mais tarde, ele recebeu o título de Visconde.

Assim, somente o Brasil e os estados do Papa tinham uma nobreza pessoal não hereditária. Durante o império do Brasil houve cerca de 900 titulares; a maioria com título

¹ Graduado e Mestre em História/PUCRS. Professor aposentado da PUCRS. Porto Alegre/RS.

² Graduado em História/PUCRS. Porto Alegre/RS.

³ Graduada e Mestre em História/PUCRS. Porto Alegre/RS.

de Barão. Após a proclamação da república, os títulos foram extintos, mas os antigos titulares continuaram usando os títulos socialmente. O titular para poder usar o título no lugar do nome deveria registrá-lo no cartório da nobreza, pagando altas taxas, dando origem à crença de que a pessoa comprava o título.

A nobreza titular do Império no cemitério da Santa Casa de Porto Alegre

Diferentemente dos mausoléus da nobreza paulista e carioca, os túmulos da nobreza gaúcha são mais simples e despojados de grande quantidade de ornamentos, símbolos e alegorias. São, inclusive, menos requintados do que os túmulos da burguesia gaúcha. No cemitério da Santa Casa há nove titulares do Império enterrados, sendo um conde, dois viscondes e seis barões:

Conde de Porto Alegre - Manuel Marques de Sousa (1804-1875) – Nasceu em Porto Alegre. Seguiu carreira militar. Organizou a resistência que expulsou os farroupilhas de Porto Alegre e comandou o exército brasileiro que invadiu Buenos Aires, expulsando o ditador Rosas. Participou da Guerra do Paraguai, foi também deputado e Ministro da Guerra. Faleceu no Rio de Janeiro. Seu corpo embalsamado jaz no caixão coberto com a bandeira Imperial. Recebeu o título de Barão com Grandeza em 3 de março de 1850, foi elevado a Visconde em 28 de agosto de 1866 e a Conde de Porto Alegre em 11 de abril de 1868. Os três títulos foram agraciados por Dom Pedro II.

Figura 1 – Mausoléu do Conde de Porto Alegre



Fonte: acervo de Regina Z. Guilherme.

Segundo Visconde de Pelotas - José Antônio Correia da Câmara (1824-1893) – nasceu em Pelotas. Seguiu carreira militar, lutou contra a invasão espanhola e participou da luta pela conquista da Banda Oriental (Uruguai). Atuou na cavalaria, na Guerra do Paraguai. Suas tropas mataram Solano Lopes. Após a proclamação da república foi governador do Estado, antes de Julio de Castilhos. Foi genro do Visconde de São Leopoldo. Participou da Guerra do Paraguai. Recebeu o título de Visconde com Grandeza de Pelotas em 17 de março de 1870, de Dom Pedro II.

Figura 2 – Mausoléu do Segundo Visconde de Pelotas



Fonte: acervo de Regina Z. Guilherme.

Visconde de São Leopoldo - José Feliciano Fernandes Pinheiro – nasceu em Santos, em 1774. Foi o primeiro Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Após a independência, em 1824, recebeu os primeiros imigrantes alemães localizados na fazenda do Linho Cânhamo, perto do Rio dos Sinos. Escreveu “Anais da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, a primeira história geral do nosso Estado. Seu título é referência à cidade fundada pelos alemães (São Leopoldo). Foi sogro do Conde de Pelotas. Seus restos se encontram em um nicho, atrás da capela do cemitério da Santa Casa. Faleceu em Porto Alegre, em 1847.

Figura 3 – Nicho do Visconde de São Leopoldo



Fonte: acervo de Regina Z. Guilherme.

Barão de Gravataí - João Baptista da Silva Pereira (1797-1853) – nasceu em Braga, Portugal. Seguiu carreira militar e atingiu o posto de coronel, sendo comandante militar do Rio Grande do Sul. Foi figura de destaque na sociedade local. Após sua morte, a baronesa doou parte da chácara para construir o colégio para meninos, o Pão dos Pobres, até hoje existente. Faleceu em Porto Alegre. Recebeu o título de Dom Pedro II, em 29 de julho de 1852.

Figura 4 – Túmulo do Barão de Gravataí



Fonte: acervo de Regina Z. Guilherme.

Barão de Guaíba - Manuel José de Campos (1813-1902) – nasceu em Porto Alegre e faleceu na mesma cidade. Ao contrário da maioria da nobreza gaúcha, o Barão de Guaíba foi médico. Atendia os pobres na Santa Casa. Foi figura estimada da sociedade porto-alegrense. Recebeu o título de Dom Pedro II, em 14 de junho de 1887.

Figura 5 – Mausoléu do Barão de Guaíba



Fonte: acervo de Regina Z. Guilherme.

Barão de Nonoai – João Pereira de Almeida (1829-1897) – nasceu em Santa Maria. Residia na região de Vacaria. Era grande proprietário de terras e coronel da Guarda Nacional. Defendeu Alegrete do ataque paraguaio, impedindo a tomada da cidade. Depois fez campanha pela abolição, conseguindo libertar os escravos da região de Vacaria e Lagoa Vermelha. Recebeu o título de Dom Pedro II pela ação libertadora em 14 de setembro de 1886.

Figura 6 – Túmulo do Barão de Nonoai

Fonte: acervo de Regina Z. Guilherme.

Barão de Camaquã – Salustiano Jerônimo dos Reis (1822-1893) – nascido na Cisplatina em 1822, participou da Guerra da Paraguai e depois foi comandante militar do Rio Grande do Sul. Combateu na Revolução Farroupilha a favor do Império. Combateu também nas guerras do Uruguai e da Argentina. Faleceu em Porto Alegre em 1893. Seu túmulo e o da baronesa é o mais modesto dos titulares. O túmulo de mármore e pó de mármore possui a coroa de Visconde por ser Barão com grandeza. Abaixo dela, ramos de louro entrelaçados em uma fita. Logo a seguir, possui a inscrição: *Barão de Camaquan*. Recebeu o título de Barão com grandeza de Camaquã de Dom Pedro II em 2 de março de 1889.

Figura 7 – Túmulo do Barão de Camaquã



Fonte: acervo de Regina Z. Guilherme.

Barão do Cahy – Francisco Ferreira Porto (1817-1884) – nasceu e faleceu em Santo Antônio da Patrulha. Era proprietário e comerciante, sendo um dos maiores senhores de escravos do Rio Grande do Sul. Também foi fundador da Associação Comercial de Porto Alegre. O túmulo de mármore e pó de mármore possui o seu busto sobre um pedestal. No centro do pedestal há a inscrição: *Barão do Cahy*. Na parte de trás há o brasão do Barão do Cahy. Recebeu o título de Dom Pedro II, em 14 de dezembro de 1870.

Figura 8 – Túmulo do Barão de Cahy

Fonte: acervo de Regina Z. Guilherme.

Barão de São Borja - Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro (1816-1877) – nasceu em Recife, Pernambuco. No Rio Grande do Sul, onde participou da Revolução Farroupilha, recebeu o posto de major. Na campanha do Uruguai foi promovido a tenente-coronel e na Guerra do Paraguai alcançou o posto de brigadeiro. Faleceu em Porto Alegre. Recebeu o título de D. Pedro II em 15 de maio de 1870.

Figura 9 – Túmulo do Barão de São Borja

Fonte: acervo de Regina Z. Guilherme.

No cemitério da Santa Casa, encontram-se também os restos mortais da arquiduquesa da Áustria, Maria Antonia Habsburgo Bourbon de Perez Sucre. Segundo Franklin Cunha (2013), a arquiduquesa da mesma estirpe da princesa Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, morreu na pobreza, em Porto Alegre, aos 78 anos, em 1977.

Arquiduquesa de Áustria - Maria Antonia Habsburgo Bourbon de Perez Sucre (1899-1977) – filha do arquiduque Leopold Salvator, da Áustria, (1863-1931) e de sua esposa Infanta Blanca da Espanha (1868-1949). Recebeu os nomes de batismo: Maria Antonia Roberta Blanka Leopoldina Karole Josepha Raphaela Michaela Ignia Aurélia. Em 1919, após a queda do Império Austro-Húngaro, ela se mudou com a família para a Espanha. Em 1924, ela se casou com Ramón de Orlandis y Villalonga, um aristocrata espanhol, morto durante a guerra civil espanhola, em 1936. Em 1942 se casou no Uruguai com Don Luis Perez Sucre, nascido na Argentina, falecido em 1950. Segundo Franklin Cunha, autor do livro *Uma Arquiduquesa Imperial Entre Nós* (2013): “a arquiduquesa era da mesma estirpe da princesa Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, e morreu na pobreza, em Porto Alegre, aos 78 anos, em 1977”.

Figura 10 – Arquiduquesa com o primeiro marido



Fonte: ClicRBS. Disponível em: encurtador.com.br/mLSZ5

Figura 11 – Arquiduquesa, na pobreza, em Canoas/RS



Fonte: ClicRBS. Disponível em: encurtador.com.br/osISZ

Referências

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Titulares do Império nascidos no Rio Grande do Sul. In: *Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*. PUCRS, Porto Alegre, 1957.

ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Vultos da Pátria* Porto Alegre. Porto Alegre: Globo, 1961.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade e*

ideologia. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BELLOMO, Harry Rodrigues. *Os Barões Assinalados: a presença da realeza e da nobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-riograndense*. Porto Alegre: Gráfica da Livraria do Globo, 1937.

MEIRELLES LEITE, Daniel; BELLOMO, Harry Rodrigues. *Nobreza e morte no cemitério da Santa Casa de Porto Alegre*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2014.

MEIRELLES LEITE, Daniel; BELLOMO, Harry Rodrigues. *Visconde Pinto da Rocha e sua descendência*. Porto Alegre: Printi Line, 1999.

Pioneiro. ClicRBS. 3por4: *Produtor cultural de Antônio Prado pretende lançar documentário sobre a história da arquiduquesa Maria Antônia Habsburgo Bourgon*. Disponível em: encurtador.com.br/tuUV3.

SILVA, Lucas da Silva. Cemitério da Matriz: a primeira necrópole de Porto Alegre. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade e ideologia*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.

IMIGRANTES ITALIANOS NO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS

Esigelda Brum Charão¹

Introdução

Entre 1857 e 1895, quando Porto Alegre passava por intensas transformações que mudariam as feições da cidade, ocorreu um aumento significativo na quantidade de casas de negócios e na multiplicidade de atividades que ampliava a gama de estabelecimentos existentes. Surgiram em 1873 as primeiras cinco casas comerciais, cujos nomes dos proprietários sugerem origem italiana. Em 1895, a capital contava com setenta e oito estabelecimentos italianos que se concentravam no centro da cidade (CONSTANTINO, 1998, p. 151).

No referido período se intensificou a vinda de peninsulares para o Rio Grande do Sul que vieram se estabelecer nas colônias da serra gaúcha. Muitos imigrantes italianos optaram pelas zonas urbanas fazendo com que a cidade de Porto Alegre ganhasse uma nova conformação com a entrada de novos traços culturais. Este movimento pode ser constatado através das informações nos registros policiais e em jornais da época. Os referidos documentos dão conta de um número expressivos de italianos participando da sociedade porto-alegrense. No período mencionado, os italianos da cidade monopolizavam algumas profissões, como sapateiro, alfaiate, açougueiro, etc. (ANNUÁRIO..., 1894, p.151).

A presença de peninsulares se verifica nos túmulos existentes do Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre, onde foram detectados vários exemplares de imigrantes italianos que compõem um conjunto de enterramentos neste espaço mortuário. Muitos destes indivíduos exerciam atividades que os projetaram na sociedade porto-alegrense, como professores, jornalistas, alfaiates e médicos entre outros.

Família Rocco

No ramo de alimentos, um destaque especial para Rocco Nicolau que nasceu no ano de 1861, em San Martino – Pensils, Província de Campobasso –, na Itália. Rocco imigrou para o Brasil com uma breve estada em Buenos Aires, onde trabalhou por alguns anos como funcionário da famosa confeitaria “El Molino”. Quando veio para Porto Alegre, fundou, em 1895, a Confeitaria Sul-América, na Rua Riachuelo, próximo onde se seria edificado o prédio da Confeitaria Rocco em 1910. O prédio abrigaria sessenta empregados que se

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS – CAPES. Porto Alegre/RS.

dividiam entre a produção, atendimento, manutenção da fábrica de doces, a confeitaria e o salão de festas (CINQUANTENARIO, 2000, p. 364).

O edifício, em uma breve descrição, possui uma linguagem no estilo *Art Nouveau*¹ com elementos ecléticos, que impressiona pela imponência e pelo conjunto escultórico que apresenta. Nas esquadrias externas estão três pares de atlantes² formados por um atlante jovem e outro idoso. O atlante jovem representa a América e a fartura, e o atlante idoso representa a Europa e a abundância. Os atlantes suportam com uma mão a sacada e com a outra a cornucópia da fecundidade, representada por um cesto com frutos da terra. O conjunto escultórico no frontispício representa a Luz, tendo a figura feminina central emoldurada por uma lira; ao seu lado duas crianças numa clara alusão explícita às artes, em especial à música (MORAES, 2003, p. 103).

Nota-se que a obra e sua carga simbólica expressam o sentimento e a cultura do proprietário. O conjunto evoca uma herança ancestral que preconiza a ligação entre a Itália (Velho Mundo) e o Brasil (Novo Mundo), este sinalizando para a prosperidade. A arte vem consolidar a herança grega sobrepondo-se e dominando o cenário. Nesse sentido, a "tradição cultural" ou "memória social" do grupo seria o local onde são escondidos ou guardados e de onde se retiram quando necessário, os "traços culturais isolados do todo, que servem como sinais para uma identificação étnica" (CUNHA, 1987, p. 88).

Desde a inauguração do salão de festas havia grande procura para a realização de banquetes e bailes aristocráticos em suas dependências. Além disto, na confeitaria muitas sociedades tiveram seu lugar de nascimento. Uma delas foi Societá Italiana Moranesi Uniti, em 1924, destinada aos italianos nascidos em Morano Cálabro com finalidade beneficente e instrutiva (BRUM, 2009, p.153). A confeitaria era local de homenagens recorrentes a cônsules e diplomatas estrangeiros que passavam por Porto Alegre. Entre as figuras

¹ Art nouveau ou arte nova é um estilo internacional de arquitetura e de artes decorativas – especialmente o início da arte aplicada à indústria – que foi muito apreciado de 1890 até os anos 1920. Nesta forma de arquitetura, o próprio objeto ou estrutura é concebido de forma ornamental devendo apresentar três características: a época de construção, a presença de novidades técnicas, tipológicas e funcionais e a incorporação de trabalho artesanal e artístico à construção, que não recorre ao repertório historicista (UFRGS.BR).

² Habitantes da lendária Atlântida, mencionada por Platão em suas obras "*Timeu ou a Natureza*" e "*Crítias ou a Atlântida*". Os atlantes eram senhores de uma civilização muito avançada. Palácios e templos cobertos de ouro e outros metais preciosos destacavam-se numa paisagem, onde o campo e a cidade conviviam em harmonia. Jardins, fontes, ginásios, estádios, estradas, aquedutos, pontes estavam por todo o lado e à disposição de todos. Desta abundância nasceram e prosperaram as artes e as ciências. Eram muitos os artistas, músicos e grandes sábios. Apesar de cultivarem a paz e a harmonia nunca deixaram de praticar as artes da guerra, já que vários povos, movidos pela inveja, cobiçando a sua riqueza, tentavam conquistar o continente. O exército Atlante preparou-se para a guerra e aos poucos foi conquistando grande parte do mundo conhecido, dominando vários povos e várias ilhas em seu redor incluindo uma grande parte da Europa Atlântica e parte do Norte de África. Poseidon vendo que o coração dos atlantes endureceu com a guerra convocou os deuses e os castigou fazendo Atlântida desaparecer (SOHISTORIA.COM.BR).

homenageadas estão o diplomata italiano Dr. Piero Parini e o cônsul Manfredo Chiostrì, brindados com banquetes no salão e com comparecimento das autoridades locais (BRUM, 2009, p. 293).

Por ocasião do falecimento, Rocco Nicolau que tinha herdeiros diretos deixou um testamento beneficiando diversas pessoas e entidades. A cada orfanato de Porto Alegre ele destinou um dote aos órfãos pobres que se casassem. Deixou parcelas de sua fortuna a cada afilhado de batismo, aos operários da fábrica e confeitaria, aos três empregados mais antigos, aos filhos do seu sobrinho José Irace, às sobrinhas órfãs residentes na Itália e às filhas do Dr. Giovanni Campelli. O maior montante do capital que ultrapassava a quantia de 1.000:000\$000 ficou para o único sobrinho e testamentário, residente nesta Capital, Sr. José Irace (Jornal Correio do Povo, 31 jul. 1932, n. 180, p. 4, 31).

Desconhece-se a data precisa da edificação do jazigo de Nicola Rocco e José Rocco Irace. Provavelmente tenha sido encomendada ao atelier Lonardi & Teixeira por José Rocco Irace entre o anos de 1932-1935, tendo em vista o trabalho esmerado e os vínculos de conterraneidade que se desenvolveram com os patricios. Os detalhes demonstram que provavelmente a obra do túmulo tenha sido executada pela empresa, e o principal indicio deste fato é a pietá construída em bronze que integra o conjunto tumular.

Figura 1 – Jazigo de Nicola Rocco e José Rocco Irace (Detalhe – Pietá)



Fonte: acervo da autora.

O conjunto feito em mármore é composto por uma proteção amparada por colunas, onde também estão abrigadas as fotografias da família elaboradas em uma espécie de porta retratos em bronze e fixadas na parede ao fundo da cobertura. No centro da obra está a pietá esculpida em bronze (com a face desfigurada), usando uma espécie de manto que

além do corpo encobre a cabeça. A dama com o rosto e olhar elevado ao céu ampara sobre si o filho inerte sentado sobre o manto (faltando a parte abaixo dos joelhos e pés). Com uma mão segura um braço e apóia na perna o corpo reclinado à esquerda, enquanto a outra mão segura a cabeça pendente para o mesmo lado. Sobre as pietás, o historiador Arnoldo Walter Doberstein (2002, p. 282) observa que

Entre as imagens, a Pietá aqui produzidas pelos estatuários patricios, o grande destaque ficou com a Pietá de Leoni Lonardi, executada entre 1931-1932. [...] Só em Porto Alegre foram construídos sete mausoléus com esta Pietá de Lonardi. Trata-se de um modelo inspirado na iconografia da Paixão da Mãe Dolorosa [...] tradição desenvolvida na imaginária espanhola para expressar a sensibilidade do barroco ibérico.

Doberstein (2002) ainda observa que a composição da dor, denominação registrada no livro de inventário da empresa, de 1931, pertencente ao acervo de Julio Lonardi, foi inspirada na pietá de Peter Feile que constava em publicação nos Grabschmuck Abteilung für Galvanoplastik em 1919, juntamente com outros autores que se tornaram referências para reprodução de obras cimiteriais pelos escultores italianos. Reiterando o que foi dito, existem semelhanças nos detalhes da Pietá (dor) produzida entre os anos 1921-1932 e aquela elaborada para o jazigo da Família Rocco, permitindo inferir que a pietá da Família Rocco possa ser da autoria de Leone Lonardi.

Antonio Provenzano

Antonio Provenzano, nascido em 1841, na Itália, imigrou para o Brasil, especificamente no ano 1879, radicando-se em Porto Alegre e estabelecendo-se no Mercado Público, onde se dedicou ao comércio de aves, frutas e ovos. O local até então era território das “tias minas” que vendiam seus produtos expostos em tabuleiros transportados na cabeça. Antonio, juntamente com outros compatriotas, mudou as feições do mercado, construindo um chalé de dois pavimentos que servia tanto como depósito de gêneros quanto de residência de seu proprietário. Tornou-se pioneiro no comércio de exportação de ovos, atividade que explorou de 1888 a 1900. A produção e exportação eram significativas na quantidade produzida e no valor econômico, fazendo com que Antonio fosse cognominado “Rei da exportação de ovos”. (BRUM, 2009, p. 311).

A referência ao trabalho das escravas de ganho remete a um período de transição quando os imigrantes começam a ganhar visibilidade, ocupando espaços que antes pertenciam a indivíduos fragilizados, como as afrodescendentes, que ocorreu em consequência do processo de urbanização. A construção dos chalés de dois pisos mudou

a feição do mercado porque dinamizou a produção e a venda dos produtos, e os italianos irão dominar os negócios neste espaço que compreende o Mercado Público e seu entorno, a ponto de exportarem seus produtos. Vittorio Bucelli (1906, p.88) relata que a Rua Voluntários da Pátria, antigo “Caminho Novo” apresentava nas imediações do mercado inúmeras casas exportadoras e importadoras, lojas para comércio de cereais e produtos provenientes das colônias.

Antonio Provenzano faleceu em dia 24 de julho de 1932, aos 91 anos, sendo sepultado no mesmo dia com extraordinário acompanhamento (BRUM, 2009, p. 311). Sua sepultura apresenta o retrato tridimensional do casal esculpido em baixo relevo sobre uma placa de mármore. Os primeiros retratos seriam simples máscaras de cera que reproduziam o rosto do chefe de família morto – tendo assim uma função religiosa fúnebre e de perpetuar a sua imagem – colocada no *Tablinium*.¹ Devido à sua fragilidade, mais tarde se recorreria à sua execução em materiais mais duráveis, como o mármore. Estas imagens evidenciam mais uma preocupação de realismo do que artístico (ARTERUSSO.NET).

Figura 2 – Jazigo da família de Antonio Provenzano



Fonte: acervo da autora.

O retratado pode ter sido esculpido somente a cabeça e uma parte do corpo, ou então o corpo inteiro. O busto é a representação tridimensional da figura humana retratada,

¹ Na arquitetura romana, um *tablinum* (ou tablinum, da *tabula*, tábua, quadro) era uma sala geralmente situada em um lado do átrio e em frente à entrada abria-se na parte traseira para o peristilo (galeria de colunas isoladas, em torno de um edifício ou de um pátio, conjunto das colunas da fachada de um edifício) com uma janela grande ou apenas uma antessala ou cortina. As paredes eram ricamente decoradas com pinturas a fresco, e os bustos da família estavam dispostos em pedestais nos dois lados da sala.

que compreende a cabeça, o pescoço, os ombros, o princípio dos braços e parte do tronco (CABRAL, 2008, p.1540). Essa categoria de estatuária tridimensional está ligada a um conjunto de fatores que transcende o valor artístico e moral do grupo social do qual antecede (VOVELLE, 1997, apud BORGES; OLIVEIRA, 2012, p. 1-2).

A estatuária funerária constrói imagens que dão corpo à ideia de bustos agrupados, que identificam a historicidade do casal burguês, cujos cônjuges nem sempre morreram juntos. Por exemplo, Maria M. Provenzano faleceu em 24 de maio de 1929 e Antonio Provenzano faleceu, posteriormente, como foi mencionado. Eles pertenciam a uma burguesia emergente composta por imigrantes italianos (CONSTANTINO, 1990, p. 105) que eram liderados por figuras de destaque na coletividade entre os quais se destacavam ele – Antonio Provenzano, Nicola Rocco e Virgilio Calegari. Neste sentido, a colocação da peça no monumento funerário proporciona alguma noção central sobre a estruturação da cultura burguesa (FLORES, 2006, p. 21-39).

Virgilio Calegari

Virgílio Calegari, proveniente de Bérgamo, na Itália, chegou ao Brasil com os pais Rosa e Oscar Calegari, na década de 1880, e se instalaram em Caxias do Sul. O italiano fez parte da segunda leva de imigrantes que aportaram na região sul do Brasil, e também integraram o grupo daqueles que ficaram nos centros urbanos. Chegando ao Rio Grande do Sul se instalou na região serrana, e, três anos depois, mudou para Porto Alegre, onde montou seu primeiro atelier em 1893, na Rua do Arroio, atual Bento Martins; três anos mais tarde se transferiu para a Rua dos Andradas.

O fotógrafo chegou a Porto Alegre no período em que a cidade passava por um momento de transformação urbana, conhecida como a *Belle Époque* porto-alegrense, fase em que “a cidade reproduzia [...] assimetria social da ordem burguesa que se consolidava” (ETCHEVERRY, 2007, p.108). Nesse sentido, sua atuação como fotógrafo foi muito importante para a afirmação da modernidade pretendida pela cidade, sendo considerado como um profissional capaz de apresentá-la por meio de seu trabalho.

Dois anos depois de sua chegada à capital, se encontra o registro do primeiro recolhimento de impostos sobre profissões do seu estabelecimento. Ao longo de sua carreira participou de várias mostras nacionais e internacionais das quais recebeu várias premiações. Em 1910, o rei Vítor Emanuel II, da Itália, concedeu-lhe o título de Cavaleiro da Coroa. A partir de então, a designação de Cav. passou a constar nas propagandas de jornais.

A marca do Cavalier Calegari foi utilizada como diferencial no seu produto, tanto que em seu Studio as fotografias recebiam carimbo d'água com a figura de seu brasão e a inscrição "Cav. Virgilio Calegari" à frente. O verso da fotografia era constituído por estampa com um pássaro com o nome Calegari e o endereço do atelier (BORGES, 1999, p. 56).

Durante algum tempo, Virgilio colaborou com as revistas ilustradas *Kodak* e *Máscara*. A primeira era a revista ilustrada pioneira em Porto Alegre com uma circulação que durou de 1912 e 1920, e a segunda circulou no período de 1918 a 1928. Quatro anos depois de cessar a circulação da *Máscara*, o recolhimento de impostos de seu estúdio fotográfico foi suspenso, o que faz crer que tenha sido quando encerrou sua longa carreira como fotógrafo profissional. (KOSSOY, 2002, p. 95-96). O recolhimento de imposto indica que Virgilio exercia uma profissão em um estabelecimento, onde comercializava os mais variados tipos de fotografias e maquinário. Mesmo expediente praticado por seu conterrâneo Tarragno,¹ que no ano de 1860 anunciava que “em seu comercio vendia máquinas fotográficas com acessórios garantindo ensinar o manejo das mesmas” (BORGES, 1999, p. 47).

O túmulo de Oscar Calegari fica próximo ao do filho. É um monumento funerário de composição singela e está adornado por uma placa de identificação rodeada por troncos de árvores. Símbolo da vida em perpétua evolução e em ascensão para o céu, a árvore evoca todo o simbolismo da verticalidade. Por outro lado, o jazigo da família de Virgilio Calegari apresenta ao centro o retrato de uma figura feminina rodeada de fotografias de outros membros da família. Sobre e acima dela há um retrato de bronze em baixo relevo da face de Cristo esculpida de perfil.

As representações das faces de Cristo no ocidente tiveram origem na renascença (França Espanha e norte da Europa); caracterizam-se pelo homem das dores, o sofredor. As imagens de Cristo no Cemitério da Santa Casa foram concebidas entre as décadas de 1920 e 1930, quando iniciou o movimento católico no estado. A partir de então, foi sendo implementado um processo de mudança de comportamento, vindo a predominar um pouco mais de verismo² e expressões melancólicas que se refletiram na arte religiosa. Segundo os cânones clássicos, as figuras de Cristo deveriam expressar espiritualidade, grandeza e sofrimento sereno (CHARÃO, 2008, p. 1184).

¹ Porto Alegre somente contou com um fotógrafo em 1853, quando o italiano Luis Tarragno aportou na cidade. Ele foi o primeiro fotógrafo de Porto Alegre. (BORGES, 1999, p. 46).

² Corrente que surgiu no final do século XIX, na Itália, em defesa da representação fiel do real e da verdade na arte e na literatura, nomeadamente de vertentes relacionadas com os problemas sociais, o quotidiano, o feio e o vulgar.

Figura 3 – Jazigo da família de Virgílio Calegari



Fonte: acervo da autora.

As faces originaram-se de um fazer que se apresenta ao espírito. Em primeiro lugar porque antecipa o olhar de quem observa, e em segundo elas não determinam em sua execução um sentimento ou uma ideia, mas tem sua elaboração a partir de uma vontade coletiva idealizada individualmente. Esta vontade exprime a redenção através do sofrimento, da elevação do espírito pela interiorização da experiência vivenciada que aperfeiçoa a sabedoria. (CHARÃO, 2008, p. 1185).

O retrato era uma imagem duradoura que poderia ser selecionada em outro momento para se transformar em retrato memorial e ocupar um lugar de destaque no túmulo. Os italianos foram os responsáveis pela popularização dos retratos nas lápides e ao italiano Joseph J. Inguanti é atribuída a designação de “ritratti” (retratos) para as fotos que servem para marcar as sepulturas (BORGES, 2012, p. 3). A imagem tumular é uma representação do morto. Neste sentido,

Retrato, apresentado na forma de uma pintura, de uma escultura ou de uma fotografia, normalmente apresenta-nos o retratado como um ícone, ora mais idealizado, ora mais realista; ele se torna público e traz consigo a representação da áurea da pessoa (MARQUES, 2008, p. 59).

O conjunto de imagens apresenta uma imagem feminina; provavelmente seja a mãe do Virgílio Calegari, como figura central na qual é depositária da coesão familiar. Com roupa sóbria e cabelos presos, sentada com as mãos postas no espaldar da cadeira guarda a

memória familiar que transpõe as imagens apresentadas e se dilui nos trabalhos realizados para enaltecer a capital gaúcha.

Família Ferrari

Por volta de 1870, Rafael Ferrari chegou da Itália com sua família (a esposa e filhos, Carlos e Jacintho), e estabeleceu, inicialmente, seu atelier na rua Riachuelo. Depois, transferiu-se para a Rua Duque de Caxias (KOSSOY, 2002, p. 132). Rafael Ferrari, patriarca da família Ferrari deu início ao empreendimento no ramo fotográfico em Porto Alegre. Mais tarde, os filhos Carlos, Jacintho e Rafael Júnior seguiriam seus passos.

O caso da família Ferrari não é isolado. Trata-se de um empreendimento familiar em um ramo de atividade que por longos anos foi caracterizada pela hereditariedade neste segmento. Em 1883, Rafael adquiriu o estabelecimento de Baldwin Röhrig e deslocou seu ateliê para a Rua Duque de Caxias. Quando se aposentou, por volta de 1885, deixou o estúdio para os filhos Carlos e Jacintho, que assumiram a empresa com a denominação de Ferrari e Irmão (ETCHEVERRY, 2007, p. 85). Em 1900, o atelier dos irmãos Ferrari mudou-se para a Rua dos Andradas, e cinco anos depois desfizeram a sociedade (DAMASCENO, 1974, p. 20).

Carlos se tornou proprietário da Photographia Central, enquanto Jacintho seguiu também exercendo atividade de fotógrafo em seu negócio próprio. Rafael Júnior, o caçula dos Ferrari, iniciou na fotografia auxiliando seus irmãos e construiu sua trajetória profissional transitando entre Porto Alegre e Mato Grosso, onde ficou realizando retratos para o extenso documentário da Missão Rondon (KOSSOY, 2002, p. 132).

Em 1886, os Ferrari retrataram os principais lugares da capital gaúcha e do interior e comercializaram fotografias em fascículos. O sucesso da empresa dos Ferrari deve-se à atualização constante dos profissionais com as inovações tecnológicas da fotografia que eram desenvolvidas na Europa e chegavam até eles pelas revistas especializadas provenientes do velho mundo. Os anúncios nos jornais da capital também garantiam a prosperidade nos negócios e a boa freguesia (ETCHEVERRY, 2007, p. 85).

Figura 4 – Jazigo perpétuo da Família Ferrari (Detalhe)



Fonte: acervo da autora.

O monumento tumular da família Ferrari foi elaborado em cimento e revestido de azulejos em formato de balcão com trapézio isóscele ao centro. Em frente dele, abaixo, são depositados os retratos da família. No topo tem uma cruz. E ao pé da cruz está uma placa de mármore contendo a informação – Jazigo Perpétuo da Família Ferrari. No entremeio da escrita está o retrato de uma câmera fotográfica. Quando se observa um túmulo deve-se considerar que no mundo dos vivos os homens são agentes históricos. Ou seja, são eles que produzem as fontes, construindo por meio delas signos e significados para dar sentido à vida de outros homens.

Dessa forma imprimem nas lápides suas impressões a respeito dos mortos. Essas impressões, que podem ser um sinal, uma imagem, palavras ou escultura, darão valor ao diálogo e à narrativa. Assim, os homens buscam formas de representar sentimentos, sonhos, aspirações e sensibilidades norteadoras da sociedade histórica dentro de um determinado espaço geográfico. Dentre as construções imaginárias, inserem-se os signos relacionados ao mundo do trabalho e o papel das profissões numa visão antropológica (CHARÃO, 2009, p. 243).

Os indivíduos como aqueles que integraram a família Ferrari escolheram para suas vidas determinada profissão, como ser fotógrafo, dentro de uma ética e um acordo de valores e ritos sociais, que as identificam e marcam seu lugar na sociedade pela vida inteira. Os Ferrari marcaram lugar na sociedade porto-alegrense retratando a cidade e seu cotidiano. Muitas vezes as escolhas profissionais acompanham estes sujeitos após a morte e ficam guardadas na cidade velada – o cemitério, como no caso da família Ferrari em que o monumento funerário expressa através da representação da máquina fotográfica, a atividade profissional dos membros familiares.

Giacomo Bernardi

Giacomo Bernardi, natural da Província de Vicenza, na Região do Vêneto, imigrou para o Brasil em 1883. Integrava uma leva de imigrantes italianos destinados à colônia de Caxias. Não se sabe por que razão ele mudou-se para a cidade de São Jerônimo, onde se estabeleceu por dois anos trabalhando como gerente de uma fábrica de tijolos e artefatos de cimento. Após ter somado certo capital financeiro, mudou-se para Porto Alegre, onde passou a dedicar-se à produção de hortaliças e frutas e criação de gado leiteiro. Iniciou com um pequeno empreendimento e foi conquistando mercado da capital com fornecimento de leite para o Mercado Público que abastecia a cidade.

Por volta do ano de 1984, adquiriu uma vasta extensão de terras, onde hoje se situa o bairro Passo da Areia. Iniciou um empreendimento que contava com aproximadamente 150 hectares (em torno de 15 mil metros quadrados) de terras. A fazenda fornecia diariamente 300 litros de leite para o Mercado Público de Porto Alegre. Com a finalidade de melhorar a produção de leite importou e efetuou o cruzamento de animais da raça Holandesa e Jersey, e em poucos anos havia constituído a Fazenda Modelo. O viajante italiano Vitório Buccelli (1906) descreve a propriedade com esmero, priorizando os ângulos positivos: o primeiro apresenta uma casa com um pequeno terraço circundado por um jardim onde cresciam árvores frutíferas de espécies indígenas, estrangeiras e vinhas plantadas de maneira a lembrar dos vinhedos da Toscana. As frutas e o vinhedo ocupavam dois hectares de terra, usados como campo experimental de cultura racional. (BUCCELLI, 1906, p.131-34). É sobre o sucesso do empreendimento que o relato do viajante se detém quando conta que a fazenda recebeu três prêmios por ocasião da Exposição Agropecuária da Sociedade Agrícola-industrial, Centro Econômico do Rio Grande do Sul, em reconhecimento pela eficácia do experimento dos produtos frutíferos e da criação de gado. O autor informa sobre um sistema racional de produção, tanto na criação de gado, de hortaliças e frutas, aliado à utilização de instrumentos tecnológicos adaptáveis ao clima brasileiro conforme Buccelli. A utilização das máquinas agilizava o desenvolvimento de técnicas de criação, o manejo racional das terras e a tecnologia implicaram no aumento da produção de grãos, de forragem e no avanço da modernização da agricultura. Mas, acima de tudo, “modificavam a organização da produção com a introdução do assalariamento no campo (altera-se a base técnica), incorpora-se a agricultura ao circuito global de produzir, consumir e, principalmente, atrelada ao setor financeiro” (MULLER, 1997, p. 61).

Foi dentro deste processo que mais tarde os filhos de Giacomo – Bernardino e Bertolino – se associaram ao pai e continuaram incrementando o empreendimento conforme informa o diário oficial de 1913 (p. 3906), em requerimento do Presidente da

Associação de Criadores de Gado ao Sr. Alfredo Gonçalves Moreira, onde solicita ao governo autorização para Giacomo Bernardi & Filhos importarem touros da raça flamenga e gado vermelho das planícies do norte da Europa (DIÁRIO OFICIAL, 1913. p. 3906). A vinda dos animais tinha como fim refinar o gado leiteiro para aumentar a produção de leite e com isso criaria um excedente que seria manufaturado e transformado em queijo e doces.

Cinco anos antes da morte do pai, em 1929, os irmãos se associaram e fundaram a empresa Irmãos Bernardi e Cia. Compraram e lotearam os terrenos de Eugênio Rubbo e Francisco Zanenga que compreendiam o atual Bairro Cristo Redentor. Giacomo Bernardi faleceu em 1936 e foi sepultado no Cemitério da Santa Casa. Ele deixou uma herança significativa para os filhos constituída, tanto de bens materiais como de prestígio comercial e econômico advindos das atividades agrícolas, pecuárias e industriais às quais se dedicou, desde sua chegada em Porto Alegre.

A sepultura de Giacomo Bernardi construída em estilo eclético está orientada pela imagem de Santo Antônio,¹ o santo da devoção familiar. A obra tumular se situa num dos quadros antigos de enterramentos, onde estão os jazigos de políticos, comerciantes e industriários, ou seja, a elite econômica da capital gaúcha. Na lápide se observa a inscrição do nascimento, em 1854, na localidade de *Vicenza*, na Itália, e do falecimento em Porto Alegre em 1936. A grafia italiana da localidade de nascimento do patriarca está associada à sua identidade, articulando sentidos e produzindo significados que despertam a construção da memória ancestral. O túmulo guarda os restos mortais dele, da esposa, e dos filhos, ligados não apenas por laços de sangue, mas também por laços de pertencimento.

¹ A devoção ao santo é recorrente nos imigrantes oriundos do norte da Itália, pois a aproximadamente meia hora de distância de Veneza, encontra-se Pádua, a terceira maior cidade do Vêneto, onde está localizada a Basílica de Santo Antônio.

Figura 5 – Jazigo da família Bernardi (Detalhe)



Fonte: acervo da autora.

A ligação do patriarca com o passado e o local de origem é evocada tanto na devoção a Santo Antônio, quanto na herança histórica simbolizada pelas colunas romanas que sustentam o nicho do santo. A elaboração da obra com elementos da antiguidade configura sua origem e o identifica com seu grupo. Deve-se considerar, nesse processo que continuidade, tradição e transformação coexistem e concorrem para a construção de uma nova ordem real ou imaginada que sempre pressupõe um retorno (TETI, 2001, p. 577).

Nessa direção, a construção tumular é depositária de uma enunciação relacionada à memória ancestral. A memória, no caso dos familiares em relação à origem da família transmuda experiências vividas por Giacomo do passado para o presente. Nesse sentido, a memória evocada através dos símbolos produz a sensação ilusória de que é possível reavivar o que passou, tornando o passado uma presença acessível. (CANDAU, 2011, p. 15).

Considerações finais

Dentro do processo migratório iniciado em 1875, muitos imigrantes optaram por se estabelecer nas cidades onde constituíram fortunas e prestígio. Todos contribuíram de alguma forma para a história de Porto Alegre. Nicolau Rocco ergueu um prédio para sua confeitaria que se tornou símbolo da italianidade na capital. Antonio Provenzano colaborou para a nova conformação do Mercado Público que transformou a dinâmica de

funcionamento do local no período de transição do trabalho escravo para trabalho remunerado livre. Virgílio e a família Calegari, juntamente com a família Ferrari comercializaram imagens do cotidiano e registraram o desenvolvimento da capital através das lentes fotográficas, produzindo álbuns e cartões postais de Porto Alegre. Giacomo revolucionou a criação de gado ao adotar a criação racional e investindo em maquinário agrícola e melhorando a produção de sua propriedade.

Os túmulos de Giacomo, Nicolau e Antonio refletem a posição social de destaque que ocuparam na sociedade. O da família Ferrari traz a representação da atividade profissional e o de Virgílio demonstra uma existência mais intimista pela simplicidade do túmulo que não indica, nem sua atividade, nem sua posição social. Quanto à italianidade ela se expressa somente no túmulo de Giacomo que assinala seu lugar de nascimento. Nos túmulos de todos imigrantes estudados, a origem é notória no nome e a italianidade se manifesta na autoria e na composição tumular. Quanto aos fotógrafos no cemitério e na sociedade, eles têm a identidade vinculada à atividade profissional que além de ligá-los a cidade estabelece laços estreitos com os patrícios que residiam em Porto Alegre.

Referências

ARTES VISUAIS. Disponível em:

http://arterusso.net/assets/textos/harte_1/roma2_escultura.pdf. Acesso em: 25 mar. 2019.

ART NOUVEAU. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/historiadaarquitectura/movimentos-de-renovacao-1/art-nouveau-1880-1914-contexto-1/caracteristica>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BORGES, Marca de Castro. *Imagens da cidade: o olhar de Virgílio Calegari sobre Porto Alegre do século XX*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Departamento Multimeios. Campinas: UNICAMP, 1999.

BORGES, Maria Elisia; OLIVEIRA, Juliana Rodrigues. Retratos memoriais: Nascimento/morte da linguagem familiar burguesa. *Fênix*, Revista de História e Estudos Culturais. Maio/Junho/ Julho/ Agosto de 2012, v. 9, a. IX, n. 2.

BRUM, Rosemary Fritsch. *Caderno de pesquisa: notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre 1911 e 1937*. São Luiz: EDUFMA, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2Fy5hKz>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BUCCELLI, V. *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. Milão: L. F. Pallestrini & C., 1906.

CABRAL, Maria Madalena Roberto. (Org.). *Iconografia: documentação histórica e fotográfica do acervo artístico no município de Goiânia*. Goiânia: Divisão de Patrimônio Histórico, 2008.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto,

2011.

CHARAO, Egiselda Brum. As faces de Cristo nos cemitérios de Taquara. In: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nello stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

CONSTANTINO, Nuncia Santoro. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e a permanência da identidade entre os moraneses*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 1990.

CONSTANTINO, Nuncia Santoro de. *Espaço urbano e imigrantes: Porto Alegre na virada do século*. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 24, n.1, p. 55-67, jul., 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DAMASCENO, Athos. *Colóquios com a minha cidade*. Porto Alegre: Globo, 1974.

DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. *Estatuários, Catolicismo e Gauchismo*. Porto Alegre: Edipucs, 2002.

ECHEVERRY, Carolina Martins. *História da fotografia moderna brasileira: experimentações de Geraldo de Barros e José Oiticica Filho (1950-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Estética do corpo e da pedra: ciência e arte na política do belo*. *ArtCultura*, Uberlândia, MG, v. 8, n. 12, p. 21-39, Jan./Jun. 2006.

KOSSOY, B. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MARQUES, Luiz. *A fábrica do antigo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

MORAES, George Augusto Moraes de. *A contribuição de Manoel Itaquí para a arquitetura gaúcha*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração em Teoria, História e Crítica da Arquitetura. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MULLER, Miguel Matias Utzing. *A Cooperativa como Instrumento de mudança no espaço agrário do município de Santa Rosa – RS*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Área de Concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis/SC Dezembro - 1997.

SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008.

CHARAO, Egiselda Brum. *Representações no mundo do trabalho nos cemitérios: Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS*. *AEDOS*, n. 4, v. 2, Novembro 2009. Disponível em <http://www.seer.ufrgs/aedos>. Acesso 12 mai. 2019.

TETI, V. In: *Emigrazione, alimentazione, culture popolari*. BEVILACQUA, P.; DE

CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 575-597.

Fontes documentais

Annuário do Estado do Rio Grande do Sul para o anno de 1894. Publicado sob a orientação de Graciano de Azambuja (décimo ano) Porto Alegre: Editores Guldach e Cia., Livreiros, 1893.

ATLANTIS. Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/lendasemitos/atlantida/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

DIÁRIO OFICIAL. Brazil, 1913. P. 3906. *Giacomo Bernardes*. Disponível em: <https://bit.ly/37K8Ads>. Acesso 01 set. 2016.

JAZIGO DE NICOLA ROCCO E JOSÉ ROCCO IRACE [Imagem] Acervo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

JAZIGO DE ANTONIO PROVENZANO [Imagem] Acervo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

JAZIGO DA FAMÍLIA DE OSCAR CALEGARI [Imagem] Acervo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

JAZIGO DA FAMÍLIA DE VIRGILIO CALEGARI [Imagem] Acervo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

JAZIGO DA FAMÍLIA FERRARI [Imagem] Acervo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

JAZIGO DA FAMÍLIA BERNARDI [Imagem] Acervo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

TESTAMENTO DE NICOLA ROCCO. *Correio do Povo*, 31, jul., 1932, n. 180, p. 4, 31.

MAUSOLÉU OTÁVIO ROCHA NO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE

Vanessi Reis¹

Introdução

O presente trabalho trata da leitura de imagem do mausoléu construído a Otávio Francisco da Rocha – Intendente Municipal, entre 1924 e 1928 – no cemitério da Santa Casa, em Porto Alegre. Erigido com verba da municipalidade foi ato de gratidão da população em retribuição aos grandes feitos de seu administrador. Sua atuação se deu quando a cidade já chegava a 190 mil pessoas e os desejos de modernidade permaneciam latentes, após anos de grandes, necessárias e invisíveis reformas urbanas em infraestrutura, que não refletiam, na paisagem, a imagem de desenvolvimento e progresso desejados à cidade. O monumento apresenta uma síntese, numa perspectiva e num mapa da cidade, das melhorias realizadas pelo Intendente, tanto na Arquitetura quanto no Urbanismo. A obra mostra a sobreposição da Nova Cidade àquela que todos queriam apagar, inspirados pelas ações “modernas” de Paris.

Figura 1 – Lápide de Otávio Rocha



Fonte: acervo da autora.

¹ Bacharel em Artes Visuais/UFRGS. Porto Alegre/RS.

A imponente representação plástica da lápide se destaca no conjunto funerário do Intendente. Clio aponta, com a mão espaldada, apresentando seus grandes feitos, numa vista e num mapa da cidade, com suas novas obras e devidas localizações. O conjunto convida à apreciação pela imponente, riqueza e detalhamento da obra, e intriga pelos lugares e formas urbanas, em destaque.

Foi feito registro fotográfico da obra, *in loco*, e levantamento e análise de suas partes. Foram identificadas as obras públicas e feitos os levantamentos histórico, arquitetônico, urbano e cartográfico, em documentos, livros, periódicos e mapas urbanos, das mesmas. A pesquisa abordou cada elemento identificado no mapa e incluiu comparações de suas representações com fotografias da época.

Foram identificados elementos do contexto citadino a partir de suas representações na obra funerária e verificada a participação do Intendente em seus projetos, durante sua administração.

A obra

Este monumento encontra-se edificado no “Quadro A – lado direito” do cemitério da Santa Casa, situado à Avenida Professor Oscar Pereira, no Bairro Azenha, em Porto Alegre.

Otávio Francisco da Rocha, nascido em Pelotas, em 1877, era militar, engenheiro, educador, político e jornalista brasileiro. Atuou como Intendente de Porto Alegre, de 1924 a 1928, sucedendo José Montauray (1897-1924) e foi sucedido por Alberto Bins (1928-1937).

Realizou seus estudos iniciais em Pelotas e secundário no ginásio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo. Ao completá-los, ingressou no Exército, em 1891, buscando a carreira de engenheiro militar. Fez estágio na estrada de ferro Rio Grande-Bagé, servindo em Rio Grande até 1903. Depois passou à Escola Preparatória e Tática de Rio Pardo e em 1905 à Escola Militar de Porto Alegre, onde permaneceu até 1909, quando foi eleito deputado estadual.

Enquanto deputado, foi redator do jornal *A Federação*, membro do Partido Republicano Riograndense e também professor de Geometria e Aritmética no Colégio Julio de Castilhos.

Depois de eleito deputado federal mudou-se para o Rio de Janeiro, onde permaneceu pouco tempo, retornando ao Rio Grande do Sul e ao Exército, em 1914, onde permaneceu até 1918, quando eleito novamente deputado federal. Reeleito em 1921, apoiou a candidatura oposicionista de Nilo Peçanha à presidência.

De volta a Porto Alegre foi indicado para sucessão de José Montauray na prefeitura da capital gaúcha. Nessa época, a população da cidade já chegava a 190 mil pessoas e ele elegeu-se com apenas oito mil votos.

Assumiu a Intendência (Prefeitura) com a determinação de reformar a cidade, transformando-a em uma "Nova Paris". No projeto estavam previstas as construções de largas avenidas, bulevares e rótulas e, para colocá-lo em prática, especialmente na área central, Otávio Rocha mandou derrubar dezenas de casarões e cortiços, que simbolizavam pobreza e atraso da cidade. Além disso, providenciou água tratada à população e ampliou a iluminação pública. Esta série de reformas fez com que ficasse conhecido como o "reformador" da cidade de Porto Alegre.

Tais reformas, no entanto, endividaram a capital e novos impostos foram criados em 1925: sobre as profissões, os divertimentos, o comércio e a indústria, a caridade, a conservação de ruas e estradas, taxas sobre os serviços de coleta de lixo e aferição de pesos e medidas. Em 1927, três mil automóveis já circulavam em Porto Alegre, número inferior apenas ao da frota de São Paulo.

Otávio Rocha faleceu subitamente durante seu mandato, em 27 de fevereiro de 1928, devido a complicações de uma úlcera gástrica. Foi homenageado com uma praça e uma avenida que levam seu nome, avenida esta construída como parte de seu projeto inicial de reformas.

Dentre obras de relevância executadas, cita-se a abertura da avenida Borges de Medeiros e da Mauá, as obras da Hidráulica Moinhos de Vento, do Auditório Araújo Viana e do Parque da Redenção. Dos seus projetos, alguns só foram iniciados, e outros nem saíram do papel, como aqueles da construção de vilas operárias nos bairros São João e Navegantes (BAKOS, 1986, p. 202).

Lápide

O seu monumento funerário, executado na Casa Aloys, dirigida por André Arjonas, diretor artístico daquele estabelecimento, (Diário de Notícias, 27/02/29, p. 7) é um bom sintetizador de seu trabalho enquanto Intendente Municipal.

A lápide é feita em alto relevo em galvano-bronze, representando ao fundo à direita o cenário da fachada principal da Intendência Municipal, e a Borges de Medeiros, uma de suas obras de urbanização da cidade. À esquerda, grandes e imponentes edifícios em estilo neoclássico. À direita, no primeiro plano, uma praça de pequenos canteiros, com um palco coberto tipo concha acústica.

**Figura 2 – Detalhe do mausoléu Otávio Rocha:
Clio apresentando a Intendência e seu entorno**



Fonte: Foto da autora.

Na parte de baixo, a lápide apresenta um pergaminho com um mapa da cidade, com o traçado urbano da mesma. Este documento é fixado numa das extremidades da avenida principal supracitada, sendo, em sua parte superior, enrolado e coroadado com rosas, e na parte inferior, rasgado em seu sentido longitudinal, verticalmente, apresentando duas partes de alturas diferentes.

A figura feminina representa a “municipalidade” (Diário de Notícias, 27/02/29, p. 7). Conforme análise de Doberstein, por sua pose e gesto poderia ser tomada por uma figura da História, representada pela deusa Clio, que, apontando à lápide, mostra, à posteridade, a grandiosa obra do homenageado.

Figura 3 – Detalhe de perspectiva da Avenida Borges de Medeiros, no mausoléu



Fonte: acervo da autora.

Figura 4 – Fotografia da Avenida Borges de Medeiros – vista ao Sul



Fonte: acervo do Museu da UFRGS.

A obra de abertura foi iniciada na década de 1920, na administração do Intendente Otávio Rocha. Originou-se da antecedente Rua General Paranhos (30/10/1871), antes chamada Beco do Poço. Era uma via prejudicada pela topografia e que não conseguia respeitabilidade, por ter se transformado em foco de crimes e prostituição.

Em 1894, o Intendente Alfredo Azevedo fez uma concessão a particulares para promoverem o alargamento da via.

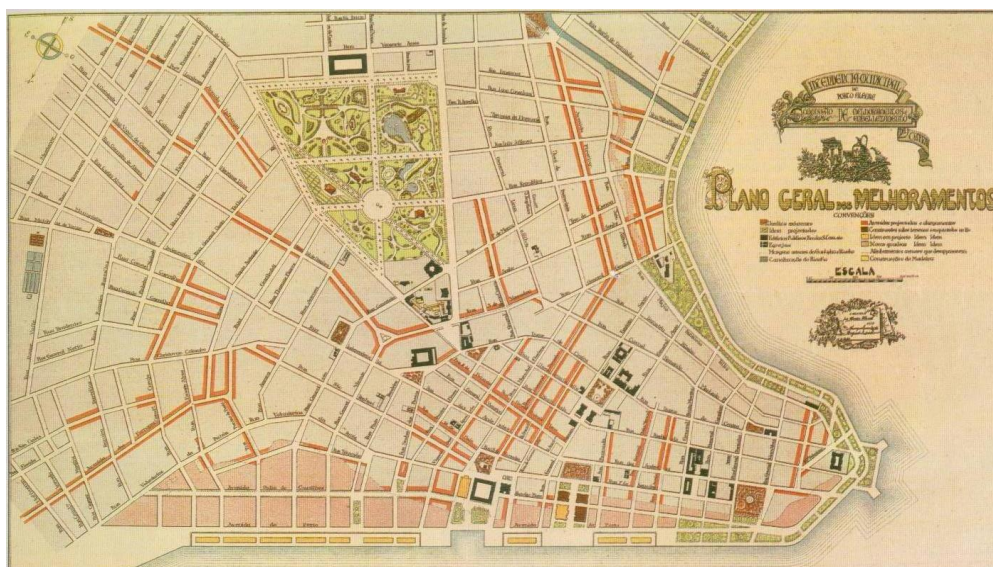
O Plano Geral de Melhoramentos, de 1914, cuidava de seu alargamento e urbanização. Estes trabalhos chegaram a ser iniciados pelo Intendente José Montaury, mas fora Otávio Rocha quem a construiu. Em seu relatório de 1925, ele escreve que já teria encontrado iniciado este melhoramento, até então projetado apenas para o trecho entre as ruas 15 de Novembro (atual José Montaury) e a Coronel Genuíno. Por achar que seria apenas uma obra de higiene e embelezamento, e não de viação, propôs uma obra bem mais grandiosa. Com largura de apenas 13m, a rua não tinha ligação com o porto e não melhorava o tráfego de veículos, tampouco a circulação de bondes. Propôs redução das inclinações à Rua Duque de Caxias, de 9% e 12% para 1% e 5%, sendo, para isso, necessário o rebaixamento de 13m no ponto culminante. Também é dele a proposta do viaduto de cimento armado com arco abatido, que serviria à passagem da Rua Duque de Caxias.

A nova avenida teria 21m de largura e 1.050 metros de extensão, por onde correria uma linha dupla de bondes, para comunicação com a Avenida do Porto, separadas por abrigos centrais, com postes de iluminação e arborização. A intenção era encurtar o trajeto

de todas as linhas de comunicação aos arrabaldes (Menino Deus, Glória, Teresópolis e Partenon).

O Plano de Melhoramentos, de 1914, baseava-se fortemente no discurso teórico latente no período, cujas bases eram três conceitos inter-relacionados: urbanização, higienização e embelezamento.

Figura 5 – Mapa da cidade de Porto Alegre



Fonte: Plano Geral de Melhoramentos da cidade de Porto Alegre – Moreira Maciel.

A partir da Revolução Industrial e do crescimento das cidades e seu crescimento populacional, adensamento edilício, ausência de infra-estrutura urbana e saneamento, geraram-se situações gravíssimas de salubridade. Ruas estreitas eram focos de problemas: viários, por seus congestionamentos, e de saúde pública, por dificultarem a ventilação e o isolamento de residências, facilitando a disseminação de doenças e mortes. Cidades eram áreas de risco, até, pelo menos, a interferência das autoridades, quando alarmadas pelo medo de se tornarem as próximas vítimas. Houve, com isso, o desenvolvimento de uma “medicina social e preventiva”, com o asseio da cidade, e isso incluía uma remodelação urbana.

Abertura de ruas estreitas e conexões com demais para melhoria de tráfego e ventilação/insolação, demolições de casas e cortiços insalubres, instalação de redes de água, esgotos, arborização urbana e execução de parques e praças foram medidas necessárias propostas no plano, diretamente “importadas” de Haussmann – cuja obra em Paris se transformou em paradigma da Urbanística, e que promoveu Paris a “Símbolo da Modernidade do século XIX”.

Este discurso higienizante já havia disseminado-se quando o movimento “City-Beautiful”, iniciado em Chicago, com Burnham, incorporou a beleza ao discurso.

No Brasil, destacou-se um reconhecido sanitarista, o Engenheiro Saturnino de Brito, grande conhecedor da técnica e das questões teóricas da engenharia sanitária, tendo participado de vários planos de saneamentos e projetos de obras em muitas cidades brasileiras. Este apresenta uma evidente influência de Camillo Sitte, no que diz respeito ao traçado das vias, no repúdio ao crescimento não planejado e na valorização da informalidade.

Um dos maiores destaques da administração José Montauray (junto aos aterros, construção do porto e armazéns), o Plano Geral de Melhoramentos viria a promover Porto Alegre e a consagrar Otávio Rocha como o grande “Remodelador” da Cidade.

Das remodelações urbanas do Plano, a de maior destaque talvez tenha sido a abertura da Avenida Borges de Medeiros e a construção de seu respectivo viaduto. Para a abertura desta obra viária de grande porte, foram demolidos 81 prédios entre as Ruas Riachuelo e Coronel Genuíno. Devido a questões orçamentárias, a obra não fora finalizada em seu governo, sendo esta situação prevista pelo Intendente, que acreditava que a mesma só fosse efetivada no quadriênio seguinte.

De fato, ela só teria sido acabada em 1935, pelo Major Alberto Bins, quando da abertura da Rua dos Andradas e da Praça Montevideú.

As obras do viaduto Otávio Rocha foram contratadas em dezembro de 1928 pelo Intendente Alberto Bins, de projeto do Engenheiro Manoel Itaquí. Mas o pleno aproveitamento da avenida e a implantação dos trilhos de bondes continuaram impedidos por causa de uma falta de acordo com um proprietário da esquina da Rua Jerônimo Coelho (Relatório de 20/12/1933).

Figura 6 – Construção da Avenida Borges de Medeiros



Fonte: acervo da Fototeca Sioma Breitmann.

Figura 7 – Construção da Avenida Borges de Medeiros



Fonte: acervo da Fototeca Sioma Breitman

Obra de grande destaque de sua administração, vinculada ao embelezamento citado na tríade que direcionava o fazer urbano à época, era a praça de pequenos canteiros, com um palco coberto tipo concha acústica, representados na lápide do Intendente. Tratavam-se dos jardins da Praça da Matriz e do Auditório Araújo Viana.

Figura 8 – Representação Sintetizada do Auditório Araújo Viana e dos jardins da Praça da Matriz



Fonte: foto da autora.

Figura 9 – Dia de atividade cultural no Auditório Araújo Viana



Fonte: RAMOS, 2006, p. 17.

Durante o período administrativo do Intendente Otávio Rocha, em 1927, no local do atual edifício da Assembléia Legislativa, o município construiu um auditório para os concertos regulares da Banda Municipal, com concha acústica e uma platéia ao ar livre, com quatrocentos bancos que se estendiam ao longo de quatro terraços. Em torno desse auditório havia uma pérgola ornada de roseiras, de excelente efeito decorativo. Foi um “apêndice” da praça original, suprimido em 1960 para a construção do Palácio Farroupilha.

Ainda sobre a imagem funerária, a edificação imponente apresentada ao fundo do conjunto representava a Intendência. Apesar de não fazer parte de suas obras, fora o local onde o administrador escrevera seu nome na história da cidade, como grande executor de melhorias e reformas. Ganhara ainda mais destaque e reconhecimento pelo contraste de suas obras às de seu antecessor, Intendente José Montauray. Este, nascido em Niterói (RJ, 1858) e falecido em Porto Alegre (28/09/1939), era formado engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, veio ao Rio Grande do Sul a trabalho, tendo atuado em muitos municípios. Recebeu convite à Intendência por Julio de Castilhos. Eleito em 1896 pelo Partido Republicano Riograndense, só tomou posse em 1897. Em contrapartida, teve sucessivas reconduções ao cargo, ficando na Intendência até 1924. Teve atuação pública séria, porém muito modesta em ações. Conforme João Neves da Fontoura (Memórias, v.1, p. 321), “era incontestavelmente homem de probidade imaculada, caráter íntegro, bom profissional de engenharia. Mas extremamente limitado como administrador”.

Para Franco, teria gerido a capital com acanhado critério. Muito conservador, temia mudanças. A permanência no cargo seria um erro. Suas contínuas reeleições, por eleições homologadas, teriam criado ao partido e ao governo uma atmosfera de impopularidade. A população sofria com águas barrentas, calçamentos irregulares e luz insuficiente e não se contentava com tanto atraso. Entretanto, o mesmo pesquisador atribui-lhe mérito pela implantação dos esgotos cloacais dentro do perímetro Ramiro Barcelos-Venâncio Aires-João Alfredo. Ao final de sua administração já havia 10.654 residências com ligação hidrossanitária. Tratava-se de uma obra não aparente, mas de indiscutível importância. Sobre estas críticas, parecem não contemplar as grandes contribuições já citadas do Intendente, como a construção do cais e a execução do Plano de Melhoramentos para a Cidade.

Ao sucessor coube certa “facilidade” para implementar obras mais visíveis. Sem tirar-lhe o mérito de certa “coragem” ao iniciar obras de grande porte, a Otávio Rocha também coube fazer a cidade mais bonita – além de melhorá-la. Tanto a infra-estrutura urbana aparente (iluminação), quanto a demolição de velhos e insalubres casarões foram obras que aproximaram a imagem da cidade aos ditames hausmannianos trazidos pelos “ares

parisienses” que aqui sopravam. Também esta última ação, de indiscutível influência de Saturnino de Britto, além de sanear “higienicamente” a cidade, também buscava saneá-la “moralmente”, com a expulsão de parte da população da área central, o que promoveu uma nova paisagem urbana.

O Paço Municipal, localizado na Praça Montevideu (antiga Praça dos Açorianos) também foi obra do Intendente José Montauray. Sua pedra fundamental é de 5/4/1898 e em abril de 1901 já estava concluído. Abrigava o gabinete do intendente, o Conselho Municipal, a Secretaria, a Contabilidade, a Tesouraria e a arrecadação de Tributos, o Arquivo, a Inspetoria de Veículos, a Assistência Pública e o 1º Posto Policial com xadrez.

Sobre a imagem analisada, cabe falar ainda, sobre o que Doberstein citou como “grande ideal do Dr. Otávio Rocha: uma avenida feericamente iluminada, com grandes edifícios e belos jardins” (Diário de Notícias, 27/02/29, p. 7).

A avenida é, indiscutivelmente, a Avenida Borges de Medeiros. O fato de ser bastante iluminada, para destacar toda a sua beleza e despontar-se como execução daquele administrador, também é uma grande inovação à cidade. Para uma conglomeração urbana às margens do saneamento e cuja vida social desenvolvia-se por sorte em meio a epidemias e imoralidades literalmente “às escuras”, a chegada da luz elétrica simbolizava um grande avanço, que deveria ser “comemorado”. Além disso, trazia consigo o “glamour” de estar em um espaço diferenciado, cuja iluminação, além de lembrar e trazer a consciência da “modernidade” que alcançavam, também servia para a iluminar o objeto e si, de grande beleza. Toda a via, ladeada por belos e imponentes arcos de contenção dos arrimos, traziam monumentalidade, tectonicidade, imponência e beleza como jamais visto na cidade. A direta associação aos arcos da antiguidade clássica acentuava a imponência e importância daquele monumento. A sublimar indicação de poder e exaltação ao positivismo instaurado na capital e mantido por Julio de Castilhos até em seu leito de morte, e continuado pelos dois Intendentes que o sucediam na atuação na cidade, e com os quais também teria tido contato, também não pode ser descartada.

Doberstein também descreve que, emoldurando o relevo, na parte superior, Arjonas teria colocado um par de asas, simbolizando a elevação de espírito do homenageado. Nas laterais, teriam ramos de louro alusivos às glórias cívicas que a ele eram devidas. Ao fundo dessa longa avenida “surge o sol da nova era da remodelação da cidade” (Correio do Povo, 27/02/29, p. 7). Na parte inferior o que aparece é “um pergaminho com o mapa da reformulação da cidade, guarnecido com rosas” (Diário de Notícias, 27/02/29, p. 7).

Coincidentemente ou não, o local em que o sol se eleva é, comparando à semelhança existente com o sítio da atual Praça Marechal Deodoro, exatamente o local do

antigo Império, que fora demolido. Há uma analogia entre as demolições e as supressões das edificações em prol de arejamento e limpeza, abrindo espaço à passagem da modernidade e aos itens supracitados, representados pela Avenida Borges de Medeiros na imagem, e que também simbolizaria o percurso de seu executor.

Na parte inferior da lápide, há um pergaminho com um mapa da cidade, com o traçado urbano da mesma. Este documento é fixado numa das extremidades da avenida principal supracitada, sendo, em sua parte superior, enrolado e coroado com rosas, e na parte inferior, rasgado em seu sentido longitudinal, verticalmente, apresentando duas partes de alturas diferentes.

Carta urbana com melhorias do intendente

Figura 10 – Inovações urbanas demarcadas no mapa exposto no mausoléu



Fonte: foto da autora.

O mapa, que retrata a realidade urbana do período do gestor que homenageia, apresenta elementos urbanos de importância considerável na cidade, dos quais muitos, atualmente, sequer existem.

Nota-se a supressão de elementos de destaque na cidade pelo contraste à malha atual, tanto em sua inexistência quanto em suas formas anteriores ou mesmo os projetos de intervenção urbana dos mesmos.

Dentre estes elementos, podemos citar a Praça Maurício Cardoso, o Prado Independência, o Parque da Redenção (Parque Farroupilha) e a Praça e a Avenida Otávio Rocha.

Figura 11 – Detalhe do mapa da cidade, no mausoléu



Fonte: foto da autora.

Sobre a Praça Maurício Cardoso, sabe-se que ela é antiga, implantada junto ao loteamento do Arraial de São Manoel, aberto em terrenos de Maurícia Cândida da Fontoura e Fernando de Freitas Travassos, em 1878. No mesmo ano fora lançada a pedra fundamental da capela São Manoel, que funcionou por muito tempo e chegou a ser sede de um curato (1912). Por este tempo, a praça tinha apenas uns casebres, conforme recordações do Monsenhor Emílio Lotterman (FRANCO). Consta que o logradouro tenha tido seu nome alterado para o atual pelo Decreto nº 34, de 21/10/1938, quando já se tornara um centro de residências elegantes.

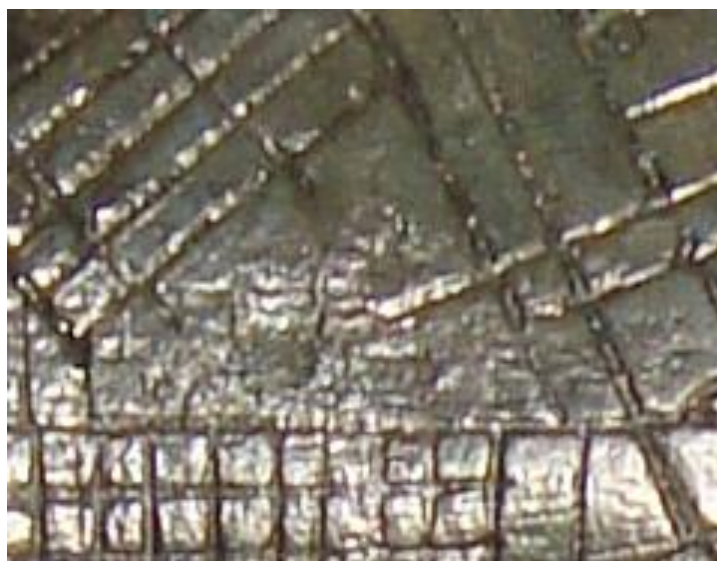
Esta mudança urbanística em muito fora incentivada pelo surgimento, promoção e ocupação do loteamento supracitado, que começou a ser loteado e povoado em 1878. Neste mesmo ano, lia-se em anúncio de jornal local a oferta de 462 terrenos de frentes variadas, desta área; sua regularização demorara. Entretanto, em 1889 já o chamavam de “florescente arraial”, que, a partir de 1893/94 já usufruía dos benefícios do atendimento da linha de bonde “Independência”, pela Carris Urbanos, e em 1908 substituídos pelos elétricos da Carris Porto-Alegrense. Este abastecimento se fez justificado pela constatação, à Estatística Predial, em 1892, da existência de 96 casas, sendo 44 prédios térreos, 47 assobradados e 5 sobrados.

O desenvolvimento desta área também foi muito beneficiado pelo início das atividades da Hidráulica Porto-Alegrense, em 1876. Esta era lindeira à praça, e trazia salubridade e qualidade de vida à nova população. Com a inauguração deste equipamento, várias outras ruas foram abertas, sendo a maioria delas calçadas em 1926. Por esta época, também, fora feito o ajardinamento e melhorias desta praça, fazendo no novo bairro da cidade a implantação caprichada da tríade que regia a urbanística.

Assim, o saneamento “higiênico” se fazia com o saneamento básico e abastecimento de água disponível à população, já à chegada no seu investimento, o uso de eletricidade com a chegada de postes elétricos, com abastecimento de luz residencial e urbana, além da alimentação dos bondes, o ajardinamento e embelezamento do espaço público, além de saneamento “moral” com a concentração da burguesia em bairro nobre e bem abastecido, além de distante da precariedade, insalubridade e decadência de algumas áreas do centro.

No projeto representado, há algumas indicações de caminhos e de um ponto central à praça (provavelmente uma fonte com chafariz), que podem ser anteriores às intervenções paisagísticas implantadas na administração Otávio Rocha.

Figura 12 – Praça Maurício Cardoso no mapa do mausoléu



Fonte: foto da autora.

Figura 13 – Praça Maurício Cardoso

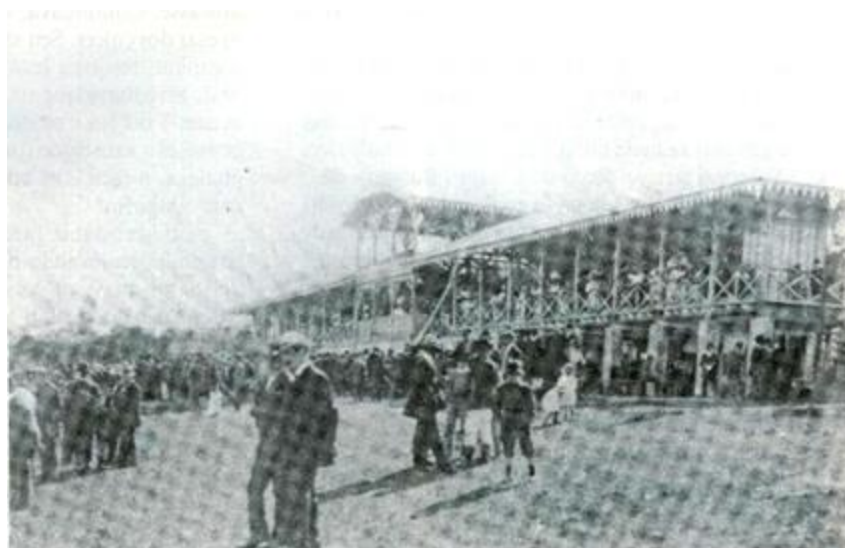
Fonte: Museu da UFRGS

O Prado Independência, de 25/03/1894, foi um fator importante para o desenvolvimento da área até então analisada. Tinha ótima localização, por ser lindeiro à estação da Companhia Carris Urbanos, e espaçosas arquibancadas. Consta que em 1899 teria sofrido grande reforma que lhe proporcionou grandes e belas festas, onde a elite porto-alegrense se esbaldava e se punha à vista. Teria também mudado a denominação para Derby Club. Sobre a inauguração no pós-reforma, o Jornal do Comércio de 29/09/1899 cita: “Uma festa soberba, sem igual na história do nosso *turf*, foi a inauguração do Derby anteontem. Tudo quanto Porto Alegre tem de chique ali compareceu, enchendo-se as arquibancadas [...]”. Em 1909 se tornou Jockey Club do Rio Grande do Sul, eliminando toda a concorrência.

Figura 14 – Prado Independência, no mapa do mausoléu

Fonte: foto da autora.

Figura 15 – Prado, mais tarde transformado em Hipódromo dos Moinhos de Vento, nos anos 1920



Fonte: CARNEIRO; PENNA, 1992, p. 23.

A “Redenção” (atual Parque Farroupilha) também aparece no mapa. Área de grandes mobilizações e conflitos administrativos da cidade, fora contemplada nesta obra por Otávio Rocha, devido ao seu primeiro e efetivo projeto de ajardinamento e paisagismo, contratado por este Intendente. A área aparece com algumas ruas internas ao seu perímetro, indicando um possível loteamento. Devido ao seu histórico de tentativas neste sentido, é possível afirmar que há influência posterior na representação deste loteamento, ou uma base sobre planta de estudos dos projetos, visto que o Intendente era contra este loteamento e fez seu paisagismo e arborização.

O histórico sobre o seu loteamento é relativamente longo. Em 1807, a Câmara pediu e foi atendida pelo Chefe de Esquadra, atual Governador da Capitania, Paulo José da Silva Gama, sobre a doação da área da Várzea do portão, que servira de logradouro público e local de conservação do gado trazido para o abastecimento local.

Imediatamente, o Senado da Câmara intentou medir o local, tendo duas tentativas frustradas (1808 e 1813), sendo, em 1819, notificados os moradores de fora do portão a assistirem à medição da Várzea, que não teria sido feita por não terem chegados os marcos necessários à marcação.

Esta só fora iniciada em 1820 e concluída cinco anos depois. Seu terreno se estendia desde a Praça Argentina até a divisa e valo da chácara do Tenente Manoel José de Leão, que seguia o alinhamento da Rua Venâncio Aires, para o sul.

Em 1827 o presidente da Província, Brigadeiro Salvador José Maciel reclamou à Câmara que a Várzea fosse “enxuta”, porém sua solicitação não fora atendida porque as

finanças não permitiam que se assumisse tal encargo, ainda que se reconhecesse o quão danoso e nocivo era, aos habitantes, a estagnação das águas naquele terreno.

Em 1826, Dom Pedro I impediu que a Câmara Municipal parcelasse e distribuisse os terrenos da Várzea, por achá-la necessária aos exercícios militares. Fora a primeira e real tentativa de desmembramento da área.

Em 1833, os vereadores aprovaram um completo plano de aproveitamento da Várzea para Jardim Botânico e passeio público. Da parte excluída dos passeios se faria venda de terrenos a particulares. Era a segunda tentativa de divisão. Entretanto, consta que vinte cidadãos pediram suspensão da venda dos terrenos que teriam sido concedidos por Paulo José da Silva Gama, para que fosse logradouro público. Esta divergência entre municipalidade e a presidência da Província teria contribuído para a integridade do terreno.

Em 1834, foi lida na Câmara um ofício do Presidente Fernandes Braga remetendo a “Planta da Várzea da Cidade”, levantada pelo Major d’Engenheiros Domingos Monteiro, onde ela aparecia dividida em quadras para serem distribuídos os terrenos àquelas pessoas que neles quisessem edificar. Era a terceira tentativa. Sobre isso a Câmara manifestou-se respondendo que a Várzea teria sido concedida para logradouro público (doação pelo presidente Paulo José da Silva Gama, em 1807).

Em 1848, o Desembargador Manoel Galvão, presidente da Província, declarava aprovada a planta da Várzea, levantada pelo Brigadeiro Lopo de Almeida Henrique Botelho e Melo, onde estavam assinalados os terrenos destinados a ruas e edifícios. Fora a quarta tentativa. A municipalidade reagiu e deliberou pedir através de advogado, seus direitos sobre a Várzea, tendo sucesso em sua intercessão, visto que os pareceres indicaram que nem a Assembleia Legislativa, nem o presidente da Província poderia alterar a destinação do logradouro público. O novo presidente suspendeu a execução da planta.

Em 1863, Vicente Fabres de Capdevila propôs a tríade: Jardim Botânico, Passeio Público e edifício, porém este de orfanato e asilo. Houve uma quinta tentativa sem intenção direta de venda em lotes pequenos para uso residencial e/ou de comércio, mas a Câmara não aprovou.

Em 1868 houve a tentativa de ajardinar a Várzea, em sua face norte – entre a atual Praça Argentina e o prolongamento da atual Sarmiento Leite. A Câmara mandou organizar uma planta e o projeto por seu engenheiro Frederico Heydtmann, mas o presidente da Província os devolveu, dizendo que faltavam meios para proceder o ajardinamento.

Em 1897, com a ascensão, do Intendente José Montauray, surgira planos de “urbanizar” o Campo da Redenção (com esta nomenclatura desde 1884), abrindo ruas em seu interior, dividindo-o em várias praças. Esse plano sacrificou a integridade do Campo,

loteando parcialmente como forma de custear as despesas. Os terrenos vendidos seriam os do alinhamento da Escola Militar (construída em 1872, primeiramente como quartel militar, aproveitando a boa localização do seu já existente campo de treinos). A venda não saiu devido a alto valor dos lotes. Somente em 1911 foi possível à Intendência lançar mão da autorização que lhe havia sido dada, alienando os aludidos terrenos.

Após isso, o Intendente José Montauray lançou mão de parte norte do terreno para a construção do Campus Centro da UFRGS – Escola de Engenharia (1900), e para a Exposição de 1901 e velódromo da União Velocipédica.

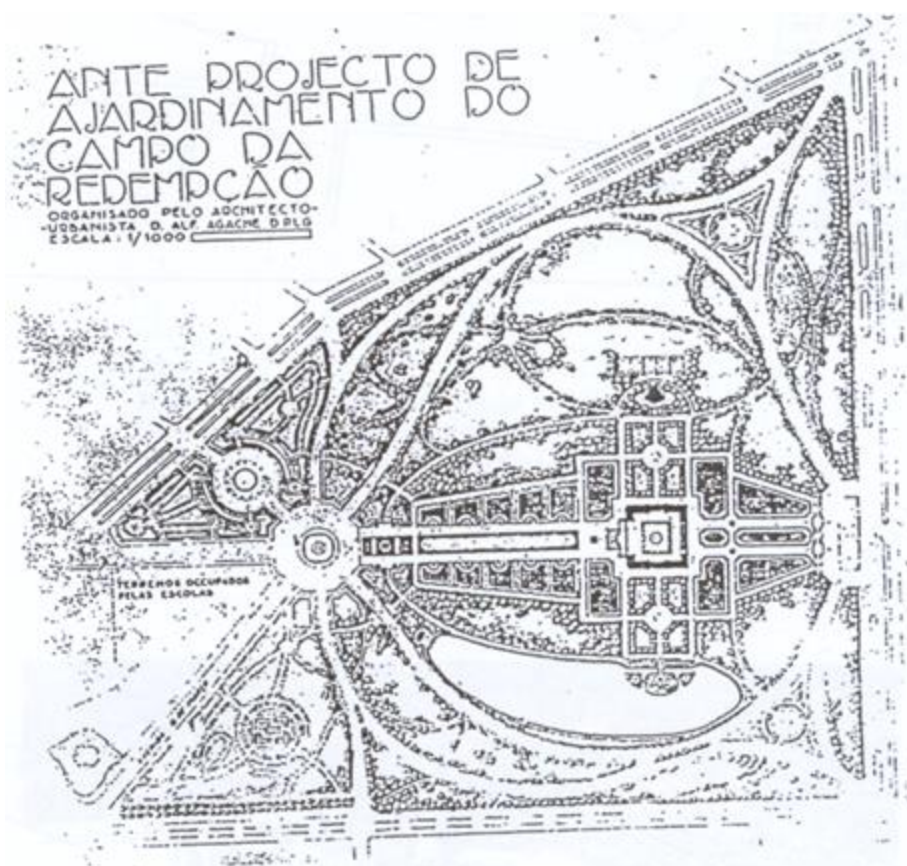
Na administração do Intendente Otávio Rocha iria, então, ser feito, efetivamente, o projeto do Campo da Redenção. Em pequena área do lado norte, foi edificado o Jardim Paulo da Gama, e foi feito o ajardinamento e nivelamento de todo o parque. Otávio Rocha investiu nos jardins para compensar o bom gosto do povo, que até então se prestava para pastagens de animais.

Figura 16 – Campo da Redenção, no mapa do mausoléu



Fonte: foto da autora.

Figura 17 – Projeto de Ajardinamento do Campo da Redenção



Fonte: SMPU – Mapoteca.

Figura 18 – Ajardinamento do Campo da Redenção



Fonte: Museu da UFRGS.

Figura 19 – Ajardinamento do Campo da Redenção



Fonte: Museu da UFRGS.

Também aparecem, no mapa, a Avenida Otávio Rocha (antigo Beco do Rosário) e a Praça Otávio Rocha.

A avenida aberta na reforma urbanística do Intendente que a nomeia, sendo que, deste procedimento, surge a Praça referida.

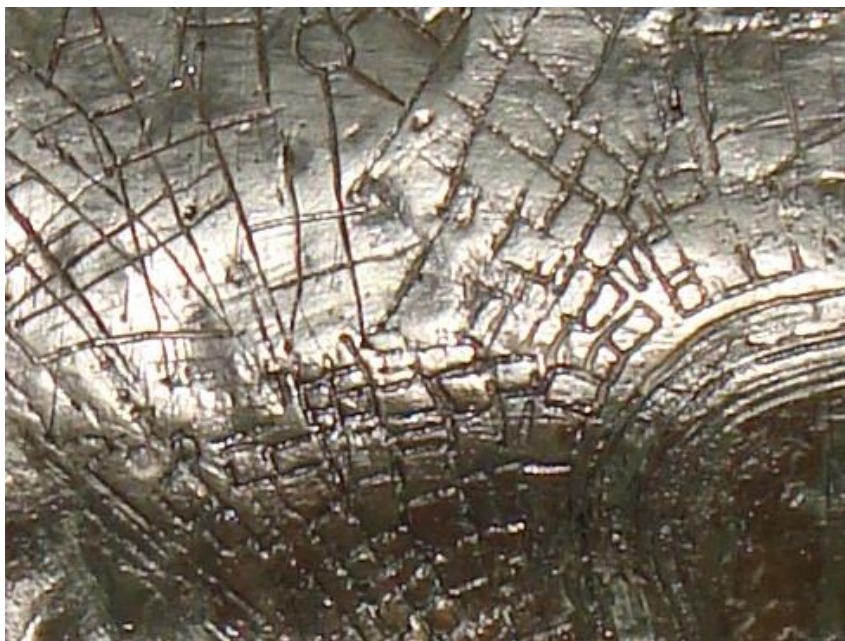
Em 1925, Otávio Rocha revê a ligação do antigo Beco do Rosário com a Avenida Cristóvão Colombo, e o seu alargamento entre as Ruas Mal. Floriano e Dr. Flores, bifurcando-se em direção à Rua São Rafael (atual Alberto Bins). Desta divisão criou-se o triângulo que deu origem à Praça Otávio Rocha.

Figura 20 – Praça Otávio Rocha



Fonte: Site Fotos Antigas RS.

**Figura 21 – Traçado existente x traçado novo (insegurança do aleatório)
Encontro dos traçados original e novo**



Fonte: foto da autora.

Nota-se, ainda na planta analisada, a forte gravação dos elementos mais consolidados na cidade, como o centro histórico atual e todo o miolo do perímetro urbano consagrado, enquanto o possível loteamento da Redenção aparece com traços imprecisos, muito mais finos e aparentemente aleatórios. Parece uma tentativa de esboçar alguma intenção do loteamento, por ideia e/ou concordância do Intendente, ou simplesmente pelas ideias vigentes na época da execução de seu mausoléu, visto que este fora edificado um ano após a sua morte.

Conforme palavras de Doberstein, “o significado intencional dessas imagens torna-se inequívoco. Muito mais que remodelador da cidade, Otávio Rocha foi transformado quase que num herói civilizador, uma individualidade iluminada que, tal como ‘o sol de uma nova era’, impulsionou a cidade no rumo de seu progresso e bem-estar. E isso, como se viu acima, não passava de uma meia verdade”.

O epitáfio: “Integer vitae scelerisque purus”

Para alguns autores, diz-se de pessoa de uma vida inocente e livre de crimes. Para outros, simboliza pessoa de vida honesta e livre de maldade.

Conclusão

Grande parte das intervenções e inovações urbanas apresentadas no mausoléu são propostas e projetos executados pelo Intendente. Os conceitos de municipalidade, da época, foram, efetivamente, por ele implantados, atendendo aos anseios da população e modificando a cena da cidade, consolidando nova e moderna imagem urbana central. Acompanhando outros centros urbanos brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo, Porto Alegre executou abertura de vias, realizou concursos de fachada, determinou novas escalas e proporções de elementos urbanos e arquitetônicos, substituindo a cidade colonial por outra, mais “moderna”.

O anseio geral da população, por desenvolvimento, progresso e adaptação aos novos tempos, concretizado pelo Intendente, foi imortalizado em seu mausoléu, registrando seu legado à urbe.

Referências

CARNEIRO, Luiz Carlos; PENNA, Rejane. *Porto Alegre: de Aldeia à Metrópole*. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira; Officina da História, 1992.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. Estatuários, catolicismo e gauchismo. *Coleção História*, nº 47. Porto Alegre: EDIPUCRS. p.190-191. Disponível em: <https://bit.ly/35IP3Je>. Acesso em: 29 dez. 2019.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 3. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

RAMOS, Paula (Org.) *A madrugada da modernidade (1926)*. Porto Alegre: Ed. UniRitter. 2006.

MENEGHEL, Stela N.; ABBEG, Claídes; BASTOS, Ronaldo. "Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos": um estudo exploratório sobre desigualdades no morrer. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* vol.10, no.2, Rio de Janeiro May/Aug. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2T6UkYj> – Acesso em: 28 jun. 2009.

INVENTÁRIOS E GESTÃO CEMITERIAL

ARQUITETURA CEMITERIAL: PROPOSTA PARA FICHA DE INVENTÁRIO

Anderson Pires Aires¹

Jamila Lima Macedo²

Introdução

A tradição de sepultamentos junto aos aglomerados urbanos no Brasil sofreu modificações no século XIX quando as políticas higienistas da época determinaram que os equipamentos de saúde fossem afastados das cidades. Com os cemitérios ocorreu o mesmo. A partir dessas alterações, muitas necrópoles foram erigidas e diversas arquiteturas foram instaladas nas vias e alamedas das cidades cemiteriais. Obras encomendadas a partir de catálogos ou solicitadas diretamente às marmorarias locais tiveram destaque entre os mais abastados e se sobressaíram na paisagem cemiterial de diversas cidades brasileiras.

Com o tempo, muitas sepulturas acabaram caindo no esquecimento. Algumas famílias mudaram seus hábitos frente às tradições pós-morte e deixaram de cuidar da manutenção dos túmulos. Em outros casos, os descendentes mudaram-se para cidades distantes e também deixaram de tomar os devidos cuidados para a manutenção dos sepulcros. Esses e tantos outros fatores culminaram em situações de abandono e esquecimento, resultando na deterioração do patrimônio funerário no decorrer do século XX. Diante deste fato, muitos pesquisadores passaram a investigar a arte funerária e iniciaram estudos, levantamentos e registros para salvaguardar a história presente nas cidades cemiteriais.

O que antes era visto apenas como um túmulo, passou a ser uma referência de obra de arte, de patrimônio cultural e material e de suporte da memória coletiva e individual. Isso se deu de forma similar ao que ocorreu com a arquitetura dos vivos, onde apenas monumentos da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos eram considerados importantes e, por isso, mereciam ser preservados. Com o tempo, as questões que envolviam o patrimônio sofreram alterações, os processos de industrialização permitiram que não apenas as construções ligadas à elite fossem consideradas patrimônio,

¹ Prefeitura Municipal de Pelotas, Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Pelotas/RS.

² Universidade Federal de Pelotas, Acadêmica do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e Licenciada em Artes Visuais. Pelotas/RS.

mas também edificações que apresentavam fatores intrínsecos de história da arte, por exemplo (CHOAY, 2006).

Da mesma forma que a arquitetura dos vivos recebeu valorização, aquela dedicada aos mortos passou a ser vista como um conjunto de monumentos a ser preservado; isso sob diversas ópticas apresentadas por cemiteriólogos de variados campos do saber. Dessa forma, alguns documentos passaram a ser elaborados para inventariar os cemitérios e suas arquiteturas. Mesmo que muitos deles apresentassem itens comuns, uma padronização sobre o que e como registrar os detalhes do inventário não foi contemplada. A Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais [ABEC] criou uma proposta de ficha de inventário a partir dos estudos realizados por seus sócios. Mas ainda não abrangia todos os critérios que poderiam auxiliar no registro da arquitetura cemiterial.

A partir disso, foi principiada a organização de uma ficha para o inventário da arquitetura tumular, considerando o que já havia sido feito por outros pesquisadores, a proposta da ABEC e as diretrizes de órgãos que preservam o patrimônio nas escalas estadual e nacional. Para isso, o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas foi utilizado como objeto de estudo. Isso porque esta cidade cemiterial, inaugurada em 1855, após um surto de cólera, representou um reflexo das estruturas urbanas e arquitetônicas das cidades dos vivos. Tendo sido organizada de maneira que suas características socioculturais ficassem definidas entre os diferentes bairros que configuraram o espaço, a necrópole também permitiu a inserção de diversas arquiteturas em suas vias (AIRES, 2018).

Para permitir que o documento proposto pudesse ser prático, eficaz e não gerasse dúvidas, alguns conceitos essenciais foram abordados, mesmo que de forma intrínseca. As questões ligadas à tipologia arquitetônica foram abordadas segundo os conceitos de Argan (1966). Considerando a configuração interna da obra, os elementos construtivos e os elementos decorativos, diversos campos da ficha reuniram tais informações. Bem como identificar os nove agentes de degradação que causam danos às obras (MICHALSKI, 2004), diminuindo assim os riscos e permitindo traçar planos de manutenção de acordo com as diretrizes da conservação preventiva, a fim de evitar danos gradativos a longo prazo nas sepulturas. E ainda informações sobre aqueles que foram inumados nos sepulcros somadas a dados georreferenciados das construções.

Inventário e sua importância

Ao ouvir o termo inventário, muitas pessoas podem remeter seus pensamentos ao campo de conhecimento do Direito, visto que é uma prática comum após a morte de alguém

inventariar os bens dessa pessoa para que a partilha possa ser feita entre os herdeiros. Segundo a definição do termo, inventariar é realizar uma análise detalhada de um patrimônio, atentando às minúcias e elencando-as de forma ordenada e numerada. É uma listagem ou catalogação que estabelece uma relação de algo (DICIO, 2018). No tocante do patrimônio material, a definição segue a mesma ideia.

Inventariar um patrimônio é apresentar um diagnóstico da situação do bem naquele momento, para que futuras ações possam ser realizadas com base em informações pertinentes e fidedignas. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN], o termo inventário é uma descrição detalhada de bens patrimoniais, através de dados atualizados. Se apresenta como uma identificação e uma relação daqueles bens que são passíveis de algum tipo de proteção e, com isso, devem ser preservados através de um conjunto de ações que promovam o patrimônio cultural no Brasil (THOMPSON, 2014).

Em ambas as situações a relação e a identificação do patrimônio é cerceada por fatores que buscam uma descrição lídima. Para isso, um documento específico deve ser utilizado. Este deverá levar em consideração questões que permeiem um objetivo específico, atentando a critérios que contemplem universos sociais e territoriais (MOTTA; SILVA, 2016). As discussões acerca das formas de catalogar o patrimônio detinham a atenção de estudiosos na década de 30 do século XX. Resultado de uma reunião científica organizada pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações, a Carta de Atenas de 1931 indicou que os Estados, ou instituições específicas competentes, desenvolvessem o inventário de seu patrimônio e o disponibilizasse através de arquivos e artigos científicos (CARTA, 1931).

No Brasil, a responsabilidade por esse tipo de ação no âmbito nacional compete ao IPHAN, que atualmente utiliza o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Patrimônio Material [SICG] para a realização de inventários. Este sistema foi dividido em três módulos (conhecimento, gestão, cadastro) e permitiu que fossem unificados dados de documentação, inventário e cadastro de bens culturais, através de georreferenciamento, criando uma cartografia de bens patrimoniais e servindo como um instrumento de gerenciamento para auxiliar na tomada de decisões futuras e na realização de planos, projetos e ações para a salvaguarda do patrimônio (IPHAN, 2017).

Já no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, a competência por tais ações é do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado [IPHAE]. O órgão utiliza o Sistema de Rastreamento Cultural [SRC] para inventariar as formas de expressões culturais nos municípios gaúchos (IPHAE, 2012). Divididos em nove módulos (bens edificados; bens imateriais; comunidades quilombolas; comunidades indígenas; comunidades imigrantes;

sítios arqueológicos; sítios paleontológicos; bens móveis e integrados; bens móveis e integrados – acervos documentais), os documentos auxiliam no mapeamento do patrimônio de forma semelhante à proposta pelo IPHAN.

Embora ambas as instituições busquem medidas para promover o inventário de diversas formas de patrimônio, e mesmo que o IPHAN tenha registrado em seus livros tomo algumas necrópoles do Brasil, ainda não foi criada uma ficha específica para auxiliar pesquisadores a registrar em trabalhos de campo a situação da vasta arquitetura tumular presente nas cidades dos mortos dos distintos municípios brasileiros. Fez-se assim necessária a criação de um documento que tivesse essa finalidade e que pudesse ser amplamente utilizado por cemiteriólogos em seus estudos e projetos de salvaguarda das construções sepulcrais.

Metodologia

Para a elaboração e a aplicação da ficha de inventário da arquitetura cemiterial proposta na pesquisa, alguns procedimentos metodológicos foram necessários para orientar o desenvolvimento do estudo. Um deles foi a revisão bibliográfica e de documentos utilizados anteriormente por outros pesquisadores. O segundo foi a elaboração da ficha considerando uma gama de informações que contemplassem características formais, de estado de conservação, de identificação e histórica da obra analisada. O terceiro deteve-se em um estudo de caso com a aplicação da ficha junto às construções do Quadro Antigo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, município do estado do Rio Grande do Sul.

A partir da revisão bibliográfica foi possível identificar quais campos presentes nas fichas do IPHAN e do IPHAE, respectivamente através do SICG e do SRC, possuíam informações pertinentes à elaboração da ficha de inventário da arquitetura tumular, bem como as subdivisões poderiam ser ordenadas para organizar o documento. O mesmo foi possível através da leitura de referenciais teóricos de outros pesquisadores, como Ana Lucia Herberts, Clarissa Grassi, Elisiana Trilha Castro, Fábio Domingos Batista, Julia Massucheti Tomasi e Maria Elizia Borges, que já possuem fichas de inventário das necrópoles e, em muitos casos, contemplaram características que remetiam à construção dos sepulcros, ou desenvolveram estudos que fizeram uso de informações pertinentes ao cadastro da arquitetura tumular.

Reunidos os dados constantes nos modelos analisados, foi possível principiar a elaboração da ficha de inventário da arquitetura cemiterial. Informações que permitissem a identificação da sepultura, das técnicas construtivas utilizadas em sua ereção, da presença

de epitáfios nas lápides, da presença de ornamentos com diversas significações, da presença de patologias que provocaram danos aos bens materiais, da linguagem arquitetônica predominante na construção e do responsável técnico pelo levantamento das informações e preenchimento do inventário foram ordenadas em um arquivo digital através do editor de textos Microsoft Word. Dessa forma, a ficha pôde ser aplicada com o uso de um smartphone e as informações salvas online simultaneamente ao levantamento.

A última etapa foi a aplicação da ficha em 38 túmulos do Quadro Antigo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. O espaço contempla 1428 sepulturas em seus quatro quarteirões e mais 1.103 catacumbas no seu entorno, formando um dos bairros da cidade cemiterial pelotense (AIRES, 2018). A análise se deu através de uma Amostragem Aleatória Simples, visto que em um universo onde os elementos possuem características semelhantes, qualquer um deles têm a possibilidade de ser escolhido como objeto de análise e representatividade confiável do universo abrangido (BARBETTA, 2006).

Proposta de ficha

Após coletadas as informações pertinentes ao desenvolvimento da ficha de inventário da arquitetura cemiterial, a organização deste documento pôde ser principiada. Subdividida em sete itens, somados à responsabilidade técnica pelo levantamento, a ficha procurou integrar distintas características que foram detalhadas a partir de um amplo conjunto de características que se repetiriam nas tipologias arquitetônicas como um todo. Na análise individual, as mesmas propriedades também poderiam se repetir sob diferentes formas, como alto e baixo relevo, bem esculpido e bem integrado e tantos outros.

Contudo, antes de principiar o preenchimento da ficha com as características dos sepulcros, um sistema de registro ordenado precisou ser adotado. A proposta contemplou a sigla da unidade federativa onde a necrópole se encontra (dois códigos), a sigla da cidade (de três a quatro códigos), a sigla do cemitério inventariado (de quatro a cinco códigos) e uma numeração arábica composta por cinco códigos que devem ser ordenados de forma crescente a partir do estabelecimento das diretrizes individuais para o levantamento de cada cemitério. Todos os dados em caixa alta e separados por hífen.

A proposta de identificação do número da ficha na primeira fase do inventário do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, foi a seguinte: RS-PEL-CSCM-00001. A decisão de utilizar o sistema alfanumérico de catalogação foi considerada a mais adequada, pois desta forma tornou-se possível evidenciar a cidade e o estado a fim de evitar confusões entre os diversos cemitérios existentes no Brasil, como os da Santa Casa de Misericórdia. A escolha do número catalográfico da ficha pode variar de acordo com as

especificidades documentais do pesquisador ou da instituição. Entretanto, Lancaster (2004) abordou a importância da indexação, visto que ela permitia a identificação do assunto ao qual se referia o documento. Além disso, tornou-se significativa ao facilitar o acesso rápido à informação, abreviando a procura documental em arquivos físicos ou virtuais.

Identificação

O primeiro item da ficha de inventário da arquitetura cemiterial foi dedicado à coleta de informações que permitissem identificar o bem que estava sendo cadastrado. Nas fichas do SICG do IPHAN, isso ocorreu de duas formas. Uma delas foi a inserção de dados sobre o território, o tema e o universo analisado nas fichas de conhecimento, gestão e cadastro. A outra maneira de caracterização apareceu quando o registro se aproximou do bem que estava sendo avaliado. As instruções de preenchimento da ficha M301, por exemplo, indicaram a utilização do nome oficial, popular ou outro que facilitasse a identificação da obra (IPHAN, 2017).

Nas fichas do SRC do IPHAE isso se deu de forma semelhante. O espaço dedicado à denominação do bem apresentou como instruções de preenchimento a inserção do nome da edificação (IPHAE, 2012). Ambos os institutos seguiram a mesma diretriz de identificação, facilitando o reconhecimento do bem por quem preenchesse e avaliasse a ficha. Entre os cemiteriólogos a mesma ideia foi adotada. Bastianello (2016) utilizou o campo identificação na catalogação dos túmulos de autoria de José Martinez Lopes no Cemitério da Santa Casa de Caridade da cidade de Bagé/RS de forma simplificada. A autora fez uso das palavras monumento funerário e jazigo perpétuo antes da informação que designava a construção.

Borges (2017) fez o mesmo quando inventariou e catalogou os túmulos erigidos por marmoristas italianos na cidade de Rio Preto/SP. A autora reproduziu a informação contida nos sepulcros sob a forma de epígrafe ou o nome do proprietário para identificar o bem. A proposta de ficha para registro de sepulturas organizada pela ABEC trouxe o campo “Identificação do(s) Sepultado(s)” com essa mesma finalidade e com algumas informações além das abordadas em outras fichas (CASTRO; BORGES; TOMASSI, 201-).

A partir das informações coletadas em outros documentos e do entendimento de como deviam ser apresentados os dados para organizar e facilitar a composição da ficha e a ordenação dos mesmos, a primeira parte da ficha proposta neste estudo foi subdividida em quatro campos. A identificação do bem foi utilizada para informar a quem pertence o túmulo. A identificação do quadro de sepultamento foi criada para a inserção do quadro de sepultamento de um cemitério ou de um bairro de uma cidade cemiterial. A identificação do

quarteirão de sepultamento deteve-se aos dados da quadra dentro da necrópole onde o túmulo se encontra. Essa informação pode ser coletada junto à administração do cemitério se existir ou criada pelo pesquisador no momento da organização do inventário.

A identificação do cemitério dedicou espaço para a colocação do nome pelo qual a cidade cemiterial é conhecida. Optou-se por não trazer informações como endereço, bairro ou CEP, por exemplo, visto que elas seriam mais adequadas a inventários de cemitérios como um todo, assim como fizeram Herberts e Castro (2011) quando localizaram os cemitérios ao longo do Caminho das Tropas dos Campos de Lages, no estado de Santa Catarina. E para finalizar, foi incluído um espaço para a inserção de uma imagem que identificasse o bem no todo. Esta deve ser feita durante o levantamento e inserida diretamente na ficha digital.

Sepultura

O segundo item da ficha proposta dedicou-se à sepultura e compreendeu mais informações que a identificação. Isso porque analisar a obra mais detalhadamente permitiu que mais particularidades fossem observadas, mais dados catalogados, mais minúcias diagnosticadas e mais pormenores percebidos. As fichas do IPHAN e do IPHAE não compreendem a arquitetura tumular. Portanto, não se caracterizariam como fontes diretas de modelos de informação. Contudo, ambos institutos utilizaram em seus documentos uma informação importante para registros mais precisos de localidade, as coordenadas geográficas.

O uso de informações como latitude, longitude, altitude e erro horizontal pelo IPHAN e pelo IPHAE auxiliou em um mapeamento de sítios e de bens imóveis e sua catalogação em um banco de dados georreferenciado. Assim, mesmo que o geo-objeto sofresse alguma variação em suas características espaciais, a escolha de um Sistema de Georreferenciamento adequado permitiria que os dados obtidos no momento da coleta constituíssem-se como fidedignos ao que foi identificado (DIAS; CÂMARA; DAVIS JR., 2005). Garantiram ainda uma precisão na localização do túmulo e a inserção de informações relacionadas àquele ponto em um banco de dados.

O mesmo procedimento foi empregado por outros pesquisadores como Castro (2014), pelo uso de dados de latitude e longitude, e Herberts e Castro (2011), com a utilização do Datum e da Zona, para o inventário de cemitérios. A questão tipológica também foi abordada pelo IPHAN no SICG. Isso ocorreu de duas maneiras. Uma na classificação da arquitetura imóvel a partir de seu uso (religioso, civil e industrial, por exemplo). A outra através das tipologias arquitetônicas em conjunto ou individualizadas

(IPHAN, 2017). No primeiro caso, com opções a serem escolhidas. No segundo com espaços a serem preenchidos a partir de conhecimentos prévios.

Já os cemiteriólogos fizeram uso das tipologias arquitetônicas tumulares em seus estudos em função de necessitarem de mais ou menos detalhes nos levantamentos. Borges (2017) adotou as denominações jazigo capela, túmulo monumental, túmulo porte médio e túmulo simples. Castro (2014) abordou as terminologias cova simples, jazigo, túmulo e mausoléu. E juntamente com Herberts (HERBERTS; CASTRO, 2011) inseriu a designação “amontoado de pedras e/ou outros materiais” na aplicação de suas fichas. Batista e Grassi (2014) por sua vez adotaram sepultura, estela, oratório, jazigo capela, mausoléu, jazigo monumento e túmulo verticalizado. E Castro, Borges e Tomassi (201-) empregaram cova simples, cripta, jazigo, mausoléu, gaveta/lóculo, túmulo e amontoado de pedras e/ou outros materiais.

Em um estudo realizado recentemente, Aires (2018) ampliou a classificação tipológica tumular para 20 denominações. A pesquisa teve como objeto de estudo o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. A ampla variação de tipos arquitetônicos encontrados nos bairros dessa cidade cemiterial permitiu uma maior abrangência de opções a serem empregadas na ficha que foi elaborada. Além das características já listadas, outras duas foram recorrentes. Uma referiu-se à dimensão do objeto analisado. Seja nos cemitérios como um todo, considerando largura, comprimento e área (HERBERTS; CASTRO, 2011; CASTRO, 2014); seja em relação a uma unidade tumular, considerando altura, profundidade e largura (BORGES, 2017).

A outra atentava ao período de sepultamentos, listando o mais antigo e o mais recente no tocante da necrópole (HERBERTS; CASTRO, 2011; CASTRO, 2014) ou do túmulo (BASTIANELLO, 2016). Em qualquer um dos casos, foi possível verificar o período de utilização do local, bem como ter uma data aproximada de sua construção, caso a informação não tenha sido descoberta. Reunidas as informações mais recorrentes e pertinentes, pôde-se organizar mais um campo da ficha proposta. Subdividido em oito campos, o item dedicado à sepultura foi composto por informações já abordadas por outros pesquisadores, como tipologia arquitetônica, coordenadas geográficas e dimensões; e delimitação do lote, abordado na ficha proposta pela ABEC (CASTRO; BORGES; TOMASSI, 201-) juntamente com outras informações.

O campo identificação, permitiu informar além das datas de sepultamento mais antigo e mais recente abordadas em outros estudos, os nomes do primeiro e do último vulto inumado e o registro do túmulo no cemitério e no levantamento. Foram acrescentados ainda um campo denominado tipo de lote, para informar se o túmulo estava em uma esquina, em

uma face de quadro ou interno à quadra; outro intitulado localização no lote, permitindo indicar se a sepultura ocupava todo o lote ou encontrava-se isolada nele; e um terceiro para a inclusão de datas e nomes das demais pessoas que tiveram o local como última morada.

Técnicas construtivas

O terceiro item foi dedicado à inserção de dados sobre os materiais utilizados na construção e no revestimento da arquitetura tumular. Essa informação foi abordada sob diferentes terminologias por outros cemiteriólogos. Castro (2014) tratou destes materiais a partir da nomenclatura “materiais de acabamento ou construtivos”, englobando tudo em um único item. Herberts e Castro (2011) utilizaram “tipos construtivos do túmulo” para abordar os materiais utilizados. Borges (2017) usou a expressão “material” de forma mais genérica. Já as fichas de cadastro do SICG (IPHAN, 2017) trataram de “características físicas/técnicas”, ao abordar bens móveis e integrados, e “caracterização do bem (estrutura e materiais)”, ao tratar do patrimônio ferroviário.

A proposta de ficha da ABEC (CASTRO; BORGES; TOMASSI, 201) apresentou-se de forma mais semelhante à utilizada neste campo do documento. As informações foram organizadas pelas autoras nos itens “materiais de acabamento ou construtivos” e “revestimento”. Independente da nomenclatura utilizada e como as informações foram organizadas, em todos os casos foi possível verificar os insumos empregados na ereção e no revestimento da arquitetura tumular nos estudos e levantamentos realizados pelos pesquisadores em cemitérios brasileiros.

Sendo assim, o item dedicado às técnicas construtivas foi subdividido em dois campos. O primeiro utilizado para a coleta de dados sobre os materiais utilizados na construção da sepultura. Aqueles que contemplaram a estrutura da edificação. O campo foi subdividido em túmulo, cabeceira e ornamentos para que as informações pudessem ser verificadas individualmente em cada uma destas partes. Tijolos, pedras, concreto, mármore e granito foram listados como opções, além de um espaço dedicado à inserção de outro material distinto que não estivesse presente na ficha.

O revestimento foi abordado no segundo campo. Também subdividido em túmulo, cabeceira e ornamentos, teve a inserção da nomenclatura “interno” para abordar as tipologias mausoléu. A lista compreendeu materiais como alvenaria, reboco, chapisco, pintura, mármore, granito, concreto, granitina, madeira, metal, vidro, tijolo, cerâmico, azulejo, ladrilho, pedra, textura e porcelana. Garantindo assim uma variada gama de possibilidades de escolha por quem realizasse o inventário do sepulcro e um maior detalhamento dos materiais empregados.

Presença de epitáfio

A presença de pequenos textos gravados junto às lápides dos túmulos é um fato comum entre as vias das cidades cemiteriais. Na maioria das vezes a representação faz referência ao sepultado de forma simples, como ao utilizar as expressões “aqui jaz...”, “túmulo da família...”, “aqui repousam os restos mortais de...” e tantos outros. Mas também podem ser vislumbrados na arquitetura tumular a presença dos epitáfios. Textos cujo propósito pode ser deixar uma mensagem da importância do vulto ali sepultado, eternizar a saudade por parte da família ou indicar de alguma maneira a negação frente ao infortúnio.

Essas características foram abordadas por pesquisadores como Steyer (2008), quando analisou túmulos de diferentes cemitérios espalhados pelo estado do Rio Grande do Sul e abordou a questão antropológica da morte presente nestes textos gravados nos túmulos. O autor identificou mensagens como o enaltecimento de uma pessoa por suas ações em vida, mensagens de consolo tratando a morte como uma passagem, outras de sofrimento pela perda de alguém próximo ou de negação frente à morte, e tantas outras mensagens abordadas individualmente a fim de demonstrar a importância dos epitáfios para a relação de perda entre os familiares daqueles que faleceram.

Cayser e Crestani (2018) também discutiram sobre os epitáfios, mas focadas nos túmulos do Cemitério Vera Cruz de Passo Fundo/RS. As autoras abordam a representatividade do uso das palavras nos epitáfios para demonstrar como a imagem daqueles que faleceram e daqueles que permaneceram vivos foi retratada nas campas e lápides das construções cemiteriais. Diante disso, puderam observar questões como religiosidade, aspectos profissionais, arrependimento e outras formas textuais de representação da morte. A ficha proposta pela ABEC (CASTRO; BORGES; TOMASSI, 201-) trouxe um campo dedicado ao epitáfio, permitindo transcrevê-lo e informar onde e como ele foi inserido na sepultura.

Sendo assim, a proposta deste item dedicado ao epitáfio procurou englobar essas características já abordadas e organizá-las de maneira que permitissem uma representação confiável do que foi gravado no túmulo. O item foi dividido em três campos. O primeiro destinado à identificação da localização do epitáfio. O segundo contemplando a maneira como ele foi representado (relevo, pintura, vazado e outros). O terceiro dedicado à transcrição do texto de forma integral e fidedigna ao que foi encontrado pelo pesquisador que realizou o inventário da sepultura catalogada a partir desta ficha.

Presença de ornamentos

Além da colocação de epitáfios nos túmulos, outros objetos eram colocados nas sepulturas para adorná-las e também representar algum sentimento, alguma devoção ou outra significação que os vivos queriam demonstrar na morada dos mortos. E isso foi observado por diversos pesquisadores em seus trabalhos. Borges (2017), por exemplo, criou o campo “adorno” em sua ficha. Para seu preenchimento, fez uso de terminologias como esculturas de diferentes tipos, relevos, grades e outros objetos encontrados durante o levantamento realizado na cidade de Ribeirão Preto/SP.

Herberts e Castro (2011) fizeram algo semelhante no inventário dos cemitérios do Caminho das Tropas nos Campos de Lages. Uma parcela da ficha foi dedicada à inclusão de informações sobre os ornamentos encontrados nos túmulos existentes em cada necrópole inventariada. O mesmo ocorreu com Castro (2014) no inventário dos cemitérios de imigrantes alemães de São Martinho. Quando a autora abordou a arquitetura tumular, abriu espaço na ficha de levantamento para a inclusão dos ornamentos encontrados. Já Bastianello (2016) abordou as alegorias de forma separada dos adornos em seus levantamentos no Cemitério da Santa Casa de Caridade da cidade de Bagé/RS.

Já na ficha proposta pela ABEC (CASTRO; BORGES; TOMASSI, 201-), os campos dedicados à presença destes objetos se deteve aos itens “ornamentos” e “atributo dos ornamentos”, utilizando nomenclaturas já abordadas por outros pesquisadores e seguindo uma classificação mais geral. Após verificar como os ornamentos foram contemplados em outros documentos, a proposta para esse item na ficha de inventário da arquitetura tumular se deu com a criação de dois campos. Um mais e outro menos amplo em virtude dos dados que seriam observados e catalogados durante o inventário.

O primeiro campo deteve-se ao tipo de ornamento. Opções como alegoria, cruz, gradil, arco, coluna, fotografia, assinatura, marmoraria e tantas outras foram listadas e divididas entre a aparição sob a forma de bem integrado ou esculpido. E cada uma das opções foi subdividida com as diversas possibilidades observadas in loco e também em literatura consultadas previamente. Embora a lista de opções fosse vasta, um campo dedicado à inserção de algum item não vislumbrado na ficha foi disponibilizado para preenchimento pelo pesquisador. Tanto esculpido, quanto integrado. O segundo campo foi contemplado pela inserção de signos encontrados nos túmulos. Opções como antropomorfo, fitomorfo, geométrico, nobiliárquico, religioso, ofício, zoomorfo e tetramorfo, além de um campo para algum não listado, compuseram a segunda divisão do item dedicado aos ornamentos.

Presença de patologias

Identificar o estado de conservação da arquitetura tumular representou uma preocupação recorrente entre os estudiosos que realizaram algum tipo de inventário nas necrópoles. Borges (2017) teve essa preocupação com os túmulos de Ribeirão Preto. Um espaço dedicado ao estado de conservação do túmulo foi inserido na ficha de inventário criada pela autora. O mesmo foi feito por Castro (2014), quando identificou o estado de conservação dos cemitérios alemães de São Martinho, e por Herberts e Castro (2011), ao inventariar o patrimônio funerário presente no Caminho das Tropas dos Campos de Lages.

Após verificar como a literatura existente abordou as questões patológicas nas fichas de inventário cemiterial, concluiu-se que seria apropriado somar os conhecimentos específicos das áreas da conservação-restauração e da arquitetura para que a ficha abrangesse as informações necessárias à identificação do estado de conservação do bem cemiterial, salientando a preservação de materiais pétreos. Como a proposta do documento primou desde o início de sua organização a ser flexível e de fácil preenchimento, permitindo uma tangência entre as áreas do conhecimento arquitetônico, da ciência da conservação e de outros campos do saber, a utilização de uma terminologia correta e acessível foi adotada.

Nesse sentido, o manual do ICOMOS foi empregado como aporte teórico para abordar as questões patológicas na proposta de ficha de inventário. Isso porque ele tem sido seguido por grande parte dos profissionais que trabalham com materiais pétreos. O ICOM-CC (2008) adotou uma terminologia para facilitar a comunicação entre os profissionais. Ele determinou que conservação preventiva refletiria um conjunto ações indiretas sobre o bem cultural que objetivava minimizar ou evitar os processos de degradação, não interferindo na sua aparência. Já a conservação física do túmulo garantiria a sua longevidade para que o bem chegasse às gerações futuras.

Como muitos termos utilizados por profissionais da conservação e restauração provêm de outras áreas, e algumas terminologias patológicas referentes a materiais pétreos não possuem tradução para a língua portuguesa, optou-se por utilizar a terminologia abordada no glossário ilustrado do ICOMOS (ICOMOS-ISCS, 2008) na construção do item dedicado às patologias. Dividido em cinco campos genéricos, a fim de facilitar o preenchimento por diferentes profissionais, teve como opções os campos fenda e deformação; destacamento em área; formas devidas à perda de material; alteração cromática e depósito; e colonização biológica. Além disso, um espaço foi destinado para que o profissional que realizou o inventário pudesse narrar de forma sucinta o estado de conservação da sepultura. Ou seja, descrever os dados extrínsecos e intrínsecos além de

informações provenientes do exame organoléptico feito in loco.

Linguagem arquitetônica

Além das tipologias arquitetônicas que foram usadas na ereção das sepulturas, a linguagem empregada também diferenciou as construções. Isso ocorreu através do uso de ornamentações e formas que serviram para diferenciar os sepulcros dos mais afortunados daqueles construídos para os menos afortunados. Isso resultou no uso de variações do ecletismo e de outras linguagens arquitetônicas nas vias da cidade cemiterial (AIRES, 2018). Em virtude dessas distinções, alguns pesquisadores dedicaram espaços em suas fichas e em seus estudos para o registro desta informação.

Borges (2017) abordou a linguagem arquitetônica no campo “descrição formal” de seu estudo. O espaço foi preenchido com informações que, segundo a autora, eram representativas da composição e do estilo da arquitetura cemiterial e que partiam do clássico e iam até o *art nouveau*. Já Batista (2014) fez uma análise mais aprofundada em relação à arquitetura tumular encontrada no Cemitério Municipal de São Francisco de Paula, na cidade de Curitiba/PR. O autor identificou traços do ecletismo, do neocolonial, do *art decó*, do modernismo e de uma variante característica da região, o paranismo.

A proposta de ficha da ABEC (CASTRO; BORGES; TOMASSI, 201-) apresentou no item “estilo” linguagens como neoclássica, eclética, neogótica, *art nouveau*, *art decó*, modernista e vernacular. Já nos estudos realizados por Aires (2018), outras como neobarroca, neoindiana, e neopersa foram identificadas, ampliando as linguagens encontradas nas necrópoles. Diante disso, o item linguagem arquitetônica foi organizado para a inserção das nomenclaturas abordadas pelos pesquisadores estudados e de um campo destinado a outro estilo ainda não identificado, mas que pudesse vir a ocorrer em alguma necrópole brasileira.

Responsável

Após a listagem de todos os itens que compuseram a ficha, restou um espaço para a identificação de quem realizou o levantamento. De certa forma, quem preencheu a ficha foi responsável pela observação e catalogação dos dados, dos danos, das características físicas e dos detalhes da arquitetura cemiterial analisada. Portanto, a partir de seus apontamentos foi possível ter uma visão clara do estado de conservação do túmulo na data assinalada. O item possui campos para o nome, o telefone e o e-mail do responsável pelo inventário e para a data na qual este foi realizado. Esse campo é comum entre os institutos e os pesquisadores justamente pela importância e responsabilidade que o pesquisador

representa nesse tipo de coleta de dados.

Aplicação da ficha

Para a validação inicial da hipótese que a proposta de ficha de inventário poderia ser aplicada em diversas tipologias arquitetônicas tumulares, foram escolhidos 37 exemplares a partir da metodologia de análise de uma amostra pertencente ao todo. Embora a ficha contemple 20 tipologias, e a análise tenha considerado dois exemplares de cada, não foi possível inventariar 40 túmulos. Isso porque o estudo iniciou pelo Quadro Antigo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e o jazigo oratório foi identificado apenas uma vez neste espaço. E também porque os exemplares da carneira judaica foram observados somente no quadro de sepultamento dedicado aos judeus (Cemitério do Centro da Sociedade Israelita Pelotense).

A partir da análise do preenchimento da ficha de inventário da arquitetura tumular nos sepulcros escolhidos, foi possível observar que dos 7 itens analisados, apenas aquele dedicado aos epitáfios não foi contemplado nos 37 sepulcros. A sua ocorrência se deu em apenas 6 sepulturas, ficando 31 sem o seu registro. Em um monumento funerário, uma torre oratório, duas catacumbas unitárias e dois jazigos capela foram inseridas mensagens pelos vivos que transmitiam algum tipo de sentimento ou saudosismo frente à memória daqueles que haviam partido e encontraram no túmulo sua morada final.

Embora os demais itens tenham sido contemplados nos 37 túmulos analisados, nem sempre todos os campos nos quais identificação, sepultura, técnicas construtivas, presença de ornamentos, presença de patologias e linguagem arquitetônica foram divididos apresentaram sua total aplicação. Isso porque sepulturas maiores e dedicadas a pessoas que tiveram certa importância ou destaque em vida, tendiam a ser mais ornamentadas e detalhadas. Sendo compradas através de catálogos ou com peças encomendadas diretamente aos marmoristas que trabalhavam na região, destacavam-se das mais simples nas ruas da cidade cemiterial.

E mesmo quando uma sepultura apresentava diversas ornamentações, diversas patologias ou distintas técnicas de construção e revestimento, por exemplo, nem todos os campos eram preenchidos. Isso pelo fato de a ficha proposta neste estudo ter sido organizada de forma abrangente, para que pudesse ser aplicada em variadas tipologias arquitetônicas. Dessa forma, sem a necessidade de serem inseridas novas informações ao realizar o inventário in loco na necrópole escolhida como objeto de estudo e, possivelmente, em outras que pudessem vir a ser estudadas futuramente e nas quais essa ficha fosse aplicada.

Considerações finais

Tentar preservar um bem, seja ele móvel, imóvel ou histórico-cultural, é uma maneira de garantir que futuras gerações possam usufruir desses elementos ou memorar o que eles representaram para uma sociedade. A arquitetura tumular reflete a mesma premissa. As diversas obras de arte que se encontram nas ruas das necrópoles, as distintas representações de sentimentos e religiosidades, as diferentes histórias acerca de cada sepulcro e de quem está inumado nele necessitam de um registro para serem perpetuadas ao longo das gerações e para que possam ser elegíveis a ações de conservação e restauração.

Para isso, um documento que permita identificar a situação dos túmulos em determinado período é indispensável antes de qualquer tomada de decisões. Muitas vezes, pesquisadores que dedicam seus estudos ao registro e salvaguarda dos cemitérios acabam criando fichas de inventário que se adequam às suas necessidades imediatas. Contudo, correm o risco de deixar algum tipo de informação passar despercebida e um detalhe que pode ser importante para o inventário cemiterial acaba por ser perdido. Frente a isso, uma ficha de inventário e cadastro da arquitetura presente nas cidades dos mortos precisa ser criada e padronizada a fim de auxiliar cemiteriólogos em pesquisas futuras.

Isso fez com que uma proposta documental começasse a ser desenvolvida a partir da premissa de que poderia ser utilizada futuramente por outros cemiteriólogos. Desenvolvida em meio digital para ser aplicada com o auxílio de um smartphone ou um tablet diretamente no aplicativo Microsoft Word, a ficha contou inicialmente com um processo de indexação pensado para atender as demandas e registros das necrópoles e diferenciá-las a partir de seu estado e sua cidade. No entanto, o processo de registro proposto necessita de um Cadastro Nacional de Cemitérios para facilitar a indexação e atenuar possíveis erros de registro. Dessa forma, uma base deve ser construída junto à Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais em um curto espaço de tempo.

Os itens que compuseram a ficha primaram por sua amplitude e disponibilidade de informações a serem coletadas in loco, garantindo assim uma maior confiabilidade dos dados coletados. A identificação do túmulo permitiu que informações sobre o sepulcro pudessem ser reunidas, facilitando o reconhecimento por parte do inventariante. Em seguida, conhecimentos sobre a tipologia da arquitetura tumular, bem como suas dimensões, seus dados de referência geográfica e a relação de datas e pessoas sepultadas no local foram contempladas. Além disso, os materiais utilizados na construção e no revestimento da arquitetura sepulcral, e que necessitam ser identificados para futuras propostas de intervenção, receberam espaço na ficha de inventário.

Outros dados como os epitáfios e a variada gama de ornamentações que podem ser utilizadas para representar sentimentos e religiosidades foram listadas com amplas possibilidades de registro, permitindo a identificação dos mais variados detalhes existentes na arquitetura cemiterial. Outro dado importante que foi verificado na construção da ficha referiu-se às questões patológicas, permitindo que os danos observados de forma rápida possam ser utilizados futuramente quando um levantamento detalhado de danos e patologias for feito para auxiliar na tomada de decisões metodológicas a serem abordadas em uma proposta de intervenção. Por fim, a linguagem arquitetônica e a responsabilidade técnica sobre o preenchimento da ficha complementaram o documento proposto.

Após, o modelo foi aplicado e a análise dos dados corroborou para validar a hipótese de aplicabilidade da ficha de inventário da arquitetura tumular. Com isso, ela pode ser aplicada em diversas tipologias construtivas existentes nas ruas das necrópoles de maneira rápida e digital. Embora a proposta seja acessível a qualquer pesquisador, foi identificada a necessidade de um glossário para auxiliar no seu preenchimento e evitar quaisquer dúvidas que possam surgir em função do desconhecimento de termos mais específicos sobre arquitetura e conservação de materiais pétreos.

Outro fato observado durante a aplicação da ficha centrou-se na limitação de ferramentas disponibilizadas na versão gratuita do aplicativo Microsoft Word. Frente a isso, uma das próximas tomadas de decisão será a criação de um aplicativo que possa ser utilizado de forma gratuita para auxiliar no inventário das construções cemiteriais e na criação de um Cadastro Nacional de Cemitérios a partir dos estudos realizados pelos sócios da ABEC. A partir disso, e com a aceitação do documento por parte de outros pesquisadores, será possível uma padronização de ficha de inventário e registro da arquitetura tumular brasileira.

A ficha encontra-se disponível para visualização através do endereço eletrônico <https://bit.ly/2TjuiRD>, juntamente com informações sobre a autoria e formas de contato com os pesquisadores responsáveis pela elaboração do documento. Com isso, busca-se a disponibilização do material e uma maior proximidade com outros pesquisadores que desejarem contribuir com sugestões e alterações que auxiliem na qualificação e na complementação do material, aproximando-o da realidade encontrada nas necrópoles brasileiras.

Referências

AIRES, Anderson Pires. *A cidade cemiterial: Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1855-1976)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de

Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br>. Acesso em: 1 jul. 2019.

ARGAN, Giulio Carlo. Tipologia. In: *Enciclopedia Universale Dell'arte*. Venezia-Roma: Istituto per la Collaborazione Culturale, 1966, v. XIV, p. 1-16.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às ciências sociais*. 6. ed. Florianópolis: UFSC, 2006.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. *A memória retida na pedra: a história de Bagé inscrita nos monumentos funerários (1858-1950)*. Bagé: s. n., 2016.

BATISTA, Fábio Domingues. Análise Arquitetônica. In: GRASSI, Clarissa. *Guia de visitação ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula: arte e memória no espaço urbano*. Curitiba: s. n., 2014. p. 36-43.

BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Goiânia: Gráfica UFG, 2017.

CARTA de Atenas. *Escritório Internacional dos Museus*. Sociedade das Nações. Atenas, outubro de 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 1 ago. 2019.

CASTRO, Elisiana Trilha. In: Frieden: *inventário dos cemitérios de imigrantes alemães de São Martinho*. Blumenau: Nova Letra, 2014.

CASTRO, Elisiana Trilha; BORGES, Maria Elizia; TOMASSI, Julia Massucheti. *Sugestão de Ficha de Registro de Sepultura*. Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, 201-.

CAYSER, Elisiane Regina; CRESTANI, Luciana Maria. *A construção da identidade dos sujeitos através dos epitáfios: uma análise do Cemitério da Vera Cruz*. In: ZANOTTO, Gizele;

MIRANDA, Fernando (Org.). *A morte não é o fim: culturas e identidades no Cemitério Vera Cruz*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2018. p. 109-122.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

DIAS, Taciana de Lemos; CÂMARA, Gilberto; DAVIS JR., Clodoveu A. Modelos Espaço Temporais. In: CASANOVA, Marco et al. *Banco de Dados Geográficos*. Curitiba: MundoGEO, 2005. p. 137-169.

DICIO. *Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inventariar/>. Acesso em: 1 ago. 2019.

GRASSI, Clarissa. Tipologia. In: GRASSI, Clarissa. *Guia de visitação ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula: arte e memória no espaço urbano*. Curitiba: s. n., 2014. p. 44-51.

HERBERTS, Ana Lucia; CASTRO, Elisiana Trilha. *Cemitérios no Caminho – o patrimônio funerário ao longo do Caminho das Tropas nos Campos de Lages*. Blumenau: Nova Letra, 2011.

ICOM-CC. *Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage*. Nova Délhi: ICOM-CC, 2008. Disponível em: <http://www.icom-cc.org/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

ICOMOS-ISCS, 2008. *Glossário ilustrado das formas de deterioração da pedra*. Paris.

ICOMOS, 2008. vol. XV. Disponível em: <http://abre.ai/aEdH>. Acesso em: 15 mai. 2019.

IPHAÉ. *Sistema de Rastreamento Cultural - Bens Edificados*. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

IPHAN. *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG*. Disponível em: <http://sicg.iphan.gov.br/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

LANCASTER Frederick Wilfrid. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. Disponível em: <http://abre.ai/aEdE>. Acesso em: 5 ago. 2019.

MICHALSKI, Stefan. Conservação e preservação do acervo. In: *Como gerir um museu: manual prático*. França: ICOM/UNESCO, 2004. p. 55-98. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Rezende. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

STEYER, Flávio Augusto. Representações e manifestações antropológicas da morte em alguns cemitérios do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

THOMPSON, Analucia. A composição do Dicionário. In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

PROCESSO DE INVENTÁRIO DA PARTE HISTÓRICA DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BANANAL/SP

Viviane Comunale¹

Breve histórico

A história da região do Bananal começa com a abertura de uma trilha pela Serra Mar. Esse feito coube aos índios da etnia Guaianá. O caminho foi o responsável pelo escoamento de minérios e transporte de alimentos entre as regiões de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Esse caminho ficou conhecido como a Trilha do Ouro. Ele auxiliou na distribuição do ouro encontrado pelo bandeirante paulista Pascoal Moreira Cabral (1654-1730), na região que hoje conhecemos como Cuiabá.

Como esta região pertencia a São Paulo, o governador dos paulistas – Rodrigo César de Meneses abriu o caminho que vai de Lorena até a Fazenda Santa Cruz no Rio de Janeiro (SÁ; SIQUEIRA, 2014), fazendo com que esta região fosse povoada por trabalhadores vindos de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá; cabia a eles a manutenção deste caminho.²

A ocupação do Vale do Paraíba se deu “não só com paulistas como com fluminenses. E caracterizou-se por um povoamento esparso e baseado em lavouras de subsistência, com fraca comercialização do excedente e relativamente pouco escravista. (FARIA, 1995 p. 68). Mas foi nesta região, que o café encontrou seu maior desenvolvimento. Com amplas terras e clima favorável, as fazendas se instalaram utilizando o sistema de *plantation*.³ A proximidade com o Rio de Janeiro, favoreceu o escoamento da produção de café pelo porto da capital.

O historiador Boris Fausto (2007 p. 186) aponta que “apesar da inexistência de estudos globais sobre a origem social dos fazendeiros do Vale do Paraíba, alguns trabalhos indicam que os primeiros proprietários de fazendas de café não tinham ascendentes muito privilegiados.” Ao que parece pequenos comerciantes e militares de baixa patente tornaram-se proprietários destas terras, o que não impediu de existir conflitos pela posse destes territórios. Aqueles que dispunham de mais recursos saíam vencedores, prevalecendo a lei do mais forte. O presidente da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, em seu relatório de 1840, afirmava claramente que assumir a posse de uma área e

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais no Instituto de Artes em São Paulo/Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP). Bolsista CAPES (2016-2020). São Paulo/RS.

² Como pagamento, essas pessoas recebiam sesmarias para ocupar e ficavam isentos do serviço obrigatório militar.

³ Tem início no Brasil durante o período colonial. Senhores de grandes latifúndios praticavam a monocultura, utilizando a mão-de-obra escrava, destinando toda sua produção para exportação.

conservá-la dependia da força. Um proprietário ou posseiro que não dispusesse desses recursos se via obrigado a ceder a terra ou vendê-la a quem pudesse se manter nela pelas armas. (FAUSTO, 2007, p. 187).

Com a produção intensa nessa região, se fazia necessário desenvolver formas para escoar essa produção. O meio mais utilizado foi o transporte em tropas de burros que percorriam os caminhos sinuosos entre o Vale do Paraíba e a cidade do Rio de Janeiro. Esses tropeiros aproveitavam muito bem essas viagens, pois acabavam por comprar produtos na capital que poderiam ser vendidos nas fazendas do vale, como ferramentas e mantimentos. Diversos artífices chegaram à região para auxiliar no seu desenvolvimento, “resultando num enorme centro de serviços (SÁ; SIQUEIRA, 2014, p. 18). Um exemplo foi a chegada de pintores, marmoristas e arquitetos que auxiliaram no desenvolvimento local.

Portanto, podemos afirmar que a economia cafeeira proporcionava diversas atividades comerciais, que favoreceram o desenvolvimento econômico da região sudeste do Brasil. “Em função do café, aparelharam-se portos, criaram-se empregos e novos mecanismos de crédito, e revolucionaram-se os transportes” (FAUSTO, 2007, p. 190). Assim, os esforços destes fazendeiros foram compensados com a distribuição de títulos de nobreza, e logo surgiu a necessidade de ostentar esses títulos nobiliárquicos.

Essa ascensão do poder será relacionada com a construção dos cemitérios nesta região que “compreende os municípios de Arapeí, Areias, Bananal, Piquete, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras, também chamada turisticamente de Vale Histórico Paulista” (PERRONI, 2015 p. 16). Neste recorte abordaremos a cidade de Bananal.

Bananal e seu filho ilustre

Localizada na região compreendida como “fundo do vale”, essa freguesia surgiu com a construção da Capela ao Senhor Bom Jesus do Livramento. Esse terreno era ocupado por índios da etnia Puri e fora transformado em sesmaria e doado ao Capitão-Mor de Guaratinguetá Manoel da Silva Reis (1745-1796). O objetivo era incentivar os moradores locais a auxiliarem na abertura de um *Caminho Novo da Piedade*, ligando as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, agora sem passar pela região de Paraty.

E foi assim que João Barbosa de Camargo e sua esposa Maria Ribeiro de Jesus receberam em 1780 uma sesmaria no Rio Bananal, onde hoje localiza-se a cidade. “Em 1783 [...] erigiram na sua sesmaria uma capela, dedicada ao Senhor Bom Jesus do Livramento, e, por escritura de 10 de fevereiro de 1785, doaram meia légua, em quadra, para o patrimônio religioso” (FARIA, 1995 p. 68). No entorno da capela fundou-se o povoado de Bananal.

Antes do “ouro verde” ser o produto mais importante da região, os fazendeiros cultivavam produtos para atender uma demanda interna, a chamada agricultura de subsistência. A partir de 1830, esse tipo de cultura foi sendo substituída pela cultura cafeeira.

No Rio de Janeiro, a cultura cafeeira que, inicialmente, se praticou nos arredores da cidade, se expandiu pela zona de Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São João Marcos e Resende. Só mais tarde, por volta de 1840, atingiu a zona oriental, que logo se tornará uma das maiores produtoras, tendo Cantagalo como um dos centros principais. (COSTA, 2010, p. 66).

Foi com o café que a riqueza chegou à região, proporcionando o surgimento de um patrimônio edificado, utilizando mão de obra especialista em arte colonial para construir os edifícios neoclássicos.

Segundo Faria:

De 1835 em diante, inicia-se o período de maior riqueza da área. Em 1836, Bananal era o segundo produtor de café da Província de São Paulo, responsável por 11,02% (64.822 arrobas) da produção (o primeiro foi Areias, com 102.797 arrobas). Em 1854, já se havia tornado o primeiro com a colheita de 554.600 arrobas. O segundo colocado, Taubaté, produziu 354.730. Consolidou-se a riqueza e seus titulares buscavam outras formas de demonstrá-la. (FARIA, 1995, p. 70).

Para que esses números fossem alcançados, seria necessária uma vasta mão de obra para atender os prazos fixados pelos compradores. Neste momento, a região do Vale era uma das mais rentáveis para o Império. Isso significou um aumento exponencial de escravos na província, levando a um aumento nos preços dos escravizados, que por sua vez tornou esta prática cada vez mais lucrativa.

Para estes cafeicultores, possuir esta mão de obra significava ter prestígio com a sua posição social e importância nas decisões econômicas da cidade. Não se pode esquecer que os escravos eram tratados como mercadorias, que eram compradas, trocadas ou até mesmo alugadas. Afinal, representavam “[...] uma despesa permanente. Era preciso alimentá-lo. Se adoecia, era preciso tratá-lo e fugia às vezes. Mas entre o que se gastava com o escravo e o que se lucrava havia ainda uma margem compensadora” (COSTA, 2010, p. 70). Portanto, fica claro que a “[...] base econômica do Império, encontrava correspondência direta na trajetória política dos futuros comendadores,⁴ que não por acaso, coincidia com a própria constituição do Estado Imperial brasileiro [...]” (PESSOA, 2018, p. 47).

⁴ No século XIX era uma condecoração honorífica de ordem militar, política ou eclesiástica dada a alguém que poderia ajudar a engrandecer a sociedade.

No caso da formação da sociedade bananalense, “estudos demonstram que enriquecer muito pela própria atividade agrária, no mundo escravista era praticamente impossível” (FARIA, 1995, p. 72). Porém, essa relação de poder ficará explícita não só na cidade dos vivos, mas também na cidade dos mortos.

Tomemos por exemplo a história do fazendeiro Comendador Luciano José de Almeida (1797-1854) e de sua esposa Maria Joaquina de Toledo Sampaio (1803-1882). Eles iniciam sua rede de comércio com a venda e a exportação de gêneros alimentícios e café para a capital federal. “Mas foi na década de 1840 que aumentou de maneira clara seus limites territoriais” (FARIA, 1995 p. 74), comprando terrenos e fazendas pertencentes a pessoas que não conseguiam manter o seu patrimônio. Fez alianças buscando ampliar sua fortuna. Casou sua filha primogênita Domiciana Maria de Almeida (1826-1907) com outro cafeicultor da região Manuel de Aguiar Vallim (1806-1878). Essa aliança permitiu que estas famílias tivessem as maiores fortunas da região do vale do café. Com a morte do Comendador, a administração de sua fortuna ficou a cargo de sua esposa D. Maria Joaquina de Almeida e de seus filhos.

Se faz necessário lembrar que, no século XIX, a mulher tem um papel importante na administração da casa e no cuidado com os filhos. Portanto, quando uma mulher ficava viúva, a ela se abriam duas possibilidades: encontrar um novo marido que ficaria responsável por cuidar de seu bem estar e gerenciar o seu patrimônio, ou não se comprometia com um novo matrimônio e assim poderia conquistar sua independência social e financeira. D. Maria Joaquina escolheu a sua independência.

Maria Joaquina era analfabeta, ou semianalfabeta, e iria aprender com os preceptores dos seus filhos. Mas, se as primeiras letras faltavam a ela, o mesmo não ocorria com força de vontade e determinação. Antes mesmo de conseguir se educar desenvolveu um método próprio por meio de símbolos com os quais registrava as entradas, as saídas e a produção de cada uma das fazendas, fazendo ao seu modo a contabilidade (REZZUTTI, 2018, p.188).

Ao longo de sua vida ela foi generosa. Ajudou a manter a Santa Casa de Misericórdia da cidade, e auxiliava os necessitados; era uma grande administradora. Em pouco tempo mostrou suas habilidades a frente dos negócios, duplicando o patrimônio deixado em testamento pelo Comendador Luciano de Almeida.

O Cemitério da Santa Casa de Misericórdia

De acordo com o pesquisador Agostinho Ramos (1978), a cidade de Bananal contava com dezessete cemitérios, sendo um vinculado à Matriz de Bom Jesus e o outro à

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Os demais estavam dentro das fazendas mais importantes da região, como a Fazenda Boa Vista pertencente ao Comendador Luciano de Almeida.

É bem provável que estes cemitérios fossem destinados aos escravos, já que a família Almeida está sepultada no cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Sem a documentação original, me baseei em pesquisadores da época para apontar a fundação desta irmandade. De acordo com estas informações, a Santa Casa de Misericórdia de Bananal foi fundada em 1851, e na parte posterior do hospital há um cemitério destinado a abrigar os irmãos da Santa Casa. Ao que consta, o primeiro provedor desta irmandade foi o Comendador Manoel de Aguiar Vallim.

Com tantas famílias ilustres descansando neste campo santo, se faz necessário elaborar um inventário que possa abranger a parte mais antiga deste espaço que chamaremos aqui de histórica.

Inspirada no trabalho realizado pela pesquisadora Elisiana Trilha Castro (2008), no inventário dos cemitérios alemães da Grande Florianópolis, desenvolvemos uma ficha de inventário que servirá para identificar todos os elementos presentes na unidade tumular. Num segundo momento, faremos uma descrição iconográfica destes elementos.

Nesta ficha de inventário, o primeiro campo é destinado a informações onde constam dados sobre os inumados, data de sepultamento e localização da unidade tumular no cemitério. O segundo campo “tipologia” apresenta as categorias das diversas edificações tumulares como catacumba, cenotáfio, cova rasa, jazigo capela, mausoléu, monumento cívico, ossário, túmulo horizontal externo, interno e túmulo vertical. No terceiro campo “ornamentos”, identificaremos os elementos escolhidos para a composição dos túmulos, como alegorias, anjos, cruzes, colunas, guirlandas de flores, epitáfios, entre outros. O quarto e o quinto campos tratam dos revestimentos e os tipos de acabamentos presentes nestas construções. O sexto e sétimo campos tratam das esculturas sacras ou profanas e os materiais utilizados nestas peças. Um campo extra desta ficha aborda sobre o estado de conservação e limpeza, situação do calçamento, deterioração da pedra, estabilidade da construção, presença de microclima no local e incidência solar.

Acompanha essa ficha de inventário, o registro fotográfico do túmulo, seguindo os padrões frontal, traseira, lateral, detalhes dos ornamentos e, se aplicável, informações sobre o construtor da edificação.

Esperamos que a confecção destas fichas de inventário sirva de referência para a identificação de elementos da construção, impedindo que venham a se perder por conta da ação do tempo ou ação do homem. E que também possam contribuir para uma possível

intervenção de restauro destes túmulos do século XIX.

Para este artigo vamos trabalhar com o túmulo vertical da D. Maria Joaquina de Toledo Sampaio. Como já foi citado, D. Maria Joaquina foi uma mulher inteligente, que soube administrar o patrimônio de seu finado marido, sendo grande benfeitora da Santa Casa de Misericórdia e protetora dos desvalidos. Pelo seu trabalho em vida, seu túmulo deveria ser grandioso e destacar seus feitos, entre eles o de se tornar a matriarca da cidade de Bananal.

O túmulo vertical de D. Maria Joaquina de Toledo Sampaio

**Figuras 1 e 2 – Túmulo vertical em mármore.
Cemitério Santa Casa de Misericórdia de Bananal. Bananal/SP**





Fonte: fotos de Viviane Comunale e Fabio Donadio.

Localizado ao fundo do cemitério, este túmulo vertical erguido em mármore foi executado por um artífice. Infelizmente seu nome está ilegível e não foi possível identificar através do decalque.

Cercado por uma murada com elementos geométricos vasados, tem como acabamento em cada pilar um ornamento em semicírculo desenhado com seis pétalas. Em sua parte superior, tem um acabamento similar a uma cornija e um cimácio sobre uma coroa. Ao centro tem uma pilastra octogonal. Sua base lisa é encimada por desenhos de folhas que servem como suporte para a parte superior. Na parte frontal existem indícios de um epitáfio com letras em bronze, infelizmente perdidas ao longo dos anos. Em duas partes somente flores decoram os cantos desta base. Nas outras quatro, guirlandas ornamentadas com fitas fazem a fixação na base e na parte posterior uma cruz vasada indica a abertura para o ossário. São elementos que indicam a crença na ressurreição da falecida.

O acabamento traz a presença da flor de papoula, ora representada sozinha, ora representada em um ramalhete indicando o repouso da alma. Na parte superior tem outra moldura que recebe a aplicação de uma faixa denticulada ao redor da pilastra.

Oito frontões decoram a parte superior e se alternam com ampulhetas representando a vida que passa e ampulhetas com asas representando a efemeridade da vida, ambas ligadas com volutas. Um cordão circunda a base superior que traz diversos festões ao que parece com frases em cada um deles, mas infelizmente as letras se perderam. Uma moldura de acanto e volutas, circundam a parte superior servindo como base para uma escultura feminina segurando um cálice na mão direita e uma cruz na mão esquerda, uma alegoria a virtude teológica da caridade.

Figura 3 – Alegoria da Caridade. Cemitério Santa Casa de Misericórdia de Bananal - Bananal/SP



Fonte: foto de Viviane Comunale.

Podemos concluir que o túmulo encomendado para D. Maria Joaquina reflete as condições financeiras da matriarca, a contar pelo material utilizado e pelos ornamentos utilizados que associa a figura de mulher benevolente e caridosa à alegoria utilizada.

Algumas considerações

Elaborar uma proposta de inventário é evidenciar que um cemitério também é um bem cultural que necessita ser estudado e preservado. Trata-se de um trabalho complexo

que exige dedicação e empenho para a sua realização. Pelo estado que encontrei alguns cemitérios na região do Vale do Paraíba, o inventário seria uma excelente ação voltada para a preservação do espaço.

A população não tem o sentimento de pertencimento à história de sua cidade. O poder público alegando não ter verbas ignora a sua própria história. Não tem um arquivo histórico que possa cuidar da sua documentação e não existem ações voltadas para a Educação Patrimonial. O turismo natural já é explorado na cidade, mas o turismo histórico fica a desejar.

O inventário da parte histórica do cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Bananal será apresentado na íntegra junto com as fichas de inventário na tese a ser defendida no próximo ano. Espero que este registro possa interessar a futuros pesquisadores, a iniciarem os inventários em seus cemitérios locais buscando a preservação de nossa história.

Referências

COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. 5ª ed. São Paulo: UNESP, 2010.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

PERRONI, Maria Salete. *Construções históricas no Vale do Paraíba Paulista: caracterização de material de alvenaria usados nas edificações com terra*. Mestrado em Ciências. Orientador: Profa. Dra. Andrea Cavicchioli. São Paulo: Universidade São Paulo – ECA/USP, 2015.

PESSOA, Thiago Campos. *O Império da escravidão: o complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, c. 1850-c.1888)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

RAMOS, Agostinho de Freitas. *A pequena história de Bananal*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, v.19, 1978.

REZZUTTI, Paulo. *Mulheres do Brasil: a história não contada*. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SÁ, Olga de; SIQUEIRA, Sonia Maria Gonçalves. *Retratos do Vale*. Lorena: CCTA, 2014.

CEMITÉRIO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS: INVENTARIAR PARA BEM USAR

Julia Massucheti Tomasi¹

Juliana Mohr dos Santos²

Explorar de forma não predatória um dos mais antigos cemitérios em funcionamento no Brasil, numa gestão que una o interesse de valorizar seu caráter histórico-cultural e o de mantê-lo na sua atividade primária de inumar, é o desafio da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

O braço cultural da Instituição, o CHC Santa Casa, no ano de 2017 decidiu desenhar a execução do projeto, nomeado em 1999 como “Cemitério Santa Casa: museu a céu aberto”. Entre a primeira ideia projetada e a de fato a ser executada, novas premissas se apresentaram para a modelagem de um macroprojeto, que se subdivide em etapas distintas e ajustáveis ao longo do período necessário para sua execução. O macroprojeto estabelece objetivos gerais e específicos para inventariar qualificadamente o patrimônio cemiterial, estabelecer estratégias de preservação e restauro na totalidade do conjunto tumular, de exemplares pontuais e, ainda, aprofundar ações que permitam a parcelas maiores da população, reconhecer aquele como um espaço dinâmico oposto à ausência de vida.

Assim, a proposta deste trabalho é contextualizar o desenvolvimento do cemitério da Santa Casa, destacar alguns momentos históricos relevantes para a sua valorização como espaço cultural e elencar algumas das ações de patrimoniais já realizadas ao longo dos últimos anos. Ao final, apresentaremos pilares que nortearam o projeto de inventário desenhado especialmente para este cemitério monumental que é se torna muito especial para todos aqueles que conhecem um pouco da sua história.

Para compreender a deferência dada ao Cemitério da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre é necessário retomar sua história. Dentre as obras das Santas Casas de Misericórdia está a de prover na morte,³ – promovendo a elevação da alma e dando sepultamento digno ao seu corpo dentro dos preceitos cristãos. A Santa Casa de Porto Alegre, criada em 1803, realizou seus primeiros sepultamentos na área onde é sua sede hospitalar principal, ao lado da Igreja Senhor dos Passos.

No ano de 1826, foi aberto um cemitério definido no livro de Atas da Mesa Administrativa como um espaço para inumação dos padecentes (condenados à morte),

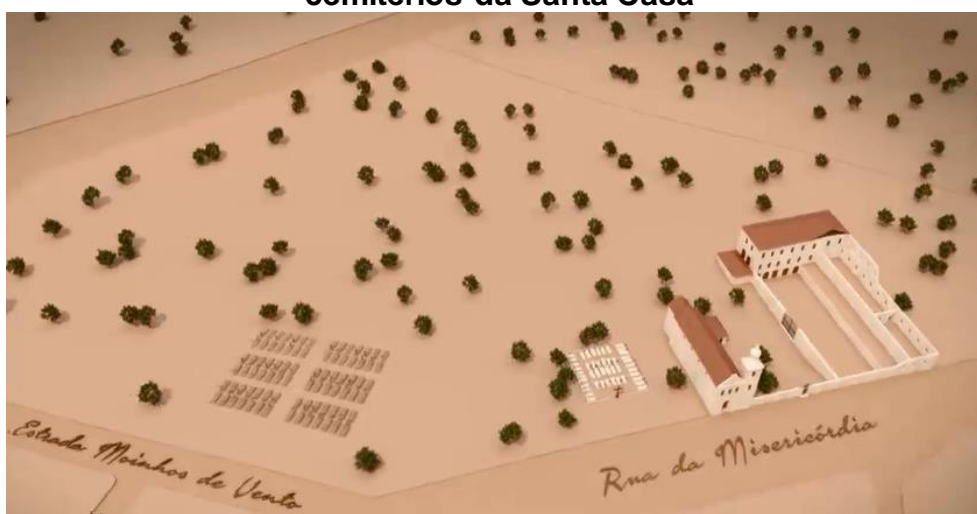
¹ Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais/ABEC. São José/SC.

² Historiógrafa do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre. Porto Alegre/RS

³ Existem 14 obras de misericórdia, 7 corporais e 7 espirituais. Elas são ações caridosas de ajuda ao próximo.

além de Irmãos e pessoas que quisessem ali ser enterradas. Já 1829, um segundo cemitério dentro do terreno da instituição foi aberto para atender a demanda, pois o anterior já não era suficiente para o número dos que faleciam no hospital. Mesmo com esses dois espaços implantados, em 1934 foi definida uma comissão para escolher um novo espaço cemiterial, afastado do núcleo urbano, um terreno situado extramuros da vila de Porto Alegre⁴. Nesse período, os demais sepultamentos da cidade ocorriam no cemitério situado atrás da Igreja Matriz de Porto Alegre, administrado pela Irmandade de São Miguel e Almas⁵.

Figura 1 – Ilustração digital da localização dos primeiros cemitérios da Santa Casa



Fonte: acervo do Arquivo Central – CHC Santa Casa de Porto Alegre.

Entre os anos de 1843 e 1850, seguindo as ideias de sanitização para prevenção da saúde pública, a Câmara aprovou a compra de um terreno na Colina da Azenha, tomando as providências necessárias para a transferência do cemitério da Vila de Porto Alegre para o terreno de 10,4 hectares alinhado à Estrada do Mato Grosso (Av. Bento Gonçalves) e a Estrada de Belém (Av. Prof. Oscar Pereira). Depois de muitos anos de expectativa da população para resolver os problemas do cemitério da Vila, dentre eles, a falta de espaço para sepultamento digno, estava previsto o ato de inauguração do novo cemitério para o mês de agosto de 1850. Entretanto, foi preciso antecipar para o mês de abril a abertura do novo cemitério, em virtude da epidemia de febre amarela que chegara

⁴ Segundo Pufal (2015, p.159), entre os anos de 1826 e 1850 foram inumados 441 cadáveres no primeiro cemitério da Santa Casa, o que corresponde a 2,75% dos sepultamentos registrados no período em Porto Alegre.

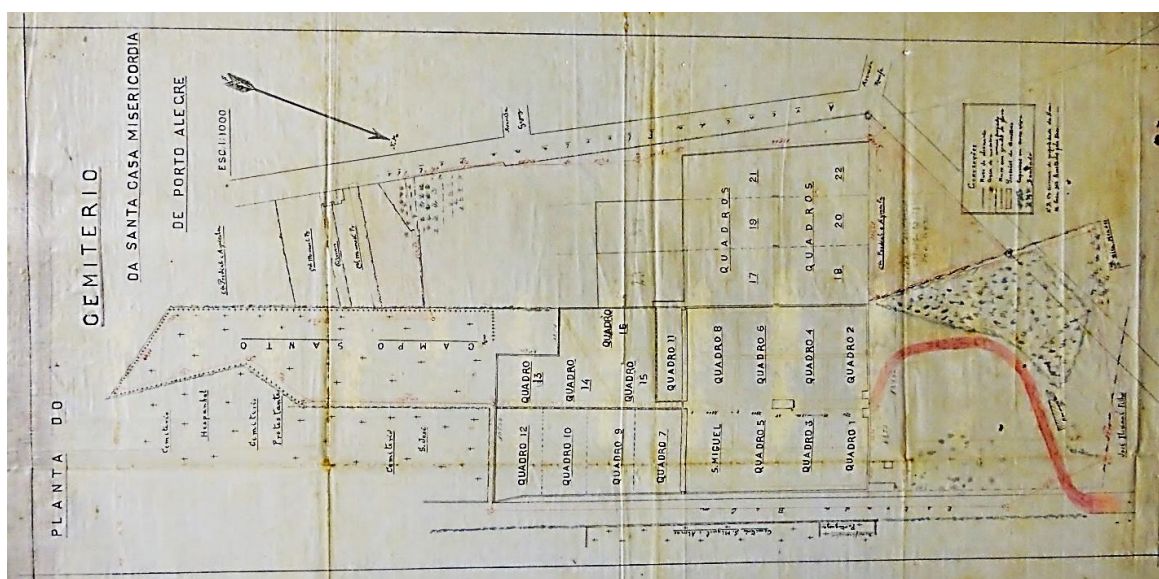
⁵ A Irmandade de São Miguel e Almas possuía esse cemitério de 1773 até 1850, indo detrás da Igreja Matriz até a Rua Coronel Fernando Machado (na época Rua do Arvoredo).

na capital. A primeira inumação ocorreu em seis de abril daquele ano. Tratava-se do marítimo José Domingues. A partir de então, o novo cemitério da Santa Casa passou a ser o único espaço da cidade autorizado a receber sepultamento até os primeiros anos do século XX; os demais existentes deveriam encerrar suas atividades – inclusive os dois cemitérios que a Misericórdia tinha em seu quarteirão, junto ao hospital – o cemitério para pessoas livres e o cemitério para escravos.

Sua configuração espacial foi desde o início dividida em duas partes: Entremuros e Campo Santo. A área entremuros acolhia a população que cumpria com as disposições pré-estabelecidas pela Irmandade. O Campo Santo acolhia o sepultamento dos demais membros da sociedade. Entre essas duas áreas se estabeleceu dois quadros diferenciados: um destinado à Irmandade de São Miguel e Almas e outro à Irmandade Santa Bárbara.

Os registros dos sepultamentos realizados no cemitério da Instituição entre os anos de 1850 a 1984, produzido em suporte papel, estão guardados no Arquivo Central da Santa Casa. Esses registros estão divididos conforme as características de suas épocas. Os registros do século XIX, por exemplo, estão em códices de coleções distintas: registro de sepultamento de escravos, registro de sepultamento de protestantes e registro de sepultamento de livres. Já os registros próximos ao século XX, e no seu decorrer desse século, estão numa única coleção de registros, que de forma cronológica, inicialmente lista todos os sepultamentos para depois caracterizar a localização e dar informações como se o falecido ali foi imudado de forma gratis, por arrendamento ou perpetuidade.

Figura 2 – Planta da divisão de quadros do Cemitério da Santa Casa, no bairro da Azenha, início do século XX



Fonte: acervo do Arquivo Central – CHC Santa Casa de Porto Alegre.

A chegada do século XX transformou a colina do Cemitério da Santa Casa na colina dos cemitérios. Algumas das entidades que possuíam quadros dentro do Cemitério da Santa Casa passaram por processos diferentes de existência: ou deixaram a área original, expandindo na compra de terrenos no entorno, ou encerraram sua atividade, como é o caso da Irmandade de Santa Bárbara.

O Cemitério da Santa Casa passou ao longo do tempo por uma reestruturação espacial. Inicialmente, o portão da frente foi deslocado para o acesso ao jardim. No final do século XIX, o jardim foi desativado, surgindo um novo quadro em ambos os lados do corredor principal de acesso. Depois, já na década de 1940, o artista espanhol André Arjonas, considerado um dos maiores produtores de arte cemiterial no Rio Grande do Sul, foi contratado para desenhar um remodelamento de todo o cemitério. Arjonas projetou a Capela São Joaquim, os jardins com pergolados ao fundo, além das Galerias São Miguel, Santa Bárbara e a do Menino Jesus de Praga. A capela, em 1957, devido a problemas com o teto, ganhou a atual fachada. Também foi na década de 1950 que a Irmandade da Santa Casa cedeu um vasta área do terreno frontal do cemitério, para a urbanização do entorno, originando a Praça da Saudade.

Durante a década de 1970, a Irmandade viveu uma crise financeira prolongada que afetou todas as suas atividades; o Cemitério sofreu com a falta de manutenção. Alguns quadros necessitaram ser desativados depois que uma galeria de nichos desmoronou após uma enxurrada provocada por forte chuva.

Mas, a década de 1980 iniciou tendo por Provedor Dom Vicente Scherer. Ele liderou a ressurreição de toda a Santa Casa. A filantropia continuou sendo a base da Irmandade, mas sua gestão modernizada passou a ser executada como uma empresa com metas financeiras sustentáveis. No Cemitério, isso é percebido na elaboração de um Plano Diretor, na inauguração em 1988, da Galeria São Vicente com seis capelas de velório, um serviço até então inexistente ali, e na nova reforma da Capela São Joaquim.

Figura 3 – Praça da Saudade e quadros históricos do Cemitério da Santa Casa, no bairro Azenha



Fonte: acervo do Arquivo Central – CHC Santa Casa de Porto Alegre.

Figura 4 – Vista aérea do Cemitério da Santa Casa e seu entorno (década de 1980)

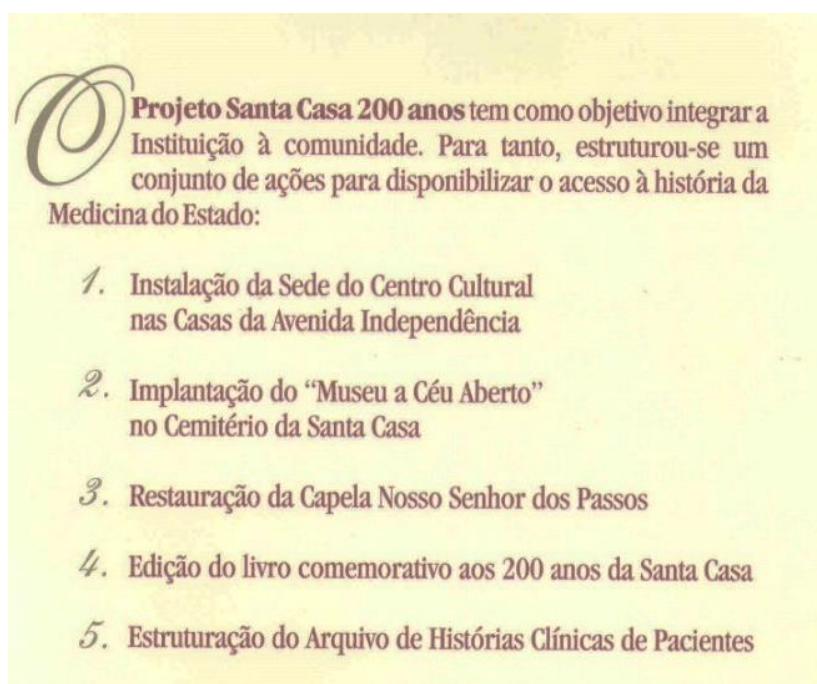


Fonte: acervo do Arquivo Central – CHC Santa Casa de Porto Alegre.

A década de 1980 também é emblemática para o Cemitério no aspecto cultural, pois foi no ano de 1985 que o Prof. Harry Rodrigues Bellomo passou a registrar a arte tumular ali existente em seus estudos para a obtenção do grau de mestre defendido em março de 1988 na PUCRS. Posteriormente, a essa pesquisa, além do próprio Prof Bellomo, outros pesquisadores, espelhados nele, passaram a estudar e difundir a riqueza do patrimônio cultural do cemitério da Santa Casa.

A Santa Casa apoiou as pesquisas do Prof. Bellomo, dando acesso a sua documentação. A Professora Véra Barroso – historiadora do CHC Santa Casa –, que atuava também como docente do curso de licenciatura em História da Faculdade Porto-Alegrense, passou a realizar visitas de campo com seus alunos, para que esses conhecessem aquele patrimônio. Orientava a eles que no seu futuro como docentes também apresentassem o espaço cemiterial ao seus alunos como o grande laboratório de pesquisa, memória, de história, arte e pertencimento que ele é.

Figura 5 – Ações do Projeto Santa Casa 200 anos (2003)



Fonte: acervo do Arquivo Central – CHC Santa Casa de Porto Alegre.

As grandes ações de caráter cultural por parte da Santa Casa iniciaram no ano de 1999 com o macroprojeto “Santa Casa 200 Anos”, que reuniu cinco importantes projetos de preservação e valorização do seu patrimônio cultural; entre eles estava a implantação do “Museu a Céu Aberto” no cemitério da instituição. A ideia inicial era que até o ano de 2010, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, através da Lei de Incentivo a Cultura, o cemitério já estivesse no mapa cultural da cidade com seu processo de muzealização

concluído. Mas devido a magnitude dos projetos, foi necessário priorizar um frente ao outro na captação de recursos, focando na conclusão de alguns deles, como aconteceu com a sede do Centro Histórico-Cultural, inaugurado em 2014, deixando pendente apenas o projeto do cemitério. Assim, em reunião estratégica, no ano de 2016, a equipe composta pelas historiógrafas Véra Lucia Maciel Barroso, Edna Ribeiro de Ávila, Amanda Mensch Eltz e Juliana Mohr dos Santos, juntamente com a gerente do CHC, Rosani Maria Porto Silveira, definiu que havia chegado o momento de focar no patrimônio funerário institucional, trazendo alento aos anseios dos diversos profissionais que já haviam contribuído e sonhado com a execução desse projeto de valorização do patrimônio cemiterial.

Dentre as ações executadas, desde a divulgação do projeto em 1999, estão: - a visita dos pesquisadores do I Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais no ano de 2006; - o restauro e a digitalização das coleções de Livros de Óbitos de Escravos e a de Protestantes do século XIX; - acondicionamento e catalogação de fotografias e plantas arquitetônicas; - registros de depoimentos de História Oral de funcionários do cemitério; - publicações de artigos sobre o espaço cemiterial em todos os exemplares da coleção Histórias Reveladas (5 volumes); - escrita de seis roteiros para atendimento de grupos escolares sob agendamento. Essas visitas passaram a ser oferecidas ao público não especializado a partir do I Encontro de Pesquisadores do CHC Santa Casa no ano de 2008.

Figura 6 – Visita guiada realizada no I Encontro de Pesquisadores do CHC Santa Casa – fala de Daniel Teixeira Meirelles Leite



Fonte: acervo do Arquivo Central – CHC Santa Casa de Porto Alegre.

Entre o lançamento da ideia “Museu a Céu Aberto”, em 1999, e o ano de 2016, a sociedade, como organismo dinâmico que é, estabeleceu novos conceitos culturais e novas diretrizes necessitaram ser redefinidas para a valorização do patrimônio funerário.

A grande crise financeira vivida na década de 1970 pela instituição e, ainda viva na memória de muitos, ensinou que a longevidade da missão institucional também depende da sua readaptação ao momento presente. Assim, era necessário rever a ideia inicial e escrever um novo macroprojeto tendo como objetivo principal revitalizar o espaço cemiterial valorizando as expressões artísticas, culturais e de memória ali existentes como patrimônio funerário integrado às ações de gestão e sustentabilidade institucional. Ou seja, o cemitério deve continuar com sua atividade fim inicial – prover na morte –, mas também deve prover a valorização do patrimônio edificado criado a partir dos ritos culturais de onde proveio, e no equilíbrio desses dois pilares estabelecer uma gestão autossustentável.

Desta forma, surgiu o macroprojeto: *Cemitério Santa Casa - Cultura e Memória*, que se subdivide em três linhas de ação para instrumentalizar a gestão e viabilizar seu objetivo principal. Primeira linha de ação – inventariamento (inventariar cada unidade tumular para classificar as que devem ser tratadas como patrimônio funerário); Segunda linha de ação – conservação e restauração (ações diretas nas unidades para a preservação e recuperação do patrimônio funerário); Terceira linha de ação – Educação Patrimonial (ações voltadas para o reconhecimento do patrimônio funerário, valorização da memória individual social e coletiva).

Considerando a extensão cemiterial, a execução da primeira linha de ação do projeto – o inventário –, foi dividida em fases, pois a área considerada administrativamente como histórica, hoje, abriga em torno de 7 mil sepulturas, de diferentes períodos, que devem ser analisadas unitariamente. Para o alcance do objetivo principal do macroprojeto é necessário que todas as fases da primeira linha de ação sejam permeadas por projetos paralelos das outras duas linhas de ações (conservação e restauração/Educação Patrimonial) derivadas das conclusões do inventário.

As fases de execução da primeira linha de ação – o inventário –, estão organizadas da seguinte forma: 1º fase - Quadro 1, subdividido em 3 partes (quadros, 2 laterais – carneiras e nichos), 2º fase - Quadro 2, subdividido em 5 partes (4 quadros e laterais); 3º fase - Quadro 3, subdividido em 5 partes (4 quadros e laterais); 4º fase - Quadro 4 e 5, subdividido em 3 partes (2 quadros e laterais); 5º fase: Galerias São Miguel e Santa Barbara, subdivididas em 2 partes (térreo e superior).

A reestruturação do macroprojeto e a definição das linhas de ação e das fases do inventário foram elaboradas a partir da experiência da historiografa Juliana Mohr dos

Santos, como representante da Santa Casa, com a pesquisadora especialista na área de patrimônio funerário Elisiana Trilha Castro. Dessa ação em conjunto, também surgiu a proposta do projeto de inventário cultural, descrito a seguir.

O projeto “Inventário Cultural do cemitério Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: uma história entre lápides, anjos, cruzeiros e saudade do Cemitério Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre”, foi desenvolvido entre os meses de agosto de 2018 e novembro de 2019. O trabalho foi coordenado pela pesquisadora e especialista em patrimônio cultural funerário Elisiana Trilha Castro. Também fizeram parte da equipe: a pesquisadora Julia Massucheti Tomasi, a museóloga Anna Julia Borges Serafim, o profissional de conservação (consultoria) Michelangelo Giampaoli e o cientista de dados Juliano Anderson Pacheco.

O conjunto tumular identificado, levantado e registrado foi o Quadro 1 do Cemitério Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, dando-se especial atenção às características materiais e imateriais das unidades, além da análise dos dados dos falecidos encontrados nas lápides.

Figura 7 – Planta dos quadros atuais da ala histórica do Cemitério da Santa Casa



Fonte: acervo do Arquivo Central – CHC Santa Casa de Porto Alegre.

Durante as duas primeiras partes do projeto, realizadas nos meses de agosto a dezembro de 2018, foram levantados dados de todas as 1.251 unidades presentes no Quadro 1, sendo 417 unidades de solo e 834 gavetas. Durante as saídas de campo, foram

tiradas 5.701 fotografias de todas as unidades tumulares supracitadas, sendo produzido um banco de imagens, a partir deste levantamento.

Figura 8 – Pesquisadores em campo



Fonte: acervo de Elisiana Trilha Castro.

Figura 9 - Banco de imagens com exemplos de pastas das unidades de solo

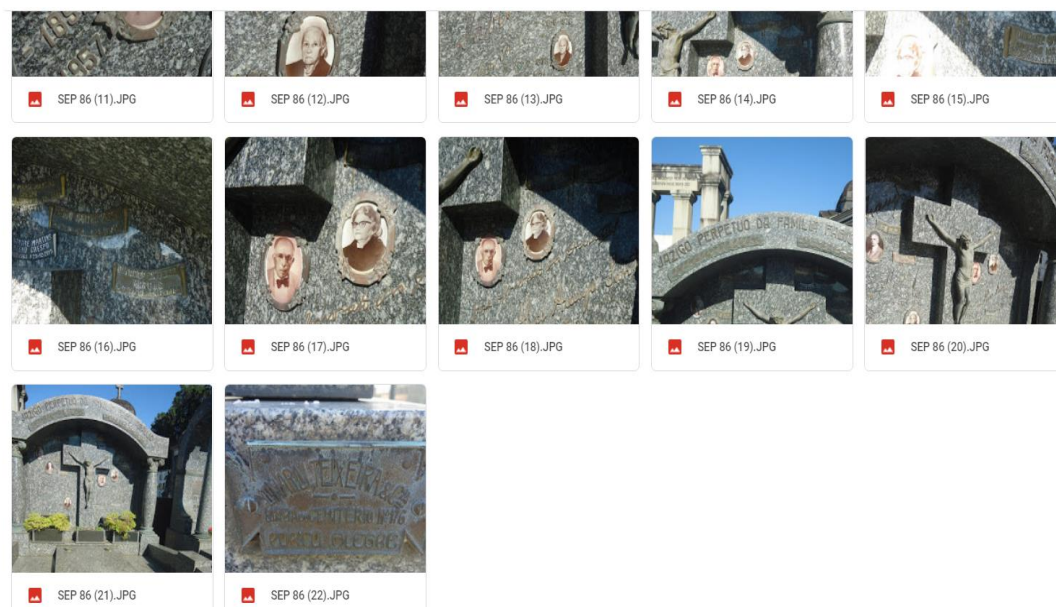


Fonte: acervo de Elisiana Trilha Castro.

Referente às fotografias, foram feitas em média seis imagens para cada unidade de solo e duas para as gavetas, de modo que algumas unidades de solo tiveram mais de 20

fotografias, tendo em vista suas especificidades, como os casos de mausoléus e unidades com vários elementos decorativos, ornamentações e sepultados, conforme a unidade 86, exemplificada na imagem a seguir:

Figura 10 – Pasta com imagens da Sepultura 86



Fonte: acervo acervo de Elisiana Trilha Castro.

A partir do mês de setembro de 2018, após a realização dos levantamentos de campo, foi iniciada a próxima etapa do projeto, a de cadastramento das unidades. Nesta parte foram analisadas todas as unidades do Quadro 1 e selecionadas as sepulturas de valor cultural e de potencial valor, sendo elencadas 718 unidades, das quais 250 são unidades de solo e 468 gavetas.

Referente a cada unidade inventariada foram coletadas informações, conforme as categorias destacadas abaixo:

- Número de Sepultamentos: número de sepultado(s) identificado(s) na unidade;
- Estado da lápide: na presença de inscrições foi considerado o seu estado de legibilidade;
- Apresentação das inscrições: identificado o tipo de material utilizado na inscrição e o modo como foi inscrito;
- Estado de conservação: assinalado bom, regular ou ruim, conforme critérios de impacto da estrutura tumular;
- Presença de danos: elencados os fatores de destruição presentes na unidade, como, por exemplo, a presença de danos por vegetação, por umidade, manchas,

descolamento de parte, descascamento de tinta, rachaduras, ferrugem, soterramento de estrutura, erosão, sujidades, tombamento de estrutura, ausência de partes, presença de insetos e mofo;

- Tipologia: gaveta, jazigo, jazigo monumental e capela funerária;
- Materiais construtivos e de acabamento: assinalados os materiais utilizados na construção da unidade e de seus ornamentos funerários;
- Ornamentos: assinalados os símbolos com a proposta de embelezamento ou com referencial religioso presentes na unidade, como a cruz, a efígie, a alegoria, o anjo, a floreira, a coluna, a fotografia, os puxadores, a imagem sacra, o símbolo decorativo, o vaso, o vitral, dentre outros;
- Epitáfio: assinalada a presença de epitáfios, que são as inscrições, geralmente direcionadas aos mortos. Todos os epitáfios encontrados nas unidades foram transcritos;
- Ritos: compreende-se por ritos funerários a colocação de flores, sejam elas naturais ou artificiais, as velas, as coroas e outras práticas de caráter simbólico, geralmente ligados a crenças religiosas;
- Descrição da unidade: neste item foram incluídas informações adicionais referentes às unidades, além das características principais dos itens inventariados, como os materiais construtivos empregados, a presença de ritos e ornamentos;
- Conservação de materiais: assinalaram-se os materiais construtivos e de acabamento empregados na unidade, como também as recomendações de conservação e prevenção de dano;
- Roteiros: identificação da inclusão da unidade em um dos roteiros de visitação, dentre eles: A política em cena, Positivismo no Rio Grande do Sul, Memórias celebradas, A escrita da saudade, A cidade através dos túmulos, Uma lente para a morte e Arte funerária em destaque;
- Parecer de Valor Cultural: dentre as unidades inventariadas, algumas foram consideradas de valor histórico e cultural. Estas receberam parecer sobre sua importância, destacando-se neste item os seus elementos mais significativos;
- Autoria da obra: assinalou-se a autoria da obra nas unidades onde foram encontradas placas ou assinaturas com o nome da marmoraria na unidade. Dentre as marmorarias encontradas no Quadro 1, destacam-se as empresas: a Graniteira, a Irmãos Piatelli, a Lonardi, a Teixeira & Cia, a Bertanha Keller e Cia e a Casa Aloys.).

Integrado às análises dos dados de cada unidade tumular, o projeto também registrou os sepultados presentes no Quadro I, totalizando 2457 falecidos nas 718 unidades inventariadas. A partir das lápides presentes nas gavetas e unidades de solo, foram levantados os nomes de todos os falecidos, as datas de nascimento e falecimento, além das biografias dos falecidos que foram incluídos nos roteiros de visitação ou que já faziam parte destes.

A partir das 718 unidades de solo e gavetas, foram analisadas e avaliadas inúmeras características, como ornamenta o, presença de epitáfio, estado de conserva o da unidade tumular, estado de conserva o da lápide, tipologia tumular, materiais construtivos e de acabamento, autoria da obra, presença de ritos e se faz ou não parte do roteiro de visita o.

Quanto ao estado de conserva o das unidades inventariadas, 379 delas estão em bom estado de conserva o, perfazendo 54% do inventário. Apenas 9 unidades estão em ruim estado de conserva o. Dentre os fatores de destrui o mais encontrados no Quadro 1, destacam-se em quase 100% das unidades os danos causados pelas sujidades, manchas e umidade (causados pela exposi o   chuva e/ou acúmulo de  gua). Outros danos presentes nas unidades inventariadas, mas menos recorrentes são: ausências de parte, seguido pelas rachaduras, danos por vegeta o, ferrugem e líquens.

Além do estado de conserva o da unidade tumular, também foi observado o estado de conserva o das lápides, levando-se em considera o a legibilidade das inscri es. Em 519 unidades inventariadas, a lápide está em bom estado, possibilitando identificar por completo as informa es dos sepultados, enquanto que em 162 o estado   regular, encontrando-se parte da inscri o impactada, não sendo possível identificar todos os dados dos falecidos.

Das tipologias tumulares do conjunto tumular do Quadro 1, mais da metade das unidades inventariadas   do tipo gaveta, com 65%, seguido dos jazigos presentes em 26%, jazigos monumentais em 6% e somente 3% das sepulturas são do modelo capelas funerárias.

Figura 11 – Exemplo de capela funerária presente no Quadro 1



Fonte: acervo do Arquivo Central – CHC Santa Casa de Porto Alegre.

Quanto aos materiais construtivos e de acabamento utilizados na edificação das unidades tumulares e de seus ornamentos funerários, o granito está presente na grande maioria, totalizando 70,9% das unidades inventariadas. Em seguida, destaca-se o metal, com 64,9%, seguido da porcelana com 60,8%, do mármore com 47,9%, do bronze com 31,8%, do ferro com 22,5% e do vidro com 17,8%. Os materiais menos empregados na construção das unidades e ornamentação foram o ladrilho hidráulico, a granitina, o cimento e a ardósia.

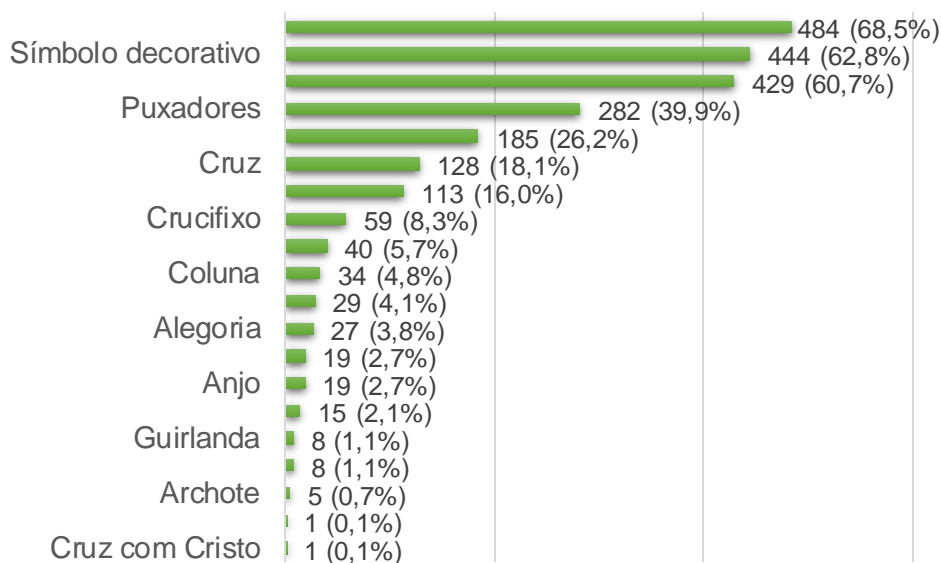
Figura 12 – Unidades de solo com o granito como material construtivo e de acabamento



Fonte: acervo do Arquivo Central – CHC Santa Casa de Porto Alegre.

A presença de ornamentos funerários nas unidades tumulares também foi analisada através do inventário. Em 68,5% das unidades, a floreira está presente, seguidos dos símbolos decorativos com 62,8%, da fotografia com 60,7% e dos puxadores com 39,9%. Outros ornamentos menos recorrentes nas unidades são: os anjos, a cruz com Cristo, o vitral, a guirlanda, a alegoria, o Cristo, dentre outros, como consta no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Ornamentos tumulares no Quadro 1 do Cemitério da Santa Casa



Fonte: elaborado pelas autoras.

A presença de epitáfios e dos ritos no conjunto tumular também foi destacada no inventário, sendo que 47% das unidades inventariadas possuem epitáfios e 31,1% possuem ritos, dos quais destacam-se as flores artificiais, encontradas em 194 unidades, seguido das flores naturais, presentes em 37 unidades e apenas uma unidade apresentando a vela.

Outro item analisado em cada unidade inventariada foi a presença de placas ou assinaturas com o nome da marmoraria ou artista responsável pela unidade ou ornamentação. Quanto aos autores das obras presentes no Quadro 1 do cemitério, destacam-se: André Arjonas, Antonio Caringi, Alfred Adloff, Leone Lonardi, Sylvio Giusti, Victorio Livi e José Floriani Filho.

Das 718 unidades inventariadas, 81 delas possui identificação da autoria da marmoraria ou artista. A maioria das unidades é de autoria da Casa Aloys, seguido da Graniteira de Piatelli Irmão, de José Floriani Filho e Lonardi Teixeira e Cia (conforme imagem 10, da unidade tumular 86).

Figura 13 – Sepultura com a placa da marmoraria Lonardi Teixeira e Cia



Fonte: acervo do Arquivo Central – CHC Santa Casa de Porto Alegre.

Por fim, o conjunto tumular foi analisado pensando-se em roteiros de visitação, sendo que o inventário incluiu 102 unidades em sete diferentes roteiros de visitação. Ao roteiro “Arte funerária em destaque” foram incluídas 27 unidades, seguido de “Uma lente para a morte” com 25 sepulturas, “A escrita da saudade” com 19, “A cidade através dos túmulos” também com 19 unidades, “Memórias celebradas” com 7 unidades, o “Positivismo no Rio Grande do Sul” com 5 sepulturas e “A política em cena” com apenas 3 unidades.

A conclusão das duas primeiras partes da fase 1 do inventário cultural instrumentalizam os gestores da Santa Casa a aperfeiçoarem seus processos internos de gestão, tanto para multiplicarem as ações nas demais linhas culturais quanto para adequarem as ligadas à sua atividade primária, o sepultar. Reconhecer o Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre como um patrimônio cultural foi um desafio que partiu da sociedade para a instituição; essa o acolheu e agora trabalha para dar continuidade após os primeiros passos terem sido completados.

Referências

CASTRO, Elisiana Trilha. *Projeto inventário cultural do Cemitério Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: uma história entre lápides, anjos, cruzes e saudade*. Florianópolis, 2019.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. *Santa Casa de Porto Alegre: histórias reveladas I*. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2009.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. *Santa Casa de Porto Alegre: histórias*

reveladas II. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2011.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. *Santa Casa de Porto Alegre: historias reveladas III*. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2013.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. *Santa Casa de Porto Alegre: historias reveladas IV*. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2015.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. *Santa Casa de Porto Alegre: historias reveladas V*. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2017.

FRANCO, Sergio da Costa; STIGGER, Ivo. *Santa Casa 200 anos: caridade e ciências*. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2003.,

PUFAL, Diego de Leão. O cemitério Casa de Misericórdia de Porto Alegre antes de 1950. In: CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. *Santa Casa de Porto Alegre: historias reveladas IV*. Porto Alegre: Evangraf; Ed. da ISCMPA, 2015. p. 147-197.

CEMITÉRIOS DO ESTADO DE GOIÁS: UM LEVANTAMENTO A SER PONDERADO

Maria Elizia Borges¹

Primeira abordagem sobre os cemitérios do estado de Goiás

A produção do conhecimento sobre a importância histórica, cultural e artística dos cemitérios do estado de Goiás teve início em 1972, quando o sociólogo Clarival do Prado Valladares dedica dois capítulos ao Cemitério Vila Boa de Goiás, no seu livro *Arte e sociedade dos cemitérios brasileiros*, publicado no mesmo ano. Do cemitério vilaboense, fundado em 1858, e hoje denominado Cemitério São Miguel, o autor cita 11 túmulos, além de três do Cemitério Santana (Goiânia) e igual número do Cemitério São Miguel (Anápolis).

Atualmente, o livro de Valladares (1972) é referência para os estudiosos da área no Brasil, pois trata a arte funerária de modo criterioso e ponderado, contribuindo assim para quebrar o “tabu” em relação ao espaço da morte em várias partes do país. No capítulo *Vila Boa de Goiás*, o autor descreve a simplicidade da capela do cemitério vilaboense, erigida com barro socado entre taipas com a abside recurvada, modelo frequente na Europa durante a Idade Média. Destaca também os jazigos mais antigos, feitos de barro apilado e tijolões de adobe, com lápides em pedra-sabão esverdeadas ou acinzentadas, construídos de forma compacta, soberana, conforme os modelos de cemitérios “arcaicos”, como ele denomina romanticamente as estruturas dos túmulos de “pedaços de igrejas à flor da terra” (p. 1294).

Ainda nesse capítulo, Valladares (1972) menciona outros estilos de sepulturas, como os túmulos-monumentos com bustos de mármore, conforme o gosto do início do século XX, produzidos em marmorarias de São Paulo, tais como a M. Tavolaro e a P. Porta. O autor destaca também os túmulos revestidos no mármore de Sete Lagoas, advindos do estado de Minas Gerais, e construídos por marmorarias da região do triângulo mineiro que adotavam os trabalhos dos riscadores de pedra que lavravam ornatos (símbolos cristãos) na superfície da pedra cinza clara ou rósea, e cita os marmoristas José de Jesus (Goiânia), Domingo Monaco (Uberaba) e Sebastião Ferreira (Araguari) como os responsáveis por esse tipo de artesanaria.

A inclusão do Cemitério São Miguel e de outros similares no livro é justificada como uma maneira de “[...] esclarecer aspectos mais sutis das comunidades isoladas” (VALLADARES, 1972, p. 1294), tal como observar a manutenção da genuidade da religião

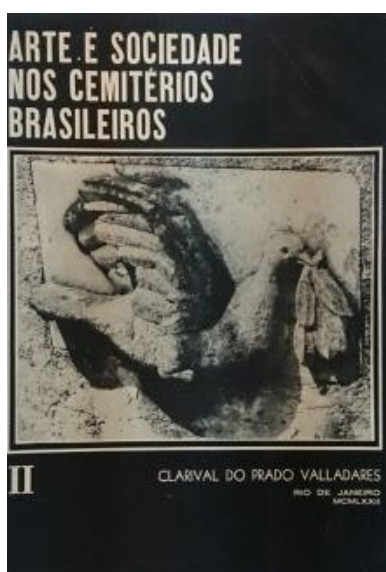
¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora do CNPq. Goiânia/GO.

e da espiritualidade. O autor menciona o legado do Frei Simão Dorvi (*1907, Itália- † 1996, Itália), que procurou, desde a década de 1930 até a de 1970, reconstituir todos os arquivos da Capitania e da Diocese de Goiás. Provavelmente Dorvi contribuiu para a pesquisa de campo que foi realizada em 1967.

No segundo capítulo, *Epigrafia e descrição tumulária do Cemitério Vila Boa de Goiás*, Valladares (1972) descreve as inscrições de alguns túmulos, o mais antigo deles de 1863. O autor explica que algumas inscrições estão gravadas no mármore e as classifica como de “caprichado lavor” artístico, enquanto outras repousam em placas de madeira, um sinal da arte popular. Como referência bibliográfica cita autores que publicaram artigos sobre o estado de Goiás na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1849) e na *Revista IGH* (Bahia, 1926). No campo das artes, ele menciona o *Diccionario Technico e Histórico de Pintura, Escultura, Architetura e Gravura* de Francisco de Assis Rodrigues, de Lisboa, datado de 1875.

Pode-se observar a dificuldade do autor para selecionar uma bibliografia mais atualizada sobre o estado de Goiás e o seu encantamento com a arte popular, uma vez que colocou, na capa do volume II de seu livro, uma columbina com ramo de oliveira, símbolo do Espírito Santo (Figura 1). Trata-se de um detalhe de um túmulo de 1873 do Cemitério São Miguel, de alvenaria com ornatos de pedra-sabão incrustados. Os demais túmulos de outras cidades de Goiás que figuram no caderno de iconografia, uma subdivisão do livro entram nos seus textos como análise de comparação. Para Valladares (1972), esse tipo de cemitério foi o local da origem sertaneja.

Figura 1 – Fac-símile da capa do livro *Arte e sociedade dos cemitérios brasileiros II* (1972). Cemitério São Miguel, Cidade de Goiás, túmulo de 1873



Fonte: acervo da autora.

Primeiras pesquisas acadêmicas e seus processos de revelação

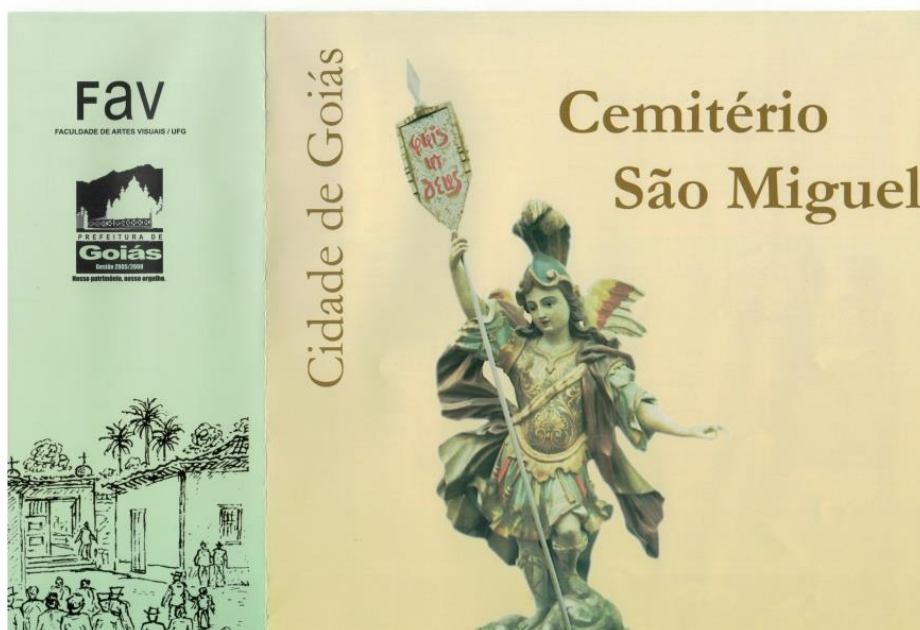
Ao chegar a Goiânia em 1996, para lecionar na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (FAV/UFG), trouxe comigo um projeto de pesquisa A arte funerária no Brasil, então recém-implantado e aprovado pelo CNPq. Com ele iniciei a orientação de bolsas de Iniciação Científica. O projeto vem sendo renovado, desde então, e prescreve em 2022. Até 2012 foram selecionados 14 alunos de graduação em Designer Gráfico e de Artes Visuais, que muito contribuíram com o projeto e com a pesquisa no estado de Goiás.

A primeira visita com alunos de Educação Artística ao Cemitério Santana de Goiânia foi realizada em 2000, e no ano seguinte foi confeccionado e divulgado um folder sobre o referido cemitério. Um outro folder foi impresso em 2005 sobre o Cemitério São Miguel, da Cidade de Goiás. Em ambas as cidades, as primeiras divulgações desses fôlderes foram realizadas nos próprios cemitérios, no Dia de Finados, com a finalidade de atingir o grande público. O objetivo foi alcançado.

Em 2002 foi criado o site *artefunerariabrasil.com.br* que hoje traz o histórico de 30 cemitérios do Brasil, dentre os quais quatro de Goiás, a saber: Cemitério de São Miguel (Pirenópolis), Cemitério São Miguel (Cidade de Goiás), Cemitério São Miguel (Jataí) e Cemitério Santana (Goiânia). Como se pode observar, muitos cemitérios municipais de Goiás, isto é, secularizados, são batizados com o nome de São Miguel, arcanjo que mantém estreita relação com o significado da morte. Trata-se de um anjo poderoso, pois é vencedor das batalhas espirituais; comandante do exército de Deus; conduz as almas de todos os falecidos para o céu; padroeiro dos doentes e dos aflitos, enfim o “Anjo da Morte” que ora se apresenta matando uma serpente (Figura 2), ora medindo as almas numa balança perfeitamente equilibrada (Figura 3).

Todas as comunidades religiosas, desde a judaica à cristã (católicos, evangélicos e adventistas) compartilham o respeito por São Miguel Arcanjo. Acredito que a devoção a esse “anjo superior” está impregnada na cultura religiosa da região. Na Cidade de Goiás, o escultor e dourador goiano José Joaquim da Veiga Valle (*1806- †1874) fez duas esculturas do arcanjo em cedro, policromadas e douradas, e selecionei uma delas como imagem da capa do folder do Cemitério São Miguel de Goiás. Atualmente, as obras desse escultor encontram-se no Museu de Arte Sacra da Boa Morte, na citada cidade.

Figura 2 – Fac-símile do folder do Cemitério São Miguel, 2005, que mostra o santo matando a serpente. Obra de Veiga Valle, século XIX



Fonte: acervo da autora.

Figura 3 – Escultor Veiga Valle, São Miguel Arcanjo com a balança, século XIX



Fonte: acervo da autora.

O processo de criação dos fôlderes e do site também foi apresentado em congressos, como o XXIII Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte (Rio de Janeiro,

2003); o 1º. Encontro da ABEC (São Paulo, 2004); o 6º. Congresso Brasileiro de pesquisa e desenvolvimento em Design (São Paulo, 2004) e o V Seminário de Pesquisa Cultura Visual: exercícios do olhar (Goiânia, 2004). Com essas participações em eventos distintos, houve a divulgação de uma pesquisa considerada incomum realizada pela professora e alunos de Iniciação Científica da FAV/UFG.

Outra atividade acadêmica ministrada por mim na Faculdade de Artes Visuais foi a criação de um grupo de estudo denominado “Morte, rituais de morte e cemitérios”, que promovia leituras e discussão de textos e trabalhos em andamento sobre os temas. Participavam do grupo alunos de graduação em História e Sociologia; mestrandos e doutorandos em História e Cultura Visual, e interessados em geral. Uma média de dez pessoas encontrava-se quinzenalmente no período de 2006 a 2008. O amadurecimento do grupo de estudo levou seus integrantes a apresentar seus trabalhos de pesquisa no IV Ciclo de Formação Continuada do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), na cidade de Morrinhos, em 2007. Após todas as apresentações, foi feita uma visita guiada ao cemitério local (Figura 4).

**Figura 4 – Entrada do Cemitério São Miguel, cidade de Morrinhos, 2007.
Pessoas do grupo de estudo**



Fonte: acervo da autora.

Já no ano seguinte (2008), ministrei o minicurso “Pensando a vida através do ritual de morte e dos cemitérios secularizados”, durante o I Congresso Nacional e II Regional do Curso de História da UFG na cidade de Jataí. A última aula foi dada no cemitério da cidade pela então doutoranda Alcineia dos Santos e por mim. Os eventos ocorridos em Morrinhos

e Jataí e uma visita guiada realizada na cidade de Bela Vista de Goiás com o grupo de pesquisa tiveram como objetivo conhecer os cemitérios, expandir e desmistificar esse tipo de pesquisa que ainda encontra inúmeras barreiras dentro e fora da academia.

Ainda em 2008 ocorreu o III Encontro da ABEC em Goiânia. Coincidiu que, na oportunidade, foi possível agrupar outros pesquisadores que tratavam dos cemitérios da região, além do grupo de estudos. Durante o evento foram apresentados os artigos de Débora Rodrigues Borges, “Memória cristã riscada na pedra: análise dos túmulos do Cemitério Municipal de Bela Vista (GO)”; Deuzair José da Silva, “Um estudo de caso do Cemitério São Miguel da cidade de Goiás”; Edna de Jesus Goya, “Cantos fúnebres de Goiás”; Eurimar Nogueira Garcia, “A memória coletiva e as tecnologias de rememoração no Cemitério Santana de Inhumas (1970- 2007)”; Maria Elizia Borges, “Os riscadores de pedra: produtores de uma alegoria funerária cristã”; e de Samuel Vaz, “Entre a história e o imaginário: representações visuais no Cemitério São Miguel na cidade de Goiás”. O evento auxiliou a troca de experiências e incentivou novos pesquisadores da região. Como exemplo, cito o caso de Deuzair, então doutor e hoje professor da UEG em Jussara, que iniciou a orientação de trabalhos de Iniciação Científica de alunos do curso de História do campus Cora Coralina, na cidade de Goiás.

Dei prosseguimento à divulgação das obras funerárias dos cemitérios do estado de Goiás em eventos acadêmicos nacionais e regionais. No XXXIV Colóquio do CBHA, realizado em 2014 na cidade de Uberlândia, discorri sobre os painéis de azulejos do Cemitério Santana (Goiânia), com a palestra “A representação de imagens da natureza em monumentos funerários brasileiros”. Em 2017, no VIII Encontro da ABEC, em Florianópolis, Ricardo Nogueira e eu relatamos a nossa experiência de realizar, com os componentes do CEAR (Centro de Estudos de Arqueologia), um chá no Cemitério São Miguel, como uma proposta de produção cultural na cidade de Goiás (Figura 5). O encontro ocorreu após uma visita às ruínas de um túmulo do cemitério do Arraial de Ouro Fino, cidade extinta no século XX.

Figura 5 – Chá e visita guiada no Cemitério São Miguel (2017)



Fonte: foto de Ludmila de Melo Vaz. Acervo da autora.

Durante o IV Congresso Internacional de História, realizado em Jataí (GO) em 2018, foi montado uma seção temática sobre “A morte e o morrer no Brasil” e na Ibero América, sob a coordenação de Deuzair e minha, foram apresentados os artigos de Samuel Vaz, Ludmila Vaz e Frederico Tadeu Godim sobre os cemitérios do estado de Goiás. Godim também apresentou outro artigo, “Arte e símbolo no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás”, no IX Colóquio de História e Imagens - Gehim. Arte no Centro-Oeste, realizado em Brasília, em maio de 2019. Em junho deste ano, foi realizado I Simpósio Nacional de Estudos da Religião da UEG, na Cidade de Goiás, e alguns pesquisadores apresentaram comunicações sobre o Cemitério São Miguel, dentre eles, Cleumar de Oliveira Moreira, Frederico Tadeu Gondim, Juliana Luiz Carioca Fonseca e Samuel Vaz.

Observa-se então que os eventos acadêmicos realizados em Goiás e em cidades de outros estados brasileiros, inclusive no Distrito Federal, contam com comunicações sobre obras escultóricas e cemitérios. Todavia, o Cemitério São Miguel, da Cidade de Goiás, é o mais pesquisado, mediante temáticas bem diversas e diferentes abordagens. Isso se deve ao fato de ser ele o cemitério secularizado mais antigo do estado (1858) e um berço de memória a ser preservado. O cemitério foi instalado na então capital do estado e abriga os restos mortais de famílias da oligarquia de Goiás: Bulhões, Jardim, Caiado, Fleury, Curado e Veiga Valle, além de histórias de vida que merecem ser resgatadas. O cemitério também conserva alguns jazigos do século XIX, erigidos com um estilo artístico peculiar, conforme destacou o sociólogo Clarival do Prado Valladares (1972).

Sabe-se que a primeira ampliação do Cemitério São Miguel ocorreu em 1927, o que

facilitou a sua conservação. Possui uma localização privilegiada: ao norte fica o Morro Cantagalo; a sudoeste, a Serra Dourada; e ao sul, a vista geral da cidade colonial. Há também no seu interior uma arborização constituída de palmeiras imperiais ao longo da via principal que conduz à capela, criando um espaço contemplativo e de tranquilidade.

Publicações: uma maneira de consolidar o espaço da morte

As teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação contribuem para consolidar uma pesquisa mais sistemática sobre um determinado assunto, neste caso, os cemitérios. Débora Rodrigues Borges defendeu a dissertação em Cultura Visual (FAV/UFG) *Registro da memória em imagens: uso da fotografia mortuária em contexto familiar na cidade de Bela Vista de Goiás* (2008). Seu objeto de estudo foi o hábito cultural de fotógrafos da cidade de registrar com suas lentes os corpos das pessoas mortas em seus respectivos velórios, procedimento comum no começo do século XX, principalmente em regiões interioranas.

Já Deuzair José da Silva defendeu a tese em História (FH/UFG) *A (re) invenção do fim: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX* (2012). Em sua pesquisa, aborda justamente o período que assiste ao surgimento de um novo paradigma para a morte e a perda de controle do morto pela igreja e pelas irmandades da Cidade de Goiás, em função da secularização do cemitério. A base documental da pesquisa foram os registros de testamentos e de óbitos relativos ao período.

Samuel Vaz, por sua vez, trata do imaginário social em sua dissertação *A menina do caco: imagem e imaginário e religiosidade no cemitério São Miguel da cidade de Goiás* (2014), defendida na área de Ciência e Religião da PUC/Goiás. Partindo de narrativas populares e do conto de mesmo nome da poeta Cora Coralina, o pesquisador deteve-se na simbologia da “Menina do caco”, uma estatueta que no imaginário local tinha como fim o castigo exemplar. Em sua pesquisa, ele aborda o percurso da estatueta dentro do espaço do cemitério e fora dele, e analisa o comportamento social e religioso dos moradores da Cidade de Goiás no decorrer do tempo.

Quanto à publicação de livros, pode-se afirmar que está havendo um crescimento, orientado por objetivos bem variados. Harry Rodrigues Bellomo e Tiago Reszka Piaciski divulgaram a obra *Pesquisa cemiterial no Estado de Goiás* (2006), em cujos primeiros capítulos discorrem sobre a origem da arte funerária e analisam procedimentos para estudar o cemitério como fonte histórica. Em seguida, eles se detêm no contexto histórico e simbólico de três cemitérios: Santana, São Miguel e o Municipal da cidade de Trindade para a análise das obras, nomearam tipologias tratadas anteriormente por Bellomo (2000):

arte funerária cristã, alegorias sentimentais, cívico-celebrativas e obras de influência egípcia e greco-romana.

Em 2015, os organizadores Leandro Pires, Omar Layunta, Rogério Flori e Elieclíia Martins Serafim concretizaram a feitura de um livro intitulado *Santana Cemitério Art Déco. Fashion Cemetery* (2015). Nele, buscam requalificar o cemitério goianiense, utilizando seu espaço interno e seus monumentos funerários para apresentar fotos de desfile de roupas realizado por estudantes de Design de Moda da Universidade Salgado de Oliveira (Goiânia). Os *looks* são descritos pelas estudantes e a produção gráfica está muito bem composta. O prefácio foi escrito por mim e recebeu o título “Os cemitérios são espaços modernos necessários na sociedade contemporânea”.

Já Ludmila de Melo Vaz é a autora do livro *Lugares, memórias e histórias: programa de preservação do patrimônio arqueológico do AHE Serra do Facão* (2016), que possui um capítulo com o título “Conhecimentos e crenças tradicionais”. Utilizando o método da pesquisa arqueológica, a autora retrata a vida das fazendas do sudoeste goiano do século XIX e início do século XX. Nesses sítios, faz o levantamento dos cemitérios familiares das fazendas Barreiro, Forquilha e Soledade, a primeira localizada no município de Catalão e as demais, no de Campo Alegre de Goiás.

No mesmo ano, Sandra Costa Prudente organizou o livro *Enquanto os urubus nos rodeiam...* (2016). Trata-se de um livro bem ilustrado e que contém detalhes de fotos de esculturas funerárias do Cemitério Santana (identificados por mim), intercalados por fotos de animais de autoria de Ricardo Cristiano Ribeiro do Carmo, fotógrafo que tem em seu acervo fotografias artísticas de vários outros cemitérios do estado de Goiás. Sonetos de Remus Silva traduzem as “inquietações da sua alma”, segundo Sandra Costa Prudente.

Em 2017, editei um catálogo “Um olhar sobre o espaço da morte = Um regard sur l'espace de la mort” (BORGES, 2017), que resultou numa exposição realizada na Galeria Centro Cultural da UFG, em Goiânia. Selecionei fotos do Cemitério Père-Lachaise feitas pelo fotógrafo mineiro Marco Diniz e do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás, de autoria do fotógrafo e historiador goiano Samuel Vaz. Nas fotos de Diniz, demonstrei “as evidências do tempo e a ação da luz no (in)visível”, e nas de Vaz, as “imagens e narrativas no espaço cemiterial”. As atitudes pictóricas de ambos os fotógrafos fazem o observador detectar o predomínio de fotos que exibem cortes abruptos e denunciam os sintomas do desaparecimento, dos resíduos de um espaço de memória muito peculiar da sociedade contemporânea.

O fotógrafo Ricardo Cristiano Ribeiro do Carmo montou um *portfólio* artístico sobre o Cemitério Santana intitulado *Retábulos da alma* (2017). O prefácio “A Beleza do eterno

esquecimento nos campos santos” foi escrito pelo professor Bento Fleury Curado, enquanto o prólogo e a curadoria couberam a Sandra Prudente. Constam no livro textos do fotógrafo sobre a cronologia histórica do cemitério, um glossário sobre arquitetura funerária, a biografia sucinta de algumas personalidades ilustres ali enterradas e a planta da área do local. Traz ainda textos, fotos antigas e documentos sobre o cemitério, além de poemas do professor Remus Silva, traduzidos para o espanhol. O livro tem uma diagramação bem elaborada e Ricardo selecionou fotos artísticas de sua autoria que possuem detalhes de extrema sutileza.

Encontrei poucas publicações em periódicos que tratam de cemitérios do estado de Goiás. Escrevi o artigo “Meu adeus à vida” no periódico *Vintém de Cobre*, do Museu Casa de Cora Coralina (2018), no qual analiso o túmulo da poeta vilaboense e o comparo com o de seu pai, o desembargador Guimarães Peixoto (* 1821- †1889), ao qual está agregado. Cora Coralina havia reconstruído a base do monumento e aproveitou para decorá-lo com peças de mármore de Carrara da primeira construção: a pranteadora jovem ajoelhada e abraçando uma cruz latina, a lápide do pai e um pedaço de coluna, versões reproduzidas por marmorarias influenciadas pelas esculturas sepulcrais inglesas dos séculos XVIII e XIX. Ela escreveu a sua lápide em 1965 e veio a falecer em 1985. Enfim, Cora Coralina “[...] instalou um espaço de alteridade ao construir um discurso sobre a memória do seu pai e outro para ela” (BORGES, 2018, p. 144).

Na *Revista Mosaico* (2019), Mary Anne Vieira Silva e Ruber Paulo Alves Rodrigues, pesquisadores do programa Territórios e Expressões Culturais no Cerrado - TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, publicaram o artigo “Arte Tumular e patrimônio: o Cemitério Santana como expressão de cultura material na cidade de Goiânia”. Partindo do princípio de que o Cemitério Santana foi tombado como patrimônio histórico cultural pelo município em 2000, os autores questionaram se a patrimonialização é suficiente para construir uma percepção diferenciada do espaço cemiterial. Elaboraram, então, um ótimo histórico sobre os conceitos referentes ao patrimônio histórico e identificaram alguns pontos cruciais dos monumentos funerários do cemitério que dizem respeito à sua preservação e conservação.

Figura 6 – Livros sobre os cemitérios do Estado de Goiás



Fonte: acervo da autora.

Um levantamento a ser ponderado

Ao elaborar este artigo, percebi que, no transcorrer desses 21 anos vivendo e pesquisando arte funerária no Brasil e na região de Goiás, está havendo um crescimento do estudo sobre os cemitérios, sob enfoques variados. Há alunos de graduação e pós-graduação de áreas afins, tais como Arqueologia, Arquitetura, Geografia, Moda e História vinculados às universidades do estado de Goiás pesquisando o tema. Cito aqui alunos dos campi da Universidade Estadual de Goiás em Goiânia, Cidade de Goiás e Jussara; e da Universidade Salgado de Oliveira; da Universidade Federal de Goiás; e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, todas na cidade de Goiânia.

Paralelamente a essas atividades acadêmicas, deparei-me com livros de fotógrafos e poetas que se mostram encantados com os cemitérios e com a memória que eles representam. Estão interessados em compreender os mistérios que envolvem a profecia de fé, a vida e a morte. Por outro lado, encontrei empresários do ramo funerário que promoveram eventos de curadoria e edição de livros que me ajudaram a solidificar o espaço da morte como local de meditação, com suas estátuas cristãs e profanas, com ornamentos variados e paisagismo apropriado, buscando assim romper com o tabu da morte.

O estado de Goiás é uma região de grande abrangência territorial e o que percebo é a concentração das pesquisas no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás e no Cemitério Santana de Goiânia. Isso se deve a vários fatores, dentre eles, à facilidade de

encontrar alguma documentação sobre os cemitérios no Arquivo Frei Simão Dorvi, na Cidade de Goiás, e a maior visibilidade que possuem graças ao histórico de cada um. O Cemitério São Miguel é fonte natural de pesquisas por estar localizado na antiga capital goiana e ser o primeiro secularizado, agregando um período temporal longo e que ajuda a compreender a história de vida daqueles que contribuíram para a formação do estado. O Cemitério Santana desperta interesse por estar na atual capital do estado e representar outro momento histórico, o progresso e a modernidade, e agregar obras do estilo *art déco*. É imprescindível continuar fazendo levantamentos e diversificar os locais de pesquisa. Infelizmente não se tem em Goiás o hábito de fazer visitas guiadas, conforme ocorre em outros cemitérios do Brasil.

Referências

ARTE FUNERÁRIA NO BRASIL (2002). Disponível em: <https://www.artefunerariabrasil.com.br/>. Acesso em: 21 jul. 2019.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BELLOMO, Harry Rodrigues; PIACESKI, Tiago Reszka. *Pesquisa cemiterial no Estado de Goiás*. Porto Alegre: Akikópias, 2006.

BORGES, Débora Rodrigues. Memória cristã riscada na pedra: análise dos túmulos do Cemitério Municipal de Bela Vista (GO). In: *III Encontro da ABEC. Goiânia: ABEC, 2008a*.

BORGES, Débora Rodrigues. *Registro da memória em imagens: uso da fotografia mortuária em contexto familiar na cidade de Bela Vista de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

BORGES, Maria Elizia (Coord.). *Cemitério Santana*. Folder. Goiânia: Goiânia: FAV/ Prefeitura de Goiânia, 2001.

BORGES, Débora Rodrigues. *Cemitério São Miguel*. Folder. Goiânia: FAV/ Prefeitura da Cidade de Goiás, 2005.

BORGES, Débora Rodrigues. Os riscadores de pedra: produtores de uma alegoria funerária cristã. In: *III Encontro da ABEC*. Goiânia: ABEC, 2008.

BORGES, Débora Rodrigues. A representação de imagens da natureza em monumentos funerários brasileiros. In: *XXXIV Colóquio do CBHA*. Uberlândia, MG: CBHA, 2014.

BORGES, Débora Rodrigues. *Um olhar sobre o espaço da morte = Um regard sur l'espace de la mort*. Goiânia: Cegraf; UFG, 2017.

BORGES, Débora Rodrigues. Meu adeus à vida. In: *Vintém de Cobre*. Museu Casa de Cora Coralina. Goiânia: Kelps, 2018. p. 137- 145.

BORGES, Débora Rodrigues; NOGUEIRA, Ricardo. Chá no cemitério São Miguel: uma proposta de produção cultural na cidade de Goiás. In: *VIII Encontro da ABEC*. Florianópolis: ABEC, 2017.

CARMO, Ricardo Cristiano Ribeiro. *Retábulos da Alma* (portfólio artístico). Goiânia: Contato Comunicação, 2017.

GARCIA, Eurimar Nogueira. A memória coletiva e as tecnologias de rememoração no Cemitério Santana de Inhumas (1970- 2007). In: *III Encontro da ABEC*. Goiânia: ABEC, 2008.

GODIM, Frederico Tadeu. Arte e símbolo no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. In: *IX Colóquio de história e imagens- GEHIM. Arte no centro- oeste*. Brasília: Gehim, 2019.

GOYA, Edna de Jesus. Cantos fúnebres de Goiás. In: *III Encontro da ABEC*. Goiânia: ABEC, 2008.

PIRES, Leandro; LAYUNTA, Omar; FLORI, Rogerio; SERAFIM, Elieclília F. Martins. *Santana Cemitério Art Déco*. Fashion Cemetery. Goiânia: Flex, 2015.

PRUDENTE, Sandra Costa (Org.). *Enquanto os urubus nos rodeiam...* Goiânia: Kelps, 2016.

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1926.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/ Imprensa Nacional, 1849.

RODRIGUES, Francisco de Assis. *Diccionario Technico e Histórico de Pintura, Escultura, Architectura e Gravura*. Lisboa: Livraria Castro e Silva, 1875.

SILVA, Deuzair José da Silva. Um estudo de caso do Cemitério São Miguel da cidade de Goiás. In: *III Encontro da ABEC*. Goiânia: ABEC, 2008.

SILVA, Deuzair José da Silva. *A (re) invenção do fim: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.

SILVA, Mary Anne Vieira; RODRIGUES, Ruber Paulo Alves. Arte Tumular e patrimônio: o Cemitério Santana como expressão de cultura material na cidade de Goiânia. In: *Revista Mosaico*. Goiânia, v. 12, p. 91-109, 2019.

VALLADARES, Clarival do Prado. Vila Boa de Goiás. In: *Arte e sociedade dos cemitérios brasileiros II*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Departamento da Imprensa Nacional, 1972. p. 1291-1295.

VALLADARES, Clarival do Prado. Epigrafia e descrição tumulária do Cemitério Vila Boa de Goiás. In: *Arte e sociedade dos cemitérios brasileiros II*. Rio de Janeiro: Conselho

Federal de Cultura, Departamento da Imprensa Nacional, 1972. p.1297- 1301.

VAZ, Ludmila J. de Melo. Conhecimentos e crenças tradicionais. In: *Lugares, memórias e histórias*: programa de preservação do patrimônio arqueológico do AHE Serra do Facão. Goiânia: Fundação Aroeira, 2016.

VAZ, Samuel. Entre a história e o imaginário: representações visuais no Cemitério São Miguel na cidade de Goiás. In: *III encontro da ABEC*. Goiânia: ABEC, 2008.

VAZ, Samuel. *A menina do caco*: Imagem e imaginário e religiosidade no cemitério São Miguel da cidade de Goiás. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica Goiás. Goiânia, 2014.

ESPAÇOS DA MORTE NO DISTRITO FEDERAL (2008-2018): UM ESTUDO COMPARATIVO

Leonardo Oliveira Silva¹

Introdução

Art. 2º: Os cemitérios do Distrito Federal são parques públicos, invioláveis, de utilização reservada e de caráter secular. (DISTRITO FEDERAL, Lei n. 2.424 de 13 de julho de 1999);

O presente estudo busca investigar os impactos da gestão da empresa Campo da Esperança Ltda., concessionária de serviço público vencedora da Licitação n. 010/2001-ASCAL/PRES, nos espaços dos seis cemitérios ativos no Distrito Federal (Campo da Esperança, Brasília-DF; São Francisco de Assis, Taguatinga-DF; cemitério do Gama, Gama-DF; cemitério de Sobradinho, Sobradinho-DF; Santa Rita, Planaltina-DF e cemitério de Brazlândia, Brazlândia-DF), entre os anos de 2008 e 2017.² A pesquisa foi conduzida por meio do método histórico-comparativo. Foram selecionados acontecimentos específicos dos dez anos que compõem o recorte temporal analisado; acerca destes, foram examinadas as relações entre suas causas e consequências, explicando-as à luz de suas semelhanças e diferenças.

Foi realizado o levantamento bibliográfico de relatórios técnicos, contratos de concessão, leis, decretos, artigos científicos, pesquisas publicadas em anais eletrônicos, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado pertinentes ao tema. Aspirando à complementação bibliográfica e reconstituição histórica do recorte temporal analisado, recorreu-se ao jornal *online* publicado nos anos supracitados.³ A abordagem da pesquisa é qualitativa: ainda que perpassasse aspectos técnicos, sua essência é interpretativa e visa ao preenchimento parcial da lacuna bibliográfica existente no âmbito do conhecimento produzido sobre cemitérios do Distrito Federal. É necessário esclarecer que todas as conclusões elaboradas no decorrer desta pesquisa são provisórias.

Convém, antes de iniciar a discussão proposta, conceituar três termos que serão

¹ Doutorando em Arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Porto Alegre/RS.

² Ademais, serão mencionados impactos pontuais que ocorreram no ano de 2019.

³ A pesquisa não perdeu de vista a necessidade de uma reflexão rigorosa no que concerne à utilização do jornal *online* como fonte de pesquisa. Essa categoria de jornal é aqui operada como equivalente ao jornal impresso, embora reconheçam-se as particularidades de cada um (linguagem informal *versus* formal; atualização da notícia durante apuração dos fatos *versus* publicação da notícia após apuração dos fatos; diagramação ilimitada *versus* limitada; entre outras). De acordo com Lapuente (2015, p. 1-2), “Como qualquer fonte histórica, os jornais devem ser utilizados criticamente pelo historiador, para não correr o risco de se deixar levar pelo discurso da fonte, consequentemente, realizar uma análise precipitada, acrítica e superficial.”

amiúde utilizados ao longo do texto; o primeiro diz respeito a “espaço”. Como aponta Lefebvre (1976, p. 23): “Existem diferentes métodos, diferentes abordagens em termos de espaço, e isso em diferentes níveis de reflexão, de recorte da realidade objetiva”.⁴ Cabe sublinhar, de antemão, que o conceito de espaço aqui operado distingue-se do espaço “geográfico” de Santos⁵ e do “social” de Bourdieu,⁶ ou mesmo de Lefebvre⁷; o “espaço” aqui é o físico, arquitetado e construído pela ação humana, que se aproxima do espaço “arquitetônico” proposto por Coutinho (1977, p. 34). Segundo o autor, a “arte arquitetônica”, ao inverso de outras, lida com o espaço real; os artificios que o autor (arquiteto) emprega no tratamento desse espaço não são de modo a destituí-lo de sua real natureza, mas conformá-lo às sensibilidades humanas por efeito do tratamento que imprimiu o autor:

Diferentemente da concepção de espaço em outros campos disciplinares, o espaço arquitetônico se define por um vazio que o constitui em consequência de uma ação humana compositiva. Em outras palavras, o espaço da arquitetura é necessariamente projetual. Não se confunde, portanto, teoricamente, com o espaço preexistente que dá suporte físico-ambiental a essa ação projetual, tampouco se confunde com o espaço social – essencialmente analítico [...] –, promotor dessa ação. (LEITÃO; LACERDA, 2016, p. 809).

Nesse sentido, poder-se-ia pensar que o espaço arquitetônico é representado apenas por espaços internos às edificações. No entanto, como esclarecem Leitão e Lacerda (2016, p. 814), não há distinção, no que diz respeito à concepção desse tipo de espaço, entre a construção de uma casa e a edificação de uma cidade, razão pela qual, na arquitetura, podemos falar de espaços abertos e de espaços fechados; cemitérios, portanto, seriam espaços abertos:

[...] a “distinção” entre o “espaço interno” próprio da arquitetura e o “espaço exterior” que define a urbanística é justificada só num ponto de vista didático, pois o vazio de uma praça ou de uma estrada, exterior em relação aos edifícios que o ladeiam, é interior em relação à cidade. (ZEVI, 1979, apud LEITÃO; LACERDA, 2016, p. 814, grifo meu).

O espaço (arquitetônico) envolve a ação direta e indireta de múltiplos agentes e é resultado de diversas transformações. Em se tratando de espaços cemiteriais, como apontam Rodrigues e Garcia (2017, p. 3), a ação de empresas, funcionários, trabalhadores e usuários concebe e transforma esses espaços diariamente. Tal espaço, embora

⁴ Tradução livre de: “Existen diferentes métodos, diferentes enfoques por lo que se refiere al espacio, y esto a diferentes niveles, de reflexión, de recorte de la realidad objetiva.” (LEFEBVRE, 1976, p. 23).

⁵ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. da USP, 2006.

⁶ BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133–44, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/384L2Qy>. Acesso: em 6 jul. 2019.

⁷ LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986.

resgare a função fundamental de abrigar os mortos e deva ser arquitetado de modo a evitar eventuais impactos ao meio ambiente, também opera como viabilizador de cultos dedicados a eles: o túmulo, enquanto construção material, representa o elo simbólico (e imaterial) de ligação entre os vivos e seus mortos.

O segundo termo a ser conceituado é “gestão”, palavra cujo uso, segundo Dias (2002, p. 2), vem se intensificando no Brasil. Grilo (1996, apud AMARAL; NUNES, 2017, p. 69) aponta que, no âmbito da teoria da gestão, a questão surgiu no século XIX, quando emergiu “a necessidade de sistematizar e orientar a forma de gerir as organizações econômicas”. Quando recorre-se a dicionários,⁸ no entanto, os termos “gestão” e “administração” frequentemente se apresentam como sinônimos.

[...] quando se questiona as pessoas sobre o que é um termo e o outro, surgem as dificuldades de delimitação de ambos. O que se vê é uma falta de concordância entre marcos limítrofes desse questionamento. No dia-a-dia, o intercâmbio destas palavras é feito usualmente de forma indiscriminada. (DIAS, 2002, p. 2).

De acordo com Ferreira (1997, apud DIAS, 2002, p. 3), o termo “gestão” seria mais apropriado para ação sobre o bem privado e, “administração”, sobre o bem público. O autor afirma, entretanto, que não há definição clara entre os termos.

Gestão e administração são palavras muito comuns no cotidiano, não apenas de administradores, mas também no vocabulário de praticamente todas as pessoas. Tão trivial quanto a intimidade com estes termos, é o intercambiamento entre eles, o que leva muitos a compreendê-los como sinônimos. (DIAS, 2002, p. 2-3).

Dias (2002, p. 6) afirma que, para a existência de uma gestão, é necessária a influência sobre terceiros para coordená-la, orientá-la e dirigi-la: “A gestão tornou-se um aglutinado de conhecimentos das mais variadas áreas do saber” (DIAS, p. 9):

[...] a gestão seria [...] administração, comercial, contabilidade, finanças, segurança e técnicas, cada qual em sua medida e em seu lugar, sempre observando as necessidades da situação onde está inserida. [...] Seria correto gestão da produção e administração na produção. Ou seja, gestão de algo e administração em algo. [...] Mas a gestão incorpora a administração e faz dela mais uma das funções necessárias para seu desempenho. (DIAS, p. 10).

O autor conclui que a ação de gerir significa se servir de todas as funções e conhecimentos necessários a fim de atingir os objetivos de uma organização de forma eficiente e eficaz, por meio do trabalho de indivíduos. Uma vez que o presente estudo

⁸ De acordo com o Dicio – Dicionário Online de Português, “gestão” é a “Administração; ação de gerir, de administrar, de governar ou de dirigir negócios públicos ou particulares; gerência; função ou exercício da pessoa responsável pela administração”. E “administração” é a “Ação de administrar, de dirigir os negócios públicos ou privados, de gerir bens; gestão dos negócios públicos”.

abordará a atuação de uma empresa privada, isto é, uma organização, será aqui empregado o termo “gestão”; ademais, busca-se auferir proveito da expressão “gestão da morte”, tendo-se em mente a ampla acepção dessa palavra.

Com o intuito de inter-relacionar os dois termos acima definidos, cabe aqui a observação de Seixas (2009). Segundo a autora, cemitérios demandam uma gestão eficiente do espaço por três motivos fundamentais: 1) a fim de controlar a expansão e a capacidade de enterramento de corpos para evitar a construção de novas áreas destinadas à atividade cemiterial; 2) a fim de evitar a contaminação do solo e do lençol freático pelo necrochorume,⁹ episódio que, segundo a autora, está “longe de ser raro”; e 3) a fim de mitigar a falta de segurança, precarização de monitoramento do espaço, depredação de sepulturas e furtos de peças ou artigos (crucifixos, mobiliário, coroas de flores etc.), uma vez que necrópoles podem conter objetos artísticos (muitos, inclusive, considerados patrimônios culturais) e integrar roteiros turísticos.

No que diz respeito à gestão de espaços cemiteriais, conforme apontam Moraes e Lima (2009, p. 86), o Sindicato dos Cemitérios Particulares do Brasil – SINCEP e a Associação dos Cemitérios do Brasil – ACEMBRA elaboraram, em 1991, o Plano Nacional de Qualidade (PNQ), que objetiva promover entre seus associados a conscientização para a qualidade, produtividade e troca de informações sobre práticas modernas de gestão de empresas que atuam no ramo de cemitérios e crematórios. Impactos diretos nos espaços podem decorrer da gestão de processos e prestação de serviços (salas de velório, serviços de apoio ao sepultamento, rastreabilidade de sepultamento, exumação e traslado) e de infraestrutura (plano de manutenção e conservação das instalações, que engloba questões como acessibilidade, conforto e condição física de sanitários e estacionamentos, entre outros).

Por fim, faz-se necessário conceituar o terceiro termo que será aqui empregado, que se trata de “concessão”. Conforme determina o Art. 3º da Lei n. 2.424/99, que dispõe sobre o funcionamento, a administração e a fiscalização dos cemitérios do DF, “Os cemitérios públicos do Distrito Federal serão mantidos pela Secretaria da Criança e Assistência Social

⁹ Segundo Pacheco (2012, p. 133–135), o necrochorume é uma solução aquosa de cor castanho acinzentada, viscosa, de cheiro forte, rica em sais minerais e substâncias orgânicas complexas e biodegradáveis, como a cadaverina e a putrescina. O autor sublinha a patogenia inerente ao necrochorume, que pode transmitir doenças: “A tendência do necrochorume gerado pela decomposição da matéria orgânica [...] é infiltrar-se verticalmente no solo com a ajuda de águas superficiais [...]”. Nesse sentido, Migliorini (2002, p. 12) afirma que, quanto mais superficial for o nível do lençol freático, maior será o risco de contaminação microbiológica da água. É imprescindível que seja criteriosa a escolha de solos destinados à implantação de cemitérios de modo a garantir a decomposição normal do corpo humano e a impedir a insalubridade do local e possíveis danos à saúde pública e ao meio ambiente (PACHECO, 2012, p. 113-114). De acordo com o geólogo Leziro Marques (2010, apud THOMPSON, 2015, p. 18), 75% de uma amostra de 600 cemitérios brasileiros poluem o meio ambiente por meio do necrochorume.

do Distrito Federal ou sob o *regime de concessão através de licitação.*” (Grifo nosso).

Segundo Silva (2004, p. 114-115),

A *Concessão* é a transferência que o poder público faz ao particular, mediante contrato, da obrigação de executar serviços públicos, ou de utilidade pública, podendo ser de serviços, obras ou de uso. [...]. É um acordo de vontade com obrigações recíprocas, e que em cuja vigência não pode o poder concedente¹⁰ outorgar a terceiros a exploração parcial do serviço.

De acordo com Rodrigues (2009, p. 120), “o instituto da concessão de serviço público representa o primeiro instrumento de que se valeu o direito administrativo para transferir a particulares a gestão dos serviços públicos”. A concessão pode ser definida como delegação da prestação de serviço público estabelecida pela entidade estatal (no caso, o Distrito Federal) por meio de contrato administrativo precedido de licitação na modalidade concorrência pública, por prazo determinado e por sua conta e risco (FREITAS, 1981, apud SILVA, 2004, p. 116).

Na concessão de uma obra ou serviço público, o poder concedente não transfere propriedade alguma ao concessionário; este obtém apenas o uso ou gozo do objeto durante o prazo da exploração concedida (SILVA, 2004, p. 120). Azevedo e Alencar (1998, apud Rodrigues, 2009, p. 121) sublinham a imprescindibilidade, por parte do poder concedente, de determinar precisamente o objeto de concessão, isto é, qual (ais) serviço (s) a ser(em) concedido(s), a área de abrangência de sua prestação e o prazo da concessão. De acordo com Silva (2004, p. 145-6),

[...] o concessionário nada pode pretender que não se ache expressamente concedido nas cláusulas do instrumento; nada pode obrigar ao poder concedente, que não se ache aceite expressamente pelo dito poder nas cláusulas referidas; tudo que não estiver expressamente concedido, se entende negado, e subsistente no poder concedente, porque todo direito do concessionário nasce da concessão e com a concessão [...].

No âmbito do processo n. 030.001.430/2001, em 13 de fevereiro de 2002 foi celebrado o contrato de concessão de serviços públicos sobre os seis cemitérios do DF, entre o Distrito Federal, por meio da então Secretaria de Estado de Ação Social e a empresa Campo da Esperança Serviços Ltda.,

[...] visando a recuperação e modernização das instalações físicas, construção de osuários, cinzários, crematório e adoção de medidas administrativas e operacionais para ampliação da vida útil dos pertencentes ao Governo do Distrito Federal [...], por no mínimo mais de 10 (dez) anos, bem como a exploração econômica das atividades inerentes aos serviços públicos de cemitérios [...]. (Contrato de Concessão de Serviços Públicos sobre o imóvel do Distrito Federal n. 01/2002, 2002, p. 1).

¹⁰ No caso, o poder concedente é representado pelo Distrito Federal.

De acordo com Campos (2012), o contrato assinado entre o Distrito Federal e a empresa Campo da Esperança Ltda. “entregou a um grupo privado um *negócio*¹¹ que mais uma vez mistura uso do solo com interesses políticos, empresariais e sociais” (Grifo nosso). Ao referir-se à gestão dos cemitérios do DF como “negócio”, a autora automaticamente insere a morte em uma lógica capitalista, o que vai ao encontro da afirmação de Araújo (2012, p. 350): “Impregnados numa sociedade de consumo, parece que não conseguimos agir e pensar senão sob a égide da mercadoria. Até mesmo a morte e o morrer transformaram-se em consumo”. Observa-se, portanto, a naturalização da consagração de uma nova mentalidade frente à morte, atrelada ao negócio, ao lucro e ao consumo. Dentro de uma lógica desenfreada de mercado, a sociedade contemporânea busca, ao mesmo tempo, suprimir a morte do cotidiano dos vivos e se “alimentar” dos mortos com fins lucrativos, processo que pode ser observado na atuação de empresas que operam no mercado funerário; o cadáver, por sua vez, torna-se parte vital do “negócio” da morte.

O “negócio” da morte e seus impactos no espaço cemiterial

A morte é visível quando a morte vende. (VERAS; SOARES, 2016, p. 230).
 [...] a sociedade de mercado, que reduz o significado da vida a um processo de acumulação de bens, introduz o cadáver no seu circuito. (THOMAS, 1980, apud ARAÚJO, 2012, p. 342).

Em outros tempos, o processo do morrer era vislumbrado com mais simplicidade pelos indivíduos: a morte representava, basicamente, uma passagem do mundo terreno ao celeste e os esforços eram conduzidos de modo a garantir o sucesso na viagem da alma dos mortos ao além-mundo. Quando estes ainda eram inumados em espaços eclesiásticos, até o século XIX, os rituais funerários articulados pelas igrejas e suas irmandades não eram isentos de relações financeiras (VERAS; SOARES, 2016, p. 227). Por volta do ano de 1850, quando do nascimento do espaço cemiterial enquanto lugar secularizado, surgiram questões outras, providas de equiparáveis complexidades, como o desejo de distinção social mediante a arquitetura tumular. Já na contemporaneidade, como apontam Kitazawa, Borges e Rodrigues (2016, p. 1), a morte não configura mais “apenas” um ritual de passagem; é vista também sob ótica mercadológica e econômica.

[...] a mercantilização atinge a morte e seus rituais, transformando-os em mais um produto comercializável. A ligação das práticas funerárias com a dimensão econômica não é novidade alguma na história humana. Contudo, há algumas peculiaridades do nosso tempo: um progressivo estreitamento entre as temáticas

¹¹ De acordo com o Dicio – Dicionário Online de Português, a primeira definição de “negócio” é: “Empreendimento comercial, industrial, financeiro; Transação”. É sinônimo de: “acordo, combinação, comércio, contrato, convenção, convênio, pacto e tratado.”

morte e consumo e uma transposição da lógica comercial. (VERAS; SOARES, 2016, p. 227).

Conforme Morais e Lima (2009, p. 108) o processo do morrer se “empresariou” no Brasil a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente após a década de 1980, com o surgimento de empresas privadas que iniciaram suas atividades gerindo empreendimentos fúnebres (funerárias ou cemitérios-parque). Atualmente, a estrutura dessas empresas não se assemelha a organizações de outrora. Diferentemente destas, que detinham intenções comunitárias para possibilitar o enterramento de seus associados, aquelas têm como principal objetivo a obtenção de lucro (MORAIS; LIMA, p. 20). De acordo com Rodrigues e Garcia (2017, p. 19), muitas empresas atingem esse objetivo por meio da atividade de gestão de cemitérios e, segundo os autores, o “negócio” da morte ainda é pouco explorado: “O fato é que, hoje o segmento da morte é considerado como empresarial, configurado pelo estabelecimento de uma relação comercial entre a empresa fúnebre e a família enlutada, sendo que o objeto que materializa essa transação comercial é um corpo morto” (MORAIS; LIMA, 2009, p. 97).

Na contemporaneidade, a morte também foi absorvida pela sociedade de consumo. Quando ela aparece temos que consumir produtos e tomar decisões forçadamente. [...] A morte se profissionalizou. Uma vez morto, são as empresas funerárias as grandes interessadas pelo indivíduo. Se pensarmos o setor funerário, no sentido de oferta de serviços [...] hoje é tratado como um negócio como outro qualquer, mas com uma simbologia muito forte porque mexe com sentimentos, mexe com as pessoas num momento delicado. (ARAÚJO, 2012, p. 342).

Segundo Kehl (2005, apud Veras; Soares, 2016, p. 228) há na contemporaneidade um “imperativo mercadológico e ditatorial”, que recusa possibilidades de pouca rentabilidade e age com forte intolerância ao que não seja gerido pela ordem do consumo e do lucro. Uma vez que, conforme Araújo (2012, p. 344), “[...] o morrer se tornou um comércio extremamente lucrativo e fez desenvolver a indústria fúnebre na sociedade de consumo como um segmento altamente rentável”. O anseio de obtenção desse lucro pode prevalecer sobre outros interesses, tendo como exemplo o de possibilitar aos usuários de espaços cemiteriais – isto é, os vivos – uma estrutura física que se propõe a funcionar apropriadamente, visto que essa é a função básica da arquitetura. Tratando-se de arquitetura cemiterial cabe destacar que essa, se operada de modo sensível, pode ainda confortar seus usuários – que, em geral, encontram-se em processo de elaboração do luto – e amenizar, mesmo que minimamente, a dor da perda provocada pela morte física de outrem (OLIVEIRA, 2017, p. 317).

No âmbito do Distrito Federal, a problemática relativa à gestão de cemitérios é antiga.

No ano de 2008, foi instaurada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (alinhada “CPI dos Cemitérios”), cujo relatório final, publicado em 16 de setembro do mesmo ano, compilou uma série de fatos que evidenciaram a relação entre o anseio de obtenção de lucro e seus impactos no espaço cemiterial. À época da publicação, esses impactos podiam ser observados, sobretudo, nas áreas sociais dos cemitérios, isto é, onde são sepultados indigentes e indivíduos com baixo poder aquisitivo. A título de exemplo inicial, cabe aqui o trecho de um boletim de ocorrência anexado ao relatório, que relata episódio ocorrido um ano antes de sua publicação, em agosto de 2007:

Compareceu a esta DP o comunicante [...] informando que sua tia [...] foi enterrada no cemitério do Gama no dia 19/12/1966 [...]. No mês de agosto do ano de 2007, o comunicante foi convocado [...] para comparecer ao referido cemitério para realizar a transferência dos ossos para uma nova cova, e, para isto, teria que ser paga a quantia de R\$ 2.539,78 [...], valor este que fora pago à vista, e parte através de cheques pré-datados. No dia 16/08/2008, quando foi até o local para assistir à exumação dos ossos, foi constatado que os referidos ossos haviam desaparecido, e ninguém sabia dizer o que havia acontecido. (CLDF, 2008, p. 245).

Conforme aponta o relatório final da CPI dos Cemitérios (2008, p. 29), remoções de restos mortais sem prévio consentimento de familiares ocorreram em diversas ocasiões, em geral quando a empresa Campo da Esperança Ltda. desejava reaproveitar o espaço de antigas sepulturas para construção de novos jazigos; esses, que possuíam apenas uma gaveta, eram convertidos em campas de três gavetas verticais subterrâneas.

À época, segundo Araripe (2008), o então responsável pelo cemitério de Taguatinga e gerente da empresa Campo da Esperança Ltda. admitiu a prática de exumação irregular. No ano seguinte, após encerramento dos trabalhos da CPI dos Cemitérios, o deputado Reguffe, membro suplente da Comissão, comentou a reincidência da prática nos espaços cemiteriais do DF:

A administração do cemitério de Taguatinga retirou os restos mortais para vender novamente o jazigo. Nada justifica que um ente querido falecido seja removido de lugar. Se uma empresa não presta um bom serviço à sociedade é preciso que o governo casse essa concessão. (WEN, 2009).

De acordo com o relatório final da CPI, a Campo da Esperança Ltda. acredita que problemas eventualmente surgidos podem ser contornados com trocas, pequenas indenizações ou isenções de taxas e serviços e que a reparação do dano é vantajosa financeiramente se comparada com o lucro na venda das novas sepulturas (CLDF, 2008, p. 31). Fato observado no episódio que inicia o próprio relatório, quando da constatação de um casal, em 28 de outubro de 2007, da remoção da sepultura do filho, sem prévio consentimento, mediante demolição do túmulo e transferência dos restos mortais para um

ossuário, tanto embora o título de arrendamento do jazigo estivesse pago até o ano de 2011; o túmulo do filho estava localizado em área originalmente social.

Na ocasião,

Após verificarem o “erro”, o gerente do cemitério lhe ofereceu [ao casal] um túmulo novo, em outro local, de duas gavetas (porque não constroem mais campa de uma só gaveta), porém a família teria de comprar a segunda gaveta, sob a alegação de possível necessidade futura. (CLDF, 2008, p. 30).

Impactos da gestão da empresa Campo da Esperança Ltda. nos espaços cemiteriais do Distrito Federal entre 2008 e 2017

[No ano de 1998] A situação encontrada nos cemitérios por esta Comissão [...] era de completo abandono, tendo como referência o Cemitério Campo da Esperança, em que o descaso era total, desde procedimentos irregulares no que diz respeito aos registros de sepultamentos até roubos de mármores e granitos e, conseqüentemente, violação de sepulturas. (CLDF, 2008, p. 20).

Fundamentada em denúncias recebidas pela ouvidoria da Câmara Legislativa do Distrito Federal e em matérias jornalísticas (CLDF, 2008, p. 8), e cuja reunião de instalação ocorreu em 18 de março de 2008, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios destinou-se basicamente a investigar “irregularidades e atos de improbidade administrativa” ocorridos no âmbito da gestão dos cemitérios do Distrito Federal, entre janeiro de 1999 e novembro de 2007 (CLDF, p. 3). Uma vez que o contrato de concessão de serviços públicos foi celebrado entre o Distrito Federal e a empresa Campo da Esperança Ltda. em 13 de fevereiro de 2002, durante cinco anos e nove meses do recorte temporal investigado pela CPI, os espaços estiveram sob responsabilidade da referida empresa.

A Comissão foi composta pelos deputados Rogério Ulysses (presidente), Brunelli (vice-presidente) e Benício Tavares (relator) – sendo os três membros efetivos e pertencentes à base governista da época (CQC, 2008) – e pelos membros suplentes: deputado Reguffe e deputada Erika Kokay. O relatório final da CPI, publicado em setembro de 2008, representa o produto dos trabalhos investigativos efetuados pelos membros ao longo de quase cinco meses,¹² além de diligências “[...] com o intuito de averiguar denúncias e obter provas complementares aos depoimentos prestados e aos documentos recebidos” (CLDF, 2008, p. 13). Segundo o relatório (CLDF, 2008, p. 11, grifo nosso), ao total

Foram feitas 11 diligências de investigação fora das dependências da Câmara Legislativa a cemitérios, empresas prestadoras de serviços funerários e “clínicas funerárias” e outros locais onde se suspeitava estivessem se realizando atividades

¹² O prazo de duração exato foi de 151 dias corridos, sem prorrogação (CLDF, 2008: 2). Segundo a deputada Erika Kokay, os trabalhos de investigação da CPI foram abruptamente encerrados sem que pudessem ser ouvidas pessoas com requerimentos já aprovados (CQC, 2008).

irregulares, como a ocultação ou exposição de documentos ou objetos incriminadores, onde pudessem ser ouvidas testemunhas ou pessoas envolvidas nos casos investigados e onde se pudesse testemunhar *in loco* as irregularidades apontadas.

Em 2 de abril de 2008, no cemitério de Taguatinga, foi realizada a primeira diligência da CPI. Na ocasião, os membros encontraram túmulos violados, ossos expostos e locais com presença de mato alto, denunciando falta de manutenção, sobretudo das áreas destinadas ao sepultamento social (ARARIPE, 2008), bem como a “[...] má conservação da área antiga do cemitério [...] e a existência de um túmulo que supostamente estaria sendo utilizado como depósito de ossos humanos resultantes de exumações” (CLDF, 2008, p. 13). O mato alto foi também verificado no ano de 2016 no cemitério do Gama, conforme documentado em diversas notificações emitidas pela Unidade de Assuntos Funerários - UAF (CGDF, 2017, p. 37). Como foi exposto aqui previamente, a prática de exumação irregular fora confirmada pelo então responsável pelo cemitério de Taguatinga, Hamilton Xavier; ao referir-se aos ossos encontrados pelos membros da CPI nesse cemitério. No entanto, Hamilton Xavier afirmou que se tratavam de “[...] ossos de galinha [...]” (ARARIPE, 2008).

Em 4 de abril, do mesmo ano, os membros da CPI visitaram o cemitério de Sobradinho, onde verificaram, de modo similar ao cemitério de Taguatinga, a “[...] má conservação da área antiga e descaso ou negligência com a área “social”, local onde são sepultados indigentes e pessoas carentes [...] comprovada pela ausência de identificação de vários jazigos e da falta de identificação das pessoas ali sepultadas” (CLDF, 2008, p. 13-4). Em 28 de abril, em visita ao cemitério Campo da Esperança, em Brasília, os membros encontraram “[...] ossos humanos expostos sobre o solo, originários de remoções, presumivelmente realizadas com o uso de pá mecânica no ano de 2003”, e

[...] a existência, na área social, de covas com até 8 pessoas sepultadas [...], bem como a má conservação da área antiga do cemitério (lápides e calçadas quebradas, vegetação alta, dominando inclusive os passeios e placas e cruzeiros faltando, dificultando a identificação dos túmulos), enquanto as novas áreas de cemitério-parque encontravam-se bem conservadas. (CLDF, 2008, p.14).

Em 13 de junho de 2008, em visita surpresa ao cemitério do Gama, os membros da CPI verificaram a existência de um depósito clandestino de ossadas humanas, no qual “Foi encontrada uma grande quantidade de ossos em um fosso feito com manilhas de concreto empilhadas e enterradas nos fundos do cemitério (CLDF, 2008, p. 15).

Figura 1 – Ossadas humanas encontradas em vala no Cemitério do Gama em 13 de junho de 2008



Fonte: Blog Roberto Cordeiro, 2008. Disponível em: <http://abre.ai/aEaP>. Acesso: em 28 jun. 2019.

No ano de 2009, cerca de 50 túmulos da área destinada ao sepultamento de pioneiros de Brasília¹³ tiveram os crucifixos furtados no cemitério Campo da Esperança. O local, que à época abrigava 288 túmulos, configura um espaço de culto à memória de personalidades proeminentes da cidade, que foram importantes para a construção física (e simbólica) da capital. Pode ser apontada como causa desse acontecimento a ausência de monitoramento eficaz no referido cemitério. Esse episódio, que não é isolado, vem ocorrendo desde o ano de 2003. Além do furto de crucifixos e de outros artigos, como castiçais e vasos, tem sido recorrentemente verificada a violação de sepulturas¹⁴ e a “precária manutenção” de áreas comuns dos espaços cemiteriais (CLDF, 2008, p. 17). A vulnerabilidade das cercas que delimitam esses espaços pode favorecer os furtos, que, de acordo com matérias jornalísticas, são frequentes: “A servidora pública Maria de Fátima dos Santos, 57 anos, [...] denuncia os constantes furtos de flores e lápides: “Se você colocar uma coroa de flores ou um terço no túmulo de manhã, à tarde já levaram” (CORREIO BRAZILIENSE, 2010). À concessionária incumbe a manutenção dos elementos de proteção; esta, ao vencer o edital de Licitação n. 010/2001-ASCAL/PRES, consignou que promoveria a recuperação das cercas e muros existentes nos cemitérios e que introduziria

¹³ Indivíduos que chegaram a Brasília no início de sua construção, com o objetivo de auxiliar nesta, ou na primeira década após sua inauguração (RODRIGUES, 2013, p. 66). De acordo com o Capítulo III, Art. 10, § 2º do Decreto n. 20.502, de 16 de agosto de 1999, “Entende-se como Pioneiros os servidores públicos lotados no Distrito Federal que para aqui vieram antes do dia 21 de abril de 1960 [...]”.

¹⁴ De acordo com o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios (CLDF, 2008, p. 32), o ato de violar ou profanar sepulturas ou urnas funerárias constitui crime e pode resultar em pena (reclusão de um a três anos) e multa.

o conceito de cercas ecológicas. Entretanto, no ano de 2009 o TCU-DF (Tribunal de Contas da União do Distrito Federal) verificou que o estado de conservação desses elementos estava muito aquém das condições ideais em todos os espaços cemiteriais do DF (TCDF, 2009, apud CGDF, 2017, p. 36).

Figuras 2 – Túmulo depredado de Joffre Mozart Parada, pioneiro goiano responsável por demarcar o centro da capital federal a pedido de Juscelino Kubitschek



Fonte: acervo do autor.

Figura 3 – Uma coroa de flores foi furtada em menos de 24 horas após colocada sobre túmulo no cemitério Campo da Esperança.



Fonte: acervo do autor.

Figura 4 – Objeto de gesso e banco de mármore foram furtados no mesmo cemitério.



Fonte: acervo do autor.

Figura 5 – Uma lápide de mármore foi furtada de túmulo no cemitério do Gama



Fontes: CORREIO BRAZILIENSE, 2009; G1 DF, 2014; CARDIM, 2019.

De acordo com o Correio Braziliense (2009), “[...] diversos bancos e capelas feitos de granito também foram encontrados quebrados ou simplesmente arrancados [...]. O desrespeito tem gerado indignação nos familiares, que cobram mais atenção por parte da administração do cemitério.”

Nos anos de 2014 e 2019 foram noticiados acontecimentos similares ao de 2009 e as matérias jornalísticas os apontam como decorrentes da mesma causa. Em 2014, um dia após o enterro de uma mulher, seus familiares retornaram ao túmulo e observaram que três coroas de flores, além de flores avulsas, haviam sido furtadas. Quando questionada, a administração do cemitério Campo da Esperança informou que “[...] a responsabilidade pela sepultura era do jardineiro contratado pelos parentes da pessoa morta” e “que não podiam fazer nada”:

O jardineiro contratado pelos familiares disse que, ao chegar ao túmulo na manhã seguinte ao enterro, as flores já não estavam mais lá. Segundo ele, é comum o furto de flores no local, que acabam sendo revendidas para outras famílias usarem em funerais. (G1 DF. 2014).

Já em 2019, no cemitério do Gama, vários túmulos tiveram as lápides de mármore arrancadas e furtadas. Quando procurada pela família de um dos usuários do cemitério, a administração informou que “nada poderia ser feito” (CARDIM, 2019). Em relação à (falta de) segurança nos cemitérios do DF, o TCU-DF já havia exposto, na Decisão n. 6.371/2009, que, embora houvesse vigilância uniformizada e armada nesses espaços, alarmes eletrônicos e monitoramento mediante circuito interno, composto por oito câmeras digitais posicionadas nas áreas prediais, que operavam 24 horas por dia (com exceção dos cemitérios de Brazlândia e Taguatinga, com seis câmeras em cada), tal aparato de segurança restringia-se aos prédios da administração, capelas e templos, sendo que as demais áreas dos cemitérios encontravam-se desprotegidas:

Neste aspecto, cabe comentar sobre a iluminação das vias internas dos cemitérios que, de modo geral, restringe-se à via que liga a entrada de cada cemitério à sua área predial administrativa, composta pelas capelas e templos e pelo edifício da administração. Essa deficiência, aliada às cercas mal conservadas e à ausência de câmeras distribuídas por outros pontos dos cemitérios, inviabiliza uma vigilância efetiva das áreas dos cemitérios tanto no período diurno quanto noturno. (TCDF, 2009, apud CGDF, 2017, p. 38).

Figuras 6, 7, 8 e 9 – Túmulos quebrados nos cemitérios do DF como consequência a falta de segurança: as últimas imagens correspondem aos cemitérios de Planaltina e Sobradinho, respectivamente





Fontes: ALCÂNTARA, 2018; RELATÓRIO DE INSPEÇÃO N. 02/2017, 2017: 39; G1 DF, 2017.

Quem vai a esses locais com certa frequência reivindica mais atenção, pois se queixa da falta de manutenção, de segurança e do descaso com que os serviços são prestados. A aposentada Maria Francisca Carvalho, 64 anos, [...] comenta: “Ninguém está interessado em cuidar disso aqui. Só estão interessados em lucro.” (CORREIO BRAZILIENSE, 2010, grifo nosso).

No ano de 2010, essa problemática, que já havia sido apontada no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios de 2008, remanesce nos espaços cemiteriais do DF. Em 3 de dezembro daquele ano foi veiculada, no Correio Braziliense, a notícia de que a administração do conjunto cemiterial do Distrito Federal seria retomada pelo governo local, o que caracterizaria o ato da encampação; segundo Silva (2004, p. 156), “a encampação é o meio pelo qual se dá o resgate, que é a retomada do exercício da competência transferida a outrem”:

[...] quando o concedente retoma a gestão direta do serviço público concedido, antes de findo o prazo da concessão e mediante justa indenização [...]. A faculdade do resgate é característica das concessões em longo prazo, constituindo um meio de defesa dos interesses coletivos de que ao concedente poderá usar quando o concessionário, embora cumprindo formalmente as cláusulas da concessão, não assegura a exploração do serviço público em termos satisfatórios para a coletividade [...]. (CAETANO, 1970, apud SILVA, 2004, p. 156-7).

Segundo Seixas (2019), a gestão de cemitérios pode representar um desafio para governos locais, pois nem sempre o orçamento é suficiente para custear salários e serviços de manutenção, o que, nesses casos, torna os cemitérios estruturas deficitárias dentro da gestão pública; nesse sentido, concessões podem ser uma solução para a gestão desses espaços. De acordo com a autora, a ausência de uma gestão eficiente pode converter o cemitério em um contaminador do solo ou lençol freático. No que diz respeito à gestão de informações, a inexistência de eficiência pode dificultar serviços prestados aos usuários, como o controle de sepultamentos, corpos e recursos financeiros. Em caso de gestão pública, o governo pode ainda possuir déficit orçamentário, pois as taxas pagas pelos usuários para serviços de sepultamento não custeiam salários de funcionários e despesas com manutenção.

De acordo com o Correio Braziliense (2010), assumir a gestão dos cemitérios do DF foi a maneira encontrada pelo governo para aprimorar os serviços prestados aos usuários. Entretanto, especialistas como o professor de administração pública da Universidade de Brasília/UnB, José Matias Pereira afirma que, embora o poder concedente deva rescindir o contrato quando a concessionária deixa de executar o que fora acordado entre as partes, essa medida requer cautela e não é isenta de complicações. Segundo o docente, “É preciso saber como isso será processado. Quando se estatiza é porque os usuários precisam ser protegidos. Mas é necessário saber se o governo está aparelhado para assumir essa responsabilidade, sem prejudicar ainda mais o serviço” (Depoimento de José Matias Pereira). Dessa opinião compartilhou a deputada Erika Kokay, que integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios em 2008.

Segundo Rodrigues (2009, p. 257), a concessão é usualmente aplicada quando o desenvolvimento da atividade demanda investimento significativo em termos de equipamentos e infraestrutura necessária para sua realização. Moraes e Lima (2009, p. 232) afirmam que “a ineficiência da gestão da morte pelo serviço público” é um dos motivos que influenciam consumidores de produtos e serviços fúnebres na aquisição de jazigos e planos assistenciais funerários. Os autores citam o caso da empresa Parque das Flores, de Alagoas, onde “[...] o consumo fúnebre está também atrelado ao significado e ao sentido de uma “boa morte” ou de uma “morte digna”. A ineficiência da gestão da morte pelo serviço público é motivo para a adesão de muitos entrevistados à empresa privada” (Rodrigues, p. 257). A esse respeito cabe sublinhar que, segundo o item 10.1.17 da Cláusula Décima (Dos Diretos, Obrigações e Responsabilidades da Concessionária) do Contrato de Concessão de Serviços Públicos n. 01/2002, celebrado entre o Distrito Federal e a empresa Campo da Esperança Ltda. em 13 de fevereiro de 2002, incumbe à empresa a promoção do

aprimoramento dos serviços cemiteriais. Aqui cabe, também, a observação de Silva (2004, p. 149):

[...] configura direito do consumidor a adequada e eficaz prestação de serviços públicos em geral. Na dicção do art. 22 do Código, os órgãos públicos, por si ou [...] por suas [...] concessionárias [...] são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e [...] contínuos.

Em 29 de agosto de 2011 a empresa Campo da Esperança Ltda. foi condenada pela Justiça do DF por danos morais coletivos pela prática de venda casada¹⁵ dos serviços de cessão de jazigo e manutenção. Conforme apontou o defensor público Alexandre Gianni Dutra,

Nos termos da concessão pública outorgada à empresa Campo da Esperança, a cessão do jazigo tem por objeto o fornecimento do local onde serão depositados os restos mortais da pessoa falecida, enquanto a manutenção de jazigo trata apenas do cuidado com a ornamentação e preservação do túmulo, sendo, portanto, contrato facultativo e dispensável para a realização do enterro. (G1 DF, 2011).

De acordo com o primeiro item da Cláusula Nona (Dos Direitos e Obrigações dos Usuários) do Contrato de Concessão de Serviços Públicos n. 01/2002, “Constitui direitos e obrigações dos usuários obterem da Concessionária e utilizarem com liberdade de escolha os serviços adequados, conforme dispõe o Decreto 20.502/99”.

Tanto embora, segundo Silva (2004, p. 118), os favores e direitos reconhecidos à concessionária sejam outorgados em vista do bem público e devam ser “sempre regulados e fiscalizados pelo poder concedente”, observa-se que no caso dos cemitérios do DF tem havido “[...] omissão do Estado na regulamentação e fiscalização dos serviços funerários, resultando em serviços caros e ineficientes” (CLDF, 2008, p. 9), situação que vem se arrastando desde a assinatura do contrato de concessão, em 2002.

Indispensável, sem exceção, que seja publicado o ato administrativo justificador da conveniência de sua outorga, pressupondo, de outra parte, a prestação de um serviço adequado, assim entendido aquele que satisfaz as condições de regularidade, eficiência e segurança das tarifas. (SILVA, 2004, p. 116).

No ano de 2013, em razão do alto número de visitantes no Dia dos Finados, os estacionamentos dos cemitérios do DF foram restringidos ao acesso de veículos de condutores idosos ou portadores de necessidades especiais (CORREIO BRAZILIENSE, 2013). Foi também noticiada a escassez de espaço para circulação de automóveis nas vias

¹⁵ De acordo com o Art. 39 da Seção IV (Das Práticas Abusivas) do Código de Defesa do Consumidor, “É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços [...] condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço [...]” (SENADO FEDERAL, 2017, p. 18).

internas dos cemitérios de Planaltina e Brazlândia (G1 DF, 2013). Em 2009 já havia sido publicado pelo TCU-DF, na Decisão n. 6.371/2009, acerca dos estacionamentos dos cemitérios do DF que, em geral, não dispunham de vagas em número suficiente para usuários, sobretudo se todas as capelas estivessem sendo utilizadas simultaneamente:

[...] No cemitério de Sobradinho, o estacionamento é pequeno, para aproximadamente 20 veículos, revelando-se insuficiente por ocasião de nossa visita ao final do dia 13/08/2008 [...]. Naquela ocasião, havia veículos estacionados ao longo do meio-fio junto à entrada do cemitério, sendo que o estacionamento não possui vagas demarcadas. Não havia, também, como no caso de Taguatinga, reserva de vagas para deficientes e idosos, nem rampas de acesso para cadeira de rodas. (TCDF, 2009, apud CGDF, 2017, p. 33).

Figuras 10 e 11 – Usuários lotam o Cemitério de Taguatinga no Dia de Finados em 2013



Fontes: G1 DF, 2013; CORREIO BRAZILIENSE, 2013.

Figura 12 – No cemitério de Planaltina, além de haver espaço insuficiente no estacionamento, a principal via de acesso fica parcialmente bloqueada em razão de veículos estacionados ao longo do meio-fio



Fonte: RELATÓRIO DE INSPEÇÃO N. 02/2017, 2017, 32-33.

Em 29 de dezembro de 2015, durante o funeral de uma mulher, foi encontrado outro cadáver na cova adquirida pela família para sepultá-la. O episódio aconteceu no cemitério de Taguatinga, cuja administração, em nota, informou que o referido cadáver havia sido enterrado em local incorreto e que deveria estar na cova ao lado:

Foi muito constrangedor, um transtorno geral. Ficaram remexendo na nossa frente, vimos a caveira [...]. Enquanto isso, cerca de 80 familiares e amigos permaneciam com o corpo da idosa na sala de velório. [...] “A pior parte é lá, quando você fica vendo o corpo parado e não sabe o que vai fazer”, declarou [o neto da mulher]. (MORAIS, 2015, grifo nosso).

No mesmo ano, no cemitério do Gama, o terreno em volta de uma cova cedeu no momento em que acontecia o funeral. O pároco que o conduzia e outras três pessoas caíram na vala de dois metros de profundidade. Segundo a matéria de jornal *online*,

Acostumado a conduzir os cortejos fúnebres no cemitério do Gama, [o pároco] diz que tentou manter a calma e dar continuidade à cerimônia, mas as pessoas ficaram “chocadas” e em uma “situação de fragilidade”. [...] [O pároco] afirma que conversou com a direção da Campo da Esperança, mas ouviu que a situação não podia ser prevista. “Acho que era possível prever, sim. Era um local que não podia receber tanta gente. Colocaram cadeiras ao redor do túmulo, gente amontoada. Foi estranho porque o local não estava bem demarcado.” (RODRIGUES, 2015, grifo nosso).

No ano de 2019, também no cemitério de Taguatinga, duas pessoas caíram em uma cova de dois metros de profundidade após o solo ceder durante funeral; os que estavam presentes afirmaram que não havia identificação para indicar que se tratava de área de risco. Duas placas de concreto se quebraram no momento da queda e uma das vítimas precisou ser resgatada por ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU. O veículo, no entanto, não conseguiu acessar a área em razão do excesso de barro. Tanto embora a administração do cemitério tenha alegado que entrou em contato com os familiares dos envolvidos para custear despesas médicas, essa informação foi negada por aqueles. Acerca do ocorrido, o tio de uma das vítimas afirmou:

Depois do incidente, eu fui procurar os responsáveis pelo cemitério acompanhado de alguns parentes da [sepultada], mas o administrador nos recebeu de forma ríspida e falou para procurarmos os nossos direitos, afirmou. No velório da minha esposa, há um ano e meio atrás, a coroa de flores caiu no meio do velório e também fui maltratado por eles. Coisa parecida aconteceu no velório de uma tia, em que queriam que a velasse em uma capela suja. (LABOISSIÈRE, 2019).

Cabe aqui salientar que o item 10.1.18 do Contrato de Concessão de Serviços Públicos n. 01/2002 dita que a referida concessionária deve “tratar o público com cortesia”.

Figuras 13, 14 e 15 – No cemitério de Taguatinga, neto descobre, durante enterro da avó, outro cadáver na cova adquirida pela família



Fonte: MORAIS, 2015.

Figura 16 – Cova de 2 m de profundidade, localizada na quadra 8 do cemitério do Gama, cedeu durante funeral e vitimou quatro pessoas.



Fonte: RODRIGUES, 2015.

Figuras 17 e 18 – No cemitério de Taguatinga, solo cedeu e duas pessoas caíram em cova de 2 m de profundidade; a ambulância, ao tentar acessar o local para resgatar uma das vítimas, atolou



Fonte: LABOISSIÈRE, 2019.

Ainda em 2019, o espaço disponível para novos sepultamentos em ambos os cemitérios de Taguatinga e do Gama esgotou, conforme apontado por Cardim (2019). De acordo com Thompsom (2015, apud RODRIGUES; GARCIA, 2017, p. 3), um problema contemporâneo que pode ser observado tanto em cidades quanto em cemitérios é a falta de espaço físico. A autora aponta que o cemitério tradicional já não consegue dar conta da demanda por espaço e que essa questão deverá se agravar com o crescimento populacional (THOMPSON, 2015, p. 8).

Nos cemitérios do DF, a iminência do esgotamento de espaços disponíveis para sepultamento já havia sido registrada em 3 de dezembro de 1998, no relatório emitido pela então Coordenação de Administração de Necrópoles e Serviços Funerários, unidade da Fundação de Serviço Social subordinada à Secretaria da Criança e da Assistência Social (CLDF, 2008, p. 19-21). A verticalização de cemitérios e a construção de crematórios representam soluções que poderiam mitigar esse problema. Segundo Pacheco (2012, p. 102), a predileção de arquitetos e urbanistas por espaços destinados à atividade da cremação sobre espaços cemiteriais está fundamentada na economia de espaço.

O problema da falta de espaço nos cemitérios apresentou-se como um dos principais incentivadores à proposta de modificação drástica da necrópole e da relação com os mortos, baseada em duas medidas: a cremação dos corpos e a verticalização dos cemitérios. Mas sabe-se que uma terceira proposta – a da rotatividade das sepulturas – pode resolver parcialmente essa problemática, visto que se manteriam enterrados apenas os corpos em estágio de decomposição. Após essa fase, os ossos seriam retirados e encaminhados ao ossuário (estrutura verticalizada que se encontra no interior do cemitério), fazendo cessar, assim, a construção de novas sepulturas perpétuas na necrópole tradicional. (THOMPSON, 2015, p. 20).

Uma quarta solução que poderia ser adotada a fim de sanar essa falta de espaço é a construção de novos cemitérios,¹⁶ embora Seixas (2009) não a recomende. Segundo a autora, a gestão eficiente dos espaços cemiteriais seria suficiente para eliminar a necessidade de construção de novas áreas destinadas à atividade. Ademais, uma vez projetados novos cemitérios, é necessário considerar o impacto ambiental que seria provocado pela execução destes, bem como o risco de contaminação de solo e água. A esse respeito cabe ainda mencionar que em 18 de maio de 2017, a Secretaria de Justiça do DF sinalizou enviar um projeto de lei para a Câmara Legislativa que permitia a implantação e autorização de cemitérios privados no Distrito Federal. Conforme Araújo (2012, p. 350),

[...] é importante destacar o cemitério como nossa última morada. Cresceu muito o investimento em cemitérios particulares no Brasil. Segundo o Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil (Sincep), a ausência do poder público e a falta de investimentos é uma das causas da expansão dos negócios.

Entre janeiro e março de 2017 foram realizados trabalhos de inspeção na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS pela Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, a fim de levantar informações sobre a licitação formalizada entre o Governo do Distrito Federal e a empresa Campo da Esperança Serviços Ltda,¹⁷ que culminou no Relatório de Inspeção n. 02/2017. O documento tratou dos atos e fatos relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços n. 01/2002, firmado entre as partes supracitadas, e visou à avaliação do objeto contratual sob os aspectos de regularidade, eficácia e qualidade (CGDF, 2017, p. 1). Os itens relacionados aos espaços cemiteriais que o relatório se propôs a abordar são: 1) a respeito da devida execução dos serviços por parte da concessionária, considerando os aspectos presentes no contrato; 2) a respeito da realização das obras e reformas previstas no contrato; e 3) a respeito dos prejuízos à comunidade decorrentes da execução irregular dos serviços outorgados à concessionária. Cabe sublinhar aqui que, conforme aponta Silva (2004, p. 146), a obtenção da concessão não gera “imortalidade ou mesmice” das qualidades de prestação do serviço, pois o interesse público está acima do lucro individual.

¹⁶ Propõe-se aqui, no entanto, que talvez a solução mais adequada para esse problema seja a construção de um crematório, tanto embora Pacheco (2012, p. 104) enumere desvantagens dessa prática, como o lançamento de quantidades significativas de óxido de carbono, dioxina, mercúrio volatilizado e outros contaminantes na atmosfera. A implementação da atividade da cremação requer ainda a obtenção de licença ambiental, processo dotado de diversos entraves burocráticos.

¹⁷ Acerca da metodologia empregada para elaboração do relatório, o documento aponta que as inspeções foram realizadas por amostragem, “com base em análise processual e documental dos aspectos previstos na legislação vigente, que dispõe sobre licitação, contratação, execução financeira, bem como o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos” (CGDF, 2017, p. 3).

Com relação à realização de obras e reformas previstas no Contrato de Concessão de Serviços n. 01/2002, em 29 de setembro de 2004, a Campo da Esperança Ltda. solicitou à Secretaria de Estado de Ação Social do DF a prorrogação do prazo para conclusão. Em 7 de dezembro de 2004 o setor de engenharia da referida secretaria concluiu que 12 meses de prorrogação seriam suficientes, exceto para o crematório, que necessitaria de 24 meses em razão da dificuldade de obtenção da licença ambiental (CLDF, 2008, p. 26). A implementação da atividade da cremação no DF, que até então não ocorreu, constitui cláusula do Contrato de Concessão de Serviços n. 01/2002 (G1 DF, 2017).

Ainda acerca desse contrato, a matéria jornalística do DFTV 2, programa de televisão que foi ao ar em 18 de maio de 2017, aponta que não houve cumprimento sistemático do plano de ação e de cláusulas contratuais por parte da concessionária. Desde a CPI dos Cemitérios, em 2008: “não foram adotadas medidas efetivas com finalidade de cessar as repetidas falhas apresentadas”. A respeito dos impactos na gestão dos cemitérios do DF decorrentes de falhas no planejamento e no procedimento licitatório da concessão, falhas na formalização contratual e falhas na execução contratual, discorre o Capítulo III do Relatório de Inspeção n. 02/2017, que comenta o edital de Licitação n. 010/2001-ASCAL/PRES, da qual foi vencedora a empresa Campo da Esperança Ltda.:

Ao analisar o Edital de Licitação [...] verifica-se que o interesse com a melhoria dos serviços não foi a principal motivação da Concessão. Não havia mecanismos de avaliação e apreciação da qualidade dos serviços cemiteriais concedidos, prevendo tão somente que “o Poder Concedente pode solicitar à concessionária a adoção de medidas objetivando a melhoria dos serviços, inclusive a ampliação de estrutura operacional, julgadas convenientes ao interesse público”. Constata-se que, ao longo de todo procedimento e com base na execução do contrato desde o início de sua vigência, a concessionária detém uma liberdade de atuação incomum. (CGDF, 2017, p. 7, grifo nosso).

As visitas realizadas aos seis cemitérios do DF, entre 8 e 28 de março de 2017 para elaboração do referido relatório, comprovaram a existência de falhas no que tange à regular prestação de serviços concedidos pelo poder concedente no edital de licitação (CGDF, 2017, p. 32), que impactam diretamente nos espaços cemiteriais. Entre elas destaca-se a falta de manutenção das áreas sociais, que à época se encontravam em condições inadequadas de conservação e onde pôde ser verificada uma técnica de construção distinta, que consistia na abertura de uma cova para três sepultamentos (TCDF, 2009, apud CGDF, 2017, p. 33), provavelmente com vistas à otimização espacial:

Nas áreas estruturadas como cemitérios-parques, os túmulos são construídos com dois ou três jazigos verticais lado a lado, apresentando cobertura vegetal (grama esmeralda) e adequada identificação dos sepultados, feita mediante placas de

mármore e plaquetas de metal. Já nas áreas de sepultamentos gratuitas, construídas pela própria concessionária, cada cova recebe até três corpos sepultados na vertical, diretamente na terra sem haver, contudo, qualquer estrutura de alvenaria lateral. (CGDF, 2017, p. 34).

Figuras 19, 20, 21, 22 e 23 – Condições de manutenção, técnica de construção distinta (abertura de uma cova para três sepultamentos) e identificação precária de sepultados em áreas sociais em cemitérios do DF no ano de 2017; condições de manutenção das vias internas dos cemitérios no mesmo ano



Fonte: RELATÓRIO DE INSPEÇÃO N. 02/2017, 2017, p. 34-38.

Em 2009, à época da publicação da Decisão n. 6.371/2009 do TCU-DF, foram apontadas as condições de manutenção da pavimentação das vias internas dos cemitérios. De modo geral, verificou-se que as únicas vias asfaltadas eram as que conectavam o acesso principal à área das capelas e do prédio administrativo. As vias encontravam-se em “condições precárias”, “com diversos buracos” e sem conservação, desde a época da administração pelo GDF, situação que pôde ser observada nos seis espaços cemiteriais, tanto em vias de circulação para veículos como de pedestres (quando estas existiam) (TCDF, 2009, apud CGDF, 2017, p. 37).

Considerações finais

As seis unidades [dos cemitérios] do DF [...] têm uma administração terceirizada que acumulou reclamações nos últimos anos, desde o preço, a conservação e a segurança dos jazigos, até a remoção indevida de restos mortais. [...] Famílias que nunca puderam ter um imóvel são obrigadas, por força das circunstâncias, a comprar ou arrendar um túmulo quando perdem um ente. (CAMPOS, 2012).

Deve-se reiterar aqui que cemitérios são espaços que não apenas cumprem a função primordial de possibilitar a prática da inumação, mas também promovem sensações de reflexão, religiosidade e introspecção. Os espaços cemiteriais operam como lugares de culto aos mortos e abrigam rituais fúnebres, que são imprescindíveis para uma efetiva elaboração do luto após a morte de outrem; essas atividades constituem o programa de necessidades do espaço arquitetônico cemiterial. Por conseguinte, as condições físicas de cemitérios devem ser capazes de garantir o pleno funcionamento dessas atividades, uma vez que a configuração de espaços arquitetônicos que atendam integralmente ao programa de necessidades é o objetivo fundamental da arquitetura.

Poder-se-ia dizer que o funcionamento adequado de um espaço público, que responda aos anseios dos usuários, depende, em grande parte, de sua gestão. Tanto embora estejam sob regime de concessão, os cemitérios do Distrito Federal são espaços públicos e, se a gestão destes é eficiente, espera-se que atendam aos seus objetivos sociais (e arquitetônicos) fundamentais. De modo geral, o presente estudo buscou investigar o espaço físico dos seis cemitérios ativos do DF, entre 2008 e 2017, à luz da gestão da empresa Campo da Esperança Ltda. Verificou-se que os impactos dessa gestão no recorte temporal mencionado não foram de todo desejáveis.

Esses seis cemitérios vêm acumulando problemas, apontados em relatórios técnicos e matérias jornalísticas, desde o ano de 1998, quando ainda eram geridos pelo Governo do Distrito Federal. Nesse caso, um dos objetivos do Contrato de Concessão de Serviços Públicos decorrente da Licitação n. 010/2001-ASCAL/PRES foi o de garantir a melhoria dos serviços e dos espaços.¹⁸ As referidas fontes de pesquisa, no entanto, evidenciam que a empresa Campo da Esperança Ltda. nada tem feito (ou tem feito muito pouco) para atingi-lo, mantendo espaços aquém do esperado.

De acordo com Silva (2004, p. 157), o poder concedente pode intervir na concessão

¹⁸ De acordo com a Cláusula Terceira (Do Objeto) do Contrato de Concessão de Serviços Públicos, precedido de obra pública sobre o imóvel do Distrito Federal n. 01/2002, "Constitui objeto do presente Contrato [...] [o] uso das áreas e das instalações dos cemitérios [...] visando a recuperação e modernização das instalações físicas, construção de ossuários, cinzários, crematório e adoção de medidas administrativas e operacionais para ampliação da vida útil dos pertencentes ao Governo do Distrito Federal [...] bem como a exploração econômica das atividades inerentes aos serviços públicos de cemitérios [...]."

“com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes”. Contudo, observou-se que o poder público do Distrito Federal tem sido negligente com relação a essa questão, de tal modo que não foi dada continuidade ao processo de investigações iniciadas pela CPI dos Cemitérios, pelos órgãos competentes, tampouco responsabilizados os que, de uma maneira ou de outra, “causaram prejuízos ao patrimônio público, desrespeitaram direitos humanos ou cometeram ilícitos de toda natureza” (CDLF, 2008, p. 3). De acordo com o Dicionário Jurídico (2018), a negligência decorre da omissão. É um comportamento passivo que ocorre quando o sujeito deixa de realizar o dever de cuidado,¹⁹ que pode ocasionar lesão ou dano a terceiros.

Atos de negligência foram observados reiteradas vezes nos espaços cemiteriais do DF, durante o recorte temporal aqui investigado, que se sucederam parcialmente por omissão do poder concedente e parcialmente pelos serviços prestados pela concessionária. A respeito da empresa Campo da Esperança Ltda., concluiu-se que buscou o regime de monopólio, em que uma única organização – no caso, ela própria – detivesse o mercado funerário do Distrito Federal. Nesse contexto, cabe aos usuários de serviços cemiteriais, sem opção e “por força das circunstâncias” (CAMPOS, 2012), renderem-se ao “negócio” da morte mantido pela empresa, na esperança que seus mortos sejam zelados não no plano físico, mas, talvez, em um plano imaterial.

“Sensibilidade, cuidado, presteza: essas são as prioridades do Campo da Esperança Serviços no momento mais delicado de nossas vidas.” (trecho retirado da página inicial do *website* da empresa Campo da Esperança Ltda.).

Referências

- ALCÂNTARA, Manoela. *TCDF determina correção de irregularidades nos seis cemitérios do DF*. 2018. Disponível em: <http://abre.ai/aEaU>. Acesso em 23 jun. 2019.
- AMADO, Inaê. *CPI dos cemitérios ouve gerente do cemitério de Taguatinga*. 2008. Disponível em: <http://abre.ai/aEaV>. Acesso em 23 jun. 2019.
- AMARAL, Ivan Luiz Martins Franco do; NUNES, Everardo Duarte. Os conceitos de gestão e administração: aplicação ao estudo das gestões dos diretores da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. *Revista de Gestão e Avaliação Educacional - Regae*, Santa Maria, v. 6, n. 13, p. 67–81, set/dez. 2017.
- ARARIPE, Zínia Figueiredo de A. *Gerente confirma exumação irregular no cemitério de Taguatinga*. 2008. Disponível em: <http://abre.ai/aEaX>. Acesso em 11 jul. 2019.

¹⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2FNvepi>. Acesso em: 5 ago. 2019.

ARAÚJO, Rogério Bianchi de. A mercantilização da morte na sociedade de consumo. *Habitus*, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 341–53, jul/dez 2012. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2836>. Acesso em 8 jul. 2019.

AZEVEDO, Eurico de Andrade; ALENCAR, Maria Lúcia M. *Concessão de serviços públicos – comentários às Leis 8987 e 9074 (Parte Geral), com as modificações introduzidas pela Lei 9648, de 27 de maio de 1998*. São Paulo, Malheiros, 1998.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5.029, de 2013. Dispõe sobre normas gerais acerca da prestação de serviços funerários, administração de cemitérios e dá outras providências. *Diário da Câmara dos Deputados*: Brasília, DF, 27 mar. 2013. Disponível em: <http://abre.ai/aEaZ>. Acesso em 23 jun. 2019.

CAETANO, Marcelo. *Manual do direito administrativo, I*. Coimbra: Ed. Lisboa, 1970.

CAMPOS, Ana Maria. *Cemitérios do DF têm administração terceirizada e acumulam reclamações*. 2012. Disponível em: <http://abre.ai/aEa0>. Acesso em 28 jun. 2019.

CARDIM, Nathália. *Governo estuda construção de novos cemitérios no Distrito Federal*. 2019a. Disponível em: <http://abre.ai/aEa1>. Acesso em 4 jul. 2019.

CARDIM, Nathália. *Placas de identificação de túmulos são furtadas de cemitério do DF*. 2019b. Disponível em: <http://abre.ai/aEa6>. Acesso em 29 jul. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *O comércio da morte no Distrito Federal*. 2008. Disponível em: <http://abre.ai/aEa7>. Acesso em 22 jan. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *50 dos 288 túmulos da ala dos pioneiros no cemitério tiveram os crucifixos furtados*. 2009. Disponível em: <http://abre.ai/aEa8>. Acesso em 24 jun. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Cemitérios em estado precário*. 2010. Disponível em: <http://abre.ai/aEa9>. Acesso em 26 jun. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. *Cemitérios do DF mantêm fluxo intenso de visitantes no Dia de Finados*. 2013. Disponível em: <http://abre.ai/aEbb>. Acesso em 10 jul. 2019.

COUTINHO, Evaldo. *O espaço da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

DIAS, Emerson de Paula. Conceitos de gestão e administração: uma revisão crítica. *Revista Eletrônica de Administração – REA*, Franca, v. 1, n. 1, 2002, p. 1–12. Disponível em: <http://abre.ai/aEbc>. Acesso em 1 jul. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 2.424, de 13 de julho de 1999. Dispõe sobre a construção, o funcionamento, a utilização, a administração e a fiscalização dos cemitérios e a execução dos serviços funerários no Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*: Brasília, DF, 14 jul. 1999. Disponível em: <http://abre.ai/aEbl>. Acesso em 25 jun. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 20.502, de 16 de agosto de 1999. Regulamenta a Lei nº 2.424, de 13 de julho de 1999, que dispõe sobre a construção, o funcionamento, a utilização, a administração, a fiscalização dos cemitérios e a execução dos serviços funerários no Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*: Brasília, DF, 16 ago. 1999.

Disponível em: <http://abre.ai/aEbm>. Acesso em 25 jun. 2019.

DISTRITO FEDERAL. *Processo nº 030.001.430/2001* – Contrato de Concessão – Cemitério Campo da Esperança. Contrato de concessão de serviços públicos precedido de obra pública sobre o imóvel do Distrito Federal n.: 01/2002, celebrado entre o Distrito Federal por meio da Secretaria de Estado de Ação Social e o Campo da Esperança Serviços Ltda. Brasília, DF: Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, 13 fev. 2002. Disponível em: <http://abre.ai/aEbn>. Acesso em 8 jul. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 28.606, de 20 de dezembro de 2007. Brasília, 20 de dezembro de 2007. Regulamenta os serviços funerários no Distrito Federal e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*: Brasília, DF, 20 dez. 2007. Disponível em: <http://abre.ai/aEbp>. Acesso em 28 jun. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios. *Relatório final*. Brasília, DF: CLDF, 2008.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas. *Decisão nº 6371, de 2009*. Brasília, DF: TCDF, 2009.

DISTRITO FEDERAL. Controladoria-Geral do Distrito Federal. *Relatório de Inspeção nº 02/2017* – DINPC/COAPP/COGEI/SUBCI/CGDF. Brasília, DF: Controladoria-Geral do Distrito Federal, 24 abr. 2017.

FERREIRA, Ademir Antônio. *Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias, evolução e tendências da moderna administração de empresas*. São Paulo: Pioneira, 1997.

FREITAS, Juarez. *Direito administrativo didático*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

G1 DF. *Empresa que administra cemitérios do DF é multada por 'venda casada'*. 2011. Disponível em: <http://abre.ai/aEbs>. Acesso em 26 jun. 2019.

G1 DF. *Cerca de 600 mil visitaram cemitérios do DF no dia de Finados*. 2013. Disponível em: <http://abre.ai/aEbq>. Acesso em 10 jul. 2019.

G1 DF. *Governo prepara projeto para liberar cemitérios privados no DF*. 2017. Disponível em: <http://abre.ai/aEbr>. Acesso em 23 jun. 2019.

GDF DECIDE ENVIAR PROJETO PARA AUTORIZAR CEMITÉRIOS PARTICULARES NO DF. *DFTV2*. Distrito Federal: Rede Globo, 18 de maio de 2017. Programa de TV.

GRILO, Rui Manuel Boletto. *A teoria da gestão e a complexidade*. 114 f. Monografia (Licenciatura em Gestão de Empresas) - Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora, Évora, 1996.

KEHL, Maria Rita. Muito além do espetáculo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Muito além do espetáculo*. São Paulo: Senac, 2005, p. 234–53.

KITAZAWA, Hugo Minoru; BORGES, William Antônio; RODRIGUES, Fabio da Silva. O mercado da morte como construção social. In: IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2016, Porto Alegre. *Anais eletrônicos*, 2016.

LABOISSIÈRE, Mariana. *Terreno cede durante enterro e duas pessoas caem em cova com 2 m de profundidade*. 2019. Disponível em: <http://abre.ai/aEbv>. Acesso em 30 jul. 2019.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. X Encontro Nacional de História da Mídia, 2015, Porto Alegre. Anais eletrônicos, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política: el derecho a la ciudad, II*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LEITÃO, Lucia; LACERDA, Norma. O espaço na geografia e o espaço da arquitetura: reflexões epistemológicas. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 803–822, set/dez 2016. Disponível em: <http://abre.ai/aEbw>. Acesso em: 1 jul. 2019.

MIGLIORINI, Renato Blat. *Cemitérios contaminam o meio ambiente? Um estudo de caso*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

MORAIS, Isabela Andrade de Lima; LIMA, Antonio Carlos Motta de. *Pela hora da morte estudo sobre o empresariar da morte e do morrer: uma etnografia no Grupo Parque das Flores, em Alagoas*. 2009. 289 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MORAIS, Raquel. *No DF, neto descobre durante enterro corpo em cova comprada para a avó*. 2015. Disponível em: <http://abre.ai/aEdZ>. Acesso em 28 jun. 2019.

OLIVEIRA, Leonardo. *Espaços da morte*. 2017. 410 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PACHECO, Alberto. *Meio ambiente & Cemitérios*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2012.

PROTESTE JÁ (CQC). *Custe o Que Custar (CQC)*. São Paulo: Rede Bandeirantes, 2008. Programa de TV.

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. *O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade*. 2009. 358 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RODRIGUES, Fábio da Silva; GARCIA, Rodolpho Martins. Gestão do espaço em cemitérios: um estudo sobre o cemitério municipal de Maringá. In: I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação, 2017, Naviraí. *Anais eletrônicos*, 2017.

RODRIGUES, Maria Alexandrina Souza. *A Brasília dos pioneiros*. 2013. 576 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RODRIGUES, Mateus. *“Acabou com o clima”, diz padre que caiu em cova durante enterro no DF*. 2015. Disponível em: <http://abre.ai/aEbx>. Acesso em 30 jul. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA - SEJUS. *Histórico da Unidade de Assuntos Funerários*. 2017. Disponível em: <http://abre.ai/aEby>. Acesso em 28 jun. 2019.

SEIXAS, Camila. *Veja como concessões e PPPS podem ser uma solução para a gestão de cemitérios*. 2019. Houer Concessões. Disponível em: <https://blog.houer.com.br/gestao-de-cemiterios>. Acesso em 1 jul. 2019.

SENADO FEDERAL. *Código de Defesa do Consumidor e normas correlatas*. 2a edição. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

SINDICATO DOS CEMITÉRIOS PARTICULARES DO BRASIL - SINCEP; ASSOCIAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DO BRASIL - ACEMBRA. *Plano Nacional de Qualidade (PNQ)*. 1991. Disponível em: <http://abre.ai/aEbz>. Acesso em 5 jul. 2019.

SILVA, Edson Jacinto da. *Concessão e Permissão no Serviço Público*. Leme: Editora JH Mizuno, 2004.

THOMAS, Louis–Vincent. *Le cadavre: de la biologie à l'anthropologie*. Bruxelas: Edition Complexe, 1980.

THOMPSON, Barbara. Cemitérios verticais, espaço urbano e meio ambiente: o novo discurso científico universitário de incentivo à verticalização e à cremação. *Primeiros Estudos*, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 7–27, 2015.

VERAS, Lana; SOARES, Jorge Coelho. Aqui se jaz, aqui se paga: a mercantilização da morte. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 226–236, ago. 2016. Disponível em: <http://abre.ai/aEbB>. Acesso em 8 jul. 2019.

WEN, Éder Carvalho. *Reguffe volta a criticar cemitérios do DF*. 2009. Disponível em: <http://abre.ai/aEbC>. Acesso em 24 jun. 2019.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitectura*. Lisboa: Arcádia, 1977.

DIAGNÓSTICO DA OCUPAÇÃO E ESTIMATIVA DA VIDA ÚTIL DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS/SC

Taiana Monfroi¹

Elfride Anrain Lindner²

Introdução

O curso de Engenharia Civil prepara profissionais para atuar em diversas áreas, habilitando-os para desenvolver e executar projetos que respeitem as condições ambientais e a qualidade de vida da população. Os cemitérios são locais que têm apresentado muitos problemas ao longo do tempo. No entanto, são espaços essenciais para o desenvolvimento de todos os centros populacionais e, podem causar diversos impactos no meio em que se encontram.

A situação é agravada, ainda, pela falta de terrenos disponíveis nas áreas urbanas, pelos solos inadequados, pela topografia irregular, pela pouca distância dos sepultamentos em relação ao nível do lençol freático, além da deficiência nos projetos de localização e implantação de cemitérios. Dessa forma, os cemitérios exigem maior atenção, não só dos órgãos municipais, estadual e federal, mas também de toda a sociedade, na tentativa de minimizar os impactos e aumentar a qualidade de vida das populações urbanas.

Em Treze Tílias/SC, o cemitério municipal segue a tendência de outros cemitérios do Brasil, principalmente quanto às dificuldades de expansão. Neste estudo será apresentado o levantamento das informações existentes deste cemitério com o objetivo de expor propostas que visam a melhoria do uso do espaço.

Revisão bibliográfica

Cemitérios

A palavra cemitério vem do latim *coemeterium* ou *cemeterium*, originada do grego *koimetérion*, o que significa "dormitório, quarto de dormir". Os cristãos consideram que os mortos não estão mortos, mas sim adormecidos até à ressurreição e preferiram, assim, nomear esse ambiente como "cemitério", referindo-se a um lugar do seu repouso, em vez de usar outras palavras latinas que expressavam a ideia de enterramento eterno (NEVES, 2012).

Os cemitérios com formas, como as conhecidas atualmente, moldaram-se a partir de

¹ Acadêmica de Engenharia Civil/Universidade do Oeste de Santa Catarina. Treze Tílias/SC.

² Professora Doutora/Universidade do Oeste de Santa Catarina.

meados do século XVIII, quando os mortos começaram a ser enterrados em igrejas, abadias, mosteiros, conventos, seminários e hospitais. Este comportamento começou a ser criticado por membros da comunidade, devido ao odor gerado pela decomposição dos cadáveres dentro das igrejas e, por este motivo, os fiéis passaram a acreditar que poderiam se contaminar com os gases liberados com a mesma doença do falecido (CARNEIRO, 2009; SILVA et al, 2006).

Por medidas sanitárias e preocupação com a saúde pública, os sepultamentos começaram a ser realizados em área aberta, nos chamados campos-santos ou cemitérios secularizados, modelo que já era adotado anteriormente por japoneses, chineses, judeus e outros povos (SILVA et al, 2006).

Os cemitérios tradicionais possuem alamedas pavimentadas e com pouca arborização. As sepulturas, onde os corpos são geralmente enterrados diretamente no solo, são realizadas em túmulos semienterrados e mausoléus. Apresentam também capelas com altar, crucifixos e imagens e, os monumentos funerários são geralmente revestidos de mármore e granito (CAMPOS, 2007).

Aspectos ambientais

Em relação à construção de cemitérios, principalmente os que estão localizados em áreas urbanas, torna-se necessário que os seus impactos ambientais sejam conhecidos e estudados, para que seja possível distinguir os danos que eles podem causar à saúde pública. Caso sejam ignorados, estes danos acabam comprometendo a qualidade de vida, não só dos moradores locais, como também a vida das pessoas que ficam expostas, sujeitas a algum tipo de contaminação decorrente dos cemitérios (PALMA; SILVEIRA, 2011).

A atenuação do necrochorume se torna mais eficiente quando ocorre em argilas, já que este tipo de solo possui maior número de micro-organismos em seu interior. Porém, para garantir maior degradação deste composto antes de atingir os recursos hídricos, os sepultamentos devem ser realizados com a maior distância possível dos aquíferos (CARNEIRO, 2009).

Arte funerária

A arte funerária, também chamada de arte tumular, representa as obras em sepulturas nos cemitérios e igrejas. Este tipo de arte sempre foi considerado por muitos como um adorno, utilizada como objeto de decoração. No entanto, ela também simboliza o imaginário coletivo de uma determinada sociedade, que retrata a sua visão sobre a morte

e a sua cultura. Sendo assim, a arte funerária se trata de um memorial social, sendo produto de uma expressão coletiva, realizada por meio dos sinais e circunstâncias da morte (SOUZA, 2007).

Arte funerária típica austríaca

Reiter (2005, p. 1, tradução nossa)³ descreve as características da arte funerária no Tirol:

Os cemitérios municipais também têm sua própria história no Tirol. Histórias que foram marcadas há séculos ou décadas. [...] Independentemente das grandes instalações nas cidades, os pequenos cemitérios nos povoados tirolezes são locais especiais: o seu posicionamento na estrutura local por si só já é uma exceção. Eles estão principalmente localizados nas imediações da igreja paroquial e, de alguma forma, são diretamente integrados nos acontecimentos locais. [...]. Cemitérios com cruzes de sepultura e lápides são, no entanto, também imagens espelhadas da história cultural regional. [...] Desta forma, as cruzes de sepultura fornecem [...] informações sobre gostos e habilidades artesanais da região. [...] As cruzes de sepultura em ferro forjado são transparentes. Elas não escondem a paisagem como lápides de pedra. [...] Em Alpbach e Reith, por exemplo, somente cruzes funerárias de ferro forjado são permitidas nos cemitérios. [...] Uma coisa que todos têm em comum: um esplendor de flores, que é único no mundo todo. E parece se confirmar o que se costuma dizer: pela qualidade do cemitério pode ser avaliado o caráter dos vivos. Não em vão, os cemitérios das aldeias tirolezas também são visitados por inúmeros visitantes de todo o mundo, pois são uma pedação da cultura tirolesa.

Outra característica observada na arte cemiterial dessa região são as grades dos túmulos, conforme disserta Behrens (2005, p. 1)⁴:

Por volta de meados do século XIX, era costumeiro cercar os túmulos familiares com grades de sepultura; não só para proteger as sepulturas e as suas plantações, mas também para ornamento. [...] Não são apenas cercas de ferro fundido, mas também muitas vezes belas obras de arte de ferro forjado [...].

³ "Städtische Friedhöfe haben auch in Tirol ihre eigene Geschichte. Geschichten, die über Jahrhunderte bzw. Jahrzehnte geprägt sind. [...] Unabhängig von den großen Anlagen in den Städten, sind die kleinen Friedhöfe in den Tiroler Dörfern besondere Örtlichkeiten: allein ihre Positionierung im Ortsgefüge räumt ihnen eine Ausnahmestellung ein. Zumeist sind sie in unmittelbarer Nähe zur Pfarrkirche gelegen und dadurch in irgendeiner Art und Weise unmittelbar ins Ortsgeschehen integriert. [...] Friedhöfe mit Grabkreuzen und Grabsteinen sind aber auch Spiegelbilder der regionalen Kulturgeschichte. [...] So geben Grabkreuze [...] Auskunft über handwerkliche Vorlieben und Fähigkeiten der Region. [...] Schmiedeeiserne Grabkreuze wirken nämlich transparent. Sie verdecken nicht wie Grabsteine die Landschaft. [...] In Alpbach und Reith sind beispielsweise ausschließlich schmiedeeiserne Grabkreuze auf den Friedhöfen erlaubt. [...] Eines haben alle gemeinsam, eine Blumenpracht, die weltweit wohl einzigartig ist. Und es scheint sich zu bewahrheiten, was oft gesagt wird: von der Beschaffenheit des Friedhofs kann man den Charakter der Lebenden beurteilen. Nicht umsonst werden die Tiroler Dorffriedhöfe auch von unzähligen Gästen aus aller Welt besucht, denn sie sind ein Stück Tiroler Kultur." (REITER, 2005, p. 1).

⁴ "Um die Mitte des 19. Jahrhunderts war es üblich, die Familiengräber mit Grabgittern einzuzäunen; nicht allein, um die Grabstätte und die Grabpflanzung zu schützen, sondern ebenfalls zur Zierde. [...] Es sind nicht nur Einzäunungen aus Gusseisen, sondern auch sehr oft wunderschöne Kunstwerke aus Schmiedeeisen [...]." (BEHRENS, 2005, p. 1).

Machado (2016) realizou um trabalho fotográfico com o jovem ferreiro trezetiliense, Wagner Thaler, que realiza trabalhos em ferro forjado. O jovem é autor de algumas cruzes funerárias em ferro forjado, presentes no Cemitério Municipal de Treze Tílias, como a que pode ser observada na Figura 1.

Figura 1 – Cruz tumular de ferro forjado



Fonte: Machado, 2016.

Sobre o trabalho fotográfico que durou dois anos, onde foram capturadas imagens do cotidiano de trabalho do ferreiro trezetiliense, além de gravações de depoimentos do próprio trabalhador sobre o ofício que exerce, Machado (2016, p. 1) apresenta a seguinte reflexão:

Ao realizar este trabalho e vivenciar um pouco do dia-a-dia do ofício do ferreiro, não deixou de ser para mim uma experiência um tanto quanto incomum. Observar a técnica, as instalações, os procedimentos, o manuseio das ferramentas: martelos, bigornas, pinças... o forno, a furadeira, a esmerilhadeira... a tecnologia dos materiais, os processos da forja, a têmpera, a fresa, a modelagem, a torção do ferro... o ambiente de trabalho: o calor, a poeira, os sons, os gases... Observar o ferro, o aço, o metal... suas cores a frio e a quente... o antes e o depois... Ver as peças concluídas... Um mergulho que retrata um pouco do mundo no qual o trabalhador do ferro está envolvido.

Legislação aplicável aos cemitérios

Os cemitérios são citados em legislações das três esferas de governo: federal, estadual e municipal. As leis e diretrizes determinadas por estes órgãos governamentais devem ser respeitadas nas atividades que concernem à implantação e funcionamento de cemitérios.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama – apresenta a Resolução nº 335, de 3 de abril de 2003 (CONAMA, 2003), que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. Essa resolução, inclui suas alterações pelas Resoluções nº 368, de 28 de março de 2006 (CONAMA, 2006), e nº 402, de 17 de novembro de 2008 (CONAMA, 2008).

Na esfera estadual, o órgão competente à legislação dos cemitérios é a Fundação do Meio Ambiente – FATMA, que dispõe de instruções normativas para o licenciamento ambiental e para implantação da atividade em destaque. Para este fim, a Fundação apresenta a Instrução Normativa nº 52 de 2012.

Algumas diretrizes também pertinentes ao objeto de estudo são encontradas em legislações municipais da Prefeitura Municipal de Treze Tílias/SC

Parâmetros para cálculo da capacidade de inumações do cemitério

Para que se possa fazer uma estimativa da capacidade que cada cemitério possui para inumações, recorre-se a censos demográficos ou populacionais, buscando informações que representaram o local a logo prazo (MACHADO, 2006).

“Para estabelecer os espaços adequados dos jazigos e dos ossuários, é preciso considerar o número médio anual das concessões dos últimos anos, as tendências que a sua evolução acuse, além do nível econômico das famílias e a grandeza ou a importância relativa dos aglomerados populacionais.” (SILVA, 2000, apud MACHADO, 2006, p. 138).

Materiais e métodos

A pesquisa, entre os meses de julho a novembro de 2017, tratou da caracterização do cemitério municipal (mapeamento, uso e ocupação). Nos setores de Engenharia e Jurídico da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, compilou-se a legislação e documentos pertinentes ao cemitério. Foram realizadas visitas *in loco* para coleta de informações constantes nos jazigos.

Elaborou-se planilha digital (localização no terreno, estado de conservação das sepulturas, datas e nomes das pessoas sepultadas) – útil como ferramenta para a administração do cemitério, e meio de pesquisa para familiares e estudos históricos.

O cemitério não possuía um mapa com localização das sepulturas e nem um livro oficial de registros, que foram elaborados para o presente trabalho. Entrevistas com

gestores e profissionais permitiram esclarecer aspectos não registrados em documentos.

Para o cálculo da vida útil, além dos dados estatísticos, foram analisadas também as possibilidades de gestão da capacidade do Cemitério Municipal de Treze Tílias. Na avaliação levaram-se em conta as formas de utilização atuais e a possibilidade de mudança para o melhor aproveitamento, poupando e reaproveitando espaços, através de mudanças conceituais e até oferecendo uma nova visão à população.

Análise e discussão dos resultados – caracterização do cemitério municipal de Treze Tílias/SC

O Cemitério Municipal de Treze Tílias localiza-se aos fundos da Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, situada na rua Monsenhor João Reitmeier, nº 104. A sua utilização iniciou-se no começo da década de 1930. Através da análise dos mapas e leis, delimitou-se a área do cemitério, que totaliza 5.374,88 m². O levantamento realizado identificou 763 sepulturas, com cerca de 1.292 corpos sepultados.

O Decreto nº 167/87 (Prefeitura Municipal de Treze Tílias, 1987) dispunha do regulamento do uso do cemitério. Dele salienta-se o parágrafo único do capítulo III, que veda o erguimento de qualquer construção. Essa característica é bastante marcante no local ainda nos dias atuais, pois não há nenhum jazigo familiar levantado sobre a superfície.

Neste ambiente, os corpos são inumados abaixo da superfície do solo, com as paredes dos túmulos geralmente recobertas de concreto ou tijolos. O ambiente possui pouca arborização e é localizado em área descoberta. Trata-se, então, de um cemitério horizontal tradicional, seguindo as explanações de Campos (2007).

No entanto, na época da pesquisa, 85 sepulturas apresentaram características semelhantes às daquelas da região dos Alpes da Áustria (Figura 2). Em alguns de seus setores, como nos setores Pioneiros – Leste e Pioneiros – Oeste, principalmente nas sepulturas dos imigrantes, pode ser vista a arte tumular típica austríaca. Essa característica evidencia a influência da imigração austríaca na cidade, iniciada em 1933 por Andreas Thaler, que era o Ministro da Agricultura da Áustria da época.

Figura 2 – Sepultura da família Anrain

Fonte: acervo dos autores.

Não apenas de características austríacas constitui-se o estilo do cemitério de Treze Tílias, pois grande parte das sepulturas apresenta ornamentação com revestimentos em mármore e, principalmente, granito. Essa influência que foi trazida para o Brasil por marmoristas italianos, conforme Castro (2017), é característica no cenário nacional e também de Santa Catarina.

Portanto, a arte funerária do cemitério municipal de Treze Tílias, representa o panorama da diversidade e miscigenação advindas da imigração dos povos europeus para o país, destacando-se no município a cultura dos imigrantes austríacos e dos descendentes italianos e alemães.

O uso de cruzes de ferro forjado, bem como outras características da arte funerária típica austríaca observada em muitas sepulturas do cemitério em estudo, é herança da cultura austríaca e tem sido mantida pelos descendentes dos imigrantes. A conservação dessa tradição, portanto, representa também manter viva a cultura do município.

Informações obtidas nas visitas às instituições

A primeira instituição visitada para a realização deste trabalho foi o Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Treze Tílias/SC, onde a arquiteta Clarissa Anrain destacou os obstáculos que vem interferindo na gestão do cemitério municipal. A arquiteta

Clarissa destacou a saturação do uso do espaço e a necessidade da adoção de medidas para prolongar a vida útil do cemitério. Nesta visita ainda foi apontada a carência de mapeamento das sepulturas e de identificação dos falecidos inumados no local, quesitos que dificultam a gestão do local. Viu-se então a primordialidade da execução de levantamento de dados gerais do cemitério, desde a identificação dos falecidos até leis vigentes sobre o tema.

Na Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Treze Tílias, entrevistou-se a Secretária Marli Terêncio da Silva, da casa paroquial. Ela apresentou dois livros de registro de fiéis católicos falecidos do município. O livro mais antigo apresenta registros de sepultamentos ocorridos entre maio de 1956 e agosto de 1968, entre dezembro de 1969 e julho de 1987 e de dezembro de 1994 a setembro de 1995. O outro livro de registros apresenta os nomes e as datas dos falecidos sepultados desde janeiro de 2014 até os dias atuais, e são registrados pela Secretária da paróquia.

Nestes livros estão registradas informações apenas de fiéis católicos, os quais foram sepultados no Cemitério Municipal e também em outras localidades do município. Dessa forma, as informações não são convenientes para o cálculo de sepultamentos anuais do cemitério em estudo. Porém, estes livros são documentos de grande valor histórico, e que podem trazer importantes informações para os descendentes destas pessoas e para a história do município.

Na Funerária Baldo, que é a funerária que atende o município de Treze Tílias/SC, e tem sede em Arroio Trinta/SC, buscou-se informações quanto às dimensões e métodos executivos de sepulturas para caixões de tamanho padrão. O Gerente Amarildo Baldo informou que as medidas usuais externas para os túmulos acabados, ou seja, já revestidos e ornamentados, é entre 99 e 105 cm de largura, para 235 cm de comprimento. A altura da estrutura que fica acima do solo é de cerca de 50 cm. O Gerente ainda apontou que as paredes são feitas de placas de concreto pré-moldadas.

Levantamento de dados

Para o levantamento de dados do cemitério, além da consulta em documentos antigos realizada na etapa de visita a instituições, foram buscados *in loco* as informações dos sepultamentos. Em alguns casos algumas informações para o estudo não puderam ser identificadas, o que ocorreu principalmente devido a carência de referências nas sepulturas. Outro fator determinante foi a falta de manutenção de algumas peças, as quais apresentavam-se pouco legíveis.

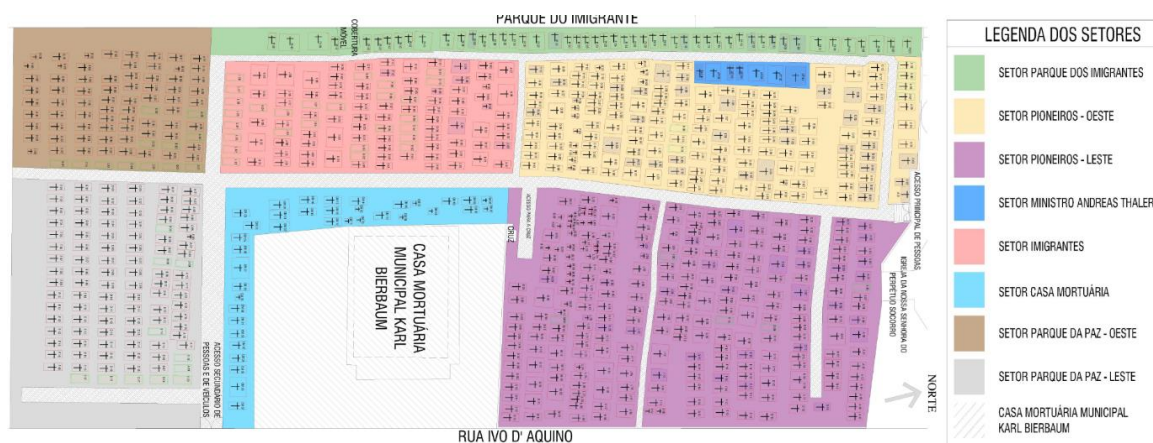
Uma planilha digital com os dados encontrados foi desenvolvida de forma a facilitar,

posteriormente, a administração do cemitério, e, também, ser meio de pesquisa para familiares e para estudos históricos e característicos do local.

Mapeamento

Nas legislações encontradas no decorrer deste trabalho, verificam-se contradições quanto aos nomes dos setores e também do próprio cemitério. Desta forma, viu-se a necessidade da realização de uma nova subdivisão do local, buscando denominações que retratem o contexto real da ocupação do território. Para a nova setorização, buscou-se propor uma divisão que seja mais clara aos visitantes do cemitério, utilizando para isso os arruamentos propostos, as proximidades, a disposição dos túmulos, os pontos cardeais e a arborização, conforme mostra a Figura 3.

Figura 3 – Setorização, arruamento e distribuição dos túmulos do Cemitério Municipal de Treze Tílias



Fonte: acervo dos autores.

No mapeamento efetuou-se a locação das sepulturas do local, dos acessos e do arruamento. Atualmente, não há uma sinalização das ruas dentro do perímetro do cemitério, por isso optou-se pela delimitação de passagens entre as sepulturas que fossem iguais ou superiores a 80 cm, tornando-as como vias principais.

Com a demarcação do arruamento e dos túmulos existentes, pode-se seguir com a locação no mapa para os futuros jazigos. Adotaram-se as dimensões de 100x240 cm como dimensões máximas externas das novas sepulturas e distância de 60 cm entre elas.

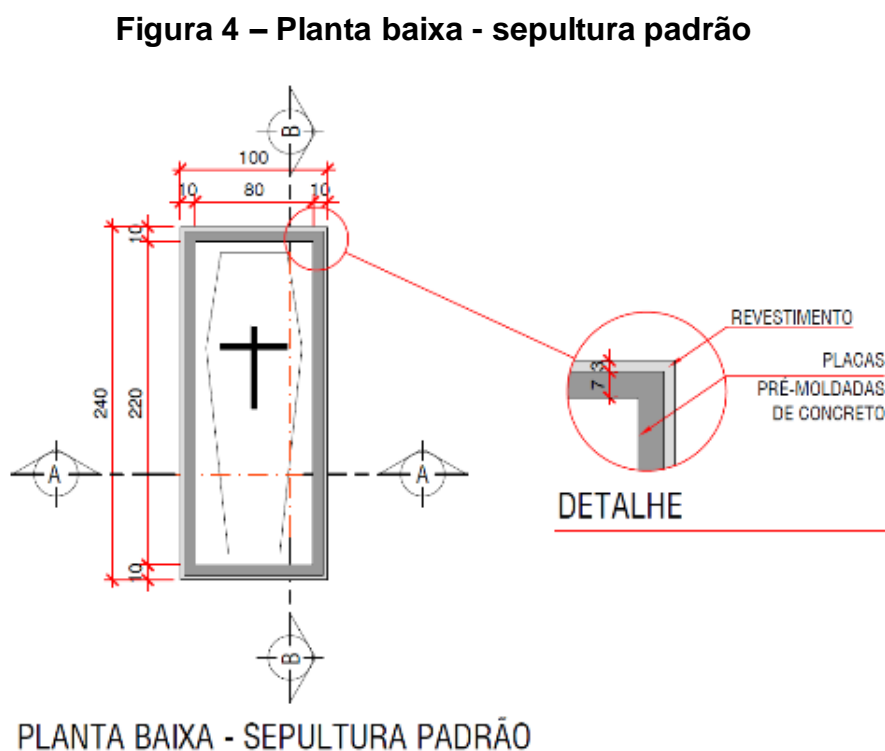
Conforme a relação de sepulturas vagas, há 4 lotes, que devem ser reservados à Mitra Diocesana de Caçador e 7 que devem ser destinados aos imigrantes austríacos. Restam assim 50 lotes livres, dos quais 5 podem ser destinados a sepulturas de tamanho especial.

Detalhamento das novas sepulturas

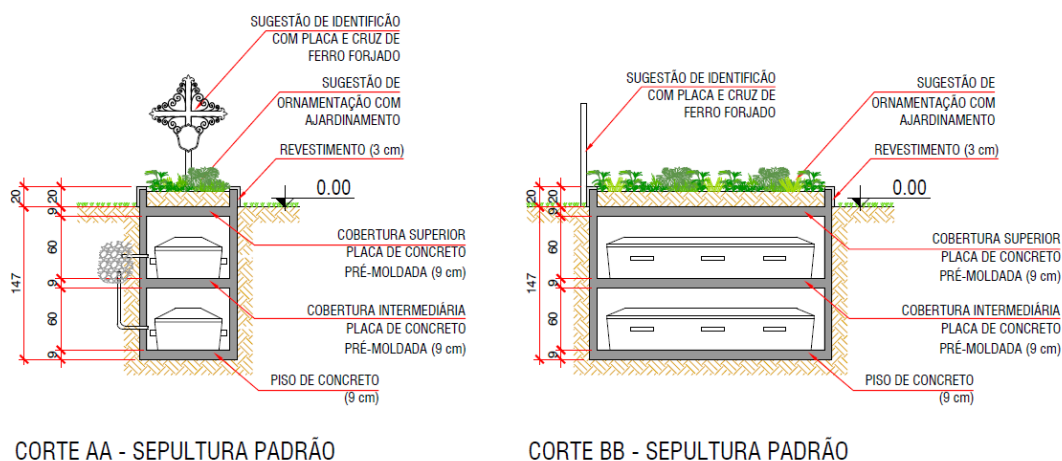
O Decreto nº 167/87 (Prefeitura Municipal de Treze Tílias, 1987) regulamenta as medidas máximas para os carneiros, que são covas com paredes recobertas, com dimensões máximas de 125 cm de largura e 150 cm de comprimento.

Verificou-se no local que muitos dos túmulos ultrapassam esses limites estipulados. Nos quesitos de dimensões e posicionamento, não há padronização no ambiente do cemitério municipal. Viu-se, então, a necessidade de apresentar um detalhamento para as novas sepulturas a serem construídas, de forma a cumprir com as exigências das leis vigentes e otimizar o uso do espaço disponível.

Como tamanho padrão adotou-se as dimensões externas máxima de 100 cm de largura por 240 cm de comprimento (Figura 4 e 5), o que não difere muito do que hoje é confeccionado pela funerária que atua no município.



Fonte: acervo dos autores.

Figura 5 – Cortes - sepultura padrão

Fonte: acervo dos autores.

Haja vista a necessidade de espaços maiores, para pessoas obesas ou mais altas, detalhou-se um modelo de sepultura com dimensões externas de 125 cm de largura e 250 cm de comprimento. Estas sepulturas podem ser instaladas no setor Parque da Paz – Leste do cemitério, onde o local possui espaço suficiente. As sepulturas que podem ter essas dimensões devem ser reservadas para situações onde se torne necessário o seu uso. Caso a pessoa demande um espaço ainda maior, deve-se então fazer um dimensionamento exclusivo para o caso. Também foi detalhada uma estrutura com dimensões menores, para crianças.

Cômputo da capacidade do cemitério

Para o cálculo da vida útil, além dos dados estatísticos, foram analisadas também as possibilidades de gestão da capacidade do Cemitério Municipal de Treze Tílias. Na avaliação levaram-se em conta as formas de utilização atuais e a possibilidade de mudança para o melhor aproveitamento, poupando e reaproveitando espaços, através de mudanças conceituais e até oferecendo uma nova visão à população.

O levantamento evidenciou que 401 sepulturas, que possuem identificação dos falecidos e respectivas datas de falecimento, poderiam ser exumadas, respeitando um período de 5 anos após o óbito.

Treze Tílias (censos de 1960 em diante), em projeção geométrica, tem taxa de crescimento populacional médio anual de 2,35%.

O maior índice anual de sepultamentos encontrado, de 5,3 a cada 1000 habitantes, é menor que a Taxa Bruta de Mortalidade de 5,7 para 2009 (2003-2010) mostrada por Santa

Catarina (2010), para a região Meio Oeste. A existência de mais cemitérios no município explica essa diferença. Portanto, utilizou-se a taxa do levantamento, que serviu para estimar o número de óbitos e novas sepulturas (Tabela 2).

Tabela 2 – Projeção anual da população, do número de sepultamentos e demanda novas sepulturas para o cemitério municipal de Treze Tílias /SC

Ano	População (hab.)	Estimativa da quantidade de sepultamentos	Estimativa da quantidade de construção de sepulturas novas
2017	-	7*	4
2018	7.635	40	20
2019	7.814	41	21
2020	7.998	42	21
2021	8.186	43	22
2022	8.378	44	22
2023	8.574	45	23
2024	8.775	47	23
2025	8.981	48	24
2026	9.192	49	24
2027	9.408	50	25

Legenda: * Valores estimados para nov./dez. 2017. Fonte: acervo dos autores.

Conforme o número de espaços disponíveis para novas sepulturas, o cemitério deve alcançar a sua saturação no início de 2020. Levou-se em conta a existência de apenas 50 lotes vagos para novas sepulturas destinadas ao público geral e que o percentual de construção de novas sepulturas é 50% em relação ao número de óbitos.

Sugestões para o Cemitério Municipal de Treze Tílias/SC

De acordo com o levantamento realizado no trabalho, cerca de 150 sepulturas estão desprovidas de manutenção. Estas poderiam então ser exumadas, se não regularizadas, proporcionando assim uma grande liberação de espaço.

Com os dados do levantamento, verificou-se que 401 sepulturas, que possuem identificação dos falecidos com suas respectivas datas de falecimento, poderiam ser exumadas, respeitando o período de 5 anos apresentado no Decreto nº 167/87 (Prefeitura Municipal de Treze Tílias, 1987). Esse prazo também corresponde ao que recomenda Pacheco (2000), que indica que os corpos podem ser exumados ao fim de três anos após o sepultamento, mas se os mesmos estiverem saponificados, devem ser enterrados por mais dois anos.

Das 401 sepulturas identificadas que podem ser exumadas, levando em conta a data de falecimento de seus falecidos, 30 apresentam problemas de conservação. Se, inicialmente, estas forem exumadas, a vida útil do cemitério se prolongará até metade de 2021.

Conclui-se dessa forma, que a construção de um ossuário no local possibilitaria o prolongamento da vida útil do cemitério através de exumações, gerando um sistema de reuso dos locais.

Observou-se ainda que a maioria das sepulturas infantis são desprovidas de manutenção. Um ossuário apenas para os infantes, confeccionado de forma que representasse a pureza e delicadeza das crianças, incentivaria os familiares a exumarem estas sepulturas, liberando espaços para novas sepulturas de tamanho infantil, e solucionando o problema da falta de manutenção dos túmulos aparentemente abandonados desse grupo.

Outra proposta é a da construção de um columbário, estrutura na qual podem ser guardadas urnas e cinzas funerárias. Essa possibilidade de sepultamento incentivaria as cremações, proporcionaria a ocupação de menor espaço ocupado por sepulturas, além de eliminar problemas advindos da decomposição dos corpos, como a formação de necrochorume, conforme o que indica Campos (2007).

Destaca-se que todos estes procedimentos devem respeitar não só quesitos técnicos e da legislação, mas também sociais, culturais e religiosos, e principalmente, a opinião da família dos falecidos.

Os gestores devem conscientizar a população quanto a importância da regularização dos dados dos responsáveis junto ao órgão administrador e também das sepulturas que não apresentam identificação. Com estes dados poder-se-á entrar em contato com os familiares e responsáveis, quando as sepulturas estiverem passíveis de exumação ou quando houverem irregularidades.

Para aos novos sepultamentos, estas informações já devem ser obtidas junto ao preenchimento do formulário de cobrança de taxa de uso do Cemitério Municipal, cobrada desde meados de 2015, que atualmente coleta poucas informações.

Os administradores devem ainda alertar a população sobre a obrigatoriedade do titular de zelar pela imediata conservação das sepulturas e ainda estabelecer um prazo máximo, para que os interessados possam regularizar a situação delas.

Também não deve ser outorgada a concessão antecipada de sepulturas, sendo que o cemitério é público e que isto ocasiona atraso na sistemática de reuso dos locais, uma vez que os locais ficam longos períodos sem uso

O poder executivo pode ainda promover a proteção de estruturas e túmulos dignos de valor artístico ou histórico, bem como túmulos considerados uma característica especial do cemitério desde tempos anteriores, como os que apresentem características típicas austríacas. O órgão administrativo pode estimular a manutenção dessas características bem como incentivar para que os responsáveis utilizem essas características em novas ornamentações de túmulos, proporcionando vantagens para estes usuários.

Conclusões e recomendações

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da ocupação e do histórico do Cemitério de Treze Tílias/SC, proporcionando dados que podem ser utilizados para o gerenciamento do espaço ainda livre, uma vez que o local encontra-se próximo a chegar a sua capacidade total, se não forem tomadas medidas que otimizem o seu uso.

O levantamento de dados, a análise dos documentos e legislações, assim como a visita às instituições referentes ao cemitério, possibilitaram a caracterização do local, desde o seu histórico, até a tendência de ocupação do espaço.

Verificou-se no decorrer do trabalho, a falta de gestão do uso do local, uma vez que não foram seguidas as regulamentações para o uso do cemitério, as quais foram elaboradas entre os anos de 1986 e 1987, após a Mitra Diocesana de Caçador doar para o Poder Executivo os terrenos onde se localizava o cemitério e para onde ele se expandira.

Dessa forma viu-se a necessidade de adequações que condigam com o contexto atual do cemitério, o que se refletiu na nova setorização proposta ao local, assim como no arruamento. Ambos também auxiliarão para a movimentação de pessoas dentro do local e reconhecimento da posição das sepulturas.

Considerando a apresentação não padronizada, das sepulturas existentes, o que em muitos locais impossibilita uma boa utilização das áreas livres, detalhou-se três tipos de sepulturas que devem servir para a confecção dos novos túmulos, sendo estas de tamanho padrão adulto, tamanho infantil e também a de tamanho especial, que servirá para sepultamentos que demandem maior espaço.

A partir de dados do levantamento referentes ao número de sepultamentos e tendências quanto ao uso do cemitério, somadas à projeção do crescimento populacional do município, tornou-se possível estimar que a área do cemitério alcançará sua máxima ocupação no primeiro semestre de 2020. Salieta-se que há apenas 50 lotes vagos para novas sepulturas destinadas ao público geral. Os outros 11 lotes, segundo legislações municipais, devem ser reservados aos imigrantes austríacos e à Mitra Diocesana de Caçador.

Considerando-se que a principal problemática enfrentada pelo cemitério é a vida útil curta, salienta-se que mudanças em leis do município e na gestão do cemitério, poderão prolongar este período. A construção de ossuários no cemitério proporcionaria a liberação de vários lotes através de exumação, promovendo uma sistemática de reuso dos locais. Um columbário no local também proporcionaria a possibilidade de sepultamentos que demandem menor área.

O material elaborado neste estudo promoveu a caracterização e estimativa da vida útil do cemitério, além de contribuir como fonte para futuras pesquisas de cunho técnico ou histórico sobre o local. O mapeamento e os dados do levantamento proporcionarão aos administradores meios de controle e gestão do cemitério, de forma a otimizar o uso do espaço ainda livre.

Para próximos estudos propõe-se a elaboração de planos de gestão do cemitério como também de projeto de um ossuário para adultos e outro para infantes, a serem posicionados aos fundos da capela mortuária. Junto a este local, propõe-se, também, o projeto de construção de um columbário para cinzas de cremação. Sugere-se também estudo para a adequação de leis municipais, de forma a condizerem com as necessidades atuais do local.

Referências

BEHRENS, Christine. *Eisenkunst in der Ohlsdorfer Grabmalkultur*. Hamburg, 2005. Disponível em: <http://abre.ai/aEeZ>. Acesso em: 18 out. 2017.

CARNEIRO, Victor Santos. Impactos causados por necrochorume de cemitérios: Meio ambiente e saúde pública. In: *Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo*, 1., 2009, São Paulo. *Anais do I Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo*. São Paulo: Águas Subterrâneas, 2009. Disponível em: <http://abre.ai/aD9v>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CAMPOS, Ana Paula Silva. *Avaliação do potencial de poluição no solo e nas águas subterrâneas decorrente da atividade cemiterial*. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://abre.ai/aD9y>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CASTRO, Elisiana Trilha. *O Patrimônio cultural funerário catarinense*. Florianópolis: FCC, 2017. 54 p. (Coleção Horizontes do Patrimônio Cultural, v. 1).

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. *Resolução CONAMA nº. 335, de 3 de abril de 2003*. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=359>. Acesso em: 03 set. 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. *Resolução CONAMA nº. 368, de 28 de março de 2006*. Brasília, 2006. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=488>. Acesso em: 03 set. 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. *Resolução CONAMA nº. 402, de 17 de novembro de 2008*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=590>. Acesso em: 03 set. 2017.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA. *Instrução Normativa nº 52 de 2012: Cemitérios*. Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://abre.ai/aD9A>. Acesso em: 03 set. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Treze Tílias: população*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/treze-tilias/panorama>. Acesso em: 18 out. 2017.

MACHADO, Ruy. *O ferreiro e seu ofício: a deífica arte de forjar a matéria para dar sustentação à forma*. 2016. Disponível em: <http://abre.ai/aD9G>. Acesso em: 20 out. 2017.

MACHADO, Silvestre Sales. Análise ambiental dos cemitérios: um desafio atual para a administração pública. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 6, n. 1, p. 127-144, jan./jun.2006. Disponível em: <http://abre.ai/aEdU>. Acesso em: 18 out. 2017.

NEVES, Orlando. *Dicionário da origem da palavra*. Alfragide: Oficina do Livro, 2012.

PACHECO, Alberto. *Cemitério e meio ambiente*. 2000. Tese (Livre Docência em Geologia Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://abre.ai/aD9J>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PALMA, Salete Retamoso; SILVEIRA, Djalma Dias da. A saudade ecologicamente correta: a educação ambiental e os Problemas ambientais em cemitérios. *Revista Eletrônica do PPGEAmb-CCR//UFMS*, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 262-274, 2011. Disponível em: <http://abre.ai/aD9P>. Acesso em: 17 ago. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS. *Decreto nº 167/87 de 17 de fevereiro de 1987*. Dispõe sobre o regulamento do Cemitério Municipal de Treze Tílias criado pela Lei nº 436/86. Prefeitura Municipal de Treze Tílias, Treze Tílias, 1987.

REITER, Martin. *Tiroler Grabkultur und Schmiedekunst*. Hamburg, 2005. Disponível em: https://www.fof-ohlsdorf.de/thema/2005/90s05_tirol.htm. Acesso em: 18 out. 2017.

SILVA, Valéria T. da. et al. Um olhar sobre as necrópoles e seus impactos ambientais. In: *Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, 3., 2006, Brasília. *Anais eletrônicos...* Brasília, 2006. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT15.html. Acesso em: 19 ago. 2017.

SOUZA, Denise Crispim de. *Arte tumular: uma expressão social por meio dos signos da morte*. 2007. Disponível em: <http://abre.ai/aD9X>. Acesso em: 18 out. 2017.

GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, APLICADA À PREVENÇÃO DO ESGOTAMENTO DO ESPAÇO CEMITERIAL

Elaine Moraes Bargiela Seguezzi¹

Introdução

A gestão administrativa dos cemitérios públicos municipais, aplicada a prevenção do esgotamento do espaço cemiterial, está relacionada aos resultados obtidos nos cemitérios públicos do município de Piracicaba/SP. O esgotamento dos cemitérios é tema presente em pesquisas científicas, teses, livros e reportagens. Ao longo do tempo pesquisadores desenvolvem estudos para essa circunstância que inquieta as administrações municipais.

Há várias questões a serem estudadas, neste trabalho, como por exemplo: Os cemitérios estão se esgotando ou já estão esgotados? Como aumentar a capacidade de sepultamentos em cemitérios já construídos? Qual a melhor alternativa se encaixa para o município: as concessões de uso devem ser perpétuas ou temporárias? Os cemitérios devem ser públicos, privados ou mistos? Verticais, horizontais ou jardins?

Apresenta-se como objetivo geral da pesquisa, o estudo simultâneo a ações realizadas e a realizar-se na prevenção do esgotamento dos espaços dos cemitérios públicos municipais de Piracicaba/SP, respeitando-se o cumprimento e a execução de legislações específicas em âmbitos federal e estadual, e outras legislações que auxiliam na administração dos cemitérios como: a Constituição, o Código Penal, o Código Civil, Legislações de Saúde, de Vigilância Sanitária, Direito e Legislação Ambiental, aliadas a várias pesquisas, trabalhos realizados e resultados obtidos.

São objetivos específicos: mapear os cemitérios públicos municipais em sua totalidade, compreendendo sepulturas, galerias, gavetas, mausoléus, capelas, ossários, lóculos, espaços vazios, lotes sem construção, áreas para novos sepultamentos; fazer o cadastramento geral para comprovação dos responsáveis legais das concessões de uso; fazer a inserção, o acompanhamento e a avaliação de dados em sistema informatizado de cemitérios, no sistema financeiro para cemitérios: acompanhar a arrecadação com os pagamentos de concessões e serviços, em livros de registros sobre: inumações, exumações e translados; avaliar os problemas estruturais em sepulturas, na comprovação

¹ MBA Pós-Graduação em Administração Pública e Gerência de Cidades pelo Centro Universitário Internacional/Uninter. Assessora Administrativa e Chefe do Setor de Cemitérios da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA) da Prefeitura do Município de Piracicaba, São Paulo. Trabalho orientado pelo Professor Doutor Eduardo Vacovski. Curitiba/PR.

documental e por registro fotográfico da falta de manutenção da sepultura, levantamento de sepulturas deterioradas para realização de chamamento público, na confirmação cadastral do abandono da sepultura por responsáveis da concessão, na retomada da concessão ao município, finalizando-se com o trabalho de exumação e traslado de restos mortais para o ossário.

A metodologia desenvolvida realizada durante a gestão dos cemitérios públicos do município de Piracicaba, intensifica-se com a premência do tema em questão e fundamenta-se em vários estudos, pesquisas bibliográficas, sobre áreas como: direito (administrativo, civil, penal e ambiental), registros históricos e cartográficos, legislações vigentes, pesquisas de campo e pesquisas administrativas.

O esgotamento iminente nos cemitérios públicos tem ganhado importância cada vez maior, e estudos e ações realizados tornam-se imperativos e imediatos.

A seguir serão abordados: metodologia, tipo de estudos, história, dados, pesquisa *in-loco*, gerenciamento sobre os Cemitérios Públicos do município de Piracicaba, fundamentação teórica, legislações, espaços cemiteriais, novos direcionamentos, conclusão, referências e anexos.

Metodologia

Um relato de experiência do desenvolvimento de pesquisa de métodos mistos é abordado durante a gestão dos cemitérios públicos do município de Piracicaba, a qual teve como objetivo principal a descrição sobre o esgotamento para novos sepultamentos na área dos cemitérios já construídos e na falta de novas áreas para instalação de novos cemitérios.

O texto compreende fundamentação teórica, prática, e análise de dados de métodos mistos. Em seguida, expõem-se dados históricos, registro fotográfico de mapas, sepultura em abandono e bloco de lóculos dos cemitérios do município.

É um estudo exploratório e classificado como pesquisa bibliográfica, documental, e estudo de caso no município de Piracicaba. Explana-se sobre o esgotamento para novos sepultamentos e saídas que o município poderá aplicar para manter a capacidade de sepultamento ativa.

Cemitérios públicos do município de Piracicaba

Nos itens a seguir abordam-se o surgimento dos cemitérios anteriores ao ano de 1872, seguidamente, as histórias, localizações e dados dos cemitérios da Saudade, Ibitiruna e Vila Rezende.

História dos cemitérios em Piracicaba criados antes de 1872.

Os primeiros cemitérios no município eram administrados pela Igreja Católica, e estavam sempre localizados junto às igrejas. Os corpos dos católicos eram inumados “dentro” das igrejas ou “fora”, no chamado átrio (pátio externo descoberto e, por vezes murado, localizado em frente ou em torno às igrejas); os escravos, os protestantes (acatólicos), as crianças não batizadas e os que morriam em pecado mortal eram enterrados nos sítios ou fazendas de sua sede. Conforme avanço científico e sanitário, os cemitérios foram submetidos gradativamente, a mudar para locais distantes do centro urbano. O primeiro óbito registrado no município consta em livro da Cúria Diocesana, datado de 30 de setembro de 1804 (VITTI, Guilherme; GUERRINI; NEME; CHIARINI, 1975, p. 86-86).

O primeiro Cemitério Público Municipal estava situado na Praça Tibiriçá, área central, onde hoje se encontra a Escola Estadual “Morais Barros”, na Rua Alferes José Caetano, 600 (Piracicaba/SP, D. D., 2018).

O segundo Cemitério localizava-se na Rua Boa Morte, 1835, onde atualmente localiza-se o Colégio Salesiano “Dom Bosco/Assunção”. Em 02 de fevereiro de 1856, foi registrado óbito com referência ao Cemitério da Boa Morte. (GUERRINI, 2009, p. 85); (ASSUNÇÃO, 2018)

O terceiro Cemitério foi estabelecido com a concessão ao médico alemão Otto Rudolph Kupffer (luterano), pela Câmara dos Vereadores. Em 1860 era denominado como “Cemitério dos Protestantes”. (NASCIMENTO, 2009, p. 86). Atualmente é denominado “Cemitério da Saudade”, cuja entrada principal está localizada na Avenida Piracicamirim, nº 2201. (AMBIENTE, 2016).

Cemitério da Saudade

Em 05 de maio de 1872, realizou-se a benção (inauguração) do atual cemitério; o primeiro sepultamento foi de uma recém-nascida. Contudo, a abertura do livro de inumações e a municipalização do novo cemitério só foi realizada no dia 27 de novembro de 1872. A primeira sepultura perpétua foi adquirida em 02 de dezembro de 1872, e, neste mesmo dia, houve o primeiro sepultamento. (GUERRINI, 2009, p. 53).

Em 1906 foi construído o portal do cemitério e em 1910 foi construída a capela. O prefeito daquele momento, Aquilino José Pacheco, montou a sua atual estrutura, ordenando os túmulos, colocando guias e sarjetas, drenando as águas pluviais que causavam erosão e infiltrações nas sepulturas. A denominação de “Cemitério da Saudade” foi dada somente em 1953, por indicação do vereador Oscar Manoel Schiavon. (NASCIMENTO, 2009, p. 85).

O Cemitério da Saudade, atualmente está localizado em região central onde são realizadas cerca de 1.000 (um mil) inumações/ano nas sepulturas de concessão perpétua. Foram registradas cerca de 14.000 (quatorze mil) concessões perpétuas, dentre elas também uma galeria implantada em 1962 com cerca de 564 (quinhentas e sessenta e quatro) gavetas, sendo 310 (trezentas e dez) para adultos e 254 (duzentas e cinquenta e quatro) para crianças. Conforme registros, até abril de 2018, calcula-se que o Cemitério da Saudade possua cerca de 150.000 (cento e cinquenta mil) pessoas sepultadas, desde o início de suas atividades no ano de 1860.

Foi construído no Cemitério da Saudade, o Ossário Municipal em 2010, para atendimento ao traslado de restos mortais dos jazigos abandonados referentes ao Decreto Municipal nº 13650 de 16 de junho de 2010, que “dispõe sobre a transferência de restos mortais de jazigos abandonados para o Ossuário Público localizado no Cemitério da Saudade”.

O Cemitério da Saudade está localizado na Avenida Piracicamirim, nº 2201, Vila Monteiro, Piracicaba/SP, CEP: 13417-780. Ele ocupa uma área de 92.213,98 m², e tem aproximadamente 14.000 (quatorze mil) sepulturas perpétuas, 90 quadras, 1 avenida, 12 ruas e 11 travessas (de A até K). Guarda aproximadamente 150 (cento e cinquenta mil) restos mortais e realiza aproximadamente 1.000 (um mil) sepultamentos por ano. (AMBIENTE, 2016).

No momento, o Ossário Municipal da Saudade tem capacidade de quatrocentas e trinta gavetas para guardar cerca de 02 (dois) a 05 (cinco) restos mortais por compartimento e atende ao Decreto Municipal nº16974 de 16 de fevereiro de 2017, que “dispõe sobre a transferência de restos mortais de jazigos abandonados no Cemitério Municipal da Saudade para os ossuários públicos municipais”; e aos Decretos Municipais nº16805 de 05 de outubro de 2016 e nº 17035 de 29 de março de 2017, em que ambos dispõem “sobre a transferência de restos mortais de jazigos abandonados no cemitério municipal da Vila Rezende para os ossuários públicos municipais”, até a construção no segundo semestre de 2018 e funcionamento em 2019 de Ossário Municipal do Cemitério da Vila Rezende. (Mapa 01. Mapa do Cemitério da Saudade, 2018, p. 20).

Cemitério de Ibitiruna

No século XIX, a Fazenda Serra Negra de propriedade do Barão de Serra Negra em Ibitiruna foi vendida após a libertação dos escravos, a Nathálio Zanotta Sabino, que recebeu imigrantes italianos e espanhóis, formando-se, então, o distrito de Ibitiruna. O antigo cemitério situava-se na atual escola do distrito, mas por causa do tipo de solo foi desativado

por volta de 1930, sendo transferido para o novo local em 1932. (MINUZZI BIDINOTO, 2011, p. 71).

O cemitério do distrito de Ibitiruna está localizado na Avenida Piracicaba, s/nº, distrito de Ibitiruna, Piracicaba/SP (área rural a 32 km do município), área de 5.000 m², com aproximadamente 200 (duzentas) sepulturas, e realiza de 01 (um) a 03 (três) sepultamentos por ano. (AMBIENTE, 2016).

No Cemitério de Ibitiruna há aproximadamente 200 (duzentas) sepulturas horizontais de concessões perpétuas, realizando-se aproximadamente de 01 (um) a 03 (três) sepultamentos por ano. O Cemitério também conta com 01 (uma) sala de Velório Municipal. (Mapa 02. Aero Foto do Cemitério do distrito de Ibitiruna, 2011, p. 21).

Cemitério da Vila Rezende

O Cemitério da Vila Rezende (1974) é o mais recente comparado aos outros cemitérios públicos da cidade: Cemitério da Saudade (1860) e Cemitério de Ibitiruna (1932), onde há inumações em cerca de 9.000 (nove mil) sepulturas horizontais e nos lóculos (gavetas) de concessões perpétuas.

O cemitério conta também com 18 (dezoito) galerias e cada uma delas possui 60 (sessenta) gavetas (compartimentos de cemitério vertical) do município, totalizando 1.080 (um mil e oitenta) gavetas sociais que são destinadas para pessoas em situação de rua e de baixa renda, onde não há cobrança de taxas e/ou emolumentos para tais sepultamentos; em que, após a expiração do prazo legal para exumações de 03 (três) anos (SÃO PAULO, 1980), os restos mortais são transladados por familiares em sepulturas particulares ou para Ossário Público Municipal.

No Cemitério da Vila Rezende há duas capelas: uma capela “Ecumênica” com cemitério vertical para o morador de rua, administrada pelo Setor de Cemitérios da Secretaria Municipal de Defesa Meio Ambiente (SEDEMA), e as autorizações para inumações e exumações cabem exclusivamente à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), e uma capela com cemitério vertical do “Lar dos Velhinhos” (administrada pelo Setor de Cemitérios da Secretaria Municipal de Defesa Meio Ambiente (SEDEMA), e as autorizações para inumações e exumações cabem exclusivamente à Organização Não Governamental (ONG) Associação do Lar dos Velhinhos.

O cemitério efetua cerca de 1.100 (um mil e cem) inumações/ano, em todo seu espaço (sepulturas e lóculos perpétuos, gavetas de uso temporário e nas chamadas capelas).

Foram implantados em 2016 os lóculos (gavetas) que tratam-se de compartimentos do cemitério vertical dentro do Cemitério da Vila Rezende que está em fase de expansão conforme a demanda crescente para sepultamentos. (Fotografia 05. Lóculos do Cemitério da Vila Rezende, p. 22).

Inaugurado em 1974, está localizado na Av. Marechal da Costa e Silva, nº 44, Vila Rezende, Piracicaba/SP, CEP 13412-030, em uma área de 116.892,29 m² e um total de aproximadamente 9.000 (nove mil) sepulturas perpetuas, 1.080 (um mil e oitenta) gavetas sociais e até o momento 02 blocos com 120 (cento e vinte) lóculos cada, totalizando 240 (duzentos e quarenta) lóculos. O mesmo conta com três salas de velório que funcionam 24 horas por dia. (AMBIENTE, 2016).

Foi construído no Cemitério da Vila Rezende, no segundo semestre de 2018, com início das atividades em julho de 2019, um Ossário Municipal com capacidade de 430 (quatrocentas e trinta) gavetas para guardar cerca de 02 (dois) a 05 (cinco) restos mortais por compartimento, para o traslado de restos mortais dos jazigos abandonados referentes aos Decretos Municipais nº 16085 de 05 de outubro de 2016 e nº 17035 de 29 de março de 2017, em que ambos dispõem “sobre a transferência de restos mortais de jazigos abandonados no cemitério municipal da Vila Rezende para os ossuários públicos municipais”.

Dentro do Cemitério da Vila Rezende há o Velório Municipal que possui 03 (três) salas para atendimento durante 24 (vinte e quatro) horas por dia.

Em abril de 2018, o Cemitério da Vila Rezende contava com cerca de 27.000 (vinte e sete mil) pessoas sepultadas desde o início de suas atividades (1974). (Mapa 03. Mapa Cemitério da Vila Rezende, 2018, p. 21).

Dados

Conforme apuração de registros, os Cemitérios Públicos do município de Piracicaba, têm uma média anual de 2.135 (dois mil cento e trinta e cinco) sepultamentos/ano, entre 2013 e 2017, com maiores incidências de sepultamentos nos períodos de inverno, entre final de maio e início de setembro.

Gerenciamento dos cemitérios públicos

Os cemitérios públicos municipais geram um alto custo, na manutenção, limpeza, pessoal, máquinas e equipamentos, materiais de consumo e permanente, sistemas operacionais, sistemas informatizados, arquivos, bibliografia (IHGP, 2016), (livros de concessões, inumações, exumações, traslado de restos mortais, processos

administrativos, conservação, restauro e digitalização). No entanto, a situação dos cemitérios, na atualidade, é superada pela falta de espaço para novos sepultamentos, com cemitérios abandonados, extintos, e com atividades encerradas por motivos como: falta de conservação das sepulturas; por serem históricos (tombados), por condições ambientais, de saneamento e de saúde pública.

A população cresce consideravelmente ocupando o espaço territorial, e os cemitérios já instalados perdem a capacidade de expansão, transformando todo o sistema de funcionamento dos mesmos, fazendo com que seus respectivos gestores estudem e explorem novas formas de ocupar o espaço já instalado, realizando novos projetos, para: retomada de concessões de sepulturas perpétuas, instituição de concessão temporária, construção de cemitérios verticais, crematórios, ossários, columbários e estudos para legalização e orientação a população para cremação de restos mortais.

No Setor de Cemitérios, que é subordinado à Secretaria Municipal de Defesa Meio Ambiente de Piracicaba (SEDEMA), pode-se notar as evidências de sepulturas abandonadas (deterioradas), mas que são de inteira responsabilidade dos concessionários conforme Lei Ordinária Municipal nº 7053 de 04 de julho de 2011, que “autoriza a Prefeitura do Município de Piracicaba a outorgar concessões de uso, a título oneroso, mediante a realização de licitação, de terrenos localizados nos cemitérios públicos municipais de Piracicaba e dá outras providências”. (atualização de cadastro de concessões dos terrenos do cemitério) conforme: (Fotografia 04. Sepulturas abandonadas no Cemitério da Saudade,; p. 22)

Para cada um dos cemitérios são realizados estudos como: levantamentos para a identificação cadastral das concessões perpétuas e de sepulturas abandonadas (deterioradas e/ ou sem manutenção em sua estrutura física), e lotes sem construção; utilizando-se de banco de dados de concessões e mapas para o planejamento sobre as retomadas de concessões de sepulturas perpétuas, construção de cemitérios verticais, crematórios, ossários, columbários e estudos para instituição de concessão temporária.

Fundamentação teórica

Com relação à exaustão da capacidade de sepultamento dos cemitérios – ou seja, sua vida útil operacional –, os responsáveis usam de todos os recursos e mesmo subterfúgios para desbordá-la, em especial devido à carência crescente de áreas. A tendência moderna é a de verticalizar as necrópoles. (MARQUES SILVA, 1998, p. 17).

Aumentar os cemitérios existentes é impensável pela falta de espaço físico, por um lado e, por outro, pelo alto custo dos terrenos adjacentes. Limitar o prazo de todas as concessões em 05 ou 10 anos, por exemplo, ou mesmo proibir as concessões perpétuas, poderia solucionar o problema da demanda não atendida, mas, por outro lado, poderia trazer problemas de maior monta com a repulsa social. (SILVA, 2000, p. 297-299).

Nos estudos realizados encontra-se a fundamentação teórica para embasar-se na prática do gerenciamento, como nas citações anteriores, valendo-se de estudos cartográficos, fotográficos, geológicos, de engenharia civil e ambiental, direito, assistência social, serviços de funeral e de cremação, para novas formas de construção a exemplo da verticalização ou implantação de concessões temporárias.

Principais legislações sobre cemitérios

Descrevem-se nos itens seguintes as legislações pertinentes à gestão de cemitérios no Brasil e no Estado de São Paulo.

Principais Legislações sobre Cemitérios no Brasil

Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nº 335, de 03 de abril de 2003, que dispõe sobre “licenciamento ambiental de cemitérios. Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nº 368, de 28 de março de 2006 que altera “dispositivos da Resolução Nº 335, de 03 de abril de 2003, que dispõe sobre “licenciamento ambiental de cemitérios”. Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nº 402, de 17 de novembro de 2008, que altera “os artigos 11 e 12 da Resolução nº 335, de 03 de abril de 2003, que dispõe sobre “licenciamento ambiental de cemitérios. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC 33, de 08 de julho de 2011, que dispõe “sobre o controle e fiscalização sanitária do traslado de restos mortais humanos”. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC 222, de 28 de março de 2018, que “Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências”.

Principais Legislações sobre Cemitérios no Estado de São Paulo

Lei Estadual nº 10083, de 23 de setembro de 1998 que “dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de São Paulo”. Norma Técnica da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB L1.040, de janeiro de 1999, que dispõe sobre “Implantação de Cemitérios”. Decreto Estadual nº 47397, de 04 de dezembro de 2002 que “Dá nova redação

ao Título V e ao Anexo 5 e acrescenta os Anexos 9 e 10, ao Regulamento da Lei n.º 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto n.º 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre “a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente”. Parecer Técnico n.º CAO 07630/07, n.º MP 86.0542.0001387/07-7 Inquérito Civil n.º 8/99-MA, Promotoria de Justiça de São Vicente de 07 de dezembro de 2007 que dispõe sobre “Licenciamentos expedidos pela CETESB com relação aos cemitérios implantados anteriormente à data do Decreto n.º 47.397/2002”. Resolução da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - Resolução SS 28 de 25 de março de 2013 que “Aprova Norma Técnica que disciplina os serviços de necrotério, serviço de necropsia, serviço de somatoconservação de cadáveres, velório, cemitério e as atividades de exumação, cremação e transladação, e dá outras providências”.

Espaço cemiterial

Conforme os Mapas 01, 02 e 03 (p. 20-21), verifica-se a ocupação total dos espaços cemiteriais até 2018. Devido à falta de capacidade de expansão e sepulturas abandonadas (deterioradas), conforme fotografia 04 (p. 22), houve a necessidade da criação de projeto convertido em Lei, usado para instalação de cemitério vertical dentro do cemitério da Vila Rezende.

- Lei Ordinária Municipal n.º 8.526, de 30 de agosto de 2016, que “Introduz alterações na Lei n.º 2.135/74” que “dispõe sobre a criação do Cemitério da Vila Rezende e dá outras providências”, modificada pela Lei n.º 2.757/86.

Atualmente, estão instalados 02 (dois) blocos de 120 (cento e vinte) lóculos cada, totalizando 240 (duzentos e quarenta) lóculos, que conforme demanda serão construídos progressivamente.

Controle do Espaço Cemiterial

Quanto ao abandono da estrutura física de sepulturas, foram realizados estudos técnicos e *in-loco* que constataram através de observação, medição e fiscalização, as sepulturas deterioradas e ou lotes abandonados e/ou sem construção, realizando-se registro fotográfico, estudos cadastrais das concessões e dos inumados, estudos sobre a estrutura física das referidas sepulturas e levantamento geral das quadras. Após toda a fase inicial desses levantamentos, as sepulturas foram enumeradas e marcadas para projeto dos Decretos Municipais, que nestes casos, foram 03 (três) durante o período de gestão, de abril de 2016 ao ano de 2017:

- Decreto nº 16805, de 05 de outubro de 2016, que “dispõe sobre a transferência de restos mortais de jazigos abandonados no cemitério municipal da Vila Rezende para os ossuários públicos municipais e dá outras providências”.
- Decreto nº 16974, de 16 de fevereiro de 2017, que “dispõe sobre a transferência de restos mortais de jazigos abandonados no cemitério municipal da Saudade para os ossuários públicos municipais e dá outras providências”.
- Decreto nº 17035, de 29 de março de 2017, que “dispõe sobre a transferência de restos mortais de jazigos abandonados no cemitério municipal da Vila Rezende para os ossuários públicos municipais e dá outras providências”.

Após os decretos serem autorizados e publicados em Diário Oficial de Piracicaba, e publicados em outros periódicos e mídias (jornais, rádio e TV), aguardou-se o prazo legal de comparecimento dos concessionários e a retirada dos restos mortais para novas licitações das sepulturas em questão. Em uma segunda etapa houve a retomada das sepulturas, remoção de ruínas, retirada de restos mortais e o traslado dos mesmos ao Ossário Municipal da Saudade; com um trabalho gradativo, intenso e constante. Os trabalhos administrativos e de campo nos cemitérios demandam tempo, aumento no número de funcionários, e atenção redobrada, pois, qualquer erro cometido nesta fase do trabalho pode causar vários transtornos. Em seguida, são realizados outros estudos, como levantamentos de lotes limpos, sem restos mortais e sem construções (para futura licitação e realização de todos os trâmites legais). Com os lotes devidamente ordenados e numerados, são enviados documentos às Secretarias responsáveis: Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA), Secretaria Municipal de Finanças (SMF) e a Procuradoria Geral do município, para elaboração das futuras licitações. (BRASIL, 1993).

Novos direcionamentos

Foi construído no segundo semestre de 2018, com funcionamento inicial em julho de 2019, o Ossário Municipal no Cemitério da Vila Rezende, com capacidade de 430 (quatrocentas e trinta) gavetas para guardar cerca de 02 (dois) a 05 (cinco) restos mortais por compartimento, para os traslado de restos mortais das sepulturas abandonadas referentes aos Decretos Municipais nº 16805/16 e nº 17035/17 em que ambos dispõem “sobre a transferência de restos mortais de jazigos abandonados no cemitério municipal da Vila Rezende para os ossuários públicos municipais e dá outras providências”.

Para que haja o devido controle e registro do espaço cemiterial, foi criado em 2017 um sistema de Cemitérios no Centro de Informática Municipal subordinado à Secretaria

Municipal de Administração (SEMAD), transportando o atual banco de dados existentes dos Cemitérios Municipais para o referido Sistema, com a finalidade de melhorar a execução dos processos e o controle, para que no futuro possam conectar-se com Delegacias de Polícia, Institutos Médico Legais (IML), Hospitais, Cartórios, Funerárias e a população em geral para consultas.

Com nova gestão, estudos e direcionamentos, acompanha-se o crescimento da população e conseqüentemente a capacidade de sepultamentos em cemitérios já construídos no município aumenta; administra-se sempre com o direcionamento e execução das legislações vigentes e, com possibilidades da criação de outras legislações que procurem atender as particularidades do município e dos seus respectivos cemitérios.

O município deverá encontrar sua alternativa quanto ao esgotamento, pois cada cemitério possui demandas diferenciadas, os municípios têm particularidades geográficas, ambientais, espaciais, hidrográficas e geológicas, que substancialmente alteram a capacidade de sepultamento, dependendo exclusivamente de outros municípios parceiros, assim como, Piracicaba que é polo de Aglomerado Urbano abrangendo 22 (vinte e dois) municípios.

Como por exemplo, o município de Águas de São Pedro/SP, por ser uma instância hidromineral não há cemitérios. A população realiza o sepultamento de entes queridos em outros locais, aumentando a demanda do município/Polo, de referência, no caso, Piracicaba.

Muitas administrações municipais para evitar a saturação, criam legislações para negar sepultamento de não moradores, excetuando-se familiares e ou herdeiros de concessões perpétuas. Outras alternativas podem ser criadas, dentre elas, a limitação de tempo por concessão, como já destacado.

O município pode estudar e planejar novas alternativas como: Parcerias Público-Privadas - PPP, Concessão Total e Concessão Parcial, dos Cemitérios e Velórios.

Devido ao contínuo aumento de sepultamentos e falta de espaços, cada vez mais, são construídos cemitérios verticais, como, por exemplo, nos cemitérios públicos municipais dos estados da região Sul e Sudeste, onde há maior densidade demográfica.

Considerações finais

Analisou-se que a prevenção realizada de forma progressiva e ininterrupta, aumenta a capacidade de expansão dos cemitérios e dos sepultamentos. Contudo, ainda há muitas melhorias e trabalhos a serem realizados no âmbito dos cemitérios e afins. No descritivo abaixo algumas respostas encontradas para os questionamentos: Como aumentar a

capacidade de sepultamentos em cemitérios já construídos? Qual a melhor alternativa se encaixa para o município: as concessões devem ser perpétuas ou temporárias? Os cemitérios devem ser públicos, privados ou mistos? Verticais, horizontais ou jardim?

- Realizar recadastramento geral de todos os cemitérios públicos municipais;
- Fazer uso de novas tecnologias como: sistemas informatizados, softwares de gerenciamento, georeferenciamento, Sistema de Posicionamento Global (GPS) para as sepulturas, bancos de dados informatizados, mapas, aero fotos, restauro de material bibliográfico, transferência de banco de dados dos cemitérios em sistema de informação, digitalização de livros de concessões, inumações, exumações, traslado e reformas.
- Ossário Municipal: realizar a construção de mais ossários para a guarda de restos mortais advindos das sepulturas abandonadas (deterioradas) inseridas em decretos e restos mortais advindos de sepultamentos gratuitos;
- Cemitério Vertical: contendo lóculos, e dando continuidade na construção de cemitérios verticais. (MARQUES SILVA, 1998, p. 17);
- Sepulturas: continuidade de fiscalização quanto ao abandono da estrutura física da mesma, e recadastramento geral de todos concessionários, notificações e convocações.
- Concessão Temporária: estudar e analisar quanto à temporalidade das concessões, aluguel de sepulturas, columbários, ossários, criar e regulamentar legislação, para a tendência da licença temporária de 05 (cinco) a 10 (dez) anos, que estende a vida útil dos cemitérios e mantém a capacidade de sepultamento ativa. (MARQUES SILVA, 1998, p. 17);
- Concessão Perpétua: evitar e/ou encerrar este tipo de concessão, preservando os que têm este direito adquirido (FARIAS DA SILVA, 2000, p. 297-299);
- Estudos e planejamentos para Parcerias Público-Privadas (PPP), Concessão Total, Concessão Parcial, dos Cemitérios e Velórios;
- Criação de Serviços Funerários e Crematórios Mistos (PPP- Parcerias Público-Privadas);
- Cremação de restos mortais: estudar e analisar sobre a cremação de restos mortais advindos das sepulturas abandonadas inseridas em decretos e restos mortais advindos de sepultamentos gratuitos;
- Realizar um plano personalizado de gerenciamento hidro-geo-ambiental para cada cemitério;

- Realizar registro informatizado de todos procedimentos dos cemitérios e velórios públicos municipais;
- Realizar treinamento, capacitação e/ou admissão de pessoal para área administrativa dos cemitérios e velórios, com estudos em planejamento jurídico, administrativo e sistemas de informação.
- Realizar treinamento, capacitação e/ou admissão de pessoal para área de campo dos cemitérios e velórios, com estudos na parte prática dos cemitérios, velórios e afins.

Neste estudo expõe-se sobre algumas respostas administrativas na área de prevenção do esgotamento dos espaços dos cemitérios, e sugere-se outros artigos científicos com a finalidade de aprimorar soluções e aplicação prática de trabalho na área de cemitérios, velórios, serviços funerários e cremação:

- Aumentar área de sepultamento dentro do próprio cemitério em atividade;
- Incluir a verticalização nos cemitérios ativos e que ainda podem dispor de espaços físicos, visto que, este tipo de empreendimento otimiza espaços, e é considerado ecologicamente correto, pois não há contato do necrochorume com o solo;
- Implementar estudos e aplicabilidade quanto à racionalização dos espaços de sepulturas horizontais e verticais, óssarios, columbários em cemitérios ativos anteriores à Resolução CONAMA nº 335, de 03 de abril de 2003, que dispõe sobre “licenciamento ambiental de cemitérios”;
- Estudos e aplicação de legislação para encerramento total de concessões perpétuas (prazo indeterminado) em cemitérios de todo território nacional, preservando-se os direitos já adquiridos;
- Novas maneiras de sepultamento e uso dos espaços, cemitérios verticais ecologicamente corretos que fazem uso de materiais recicláveis em suas construções – construção de sepulturas onde os corpos ficam em disposição vertical;
- Orientar a população em geral sobre a cremação em todos aspectos.

Conclui-se que os estudos, análises e ações para a otimização de espaço nos cemitérios ativos e na implantação de novos cemitérios devido a densidade demográfica crescente, devem ser contínuos e progressivos, baseando-se em uma gama de legislações e áreas que convergem à administração dos mesmos.

Referências

AMBIENTE, S. M. (29 de abril de 2016). *Cemitérios municipais de Piracicaba/SP*. (wixsite.com). Disponível em: <https://bit.ly/3a3Nkl4>. Acesso em: 31 jul. 2018.

AMBIENTE/SEDEMA, S. M. (20 de julho de 2018). *Sedema Piracicaba*.(blogspot.com) Disponível em: <http://sedemapiracicaba.blogspot.com/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

ASSUNÇÃO, C. S. (2018). *Colégio Salesiano Dom Bosco Piracicaba*. Disponível em: <https://bit.ly/36OvOPP>. Acesso em: 29 set. 2018.

BRASIL. (21 de junho de 1993). *Lei nº 8.666*. Regulamenta o art. 37, inciso da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos de Administração Públicas e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm. Acesso em: 15 set. 2015.

BRASIL. (03 de abril de 2003). *RESOLUÇÃO CONAMA nº335*. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2QCyXMH>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. (28 de março de 2006). *CONAMA nº368*. Altera dispositivos da Resolução nº 335, de 3 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/304dqQh>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BRASIL. (17 de novembro de 2008). *CONAMA nº 402*. Altera os artigos 11 e 12 da Resolução nº335 de 3 de abril de 2003. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2uyS7dW>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. (08 de julho de 2011). *RESOLUÇÃO RDC 33*. Dispõe sobre o Controle e Fiscalização Sanitária do Translado de Restos Mortais Humano. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2uyNYXr>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. (28 de março de 2018). *RESOLUÇÃO RDC 222*. Regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

FARIAS DA SILVA, J. A. *Tratado de Direito Funerário*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Método, 2000. Tomos 1 e 2.

GUERRINI, L. (2009). *História de Piracicaba em Quadrinhos*. Piracicaba, São Paulo, Brasil: Equilíbrio. Disponível em: <https://bit.ly/37UFMyT>. Acesso em: 20 abril 2016.

IHGP. (20 de janeiro de 2016). Disponível em: <https://bit.ly/2N5zMLZ>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MAPS, G. (15 de abril de 2018). *GOOGLE MAPS*. (google). Disponível em: google maps: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 15 abril 2018.

MARQUES SILVA, L. (1998). Cemitérios: Fonte Potencial de Contaminação de Aquíferos Livres. *4º Congresso Latino Americano de Hidrologia Subterrânea* (p.17). Montevideu: ALHSUD. Fonte: <http://www.alhsud.com/congresos/>

MINUZZI BDINOTO. V. (2011). A História Oral de Vida dos Moradores do Bairro Ibitiruna de Piracicaba/SP: *Contribuições a Educação Ambiental*. 71. Piracicaba, São Paulo, Brasil. Fonte: <https://www.inimep.br/phpg/bibdig/aluno/down.php?cod=790>.

NASCIMENTO, L. (2009). *Memórias do Bairro Alto*. Piracicaba, São Paulo, Brasil: Equilíbrio. Fonte: <https://bit.ly/36HGxew>

PAULO, M. P. (07 de dezembro de 2007). *Parecer Técnico Nº CAO 07630/07 – Nº MP 86.0542.000138707-7 Inquérito Civil Nº 8/9-MA, Promotoria de Justiça de São Vicente*. Referente ao teor dos licenciamentos expedidos pela CETESB. São Vicente, São Paulo, Brasil.

PAULO, S. (04 de novembro de 1980). *Decreto Estadual Nº16017*. Altera a redação do Artigo 551 e parágrafos do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 12.342, de 27 de setembro de 1978. São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2R7I8oO>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

PAULO, S. (23 de setembro de 1998). *Lei Estadual Nº 10083*. Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/36KayL2>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PAULO, S. (janeiro de 1999). NORMA TÉCNICA L1.040. *Implantação de Cemitérios*. São Paulo, São Paulo, Brasil. Fonte: <https://cetesb.sp.gov.br/normas-tecnicas-vigentes/>.

PAULO, S. (04 de dezembro de 2002). *Decreto Estadual Nº47397*. Dá nova redação ao Título V e ao Anexo 5 e acrescenta os Anexos 9 e 10, ao Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente. São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2TkESYL>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PAULO, S. (25 de março de 2013). *Resolução SS 28*. Aprova Norma Técnica que disciplina os serviços de necrotério, serviço de necropsia, serviço de somatoconservação de cadáveres, velório, cemitério e as atividades de exumação, cremação e transladação, e dá outras providências. São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2TIUVWi>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PEDRO/SP, Á. D. (31 de julho de 2018). *Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro*. (Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro). Disponível em: <http://aguasdesaopedro.sp.gov.br/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PIRACICABA, L.D. (31 de julho de 2018). *LAR DOS VELHINHOS DE PIRACICABA*. (LAR DOS VELHINHOS DE PIRACICABA). Disponível em: <http://www.lardosvelinhospiracicaba.org.br/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PIRACICABA, P. D. (2017). *Sistema Gerenciamento Cemitérios*. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA). Disponível em: <https://sistemas.pmp.sp.gov.br/sedema/Cemiterio>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PIRACICABA, P. D. (31 de julho de 2018). *SEMAD PIRACICABA*. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA). Disponível em: <http://semad.piracicaba.sp.gpv.br/site/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PIRACICABA, P. D. (s.d.). *Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (Ipplap)*. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA). Disponível em: <http://ipplap.com.br/site/>.

PIRACICABA, P.D. (s.d.). *PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PIRACICABA*. (PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PIRACICABA). Disponível em: <http://www.piracicaba.sp.gov.br/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PIRACICABA, P. D. (s.d.). *SEDEMA PIRACICABA*. (PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PIRACICABA). Disponível em: <https://bit.ly/2Nqm0Uq>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PIRACICABA, P.D. (s.d.). *SMADS – PIRACICABA*. (PREFEITURA DO MUNICIPIO D PIRACICABA). Disponível em: <http://semdes.piracicaba.sp.gov.br/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PIRACICABA/SP. (16 de junho de 2010). *Decreto Municipal Nº 13650*. Dispõe sobre a transferência de restos mortais de jazigos abandonados para o ossuário público localizado no cemitério da saude, neste município e dá outras providências. PIRACICABA, SÃO PAULO, BRASIL. Fonte: <https://bit.ly/2NmlaXk>.

PIRACICABA/SP. (04 de julho de 2011). *Lei Ordinária Municipal Nº 7053*. Autoriza a Prefeitura do Município de Piracicaba a outorgar concessões de uso, a título oneroso, mediante a realização de licitação, de terrenos localizados nos Cemitérios Públicos Municipais de Piracicaba e dá outras providências. Piracicaba, SP.

PIRACICABA/SP. (05 de outubro de 2016). *Decreto Municipal Nº 16805*. Dispõe sobre a transferência de restos mortais de jazigos abandonados no cemitério municipal da Vila Rezende para os ossuários públicos municipais e dá outras providências. PIRACICABA, SÃO PAULO, BRASIL. Fonte: <https://bit.ly/2RbQJWi>.

PIRACICABA/SP. (30 de agosto de 2016). *Lei Ordinária Municipal Nº 8526*. Introduce alterações na Lei nº 2.135/74 que “dispõe sobre a criação do Cemitério da Vila Rezende e dá outras providências”, modificada pela Lei nº 2.757/86. Piracicaba.

PIRACICABA/SP. (29 de março de 2017). *Decreto | Municipal Nº 17035*. Dispõe sobre a transferência de restos mortais de jazigos abandonados no cemitério municipal da Vila Rezende para os ossuários públicos municipais e dá outras providências. PIRACICABA, SÃO PAULO, BRASIL. Fonte: <http://abre.ai/aD9b>.

PIRACICABA/SP. (16 de fevereiro de 2017). *Decreto Municipal Nº 16974*. Dispõe sobre a transferência de restos mortais de jazigos abandonados no cemitério municipal Saude para os ossuários públicos municipais e dá outras providências. PIRACICABA, SÃO PAULO, BRASIL. Fonte: : <http://abre.ai/aD9d>.

PIRACICABA/SP. (s.d.). SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA). Disponível em: <http://www.financas.piracicaba.sp.gov.br/>.. Acesso em: 31 jul. 2018.

PIRACICABA/SP, C. D. (31 de julho de 2018). *Câmara de Vereadores de Piracicaba*. (2018 – Sino Informática LTDA EPP). Disponível em: <http://siave.camarapiracicaba.sp.gov.br/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PIRACICABA/SP, D. D. (2018). *DIRETORIA DE ENSINO PIRACICABA*. Disponível em: DIRETORIA DE ENSINO PIRACICABA: <https://depiracicaba.sp.gov.br/escolas-estaduais/>. Acesso em: 29 set. 2018.

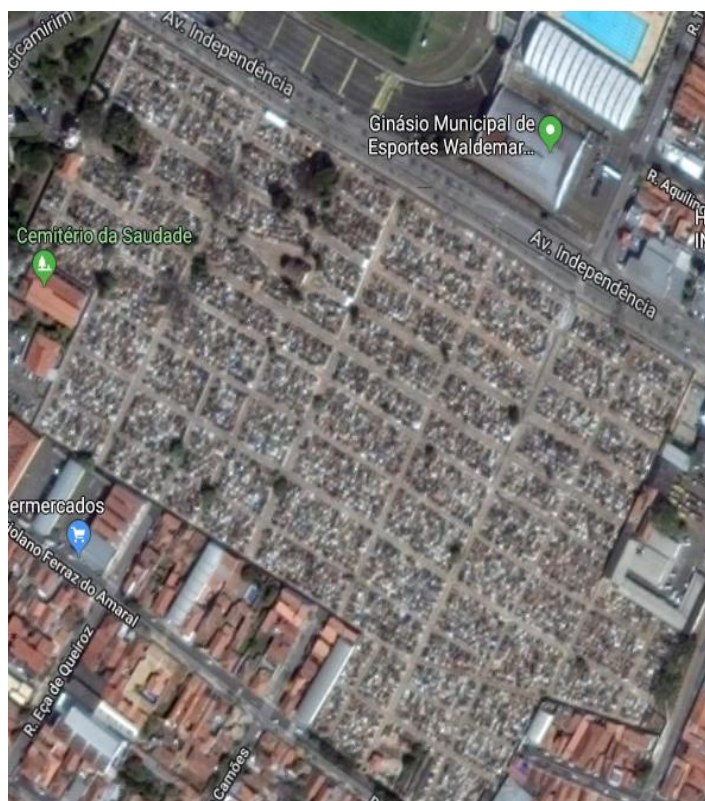
RESOLUÇÃO SS28. (25 de fevereiro de 2013). *Aprova Norma Técnica que disciplina os serviços de necrotério, serviços de necropsia, serviços de somatoconservação de cadáveres, velório, cemitério e as atividades de exumação, cremação e transladação, e dá outras providências.* São Paulo, São Paulo, Brasil: DOE de 26/03/13 p. 33 – seção 1 nº 56. Fonte: <http://abre.ai/aEdp>.

SEDEMA, S. M. (04 de 2016). *Sedema.wixsite.com*. Fonte: [wixsite.com](http://sedema.wixsite.com/sedema/sedema-cemiterios): <http://sedema.wixsite.com/sedema/sedema-cemiterios>.

SEGUEZZI, E. M. (2018). FOTOGRAFIA. PIRACICABA, SÃO PAULO, BRASIL.

VITTI, Guilherme. GUERRINI, Leandro. NEME, Mário. CHIARINI, João. (1975). *PIRACICABA Noiva da Colina*. Piracicaba, São Paulo, Brasil: ALOISI. Disponível em: <http://abre.ai/aEdC>. Acesso em: 20 abril 2016

Figura 1 – Cemitério da Saudade (2018)



Fonte: (MAPS, 2018)

Figura 2 – Aero Foto do Cemitério do Distrito de Ibitiruna (2011)



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças (SMF), Setor de Cadastro Técnico, 2016.

Figura 3 – Mapa Cemitério da Vila Rezende (2018)



Fonte: MAPS, 2018.

Figura 4 – Sepulturas abandonadas no Cemitério da Saudade



Fonte: SEGUEZZI, 2018.

Figura 5 – Lóculos no Cemitério da Vila Rezende



Fonte: SEGUEZZI, 2018.

CELICEM-RJ: CENTRO DE LIVROS CEMITERIAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ

Helena Filomena Ferrão Sampaio¹

Jéssica Pereira Vaz²

Introdução

Em 2013, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro determinou que os Livros Cemiteriais, que estavam acautelados no Arquivo Geral da Santa Casa, fossem encaminhados para o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceram por um período.

Em 12 de agosto 2014, institui-se o Decreto nº 39.094,³ que regulamenta o Decreto Lei nº 88 de 07 de agosto de 1969.⁴ Ambos tratam do Regulamento Cemiterial e Funerário do município do Rio de Janeiro, considerando a necessidade de organização e aprimoramento da administração dos Cemitérios Públicos e Privados e dos Serviços Funerários prestados no âmbito do município do Rio de Janeiro.

Logo após a instituição do Decreto nº 39.094/2014, os 13 (treze) Cemitérios Públicos do município do Rio de Janeiro passaram a ser administrados por duas concessionárias – Rio Pax e Reviver –, por meio de Contrato de Concessão Pública (CVL nº 001/2014⁵ e CVL nº 001/2015,⁶ respectivamente), tendo a Coordenadoria Geral de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários como Órgão Fiscalizador e Poder Concedente.

Os livros de registro e escrituração dos cemitérios públicos deverão ser digitalizados, pelos concessionários de cemitérios públicos ou na forma do parágrafo único deste artigo, in fine, no prazo máximo de dois anos a contar da entrada em vigor deste Regulamento, de forma que novas tecnologias da informação possam ser utilizadas na guarda, no manuseio e na atualização dos atos cemiteriais e funerários em geral. (Decreto nº 39.094, Art. 251).

Baseando-se no Artigo 251 do Decreto nº 39.094/2014, e na obrigação contratual prevista no Anexo X do Plano de Negócios dos Contratos de Concessão, foi levantada a preocupação com o estado de conservação do acervo cemiterial do município, apontando para a necessidade de preservar o patrimônio documental e histórico, garantindo seu

¹ Bibliotecária, Gestora Documental do Centro de Livros Cemiteriais do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ.

² Bibliotecária do Centro de Livros Cemiteriais do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ.

³ Disponível em: <http://leismunicipa.is/euqba>

⁴ Disponível em: www.seferj.com.br/media/LEI%2088.doc

⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3a7C1bm>

⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2tR94A3>

Restauração, Conservação, Microfilmagem, Digitalização e acesso público dos dados de cada jazigo através de sistema próprio.

Conhecendo o órgão fiscalizador, as concessionárias e o CELICEM-RJ

A Secretaria de Conservação tem por missão, através da Coordenadoria Geral de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários (SECONSERVA/CGCS), fiscalizar, planejar, organizar, dirigir, coordenar, gerir, controlar e normatizar as atividades relacionadas aos serviços prestados, para humanos e pets, pelos 13 Cemitérios Públicos Concessionários, 08 Cemitérios Particulares Permissionários, 04 Crematórios licenciados em funcionamento, 04 Crematórios de Humanos e alguns Complexos Crematoriais Pets a serem legalizados no município do Rio de Janeiro, assim como os serviços oferecidos à população pelas 53 Funerárias Permissionárias, 05 Laboratórios de Tanatopraxia e 04 Capelas Permissionárias do Município do Rio de Janeiro. São, ao todo, 91 unidades fiscalizadas.

A REVIVER é a Concessionária responsável pela administração de 07 (sete) Cemitérios Públicos do município do Rio de Janeiro. São eles: São Francisco Xavier (Caju), Cacua (Ilha do Governador), Ricardo de Albuquerque, Murundu (Realengo), Santa Cruz, Guaratiba e Paquetá.

A RIO PAX é a Concessionária responsável pela administração das outras 06 (seis) Necrópoles Públicas do município do Rio de Janeiro: São João Batista, Inhaúma, Irajá, Campo Grande, Jacarepaguá e Piabas.

O CELICEM-RJ é um Centro de Documentação criado para salvaguardar e gerenciar os Livros de Perpetuidade dos 13 Cemitérios Públicos do município do Rio de Janeiro. Foi legitimado e publicado em Diário Oficial através de Aditivo Contratual⁷ firmado em 21 de maio de 2019, entre as Concessionárias Reviver, Rio Pax e o município do Rio de Janeiro, celebrado através da Coordenadoria Geral. Sua missão é garantir a preservação destes livros, respeitando a importância do arcabouço histórico e cultural dos jazigos para as famílias e para o município do Rio de Janeiro. Preservar, restaurar e manter essa “memória viva” são os principais objetivos.

Antes e depois do CELICEM-RJ

Uma das metas principais da Coordenadoria Geral é resgatar e preservar a memória dos Cemitérios Públicos do município do Rio de Janeiro, por meio de um

⁷ Disponível em: <https://bit.ly/30ebPYe>.

trabalho técnico e especializado aplicado no acervo cemiterial, composto pelos Livros de Perpetuidade que datam do século XIX até os dias atuais.

Diante da elucidação do conteúdo da documentação encontrada no acervo, tem-se que o mesmo se configura como genuíno patrimônio documental do município, mesmo que ainda não explorado em sua totalidade.

Através de parceria firmada entre a Coordenadoria Geral e as Concessionárias, por meio de cumprimento contratual, foi possível iniciar uma pesquisa mais aprofundada acerca dos Cemitérios Públicos do município do Rio de Janeiro, sendo levantada a importância da Atividade Cemiterial para a preservação do patrimônio público.

Figuras 1, 2 e 3 – Condições de acondicionamento e aparência dos livros



Fonte: acervo de Jéssica Vaz, 2018.

A partir disso, foi criado o “Projeto de Organização e Preservação do Acervo Cemiterial do Município do Rio de Janeiro” com o propósito de recuperar, organizar e preservar os Livros Cemiteriais, salvaguardando os mesmos em um Centro de Documentação dotado de uma infraestrutura física e funcional adequada, viabilizando o acesso às informações contidas nesses registros – nomeado posteriormente de CELICEM-RJ, o Centro de Livros Cemiteriais do Município do Rio de Janeiro.

As obras para a construção do CELICEM-RJ, dentro das instalações da Secretaria de Conservação, começaram em 16 de outubro de 2017. O trabalho foi realizado em conjunto entre a Coordenadoria Geral e as Concessionárias Reviver e Rio Pax, na Sede da SECONSERVA. A inauguração do Centro de Livros Cemiteriais do Município do Rio de Janeiro ⁸ foi realizada no dia 14 de dezembro de 2017. Durante o evento de inauguração, foram feitas algumas demonstrações acerca do trabalho de conservação e

⁸ Disponível em: <https://bit.ly/2t5hR1g>.

restauro que são atividades iniciais e primordiais para o trabalho. O dia 08 de janeiro de 2018 marca o início das atividades do CELICEM-RJ.

Atividades técnicas do CELICEM

Higienização

Segundo CASSARES (2000, p.26-27), a sujidade é o agente de degradação que mais afeta os documentos e, quando combinada a condições ambientais impróprias, provoca reações de destruição de todos os suportes num acervo. Durante a higienização dos documentos, procedemos também de forma concomitante a um levantamento de dados sobre suas condições de conservação, para efeitos de futuras intervenções. É hora também de executar os primeiros socorros para que um processo de deterioração em andamento seja interrompido, mesmo que não possa ser sanado no momento.

Figuras 4 e 5 – Equipe de higienização



Fonte: acervo de Jéssica Vaz, 2018.

O processo de higienização se limita à superfície e, conseqüentemente, é mecânica, feita a seco. A prática é utilizada com a finalidade de reduzir poeira, fragmentos sólidos, incrustações, resíduos de excrementos de insetos ou outros depósitos de superfície. É realizada com o auxílio da mesa de higienização (mais conhecida como capela) e um pincel de pelos macios para a execução do processo de varredura de todas as folhas e capas dos livros. O agente de higienização deve estar protegido com óculos protetor, máscara contra poeiras, luvas, avental ou jaleco apropriado. Com o auxílio de uma espátula de metal, é realizada a retirada de clips, grampos e demais corpos estranhos aderidos aos documentos.

Conservação e restauro

**Figuras 6 e 7 – Livro em fase de restauração.
Equipe de Conservação e Restauro**



Fonte: acervo de Jéssica Vaz, 2018.

Segundo CASSARES (2000, p. 33), os pequenos reparos são diminutos procedimentos que podemos realizar, objetivando impedir um processo de degradação em desenvolvimento. Essas pequenas ações devem atender a normas de ética e técnica e têm a função de beneficiar o estado de conservação dos documentos. Caso esses princípios não sejam obedecidos, o risco de aumentar os prejuízos é muito grande e muitas vezes de caráter irreversível. Toda a intervenção deve obedecer a técnicas e procedimentos reversíveis. Isso significa que, caso seja necessário reverter o processo, não pode existir nenhum obstáculo na técnica e nos materiais utilizados.

**Figuras 8 e 9 – Profissional do CELICEM-RJ
trabalhando no processo de Conservação e Restauro**



Fonte: acervo de Jéssica Vaz, 2018.

Cada peça deve ser examinada cuidadosamente por mãos leves e olhos atentos. O trabalho é extremamente minucioso e requer paciência e dedicação. O tempo de restauro depende de diversas variantes como a qualidade do papel do livro, do formato do livro e do estado em que ele se encontra. Devido ao acúmulo de sujidades ocasionado por condições desfavoráveis de armazenamento anterior, é possível encontrar livros que sofreram ataques biológicos provocados por insetos e fungos.

As fotos abaixo mostram um exemplo do resultado de todas as etapas de recuperação do suporte e da informação, incluindo higienização, soltura da capa antiga, dos cadernos, reparos definitivos nas folhas e costura na lombada para receber uma capa nova.

Figuras 10, 11 e 12 – Livros do acervo do CELICEM-RJ

Fonte: acervo de Jéssica Vaz, 2017.

Microfilmagem e digitalização

De acordo com ANTUNES (2009, p. 6), a microfilmagem é uma técnica de miniaturização, sobre filme, de qualquer documento existente num suporte de papel e em meio eletrônico, com o objetivo de preservar o seu conteúdo intelectual para o futuro. Essa técnica vem sendo aplicada há várias décadas, com o desenvolvimento de novos métodos que permitem melhorar este processo. A microfilmagem integra os procedimentos de gestão documental, aplicada na fase permanente dos arquivos e visa, em primeiro lugar, à preservação dos suportes, garantindo-lhes maior sobrevida com controle sobre a manipulação dos originais.

Outra tecnologia utilizada é a digitalização – escaneamento de texto e imagens para armazenamento eletrônico, para geração de substitutos de papel ou filme e para transmissão através de redes de dados. Esta tecnologia oferece muitas vantagens para realçar o acesso à informação.

Contudo, o registro eletrônico não pode ainda ser considerado um meio de preservação. A melhor abordagem é a de um “sistema híbrido”, em que o item é reformatado para microfilme, proporcionando uma cópia permanente e a versão digitalizada permite um acesso melhorado. A conservação e a fotocópia para preservação assegurarão

que os documentos permanecerão disponíveis aos usuários futuros por um tempo muito maior.

Acesso à informação

O CELICEM-RJ não só desenvolve um papel importante na preservação e acesso às fontes de informação, mas também como um patrimônio histórico e cultural, resguardando a memória individual e coletiva do município do Rio de Janeiro. Contudo, é preciso ressaltar que o acervo em questão só adquiriu essa relevância por existir o acesso às informações contidas nestes documentos.

Maria Odila Fonseca afirma que estão contidos dois níveis de informação nos arquivos: o primeiro é a “informação contida no documento de arquivo, isoladamente, e aquela contida no arquivo em si, naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que o criou” (FONSECA, 1999, p. 6).

Desse modo, temos que o arquivo está ligado ao registro de uma ação. Assim, podemos afirmar que os arquivos também estão relacionados ao conceito de memória: Os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada (ROBERT, Apud, JARDIM, 1995, p. 4).

Quando refletimos sobre a questão do conceito de memória, os intelectuais do século XIX relacionavam este conceito ao conceito de nação – visto como a forma mais acabada de um determinado grupo, ou seja, relacionavam com o conceito de memória nacional, na época, vista como a forma mais completa de uma memória coletiva. Já no século XX, este conceito amplia-se e passa a ser analisado como uma memória social, pois a sociedade vive essa memória coletiva, e essa memória coletiva transforma-se em consciência histórica.

Pierre Nora, em seu artigo “Entre a memória e História”, afirma que a memória é o que está para fora, está nos lugares, diferentemente da tradição do século XIX. Assim, afirma que a memória social se encontra em “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de outra era, das ilusões da eternidade”.

Ao longo dos anos, cada Cemitério Público do Município do Rio de Janeiro criou seu jeito próprio de administrar os registros de sepultamentos. Observamos que cada Administração criou seu próprio acervo, com tipologias diferentes. Abaixo, seguem as tipologias encontradas no Acervo custodiado pelo CELICEM-RJ, levando em consideração

que nem todos os Cemitérios possuem cada tipologia listada.

- a) **LIVROS DE QUADRAS – INDICADORES:** utilizados como ferramenta para localizar as Subconcessões. Contêm nome do Subconcessionário, quadra, jazigo, livro e folha.
- b) **LIVROS DE NICHOS PERPÉTUOS – NP:** identificam os espaços para guarda de restos mortais ou cinzas de cremação. Contêm o nome do Subconcessionário e os restos mortais.
- c) **LIVROS DE TERMOS:** livros de Subconcessões antigas. Contêm o pagamento pelo jazigo, a Subconcessão, o Subconcessionário, data e os expedientes.
- d) **LIVROS DE CARNEIROS PERPÉTUOS – CP:** livros com o histórico da Subconcessão de sepulturas. Contêm nome do Subconcessionário, a Subconcessão e os expedientes.
- e) **LIVROS DE CATACUMBAS:** livros de registros de gavetas temporárias. Contêm nome do Subconcessionário e data.
- f) **LIVROS DE RASAS:** livros de registros de sepulturas rasas, direto no solo. Existem rasas perpétuas. Contêm data de sepultamento, livro e folha.
- g) **LIVROS DE PDF:** nomenclatura anterior à gestão da Santa Casa dos Livros de Subconcessão. Época da Prefeitura do Distrito Federal dos Estados Unidos do Brasil.
- h) **LIVROS DE TERRENOS PERPÉTUOS – TP:** livros de registros de terrenos perpétuos, onde se constroem sepulturas maiores ou menores. Contêm nome do Subconcessionário, a Subconcessão e os expedientes.
- i) **LIVROS DE PROTESTANTES:** livros de registros dos sepultamentos em espaço reservado para pessoas não católicas, os protestantes.
- j) **LIVROS DE JAZIGOS PERPÉTUOS – JP:** nomenclatura antiga dos Livros de Carneiros Perpétuos. Contêm o nome do Subconcessionário, a Subconcessão e os expedientes.

Através do trabalho de acesso à informação, criamos estatísticas acerca das pesquisas realizadas nos Livros Cemiteriais do CELICEM-RJ, incluindo o trabalho de transcrição. A saber:

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018
Pesquisas realizadas – Concessionária Reviver: <u>6.289 pesquisas</u>

Pesquisas realizadas – Concessionária Rio Pax: <u>19.383 pesquisas</u>
Transcrições realizadas: <u>745 transcrições</u>

JANEIRO A JUNHO DE 2019
Pesquisas realizadas – Concessionária Reviver: <u>2.920 pesquisas</u>
Pesquisas realizadas – Concessionária Rio Pax: <u>14.992 pesquisas</u>
Transcrições realizadas: <u>242 transcrições</u>

Próximos passos do CELICEM-RJ

Ao final da primeira fase do Projeto, estima-se que todos os livros cemiteriais estejam em bom estado, obtendo uma longa vida de conservação, sendo custodiados nas instalações do CELICEM-RJ, em ambiente com temperatura e umidade controladas e adequadas.

Através do trabalho de microfilmagem e digitalização, será construído um espelho do acervo físico em ambiente digital, para que os livros cemiteriais sejam preservados de manuseio.

Estima-se que, ao final dessa primeira fase do Projeto, os livros cemiteriais passem a se desenvolver em âmbito digital, transformando o que se vê em acervo físico, em um espaço híbrido, sendo perpetuado e desenvolvido como nato-digital.

A segunda fase do Projeto vislumbra a implementação de um Sistema de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD – que terá como objetivo perpetuar o acervo em um ambiente digital confiável e possibilitar o acesso às informações contidas nele pela população.

Considerações finais

O CELICEM-RJ está em crescente evolução. Conforme o Projeto se desenvolveu, outras necessidades surgiram, despertando as nossas visões para um leque muito maior de possibilidades no contexto técnico cemiterial e no meio acadêmico.

O objetivo principal é oferecer à população do Rio de Janeiro um trabalho de excelência, precursor, e a possibilidade de acesso ao legado do patrimônio cemiterial do município, levando conhecimento histórico e cultural a todos os segmentos de interesse, mantendo viva a memória das famílias representadas.

Referências

ANTUNES, Márcia Teresinha Feron. *A microfilmagem na perspectiva da preservação documental: um estudo realizado nas universidades públicas brasileiras que congregam curso de arquivologia*. 2009. 71 f. Monografia de Especialização (Pós-Graduação em Gestão de Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2009.

CASSARES, N. C.; MOI, C. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo : Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2000.

FONSECA, Maria Odila. *Informações e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas*. In: Revista Ciência da Informação. IBICIT: vol.28, n.2, 1999, pg. 07. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/845>. Acesso em: 07 jan. 2017.

GRASSI, Clarissa. Estudos cemiteriais. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbeta). ISBN 978-85-7334-299-4

JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos arquivos públicos. In: *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php>.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 13.

RIO DE JANEIRO. *Decreto n 39.094, de 12 de agosto de 2014*. Institui o regulamento cemiterial e funerário do município do Rio de Janeiro, mediante disciplina da Legislação local acerca dos cemitérios e da execução dos Serviços Funerários da cidade e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/euqba>.

PATRIMÔNIO CULTURAL FUNERÁRIO E TURISMO CEMITERIAL

CEMITÉRIOS E MUSEUS: CAMINHOS PARA UMA TEORIA INTERDISCIPLINAR

Amanda Carlotti dos Santos¹

Os estudos cemiteriais e a Museologia brasileira se relacionam há alguns anos, em formato de estudos teóricos e projetos colocados em prática.² A proposta aqui é a de adaptar alguns conceitos clássicos museológicos para os estudos cemiteriais e estreitar os laços entre cemitérios e museus.

O início de um caminho possível para a musealização dos estudos cemiteriais baseado em estudos como de Cristina Bruno (2014) que propõe a musealização da Arqueologia e de Duarte Cândido (2014) que adapta conceitos museológicos para a atualidade.

Museologia e Museu: conceitos

A Museologia é uma ciência social aplicada (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2019, p.61) e popularmente conhecida como estudo do museu, etimologicamente falando. Porém lida, não só com museus, mas com todo tipo de patrimônio cultural, que segundo o Artigo 216 da Constituição Brasileira:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988).

Um dos conceitos dados à Museologia é o do *conceitos-chave de Museologia*, uma publicação que traz significados para palavras utilizadas no meio museológico. Baseado em Stránský (1980):

[...] um verdadeiro campo científico de investigação do real (uma ciência em formação) e como disciplina independente. (...) a museologia como o estudo de uma relação específica entre o homem e a realidade, estudo no qual o museu, fenômeno determinado no tempo, constitui-se numa das materializações possíveis. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2019, p. 62).

¹ Graduanda do Curso de Bacharel em Museologia da Universidade Federal de Goiás. Técnica em Museologia pela Escola Técnica do Estado de São Paulo. Goiânia/GO. Participou desta pesquisa, Helen Helena Rodrigues de Almeida, graduada em Arte: História, Crítica e Curadoria. PUC/SP.

² Podemos conferir essas pesquisas nos anais dos eventos da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais.

Ou seja, uma das interpretações possíveis é de que os museus servem como base material para os estudos das relações entre pessoas e realidades. Porém, os museus têm alguns conceitos oficiais e um deles é dado pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus), que atualiza o seu conteúdo de cinco em cinco anos, e o mais recente é:

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (ICOM, 2015).

Atualmente, segundo Musealiza (2019), em abril desse ano, houve uma consulta pública em que abriram para sugestões a próxima definição de museu, que deverá condizer com a realidade e discussões atuais dos museus. Ou seja, um museu que seja “(...) orgânico e se transforma junto com a sociedade que você faz parte.” (MUSEALIZA, 2019)

A legislação brasileira, através da lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que “Institui o estatuto de museus e dá outras providências.” (BRASIL, 2009) também conceitua o que é museu de maneira oficial para o país:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009).

Podemos observar a repetição de alguns termos, com o mesmo significado, mas a grafia modificada, como “instituições sem fins lucrativos” e “a serviço da sociedade e seu desenvolvimento”. Esse último termo tem como referência a museologia social, que analisaremos mais adiante, um movimento que surgiu na segunda metade do século XX.

O IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) segue a legislação brasileira, mas também fala sobre o que é museu em seu site oficial, só que de forma poética:

O museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha. (IBRAM, [201-]).

Quando falamos de um espaço onde “se descobre e se aprende” e “amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade”, nos referimos, em uma das

O homem é “[...] um ser inacabado, um processo.” (GUARNIERI, 1990, p. 204). Objetos são “[...] elementos da realidade, existentes fora do homem e a partir de sua consciência.” (GUARNIERI, 1990, p. 205) e o cenário é “A paisagem modificada pelo Homem, [...]”. (GUARNIERI, 1990, p. 205).

Em uma tentativa de traduzir essa relação complexa, “[...], podemos dizer que é através da musealização de objetos, cenários e paisagens que constituam sinais, imagens e símbolos, que o Museu permite ao Homem a leitura do Mundo.” (GUARNIERI, 1990, p. 204). Considerando como musealização o ato de transformar algo em um objeto de museu através do processo museológico. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2019).

Com o tempo esse conceito se desatualizou e foi adaptado para os novos pensamentos, como veremos posteriormente. “Pelo simples fato de que temos feitos museus para a comunidade e não com a comunidade, [...]” (GUARNIERI, 1990, p. 206).

Museologia Social

A origem da Museologia Social se dá a partir de 1972, através da Mesa Redonda de Santiago do Chile. O evento realizado a pedido da UNESCO e organizado pelo ICOM, resultou em um documento que mudou os rumos da área museológica. Passa-se a pensar em uma instituição a serviço da sociedade, conceito presente nas definições de museu vistas anteriormente. Pensar os museus como “[...] agentes de inclusão cultural, de afirmação da identidade de grupos sociais, de reconhecimento da diversidade e de desenvolvimento econômico.” (NAVES, 2014).

A instituição distante, aristocrática, olimpiana, abecada em apropriar-se dos objectos para fins taxonómicos, tem cada vez mais - e alguns disso se inquietam - dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo - que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus 'sans murs', ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna - tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica. (MOUTINHO, 1993, p. 7).

Como dito acima, surgem novas tipologias de museus junto com os novos conceitos de museu e museologia. E um deles é o de Ecomuseu, que nasce em

[...] um debate sobre a função dos museus na sociedade, de que forma que um território sobre o qual vive uma população se mobiliza a partir das suas memórias. O ecomuseu representa um debate que cruza a questão da interdisciplinaridade, do ambiente e a comunidade. (LEITE, 2015).

Ou seja, o Ecomuseu, inicialmente, aparece como uma forma de interação entre

cultura e natureza. E como origem física “[...] estão os museus de ar livre que existiam no norte da Europa, [...]” (LEITE, 2015), que Hugues de Varine adapta para a realidade francesa, e assim perpetua aos poucos o conceito pela Europa e pelo mundo. Leite (2015) pesquisou Varine e separou três formas de Ecomuseu que se desenvolveram ao longo do tempo.

Um primeiro tempo os museus de ar livre, que privilegiam a conservação de elementos patrimoniais “in situ”, com o propósito de desfrutar um território ou uma paisagem. Este modelo aplicado por Varine no caso francês alarga ao conceito de preservação à ideia de construção dum território. O seu desenvolvimento: que implica atividades económicas. É desenvolvido nos anos sessenta.

Um segundo momento, que Varine aplica ao ecomuseu de do Haut-Creusot, na antiga região industrial do Loire, procura, dentro da lógica do desenvolvimento do território, implicar as comunidades. É desenvolvido a partir de 1971.

Um terceiro momento, desenvolvido pelo ecomuseu do Haute Beauce, no Québec, a partir da década de oitenta. Neste terceiro momento, estabiliza-se a ideia de território, participação da comunidade e desenvolvimento. (LEITE, 2015).

Após esses momentos, percebem que as práticas de Ecomuseus em alguns países não fluíram e acabam por utilizar menos a expressão. Mas em outros países, por exemplo, o Brasil, a experiência é aprovada e floresce. Surgem novas tipologias de museus, baseadas nos Ecomuseus, mas com conceitos e funcionalidades parecidos, como museu comunitário e museu de território.

Varine (2014) define museu comunitário como:

Como o próprio desenvolvimento, o museu de comunidade é mais bem descrito como um processo. Ele certamente não é uma instituição ou uma estrutura acabada. É um ser vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem nela e em seu ambiente, seja ele regional, nacional ou global. (VARINE, 2014, p. 28-29).

Ribeiro (2007) define o museu de território como:

São museus que, independentemente da sua designação, estão especificamente vocacionados para a representação de uma dada população, num âmbito territorial específico, fazendo sobressair os traços fundamentais que caracterizam a natureza e a essência dessa mesma comunidade, diferenciando-a das demais, num processo evolutivo de permanente descoberta e construção, em simultâneo, da sua própria identidade cultural. (RIBEIRO, 2007).

Os museus de comunidade e de território estão inseridos na Ecomuseologia. O Ecomuseu inicialmente propõe cuidar do patrimônio dentro de um determinado território, depois insere as comunidades, e após trata do desenvolvimento da sociedade com a participação da comunidade. Os museus acima descritos são e cuidam justamente da

comunidade dentro do seu território para o seu desenvolvimento. Essas duas tipologias de museu se complementam e podem ser aglomeradas, cujas únicas diferenças, a princípio observáveis, são que o museu comunitário tem uma preocupação mais aparente com o ser humano e o museu de território com o espaço físico em que essas pessoas se situam, porém a comunidade faz parte do território e vice-versa.

Os Cemitérios

O cemitério, cuja palavra vem do grego e do latim, significa *lugar onde se dorme*. A sociedade, de acordo à influência religiosa, acreditava em ressurreição. Logo, precisavam de um local sagrado para guardar seus mortos. Essa crença culmina na formação de rituais fúnebres e na preocupação de um espaço para manter os restos mortais (LOUREIRO, 1977).

As pessoas, obedecendo a moral imposta pela religião, não se preocupavam com a estética dos túmulos de seus mortos, já que deveriam levar uma vida simples e contentar-se com o alívio de sofrimentos que o falecimento traria. Porém, com a Revolução Francesa, novos valores sociais são colocados em jogo e a vida passa a ter um valor superior ao da morte. O individualismo toma lugar no cotidiano e influencia os ritos fúnebres existentes, ou seja, a morte como um reflexo da sociedade (BORGES, 2002).

Os sepultamentos, que eram feitos dentro e ao redor das igrejas, se mudam para um local com o objetivo específico de sepultar: os cemitérios (COMUNALE, 2013). Em paralelo a religião católica, há manifestações de outras crenças, que criam os seus próprios cemitérios, já que pessoas não católicas não poderiam ser enterradas na igreja. E junto ao movimento higienista, esses lugares de descanso são afastados dos centros urbanos.

Os cemitérios, inicialmente, foram administrados pela Igreja Católica. No século XVIII, surgiu a secularização, movimento que visava à separação do estado e da igreja (RODRIGUES, [201-]). Esse movimento chega aos espaços cemiteriais, que se separam gradualmente de uma administração religiosa. (RIBEIRO, 2015).

O iluminismo venera a imortalidade, fazendo com que os mortos figurem-se como heróis, simbologia essa, que se manifesta nas construções funerárias (BORGES, 2002). Logo, esses túmulos se tornam local de salvaguarda de memórias.

Com a junção desses fatores, há a *morte cultural*, onde os rituais fúnebres são valorizados e utilizados como um fator de recordação ao morto, ou seja, um ritual de culto à memória. E a *morte burguesa*, que é uma *morte cultural*, surge como a representação da imortalidade que um herói possui, ou seja, busca-se o triunfo da vida sobre a morte (VOVELLE, apud BORGES, 2002).

Essa busca pela imortalidade de uma memória concretiza-se em arte funerária (BORGES, 2002). Então começa a batalha por prestígio social dentro dos cemitérios, através da construção de túmulos monumentais, onde quem repousasse no maior e mais suntuoso mausoléu ganhava a disputa.

Ocorre uma seleção, através do poder (CHAGAS, 2011), de memórias a serem lembradas, ou seja, a *morte burguesa* prevalece devido, um dos fatores, às escolhas de materiais perenes para a construção dos túmulos. O que culmina atualmente, apesar da deterioração encontrada nos espaços cemiteriais, na preservação de túmulos da elite (BORGES, 2002).

Para além do individualismo, a Revolução Francesa traz questionamentos em relação às memórias e sua preservação. Não à toa, é nessa mesma época que os primeiros museus são idealizados e formados. Segundo Chagas (2011):

A admissão de que a memória acumulada possa ter sido o grande detonador da Revolução de 1789, leva o pesquisador a admitir que se há um movimento de memória que se dirige a um passado e lá se cristaliza – como “culto à saudade”, lembrança que aliena e evade o sujeito de si e do seu tempo, lembrança reificada e saturada de si mesma e por isso sem possibilidade de criação e inovação – há também um movimento de memória que se dirige para o presente. É o choque entre esses dois movimentos, com a vitória ainda que temporária do segundo, que gera a possibilidade da memória constituir-se em um grande detonador de transformações e mudanças individuais e sociais. (CHAGAS, 2011, p.129).

O que coincide, na história dos cemitérios, justamente na monumentalidade de túmulos, onde a memória do falecido, objetiva ser perpétua. E em contrapartida, o que Chagas (2011) discute é que com a preservação dessas, outras vozes são silenciadas. Borges (apud VOVELLE, 2002, p.166. Grifo meu) também fala sobre o silêncio: “A história da morte é também uma *história de silêncios*.” Percebe-se então que tanto na Museologia, com Mário Chagas, como nos Estudos Cemiteriais, com Maria Elizia Borges, há questionamentos e preocupação com as histórias das vozes que foram silenciadas, que culmina em um novo olhar sobre as memórias e a sua possível ressignificação.

Adaptações necessárias

Voltando à Museologia Social e ao fato museal de Bruno (1996), alguns autores o atualizam, fazendo algumas adaptações com novos termos e conceitos, que veremos exemplos mais adiante.

Com as discussões museológicas que ocorrem na segunda metade do século XX, renovam-se alguns conceitos, como o de Patrimônio Cultural:

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. (IPHAN, [201-]).

Como dito acima, surgiu o conceito de Patrimônio Imaterial. Que vem através da discussão sobre o patrimônio de grupos vulneráveis, que tiveram suas memórias comunitárias silenciadas fisicamente ao longo da história. Memórias essas que não foram completamente apagadas e que sobreviveram através da oralidade. Logo, surge a necessidade de se registrar coisas não palpáveis, como histórias orais.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (IPHAN, [201-]).

Como visto anteriormente, os cemitérios também têm memórias silenciadas e que podem, mesmo sem um símbolo físico, serem discutidas e propagadas. Ou seja, o espaço cemiterial também é lugar de Patrimônio Imaterial. Mas também há a questão da preservação da arte funerária, por exemplo, que é um agente físico de salvaguarda de memórias. Afinal, as pessoas queriam ser imortalizadas e para isso construíram túmulos suntuosos. Ou seja, não é apenas uma construção funerária, mas sim, um objeto passível de significação, um objeto de museu.

Anteriormente, vimos conceitos e discussões sobre o que é um museu, e também sobre os cemitérios secularizados. E concluímos que o cemitério tem várias características, acima descritas, que se encaixam no modelo ideal de museu atual, por exemplo, museu ao ar livre, ecomuseu, museu comunitário e museu de território. Então, por que não considerá-lo como um museu? É uma questão complexa e que esperamos, com o novo conceito de museu que será lançado em 2020 pelo ICOM, resolver alguma dessas questões (MUSEALIZA, 2019).

Por outro lado, na teoria, consideramos o cemitério como um museu, que deve ser musealizado para que a preservação tanto material como imaterial, aconteça. E para que os espaços cemiteriais tenham a oportunidade de uma gestão museológica voltada aos seus patrimônios funerários.

Se o cemitério é um museu e é passível de musealização, então propomos uma intervenção na teoria museológica que contemple especificamente esse tipo de patrimônio.

Então adaptamos o fato museal:

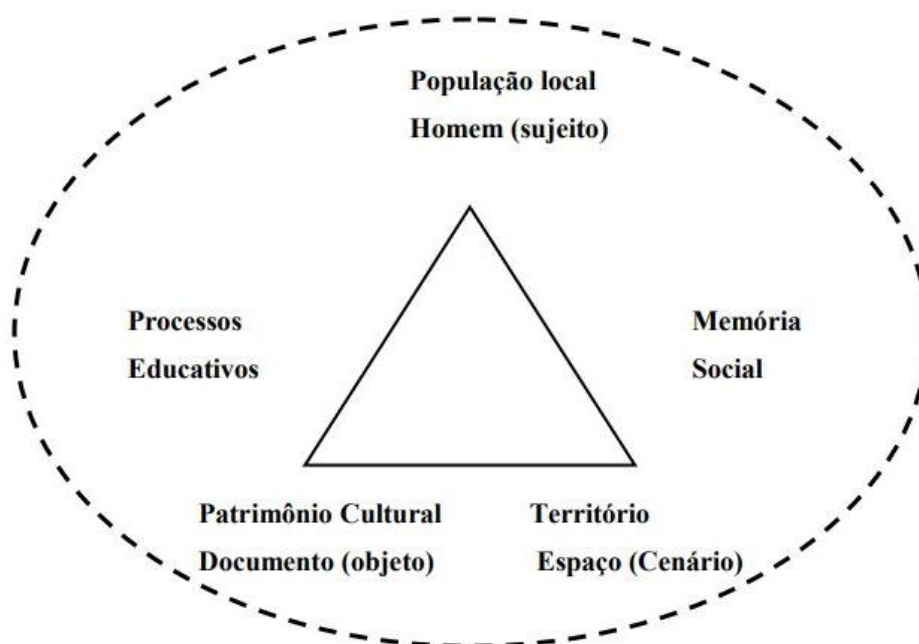
Figura 2 – O Fato Museal primário adaptado aos cemitérios



Fonte: da autora.

Com a Museologia Social, alguns autores modernos, como Chagas (2011), renovam o fato museal para que se encaixe nos novos modelos de museu existentes. Substituindo o *Homem*, que pressupõe o individual e exclui o feminino, por uma representação comunitária. E trocando o *Objeto* pelo termo *Patrimônio Cultural*, que é abrangente e engloba, por exemplo, o patrimônio imaterial. E por último, o *Cenário*, que não se refere mais só à edificação do museu em si, mas sim ao *Território*, que inclui outros espaços não institucionalizados.

Figura 3 – O Fato Museal



Fonte: Chagas, 2011.

As autoras Wichers (2012) e Bruno (2014) trabalham na Musealização da Arqueologia

e adaptam a teoria museológica para objetos e espaços arqueológicos. E também renovam, dentro desse processo, o fato museal. Baseado nesse fato museal arqueológico, e com influência da Museologia Social, propomos o fato museal cemiterial:

Figura 4 – Fato Museal Cemiterial



Fonte: da autora.

Ou seja, o fato museal cemiterial é o estudo da relação entre a comunidade e seu patrimônio funerário através de espaços cemiteriais. Onde a comunidade engloba funcionários, proprietários de terrenos/jazigos, familiares de pessoas sepultadas, visitantes e/ou turistas, pesquisadores, entre outros. E o Patrimônio Funerário é um “(...) conjunto de bens, materiais e imateriais, encontrados em locais de sepultamentos, acervos diversos, cemitérios e demais espaços e práticas relacionadas com a morte.” (CASTRO, 2017, p. 14). Esses dois elementos se relacionam em um território, que serve como base material para esse estudo. O território não é somente o espaço cemiterial, também inclui seu entorno e outros locais comunitários, como uma escola.

Considerações Finais

Um dos conceitos-base para a Museologia foi adaptado para os estudos cemiteriais, o fato museal. Com isso, além do estreitamento e aprofundamento da relação entre essas duas áreas, fica um caminho possível para que o relacionamento evolua e se multiplique. Para que a preservação e divulgação dos espaços cemiteriais, seus patrimônios e suas pesquisas se perpetue para uma futura contribuição da sociedade, e vice-versa.

Referências

ALMEIDA, Helen Helena de. *Diálogos e tensões no espaço da morte: perspectivas sobre a musealização do cemitério Consolação a partir do projeto Memória & Vida*. 2018. 47 f. Monografia (Arte: História, Crítica e Curadoria) - Faculdade de Filosofia, Comunicação,

Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

BORGES, Maria Elizia. A morte, o morto e a arte funerária. In: BORGES, Maria Elizia. *Arte Funerária no Brasil (1890-1930): Ofício de marmoraristas italianos em Ribeirão Preto*. 2. ed. Goiânia: Cegraf, UFG, 2002.

BRAMBILLA, Raquel. *Cemitério: museu a céu aberto um novo olhar ao campo santo proposta de musealização do cemitério luterano centro/Blumenau*. 2014. 88 f. Monografia (bacharel em museologia) - Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Orleans, 2014.

BRASIL. Artigo nº 216, de 5 de outubro de 1988. *Constituição Federal*. Título VIII Da Ordem Social. Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção II, Da Cultura. Brasília-DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2s7nvi1>. Acesso em: 7 Set 2019.

BRASIL. *Lei nº 11904, de 14 de janeiro de 2009*. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília-DF, 14 jan. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/309xRev>. Acesso em: 23 Jul 2019.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, p. 04-15, 2014. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/bitstream/handle/BDPI/49289/bruno.pdf>. Acesso em: 24 Jul 2019.

BRUNO, Maria Cristina. Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia: Museologia e Comunicação*, Universidade Lusófona, v. 9, n. 9, p. 09-33, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2QEVI8h>. Acesso em: 23 Jul 2019.

CASTRO, Elisiana Trilha. *O Patrimônio Cultural Funerário Catarinense*. Santa Catarina: Coleção Horizontes do Patrimônio Cultural, 2017.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e Poder: dois movimentos. *Ensaio de Museologia*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/309y7dt>. Acesso em: 6 Set 2019.

COMUNALE, Viviane. A utilização das imagens sagradas e profanas dentro dos cemitérios. *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*, Natal - RN, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2uttajW>. Acesso em: 6 Set 2019.

CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo*. São Paulo: Fapesp, 2002.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Cartas de navegação: planejamento museológico em mar revolto. *Cadernos de Sociomuseologia*, Universidade Lusófona, v. 48, p. 35-56, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/36PBBEo>. Acesso em: 23 Jul 2019.

GOMES, Carla Renata. *Do "Fato Museal" ao gesto museológico: uma reflexão*. 2013. Monografia (Bacharelado em Museologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/103357>.

Acesso em: 5 Ago 2019.

GOMES, Carla Renata. O pensamento de Waldisa Rússio sobre a Museologia. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 21-35, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2QB5vqy>. Acesso em: 7 Ago 2019.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de Cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional: A Evidência dos Contextos Museológicos*. 1. ed. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010. v. 1, cap. 2.12, p. 203-210.

INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). *Definição: Museu*. Portugal, 19 mar. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/36yWYtH>. Acesso em: 23 Jul 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Os Museus*. Online, [201-]. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Patrimônio Cultural*. Online, [201-]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 7 set. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Patrimônio Imaterial*. Online, [201-]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 7 set. 2019.

LEITE, Pedro Pereira. *Sobre Ecomuseus, Ecomuseologia e Museus Comunitários*. Portugal, 28 nov. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/37SAHai>. Acesso em: 9 ago. 2019.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da prefeitura do município de São Paulo, 1977.

MOUTINHO, Mário (Coord.). Sobre o Conceito de Museologia Social: Textos de alunos do Curso de Pós-graduação em Museologia Social na Universidade Lusófona. Texto fundador do Projecto de formação em sociomuseologia da universidade Lusófona. *Cadernos de Sociomuseologia: Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, v. 1, n. 1, p. 01-157, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/37Uoy4H>. Acesso em: 1 ago. 2019.

MUSEALIZA. *O ICOM quer definir o museu do Século XXI* | 001. 2019. (06m34s). Disponível em: <https://bit.ly/2FxGKoC>. Acesso em: 07 ago. 2019.

NAVES, Maria. *Sobre a Mesa de Santiago do Chile*. Online, 27 out. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/36PCexK>. Acesso em: 8 ago. 2019.

OLIVEIRA, Etheila Santos de. *Após o último suspiro: ensaio de uma possível narrativa museológica sobre a morte em Goiânia*. 2018. 54 p. Monografia (Bacharel em Museologia)- Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Agostinho. *Museus de Território*. Online, 24 maio 2007. Disponível em: <http://lamecus1.blogspot.com/2007/05/museus-de-territorio.html>. Acesso em: 9 ago. 2019.

RIBEIRO, Dimas dos Reis. O poder da secularização no mundo dos mortos. *Anais do VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais: Cemitérios como Patrimônio: Conceito, Métodos e Abordagens*, Online, p. 207-215, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2QCzOx3>. Acesso em: 6 ago. 2019.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. *Secularização: o conceito de secularização diz respeito ao processo de separação, ou gradual abandono, das formas tradicionais de estruturação social baseadas na religiosidade*. Online, [201-]. Disponível em: <https://bit.ly/37lg8xs>. Acesso em: 6 set. 2019.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. *Cadernos do CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina)*, Santa Catarina, ano 27, n. 41, p. 25-35, dezembro 2014. Disponível em: <https://bit.ly/307o8VX>. Acesso em: 9 ago. 2019.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. *Patrimônio arqueológico paulista: proposições e provocações museológicas*. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/35F3tK2>. Acesso em: 23 jul. 2019.

REFLEXÕES ACERCA DOS CEMITÉRIOS-MUSEU: O CASO DO CEMENTERIO MUSEO SAN PEDRO DE MEDELLÍN

Anna Julia Borges Serafim¹

Elisiana Trilha Castro²

Os cemitérios, a priori, são espaços de sepultamento e ritos que se relacionam com a morte. Porém, podem ter diferentes apropriações que salvaguardam seus aspectos sociais e culturais ultrapassando sua função primordial, a de sepultar os corpos. Cemitérios como o *Père-Lachaise*, na França, o Cemitério *de la Recoleta* na Argentina e o Cemitério da Consolação no Brasil são reconhecidos como patrimônios culturais e tornaram-se pontos turísticos. Nesses espaços é possível também acessar roteiros de visitação e participar de visitas guiadas que evidenciam seus aspectos sociais, históricos, artísticos e arquitetônicos.

O órgão oficial do patrimônio australiano, *NSW Heritage Office*, enumera os critérios para definir o valor patrimonial dos cemitérios e outros bens culturais relacionados, a saber:

- ser importante ou modelo para a história cultural ou natural;
- servir para a demonstração de características estéticas ou técnicas construtivas;
- ter associação especial com uma determinada comunidade ou grupo, por razões sociais, culturais ou espirituais;
- ter potencial para produzir informação e contribuir para a compreensão da história cultural ou natural;
- possuir aspectos incomuns, raros ou estar em perigo (CASTRO, 2017).

Assim, diante de muitos exemplares de cemitérios com diferentes características, alguns são considerados representativos por sua relação de proximidade com determinados grupos sociais ou por suas características arquitetônicas, algumas excepcionais. Esses cemitérios são assim objetos de proteção jurídica por órgãos governamentais, via tombamento que pode ser, no caso do Brasil, em nível federal, estadual ou municipal.

No Brasil, cemitérios já sem uso ou algumas unidades que possuem essas características representativas receberam proteção governamental. Em Santa Catarina

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação PGCIN/UFSC e graduada em Museologia/UFSC -2017. Atualmente é membro do grupo de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC). Interesses de pesquisa: exposições virtuais, museu virtual edocumentação museológica. Florianópolis/SC.

² Graduada em História/UFSC, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC e doutora em História Cultural/UFSC. É presidente da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC) e historiadora do Memorial Funerário Mathias Haas (MHaas). Florianópolis/SC.

destaca-se o caso do Cemitério do Imigrante em Joinville, tombado em 1962 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (CASTRO, 2017). O tombamento é uma medida de proteção jurídica de um bem cultural que reconhece legalmente a sua relevância histórica, artística, arqueológica e paisagística como patrimônios culturais, conforme suas características principais. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2009), a norma jurídica “não apenas define direitos e deveres para o Estado e para os cidadãos como também inscreve no espaço social determinados ícones, figurações concretas e visíveis de valores que se quer transmitir e preservar” (FONSECA, 2009, p. 37).

Além dos exemplares que recebem esse tipo de proteção legal, também é possível encontrar cemitérios que são denominados “cemitério-museu” ou “museu a céu aberto”. Esses espaços não são criados para serem instituições museais em sua proposta original, mas de acordo com Diego Ribeiro, Davi Tavares e Paulo Brahm, possuem potencial para tal, pois buscam, assim como os museus, a preservação de “memórias e identidades dos diferentes grupos e sociedades a qual estão enraizados” (RIBEIRO; TAVARES; BRAHM, 2017, p. 184).

O temor da ausência, do finito, da perda, da solidão motiva os vivos a conceberem esses espaços de memórias (cemitérios e museus) com a intenção de superar a morte. Encontra-se, por meio dos objetos, a possibilidade de trazer novamente à vida pessoas próximas (amigos, familiares) ou distantes (muitas vezes ausentes do plano físico e a-temporalmente localizados), não na forma física, mas de maneira representacional e simbólica (RIBEIRO; TAVARES; BRAHM, 2017, p. 179).

Portanto, os cemitérios, tal como os museus, estão ligados tanto a aspectos materiais, quanto a aspectos simbólicos e de representação. Maria Elizia Borges (2009) aponta ainda outros aspectos importantes que aproximam os espaços cemiteriais das instituições museológicas, tais como a busca por “preservar identidades próprias, favorecer a convivência entre classes sociais distintas e preservar o espaço que agrupa obras funerárias que retratam a sua memória” (BORGES, 2009, p. 2).

Considerando a legislação brasileira e sua definição do que se constituem esses espaços, entende-se que aplicar o termo de museus aos cemitérios possui certas implicações. O Estatuto de Museus, instituído em 2009, sistematiza o que se considera como instituição museológica e quais são as funções dela perante a sociedade, além de estabelecer uma série de ações a serem cumpridas e que são passíveis de fiscalização pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Diante disso, pretende-se neste artigo, entender como o campo da Museologia pode contribuir para a preservação dos cemitérios considerando seus aspectos históricos,

artísticos e culturais. Além disso, investiga-se como o cemitério museu pode ser constituído e como suas ações podem ser ordenadas em torno do patrimônio funerário. Para tal, dentre essas instituições cemiteriais que adotam a terminologia museu, será analisado o caso do *Cementerio Museo San Pedro* na Colômbia (CEMENTERIO, 2018).

Criado em 1842 como o primeiro cemitério privado da cidade de Medellín, em 1998 passou a ser alcunhado de cemitério museu e no ano seguinte foi declarado Bem de Interesse Cultural da Nação (BIC) pelo governo da Colômbia, sendo assim o primeiro museu dessa tipologia na América Latina (CEMENTERIO, 2018). Atualmente, o cemitério é administrado pela *Fundación Cementerio de San Pedro*. É também reconhecido pela *Red de Museos de Antioquia* enquanto um museu de sítio (FUNDACIÓN CEMENTERIO SAN PEDRO, 2015). Este é um dos poucos cemitérios institucionalizados museus que possuem diretrizes sobre seu acervo disponibilizadas em sua plataforma virtual, além de ser reconhecido por suas ações museológicas em prol da preservação de suas coleções e do patrimônio funerário como um todo.

A partir da experiência do *Cementerio Museo San Pedro*, especialmente, por meio de entrevistas realizadas com o diretor acadêmico desta instituição, Juan Diego Torres Urrego, este artigo procura investigar ainda quais são as inferências de tornar os espaços cemiteriais em espaços museológicos. A sua primeira parte discute como se constitui a musealização de territórios e seus conceitos relacionados. Na segunda parte será abordado o Estatuto de Museus e suas definições para instituições museológicas no contexto brasileiro e a sua possível aplicação à cemitérios-museu. Por fim, será apresentado o *Cementerio Museo San Pedro* e como este se constituiu enquanto museu e como vem salvaguardando seu acervo, com o objetivo de contribuir para as discussões sobre os museus-cemitérios.

O processo de musealização em territórios

O conceito de musealização pode ser entendido como a retirada de um objeto material do seu contexto funcional ou original para sua salvaguarda no espaço do museu, designando assim um caráter museal ao mesmo (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2014). Entretanto, com as discussões da Nova Museologia³ na década de 1970 esse conceito começa a abranger também os processos de musealização *in situ*, ou seja, de territórios e, mais recentemente, de aspectos imateriais da cultura de um grupo social, passando assim

³ Movimento do campo da museologia consolidado na década de 1980 com a Declaração de Quebec. Reconhece as novas tipologias museais, como o ecomuseu, surgido na década de 1970, e tem por base o “desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projetos de futuro” (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1984)

ser entendida não só como a extração física, mas também conceitual do objeto (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2014).

Para Marília Xavier Cury (2005), a musealização parte da seleção de bens culturais materiais ou imateriais a partir do “olhar museológico” (CURY, 2005, p. 24), entendida como atitude de questionamento e reflexão perante os objetos. Num amplo universo de bens potencialmente significativos, alguns são selecionados e ressignificados dentro da narrativa de determinado grupo, enquanto outros são excluídos dessa dinâmica. Quando são inseridos em um contexto museológico esses bens adquirem uma nova categoria de valor e a partir dessa, ou seja, perdem seu valor funcional e adquirem valor simbólico. Partícipes dessa nova realidade passam a serem entendidos como testemunhos da ação do homem (RUSSIO, 1984 apud CÂNDIDO, 2009, p. 176).

A musealização pode ser vista como produto de uma vontade de preservar, bem como da intencionalidade da mesma, como aponta Maria Lucia Loureiro (2016). A questão é o que se vai preservar, como e o porquê, que tem em seu sentido prático a coleta, identificação, pesquisa, documentação e conservação dos bens (LOUREIRO, 2016).

As discussões acerca do processo de musealização de objetos em seu local de uso ganham força com a criação do conceito de ecomuseu por Hughes de Varine e George Henri Rivière na década de 1970. Os ecomuseus seriam instituições que pretendem englobar toda uma comunidade que se interessaria pela “[...] totalidade de seu meio ambiente, de seu patrimônio e de seu desenvolvimento” (VARINE, 2000, p. 65). Essa iniciativa para o autor se distinguia do museu tradicional por duas características: a missão de aquisição de objetos deixaria de ser primordial, assim como “[...] a noção de coleção permanente desapareceria em proveito daquela de patrimônio comunitário e coletivo” (VARINE, 2000, p. 65).

Porém, Helena Barbuy ressalta que o conceito de acervo não é abandonado na perspectiva do ecomuseu, mas sim ampliado “tanto no sentido de sua natureza como no de seu significado, abrangendo bens imóveis e territórios inteiros, além de espécimes vivos e de bens imateriais” (BARBUY, 1995, p. 210). Portanto, a autora considera que as noções do que é o acervo e, principalmente, do que se considera por patrimônio foram ampliadas, pois objetos que antes não eram considerados relevantes, passam a ser documentos culturais.

As ações da ecomuseologia se voltam então, para a relação de grupos sociais e o espaço em que se inserem. Estas novas experiências museológicas levam em conta o contexto social e o território de determinado grupo, buscando assim sua autonomia para definir o que é seu patrimônio. Nessa perspectiva, o ecomuseu seria uma ferramenta de

desenvolvimento social que possibilitaria a reflexão de uma comunidade sobre o espaço em que está inserida (VARINE, 2000).

O conceito de ecomuseu se desdobrou em outras iniciativas, tais como os museus de território e museus de comunidades, que enfatizam as relações território, patrimônio e população; e os museus de percurso e de museus de cidades, que tem por base a musealização de espaços públicos e lugares de memória (KASEKER, 2014, p. 48). Cada um desses formatos trata o território e seu patrimônio de maneiras diferentes, mas enfatizam sua relação com o lugar e sua interação com os grupos sociais (BARBUY, 1995).

Quando se trata da musealização de um território leva-se em consideração, a totalidade do espaço no qual está situado. Assim não se “trata de ‘que objetos preservar?’ mas sim de ‘quais os aspectos e quais os limites do museu?’” (LOUREIRO, 2016, p. 100). Assim, pensando os espaços de sepultamento dentro das perspectivas museológicas supracitadas, especialmente pelo caráter de seu acervo (imóvel e a céu aberto) caberia uma reflexão sobre sua salvaguarda em um sentido ampliado a partir do acervo e sua relação com a comunidade a qual pertence voltada à interação com seu território e trajetos possíveis.

O cemitério museu poderia assim caber como uma nova categoria dentro da Ecomuseologia. As próprias características dos cemitérios patrimonializados definidas pelo *NSW Heritage Office*, já mencionadas, se relacionam com a importância do território e dos grupos sociais, assim como para os ecomuseus, especialmente no que tange a “associação especial com uma determinada comunidade ou grupo, por razões sociais, culturais ou espirituais” (CASTRO, 2017).

Estatuto de Museus: legislação no contexto brasileiro

A lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009 instituiu o Estatuto de Museus, um conjunto de regulamentações para o setor museológico brasileiro. Esse documento se insere no contexto do desenvolvimento de políticas públicas para os museus brasileiros visando sua consolidação e o desenvolvimento pleno dessas instituições. Em seu artigo 1º, o estatuto define esses espaços enquanto

[...] instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Nessa definição é possível identificar a chamada tríade museológica: preservação, pesquisa e comunicação. É a partir desta tríade que as instituições devem embasar suas ações para promover o desenvolvimento da sociedade.

Consideram-se para os efeitos da lei como museus também “as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades” (BRASIL, 2009). O estatuto define ainda os bens culturais passíveis de musealização, a saber:

os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 2009).

Desse modo, essas resoluções ampliam os horizontes do campo de atuação dos museus no Brasil, abrangendo não só as instituições tradicionais, mas também os novos processos museológicos que incluem os ecomuseus, museus de território e museus virtuais, podendo também englobar os cemitérios-museus. Além disso, amplia ainda a tipologia dos bens culturais, com destaque para os bens de natureza imaterial.

Importante destacar ainda que o Estatuto traz a obrigatoriedade dos museus de construir o planejamento estratégico de suas ações por meio do Plano Museológico. O plano é uma ferramenta de gestão das instituições na qual se definem seus objetivos, metas e a estrutura interna. Em resumo:

O Plano Museológico deve ser elaborado com a finalidade de orientar a gestão do museu e estimular a articulação entre os diversos setores de funcionamento, tanto no aprimoramento das instituições museológicas já existentes, quanto na criação de novos museus. Essa ferramenta de planejamento estratégico deve ordenar e priorizar as ações a serem desenvolvidas pelo museu para o cumprimento da sua função social e constituir-se como um documento museológico que baliza a trajetória do museu (IBRAM, 2016, p. 35).

A partir dessas definições, os cemitérios poderiam vir a ser considerados museus, pois são lugares que fazem referência a identidade e a cultura da sociedade, podendo oportunizar reflexões históricas e culturais a partir de seus elementos materiais e imateriais no território em que estão localizadas. Porém, para que sua efetivação em museu se concretize, é necessário desenvolver ações sistematizadas de preservação, pesquisa e comunicação sobre suas coleções.

O Cemeterio Museo San Pedro

Lugar de rememoração e dos ritos relacionados à morte, os cemitérios são parte indispensável ao funcionamento das cidades. Eles expressam na arquitetura funerária, os valores e práticas culturais das comunidades que deles se utilizam. Na configuração dos cemitérios católicos, por exemplo, costumam predominar os ornamentos, especialmente as imagens sacras, mausoléus, enquanto naqueles de tradição protestante, em grande medida, são mais comedidos na arquitetura, com túmulos de pequeno e médio porte, epitáfios detalhados, dentre outros (CASTRO, 2010).

Os cemitérios podem ser também lugar de distinção das classes sociais mais abastadas, que investiam nos ornamentos e materiais no local de sepultamento como forma de demonstrar sua posição social (CASTRO, 2010). Um dos trechos da carta de fundação do *Cemeterio San Pedro* em 1842 revela que seus fundadores pensavam no cemitério para além de suas funções funerárias, como uma forma de estabelecer a distinção e o poder dos que ali seriam sepultados:

No nos induce, pues, a la construcción de éste ningún objeto de vanas y ridículas intenciones, sino el bien general de la población, y el placer, o mejor diremos, consuelo de ver reducidos los restos de nuestras familias, y que después de transcurridos tres, cuatro o más siglos, puedan nuestros descendientes, al visitar aquel lugar fúnebre decir: 'Aquí yacen las reliquias inanimadas de nuestros progenitores: ellos fueron virtuosos imitémoslos, para que acompañándolos algún día en este triste recinto, los acompañemos también en la mansión de los justos (PARRA, 2005, p. 118).

Aqui se percebe que os jazigos servem para marcar o espaço dos fundadores, não só no cemitério, mas também na história da cidade de Medellín. Nesse espaço encontram-se políticos, representantes das elites, empresários e artistas, que transformaram Medellín no centro econômico, político, religioso e cultural da chamada região da Antioquia (PARRA, 2005).

Catalina Velásquez Parra aponta que o *San Pedro* passou por diversas transformações em seu estilo arquitetônico e artístico, recebendo grande influência dos cemitérios europeus. Isso fica evidente pela grande quantidade de obras em mármore que não estão ligadas somente aos rituais religiosos, mas também ao aspecto artístico. Os processos de industrialização e mesmo o narcotráfico também marcaram o espaço com novos símbolos demonstrando que o cemitério acompanha as transformações da sociedade (PARRA, 2005).

Portanto, o projeto de consolidação do *San Pedro* em um museu considerou “el proceso de fundación, ampliación y consolidación del lugar, los personajes enterrados y las

obras escultóricas y arquitectónicas expuestas [...] además, el uso social del cementerio” (PARRA, 2005, p. 128). Dentro desta proposta, a participação da comunidade no desenvolvimento cultural do cemitério foi elemento principal para a constituição do espaço museológico sendo a comunicação, a educação e a participação, aspectos estruturantes deste projeto. Com relação aos seus objetivos enquanto instituição museológica se destaca que ele

pretende reivindicar el espacio físico del cementerio y su entorno como un escenario de memoria colectiva en donde se cualifiquen procesos sociales y culturales, que permitan la apropiación social. Se busca fortalecer el cementerio como museo y potenciar manifestaciones culturales con estrategias pedagógicas y reflexivas en torno a la memoria, y adicionalmente, lograr la integración del Cementerio San Pedro al sistema de museos como un equipamiento cultural que fortalezca la cadena cultural de la ciudad (CEMENTERIO, 2018).

A instituição entende que os cemitérios são “lugares que reflejan imaginarios y representaciones sociales alrededor de la vida y a la muerte” (CEMENTERIO, 2018). Portanto, suas coleções são compostas por túmulos, mausoléus, bem como pela memória dos que ali estão sepultados. Assim, o cemitério “preserva, difunde e investiga sus bienes y colecciones, desde una dimensión estética, antropológica e histórica” (CEMENTERIO, 2018).

É importante destacar que o espaço do *San Pedro* passou por dois processos distintos: a musealização, em 1998, e, posteriormente em 1999, a patrimonialização. O processo de salvaguarda foi iniciado em 1996 com a busca de mecanismos de proteção. Para tanto, a declaração de Bien de Interés Cultural de Carácter Nacional foi o mecanismo considerado mais eficaz, pois ele determinava a criação de um plano especial de proteção. Concomitante a este processo buscou-se a o seu reconhecimento também como museu, “entendiendo que este concepto va más allá del simple coleccionismo” (PARRA, 2005, p. 129). Os dois processos demandaram o planejamento de ações para a *Fundacion Cementerio San Pedro*, que passou então a atuar com entidade cultural. Para além do plano museológico foi necessário pensar em sua participação dentro do Plano de Ordenamento Territorial da cidade de Medellín.

A patrimonialização pode ser entendida como um processo de reconhecimento pelo Estado do valor cultural de determinados lugares, construções, práticas e outros. Assim, ao se tornar Bem de Interesse Cultural da Nação (BIC), o cemitério *San Pedro* foi declarado patrimônio cultural da nação e, portanto, deve atender ao regulamento do Ministério da Cultura da Colômbia, ou seja, a ter um Plano Especial de Gestão e Proteção. O *Cementerio Museo San Pedro* possui seu *Plan Especial de Manejo y Protección* (PEMP), aprovado pelo

Ministério da Cultura da Colômbia, além de possuir o Plano Museológico. Dentre as ações previstas neste plano está o inventário, a formação das coleções e outras ações pertinentes as ações do bem e do registro de bem culturais, de acordo com Juan Diego Torres Urrego (2018), diretor acadêmico *Cementerio Museo San Pedro*.

Em seu *guion museológico*, um guia curatorial do *Cementerio Museo San Pedro*, são apresentados os quatro momentos históricos que transformaram sua paisagem. As coleções do seu acervo museológico têm como base essas categorias, a saber: auto representação das elites (1842-1921); modernidade, arquitetura e urbanismo (1922-1970); presença do mundo popular funerário (1971-1997); presença do mundo popular funerário (1971-1997); um cemitério para a cidade (1998-2015) (FUNDACIÓN CEMENTERIO SAN PEDRO, 2015). Cada categoria considera o contexto social e sua presença na arquitetura tumular, bem como nas práticas do cemitério. O planejamento museológico da instituição estabelece ainda dez critérios de valorização das unidades funerárias⁴, permitindo compreender sua importância dentro de cada coleção. Dentre as peças do acervo estão jazigos, mausoléus e gavetas (FUNDACIÓN CEMENTERIO SAN PEDRO, 2015).

Em sua página na *internet*, a instituição declara sua particularidade enquanto museu: suas coleções são fixas, não existe o espaço da tradicional da reserva técnica e seu acervo está todo em exibição (CEMENTERIO, 2018). Essa característica pode parecer a princípio limitadora, porém a instituição se propõe a “mover as pessoas”, ou seja, instigar os seus visitantes a percorrer diferentes roteiros temáticos e narrativas que ampliem suas visões sobre o acervo. Nas palavras de Juan Diego Torres Urrego “La museografía se resuelve mediante una visita guiada, no se mueven las piezas, se mueven las personas entre las piezas y se contruyen relatos museograficos” (URREGO, 2018). Dentre suas propostas, o museu oferece programas educativos como, arte em grupo e de coral infanto-juvenil no espaço do cemitério, além de visitas guiadas e propostas de ocupação artística do espaço e ciclos de palestras (CEMENTERIO, 2018).

Outra particularidade observada está no fato que enquanto espaço cemiterial, o *San Pedro* continua a exercer suas atividades funerárias primordiais, concomitantes com as atividades próprias de um museu, recebendo assim tanto os visitantes do local, quanto os usuários. Enquanto cemitério, mesmo as unidades que fazem parte do acervo do museu podem receber inumações, bem como as famílias proprietárias podem vender sua concessão de uso para outras. Isso pode refletir uma dualidade com os procedimentos

⁴ Os dez critérios são: Historia del cementerio; Historia regional; Impronta espacial urbanismo y paisaje funerario; Arte y ornamentación funeraria; Autoría; Huella gráfica; Interés popular; Devoción religiosa y ritualidad; Acción comunicativa (FUNDACIÓN CEMENTERIO SAN PEDRO, 2015).

museológicos. No museu ‘tradicional’ a tendência é que as coleções percam seus usos funcionais quando se tornam acervo da instituição e seu uso passa a ser restritamente simbólico. Nesse sentido os cemitérios-museus se aproximam das propostas da ecomuseologia, apresentadas anteriormente: entender os bens culturais em seu uso, ou seja, no contexto em que foram criados e são ressignificados pela sociedade e assim,

Bajo su condición de Cementerio Museo, esta institución se ha configurado como una organización integral que administra, gestiona, indaga y se renueva en sus funciones funerarias sabiendo que su tarea está más allá: en la de proteger, recuperar, conservar, divulgar y darle sostenibilidad a un lugar patrimonial (FUNDACIÓN CEMENTERIO SAN PEDRO, 2015, p. 53).

Além disso, pode-se dizer que a instituição opera sobre o público e o privado, pois como se trata de um patrimônio nacional do governo da Colômbia e como instituição museal, as sepulturas são necessariamente de interesse público. Porém, dentro da lógica de um cemitério, essas unidades são também propriedades das famílias que as construíram como lugares de práticas funerárias “familiares”. De acordo com Juan Diego Torres Urrego

el Cementerio Museo San Pedro es administrado en su actividad funeraria, museal y patrimonial por una organización privada sin ánimo de lucro llamada: Fundación Cementerio San Pedro. Luego de ser declarado como BIC por el Ministerio de Cultura del Colombia, el Cementerio adquiere unas responsabilidades de ley que lo obligan a proteger y conservar la edificación y piezas declaradas patrimonio, pero la institución no pierde su condición de empresa privada y en su condición de institución privada, debe velar por el cuidado de esos bienes con valor y declaratoria patrimonial (URREGO, 2018).

É o cemitério em si, incluindo suas práticas funerárias, que o *San Pedro*, enquanto uma instituição museológica, pretende preservar. Assim, de acordo com o diretor da instituição, Juan Diego Torres, é permitido que essas unidades sejam usufruídas pelas famílias, porém com certas restrições que impedem a destruição ou adulteração da sepultura (URREGO, 2018). Quando é necessário colocar novas lápides, por exemplo, estas devem atentar-se à estética e aos materiais construtivos do mausoléu, conforme recomendação da administração do cemitério que de acordo com Juan Diego Torres Urrego está “basado en la legislación que regula los BIC que busca preservar el orden estético, histórico, arquitectónico y evitar los ‘falsos históricos’” (URREGO, 2018). Ou seja, as novas inserções não devem ser dissonantes ou destacar-se do conjunto adulterando seu formato original tombado pelo órgão de proteção preservando, portanto, os valores considerados primordiais para sua salvaguarda.

Assim, com os novos sepultamentos, novas memórias e informações são atribuídas

aquele objeto. É necessário então, um processo de documentação que acompanha a trajetória arquitetônica e imaterial - ritual, modificada por novas inclusões neste bem, por meio de novos sepultamentos. Tal como uma coleção em um museu tradicional é preciso documentar o percurso museológico do objeto que inclui, dentre outros, seus processos de exposição, restaurações e pesquisas. O registro das modificações ou interferências perpassa toda a vida “útil” do objeto ligado à instituição.

Portanto, esse espaço apresenta duas realidades paralelas que podem soar contraditórias: enquanto instituição de memória, o *San Pedro* tem função de unir o que Pomian chama de mundo visível e o invisível (POMIAN, 1984). Quando expostos ao olhar, esses objetos musealizados agregam valores sociais, culturais e históricos, tornando-se mediadores de reflexões da sociedade sobre si mesma. Assim, perderiam suas funções “ordinárias”, que no caso dos cemitérios seria a de local de sepultamento. Porém, a nova museologia, que embasa a proposta museológica do *Cementerio San Pedro* (FUNDACIÓN CEMENTERIO SAN PEDRO, 2015, p.4), descobriu essa lógica ao entender que essas funções primordiais é o que dão sentidos aos lugares e que é possível musealizar os bens culturais em seu lugar de criação e uso, sem a perda de suas funções, no caso do cemitério a de atender a novos sepultamentos.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo proporcionar a reflexão sobre os cemitérios-museus e suas implicações. Entende-se que, quando denominados museus, esses espaços devem atender aos regulamentos das instituições governamentais e suas medidas legislativas, dentre elas, criar ferramentas de gestão de seu acervo e planejamento de suas ações, como o plano museológico.

Os cemitérios são locais de memória *per se*. Os espaços de sepultamento também podem manifestar o desejo de lembrar já que os cemitérios têm a função de inumar os corpos, mas não se limitam a ela. Eles servem também para demarcar a posição dos que ali jazem, para os rituais humanos perante a morte, bem como de ser espaço de afetividade e lembrança de entes queridos para suas famílias, e por que não, um espaço museológico.

Os conceitos de musealização territorial e ecomuseu ajudam a pensar em como preservar essa dinâmica dos espaços, garantindo que suas funções originais sejam mantidas em consonância com suas funções de salvaguarda do patrimônio. Entende-se que esse é o ponto principal quando se trata da musealização do patrimônio em seu lugar de uso, bem como, uma nova maneira de entender a gestão de acervo em comparação aos demais formatos de espaços museológicos.

No âmbito da aplicação da museologia aos espaços cemiteriais é importante prever como a tríade - preservação, pesquisa e comunicação – pode ser aplicada. No caso da preservação é importante que haja ações voltadas a este segmento, tais como documentação do acervo, diagnósticos de conservação, ações de restauro, dentre outros. A pesquisa deve ser incentivada por meio do acesso à documentação como subsídio para estudos e para a partir do acervo, promover o estudo das relações ali travadas com o meio social e suas representações. Para a comunicação, além da criação de roteiros para visitas, fica evidente a importância da pesquisa para a reflexão sobre as narrativas presentes nas ações de comunicação em geral, que podem englobar a criação de uma expografia que dialogue com a especificidade do acervo imóvel e dela tire proveito para propor novas formas de exposição ou comunicação. Para além das visitas é possível criar uma expografia, aos moldes dos museus, com conteúdo e uso de tecnologias que instiguem os visitantes ao uso, por exemplo, de celulares, por meio de QR code, e o acesso a outros conteúdos, frutos da pesquisa, outra parte da tríade.

Também, ainda considerando os museus e seu contributo aos cemitérios e sua preservação, no caso das reservas técnicas, muitos cemitérios poderiam inclusive ter este espaço, considerando a presença constante de ações de demolição de unidades ou reformas feitas pelos proprietários. Uma opção seria dar guarda e tratamento a partes das unidades tumulares, especialmente lápides que nem sempre são realocadas nas unidades reformadas e muitas vezes são colocadas em outras construções dentro do cemitério, como depósitos. Uma reserva técnica poderia ser um espaço para o tratamento desses elementos e para sua posterior comunicação dentro do espaço cemiterial.

Assim, com o estabelecimento do *Cementerio Museo San Pedro* é reconhecida a importância das práticas culturais ocorridas naquele espaço para a dinâmica da sociedade colombiana. Com a sua constituição como museu e aplicação das técnicas museológicas, a instituição se propõe, então, a promover a salvaguarda e a difusão do patrimônio cultural funerário comunicando de forma efetiva, os aspectos materiais e imateriais que o tornam monumento nacional da Colômbia.

Referências

BARBUY, Helena. *A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.3, n.1, jan/dez 1995, pp.209-230. Disponível em: <https://bit.ly/37NY595>. Acesso: 23 set. 2018.

BORGES, Maria Elizia. O cemitério como “museu a céu aberto”. In: *VII CONGRESSO INTERNACIONAL IMAGENS DA MORTE: TEMPOS E ESPAÇOS DA MORTE NA*

SOCIEDADE, 2016, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: 2016. p. 1-16. Disponível em: <https://bit.ly/35Euqxl>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRASIL. *Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009*. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 20 set. 2018.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro*. Cadernos de Sociomuseologia, v. 20, n. 20, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2FA3aps>. Acesso em: 27 set. 2018.

CASTRO, Elisiana Trilha. *Marcas da vida na hora da morte: identidade e memória por meio dos cemitérios e seus acervos*. Blumenau em Cadernos, Blumenau, v. 4, p. 26-42, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2tGTiYg>.

CASTRO, Elisiana Trilha. *O patrimônio cultural funerário catarinense*. Florianópolis: FCC, 2017.

CEMENTERIO. *Cemeterio Museo San Pedro*. Disponível em: <https://bit.ly/2TeqGAX>. Acesso em: 25 set. 2018.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

DA MORTE NA SOCIEDADE, 2016, São Paulo. *Anais eletrônicos*. São Paulo: 2016. p. 1-16. Disponível em: <https://bit.ly/2QDtvcw>. Acesso em: 14 ago. 2019.

Declaração de Quebec. *Princípios de Base de uma Nova Museologia*. Quebec, 1984. Disponível em: <https://bit.ly/39Qi6gZ>. Acesso em: 24 set. 2018.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE François. *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Florianópolis: FCC, 2014.

FONSECA, Maria Cecília L. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.

Fundación Cementerio San Pedro. *Libro de Relatos funerários*. Fundación Cementerio San Pedro: Medellín, 2015.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. *Subsídios para a elaboração de planos museológicos*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), 2016. Disponível em: <https://bit.ly/35DdwQ7>. Acesso em: 4 set. 2019.

KASEKER, Davidson Panis. *Museu, território, desenvolvimento: diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva*. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade de São Paulo, 2014, p 48. Disponível em: <https://bit.ly/2Nbv9Qv>. Acesso em: 24 set. 2018.

LOUREIRO, M. L. N. M. Reflexões sobre Musealização: processo informacional e estratégia de preservação. *III Seminário Serviços de Informação em Museus*, 2016, São Paulo. Colecionar e significar: documentação de acervos e seus desafios. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2016, v. 1, p. 91-103. Disponível em: <https://bit.ly/2utxEXO>.

Acesso em: 23 set. 2018.

PARRA, Catalina Velásquez. Recuperación del Cementerio de San Pedro de Medellín: Una propuesta sobre la creación de las políticas para la gestión y sostenibilidad del patrimonio cultural. *Apuntes, Revista de Ciencias Sociales*, Peru, v.18, n. 1-2, p. 118-133, 2005. Disponível em <https://bit.ly/2Fxn4kL>. Acesso em: 23 set. 2018.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. Disponível em: <https://bit.ly/2tG1DLQ>. Acesso em: 24 set. 2018.

RIBEIRO, D. L; TAVARES, D. K ; BRAHM, J. P. Entre a vida e a morte: cemitérios, em si próprios, são museus? *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro v. 10, p. 166-187, 2017.

URREGO, Juan Diego Torres. *Entrevista concedida a Elisiana Trilha Castro* (via Skype). Florianópolis, 20 de setembro de 2018.

VARINE, Hugues. O Ecomuseu. *Ciências e Letras*, Revista da Faculdade Porto-Alegrense, Porto Alegre, n. 27, p. 61-90, jan/jun 2000.

TURISMO CEMITERIAL: UMA PROPOSTA PARA O CEMITÉRIO ECUMÊNICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS

Ana Lúcia Machado Lopes¹

Fernanda Kieling Pedrazzi²

Introdução

Os cemitérios são espaços de rememoração dos antigos moradores de uma cidade. Nesse ambiente que, quando se trata de cemitério público, é aberto à visitação, muitos podem ser os atrativos para pessoas da comunidade, desde a sua relação com os que ali estão enterrados como por fatores como estética, cultura, curiosidade, conhecimento, entre outros.

Em pesquisa realizada em 2017, Souza afirma que “o turismo cemiterial e o *dark tourism* surgem como segmentos alternativos” e que “reúnem a história dos locais, a memória e evidenciam o patrimônio onde se localizam, porém apresentam algumas peculiaridades tais como a temática da morte, novas visões sobre os cemitérios e a recriação de espaços desolados” (SOUZA, 2017, p. 17).

De acordo com Tomazzoni (2009, p. 100) “o turismo pode ser estudado e compreendido como um campo social que estabelece profundas relações com a cultura”. A cidade dos mortos é parte do patrimônio cultural das cidades, pois também conta sua história, mostram tendências artísticas e arquitetônicas e são complementares das fontes arquivísticas.

A história contada pelos mortos através de suas sepulturas envolve as condições sociais e de infraestrutura de cada época, e por isso a importância de guardar a sua memória para que não se perca nas gerações futuras. O legado da morte se constitui por certidões de óbito, livro, lápides, mausoléus, etc. (RICHTER et al, 2005 p. 27).

Com a morte, extingue-se um organismo vivo, mas também o sujeito é separado de sua comunidade. Os locais de sepultamento revelam peculiaridades da vida do morto e estão relacionados com religião, com a passagem do mundo dos vivos para um mundo desconhecido. Os ritos fúnebres sempre fizeram parte das sociedades, desde a Pré-História, com diferentes padrões conforme o lugar e a época.

¹ Arquivista. Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS.

² Professora Orientadora do trabalho apresentado - Departamento de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadora do Grupo Informação e Cemitério (GIC/UFSM). Santa Maria/RS.

Há conhecidos monumentos arquitetônicos relacionados à morte no mundo, como, por exemplo, as pirâmides do Egito e o Taj-Mahal, na Índia. Através desses monumentos evidenciavam-se nas culturas as diferenças sociais, com a opulência evidente nas tumbas dos mais abastados, em contraste com a simplicidade dos túmulos mais pobres.

Para Tomazzoni (2009, p. 100) “é importante identificar se o turismo contribui com a descoberta, revelação e valorização de bens materiais e simbólicos, aparentemente sem valor e utilidade, num primeiro momento”. Em Santa Maria (RS), tendo como foco o Cemitério Ecumênico Municipal, evidencia-se a necessidade de conservação dos túmulos e dos espaços de trânsito entre eles.

Os cemitérios podem ser considerados museus a céu aberto pois mostram o processo evolutivo-cultural local e são objetos de estudos multidisciplinares na academia. Este trabalho é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido nas disciplinas de Projetos Aplicados em Turismo I e II do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e visa analisar se há espaço/interesse para o turismo cemiterial na cidade tendo em vista que esta é uma prática em outros locais.

A pesquisa visa reconhecer o potencial turístico na cidade de Santa Maria para esse tipo de turismo e identificar quais os locais poderiam ser explorados sendo parte de um roteiro para, na sequência, propor este roteiro. Para cercar esta questão, foram traçados os objetivos do projeto da área de Gestão de Turismo. O objetivo geral era analisar o potencial turístico no segmento turismo cemiterial na cidade de Santa Maria (RS) propondo um roteiro para um cemitério público local. Para alcançar o objetivo principal foi necessário 1º) compreender o interesse da população local em cemitérios; 2º) identificar os locais mais visitados de um cemitério público local; 3º) analisar o entendimento da Administração Municipal sobre o tema turismo cemiterial; 4º) propor um roteiro cemiterial para um cemitério público local.

Evidencia-se que o turismo cemiterial tem tido destaque a partir das últimas décadas em vários países, chegando também ao Brasil. Um primeiro trabalho sobre cemitério de Santa Maria já foi realizado no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo e teve uma perspectiva macro, envolvendo a localização e dados gerais de três cemitérios da cidade. Assim, justifica-se a continuidade desses estudos no Curso sendo observada a oportunidade de buscar informações mais específicas de túmulos existentes em um deles: o Ecumênico Municipal.

Espaços cemiteriais nas cidades

Richter et al (2005, p. 27) afirma que os “documentos museológicos e epigráficos em lápides e monumentos funerários são importantes fontes histórico-culturais que retratam a sociedade”. Para os autores, estes bens materiais “retratam o comportamento social diante da morte e o tempo histórico em que o ente viveu e que, por isso, devem ser conservados e protegidos como patrimônio das cidades” (RICHTER et al, 2005, p. 28). Este patrimônio, ainda de acordo com os mesmos autores, denota “o desenvolvimento e as transformações socioeconômicas de uma época” (RICHTER et al, 2005, p. 28).

Com vista a análise do comportamento social diante da morte tratou-se de levantar o histórico dos espaços cemiteriais da cidade de Santa Maria, no centro do Estado do Rio Grande do Sul. Seu primeiro cemitério nasceu junto ao primeiro templo local, que era católico, entre 1808 e 1810, próximo à Praça Saldanha Marinho, no centro da cidade. Os sepultamentos nesse local já aconteciam na época do acampamento militar, no final de 1797, até 1850.

Entre 1850 e 1860, foi utilizado em Santa Maria o Cemitério Santa Cruz, na região da atual Igreja do Rosário (próxima da esquina das ruas Silva Jardim e Duque de Caxias) até a efetivação do Cemitério Municipal. Em 1860, de acordo com o arquiteto e professor aposentado José Antonio Brenner de Brenner³, foi autorizada a instalação do Cemitério Evangélico que hoje integra o espaço do atual Cemitério Ecumênico Municipal, sendo este o cemitério objeto do projeto.

“Como os prédios, as praças e as ruas, o cemitério é um *locus* imprescindível em quaisquer sociedades. Ao se organizarem em núcleos habitacionais, os homens precisam refletir acerca do espaço que deve ser dedicado aos mortos” (RICHTER et al, 2005, p. 13). As mudanças de lugar do cemitério na cidade de Santa Maria correspondem a própria evolução da estrutura da cidade e são marcadas pelo tempo, suas crenças e leis que regem o espaço urbano.

De acordo com Ismério (2017), em Bagé a pesquisa sobre o assunto proporcionou aos cidadãos mais conhecimento sobre a história da cidade. Em seu livro “Sarau Noturno”, relata sobre o projeto cultural de mesmo nome, advindo do Projeto “História sob olhar da Arte Cemiterial”, em que histórias sobre o cemitério são contadas mescladas a passagens e personagens da literatura romântica. O mesmo cemitério é fonte da pesquisa que resultou no livro “A Memória Retida na Pedra”, de Elaine Bastianello (2016) sobre o importante acervo de artefatos funerários ali existentes, principalmente de esculturas em mármore.

³ Informações fornecidas pelo Brenner em entrevista pessoal concedida em sua residência (14/11/2018).

Turismo e o Turismo cemiterial

O turismo é o deslocamento das pessoas pelos diferentes ambientes. As razões desse deslocamento são muitas, tais como: o descanso, a cultura, os negócios, a saúde entre outros. “O turismo é um campo no qual a diversidade cultural e a abertura às novas experiências fazem parte do cotidiano” (TRIGO, 1996, p. 74).

Para Trigo (1996, p. 17), “o turismo começou a se organizar em meados do século XIX, porém, apenas a partir da década de 1950 é que se transformou em uma atividade de massa bastante significativa”. Teve grande influência para o desenvolvimento turístico a evolução dos meios de transportes, com mudanças em todo o mundo. “As principais foram as pesquisas tecnológicas, que possibilitaram a construção de motores a vapor para equipar navios, locomotivas e máquinas de produção industrial” (TRIGO, 1996, p. 17).

Para Silveira (2007, p. 154) é após a segunda guerra que “consolida-se um mercado consumidor de turismo que na Europa (...) desloca milhões de pessoas de seus lugares de origem rumo aos mais diversos destinos”. O autor afirma que a maioria das viagens eram classificadas como de curta distância. Já no Brasil, Silveira indica que o turismo se afirma “a partir das décadas de 1960 e 1970 (...) como atividade mobilizadora de estruturas sociais, com a formação de um mercado específico” cuja ideologia de consumidor surge a partir dos anos de 1990.

De modo geral, foi a partir da década de 1990 que o turismo cemiterial passou a ser mais procurado, por representar uma época, uma cultura, parte do patrimônio histórico e arquitetônico de um lugar. Os cemitérios podem ser considerados museus a céu aberto, locais de pesquisa, importantes para a genealogia, para as artes e, portanto, requerem atenção e manutenção.

Teixeira e Pedrazzi (2016, p. 165) referem que “cada cemitério constitui-se em um memorial a céu aberto, devendo ter suas informações encaradas como patrimônio”. Czerny (2006, p. 181) defende que patrimônio “se considera no todo lo que nos han dejado nuestros antepassados sino sólo una parte de esto, considerada por las generaciones que lo siguen como lo suyo y necesario para ele proceso de autodefinition o em la formación de la identidade de uno”. Ou seja, a identidade é construída pelas gerações que sucedem o monumento ou outro bem patrimonial (materiais ou imateriais). O mesmo autor, ainda resume a questão ao acreditar que o patrimônio é “lo que los herederos aceptan como la herencia (o el patrimonio)” (CZERNY, 2006, p. 181).

O turismo cemiterial é um meio de evidenciar bens representativos da cultura e do patrimônio para uma comunidade de uma região ou mesmo de um país. Seus usuários, enquanto usuários de bens patrimoniais, são parte de vários grupos da sociedade, que para

Czerny (2006, p. 182) “pueden ser los habitantes del lugar, turistas, ecologistas, empresarios, inversionistas, autoridades locales, investigadores etc”. O fato de estarem os habitantes do próprio lugar como usuários de seu espaço patrimonial corrobora a ideia de que uma visita ao cemitério pode incluir pessoas da própria comunidade que se dirigem ao lugar para ver “com outros olhos” aquilo que já conheciam, tomando uma posição de turista nessa abordagem nova ao mesmo espaço. “Cada de este grupo puede percibir el patrimonio de manera distinta y cada grupo puede pensar sobre otros fines en quanto a su uso y su aprovechamiento” (CZERNY, 2006, p. 182).

No Brasil, o turismo cemiterial é um segmento novo que precisa de apoio dos poderes público e privado. Algumas cidades já dispõem de roteiros turísticos para seus cemitérios. Destacam-se o Cemitério da Consolação e o do Morumbi, na cidade de São Paulo e o cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. O próprio *site* do Ministério do Turismo⁴, em publicação de janeiro de 2016, indica que este último, o São João Batista, assim como outros cemitérios, estão “repletos de obras de arte que retratam a sociedade brasileira ao longo dos anos e sepulturas de ídolos da música, arte e política” e afirma que “alguns cemitérios brasileiros estão se consolidando como atrativos turísticos”. O *site* considera os cemitérios uma opção “para quem busca um roteiro alternativo nestas férias de verão” por abrigar “túmulos de grandes personalidades da história, tais como Santos Dumont, Carmem Miranda, Cazuzza, Tom Jobim, Machado de Assis e Floriano Peixoto entre outros”. A promessa de cultura e mais conhecimento diz respeito também à suntuosidade das construções. “Lá, o visitante pode ver centenas de ricos mausoléus e sepulturas adornadas por esculturas e vários outros tipos de obras de arte”.

Na região Sul do Brasil, de acordo com Souza (2017) têm destaque os cemitérios da Santa Casa de Porto Alegre e o da Santa Casa de Caridade de Bagé, no Rio Grande do Sul e o cemitério São Francisco de Paula, em Curitiba, Paraná, que conta com um Guia de visitação produzido por Grassi (2014, p.16) que defende que os cemitérios “integram parte do patrimônio cultural brasileiro e alguns já são reconhecidos como bens valorados em diferentes localidades, por meio de ações de preservação”. Neste mesmo material, composto inclusive com um mapa do cemitério com 10 agrupamentos (arte tumular, arquitetura, geologia, artistas, intelectuais, músicos, políticos, empresários, ritos e fé e personalidades) que destacam 99 túmulos numerados e marcados no mapa, Liccardo define cemitério como “expressão cultural – no sentido antropológico, são um pequeno

⁴ Disponível em: <https://bit.ly/35DsvG>. Acesso em: 17 jun. 2019.

universo que possibilita o entendimento do mundo dos vivos ao longo das diferentes épocas em que foi utilizado” (LICCARDO, 2014, p. 52).

No mundo, salientam-se os cemitérios Père Lachaise, o Panteão, o Museu *des Invalides* em Paris; o *Highgate*, em Londres; La Recoleta, em Buenos Aires; a Catacumba de São Calixto, em Roma; a Tumba de São Pedro e as grutas, no Vaticano; o Cemitério Nacional de Arlington, na Virginia, e o *Hollywood Forever* de Los Angeles, na Califórnia, ambos nos EUA.

Porém, mesmo com muitos exemplos de cemitérios que fazem visitas dirigidas ou guiadas, não é visto por uma maioria de pessoas como convencional o turismo cemiterial. “Ainda busca-se desmistificar o lado soturno dos cemitérios, que são vistos com preconceito, e entendidos como lugares de tristezas e saudades”, conforme Santos (2014, p. 102). O autor define que pode se ter uma nova visão da necrópole “como sendo um patrimônio histórico do município, um local que conta a história da cidade, possibilitando inúmeros estudos, oportunizando a apreciação de obras de artes e permitindo momentos de paz e tranquilidade” (SANTOS, 2014, p. 102).

Metodologia

A pesquisa foi realizada como uma pesquisa aplicada, pois gerou “conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (SILVA, 2005, p. 20). Também pode-se dizer que se trata de uma pesquisa qualitativa pois tem esta tem “um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” e “o pesquisador é o instrumento-chave” (SILVA, 2005, p. 20). Quanto a seus objetivos, trata-se de uma Pesquisa Exploratória pois “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses” e também é uma Pesquisa Descritiva pois “envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática” (SILVA, 2005, p. 21).

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi constituída como bibliográfica, pelas pesquisas realizadas em materiais publicados; e de levantamento, pois “envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer” (SILVA, 2005, p. 21), no que tange à pesquisa de opinião tomada através de uma rede social.

Foram realizadas entrevistas com pessoas que conhecem a história de Santa Maria e com agentes da administração pública municipal. As entrevistas são semiestruturadas, e foram norteadas por três perguntas-chave: 1º). Acha que seria interessante realizar um

roteiro turístico interno no Cemitério Ecumênico de Santa Maria? 2º) Das pessoas que foram sepultadas no Cemitério Ecumênico e que você tem informações, quais que você considera que poderiam estar inclusas no roteiro, trazendo aspectos de sua vida? Justifique. 3º) Das sepulturas que existem no Cemitério Ecumênico e que você conhece, quais que chamam mais a sua atenção? Justifique. As entrevistas foram gravadas com equipamento *smartphone* e posteriormente descritos os trechos mais relevantes. No momento da entrevista foi solicitado o consentimento para o uso na pesquisa.

Resultados

Após definida a metodologia do projeto, foram realizadas as primeiras ações que marcam a aplicação da pesquisa e são convertidas neste artigo como resultados. Primeiramente foram, feitas entrevistas exploratórias com duas pessoas que investigam a história da cidade já há alguns anos: José Antonio Brenner de Brenner (arquiteto e professor aposentado da UFSM) e Valter Antonio Noal Filho (Programador Visual da UFSM).

Entrevistas exploratórias

Os nomes dos entrevistados foram definidos pela acadêmica e sua orientadora no início do mês de novembro de 2018. Brenner⁵ e Noal Filho foram escolhidos por terem diversas publicações sobre a história de Santa Maria e seu povo. Tratam-se de pesquisadores da história e estórias de Santa Maria e de seu patrimônio cultural. A finalidade de entrevistá-los era de se obter com deles indicações preliminares sobre quais túmulos do Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria, não podem faltar em um roteiro turístico em Santa Maria.

As entrevistas foram agendadas por *e-mail* para o dia 14 de novembro de 2018. A primeira foi realizada no turno da manhã, na UFSM, onde Noal Filho trabalha. Ele aceitou que a entrevista fosse gravada e também que fossem publicadas em trabalho acadêmico as informações que dispôs. Também o professor José Antonio Brenner, em sua casa, aceitou a gravação e a publicação das informações que concedeu.

Alguns nomes sugeridos pelos entrevistados são de seus antepassados e que tiveram relevância em outros tempos na cidade. Alguns têm túmulos suntuosos, como é o

⁵ Em maio de 2016, o professor Brenner esteve com o então prefeito Cezar Schirmer em reunião com a então secretária de cultural Marília Chartune, com a Prof. Dra. Fernanda Kieling Pedrazzi, coordenadora do projeto sobre cemitério alemão na UFSM, e por João Teixeira com o objetivo de preservar os túmulos mais antigos de Santa Maria. Na oportunidade o então prefeito enalteceu a iniciativa como relevante para o turismo, revelando a intenção de elaborar um material informativo sobre esses túmulos, porém nada disso foi realizado. (Visita registrada pela notícia disponível em <https://bit.ly/2FyutjR>. Acesso em: 30 nov. 2018)

caso de José de Oliveira, antepassado de Valter, que foi assinado por empresa de Porto Alegre e feito de mármore de Carrara “tem no alto uma espécie de cúpula com a máscara mortuária de meu bisavô” (NOAL FILHO, entrevista de 2018). Já o professor Brenner cita Pedro Balduino Brenner, seu avô paterno, que está sepultado no mausoléu Brenner “é o único que tem cripta, uma entrada por trás que leva até embaixo” (BRENNER, entrevista de 2018).

Valter Antonio Noal Filho destacou que um roteiro de turismo seria de interesse de pessoas da cidade ou de fora de Santa Maria, evidenciando as personalidades ali enterradas. Cita, por exemplo, Maria Parteira (Maria Carolina Schmidt, nascida em 22 de abril de 1822 e falecida em 29 de junho de 1888) que exercia a função que lhe empresta o apelido na cidade na segunda metade do século XIX (PARAENSE & NOAL FILHO, 2018, p. 73). “Ela deu à luz a milhares de santa-marienses no século XIX [...] é uma sepultura simples, não tem nenhum atrativo estético, mas a pessoa que está ali eu considero de extrema importância” (NOAL FILHO, entrevista de 2018).

Valter cita também Carlos Polaco (polonês, nascido na Cracóvia como Karol Wyrzykowsky, falecido em 22 de abril de 1912) que “chegou a Santa Maria por volta de 1882, depois de haver estado em Silveira Martins por algum tempo” (PARAENSE & NOAL FILHO, 2018, p. 33). De acordo com o entrevistado, era um excêntrico.

José Antonio Brenner cita Antonio Alves Ramos como benemérito de Santa Maria, esquecido atualmente pela cidade. “Ele tem um túmulo muito bonito, na parte de cima, do lado do Oscar Grau” (BRENNER, entrevista de 2018). Brenner também cita, assim como Valter, o Dr. Victor Teltz, médico alemão que não tem familiares na cidade e morreu no início do século XX sendo enterrado com a marca da gratidão dos santa-marienses na sua lápide. “Morreu aqui sem família e foi uma construção da comunidade santa-mariense. Quem construiu o jazigo do Teltz foram as pessoas que apreciavam muito este médico alemão [...] têm uma gratidão para com o médico” (BRENNER, entrevista de 2018).

Ambos acham interessante a criação do roteiro turístico idealizado neste trabalho, pois isso levaria a um processo de manutenção e conservação dos túmulos e melhoras nas condições gerais desse cemitério que está em situação de abandono.

Observação no cemitério

O Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria fica localizado entre a Avenida Liberdade (número 54), a Avenida Dois de Novembro e a rua Samuel Kruschim, no Bairro Patronato, bem próximo ao centro de Santa Maria (RS). A localização da entrada principal em graus no *Google Maps/Earth* tem as coordenadas 29°41'38.4"S e 53°49'25.0"W (última

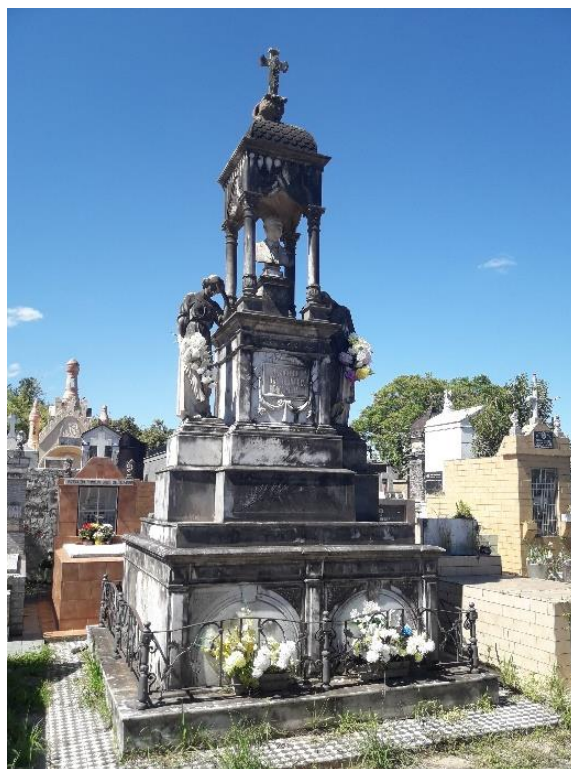
modificação das imagens de 21 de janeiro de 2019).

Existem pelo menos três entradas neste Cemitério, sendo a principal exatamente na esquina das avenidas Liberdade e Dois de Novembro. O ambiente cemiterial inspira maior conservação uma vez que apenas as vias internas mais próximas da entrada principal do Cemitério têm um cuidado constante com limpeza e manutenção. Circundando o Cemitério existem altos muros que, do lado de dentro, são repletos de “gavetas” ou “carneiras”, um dos tipos mais simples e baratos de sepulturas presentes nas cidades dos mortos.

Os funcionários do Cemitério, servidores da Prefeitura Municipal vinculados à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, concentram-se na área da administrativa, também situada junto à entrada principal. Dentro da área do Cemitério pode-se observar algum trabalho de limpeza e reparo nos espaços de trânsito, porém poucos servidores/terceirizados realizam esta rotina. O que se percebe andando pelo interior do Cemitério é a presença de pessoas independentes que não possuem qualquer vínculo com a Prefeitura Municipal ofertando serviços de construção ou reforma de sepulturas.

Além de túmulos mais simplórios, no principal espaço cemiterial de Santa Maria encontram-se diversos símbolos religiosos como cruz e santos. Ali também existem obras arquitetônicas de maior vulto com o uso de mármore de carrara e outros materiais nobres.

Figura 1 – Jazigo de José Oliveira e família no Cemitério Ecumênico Municipal



Fonte: acervo de Fernanda Kieling Pedrazzi.

Materiais comuns dividem o mesmo espaço, observando-se o revestimento de azulejos ou outras alternativas mais baratas. “Tudo isso originou uma evidente semelhança entre a cidade dos mortos e a cidade dos vivos”, segundo Catroga (1999, p. 110) que ainda faz diferença entre ambos quando cita que “os cemitérios tendiam a repetir uma arte miniaturizada, estereotipada e de catálogo”, coexistindo estilos, o que deixa o lugar bastante eclético. Elementos como anjos, que são produzidos em série, também podem ser encontrados em formas únicas, quando percebe-se que são modelados à mão, por escultura.

Figura 2 – Adorno esculpido em pedra no Cemitério Ecumênico Municipal



Fonte: acervo de Fernanda Kieling Pedrazzi.

A arte é parte desse espaço, juntamente com outros valores e símbolos da cultura. Del Puerto analisa a visitação nos cemitérios como espaços de turismo e refere que “a apreciação da arte, iconografia, arquitetura, história, a sensação de aproximação em relação as personalidades ali inumadas e até mesmo a fé depositada nos santos populares podem ser alguns dos motivos que instigam o deslocamento dos visitantes até as necrópolis” (2016, p. 36).

A mesma autora defende que nem sempre é a morte que leva alguém a ir até a um cemitério. Para Del Puerto o impulso de se deslocar até a cidade dos mortos não estará

“necessariamente relacionado à morte, pois geralmente ela não ocorre ali. Não há apenas sofrimento e dor, há também manifestações dos vivos, que parecem desejar um prolongamento da vida, da memória daqueles que não mais existem”. E conclui dizendo que “há uma necessidade de vida marcada pela iconografia, pelos epitáfios e pela arte tumular” (DEL PUERTO, 2016, p. 37).

Busca de informações com a Prefeitura Municipal

A visita à Secretaria de Município de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação de Santa Maria não trouxe resultados em um primeiro momento. Foi realizada em 28 de novembro de 2018 e não houve atendimento específico à questão. Quanto ao que foi questionado, se haveria interesse por um roteiro cemiterial, não souberam responder.

No primeiro semestre de 2019, foi realizada a busca de informações via telefone e e-mail à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. Ainda optou-se por enviar uma mensagem eletrônica para o Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, que é também responsável pelos cemitérios públicos da cidade: Campestre do Menino Deus, Ecumênico Municipal, Jardim da Saudade, São Marcos, Pau a Pique e os cemitérios São José e Parque Jardim Santa Rita de Cássia, concedidos à iniciativa privada desde 2018 (Empresa Formolo de Caxias do Sul - RS). No dia 17 de junho de 2019, foram enviadas informações sobre o projeto e as seguintes questões: 1º) A Prefeitura Municipal de Santa Maria, através do órgão Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, se opõe à execução de um roteiro de turismo cemiterial no Ecumênico? 2º) Caso não se oponha, a Prefeitura e a referida Secretaria têm interesse que um roteiro passe a funcionar com alguma periodicidade? 3º) Qual a opinião da Prefeitura e sua Secretaria de Infraestrutura sobre o tema? 4º) Têm alguma sugestão à acadêmica sobre os túmulos que deveriam constar no roteiro? Um telefonema, realizado posteriormente ao envio da mensagem, obteve-se informações com a assessora do secretário, que comunicou que possivelmente as questões seriam respondidas pelo seu substituto, pois o secretário está afastado. Nunca houve resposta.

Opinião da comunidade local sobre a implantação de um roteiro turístico

Para analisar o potencial turístico no segmento turismo cemiterial na cidade de Santa Maria (RS), e propor um roteiro para um cemitério público local, foi necessário compreender o interesse da população em cemitérios. Para isso, foi pensado um formulário na ferramenta “Google Formulários”, disponível pela empresa *Google* executada pelo *Gmail* e publicizado

e distribuído em uma rede social (*Facebook*) e um aplicativo de bate-papo (*Whatsapp*) para sua distribuição.

A pesquisa ficou disponível de 15 de abril até 1º de maio de 2019, recebendo respostas a suas cinco questões específicas sobre a temática turismo e cemitério e ainda sobre o perfil dos respondentes (mais quatro questões). Denominada “Avaliação de interesse em criação de Roteiro de Turismo Cemiterial em Santa Maria (RS)”, a pesquisa foi apresentada com um texto explicativo, que informava que somente deveriam responder as pessoas que conhecem a cidade de Santa Maria e que já residiram na mesma. A pesquisa inicia com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, após ser disponibilizada na rede social e aplicativo, foi acessada e respondida por 76 pessoas. Apenas um respondente, o de número 23, não aceitou a sua participação apesar de ter respondido a todas as nove questões. Foram suprimidas as suas respostas e o total de respondentes válidos passou a ser de 75 pessoas.

Quanto ao perfil dos respondentes (informações obtidas no Bloco I), dentre as 75 pessoas que autorizaram a utilização dos dados, quanto ao *gênero*, a maioria era *mulher*, 49 pessoas, enquanto que os homens somavam 26. A *faixa de idade* mais incidente é de 35-39 anos (em número de 15), seguidos de pessoas de 30-34 anos (14); de 25-29 (10); de 40-44 (10), os demais tiveram menos de 10 incidências e não são detalhados aqui. Quanto ao estado civil, a maioria é casado, 42 pessoas, seguido dos solteiros, 29 pessoas. Os demais tiveram baixa incidência. Com relação à *escolaridade*, 37 têm pós-graduação completa, 14 com pós incompleta, 14 com apenas graduação completa e 8 com graduação incompleta. As demais classificações tiveram poucos casos.

Dentre as questões específicas (Bloco II), perguntou-se “1. *Você costuma frequentar os cemitérios de Santa Maria?*” 53 pessoas disseram que não, não costumam visitar o cemitério e apenas 22 têm este hábito. Apesar de apenas 22 pessoas responderem à questão afirmativamente, 40 pessoas disseram que costumam visitar com alguma frequência o cemitério pois quando perguntados “1.1. *Se sim, com que frequência?*” 18 pessoas a mais marcaram uma das opções. A mais marcada foi “sem frequência definida”, marcada por 19 pessoas das 40. 27,5% dos respondentes (11 pessoas, em números reais) apontaram que frequentam o cemitério pelo menos uma vez por ano. 12,5% das pessoas que responderam ao formulário que frequentam o cemitério indicaram que vão ao local uma vez a cada seis meses. Considerou-se baixa a frequência naquele cemitério municipal.

Em “2. *Você tem algum parente ou amigo enterrado em um dos cemitérios de Santa Maria?*” a maioria dos participantes da pesquisa, 45 das 75 pessoas, respondeu que sim, que tem um amigo ou familiar que teve seus restos mortais sepultados nestes locais. A

seguir foram questionados a dizer quem (pergunta 2.1), de suas relações, está sepultado nestes cemitérios. Dos 45 que apontaram ter pessoas de suas relações ali sepultadas, 41 informaram um ou mais tipo de parente ou amigo estão sepultados em um dos cemitérios municipais de Santa Maria: 17 pessoas apontaram os avós; 14 pessoas disseram os pais; 14 foram os que responderam sobre ter amigos sepultados nestes locais. Outras tipologias de parentes apareceram como respostas, porém com baixa incidência (toda família, 1; trisavós, 1; bisavós, 4; irmãos, 3; tios, 11; primos, 6; cônjuges, 1; sogros, 4; etc.).

Sobre o local onde as pessoas estavam sepultadas, dos 45 que disseram ter parentes ou amigos em um dos cemitérios de Santa Maria, apenas 42 responderam. Como era uma questão aberta, alguns responderam mais de um cemitério. 22 pessoas, a maioria, disseram ter seus amigos e parentes no sepultados no Cemitério Ecumênico, 17 no Parque Jardim Santa Rita de Cássia, quatro no São José, um no Jardim da Saudade e um no Cemitério de Pau a Pique. Dessa forma nota-se que os dois principais cemitérios, mesmo na amostra da pesquisa, são o Ecumênico e o Jardim Santa Rita.

A questão apresentada a seguir aos participantes é a mais relevante para este estudo foi: “3. *Você considera interessante que Santa Maria possua um roteiro turístico cemiterial?*” A grande maioria, 55 das 75 pessoas participantes, respondeu que sim, que acha interessante ter um roteiro turístico cemiterial na cidade.

Na sequência os participantes da pesquisa foram solicitados a explicar a sua posição. Todos deram alguma resposta, negativa ou positiva afinal pelo menos 20 pessoas eram contrárias a existência de um roteiro cemiterial. Chamou a atenção justamente as contrariedades à ideia quando se expressaram.

Um grupo disse ser desinteressante: “não sairia de casa para isso”, “desnecessário”, “não vejo necessidade”, “não entendo muito bem a proposta e não vejo necessidade, a princípio”, “não acho interessante”, “não tenho interesse em visitar cemitérios”. Outro grupo fez relação com os sentimentos que o lugar desperta: “muito triste”, “por ser uma dor a que será lembrada”, e “acho mórbido”. Três pessoas salientaram medo em relação aos cemitérios: “não gosto de cemitério”, “tenho receio em frequentar cemitérios” além disso mostrou insegurança “não visito cemitério por questões de segurança, vários amigos meus já foram atacados por ladrões. Acredito que antes de pensar em uma rota turística, precisamos pensar na segurança de quem frequenta o cemitério”.

A relação cemitério-turismo foi novamente pensada por seis pessoas que disseram: “não acho lugar apropriado para passeios turísticos”, “não acho que seja situação para turismo” “não acho o cemitério um lugar atrativo. É um lugar espiritual como um templo, por exemplo, mas não tem atrativos como uma igreja ou um museu. Talvez, se as lápides ou

tumbas oferecerem algo a se olhar, e os mortos forem reverenciados sem medo, pode ser uma boa ideia”. As prioridades turísticas foram outra desculpa: “acredito que outras áreas do Turismo precisam de atenção antes dessa”.

Por outro lado, muitas foram as manifestações dos pesquisados (ao todo 55 pessoas) sobre os *pontos positivos* de se ter um roteiro turístico cemiterial em Santa Maria (RS). Um deles acha curiosa a ideia, “porém seria necessário identificar a real demanda”, o que procura esta pesquisa. Muito disseram ser “interessante”, e alguns complementaram dizendo “acredito que a cidade tem potencial para ter o roteiro”, “é uma opção diferenciada para as pessoas que curtem esse tipo de atividade” e ainda “apoio toda a atividade cultural, embora talvez não participasse dessa”.

Houve quem lembrasse que hoje em dia os roteiros cemiteriais não são mais algo estranho nas cidades: “qualquer tipo de cultura é interessante. Em muitas cidades do mundo esse tipo de visitação é normal”, e também salientaram a necessidade de olhar para estes lugares “porque é preciso ocupar um espaço de memória e cultura que está largado ao abandono (principalmente o municipal)”.

A transformação no lugar cemitério seria uma consequência da realização de um roteiro: “Não apenas para demonstrar respeito e zelo aos entes ali enterrados e pela comunidade, mas garantir os cuidados e atenção necessários para a manutenção e preservação de um local de comum acesso a todos, ou seja, à um ponto que pode e seria interessante ser turístico, e que sim é de importância, interesse e relevância para o município e sua população”. Disseram ainda que “obrigaria o poder público a limpar os cemitérios”, concluindo-se, assim que “pode ser que tenha mais cuidados com os cemitérios”. Com o roteiro tem-se uma “forma de incentivar o cuidado e o interesse da população nas questões patrimoniais, que incluem o patrimônio cemiterial”.

Um dos pesquisados disse que “seria bom para a cidade” e outro “acho importante para a preservação da história da cidade”, tendo a mesma percepção de outros como: “acredito que através do cemitério, podemos conhecer muito da história de um lugar”, “tem muita história, de famílias e da cidade envolvidas”.

Sobre a memória de Santa Maria, alguns participantes da pesquisa defenderam que: “acredito que a memória deva ser valorizada e há diversos túmulos de valor histórico e arquitetônico que podem ser explorados” e “os cemitérios também são locais de memória e onde estão expressas, também, as nossas concepções de sociedade, de mundo, de cultura, de religião. São importantes para compreendermos nossa sociedade, seus cultos e práticas, suas percepções de território e memória”.

A relação entre o homem e a sociedade estaria expressa e preservada com um

roteiro cemiterial: “acredito que o cemitério seja um reflexo socioeconômico de uma cidade”, demonstra a “riqueza cultural e antropológica”, sendo que um dos participantes defende: “acredito que os locais de sepultamento, bem como as práticas de sepultamento são parte de nossas histórias e trajetórias. Os cemitérios também são locais de memória e onde estão expressas, também, as nossas concepções de sociedade, de mundo, de cultura, de religião. São importantes para compreendermos nossa sociedade, seus cultos e práticas, suas percepções de território e memória. Recentemente, realizei trabalhos com genealogia e trajetórias familiares onde os cemitérios foram locais importantes para a reconstrução destas trajetórias”.

As personalidades locais também foram lembradas, suscitando a “memória dos sepultados”. Um roteiro seria bom “para saber quem são as personalidades históricas enterradas no município, bem como a história arquitetônica das sepulturas” e afirmam que “é sabido que os cemitérios são a última casa de personalidades públicas, também, que em alguns casos possuem jazigos familiares que são verdadeiros patrimônios culturais da cidade”.

A arquitetura também foi tema de defesa da ideia de fazer um roteiro: “Devido ao tipo de jazigos antigos”, “o roteiro turístico é importante para que a população conheça o mundo artístico existente dentro do espaço cemiterial”, “descobrir, ou redescobrir o tesouro cemiterial que nossa cidade guarda. Os estilos tumulares, as personalidades que lá jazem, são parte da história santa-mariense”.

Quando perguntados se gostariam de conhecer algum túmulo de personalidade, 45 pessoas responderam “não” e 30 disseram “sim”. Destas, 26 responderam “quem?” E indicaram quem gostaria de saber como está/é o túmulo. Um dos participantes disse que gostaria de conhecer o túmulo de “prefeitos, personalidades da sociedade que deixaram sua contribuição para as gerações posteriores”. Um dos respondentes também lembrou de grupos pouco mencionados na história de Santa Maria: “Gostaria de conhecer as sepulturas de personalidades negras importantes a História de Santa Maria, tais como as lideranças abolicionistas negras locais, os criadores da Irmandade do Rosário e demais Clubes Sociais Negros, lideranças do Associativismo Negro e da Imprensa Negra Local”. Quanto as personalidades citadas com nome, as que se repetiram mais vezes foram José Mariano da Rocha Filho e Mariazinha Penna (quatro vezes cada um deles). Também foram citados nominalmente Edmundo Cardoso, Astrogildo Cezar de Azevedo, Manoel Ribas, Romeu Beltrão, João Guilherme Fischer e Humberto Gabbi Zanatta.

A última questão perguntava aos participantes: “*Se for elaborado um roteiro turístico cemiterial independente (sem vínculo com a Prefeitura) no Cemitério Ecumênico de Santa*

Maria você teria interesse em participar de uma visita guiada?” As respostas foram 23 pessoas disseram que não e 52 pessoas disseram que sim, que fariam a visita ao cemitério acompanhados de um guia turístico. Desses, 67,3% faria se fosse gratuita, e os demais 32,7% mesmo que tivesse de pagar.

De modo geral avalia-se positivamente as respostas obtidas uma vez que a maioria se interessa pelo roteiro cemiterial, a maioria faria a visita e ainda apontaram uma relação familiar e/ou de amizade com sepultados no local, demonstrando aproximação com o mesmo. As indicações que foram feitas de personalidades corroboram as entrevistas feitas com dois pesquisadores locais, salientando-se os nomes de Mariano da Rocha e Mariazinha Penna.

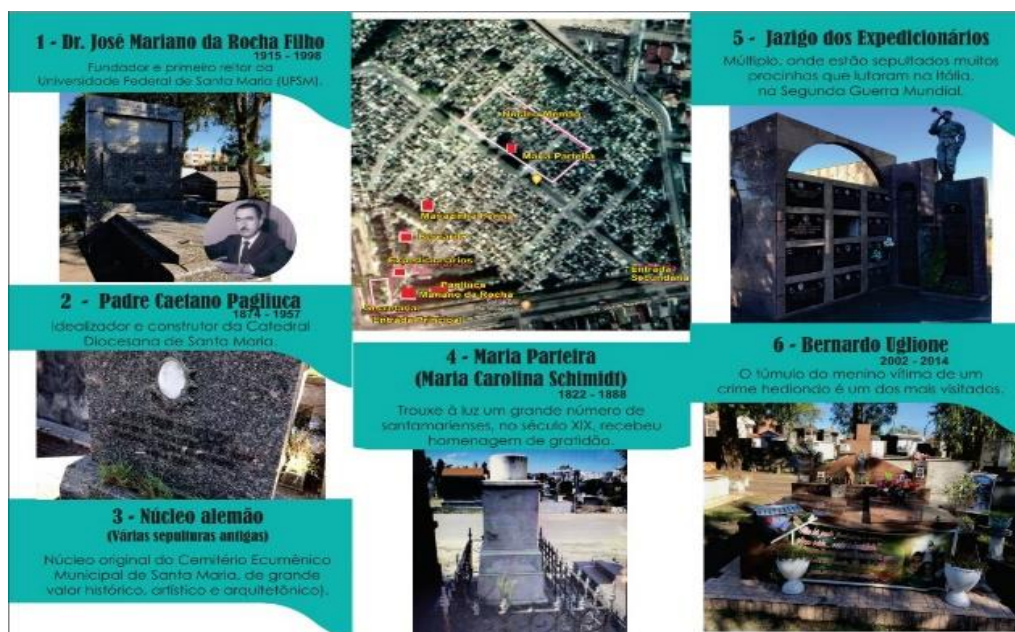
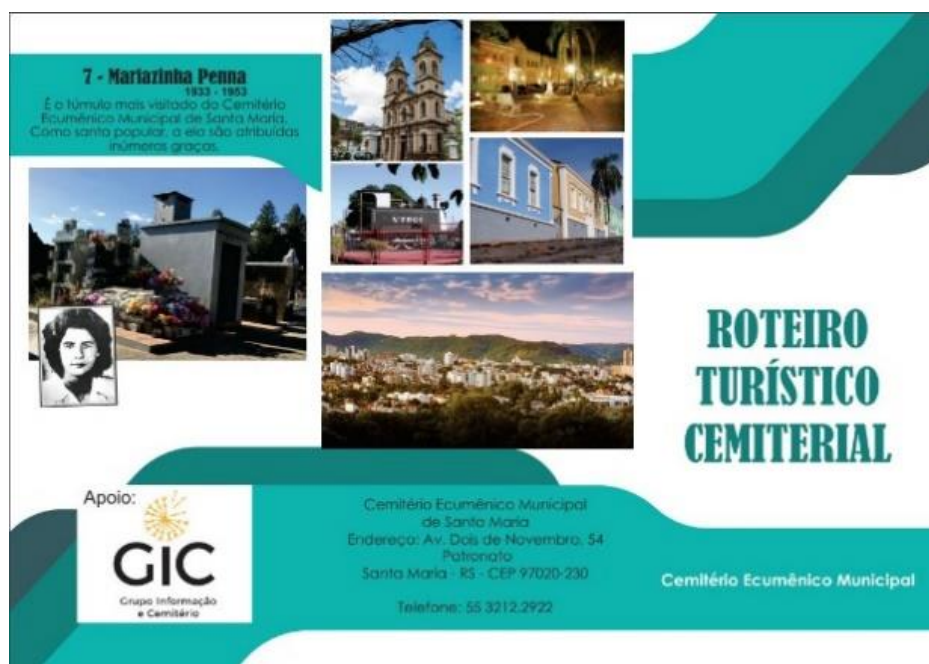
O roteiro escolhido para o Cemitério Ecumênico

Frente aos dados coletados na pesquisa, como as entrevistas com os pesquisadores, a observação do espaço cemiterial, a busca de informações com a Prefeitura Municipal e as respostas dos participantes da pesquisa, fez-se uma série de escolhas sobre as personalidades e as sepulturas que fariam parte de um roteiro sugestão para uma visita guiada ao Cemitério Ecumênico Municipal.

Optou-se por seis sepulturas, das seguintes personalidades: José Mariano da Rocha Filho, Pe. Caetano Pagliuca, Maria Parteira, Bernardo Uglione e Mariazinha Penna. Também foi selecionado o mausoléu dos expedicionários que lutaram na Itália durante a Segunda Guerra Mundial e o núcleo histórico alemão, onde originou-se o Cemitério e ainda tem várias antigas sepulturas.

O material gráfico (Imagem 3) tem como dimensões, 29,7 x 21,1 (tamanho A4), com duas dobraduras. O papel escolhido é o couchê, com brilho, e a impressão é colorida. A arte foi desenvolvida pela designer Denise Azambuja e a impressão foi realizada na empresa DIGIGRAF, no centro da cidade de Santa Maria.

Figura 3 – Folder do Roteiro Cemiterial (frente e verso)



Fonte: acervo do cemitério.

Nele constam fotografias dos túmulos que fazem parte do “Roteiro Cemiterial” (nome dado ao material) além de fotografias dos homenageados (José Mariano e Mariazinha Penna) e um mapa do Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria. No mapa são marcados os locais para a visitação dos túmulos selecionados. Também é indicada a entrada principal, a secundária e o local onde fica a secretaria.

Foram descritas informações básicas sobre os túmulos e as personalidades (como

data de nascimento e morte) além do motivo pelo qual se tornaram conhecidas. A logomarca do Grupo Informação e Cemitério, o GIC, existente no Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria foi incluída pelo apoio na iniciativa. No verso do folder foi incluído o endereço do Cemitério para o qual foi feito o Roteiro além de imagens da cidade que são reconhecidamente de pontos turísticos como a catedral católica, o prédio Hugo Taylor, a locomotiva, a Vila Belga e uma vista ampla (panorâmica) de Santa Maria.

Considerações finais

Santa Maria encontra-se em localização estratégica, no centro do estado do Rio Grande do Sul, e nasceu de um acampamento militar ali situado para demarcação de terras entre Portugal e Espanha, no século XVIII. Ao longo do tempo, destacou-se como centro militar, ferroviário e universitário. Com isso formou-se um importante patrimônio cultural a ser preservado, do qual fazem parte os cemitérios. O Cemitério Ecumênico Municipal foi escolhido como tema de um roteiro turístico por ser o maior e um dos mais antigos de Santa Maria.

O Turismo Cemiterial proposto na pesquisa, visa atender uma demanda que já existe, que há em outras cidades do mundo, do Brasil e do Rio Grande do Sul. Em Santa Maria ficou mapeada uma amostra de 75 pessoas na qual a maioria (55) foram favoráveis à execução de um roteiro turístico no Cemitério Ecumênico Municipal.

A proposição de um roteiro cemiterial na cidade foi por gosto pessoal, mas também por perceber a potencialidade do local que conta hoje com sepulturas de personalidades locais e estruturas tumulares de destaque seja por seu material ou pela suntuosidade. A cultura e o patrimônio deverão ser o foco das visitas futuras e devem trazer outros interessados ou novos aficionados sobre o tema.

Os estudos multidisciplinares, envolvendo informação, arquitetura, história, genealogia, memória, patrimônio, cultura e arte são uma realidade no país pois considera-se que há um rico patrimônio no local.

Os resultados obtidos com a aplicação das metodologias, sendo elas: entrevistas com pessoas que estudam a história e as peculiaridades de Santa Maria, pesquisa de opinião disponibilizadas em redes sociais, ou revisão bibliográfica, se mostraram positivos para a implantação de um roteiro turístico cemiterial na cidade, especificamente no Cemitério Ecumênico Municipal.

Como resultado final fez-se uma proposta de roteiro que poderá ser aproveitada na cidade de Santa Maria se houver interesse do setor público ou mesmo empresarial. Espera-

se despertar para este tipo investimento turístico. Como resultados secundários, espera-se que haja um maior investimento na infraestrutura do Cemitério Ecumênico Municipal, com a sua manutenção (vias e calçamentos), com vistas a uma melhor conservação desses monumentos e com a finalidade de transmitir esse legado às futuras gerações.

Em um primeiro momento não se conseguiu atenção por parte da Prefeitura Municipal de Santa Maria, cuja Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos é a responsável pelo Cemitério Ecumênico Municipal. Na ótica de persistir na intenção de executar o roteiro no plano do real, pode-se chegar à uma resposta positiva no futuro. Pretende-se fazer um novo contato e caso a Prefeitura não se interesse pelo roteiro, isso será realizado de forma independente, apresentando a proposta a uma agência de turismo.

Referências

BASTIANELLO, E. M. T. *A memória retida na pedra: a história de Bagé inscrita nos monumentos funerários (1858-1950)*. Bagé: Ed. do Autor, 2016.

CATROGA, F. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra, Portugal: Livraria Minerva, 1999.

CZERNY, M. Geografia de la Cultura y Estúdios sobre el Patrimônio. In: ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. de. *Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação*. Santa Maria: FACOS/UFSM. p. 175-185. 2006.

DEL PUERTO, C. B. *Turismo em cemitério: o cemitério como patrimônio e atrativo Turístico, considerando a trama morte e vida nas necrópoles*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2016.

GRASSI, C. *Guia de visitação ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula: arte e memória no espaço urbano*. Curitiba, PR: Edição do autor, 2014.

ISMÉRIO, C. *Sarau noturno*. Lisboa, Portugal: Chiado Editora, 2016.

LICCARDO, A. Geodiversidade no Cemitério Municipal. In: GRASSI, C. *Guia de visitação ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula: arte e memória no espaço urbano*. Curitiba, PR: Edição do autor, 2014, p. 52-61.

PARAENSE, S. C. L. NOAL FILHO, V. A. (Org.). *Santa Maria o passado pitoresco, em prosa fluida*. Romeu Beltrão. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2018.

RICHTER, E. I. S.; PEREZ, C. B.; LÜDTKE JR., I. *Documentos epigráficos: visita ao Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria no final do século XIX*. Santa Maria, RS: FACOS/UFSM, 2005.

SANTOS, P. Cemitério ecumênico Municipal de Santa Maria: um olhar geográfico (re) conhecendo as origens da cidade. In: *Geosaberes*. Fortaleza, CE. Vol. 5. N. 10. Jul-Dez, 2014. Universidade Federal do Ceará.

SILVA, E. L. da. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. rev. atual.

Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

SILVEIRA, E. S. da. *Por uma sociologia do turismo*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

SOUZA, S. N. M. de. *Dark tourism e turismo cemiterial em Santa Maria: possibilidades?* Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (CCSH/UFSM). Santa Maria, RS: 2017.

TEIXEIRA, J. A. L.; PEDRAZZI, F. K. Informação e cemitério: história e patrimônio. In: *Caderno de Avaliação Institucional CCSH UFSM*. Santa Maria, RS: Editora experimental p E.com. n. 7. 2016

TOMAZZONI, E. L. *Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009.

TRIGO, L. G. G. *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1996.

QUANDO OS MORTOS SE TORNAM ATRAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS VISITAS GUIADAS AO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE PAULA EM CURITIBA/PR

Clarissa Grassi¹

Implantado junto à Praça Padre João Sotó Maior, no bairro São Francisco, em Curitiba, o Cemitério Municipal São Francisco de Paula ocupa, atualmente, o *status* de equipamento público mais antigo do município. Aberta em 1854, pelo primeiro presidente de província do Paraná Zacarias de Góes e Vasconcellos, a necrópole, inaugural nos preceitos higienistas, guarda em mais de 52 mil metros quadrados, grande parte dos personagens relevantes à história da cidade e do estado. Entre 5.743 túmulos, cerca de 96 mil trajetórias de vida tiveram esse espaço como último destino. Para ressignificar as trajetórias destes ocupantes e sua influência na história da cidade de Curitiba através de uma ação mediada, o projeto Visitas Guiadas ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula teve início no ano de 2011.

A exemplo de países que já possuem programas de turismo em cemitérios como França, Itália, Portugal, Espanha, Argentina, Chile e Estados Unidos, o Brasil vem implantando lentamente ações de visitação em cemitérios, a citar: Cemitério da Consolação (em São Paulo), Cemitério São João Batista (no Rio de Janeiro) e Cemitério Senhor do Bonfim (em Minas Gerais). Iniciativas isoladas ocorrem em cidades diversas, com pesquisadores que muitas vezes realizam um trabalho voluntário e sem periodicidade, frequentemente ligadas apenas à exploração turística do espaço.

Em consonância com o crescimento de modalidades de turismo em cemitérios, a proposta da visitação guiada ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula foi organizada primordialmente para ser veículo de sensibilização sobre a multiplicidade do patrimônio cultural contido nesse local e sua necessidade de preservação. Para tanto, é no conceito de turismo cultural que se encontrou subsídio, pois

[...] pode ser compreendido como um segmento da atividade turística que, por meio da apreciação, da vivência e da experimentação direta de bens do patrimônio cultural, material e imaterial, e da mediação da comunicação interpretativa, proporciona aos visitantes a participação em um processo ativo de construção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural e sobre seu contexto sócio histórico. Em última escala, este processo auxiliará a produção de novos conhecimentos e a conservação dos bens visitados (Costa, 2009, p. 190).

Inicialmente oferecidas como uma ação voluntária, entre os anos de 2011 e 2016, a

¹ Diretora do Departamento de Serviços Especiais da Prefeitura Municipal de Curitiba. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, associada à Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais. Curitiba/PR.

partir do ano de 2017, as Visitas Guiadas ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula passaram a ser ofertadas como atividade desenvolvida junto à Fundação Cultural de Curitiba, pasta responsável pela cultura na Prefeitura Municipal deste município. A dedicação exclusiva à atividade propiciou novos desdobramentos para as modalidades de visitação oferecidas.

Para a execução do projeto via parceria entre Fundação Cultural de Curitiba e Secretaria Municipal do Meio Ambiente, foi estruturado um planejamento com um calendário anual de visitas, que passaram a ser oferecidas periodicamente em três modalidades: visita guiada padrão, visita guiada temática e noturna.

Duas visitas são realizadas a cada mês, sendo uma edição da Visita Guiada Padrão e outra Temática. Enquanto a primeira modalidade traz uma visão geral sobre a história do cemitério e suas personalidades, a segunda gira em torno de datas comemorativas ou temas específicos, tendo um trajeto personalizado e sendo realizadas apenas uma vez ao ano. Em média, a cada três meses são oferecidas as visitas noturnas, durante três noites consecutivas, sempre em época de lua cheia, com o mesmo formato da visita padrão. A divulgação das Visitas Guiadas é feita via redes sociais da Fundação Cultural de Curitiba. O processo de inscrição é via e-mail, com envio de dados pessoais dos interessados (nome e número de RG) e é aberto na segunda-feira da semana em que será realizado o passeio, com vagas limitadas.

Quando se tratam de Visitas Guiadas Padrão ou Noturnas, são iniciadas em frente ao cemitério com uma pequena palestra, cuja duração média é de trinta a quarenta minutos. É tratada a relação do homem com a morte, abordando aproximações e afastamentos ocorridos a partir da Antiguidade, passando pela Idade Média até o século XIX, quando ocorre a proibição dos enterros *ad sanctos* e as consequentes modificações nas práticas de sepultamento. Assim, comenta-se da medicalização da morte e das novas modalidades de sepultamentos em cemitérios extramuros.

Referencia-se a capacidade destes locais de funcionarem como espaços de constituição de memórias através da edificação dos túmulos e da arte tumular, recebendo influências constantes da arquitetura vigente na cidade. A tipologia dos cemitérios no Brasil também é abordada, demonstrando diferentes dinâmicas na destinação dos cadáveres e de que forma a memória destas pessoas é instituída. Assim, reitera-se o fato de os cemitérios oitocentistas serem compostos por camadas sobrepostas de diferentes representações de visões de morte e sua fragilidade enquanto paisagem, já que estão sujeitos a constantes reformas e demolições.

Ao municiar o participante de conhecimentos ligados à arquitetura e geologia dos

túmulos, pretende-se propiciar que produzam sua leitura pessoal em outros cemitérios que venham a ser visitados. Constantemente são provocados a observar revestimentos, técnicas construtivas, discursos dos epitáfios e significados dos ornamentos sacros ou não, para que compreendam o discurso visual implícito em cada um dos túmulos. Também são abordadas as trajetórias das personalidades inumadas, fazendo-se referência a locais e histórias relativas à cidade.

Números de participantes

Durante os trinta meses desde sua implantação via Fundação Cultural de Curitiba, foram realizadas 111 edições de visitas guiadas ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula, sendo 52 no ano de 2017, 56 em 2018 e 29 até julho de 2019.

Tabela 1 – Números obtidos na realização das visitas guiadas entre 02/2017 e 07/2019

Modalidades	2017	2018	2019
Visitas Guiadas Padrão	10	10	5
Visitas Guiadas Temáticas	10	10	7
Visitas Guiadas Noturnas	9	13	10
Atendimento à comunidade	23	23	7
Público atendido	2201	2914	1593
Total 137 edições com 6.708 inscritos			

Fonte: registros da autora.

O público presente às atividades é variado, sendo composto por pessoas de diferentes faixas etárias, níveis econômicos e sociais. Ressalte-se a procura de crianças principalmente nas atividades de visita noturna, que acompanhadas dos pais, têm sua primeira ida ao cemitério. Jovens, adultos e pessoas da terceira idade se fazem presentes em todas as modalidades de visita. É comum que um mesmo participante vá ao menos a três visitas guiadas, para ter diferentes percepções e abordagens do espaço.

A pesquisa de opinião

Dentre os desdobramentos obtidos desde a implantação do Projeto Visitas Guiadas ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula, está a frequência com que alunos de

graduação buscaram o cemitério, assim como as visitas guiadas como referências para o desenvolvimento de seus trabalhos de conclusão de curso.

Recentemente uma aluna de graduação em jornalismo pela Universidade Federal do Paraná, Larissa Nicolosi, interessou-se por fazer das visitas guiadas o tema de seu trabalho de conclusão. Composto de monografia e um livro-reportagem, a aluna solicitou auxílio para a divulgação de uma pesquisa a ser aplicada nos participantes das atividades de visitação, que seria utilizada como fonte para seu trabalho. Ofertada através de link, a pesquisa foi respondida por 203 participantes entre os dias 10 e 16 de março de 2019.

A pesquisa, via formulário Docs Google tinha opção de anonimato e constava dos seguintes questionamentos: faixa etária; gênero; como o participante tomou conhecimento da visita guiada; em qual modalidade participou; se faria novamente a visita; como qualificava o impacto da visita em sua vida;

O formulário foi respondido por 151 mulheres e 52 homens, com faixa etária predominante entre 21 a 40 anos (98 pessoas) e 41 a 59 anos (97 pessoas). Quatro participantes tinham idade entre 13 e 20 anos e outros 4 com faixa etária superior a 60 anos. A forma de conhecimento da visita mais frequente foi através das redes sociais, para 135 participantes. Outros 37 tomaram conhecimento por amigos e familiares e 5 através de matérias veiculadas na televisão.

Quando perguntados sobre qual modalidade de visitas teriam participado, 133 pessoas haviam participado de apenas uma modalidade, 45 de duas modalidades e 25 das três modalidades. Assim, percebe-se que 34,48% dos pesquisados realizaram mais de uma modalidade de visita. Entre as modalidades elencadas, a maioria (73 pessoas) participou de visita padrão, 22 das temáticas e 39 das noturnas. Ao serem questionados se retornariam a fazer a visita, 196 participantes responderam que sim, 5 talvez e apenas 2 disseram que não.

A pergunta seguinte solicitava que o participante qualificasse o impacto da visita em sua vida, utilizando para isso uma escala de 0 a 10, sendo 0 para impacto inexistente e 10 para grande.

Tabela 2 – Percentuais de avaliação entre 0 e 10 sobre o impacto da visita na vida do participante

Número participantes	Impacto	Percentual
104	10	51,23%
39	9	19,21%
37	8	18,22%
12	7	5,91%

3	6	5,41%
4	5	
1	4	
2	3	
-	2	
1	1	
-	0	

Fonte: NICOLOSI, 2019.

Neste caso, 94,57% dos pesquisados apontaram o impacto da visita entre 7 e 10, demonstrando um aspecto positivo na experiência da atividade. Instados a escolher palavras que definissem a experiência da visita, foram oferecidas as seguintes opções: curiosidade; novidade; medo; tristeza; alegria; calma; conhecimento; estranhamento; outro, a ser especificado livremente.

Tabela 3 – Números e percentuais de palavras que poderiam definir a experiência da visita

Qual das palavras melhor definiria sua	Número	Percentual
Curiosidade	113	55,66%
Conhecimento	35	17,24%
Novidade	31	15,27
Alegria	7	3,44%
Calma	3	1,47%
Satisfação	2	0,98%

Ainda foram citadas na modalidade “outros”, palavras como: admiração, aprendizado, cultura, esclarecimento, fantástico, fascínio, felicidade e história. Fonte: NICOLOSI, 2019.

Analisando os dados formatados da pesquisa, observa-se uma reação positiva dos participantes em relação à realização de atividades nos cemitérios. Composto por um público predominantemente feminino e de faixa etária entre 20 e 59 anos, o público que respondeu à pesquisa, reitera o papel da mediação na apresentação do cemitério sob um novo olhar. Para além de um local exclusivo para sepultamentos, a possibilidade de visita da necrópole aguça a curiosidade dos participantes ao mesmo tempo em que possibilita uma nova maneira de se obter conhecimento sobre a história da cidade e de seus ocupantes.

Chama atenção incidência de termos livremente escolhidos como “alegria, calma e satisfação”, enquanto que, palavras como “estranhamento, medo e tristeza” sequer são citadas. A disponibilidade para participar de novas edições de visitas e a reincidência na realização de mais de uma atividade, frisam que o cemitério tem grande potencial enquanto campo de pesquisas e local para o desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial.

Avaliações e depoimentos

Outro instrumento interessante para se obter um retorno acerca das atividades desenvolvidas, é a postagem de avaliações junto à página Cemitério Municipal na rede social Facebook (www.facebook.com/cemiteriomunicipal), onde são realizadas as divulgações de atividades. Levando-se em conta o fato de se tratar de uma ação voluntária, portanto livre de qualquer tipo de limitação, das 68 avaliações realizadas, 33 trazem depoimentos em conjunto.

Palavras como “aula de história”, “curiosidades”, “conhecimento” e “cultura” são expressões frequentemente utilizadas pelos usuários. Para Bruna Voldevil, em postagem de 26 de julho de 2017, “Um passeio incrível, rico em histórias e curiosidades. Uma viagem ao passado de Curitiba. Virou meu passeio favorito, já fiz duas vezes e pretendo fazer mais”.

O fato de tratar-se de um local frequentemente marginalizado é apontado por Luiz Alberto Stapassoli, em 29 de julho de 2017, quando descreve que

A visitação é imperdível. É uma pena que o brasileiro tenha essa aversão a cemitérios deixando de ver verdadeiras obras de arte que lá existem. Por essa mesma razão essas obras estão morrendo. Isso sem contar como descaso público e a má educação de um povo que merece o que está passando....

Jaqueline Bressan, em avaliação realizada em 2018:

A visita guiada ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula, além de quebrar paradigmas, faz cair por terra o tabu sobre a morte no sentido mais amplo da palavra. A pessoa sai do passeio, no mínimo mais culta e menos ignorante do que entrou, pois aprende um pouquinho de tudo: arquitetura de cemitérios, biografia de personalidades famosas, crenças populares e peculiaridades da gente que habitou esta cidade e fez a diferença cada qual dentro da sua área de destaque.

Desdobramentos e considerações

A orientação proporcionada aos visitantes para compreender a importância histórica, artística e cultural dos cemitérios, assim como a necessidade de sua preservação, aponta esse tipo de ação não apenas como turismo cemiterial ou patrimonial, mas como atividade de Educação Patrimonial. Pois,

[...] a educação patrimonial pode ser entendida como um processo sistemático e permanente por meio do qual os indivíduos se apropriam dos bens culturais e entendem a necessidade e a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se como agentes diretos. Desse processo também decorre o fortalecimento das identidades individuais e coletiva (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

Com a abordagem múltipla de enfoques nas visitas guiadas temáticas, é possível explorar diversos enfoques, ampliando o conhecimento da população acerca de seu primeiro cemitério e as personalidades ali inumadas, oferecendo novos trajetos e novas possibilidades de conhecimento sobre o passado da cidade e seus personagens.

Uma parceria com o Instituto Municipal de Turismo está desenvolvendo um folder impresso com mapa e roteirização de visitação para atender a demanda do turismo espontâneo e que, portanto, não pode ser atendido pelas visitas. Cerca de 20 túmulos serão incluídos no roteiro que contará com a mesma abordagem multidisciplinar histórica, artística, arquitetônica e geológica realizada nas visitas.

Para engajar a comunidade na rememoração de seus entes queridos e no compartilhamento de suas trajetórias, foi lançado no dia de finados, em 2017, o Programa Memento Tuum – Lembre-se dos Seus. O programa tem como objetivo mobilizar familiares que possuem entes sepultados nos cemitérios municipais e que desejam partilhar trajetórias marcantes, no sentido de agregar ainda mais nomes de personagens às visitas guiadas. Para tanto, foi disponibilizado um endereço de e-mail para o envio das informações que alimentam o banco de dados dos cemitérios municipais.

O número de alunos de graduação e pós-graduação que buscam o Cemitério Municipal São Francisco de Paula como objeto de pesquisa para seus estudos de conclusão de cursos aumentou. Áreas como arquitetura, história, sociologia e geografia já renderam trabalhos relevantes e que trazem novos olhares sobre o cemitério. Também aumento o número de faculdades que solicitam aulas de campo ou palestras para seus alunos, assim como de professores do ensino fundamental e médio que desejam levar suas turmas a uma visita guiada.

O modelo implantado de visitação já foi requisitado por municípios próximos, como a cidade de Paranaguá, que deseja em parceria com esta pesquisadora, implantar na cidade um projeto turístico em seus cemitérios. Entretanto, o desdobramento de maior destaque foi o tombamento do Cemitério Municipal São Francisco de Paula através da Lei de Proteção ao Patrimônio Cultural de Curitiba.

As abordagens passíveis de serem exploradas a partir dos cemitérios são múltiplas,

extrapolando o conceito de atrativo turístico. Trata-se de um valioso instrumento de sensibilização e envolvimento da população não apenas com a história da cidade, mas também com suas histórias familiares e, de forma indireta, com a brevidade da vida. Além de se configurarem como espaço para instituição e celebração de memórias, são campo privilegiado para ações de Educação Patrimonial, pois representam importantes repositórios de referências arquitetônicas, artísticas e culturais.

Referências

CAROLLO, Cassiana Licia de Lacerda. *Cemitério Municipal São Francisco de Paula: monumento e documento*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

CATROGA, Fernando. *O Céu da Memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

GRASSI, Clarissa. *Um olhar... A arte no silêncio*. Curitiba: Clarissa Grassi, 2006.

GRASSI, Clarissa. *Guia de Visitação ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula: arte e memória no espaço urbano*. Curitiba, Clarissa Grassi, 2014.

GRASSI, Clarissa. *Memento Mortuorum: Inventário do Cemitério Municipal São Francisco de Paula*. Curitiba: Clarissa Grassi, 2016a.

GRASSI, Clarissa. *Cidade dos mortos, necrópole dos vivos: a Curitiba do Cemitério Municipal São Francisco de Paula*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2016b

GRASSI, Clarissa. Cidade dos mortos, necrópole dos vivos. In: WALL, Danielli Costa; IMAGUIRE JUNIOR, Key (Coord.). *O que é morar no São Francisco*. Curitiba: Instituto Arquibrasil. 2016c, p. 31-34.

MOTTA, Antonio. *À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros*. Recife: Massangana, 2009.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. *Educação Patrimonial no IPHAN*. Dissertação de Mestrado. Brasília, Departamento de Diretoria de Formação Profissional, Escola Nacional de Administração Pública, 2011.

OSTA, Flávia Roberta. *Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2009.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUEIROZ, Francisco. *Os cemitérios históricos e o seu potencial turístico em Portugal*. Congresso Repensar As Cidades – Novos Tempos Para As Velhas Cidades, 2005.

PROJETO CULTURAL SARAU NOTURNO: PROPORCIONANDO A FORMAÇÃO PATRIMONIAL SOB O OLHAR DA ARTE CEMITERIAL

Clarisse Ismério¹

Introdução

O processo de formação no ensino superior deve ser pautado pela alternância da teoria e prática, visando proporcionar aos educandos uma formação significativa que propicie a autonomia e o empoderamento, uma vez que “[...] o objetivo-chave da educação e do ensino é provocar nele o desenvolvimento de capacidades, conhecimentos e atitudes que lhe permitam se desempenhar por si mesmo no meio em que vive” (PÉREZ GÓMEZ, 1998, p. 72-73).

Portanto é necessário que, além dos conteúdos específicos de cada curso, seja proporcionado uma experiência com projetos voltados para a Educação Patrimonial, uma vez que oportunizam a aquisição do “conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando para melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural” (HORTA; GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6). O processo pedagógico desenvolvido sob a perspectiva da Educação Patrimonial permite conhecer profundamente a “[...] herança cultural, resgatando ou reforçando a autoestima e a capacidade de identificação dos valores culturais” (HORTA, 2000, p. 35).

E a partir dessa premissa foi construído o projeto cultural Sarau Noturno (2008), que nasceu da pesquisa “História através da Arte Cemiterial” (2007), na qual foi desenvolvida uma investigação sistemática nos túmulos, jazigos e mausoléus no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé. A fundação do cemitério data de 1858 e, com o passar dos anos, cresceu e formou um acervo escultórico de grande riqueza e simbolismo, tanto por seu valor artístico, como por traduzir a mentalidade e história local.

Assim, desenvolveu-se neste espaço um evento cultural para contar um pouco da história de Bagé e de seu imaginário simbólico, mesclando com passagens e personagens da literatura universal. O projeto foi pautado na metodologia da Educação Patrimonial, visando sensibilizar e convidar a comunidade a ver o cemitério como um museu a céu aberto (ISMÉRIO, 2013; ISMÉRIO, 2017).

O desenvolvimento do projeto contou com a participação de acadêmicos de vários

¹ Professora, pesquisadora e Coordenadora do Curso de História da URCAMP, Historiadora, Doutora em História do Brasil/PUCRS. Bagé/RS.

cursos da Urcamp, que atuaram na pesquisa, construção dos textos e atuação.² E, a partir de sua criação até o momento, o Sarau Noturno tem atuado com apresentações que destacam a importância histórica e artística da cidade de Bagé sob o olhar da arte cemiterial.

Portanto, no presente artigo, objetivamos contar um pouco processo de criação do Sarau Noturno, primeiramente contextualizando os cemitérios enquanto espaços culturais; e, num segundo momento, apresentar a construção do projeto, destacando sua atuação e repercussão.

Cemitérios patrimoniais: acervos e espaços culturais

As bases da pesquisa sobre arte cemiterial no Brasil têm suas origens na obra “Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros”, de 1972, de Clarival do Prado Valladares, um extenso e detalhado estudo sobre a arte e arquitetura dos cemitérios de várias cidades brasileiras, fruto de uma minuciosa pesquisa desenvolvida de 1960 a 1970.

A pesquisadora Maria Elizia Borges analisou a arte e arquitetura funerária por meio da produção dos artistas marmoristas italianos e dos ateliês da cidade de Ribeirão Preto. A autora observa que a grande produção desenvolvida entre os anos de 1890 a 1930, foi fruto do gosto singular dos grupos sociais em ascensão que usavam a arte cemiterial, ostentatoriamente (BORGES, 2002).

Já Tania Andrade Lima investigou as mudanças no imaginário coletivo referente à morte nos cemitérios do Rio de Janeiro, após a abolição da escravatura, nos cemitérios da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula (Cemitério do Catumbi) e o Cemitério de São João Batista (LIMA, 1994, p. 93).

No Rio Grande do Sul destacam-se os estudos de Harry Bellomo (2000) que investigou as múltiplas tipologias cristãs da arte funerária nos cemitérios de Porto Alegre e do interior do estado. Em seu trabalho destaca as potencialidades das fontes cemiteriais para a reconstituição da história sob a compreensão das manifestações e crenças

² Participaram do processo de criação do Sarau Noturno os seguintes acadêmicos: Ana Carolina K. Cardoso, Felipe Rosa, João Pedro Germano Pagliosa, Mauro Ricardo Lemos e Tiago Alano (Publicidade); Antoniel Martins Lopes, Calvin Furtado, Camila Romero, Iury Madeira e Joseana Pires (Jornalismo); Guilherme Cassão Marques Bragança (Farmácia); Priscila Botelho (Fisioterapia); e os jovens estudantes Heitor Ismério Marques da Rocha, Rebeca Marques e Ivana Oliveira. E atuaram os acadêmicos: Alisson Lug Rodrigues; Lasie Winkel da Silva Junior; Matheus M. Feijó; João B. Varela; Luiza Cozzani, Carolina Ribas e Bruna Remonato (História); Gabriel Fernandes (Ciências Biológicas); Saulo André Eich, Celina Santos, Alice D’Ávila, Luiza Feijó, Taiana Carvalho e Michel Alves (Psicologia); Tainá Barbosa (Agronomia); Rosane Coutinho, Paula Scholant (Administração); Márcia Cristina Leite (Sistemas de Informação). Atualmente participam do Sarau Noturno Amanda do Couto, Camila Barcellos, Geovana Lucas Camargo e Márcio Meireles (Direito); Jesus Guilherme Morelles (Administração); Ketherine Acosta e Samuel Oliveira (Jornalismo); Felipe Lucas Fagundes, Alisson Rodrigues e Matheus Feijó (História).

religiosas; das ideias e posturas políticas; dos gostos artísticos da sociedade; formação étnica; e dos estudos genealógicos.

Especificamente sobre o Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé existe a pesquisa de mestrado de Eliane Bastianello, de 2010, na qual analisou as edificações e ornamentos funerários desse espaço de memória. O estudo também destaca a importância do escultor-marmorista José Martinez Lopes, na produção local.

Diante da importância e das possibilidades deste campo de investigação foi iniciado em 2007, o Projeto História através da Arte Cemiterial, uma pesquisa cujo objetivo foi refletir a história do município de Bagé por intermédio das representações simbólicas expressas no Cemitério da Santa Casa de Caridade. Caracterizou-se também, como uma pesquisa documental, estruturada em fontes primárias bibliográficas, materiais e orais. As informações foram sistematizadas em três etapas: identificação dos túmulos e mausoléus, registro fotográfico, levantamento de informações nos jornais e com as famílias locais.

Assim, por entender que o Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé caracteriza-se como uma instituição cultural, desenvolveu-se neste espaço um evento, o Sarau Noturno (2008), para contar um pouco da história local e seu imaginário simbólico, mesclando com passagens e personagens da literatura romântica. Durante suas apresentações o público é levado a um passeio entre os túmulos e mausoléus que, em seu silêncio, guardam a história das figuras ilustres da cidade. E por meio dos textos, representados pelos acadêmicos envolvidos no projeto, passam a conhecer um pouco mais do patrimônio cultural local.

Sarau Noturno: formação cultural sob a perspectiva da arte cemiterial

Em 2008, foi criado o Projeto Cultural Sarau Noturno para aproximar a população da riqueza presente no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé. Para tanto, foi construído um roteiro de apresentação, que inicia no portão central e se desenvolve pelos principais túmulos e mausoléus. Ao longo do processo de pesquisa e construção textual os estudantes passaram a conhecer mais profundamente a história local e as representações simbólicas apresentadas na arte cemiterial. E, além dos textos acadêmicos sobre história e patrimônio cultural, passaram a conhecer obras da literatura universal como de Charles Baudelaire, George Sand, e Lord Byron e as peças de William Shakespeare e Aristófanes.

A proposta de integrar textos da literatura universal com a história local está dentro da perspectiva do pós-modernismo, procurando no passado elementos que ajudem na composição da obra contemporânea. A partir da concepção do “ir e vir”, dos símbolos e representações, cria-se uma reconfiguração de atributos e estilos, indo do clássico ao

moderno, por intermédio da sobreposição de valores culturais reordenados (LYOTARD,1993).

Assim, as personalidades locais, como o João da Silva Tavares (Visconde de Serro Alegre),³ o General Antônio de Souza Netto⁴ ou o comerciante filantropo Francisco Ilarregui,⁵ dialogavam com Hamlet, Ofélia, Henrique V e Lisístrata. A escolha dos personagens se deu pela presença marcante, força simbólica e por melhor se integrar as passagens propostas.

Foi dada também autonomia para os estudantes na construção plástica dos personagens e do figurino. E para unificar o arranjo cênico foram escolhidas musicais como *Greensleeves*, *Lacrimosa* e *Bourée*.

A estreia do Sarau Noturno ocorreu às 22 horas do dia 31 de outubro de 2008 no Cemitério da Santa Casa de Bagé e, nesse dia, a comunidade bajeense se fez presente para conhecer o evento. Muitos foram levados pela curiosidade, e outros por certa dose descrença e ironia referente ao projeto. Entretanto, ao iniciar a apresentação, foram envolvidos por uma atmosfera de romantismo e nostalgia, que os sensibilizou frente à grandeza e beleza do local e das histórias registradas nos túmulos e mausoléus de seus antepassados que representam parte da história da cidade de Bagé (Figura 1).

³ João da Silva Tavares, o Visconde de Serro Alegre, comandante da divisão de cavalaria do exército imperial brasileiro, é um dos nobres da história de Bagé. Recebeu seus títulos nobiliários pelos serviços prestados à monarquia e pela lealdade dedicada ao Império. Em 1859, ganhou o de “Barão de Serro Alegre” e, em 1870, ao final da Guerra do Paraguai, lhe foi auferido o título de “Visconde com Grandeza”. Essa distinção autorizava usar em seu brasão de armas a coroa do título superior, no caso o de conde. Por seus feitos também recebeu as comendas de Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Ordem de Aviz (ISMÉRIO, 2016, p. 44-45).

⁴ Apesar de seu perfil militar, tendo participado da Revolução Farroupilha (1835-1945) e da Guerra do Paraguai (1864-1870), não foi representado como um general em seu leito de morte. Pelo contrário, foi eternizado iconograficamente como um herói ilustrado que, ao invés da farda, veste terno e gravata, símbolos de sobriedade e elegância na época (ISMÉRIO, 2016, p. 37).

⁵ Imigrante espanhol que prosperou através de atividades ligadas ao comércio e tornou-se uma figura de destaque na sociedade bajeense, era considerado “[...] um cavalheiro respeitável, de caráter austero e muito concentrado ao trabalho, conseguindo à custa de incessante labor, adquirir honestamente uma regular fortuna” (O DEVER, 1905 *apud*. ISMÉRIO, 2016, p. 45).

Figura 1 – Primeira apresentação do Sarau Noturno, 2008



Fonte: fotografia de Tais Robaina Vidal.

Durante as apresentações, o Sarau Noturno brindou a população de Bagé com música, poesia e história. E, gradativamente, a popularidade foi crescendo e tomando uma grande dimensão entre a comunidade. Marcou o cenário da cultura estadual e nacional quando foi matéria do Grupo RBS e do Programa Mais Você (Rede Globo). Também foi matéria de capa da Revista Aplauso, de número 99, sob o título “Música e poesia no templo da morte” (Figura 2).

Figura 2 – Matéria de capa da Revista Aplauso



Fonte: fotografias de Leko Machado.

Foi também criada a modalidade de palco com a finalidade de levar o cemitério a outros públicos, realizando apresentações no Festival de Teatro de Dom Pedrito e no Teatro de Santa Thereza em Bagé. Nessa modalidade, levamos o cemitério para o palco usando o recurso de projeção dos túmulos e mausoléus sob uma tela. Porém observamos que muito da magia que ocorre nas apresentações no cemitério se perdeu. Contudo, tais apresentações foram importantes uma vez que divulgaram o evento e despertaram a curiosidade de mais pessoas, que foram assistir à apresentação neste local.

Em 2012, ocorreu uma apresentação especial durante o IV Festival Internacional de Cinema na Fronteira, que ocorreu no mês de novembro em Bagé (Figura 3). Estiveram presentes na apresentação, além do público fiel, cineastas do Brasil, América Latina e Europa que puderam apreciar a beleza e importância do evento.

Figura 3 – Sarau Noturno durante IV Festival Internacional de Cinema na Fronteira – 2012



Fonte: fotografia de Tony Martins

No ano de 2013, na disciplina de Mídia e Cultura do Curso de Comunicação produziu-se um documentário sobre o Sarau Noturno. O resultado foi o documentário “Urcamp Documenta Sarau Noturno”. Ele narra a construção do evento através de depoimentos de pessoas que participaram ou colaboram como projeto. E, a partir de 2015, passou a integrar o Curso de História, como projeto cultural de extensão (Figura 4).

Figura 4 – Apresentação do Sarau no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Bagé, outubro de 2015



Fonte: fotografia de Jeferson Vainer.

Participaram das apresentações acadêmicos dos cursos de História, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Psicologia, Farmácia, Fisioterapia, Agronomia, Ciências Biológicas, Administração e Sistemas de Informação. E podemos constatar que a possibilidade de participar do Sarau Noturno auxiliou no processo de desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos acadêmicos, como salientam:

Como estudante do curso de Biologia, a participação em um evento cultural de cunho universitário, artístico, literário e histórico fez com que as faculdades mentais ganhassem expansão, de maneira que até o conhecimento científico foi envolvido por distintas áreas, graças ao Sarau. Ademais, estar presente em uma etapa de transição desta peculiar cerimônia despertou orgulho por este ideal. Saber que tal espetáculo passou de incompreendido para internacionalmente respeitado e conhecido, nos faz remeter ao enaltecimento desta criação, que defende e justifica com razão o passado de um município, contado de uma forma totalmente inusitada e inovadora. (Gabriel Fernandes, acadêmico do Curso de Ciências Biológicas, 2018).

Os projetos de pesquisa e extensão enriqueceram sobremaneira minha jornada acadêmica. Eles me mostraram um universo de possibilidades que posso seguir na carreira escolhida. [...] Ainda dentro da extensão, fazer parte desse universo me proporcionou ingressar numa experiência até então inimaginável que foi o Sarau Noturno. Participar de um movimento cultural de tamanha importância para nossa cidade e região foi uma vivência incrível (Márcia Cristina Domingues Leite, Curso de Sistemas de Informação, 2017).

Percebe-se nas falas dos acadêmicos a importância do evento para o seu processo de formação humanística, pois além de conhecerem o patrimônio cultural cemiterial e da importância de sua preservação, entraram em contato com obras da literatura universal que antes era desconhecida pelos acadêmicos. E também desenvolveram processos cognitivos

como oralidade, memorização, atenção, percepção, raciocínio e tomada de decisão, habilidades importantes na formação de profissionais autônomos e empreendedores.

Durante os 10 anos de atuação, de 2008 a 2018, o Sarau Noturno presenteou o público com apresentações que destacavam a importância histórica e artística do local, consagrou-se como um evento cultural reconhecido pela comunidade de Bagé, cuja projeção ultrapassou as fronteiras nacionais e internacionais. Sarau Noturno no XVIII Encontro *da Red Iberoamericana de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales*, que aconteceu em Montevideo, Uruguai, em 2017. Na ocasião a apresentação ocorreu no Cemitério Britânico (Figura 5).

Figura 5 – Apresentação do Sarau no Cemitério Britânico, 9 de novembro de 2017



Fonte: foto de Josiellen Milano e arquivo do projeto.

O público que prestigiou o Sarau Noturno, ao longo dos anos, sensibilizou-se com a proposta, pois foi possível entender seu significado e a proposta de valorizar a memória das famílias, bem como promover o cemitério como um museu a céu aberto. Assim conseguimos atingir a objetivo de sensibilizar a comunidade sobre importância cultural do acervo de arte cemiterial e de sua preservação.

Os saraus deram vida ao cemitério. Ao lugar de onde menos se poderia esperar que viesse vida, fizeram com que as pessoas colocassem um pouco de passado em seu presente, ao mesmo tempo que foram um verdadeiro presente ao nosso passado. Foram um grande êxito (Nilo Rossel, professor, 2016).

O Sarau noturno representou, culturalmente, um olhar diferenciado sobre as obras de arte no município. Arte, literatura, história mesclaram-se e oportunizou a quem assistiu uma excelente oportunidade de conhecer um pouco sobre aquelas pessoas, situações de sua vida e da própria história do local. O que falar de um evento que mistura Arte, Literatura e História? Simplesmente perfeito, pois consegue fazer com que o conhecimento adquirido através de pesquisas no âmbito da Universidade seja traduzido e exposto para toda a comunidade de uma forma diferenciada, única e interessante. Quem poderia dizer que se faz “arte” em “cemitério”? Hoje tenho a certeza de que locais como este representam um espaço artístico, literário e

histórico e podem, sem sombra de dúvidas, mostrarem-se como objetos de estudo para a Universidade fazendo com que a própria comunidade perceba seu valor de uma forma diferenciada (Rafael Sais, Administrador, 2016).

Portanto, sempre nos meses de outubro e novembro, os bajeenses e visitantes esperam ansiosamente para prestigiar o Sarau Noturno, para mergulhar em uma atmosfera de beleza e encantamento proporcionada pelas histórias contadas por meio das representações simbólicas da arte cemiterial. Trata-se de um projeto que tem reconhecimento nacional e internacional, através de artigos científicos, palestras, apresentações de trabalhos e do livro publicado pela editora Chiado, de Lisboa em 2016, com fotos de Jeferson Vainer.

Considerações finais

O Sarau Noturno é fruto de uma minuciosa pesquisa desenvolvida nos túmulos, jazigos e mausoléus do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé. Esse cemitério iniciou com modestas catacumbas em 1858 e, com o passar dos anos, cresceu e formou um acervo escultórico de grande riqueza e simbolismo, tanto por seu valor artístico como por traduzir a mentalidade e história de uma época gloriosa.

O cemitério constitui-se como um grande “museu a céu aberto” e, com o seu patrimônio cultural, podemos reconstituir a história das famílias tradicionais, a mobilidade social, representações simbólicas e a mentalidade da época, fruto da opulência econômica do município.

Ao entendermos que este cemitério se caracteriza como uma instituição cultural, buscamos desenvolver neste espaço um evento, o Sarau Noturno, para contar um pouco da história de Bagé e de seu imaginário simbólico mesclando com passagens e personagens da literatura romântica. Trata-se de um projeto exitoso que atua como mediador, pois sensibiliza e convida a população a ver o acervo escultórico do cemitério com “outros olhos”.

Durante suas apresentações, o público é levado a um passeio entre os túmulos e mausoléus que, em seu silêncio, guardam a história das figuras ilustres da cidade. E, por meio dos textos representados pelos acadêmicos envolvidos no projeto, passam a conhecer um pouco mais da história e do patrimônio cultural local.

O Sarau Noturno é um evento sensível, instigante e cativante, que envolve acadêmicos e comunidade num processo reflexivo de valorização da arte cemiterial e da história local. E observa-se que, ao longo dos dez anos de atuação, contribuiu na formação cultural dos acadêmicos da Urcamp que participaram do projeto, que passaram a ver o

cemitério com “outros olhos” e a valorizar seu patrimônio cultural.

Referências

BASTIANELLO, Eliane M. Tonini. *Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais: memória pública, étnica e artefactual (1858-1950)*. Dissertação de Mestrado do Programa em Memória e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, 2010.

BELLOMO, Harry. *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2000.

BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930) ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: Ed. C/ Arte, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Fundamentos da educação patrimonial*. Ciências e Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense, Porto Alegre, n.27, p. 25-35, 2000.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUMBERT, Evelina; MONTEIRO, Adriane. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN; Ministério da Cultura, 1999.

ISMÉRIO, Clarisse. *Um outro olhar sobre os cemitérios: refletindo a arte cemiterial sob a perspectiva das pesquisas, ações, passeios e eventos culturais*. Revista de Teoria da História, v. 18, n. 2, dezembro/2017 Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/50894/24895> Acesso em: 25 ago. 2018.

ISMÉRIO, Clarisse. *Sarau Noturno*. Lisboa: Editora Chiado, 2016.

ISMÉRIO, Clarisse. *Projeto Cultural Sarau Noturno: desenvolvendo a educação patrimonial através da arte cemiterial*. Revista Vox Musei, Lisboa, v. 1, p. 113-127, 2013.

ISMÉRIO, Clarisse. *Projeto Cultural Sarau Noturno*. Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Bagé, RS, 2008.

ISMÉRIO, Clarisse. *Projeto História através da Arte Cemiterial*. Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Bagé, RS, 2007.

LIMA, Tânia Andrade. *De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX*. In: Anais do Museu Paulista, v.2. São Paulo, p. 87-150, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/2s8ccH4>. Acesso em: 05 ago. 2018.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno explicado as crianças*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

OLIVEIRA, Cássia Araújo de; ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA; Damião Bezerra. *Conhecimento e Educação na Pós-modernidade*. Revista Margens, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2s7RhDZ>. em: 09 jul. 2019.

POSSAMAI, Zita Rosane. *Patrimônio em construção e Conhecimento Histórico*. In: Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense, n. 27, jan/jun, 2000.

VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros*. Brasília: MEC-RJ, 1972.

AD PERPETUAM REI MEMORIAM: MEMÓRIAS, IDENTIDADES E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CEMITÉRIO VERA CRUZ (PASSO FUNDO/RS)

Djiovan Vinícius Carvalho¹

Alex Antônio Vanin²

Os cemitérios se constituem em “espaços de memória”, no sentido de que instigam lembranças e, simultaneamente, as instituem e/ou cristalizam. Como locais de lembrança e de memória, os cemitérios evidenciam a conformação histórico-social e cultural das cidades e nos remetem às variadas formas e significados da vida e da morte. Os traços ou vestígios, presentes em cemitérios – estatuária, práticas de devoção, símbolos, etc. – podem ser considerados foco de conhecimento familiar, societal, cultural e mesmo político.

Em cemitérios centenários – como é o caso do Cemitério Municipal Vera Cruz – a distância entre os familiares vivos e os sepultados torna-se maior a cada geração. Nesse sentido, áreas mais antigas de cemitérios acabam por se tornar – com o perdão do trocadilho – *zonas mortas*, pouco visitadas, decrépitas, subjugadas à ação do tempo e alvo de interesse de um ou outro curioso.

Quando se fala em cemitério seu significado linguístico está longe de ser aquele ligado apenas à derradeira finitude do ser humano. A origem etimológica da palavra cemitério, do grego *koimeterion*, ou ainda, do latim, *coemeterium*, faz referência a um “local de repouso”, ou ainda um “dormitório”. Ora, que se faça uso dessas definições! A pretensão é despertar este grande “dormitório”, muitas vezes concebido como um reduto sepulcral, lúgubre, cinzento e desprovido de quaisquer resquícios de dinamicidade e vida. O intento é despertar tanto mortos quanto vivos: os mortos de seu corrente limbo do esquecimento, onde ficam absortos os túmulos e sepulturas dos que um dia já viveram; os vivos, sobretudo, despertá-los à conscientização de que o cemitério é um lugar de memória, um espaço de identidade e de identificação histórica, não apenas particular, mas de diversos grupos sociais.

Nos últimos anos têm sido ampliadas as iniciativas formuladas visando à conservação e o reconhecimento de bens culturais. A nível local, destacamos as ações e

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História/UPF, Graduado em História/upf. Secretário-Geral do Instituto Histórico de Passo Fundo. Membro Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Integrante do Projeto Museu a Céu Aberto: Turismo, educação e cultura no Cemitério Vera Cruz. Passo Fundo/RS.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Graduado em História pela mesma Universidade. Membro Efetivo do Instituto Histórico de Passo Fundo. Integrante do Projeto Museu a Céu Aberto: Turismo, educação e cultura no Cemitério Vera Cruz. Passo Fundo/RS.

os projetos desenvolvidos a partir do Cemitério Municipal Vera Cruz, considerado um museu a céu aberto. Nesse sentido, para além do turismo cultural, entende-se o Cemitério Vera Cruz enquanto vetor de conhecimento sobre a história da cidade e de seus habitantes.

O espaço cemiterial pode ser propulsor de informações sobre sentidos sociais, perpetuação de memórias e crenças, afirmação de valores sociais e culturais e expressão da estratificação social. Portanto, o Cemitério é entendido como referencial para compreender e refletir sobre a história social, cultural e política de Passo Fundo e região. Recorrendo à definição de Pierre Nora (1993) “espaços de memória” são locais materiais ou imateriais onde se fixam as memórias coletivas, onde se cruzam memórias pessoais, da família e da comunidade. Tais espaços são responsáveis por conduzir a um processo de reconhecimento identitário, de pertencimento à comunidade e/ou grupo de semelhantes, partindo de uma noção de revivenciamento de experiências coletivas do passado (HORTA, 2008, p. 108).

O Cemitério Vera Cruz é um espaço que indubitavelmente remete a questões históricas, sociais, econômicas e culturais da sociedade passofundense, servindo como vetor para a Educação Patrimonial e o ensino de história local. A história local contribui para a produção de interpretações sobre as formas como os atores sociais se constituem historicamente, situados em espaços socialmente construídos. Além disso, a história local se caracteriza pela valorização das particularidades e das diversidades, servindo muitas vezes como ponto de partida para a formação de uma identidade regional.

De forma semelhante, o estudo a partir do local permite que os indivíduos se sintam partícipes de uma história que deixa de ser desprovida de importância ao passo que se estabelecem relações com a história global, entrecruzando presente e passado. Circe Bittencourt nos diz que:

[...] a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer –, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2009. p. 168).

Ao se trabalhar com história local não se pode contentar-se em abordar de forma isolada os acontecimentos locais, em uma “fragmentação rígida dos espaços e temas estudados, não possibilitando que os alunos estabeleçam relações entre os vários níveis e dimensões históricas do tema” inviabilizando a construção de relações entre o contexto local, o nacional e o global (articulação entre micro e macro história) (FONSECA, 2003. p. 154). A história local pode ser atrelada à história do cotidiano, ao fazer das pessoas comuns

participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado (BITTENCOURT, 2009, p. 168).

Como afirma Machado (2013, p. 128), não devemos nos equivocar em relação à história local: ela não deve ser entendida como um recorte fechado, deslocado e isolado do restante dos conteúdos históricos considerados “programáticos”. A história local está longe de ser uma opção à parte dos conteúdos de história nacional e mundial, muito pelo contrário, apresenta-se como uma forma complementar e necessária ao atual ensino de história.

Frente a isso, compreendemos que o ensino de história local se trata de uma forma de aprendizagem do conhecimento histórico articulada com os interesses, conhecimentos e experiências culturais dos alunos, desenvolvendo atividades que redirecionem o olhar dos mesmos para o reconhecimento da história, bem como dos bens culturais presentes no seu cotidiano. Além disso, o trabalho com a história local facilita a construção de problematizações históricas favorecendo a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como características de uma realidade histórica mais ampla.

Portanto, faz-se necessário, o estudo das relações entre o local, o regional e o nacional articuladas entre si, quando possível. Daí a ênfase na importância dos cemitérios como espaços de lembrança, de (re)memoração, de devoção, mas também de pertencimento, de conhecimento, de aprendizagem e interpretação cultural, histórica e social.

A utilização do espaço cemiterial como proposta para o ensino de história, partindo da história local, serve como fonte para a (re)significação e construção do conhecimento. Na medida em que a história do município é relacionada e problematizada com a história regional/nacional/global, o aprendizado se torna mais dinâmico e reflexivo, possibilitando o sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, os cemitérios tornam-se um espaço privilegiado para o ensino, pois comportam uma variedade de histórias de vida ligadas por um espaço final comum. Desta forma, acredita-se ser possível agrupar determinados sujeitos a fim de estabelecer relações conceituais que auxiliarão na construção do conhecimento histórico.

Tendo em vista as considerações apresentadas, buscou-se explorar algumas possibilidades de abordagens da história local por meio da utilização do espaço cemiterial, neste caso, do Cemitério Vera Cruz. Dentre as possibilidades de abordagens possíveis de

serem exploradas, optou-se, neste momento, em abordar o eixo temático da formação étnica de Passo Fundo.

Esse agrupamento não deve ser encarado como núcleo fechado e única possibilidade de análise e trabalho, tampouco, neste ensaio, são abordadas todas as alternativas. Optou-se por esse recorte devido ao número de sujeitos sepultados no Cemitério Vera Cruz, e, mesmo realizando a seleção e os recortes contextuais, a variedade de possibilidades se manteve muito abrangente. O eixo pode ser justificado pela expressiva variedade de túmulos de imigrantes/migrantes, que deram os tons da formação multiétnica da população e da estrutura social passofundense, em fins do século XIX e início do século XX.

Os que ficaram na terra de passagem: recortes de (i)migrações em Passo Fundo

Buscando dar conta da diversidade étnica e social na qual Passo Fundo está assentada, optou-se por tratar de sujeitos migrantes que abandonaram, pelas mais diversas razões, suas nações de origem para constituírem-se em outros locais, e, cujo destino final foi Passo Fundo.

Passo Fundo, para muitos, foi o ponto final de trajetórias imigratórias mais amplas, influenciadas por promessas de melhoria das condições de vida, por pressões políticas e/ou conflitos sociais e/ou étnicos.

Qual a melhor forma de demonstrar o mosaico de imigrantes que compuseram o município de Passo Fundo do que o cemitério? Nesta chamada “terra de passagem” que historicamente é o município de Passo Fundo, o cemitério pode auxiliar a visualizar também aqueles e aquelas que encontraram nesta terra o ponto final de suas jornadas, viagens e deslocamentos.

Cabe ressaltar aqui que a diversidade étnica do município de Passo Fundo é, em partes, contribuição dos sujeitos imigrantes que passaram a fazer parte da comunidade. Porém, Passo Fundo não possui uma identidade étnica definida, ligada a determinado grupo que se sobressai. Pelo contrário: Passo Fundo se constituiu ao longo de sua história enquanto uma localidade multiétnica, que possui em sua formação grupos variados e diversos entre si em.

A marca deixada por diversas etnias em Passo Fundo foi definidora de seu desenvolvimento histórico. Esta ampla variedade de culturas em contato foi, e certamente ainda o é, responsável pela diversidade cultural, social e econômica presente ao longo da história passofundense. Perpassam à sua composição desde grupos Guarani e Kaingang, luso-brasileiros, afrodescendentes, alemães, italianos, sírios, libaneses, judeus – que

possuem, aliás, uma área para sepultamentos ao lado do Cemitério Vera Cruz; isso se considerarmos um recorte apenas até as primeiras décadas do século XX.

Dito isso, é necessário esclarecer que foi feito um recorte específico, que visa dar os tons dessa multiplicidade por meio da visualização de alguns fluxos migratórios. Não serão abarcados todos os grupos que anteriormente mencionados, mas não pelo fato de serem esses marginais em relação a uma história “tradicional”, ou por não fazerem parte de grupos de destaque. As escolhas foram embasadas em pesquisas realizadas previamente, enfocando alguns sujeitos que fizeram parte dos cenários migratórios de meados do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

Optou-se nessa seção por adotar um sistema de trabalho por “ordem de chegada”, articulando desta forma, trajetórias individuais ao contexto das (i)migrações e o desenvolvimento de Passo Fundo. Buscou-se, desta maneira, articular as experiências e estratégias individuais a contextos um pouco mais amplos, considerando alguns fluxos migratórios de (i)migrantes internacionais em Passo Fundo.

Os primeiros imigrantes internacionais em território passofundense de que se tem notícia estão ligados ao amplo espectro da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Em que pese, como destacam Neumann e Meyrer (2017, p. 165), a historiografia tradicional acerca da imigração alemã considere as migrações de colonos alemães das ditas “colônias velhas” apenas como fenômeno predominante em fins do século XIX, veremos, em nossos primeiros quatro pontos desse passeio, que em Passo Fundo essa máxima não se aplica.

O deslocamento de imigrantes, não apenas dos de ascendência alemã, para Passo Fundo se processou em função de sua atratividade em vários aspectos. A povoação, em meados do século XIX, apresentava-se enquanto um ponto central e de múltiplas ligações da Estrada das Tropas, principal caminho utilizado pelos comerciantes de mula e gados da região missioneira em direção à Sorocaba, em São Paulo. Essa grande movimentação foi fator de desenvolvimento do povoado, voltado, nesse período, à pecuária, à agricultura de subsistência a uma ainda incipiente atividade comercial urbana. De forma semelhante, para além das possibilidades do comércio em si, a maior chance acesso à terra do que nas zonas de colonização e mesmo a de extração de pedras ágatas – que eram exportadas para a Alemanha – no distrito de Campo do Meio.³

Deste modo, o *start* deste roteiro é o túmulo dos imigrantes alemães Johann Adamm Schell e Anna Hein Schell. Como destaca Xavier e Oliveira (1990), o casal de sepultados é considerado o primeiro núcleo familiar de germânicos e luteranos a fixarem-se em Passo

³ Ver mais em: BESCHOREN, M. *Impressões de Viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989, p. 36.

Fundo, tendo ambos se instalado no povoado ainda em meados da década de 1830.

Adam Schell nasceu em 24 de junho de 1809, na aldeia de Bosen, atual Alemanha. Casou-se na Colônia de São Leopoldo, em 1830, com Johanna Christina Hein, natural de Hildburghausen, atual Alemanha (ANNES, 1980). Schell era comerciante, com loja estabelecida na Rua do Comércio (atual Av. Brasil), esquina com a travessa do Humaitá (atual rua Teixeira Soares). Foi um dos fundadores da Loja Maçônica Concórdia e do Cemitério Protestante. O casal de líderes comunitários é tronco ancestral de diversas famílias passofundenses, tendo deixado vasta descendência.⁴

A morte de ambos não foi lançada nos livros de registros da Igreja Católica, sabe-se, entretanto, que ambos foram enterrados no cemitério protestante e, com a criação do cemitério público e laico da Vera Cruz, ambos foram trasladados para um novo túmulo. Adam Schell faleceu em 28 de agosto de 1878 e Anna Hein Schell em 04 de agosto de 1882, ambos em Passo Fundo.

Nosso segundo ponto é o túmulo dos imigrantes germânicos João Neckel e Anna Barbara Alflen Neckel, ele nascido em 26 de abril de 1813, em Kaisersesch e ela nascida em 18 de novembro de 1820, em Mullenbach, ambos da região de Rheinland-Pfalz, parte da atual Alemanha. Ambos emigraram ainda jovens com suas famílias, tendo sido destinados para o projeto de colonização criado na Colônia de São Pedro de Alcântara,⁵ primeira colônia alemã da Província de Santa Catarina. João e Anna Barbara se estabeleceram em Passo Fundo por volta de 1845,⁶ acompanhados de seus filhos e do pai e do irmão de João (NEUMANN, MEYRER, 2017, p. 167).

A imigração da família Neckel está inserida no contexto das imigrações que visavam o crescimento populacional e econômico, da colonização do solo, neste caso de Santa Catarina, entretanto, Passo Fundo talvez tenha mostrando-se também como opção viável para a reprodução do núcleo familiar. O casal Neckel, diferentemente do casal Schell, era católico. João Neckel faleceu em 21 de maio de 1889, sendo sepultado no cemitério católico e depois trasladado para o Vera Cruz. Anna Barbara faleceu em 6 de março de 1907, deixando 08 filhos.⁷

O próximo sepultado a ser visitado é Frederico Guilherme Kurtz, mais um imigrante

⁴ Para ver mais sobre a descendência de Adam Schell: ANNES, Marina Xavier Oliveira e. *Johann Adam Schell e sua descendência*. Passo Fundo: Gráfica Diário da Manhã, 1980.

⁵ Fundada em 1829, a colônia de São Pedro de Alcântara foi criada junto a estrada que ligava Lages a Florianópolis. Fonte: SCHÜRHAUS, Moacir. A Colônia São Pedro de Alcântara (SC): suas origens. *Revista Santa Catarina em História*, v. 1, n. 2. Florianópolis: UFSC, 2007.

⁶ O historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira descreve, na obra "O elemento estrangeiro no povoamento de Passo Fundo", parte da trajetória da família de João Neckel.

⁷ BRASIL. *Registro Civil*. Rio Grande do Sul. Passo Fundo. Óbito de Anna Barbara Neckel, 07 mar. 1907, Livro 2, p. 84. Disponível em: <https://bit.ly/36z3lgB>. Acesso em: 04 jun. 2018.

alemão que se instalou na Vila de Passo Fundo. Nascido em 1840, em Rheinböllen, no Reino da Prússia, hoje parte da atual Alemanha, onde ainda jovem foi militar e após sua desmobilização, emigrou para o Brasil, juntamente com seu irmão Jacob Kurtz. Em 1865, Frederico e Jacob estabeleceram-se em Passo Fundo, onde casaram-se, respectivamente, com as irmãs Anna Neckel e Izabel Neckel, filhas de nossos sepultados anteriores (João e Anna Barbara). Em 16 de setembro de 1892 foi nomeado pelo Presidente do Estado, Intendente Municipal, cargo que exerceu até 17 de abril de 1893. Às vésperas da guerra de 1893-95, usou sua experiência militar na organização das unidades municipais “pica-paus”, a Guarda Republicana e a Guarda Municipal.

Frederico desenvolveu atividades no comércio passofundense, assim como o próximo sepultado, o também alemão Guilherme Morsch. Guilherme nasceu em 28 de janeiro de 1842, em Baumbolder, Birkenfeld, região de Hunsrueck, Reno, Alemanha, de onde saiu em um veleiro, em julho de 1864,⁸ com destino ao porto de Rio Grande, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano, Morsch passou a residir em Passo Fundo, casando-se, mais tarde, com Leopoldina Schell, uma das filhas dos já visitados Adamm e Anna Schell. Enquanto comerciante – certamente apoiado pelo sogro – Guilherme foi proprietário da Casa Morsch, responsável por suprir a população passofundense com artigos da ordem dos armários, cama, mesa e banho. Guilherme Morsch faleceu em Passo Fundo, em 09 de janeiro de 1928.

Se Guilherme Morsch necessitou atravessar um oceano para chegar em Passo Fundo, Ramon Rico precisou de menos, mas mesmo assim a estrada percorrida foi longa. Ramon Rico, conhecido como Don Ramon, nasceu em Buenos Aires, tendo se transferido para o Brasil em 1852. Ramon casou-se com Cecília Bernardina Rico, com quem não teve filhos, mas ambos em testamento deixaram seus bens para quem haviam criado e educado como filho, Leôncio Armando de Osana Rico.⁹ Ramon foi latifundiário, proprietário da grande Fazenda Santa Cecília – nome em homenagem à sua mulher –, pertencente ao distrito de Campo do Meio. Fez parte da Sociedade Libertadora das Crianças do Sexo Feminino, em Passo Fundo, e doou à Igreja Católica um terreno onde foi construída a Matriz Nossa Senhora da Conceição, junto a atual Praça Tamandaré. A trajetória do próximo sepultado se entrecruza com a história de Don Ramon.

O próximo ponto de visita é a sepultura do padre José Ferreira Guedes, natural de Portugal, nascido por volta do ano de 1838. Guedes foi ordenado sacerdote ainda em sua

⁸ BRAUN, Felipe Kuhn. *Memórias de imigrantes alemães e seus descendentes no Sul do Brasil*. Nova Petrópolis: Ed. Amstad, ed. 1, 2011, p. 160.

⁹ BRASIL. Rio Grande do Sul. *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo. Transmissões de notas, livro 14, 1879-1881, fl. 124v.

terra natal e atravessou o Atlântico chegou ao Brasil em meados de 1871, exercendo a função de vigário em várias localidades.¹⁰ Em 1874, foi designado pela Igreja Católica para assumir a paróquia de Pescaria Brava e também a de Laguna,¹¹ ambas em Santa Catarina. Após isso, foi transferido a paróquia de Nossa Senhora do Amparo das Correntezas,¹² no Rio de Janeiro, sendo encomendado, posteriormente, em 1879, para a de São Sepé, no Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1890 (RUBERT, 1998, p. 139). Naquele mesmo ano, o padre português – que se naturalizou brasileiro um ano antes¹³ – pediu transferência para assumir a Paróquia da Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo. Na cidade, liderou as obras de um novo templo católico, localizado na Praça Tamandaré, hoje Matriz Nossa Senhora da Conceição, construída justamente no terreno doado por Don Ramon! Possivelmente o Padre Guedes não chegou a ver a obra finalizada, pois faleceu em 09 de novembro de 1902 sendo sepultado, sem encomendação por falta de vigário, no novo cemitério.

Adentrando ao contexto da imigração italiana para o Brasil, subvencionada pelo Governo Imperial a partir de 1875, houve, no Rio Grande do Sul, a criação de colônias destinadas para a instalação dos imigrantes europeus, localizadas na região serrana da província. Neste contexto, Passo Fundo passou a receber uma grande leva de migrantes que partiam destas colônias em direção ao norte do estado, sobretudo em fins do século XIX, buscando novas oportunidades de trabalho e de acesso à terra (TEDESCO, BALBINOT CORTEZE, 2017, p. 211). Passo Fundo passou a atrair imigrantes também após a criação da Colônia Guaporé (1892-1940), tanto para sua área rural, quanto para sua área urbana, em pontos do centro e da periferia na cidade, como na Vila Victorio Veneto, parte do atual Bairro São Cristóvão.¹⁴ A passagem da estrada de ferro pelo município também teve papel decisivo nessa migração para Passo Fundo. Este fluxo engloba os próximos sepultados.

¹⁰ PASSAGEIROS. *Jornal do Recife*. Recife, ano XIII, n. 206, 10 set. 1871. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/7027>. Acesso em: 04 jun. 2018

¹¹ EXPEDIENTE do Bispado. *O Apostolo*. Rio de Janeiro, ano X, n. 96, 26 maio 1875. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/343951/3722>. Acesso em: 04 jun. 2018.

¹² EXPEDIENTE do Bispado. *O Apostolo*. Rio de Janeiro, ano XI, n. 14, 09 fev. 1876. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/343951/4149>. Acesso em: 04 jun. 2018.

¹³ BRASIL. Ministério do Império. Relatório da Repartição dos Negócios do Império no ano de 1879 apresentado pelo Ministro Ignacio Marcondes Homem de Mello à Assembleia Legislativa na 3ª da 17ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880, p. 357-358. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720968/15958>. Acesso em: 04 jun. 2018.

¹⁴ Sobre a presença de imigrantes italianos e seus descendentes em Passo Fundo, ver mais em: TEDESCO, João Carlos; BALBINOT Giovanni; CORTEZE, Dilse. Italianos em Passo Fundo – final do século XIX e início do século XX. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 189-256.

Os sepultados de origem italiana estiveram atrelados principalmente à atividade comercial e à construção civil, do que outras formas de produção colonial, tendo se convencido chamá-los de “italianos do centro”, justo por terem se estabelecido na parte mais central e urbana da cidade de Passo Fundo.

O próximo ponto de parada é o túmulo do casal Florindo Langaro e Rosa Giordano Langaro, ambos imigrantes italianos. Florindo nasceu em 15 de agosto de 1845, em Contrada Langari, Comune de Crespadoro, Província de Vicenza, Itália e, aos 21 anos, casou-se com Rosa Giordano, nascida em 25 de abril de 1846.¹⁵ O casal resolveu tentar a sorte no Brasil, tendo chegado em 03 de março de 1887, com seus filhos Luigi, Francesco, Giovanni Battista, Mathilde e Alberto. A família instalou-se primeiramente na Colônia de Antônio Prado e, cerca de dez anos depois, transferiu residência para Passo Fundo. Florindo veio a falecer em 24 de junho de 1907 e Rosa em 18 de junho de 1916.

A sepultura do filho mais jovem do casal, Alberto Langaro, é o próximo ponto do roteiro. Alberto nasceu em 03 de março de 1882, tendo chegado ao Brasil com apenas cinco anos de idade. Alberto casou-se com Marieta Matiotti Marchionatti, em 1906, irmã de outro imigrante italiano também sepultado no Cemitério Vera Cruz: Carlos Marchionatti. Carlos, nasceu por volta de 1856, na Itália; era filho de Lorenzo e Carlota Marchionatti, tendo se estabelecido em Passo Fundo após a chegada da ferrovia (D'ÁVILA, 2001, p. 21). Foi negociante e faleceu solteiro em Passo Fundo, às 07 horas da noite, do dia 22 de junho de 1904.¹⁶

O próximo túmulo é o de João de Cesaro, também imigrante italiano atraído para o Brasil no período dos projetos de colonização. De Cesaro, não exerceu profissão de lavrador, mas sim de comerciante e de construtor. Nascido em Belluno, Província de Treviso, Itália, no dia 3 de outubro de 1883, transferiu-se com os pais para o Brasil em 1890 e, para Passo Fundo, em 1913.

Muitas de suas construções são ainda hoje marcos na paisagem urbana de Passo Fundo, como os prédios dos colégios Notre Dame e Protásio Alves, as sedes dos clubes Comercial e Caixeiral, os prédios do Quartel, do Hospital da Cidade e da agência do Banco Itaú (antigo Banco da Província, na esquina da Rua Bento Gonçalves com a Rua Moron), entre outros. Fundou a empresa de comércio e depósito de material de construção Maggi De Césaró, existente ainda hoje. Foi Conselheiro Municipal em 1922, filiado ao PRR e sócio-proprietário do antigo Cine Coliseu, depois Cine Real. Na sociedade passofundense,

¹⁵ Os pais de Florindo e de seus irmãos eram Francesco Langaro e Paola Cavalieri. Disponível em: <https://bit.ly/35QV2eK>. Acesso em: 06 jun 2018.

¹⁶ BRASIL. Rio Grande do Sul. *Registro Civil*. Passo Fundo. Óbito de Carlos Marquionati, 22 jun. 1904, Livro 2, p. 37v. Disponível em: <https://bit.ly/2R7U3BK>. Acesso em: 04 jun. 2018.

foi um dos fundadores do Rotary Club de Passo Fundo e, em 1930, presidiu o clube italiano *Società Italiana di Mutuo Soccorso Iolanda Margherita di Savoia*, hoje Clube Caixeiral, sendo ainda correspondente consular do Reino da Itália.¹⁷ João de Cesaro faleceu em Passo Fundo no dia 25 de março de 1945.

Comerciante e membro do clube italiano também foi Lodovico Della Mea, último italiano do presente roteiro. Lodovico nasceu em 19 de setembro de 1876, na localidade de Piani di Qua, Comuna de Chiusaforte, na Província de Udine, Itália. Imigrou para o Brasil, via Argentina, juntamente com seus pais e irmãos, em 1889. A família estabeleceu-se em Soturno, no Rio Grande do Sul, instalando um moinho hidráulico. Posteriormente, Della Mea transferiu-se para Passo Fundo, onde desenvolveu várias atividades ligadas ao comércio. Foi também suplente do Conselho Municipal de Passo Fundo entre 1920 e 1924 e membro da comissão diretiva da *Società Italiana*, de 1906 a 1923. Lodovico faleceu em 13 de janeiro 1950.

Os últimos sepultados estiveram à mercê das instabilidades do início do século XX, sobretudo as provocadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Miguel Kozma, também imigrante europeu, nasceu em Budapeste, atual Hungria, em 06 de outubro de 1896. Kozma participou da Primeira Guerra Mundial nos *fronts* de batalha do Império Austro-Húngaro, prestando assistência médica de campo. Após o fim do conflito mundial, emigrou para a Argentina e, em 1919, transferiu-se para Carazinho, na época, distrito de Passo Fundo, passando a atender como médico na localidade. Durante a Revolução de 1923, assumiu a direção do Corpo Médico e da Cruz Vermelha.

Em 1928, Kozma transferiu-se para a cidade de Passo Fundo, em razão da necessidade de energia elétrica para o funcionamento do equipamento médico de seu Instituto Radiológico e Terapêutico, que passou a funcionar na Farmácia Central.¹⁸ Na Revolução Constitucionalista de 1932, atuou como chefe da Formação Sanitária Regimental e foi também membro da Sociedade de Medicina de Passo Fundo.¹⁹ Miguel Kozma foi médico radiologista e precursor do estudo e aplicação da radiologia no estado do Rio Grande do Sul, falecendo em Passo Fundo no dia 04 de maio de 1974.

O último ponto do roteiro é o túmulo de Miguel Buaes e Afife Buaes; ambos eram naturais do Líbano, à época ainda parte do Império Turco-Otomano. No período de 1895 a

¹⁷ TIMM, Octacilio; GONZALEZ, Eugenio (Org.) *Album Illustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934, p. 361. Disponível em: <https://bit.ly/3a2eaKe>. Acesso em: 04 jun. 2018.

¹⁸ DE CARASINHO. *A Federação*. Porto Alegre, ano XLV, n. 296, 27 dez. 1928. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bit.ly/2QOc74P>. Acesso em: 04 jun. 2018.

¹⁹ SOCIEDADE de Medicina. *A Federação*. Porto Alegre, ano XLIX, n. 162, 16 jul. 1932. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bit.ly/35SG3kt>. Acesso em: 04 jun. 2018.

1914, se evidenciou uma das maiores levas de imigrantes das regiões do Líbano e da Síria para o Brasil (TEDESCO, VANIN, 2017, p. 291). Não houveram acordos de subvenção por parte do governo brasileiro para a imigração de sírios e libaneses, diferentemente do que se processara com alemães e italianos ao longo do século XIX. Entretanto, esta imigração – que pode ser considerada como “espontânea” – se deu em razão de múltiplas causalidades, como as opressões do Império Turco Otomano sobre a população, conflitos advindos de reivindicações internas de autonomia por parte de determinados territórios ou mesmo conflitos que envolviam o Oriente Médio no início do século XX.

Muitos dos imigrantes sírios e libaneses que se deslocaram ao Brasil passaram a atuar nos ramos do comércio, da compra e venda dos mais variados tipos de utensílios e gêneros de toda a ordem, encarnando a figura do vendedor-ambulante, apelidado popularmente de “mascate”. Miguel Buaes emigrou de Beirute, em fins do século XIX, com aproximadamente 25 anos. Após essa primeira viagem, estabeleceu-se sozinho no município de Passo Fundo, desenvolvendo a atividade de mascate. Após um tempo, retornou ao Líbano e se casou com Afife Buaes com quem teve seu primeiro filho.

Após a família retornar e residir no município de Passo Fundo por um período, novas oportunidades foram buscadas na Argentina, estabelecendo-se na região de Mendoza. Alguns anos depois, o núcleo familiar – agora ampliado em função do nascimento de outros filhos – retornou para o Líbano, entretanto, a situação de fragilidade e instabilidade do Oriente Médio e a entrada dos turcos-otomanos na Primeira Guerra Mundial, foram decisórios nas trajetórias de imigração de muitos sírios e libaneses no período.

Miguel, em sua dinâmica atividade de comerciante, retornou novamente para o Brasil e na sequência Afife imigrou novamente, em 1915, dessa vez acompanhada de todos os seis filhos do casal. A família foi se estabelecer em Getúlio Vargas onde residiram por alguns anos e onde Miguel continuou a exercer atividades comerciais (TEDESCO, VANIN, 2017, p. 291). No final da década de 1920, a família mudou-se para a cidade de Passo Fundo. Após tantos deslocamentos, Passo Fundo foi escolhido para ser ponto de parada e estabelecimento definitivo; na cidade, Miguel e Afife residiram até o fim de suas vidas. Miguel faleceu em 1949 e sua esposa Afife em 1962. Seus seis filhos constituíram famílias e viveram em outros municípios do estado, mas a maioria permaneceu em Passo Fundo.

Considerações finais

Buscou-se trabalhar a possibilidade de abordagem da formação étnica local por meio da utilização de túmulos de sepultados no Cemitério Vera Cruz. O eixo justifica-se pela expressiva variedade de túmulos de imigrantes de várias partes do mundo e de lideranças

regionais, que deram os tons da formação multiétnica da população e da estrutura social passofundense no início do século XX. Ressalta-se que o roteiro proposto pode vir a servir de subsídio para a elaboração de outras rotas: fluxos econômicos, relações familiares e de poder, por exemplo. Em realidade, as possibilidades podem assumir as mais variadas formas, dependendo dos objetivos e temáticas que se desejar contemplar.

O Cemitério Municipal Vera Cruz é um lugar de memória, um espaço de identidade e de identificação histórica, não apenas particular, como também de diversos grupos sociais. Como local de lembrança e de memória, o Vera Cruz evidencia a conformação histórico-social e cultural da cidade de Passo Fundo e remete às variadas formas e significados da vida e da morte, além de, por meio de traços, vestígios, práticas de devoção tornar-se um vetor de conhecimento sobre a história da cidade e de seus habitantes, sendo um local privilegiado para a compreensão da formação sócio-histórica da comunidade.

Referências

ANNES, Marina Xavier e Oliveira. *Johann Adam Schell e sua descendência*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1980. Disponível em: <https://bit.ly/2t0clqY>. Acesso em 04 jun. 2018.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPURS, 1996.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. *O Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé/RS/Brasil: um patrimônio cultural merecedor de reconhecimento e visibilidade*. Anais do XI Encuentro Iberoamericano de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales, Paysandú/Uruguay.

BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS)*. Passo Fundo: Méritos, 2011.

BESCHOREN, M. *Impressões de Viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BRAUN, Felipe Kuhn. *Memórias de imigrantes alemães e seus descendentes no Sul do Brasil*. Nova Petrópolis: Ed. Amstad, 2011.

CASTRO, Elisiana Trilha. *Para cada morto, a sua cova: algumas restrições para o sepultamento de protestantes no Brasil, século XIX*. *Revista Inter-legere*, p. 157-172, jan/jun de 2013.

D'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. *Caixeiral Campestre Tênis Clube. 1901-2001 – Cem anos de história*. Passo Fundo: Gráfica Imperial, 2001.

D'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. *Passo Fundo: terra de passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

D'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. Cemitério Municipal "Vera Cruz". In: *Guia de Visitação Cemitério da Vera Cruz*. Passo Fundo: Instituto Histórico de Passo Fundo/Arquivo Histórico Regional, 2014.

D'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. *Recortes da História de Passo Fundo*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.

FERREIRA, Mariluci Mello. *A trajetória política de Prestes Guimarães*. Passo Fundo: EdiUPF, 1998.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1982.

GONÇALVES, Janice. *Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural*. *Historiae*, Rio Grande 3 (3), p. 27-46, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. In: *Revista Patrimônio*. Museus. Iphan. N31, 2005 (pp.220-233).

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina.; MONTEIRO, Adriana. Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Os Lugares da Memória. In.: SILVA, René Marc da Costa (Org.). *Cultura Popular e Educação*. Brasília: Salto Para o Futuro/ TV Escola/ SEED/MEC, 2008.

INSTITUTO HISTÓRICO DE PASSO FUNDO/ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL. *Guia de Visitação Cemitério da Vera Cruz*. Passo Fundo, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LECH, Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita A. P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005.

MIRANDA, Fernando B. Severo de; MENDES, Jeferson dos Santos. *Passo Fundo, o passo das ruas*. Passo Fundo: Méritos Ltda, 2011.

NASCIMENTO, Welci. *Conheça Passo Fundo, tchê!* Passo Fundo: [s.n.], 1992.

NASCIMENTO, Welci. *De Capela à Catedral*. Passo Fundo: [s.n.], 2000.

NEUMANN, Rosane Marcia; MEYRER, Marlise Regina. A presença dos imigrantes alemães no espaço urbano em Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 159-188.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. *Annaes do município de Passo Fundo: aspecto histórico*. Passo Fundo: Gráfica e Editora da UPF, 1990, v. II.

PARIZZI, Marilda Kirst. *Passo Fundo: sua história e evolução*. Passo Fundo: Berthier, 1983.

QUEIROZ, Moema Nascimento. *A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania*. *Revista Museu*. Disponível em: www.revistamuseu.com.br/artigos. Acesso em: 21 mai. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul - 1891*. Disponível em: <https://bit.ly/2tKeexo>. Acesso em: 03 jun. 2018.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul – época imperial (1822-1889)*. Porto Alegre: Edipucrs, v. II, 1998.

SCHÜRHAUS, Moacir. *A Colônia São Pedro de Alcântara (SC): suas origens*. *Revista Santa Catarina em História*, v. 1, n. 2. Florianópolis: UFSC, 2007.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT Giovani; CORTEZE, Dilse. Italianos em Passo Fundo – final do século XIX e início do século XX. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 189-256.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. Sírios e libaneses em Passo Fundo – final do século XIX e primeiras décadas do século XX. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 257-310.

TIMM, Octacilio; GONZALEZ, Eugenio (Org.) *Album Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

WICKERT, Ana Paula (Coord.). *Inventário provisório dos bens de valor histórico, arquitetônico e cultural de Passo Fundo*. [mimeo], 2006.

CEMITÉRIO DO BONFIM: ARTE, CULTURA, MEMÓRIA E HISTÓRIA – ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Marcelina das Graças de Almeida¹

Apontamentos iniciais

O Cemitério do Bonfim, situado na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, nasceu no fim do século XIX como parte do projeto urbano traduzido nas normativas e propostas modernizantes que resultou na construção desta nova metrópole.

A nova capital mineira, planejada e construída entre os anos de 1894 e 1897, é um caso peculiar para se compreender o processo de modernização urbana no Brasil entre os séculos XIX e XX. Não se coloca fora do cenário internacional, dos debates e dos projetos de reformulação e reordenação do espaço das cidades que aconteciam naquela ocasião. Arte e técnica foram os motores do impulso progressista e modernizador. Estas considerações são apontadas pela pesquisadora Heliana Angotti Salgueiro, quando se dedica ao estudo do processo de construção de Belo Horizonte e sua relação com o contexto internacional europeu (SALGUEIRO,1996).

O modelo utilizado pelos engenheiros, técnicos e planejadores da cidade estava em consonância com as reformas operadas na cidade de Paris através do Barão de Haussmann², em 1853, e a urbanização da Ringstrasse em Viena, quase que no mesmo período, e se tornaram padrões frequentemente referenciados e copiados pelos técnicos que almejavam, erguer uma cidade totalmente nova e que refletisse os progressos que o século XIX havia aberto ao mundo a partir da consolidação da Revolução Industrial e das novas percepções em relação ao planejamento e estética urbana.

Neste sentido, desde a planta até as edificações e delimitação das características foram planejadas. A ordenação era o princípio norteador. Havia lugares definidos para todos os equipamentos necessários para o funcionamento da capital, e, neste conjunto, estava o cemitério. E se havia projetos para os vários espaços a serem ocupados na cidade, o do cemitério foi, também, pensado. O terreno com área aproximada de cento e setenta mil e trinta e seis (176) metros quadrados, num local conhecido como “Menezes”, distante seiscentos e cinquenta (650) metros do perímetro urbano foi o ponto escolhido. O lugar era

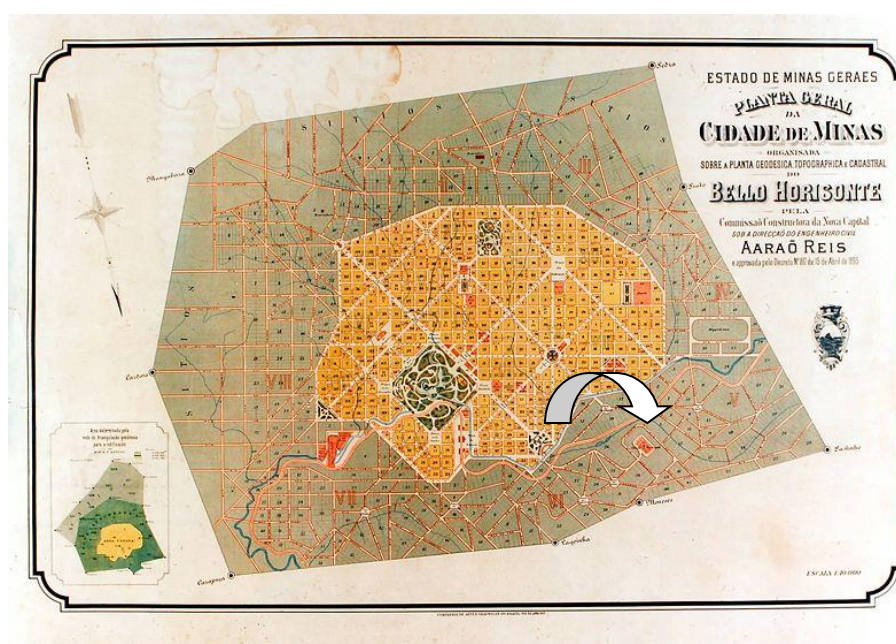
¹ Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte. Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Apoio financeiro através do Edital PAPEV/2019, UEMG. Belo Horizonte/BH.

² Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), foi prefeito do antigo departamento Sena, em Paris, no período compreendido entre 1853 e 1870. Foi responsável pela reforma urbana de Paris.

alto e arejado, de solo seco e argiloso – arenoso, tendo em sua proximidade uma pedra o que facilitaria a construção. As obras de preparação dos terrenos e construção do cemitério e necrotério foram iniciadas tendo como empreiteiro o Conde de Santa Marinha.³

A localização estratégica do cemitério na planta da capital fornece indícios para entender as propostas de organização do espaço urbano e suburbano, em voga, à época. O cemitério deveria ser amplo, arejado, a céu aberto, ocupando espaço suficiente para expansão e abrigo dos mortos que a cidade dos vivos, naturalmente iria produzir, sem, contudo perder o caráter de modernidade sob a qual era engendrada.

Figura 1 – Planta Geral da Cidade de Minas



A seta aponta para a localização do Cemitério do Bonfim na planta da nova capital
 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Planta_BH.jpg.

Percebe-se que a localização do cemitério, sua organização espacial, ordenamento das ruas, arborização e estética era objeto de preocupação do poder público, especialmente naquilo que dizia respeito ao devido equilíbrio entre a cidade dos vivos e

³Antônio Teixeira Rodrigues ou Conde de Santa Marinha (1850-1900) era português, construtor e industrial, e chegou a Belo Horizonte em 1894. Iniciou suas atividades com a implantação da rede ferroviária, ligando as pedreiras dos arredores ao local de construção da capital. Tornou-se pioneiro na exploração da linha férrea urbana e em 1896 trouxe para a cidade a locomotiva Mariquinhas, hoje parte do acervo do Museu Histórico Abílio Barreto. Tem seu nome ligado a diversas obras na capital, além daquelas realizadas no cemitério do Bonfim, a saber: fachada do Palácio da Liberdade, construção dos edifícios da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e do Quartel do 1º Batalhão da Polícia Militar, construção de um palacete para própria residência no Bairro da Floresta, primeira casa da área suburbana da capital (1896). Inaugurou, em 1897, uma empresa denominada “Grande Empório Industrial”. Implantou ao lado de sua casa uma escola industrial com atividades voltadas para a carpintaria, cantaria, fundição, ferraria, moinhos e torrefação de café. Faleceu na capital federal em 1900.

o espaço dos mortos. Esta questão já reiteradamente exposta vinha sendo debatida desde o século XVIII na Europa pela elite ilustrada: médicos, filósofos e eclesiásticos e culmina no século XIX. Neste aspecto, vale destacar as conclusões formuladas pelo investigador português Catroga:

[...] à “morte domesticada”, em que a sacralidade do território dos defuntos se inseria no centro da *ágora*, funcionando como garante (sic) simbólico da salvação colectiva no final dos tempos, sucederam-se os medos de inspiração higienistas- aumentavam os receios em relação às emanções e ao mefitismo –, o que denota uma evolução mundividencial de pendor mais racionalista. E esta, pouco a pouco, foi conduzindo a uma maior sobredeterminação da idéia e do espetáculo tanatológico por valores terrenos. [...] o horror perante a putrefacção do corpo foi correlato da recusa da concepção pessimista da morte e do aparecimento, no seio das elites mais cultas, de uma nova sensibilidade higiênica e olfactiva. No século XIX, o cientismo antimetafísico reforçará o sonho do possível controlo da morte através da ciência. [...] A evolução do cemitério testemunha [...] o propósito de se instalar uma ruptura na coexistência entre vivos e mortos. Exilado para a periferia das povoações, cercado por um muro e dissimulados por árvores, ele estetiza exemplarmente a nova atitude de expulsão e de encobrimento (CATROGA, 1999, p.44-45, grifo meu).

E assim, em sintonia com estes pressupostos, a instalação e estruturação do Cemitério do Bonfim se consolidou na cidade em desenvolvimento.

O Cemitério do Bonfim foi o único da cidade durante mais de 40 (quarenta anos). Nele eram sepultados todos os habitantes da capital. Somente no início da década de 1940, outro cemitério foi construído, nomeadamente, o Cemitério da Saudade, situado na região leste da metrópole, resultado de uma iniciativa do prefeito Juscelino Kubitschek (1902-1976).

Assim, nesse sentido, o Bonfim abriga uma parte importante e considerável da história da capital mineira e de seus habitantes. O Cemitério retrata a estratificação e as disparidades sociais, não apenas no tocante à arquitetura e decoração tumular, destacando-se nas quadras e alamedas específicas como lugares de ocupação privilegiada.

E são estas questões que, desde o ano de 2012, vem sendo discutidas e debatidas através da ação de Educação Patrimonial que se traduzem nas Visitas Guiadas ao Bonfim e que fazem parte do projeto de pesquisa e extensão intitulado “Cemitério do Bonfim: arte, história e educação patrimonial” realizado pela Universidade do Estado de Minas Gerais em parceria com a Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica e o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico Estadual.

O projeto

O projeto “Visitas Guiadas ao Bonfim” se realiza através de um termo de cooperação técnica celebrado entre as três instituições anteriormente citadas. Este acordo foi efetivamente formalizado, no ano de 2013 e renovado no ano passado (2018), e possui como propósito a promoção da Educação Patrimonial e a sensibilização para as questões que envolvem a história da cidade de Belo Horizonte, tomando o espaço cemiterial como referência principal.

As atividades que envolvem as visitas e fruição em relação à necrópole mineira já aconteciam antes mesmo da assinatura e formalização do termo de parceria, sendo que este veio apenas ratificar ações que se realizavam no âmbito das tarefas acadêmicas que eram propostas para os discentes dos diversos cursos de graduação ou, até mesmo, na informalidade, de modo despretensioso, cristalizando-se em passeios pelo cemitério, seja para pesquisa, ou para apreciação estética.

A formalização das visitas em um projeto que extrapolasse os muros da academia e se integrasse à comunidade em toda sua complexidade, passou a exigir um planejamento e a construção de uma metodologia de trabalho. E assim foi definido que as visitas deveriam se realizar uma vez por mês, no último domingo de cada mês, entre fevereiro e novembro. São atividades gratuitas, abertas ao público em geral que pode se inscrever através de telefone ou e-mail. Para divulgação e organização das visitas é construído o calendário anual em parceria com a Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica e que pode ser visualizado na Figura 2.

Figura 2 – Flyer de divulgação do calendário das Visitas Guiadas (2019)

**VISITA GUIADA
CEMITÉRIO DO
BONFIM**
História, Arte, Memória e Patrimônio

Venha conhecer esse museu a céu aberto
e descubra os mistérios de sua construção
e o significado de suas obras de arte.

CALENDÁRIO DE VISITAS 2019
(um domingo por mês, com início às 9h)

17/2	31/3	28/4	26/5	30/6
14/7	25/8	29/9	27/10	24/11

INSCRIÇÕES:
(31) 3277.7284 | agenda.visitasbonfim@pbh.gov.br
Rua Bonfim, 1.120 | Linha de Ônibus 4114 (Bonfim)

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FEUC

PARQUES E
ZOOBOTÂNICA

PREFEITURA
DE BELO HORIZONTE

Fonte: Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica.

Para que as visitas se realizem, a inscrição é feita, previamente, via telefone ou e-mail e, quem cuida desta parte prática é a equipe da Fundação de Parques, sendo, igualmente responsável por liberar a lista de inscritos, bem como certificar aqueles que, efetivamente, participarem do evento.

É recomendado aos inscritos que, no dia da visita, levem água, protetor solar, lanche leve e usem roupas e calçados confortáveis e que permitam o deslocamento a pé. É permitido fotografias e filmagens, respeitando, contudo, a privacidade das famílias, evitando o registro dos nomes e das fotografias que ornamentam os jazigos.

Cabe à equipe da Universidade do Estado de Minas Gerais, constituída pela coordenadora do projeto e dos pesquisadores voluntários, a condução dos trajetos e roteirização do espaço cemiterial.

Contudo, dentro do possível, fora do calendário dos fins de semana, instituições de ensino, dos mais variados graus são atendidas durante a semana, possibilitando que os limites do projeto se expandam para além da perspectiva do lazer aos fins de semana. Nesses momentos, é que a proposição dos fundamentos da Educação Patrimonial pode ser exercitada de forma mais clássica ao se relacionar com educadores e os educandos.

Durante as visitas, os vários aspectos relativos à história do cemitério são elencadas e as memórias guardadas nos túmulos são analisadas e compartilhadas com os visitantes, momento no qual é permitido trabalhar com os conceitos de memória individual e memória coletiva e sua relação com os quadros sociais da memória (HALBBWACHS, 1990).

Alguns roteiros estão sendo trabalhados e discutidos de forma prática através das visitas guiadas. As temáticas que são debatidas durante as visitas têm como pressuposto desenvolver roteiros de memória que procuram explorar algumas questões relevantes para se entender a história do cemitério e sua conexão com a história da cidade.

As questões emergentes que compõem os roteiros se traduzem a partir das seguintes temáticas:

- 1- A história do cemitério e sua relação com a história da cidade;
- 2- A história da arquitetura e suas diversas manifestações na cidade, enfatizando a arquitetura tumular;
- 3- As diversas manifestações dos modelos e estilos arquitetônicos e estilísticos que se cristalizam na construção tumular;
- 4- As personalidades políticas que habitam o espaço cemiterial;
- 5- Os túmulos devocionais e os espaços de peregrinação e manifestação religiosa;
- 6- Os túmulos que guardam a memória dos artistas e personalidades voltadas para o universo das artes na capital mineira;

- 7- Os túmulos que guardam ou ocultam histórias de personagens que viveram na capital mineira;
- 8- As manifestações religiosas e a diversidade presente na decoração tumular;
- 9- Os relatos antropológicos que exaltam o mágico e o misterioso envolvido no cemitério e seus habitantes.
- 10- Os túmulos que abrigam a memória cívica e política de personalidades que viveram e participaram da vida política da capital mineira.

Com base nas temáticas, roteiros específicos são preparados e aplicados durante as visitas e muitos casos. Também são aceitas as sugestões e demandas dos visitantes que propõem roteiros ou relatam histórias e indicam túmulos que podem ser incluídos no projeto.

Entendemos que esta é uma proposição significativa na prática da Educação Patrimonial, pois considera a participação dos envolvidos no processo e, deste modo consolida um envolvimento singular na construção do projeto que envolve as Visitas Guiadas.

Considerações finais

No momento, para além das ações consubstanciadas pelo projeto que envolve as Visitas Guiadas ao espaço cemiterial que ocorrem oficialmente, desde o ano de 2012, conforme foi descrito anteriormente, nas quais são propostos roteiros que exploram os mais diversos e complexos potenciais que se relacionam ao Cemitério do Bonfim, outras ações estão se constituindo.

Uma delas é a construção de um guia de visitação, contemplando parte das rotas que estão sendo pouco a pouco construídas e testadas ao longo do roteiro das visitas guiadas. O material preparado, durante o ano de 2018, se intitula: '*Itinerários pelo Cemitério do Bonfim Novos olhares sobre o espaço funerário – Guia de visitação*'. É composto por 08 (oito) trajetos que exploram temas como: imigração, esporte, religião, mulheres, personalidades, signos e curiosidades sobre a história da necrópole e seus habitantes.

A proposta do guia é estimular as visitações espontâneas e independentes, podendo, igualmente ser utilizado por profissionais que atuam com o turismo, educadores que desejam estimular a pesquisa e interesse de seu público pelo espaço que, aparentemente, possa parecer inusitado. Está apoiado nas prerrogativas que norteiam o sentido da Educação Patrimonial que parte da ideia do processo educativo, ligado à ideia de proteção e cuidado com o patrimônio cultural e gestação de estratégias que estimulem práticas

voltadas para a valorização, o reconhecimento e, obviamente, a preservação.

Nesta mesma dimensão, outra ação que se encontra em processo é a preparação de material didático-pedagógico que possa ser útil na prática em sala de aula, ou fora dela, mas que tome o Cemitério do Bonfim como objeto de apreciação, contemplação, estudo, análise e elemento significativo para compreensão de temas que perpassem pelo sentido da morte, em sua diversidade e complexidade filosófica, teológica, religiosa, enfim, bem como sua conexão com a história da cidade e suas diversas possibilidades de apropriação.

Portanto, diante das ações construídas e daquelas em construção, entende-se que o Cemitério do Bonfim é um lugar propício para a prática da Educação Patrimonial, destacando-se sua importância para se pensar a história da capital mineira, seus habitantes e toda a discussão que envolve o planejamento de uma cidade no final do século XIX, mas, principalmente, dos significados que podem ser construídos através do nosso olhar no presente.

Referências

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. *Morte, Cultura, Memória - múltiplas interseções: uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte*. 2007. 418 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. (2016) A cidade e o cemitério: uma experiência em Educação Patrimonial. *Revista M. Estudos sobre a morte e o morrer*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 217-234, jan-jun, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2FLvwNL>. Acesso em: 15 de maio de 2018

CATROGA, Fernando. *O Céu da Memória: Cemitério romântico e o culto cívico dos mortos*. Coimbra? Minerva, 1999.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al (Org.). *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília. IPHAN, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2T9sACu>. Acesso em: 09 ago. 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Ed. da Revista dos Tribunais, 1990.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Belo Horizonte: o nascimento de uma Capital*. Belo Horizonte: Diário do Comércio, 1996. Catálogo de Exposição 15 de abril - 12 de maio de 1996.

**“OS VIVOS SÃO SEMPRE E CADA VEZ MAIS GOVERNADOS PELOS MORTOS”:
FAZENDO DO CEMITÉRIO UMA FERRAMENTA DE ESTUDOS
PARA O ENSINO MÉDIO**

João Mauricio Martins Prietsch¹

Ao entrarmos em sala de aula para trabalharmos a disciplina de História, seja ela no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, algumas respostas dadas por nossos alunos, baseadas no senso comum, são de que a disciplina de História trabalha com o passado da humanidade. Outra resposta bem corriqueira é a de que a História trabalha com grandes personalidades do passado, que deixaram algo de importante para as sociedades.

Diante de tais questionamentos presentes no contexto da Educação Básica, este projeto tem como objetivos de estudo: identificar o cemitério como fonte de memória e história de uma sociedade ou um grupo social em determinado período; compreender que o cemitério é um museu a céu aberto, onde podemos ver representadas, *post mortem*, as personalidades históricas, a maneira como elas pensavam, através da análise dos epitáfios ou pelas esculturas tumulares; e, por fim, buscar na pesquisa cemiterial uma ferramenta importante no ensino de História para a Escola Básica.

Também é importante ressaltar que este projeto abarcará, de maneira indireta, a questão do envolvimento religioso das famílias e as suas relações com a morte, as concepções que diferenciam cada grupo familiar, bem como cada pessoa encara a morte. Ou seja, se de fato existe vida após a morte ou não. Afinal de contas, a morte está presente no imaginário coletivo, porém por medo, aversão ou qualquer outro sentimento, as pessoas se afastam da reflexão sobre o que acontece conosco após a nossa passagem terrena; essa reflexão é deixada de lado e não acontece. Tendo em vista isso, faremos um levantamento entre os alunos e seus familiares, para saber qual é a relação que eles têm com a morte.

Juntamente com um estudo sobre ritos sociais da morte, poderemos fazer uma reflexão sobre o envolvimento e o grau de entrosamento que cada componente familiar tem com a religião praticada ou não praticada pelos seus pares.

No entanto, o fato é que, na maioria das turmas, com raras exceções, o pensamento da disciplina é estendido à pesquisa através dos livros como ferramenta de trabalho. Isso ocorre, creio eu, pela limitação de algumas escolas, principalmente as escolas públicas,

¹ Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Porto Alegre/RS.

onde os recursos são mais restritos, fazendo com que a pesquisa da chamada História Patrimonial fique relegada a um segundo, terceiro ou quarto plano.

Usando essa perspectiva, pensamos contribuir, fazendo com que o alunado reflita sobre a História Patrimonial a partir dos cemitérios. A partir da entrada na graduação da PUCRS, no curso de História, acabei conhecendo o Grupo de Pesquisa Cemiterial do Professor Mestre Harry Rodrigues Bellomo, o qual, desde a década de 1980, já pesquisava na área. Diga-se de passagem, no Rio Grande do Sul ele foi o pioneiro nesta frente, com sua dissertação de Mestrado. Desde então, outras pessoas pesquisam na área, como o Prof. Dr. Thiago Nicolau de Araújo, o Prof. Esp. Daniel Teixeira Meirelles, passando pela Prof^a Dr^a Vera Maciel Barroso. No Brasil, o Prof. Dr. Clarival Valladares (1972) foi quem iniciou a pesquisa cemiterial, na década de 1970. Com o aprofundamento dos estudos em cemitérios, foi criada a Associação Brasileira dos Estudos Cemiteriais (ABEC) que, a cada dois anos, organiza um encontro de pesquisadores que se dedicam aos temas da morte e cemitério. Contudo, esses pesquisadores e outros que vierem a ser citados neste projeto de pesquisa, são voltados para o campo acadêmico, na sua maioria. Ou seja, poucos estão fazendo essa abordagem para a História no Ensino Básico, focando o cemitério como ferramenta de trabalho. Entretanto, eles não registram seus métodos de pesquisa, ou não o fazem de forma mais regular, dificultando a difusão do conhecimento sobre esses temas em foco.

Retomando a ideia inicial, de que o cemitério² é uma fonte histórica de estudo e pesquisa, o professor da PUCRS, Harry Bellomo, em seu livro “Estatuária e Funerária”, afirma que:

Os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes locais. Existe a área dos ricos, onde estão os grandes mausoléus; a área da classe média, em geral, catacumbas na parede, e a parte dos pobres e marginais. (BELLOMO, 1988, p. 13).

Com essa percepção, o professor Bellomo afirma que, mesmo depois da morte dos indivíduos, o cemitério serve como uma forma de análise social e econômica das sociedades. Ainda segundo ele, a morte igualitária existe só nos discursos, pois, na realidade, a morte acentua as diferenças sociais.

E os escritos do professor Bellomo afirmam:

² Cemitério é o lugar onde são sepultados os cadáveres. A palavra “cemitério” (do latim tardio *coemeterium*, derivado do grego *κοιμητήριον* [*kimitírion*], a partir do verbo *κοιμάω* [*kimáo*] “pôr a jazer” ou “fazer deitar”) foi dada pelos primeiros cristãos aos terrenos destinados à sepultura de seus mortos.

Através dos túmulos, podemos verificar o potencial econômico da cidade nas suas várias fases. Sepulturas pobres revelam fases menos prósperas, sepulturas ricas revelam fases de crescimento econômico. (BELLOMO, 2008, p. 14)

Dessa forma, através da pesquisa cemiterial, fica evidenciada a projeção da sociedade no que tange aos seus valores, crenças, estruturas políticas e ideológicas. Aproveitando-se desse conhecimento produzido dentro do campo acadêmico é que pretendo ampliar esse leque de pesquisa e trazer à tona estes e outros questionamentos para o Ensino Básico. Buscando, através de uma ótica Freiriana de ensino, apresento uma perspectiva de amostragem referente à sociedade opressora, fazendo com que os oprimidos possam se reconhecer dentro do contexto de sujeitos históricos, capazes de transformar a realidade em que se vive, travando a luta entre opressores e oprimidos. (FREIRE, 1970).

Ainda me situando no campo da pesquisa, o trabalho de campo envolverá, de forma indireta, a visão do alunado da escola onde trabalho, sob a ótica da morte, e que, portanto, dialogará com áreas do campo religioso, ou seja, com a visão da morte que cada família tem, baseando-se no conceito de religião ou religiosidade que cada aluno ou familiar demonstra a respeito, assim como isso reflete nos cemitérios e na vida cotidiana. Desse modo, poderei acompanhar isso nas sepulturas pesquisadas pelos alunos, verificando-se qual reflexão trazem para si, sendo membros de um determinado seguimento religioso ou não. Também quer se oportunizar ao aluno-pesquisador refletir e pensar: Será que esta ou aquela sepultura, que tem uma conotação religiosa, de fato remete à fé que o morto expressava em vida, ou simplesmente existia ali um apego a uma perspectiva de vida pós-morte, mas sem muita certeza de que isso exista?

É esta visão de História que pretendo trabalhar, voltada ao sujeito questionador da escola que faz. Segundo Paulo Freire, o aluno sujeito da sua própria história é partícipe de um contexto político, social e econômico, isto é, ele é parte atuante desta engrenagem. Portanto, para formar bons cidadãos, a escola tem de ser plural e questionadora. Plural no sentido amplo, em que, por exemplo, o aluno possa sair de sala de aula e enriquecer o seu conhecimento e questionar-se quanto ao seu papel na sociedade da qual ele faz parte.

O trabalho da Professora Maria Cristina Pastore (PASTORE, 2016), mestre em História, é o que mais se aproximou da forma como eu pensei em articular cemitério e ensino, diferenciando-se, entre outras coisas, a prática metodológica.

O outro trabalho que me chamou bastante a atenção foi o da Doutora Kate Rigo (RIGO, 2016). Ela também consegue, de maneira bem prática, fazer a ligação cemitério e ensino, mas o que difere o trabalho dela para o desta dissertação é que o produto final da

tese de Rigo direciona-se muito mais para o ramo da Psicologia. Em seu trabalho, ela procura evidenciar os sintomas de depressão que levam o adolescente (foco da sua pesquisa) ao suicídio, ou seja, através dos sinais diários de morte, seja no gestual ou até nas redes sociais. Rigo conseguiu mostrar que, durante os sintomas de depressão, os jovens acabam demonstrando sinais de que o final (a morte de cada um) está próximo. Mas aí surge o questionamento: onde entra o cemitério nessa reflexão?

A professora Kate Rigo trouxe o seu campo de experiência didática como pesquisadora cemiterial e historiadora para o campo da Pedagogia, e partir desta ótica ela conclui:

Trabalhar com o espaço cemiterial provoca curiosidade nos educandos e de todos os envolvidos na comunidade escolar. O espaço cemiterial possui inúmeros recursos de estudos e é uma excelente ferramenta pedagógica, que resgata o interesse dos adolescentes virtualizados do século XXI e auxilia o docente desconectado, do século XX, a desenvolver atividades diferenciadas e criativas. (RIGO, 2016, p. 132).

Com esse pensamento de Kate Rigo, podemos inferir que, de fato, o cemitério é um espaço de aprendizado, e um aprendizado mútuo, interagindo professor e aluno.

Já na parte que corresponde à Psicologia, a pesquisadora lança mão das saídas de campo para o cemitério, com as turmas de 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, que, segundo ela, são as faixas etárias que mais sofrem com o chamado Corte na Carne,³ advindos dos finais dos ciclos estudantis. É o que os psicólogos chamam de luto da separação.⁴ O cemitério não é apenas um museu a céu aberto, mas também uma escola a céu aberto (RIGO, 2016).

Retomando a ideia e a conjugação cemitério-patrimônio-educação, através da leitura da dissertação de mestrado de Maria Cristina Pastore, e já buscando reflexões sobre o tema que pesquisamos em comum, tendo em vista, contudo que, ao mesmo tempo, o que nos diferencia, como disse anteriormente, é a metodologia⁵, que também, em se tratando de um Mestrado Profissional, podemos chamar de prática pedagógica.

No caso de Pastore, ela partiu primeiramente para a aula no cemitério. A partir das inquietações dos alunos é que o trabalho dela foi se estruturando. No nosso caso é um pouco diferente, pois, antes de haver a saída de campo ao cemitério, nós procuramos fazer

³ Expressão usada pela professora Kate Rigo, para designar o momento vivido pelos alunos das séries finais dos Ensinos Fundamental e Médio, pelo fim de um ciclo e as incertezas do início de outro, com o potencial de conhecimento de novas pessoas e a separação dos antigos colegas.

⁴ Continuidade da expressão anteriormente descrita, dando a ideia de final (morte), daquele momento vivido pelos alunos das séries finais, que estão se desvinculando de determinado período da vida estudantil.

uma periodização histórica (1889-1930) a ser estudada previamente em sala de aula, bem como trabalhar a relação de importância do cemitério como um “documento monumento” (LE GOFF, 1990), em que ele acaba se tornando uma fonte de pesquisa importante dentro da cidade. Outra diferença básica é que Pastore analisou o Cemitério da cidade de Rio Grande/RS, enquanto nós trabalharemos com o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre:

Nos últimos anos, as pesquisas sobre cemitérios e a morte e seus mistérios têm se intensificado. Em geral, todas as cidades possuem uma época e um espaço de homenagens e cuidados com seus mortos. Dessa forma, os estudos sobre as necrópoles são relevantes aos conhecimentos de um passado social e de um presente acabado pela falta de prospecção para a morte. (PASTORE, 2016, p. 28).

Fazendo uma relação com o texto acima citado, podemos concluir que, as pesquisas cemiteriais vêm se desenvolvendo, inclusive com o surgimento da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), cujos sócios se reúnem em Encontros, para apresentarem e debaterem novidades no ramo das pesquisas e afins. Todavia, não se encontram trabalhos que contemplem a tríade, já mencionada anteriormente: cemitério-patrimônio-educação. Face ao exposto, retomei a ideia já citada nos primeiros parágrafos, de que o cemitério é um museu a céu aberto. Portanto, para entender a tríade cemitério-patrimônio-educação, acabei fazendo uma adaptação e relacionei a necrópole, como um museu, ficando então, a tríade: museu-patrimônio-educação. Assim, toda vez que eu lia museus, eu refletia como seria isso passado ao campo santo. É nesta visão que pretendo trabalhar, ou seja da História que forma sujeito questionador, da Escola que faz, segundo Paulo Freire, o aluno sujeito da sua própria história participe de um contexto político, social e econômico, em que o aluno seja parte atuante desta engrenagem.

Sendo assim, para formar bons cidadãos, a escola tem que ser plural e questionadora. Plural no sentido amplo, em que, por exemplo, o aluno possa sair de sala de aula e enriquecer o seu conhecimento e questionar-se quanto o seu papel na sociedade da qual ele faz parte. Dessa forma, o trabalho ganhou embasamento.

Referências

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte-sociedade-ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BELLOMO, Harry Rodrigues. *Estatuária e Funerária*. Porto Alegre: EDIPUCRS: 1988.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. 10 a, São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

PASTORE, Maria Cristina. *Procedimento invertido: o Ensino de História a partir das inquietações de jovens estudantes sobre a morte na aula-visita ao cemitério*. Dissertação (Mestrado em História, Pesquisa e Vivências de Ensino-Aprendizagem) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

RIGO, Kate. *Vamos começar pelo fim?* São Paulo: Chiado, 2016.

O PATRIMÔNIO CEMITERIAL NA UNIVERSIDADE: AÇÕES NO MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFSM/RS

Fernanda Kieling Pedrazzi¹

Introdução

O espaço universitário é diverso e plural, permitindo que temáticas das mais diferentes sejam abordadas por seus docentes nas pesquisas e proposições de discussões acerca do que a sociedade vive e experimenta em seu dia-a-dia. A presente pesquisa foi realizada dentro da perspectiva universitária tendo como contexto a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), localizada na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), mais especificamente no seu Curso de Pós-Graduação denominado Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural.

O objetivo do trabalho é registrar, descrever e analisar as ações realizadas no Mestrado em Patrimônio Cultural realizado na modalidade Profissional e pertencente ao Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) daquela Universidade no que tange a sua aproximação com os estudos cimiteriais, considerando a sua repercussão no âmbito acadêmico.

Referencial teórico

A Universidade Federal de Santa Maria, instituição sediada no centro geográfico do Rio Grande do Sul e com mais quatro outros *campi* em outras cidades do mesmo Estado, fundada em 1960, é uma das maiores universidades do interior de estados brasileiros e foi a primeira a ser criada fora das capitais. Hoje ranqueada no 21º lugar geral entre 196 universidades de todo o Brasil e segunda entre as oito universidades públicas do estado do Rio Grande do Sul, atrás apenas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),² a Instituição conta com 2.013 docentes, 2.688 técnicos-administrativos em educação e 28.202 alunos matriculados em seus 263 cursos.³

Segundo consta em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que é válido entre 2016-2026 e apresenta as Diretrizes das Políticas Institucionais, “é necessário reconhecer o caráter histórico e dinâmico dos conhecimentos que precisam avançar na busca de um maior atendimento das demandas sociais. Nesse contexto, a flexibilidade

¹ Jornalista e Arquivista. Doutora em Letras. Professora do Departamento de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS.

² Dados do *Ranking* Universitário Folha 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2QPJ80y>. Acesso em: 09 ago. 2019.

³ Dados obtidos no portal “UFSM em números”. Disponível em: <https://bit.ly/37YMqV5>. Acesso em: 09 ago. 2019.

curricular é imprescindível para permitir a constante atualização das atividades” (UFSM, 2016, p. 149). Assim, com o entendimento de que o aluno colabora com a sua própria formação, planejando, em especial na pós-graduação, o seu trajeto de aprendizado, novas propostas são sempre bem-vindas e estão alinhadas com o que projeta a UFSM para os próximos anos.

Na UFSM, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP) é o órgão responsável por “propor e executar a política de pós-graduação e pesquisa homologada pelo CEPE [Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão], coordenando as atividades ligadas aos programas/cursos de pós-graduação e promovendo a integração das atividades dos diversos órgãos na área”. Assim sendo, a oferta de cursos deste nível *stricto sensu* ou *lato sensu*, nas modalidades presenciais ou a distância, passa pela PRPGP.

Dentre os cursos *stricto sensu* passíveis de serem ofertados na UFSM, uma das modalidades de curso “é o Mestrado Profissional, que tem o objetivo de formar recursos humanos aptos à pesquisa, ao desenvolvimento e à aplicação de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação e melhoria de processos para enfrentar questões práticas relacionadas à atuação profissional” (UFSM, 2016, p. 144). Dessa forma denota-se uma aproximação ainda maior com a realidade vivenciada uma vez que está dentro do ambiente profissional por ser formado por pessoas atuantes no mercado de trabalho, majoritariamente.

De modo a “atender à formação de recursos humanos de alto nível, a pós-graduação da instituição [UFSM] adota aspectos didáticos comuns à pós-graduação *stricto sensu*”, dentre eles a “flexibilidade curricular” e uma “oferta de disciplinas semestral de forma concentrada ou modular” (UFSM, 2016, p. 145).

O curso de Pós-Graduação de Mestrado em Patrimônio Cultural do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria é reconhecido pelo Ministério da Educação pela Portaria Nº 656/2017 e está localizado em Campus da UFSM no Bairro Camobi, Santa Maria (RS). O Curso é oferecido na modalidade Mestrado-Presencial e o seu turno de funcionamento é diurno. A área de conhecimento do curso é classificada como Arquitetura e Patrimônio Material. O curso é ofertado em período semestral sendo realizado em quatro semestres até sua conclusão.

Foi neste curso que se realizaram as atividades ligadas à área cemiterial aqui descritas, considerando-a uma entre as tantas temáticas possíveis de serem abordadas dentro de um Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural. Para Pedrazzi e Carvalho (2019, p. 140) o estudo cemiterial trata-se de “apenas mais um campo do saber que não difere de outras pesquisas em sua essência uma vez que busca esclarecer e verticalizar as

informações sobre uma temática que resulta da ação do homem no ambiente social”. Dessa forma, o cemitério pode ser considerado como objeto de análise em si ou ainda como uma fonte para a historiografia, especialmente para quem estuda a morte no social pois o cemitério “possui, ao ‘ar livre’ informações sobre os nascimentos e óbitos de uma cidade, vislumbradas em suas inscrições de lápides” (PEDRAZZI, 2015, p. 186).

Coelho Netto (1997, p. 287) ao apresentar a conceituação de patrimônio Cultural para a legislação brasileira e da Carta do México, afirma que pode haver uma ampliação da noção de patrimônio “de modo a conter também as obras do presente e não apenas as do passado”. Segundo o mesmo autor, “uma abertura clara no rumo das obras e vestígios da cultura popular tem sido solicitada com insistência”, porém as forças que mantêm o significado para monumento cristalizado ainda se fazem presentes. Os monumentos podem ser considerados patrimônio cultural tanto pelo aspecto de sua diversidade quanto pelo fato de ser uma manifestação cultural.

Em seu livro sobre os cemitérios do Rio Grande do Sul, Bellomo (2008, p. 45) diz que sua pesquisa de campo em cemitérios de Porto Alegre foi realizada “sobre uma área que a história da arte tem praticamente ignorada”, mas “que interessa de modo especial aos historiadores das mentalidades”. O mesmo autor relembra, no entanto, que “o que o homem faz durante a vida é incorporado ao patrimônio do seu clã e da sua comunidade”, assim o que está presente nos cemitérios, como expressão, a arte funerária, e não apenas ela, tem associação com a memória coletiva. “A ideia da imortalidade material se funde com as crenças na vida eterna para criar expressões materiais destas crenças” (BELLOMO, 2008, p. 49).

Os túmulos cemiteriais, para além da arte, se constituem de outros elementos. Rezende (2007, p. 44) traz à baila que “os epitáfios e símbolos estão presentes na maioria dos cemitérios, pois o ser humano vive cercado de representações em vida e na morte não seria diferente”. Pedrazzi e Marcon (2018, p. 159) dizem que é “na necessidade de expressar sua dor, seu sentimento pelo falecido, que o homem busca monumentalizar a sua história, as quais se encontram refletidas nos símbolos que são utilizados”. Assim, um túmulo é bem mais do que a última morada do corpo de um sujeito, onde, de forma escamoteada, os restos mortais se extinguem lentamente. O túmulo é, também, patrimônio material e expressão cultural que se materializa, num dado lugar e tempo, no conjunto edificado formado por arte, símbolos e/ou texto.

Bastianello (2016, p. 205) considera que “através da edificação fúnebre podemos encontrar a exaltação da memória pública, que é construída e fixada através de alguns símbolos que foram produzidos para uma determinada finalidade”, ou seja, o patrimônio

individual passa a ser um patrimônio coletivo na medida em que a memória pública está espelhada no resultado do conjunto tumular apresentado em um determinado cemitério sendo importante o seu estudo para compreender não apenas os movimentos da história da população que os precede como também levantar as tendências atuais de rememoração dos antepassados mais recentes, nossos contemporâneos.

Os modos de morrer dizem sobre a cultura de um povo. Mas para isso é preciso saber ler os vestígios cemiteriais e estudá-los como forma de descrever e interpretar suas marcas. Nesse sentido o apoio das instituições de ensino, seja de qualquer nível, básico ou superior, é fundamental para que se estabeleça um caminho científico de observação da realidade com a participação multidisciplinar e interdisciplinar da temática cemiterial. A universidade é, também, o lugar de um debruçar-se sobre o que há nos cemitérios. A profícua criação de grupos de pesquisa e estudo na temática é um exemplo bem-sucedido desta aproximação de cemitério e universidade, gerando conhecimento e produção acadêmica de qualidade, colaborando para o avanço nas pesquisas cemiteriais.

Metodologia

Do ponto de vista da abordagem do problema, esta é uma pesquisa quali-quantitativa, uma vez que “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”, mas também considera o levantamento de números sobre a incidência de participação, ou seja, leva em conta aquilo “que pode ser quantificável” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

Já do ponto de vista de seus objetivos, é uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa pois proporciona “maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito”; descreve “as características de determinada população ou fenômeno” e ainda visa “identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. (SILVA; MENEZES, 2001, p. 21). Buscou-se apurar todas as informações sobre a oferta de disciplinas ligadas à temática cemiterial no Mestrado em Patrimônio da UFSM num movimento de registro, descrição e análise.

Resultados

Foi feito o registro das iniciativas relacionadas ao tema cemiterial na UFSM, em específico aqueles que têm relação com o Departamento de Arquivologia. Em 2017 foi proposta, oficialmente, a criação de um grupo de pesquisa denominado Grupo de Estudos Informação e Cemitério para articular estudos de textos e realizar pesquisas de campo.

A proposta desse grupo é realizar sessões quinzenais de estudos com alunos de Arquivologia e outros interessados sobre a relação entre informação e cemitério, promovendo atividades referentes ao tema cemitério e ao tema morte na percepção de textos produzidos nas diversas áreas do conhecimento e que tenham como conexão com a área a informação. (PEDRAZZI; CARVALHO, 2019, p. 146).

Assim, e com o objetivo de compreender a relação entre informação e cemitério, o grupo passou a aprofundar o conhecimento sobre os estudos cemiteriais, discutir temáticas ligadas à morte e seus registros documentais e ser um espaço oficial de debate sobre as questões culturais que permeiam o ambiente do cemitério dentro da UFSM.

De acordo com as demandas apontadas pelo Grupo Informação e Cemitério (GIC) da UFSM, formado por acadêmicos de graduação e, especialmente, da pós-graduação da UFSM (a maioria dos membros hoje ativos no GIC estão vinculados ao Mestrado em Patrimônio Cultural da Instituição como acadêmicos), foram apresentadas algumas propostas novas à Coordenação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da UFSM que as aceitou para serem implementadas em curto prazo.

A primeira experiência sobre estudos cemiteriais no Mestrado aconteceu no primeiro semestre de 2018 com a palestra "Estudos cemiteriais: uma discussão sobre memória e patrimônio" como parte de uma disciplina denominada Tópicos Especiais IV. Já no segundo semestre de 2018, ampliou-se a experiência e pela primeira vez foi oferecida uma disciplina completa, porém ainda registrada com um nome genérico já cadastrado no Curso seguido de um nome específico: "Tópicos Especiais I – Estudos Cemiteriais". Por fim, no primeiro semestre de 2019, uma disciplina totalmente específica foi ofertada, denominada "A memória, o documento e a morte" (DCT807). A disciplina foi registrada no Departamento de Documentação (desde julho de 2019 denominado Departamento de Arquivologia) do CESH/UFSM em 2018, e foi disponibilizada no primeiro semestre subsequente ao seu registro e aprovação.

O interesse pela temática foi grande e as adesões foram de 20, 19 e 24 participantes em cada uma das ações cronologicamente apresentadas, observando-se uma certa manutenção e tendência de crescimento nas adesões. Alguns acadêmicos realizaram as três ações, motivo pelo qual cada uma delas focou em um conjunto de informações diferentes uns dos outros.

Por ser este Mestrado um Mestrado do tipo Profissional, as aulas são concentradas nos finais de semana, havendo a possibilidade de desenvolver o conteúdo previsto em um ou em dois finais de semana.

No caso da primeira disciplina completa ofertada, ela foi ministrada em um final de semana e já na segunda, em dois (aulas concentradas). No desenvolvimento das

disciplinas “Tópicos Especiais I – Estudos cemiteriais” e da disciplina “A memória, o documento e a morte” foram feitas visitas ao Cemitério como atividade de Educação Patrimonial, explorando o espaço a partir das personalidades que ali foram sepultadas.

Três formas de abordagem dos estudos cemiteriais ao Mestrado de Patrimônio Cultural

Durante o primeiro semestre de 2018 foi preparado um material inédito sobre a questão cemiterial dirigido aos alunos do Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM a partir do interesse dos membros do GIC e da oportuna consulta da coordenação sobre o interesse em desenvolver tal atividade. A palestra foi denominada como "Estudos cemiteriais: uma discussão sobre memória e patrimônio"(Imagem 1) e compôs, juntamente com a palestra “Memórias e Identidades: vidas extraordinariamente comuns e relações de pertencimento como patrimônio”, ministrada pelo Prof. Dr. Gilvan Dockhorn a disciplina de “Tópicos Especiais IV”.

As palestras foram proferidas no dia 13 de abril de 2018, entre as 14 e as 18 horas, na sala de aula nº 2164 do prédio 74-A do Campus sede da UFSM em Santa Maria (RS).

Figura 1 – Primeira página da apresentação da palestra em 2018



Fonte: material didático da professora.

Na Figura 1 é apresentada uma fotografia do cemitério parque que existe em Santa Maria, o Parque Jardim Santa Rita, que atualmente é administrado por uma empresa através de contrato após licitação. A mesma empresa administra outro cemitério, o Cemitério São José, no estilo tradicional, ao lado daquele, ambos no Bairro Camobi, o mais populoso da cidade.

Participaram desta primeira ação 20 alunos de Mestrado em Patrimônio Cultural, havendo uma significativa variedade de formações básicas.

No segundo semestre de 2018, pela primeira vez, foi oferecida uma disciplina integral, porém com o nome de “Tópicos Especiais I – Estudos Cemiteriais” (Figura 2).

Figura 2 – Registro de uma das aulas do segundo semestre de 2018



Fonte: acervo de Fernanda Liberalesso.

Na disciplina, que utilizou um nome geral que havia no rol das disciplinas do Mestrado, foram trabalhados os seguintes temas:

- Eventos sobre morte;
- Visitas guiadas a Cemitérios;
- Pesquisadores e Livros que envolvem o tema;
- Projetos;
- A Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais e seu Encontro;
- Memorial Mathias Haas (inaugurado em 2017);
- Imagem da morte e Problematização da temática.

O material gráfico apresentado reuniu imagens que promovessem as atividades cemiteriais no Brasil (Figura 3).

Figura 3 – Slide sobre as visitas guiadas: Elaine Bastianello (*In Memoriam*) apresenta Cemitério de Bagé



Fonte: material didático da professora.

Quanto à avaliação da disciplina, além da presença e participação nas aulas, foi feita uma “Visita ao Cemitério Municipal Ecumênico de Santa Maria”. Na oportunidade, além da observação da arquitetura, houve leitura diante de dois túmulos de modo a homenagear seus “proprietários”: Maria Manoela da Gama Marques da Cunha (1848-1911) e José Mariano da Rocha Filho (1915-1998) e ainda uma atividade prática, quando os alunos, em grupos, tinham que fotografar quatro túmulos que escolhessem para fazer a descrição e análise da sepultura. Foram trabalhadas 32 unidades tumulares.

Como parte da avaliação, os alunos de mestrado também foram feitas resenhas sobre trabalhos publicados nos Anais dos Encontros da ABEC realizados e divulgados no endereço da ABEC em: <https://www.estudoscemiteriais.com.br/servicos>. O Quadro 1, apresentado a seguir, dá o nome dos 12 trabalhos selecionados pelos acadêmicos da UFSM para realizar a atividade.

Quadro 1 – Trabalhos resenhados pelos mestrandos de Patrimônio Cultural em 2018

Autor	Título
MENDES, Cibele de M.	Diagnóstico do estado de conservação de 02 túmulos do séc. XIX, Cemitério do Campo Santo, Salvador – Bahia
TOMASI, Julia. M.	Orações da boa morte pelas benditas almas do purgatório: os rituais católicos de morte na cidade de Florianópolis (SC) na contemporaneidade
COIMBRA, Glayce R. S.	Indumentária para uma boa passagem: uma reflexão sobre práticas mortuárias
PEDRAZZI, Fernanda K.	Cemitério e Epigrafia: um olhar a partir da Arquivologia. Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais
RIGO, Kate F.	O início do fim? A pedagogia cemiterial aplicada no Ensino Básico
ARAUJO, Thiago N. de	Cemitérios teutos-brasileiros no sul do Brasil: análise e estudo comparativo entre os túmulos da Alemanha e das cidades de colonização teuta no RS
NEVES JUNIOR, Marco A.	Releituras do Egito antigo na arte tumular
CARVALHO, Luiza F. N. de	Apresentação e Metodologia do Inventário dos Cemitérios São José I e II em Porto Alegre
CASTRO, Elisiana T.	Inventariando a morte: a experiência dos inventários cemiteriais em Santa Catarina (Brasil).
SANTOS, Sara J. dos	Significados e tipologias da distinção – Uma proposta iconológica para o estudo da escultura tumular Brasileira
TOMASI, Julia. M.	Placas de ex-votos e oferendas: as milagreiras do cemitério São Francisco de Assis – Itacorubi / Florianópolis (1980 – 2015)
VAZ, Samuel C.	Fotografia, narrativa e pesquisa no Cemitério São Miguel da cidade de Goiás, Brasil

Fonte: material de avaliação da disciplina.

A atividade resultou em 18 resenhas de mestrandos entregues a partir dos textos dos Anais do Encontro ABEC. Alguns trabalhos foram escolhidos para serem resenhados por mais de um estudante como o de Glayce Coimbra, selecionado por quatro estudantes; o de Fernanda Pedrazzi, por dois; o de Kate Rigo, também por dois; e o de Marco Neves Junior por outros dois alunos.

Já no primeiro semestre de 2019, uma disciplina específica, “A memória, o documento e a morte” (DCT807), registrada no Departamento de Documentação do CESH/UFSM (hoje Departamento de Arquivologia) em 2018, foi disponibilizada. Nela se

inscreveram 24 alunos do Mestrado que tiveram aula expositiva e aula no Cemitério Ecumênico.

- Na aula expositiva foram trabalhados os temas:
- A morte o morrer no ocidente;
- Práticas sociais a partir da morte;
- A documentação do morrer;
- A vida refletida na pedra e no papel: o cemitério como lugar de memória.

Quanto à Avaliação da disciplina, além da presença e participação nas aulas e no Moodle (Figura 4), foi feita outra “Visita ao Cemitério Municipal Ecumênico de Santa Maria”.

Figura 4 – Página do Moodle UFSM da disciplina ofertada no 1º semestre de 2019

UFSM Início Notificações Mensagens 2 Ajuda

Curso: A MEMÓRIA, O DOCUMENTO E A MORTE

A memória, o documento e a morte

A disciplina levanta as aproximações entre o campo da memória com a informação e os estudos sobre a morte e os cemitérios.

Os documentos epigráficos, os documentos civis de registro de morte, as formas culturais de viver o luto do social serão parte das discussões da disciplina, o que inclui a visita ao cemitério local para observação e análise.

Cemitério Ecumênico de Santa Maria a partir da perspectiva da Avenida Presidente Vargas.

Capela da família Beck, maior volume, à direita. Atrás, a antiga capela.

Fonte: material didático da professora.

Na atividade prática “Observação de Sepulturas”, os alunos tinham que fotografar elementos tridimensionais de sepulturas por diversos ângulos. Foram fotografadas 24 unidades tumulares. Na disciplina, a avaliação também foi realizada baseada nas apresentações de trabalhos a partir de textos do livro “Sobre a morte: inventariantes culturais e práticas sociais” organizado por Maurice Godelier. E na apresentação de textos a partir do que é vivido na morte da Grécia, Roma, Judaica, do Islã, da Idade Média Cristã, China, Índia, a morte Budista e a Ticuna.

Conclusão

Atualmente dois trabalhos de dissertação sobre a temática cemiterial vêm sendo

desenvolvidos no Mestrado, orientados por dois professores da Área 2 - História e Patrimônio Cultural, um na Linha História e Patrimônio Cultural (orientado pelo professor Julio Quevedo) e outro na Linha Patrimônio Documental Arquivístico (orientado pela professora Fernanda Pedrazzi).

Na seleção ocorrida no mês de junho de 2019, para ingresso no Mestrado em agosto de 2019, mais um trabalho foi selecionado nessa Área e na Linha de Pesquisa de História e Patrimônio (a ser orientado pelo professor Gilvan Dockhorn).

No Encontro da ABEC, ocorrido em julho de 2019, três trabalhos de participantes do GIC, além deste, foram inscritos e apresentados:

Quadro 2 – Trabalhos de membros do GIC apresentados no Encontro da ABEC (2019)

Autores	Título
DUMKE, Silvia Medianeira da Rosa; PEDRAZZI, Fernanda Kieling	“Conforto para quem sofre” nas páginas de um jornal portoalegrense
ERCOLANI, Marcelo Gabriel; PEDRAZZI, Fernanda Kieling	Pedi, rezei e fui atendido: a fé nas graças de Mariazinha Penna em Santa Maria (RS)
LOPES, Ana Lucia Machado; PEDRAZZI, Fernanda Kieling	Turismo cemiterial: uma proposta para o Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria (RS)

Fonte: Caderno de Resumos do IX Encontro da ABEC, 2019.

Quanto ao perfil dos participantes das três ações levantadas, tivemos Arquitetos, Arquivistas, Bibliotecários, Enfermeiro, Pedagogo, Geógrafo, Administrador, Licenciado em Ciências, Designer de produto, Terapeuta Educacional, Jornalista, Psicólogo, a maioria entre 25 e 35 anos.

Há uma evolução positiva e consolidação da presença do tema no referido Mestrado pelo fato de ter sido introduzido no 1º semestre de 2018 e ter tido três experiências de ensino.

Durante as atividades práticas que foram desenvolvidas no segundo semestre de 2018 e no primeiro semestre de 2019, foram levantadas mais de 50 unidades temáticas diferentes nas atividades práticas.

No 2º semestre de 2019, uma nova ação será consolidada que é a oferta da disciplina “Tópicos Especiais I – Estudos Cemiteriais”, quando já se tem informações de que continua

a manter o interesse pelo tema tendo em vista que 17 estudantes se matricularam na disciplina (dados do Sistema de Matrículas da UFSM acessados em 09 de agosto de 2019).

Referências

BASTIANELLO, Elaine Tonini. *A memória retida na pedra: a história de Bagé inscrita nos monumentos funerários (1858-1950)*. Bagé, RS: Pallotti, 2016.

BELLOMO, Harry Rodrigues. As origens da arte funerária. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. (Org). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte sociedade ideologia*. rev. ampl. Porto Alegre, RS: EdiPUCRS, 2008.

COELHO NETTO, José Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Fapesp/Editora Iluminuras, 1997.

PEDRAZZI, Fernanda Kieling. *O discurso sobre a morte em arquivos institucionais do final do século XIX*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Centro de Artes e Letras. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2015.

PEDRAZZI, Fernanda Kieling.; MARCON, Anelize. Manteremos sempre viva tua lembrança: a memória coletiva registrada em epitáfios. In: BARBIERO, Danilo Ribas.; PEDRAZZI, Fernanda Kieling. *Caderno de Arquivologia 3*. Santa Maria, RS: Editora Facos/UFSM, 2018.

PEDRAZZI, Fernanda Kieling. CARVALHO, Jodele da Silva. A Arquivologia e suas aproximações com os Estudos Cemiteriais da ABEC In: CONSTANTE, Sonia Elisabete; PEDRAZZI, Fernanda Kieling. *Caderno de Arquivologia 5*. Santa Maria, RS: Editora Facos/UFSM, 2019. São Paulo: Necrópolis, 2007. Coleção Espaços Mal Vistos.

**A INTERIORIZAÇÃO DA PESQUISA CEMITERIAL
NO RIO GRANDE DO SUL: “OS CEMITERIAIS”
DO PROF. BELLOMO NO QUADRANTE PATRULHENSE (1995-2015)**

Véra Lucia Maciel Barroso¹

Introdução

No Rio Grande do Sul até o início da década de 1980, a temática cemiterial não era objeto de estudo.

O pioneirismo nas pesquisas sobre cemitérios no Estado do extremo-sul brasileiro deve-se ao Professor Harry Rodrigues Bellomo, que, então, atuava no Curso de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Para sua qualificação como Mestre em História, diante das circunstâncias de trabalho, investiu a pesquisa nos finais de semana, em cemitérios na cidade de Porto Alegre, sobretudo. Defendeu sua dissertação em 1988, gerando a partir daí um vivo interesse em prosseguir suas pesquisas, com a participação de acadêmicos que a ele se somaram, solidificando uma rica historiografia sobre o tema, no tempo presente reconhecida e valorizada.

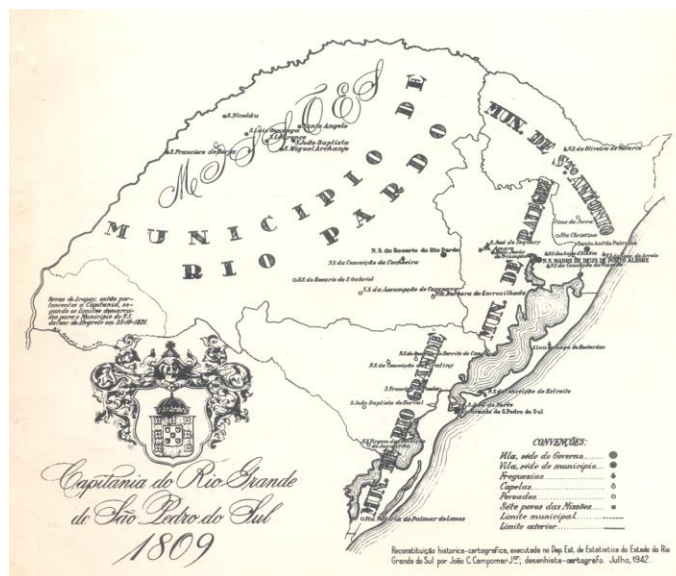
Este texto não contempla uma pesquisa cemiterial. Ele tem como objetivo registrar a trajetória dos “cemiteriais” do Prof. Bellomo no Quadrante Patruhense, visando dar maior visibilidade ao grupo que se dedica ao estudo de cemitérios e da morte no Estado, sobretudo, afirmar e firmar o reconhecimento e a gratidão a ele e aos seus alunos, pelo empenho em desvendar os cemitérios do Quadrante Patruhense, que se circunscreve à área nordeste do Rio Grande do Sul.

O Quadrante Patruhense e a trajetória do Raízes

Pela Provisão Real de 07 de outubro de 1809, assinada pela Príncipe Regente D. João, o Rio Grande de São Pedro era dividido em quatro grandes municípios: Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Destaque-se que, atualmente, o Estado soma 497 municípios, naturalmente todos descendentes dos quatro primeiros.

¹ Doutora em História/PUCRS, Historiógrafa do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

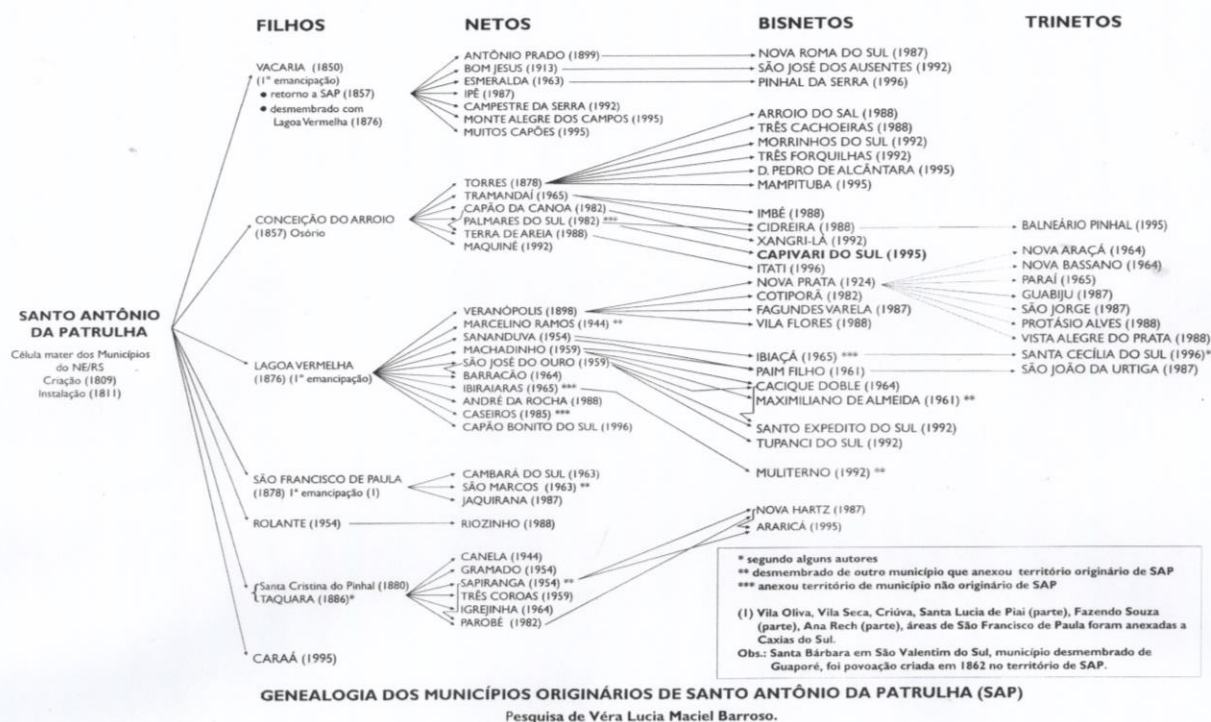
Figura 1 – Mapa dos quatro primeiros municípios do RS (1809)



Fonte: SILVA, Riograndino da Costa e Silva, 1968, p. 111.

O território primitivo de Santo Antônio da Patrulha tinha, inicialmente, uma área de 34.184km², que é denominada Quadrante Patrulhense. Dentro desta área nasceram 77 unidades municipais a partir “da matriarca” que gerou municípios-filhos, municípios-netos, municípios bisnetos e municípios-trinetos.

Figura 2 – Árvore Genealógica do Quadrante Patrulhense



Fonte: pesquisa da autora.

Em 1990 iniciou um movimento intitulado Raízes, reunindo os municípios originários de Santo Antônio da Patrulha, que eram, então, 55. Depois em 1996, passou a 78 unidades municipais, número que se mantêm até o tempo presente, pois não foram mais permitidas emancipações.

Em 1990, na semana de aniversário da instalação do município (que ocorreu em 03 de abril de 1811), aconteceu o 1º Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha. Nesta oportunidade, entre os dias 03 e 05 de abril daquele ano, todos os professores municipais e parcela dos professores de escolas particulares participaram do Encontro. Compareceram pesquisadores locais, como também vindos de outros municípios. O programa contemplava palestras, painéis e comunicações. Nascia, nesta oportunidade, um evento de histórias e memórias, que neste ano de 2019 completa 30 anos. E no lastro do Raízes nasceu o Raizinha – o evento local – que ocorre a cada dez anos, junto com o Raízes, o Encontro regional.

A cada ano, o evento é realizado em um dos municípios originários; portanto, é itinerante. Mas, a cada dez anos, o Encontro retorna ao município-mãe, conforme lei municipal de Santo Antônio da Patrulha. Os textos das falas proferidas estão publicados em obras, até o momento referentes ao 27º Encontro; a obra do 28º Encontro está no prelo. No ano de 2019 aconteceram o 29º e o 30º Encontros de Raízes e o IV Raizinha. Portanto, em 2020 serão lançadas quatro obras, completando três décadas de difusão do conhecimento do Quadrante Patruhense.

Os municípios que já sediaram o evento são:

1º Encontro – Raízes de Santo Antônio da Patrulha (1990)

2º Encontro – Raízes de São Francisco de Paula (1991)

3º Encontro – Raízes de Tramandaí (1992)

Obs.: os três primeiros encontros estão publicados em uma obra de 304 p. / esgotada

4º Encontro – Raízes de Lagoa Vermelha (1993 – 262 p.) *publicado*

5º Encontro – Raízes de Gramado (1994 – 440 p.) *2ª edição*

6º Encontro – Raízes de Torres (1995 – 336 p.) *publicação esgotada BELLOMO E*

OS CEMITERIAIS

7º Encontro – Raízes de Vacaria (1996 – 510 p.) *publicação esgotada*

8º Encontro – Raízes de Veranópolis (1997 – 696 p.) *publicado*

9º Encontro – Raízes de Terra de Areia (1998 – 596 p.) *publicado*

10º Encontro – Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá (1999 – 696 p.) *publicado*

- 11º Encontro – Raízes de Canela (2000 – 778 p.) *publicado*
- 12º Encontro – Raízes de São Marcos e Criúva (2001 – 912 p.) *2ª edição*
- 13º Encontro – Raízes de Osório (2002 – 832 p.) *publicado*
- 14º Encontro – Raízes de Sananduva (2003 – 450 p.) *publicado*
- 15º Encontro – Raízes de Capão da Canoa (2004 – 664 p.) *publicado*
- 16º Encontro – Raízes de Igrejinha (2005 – 696 p.) *publicado*
- 17º Encontro – Raízes de Antônio Prado (2006 – 832 p.) *publicado*
- 18º Encontro – Raízes de Cambará do Sul (2007 – 824 p.) *publicado*
- 19º Encontro – Raízes de Taquara (2008 – 1568 p./ 2 v.) *publicado*
- 20º Encontro – Raízes de Santo Antônio da Patrulha (2009 – 904 p.) *publicado*
- 21º Encontro – Raízes do Balneário Pinhal (2010 – 994 p./ 4 v.) *publicado*
- 22º Encontro – Raízes de Nova Hartz (2011- 1270 p ./2 v.) *publicado*
- 23º Encontro – Raízes de Ipê (2012 – 960 p.) *publicado*
- 24º Encontro – Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes (2013 – 1504 p. /3 v.) *publicado*
- 25º Encontro – Raízes de Palmares do Sul (2014 – 746 p.) *publicado*
- 25º Encontro – Raízes de Capivari do Sul (2014 – 280 p.) *publicado*
- 26º Encontro – Raízes de Rolante (2015 – 1608 p. / 3 v.) *publicado*
- 27º Encontro – Raízes de Xangri-Lá (2016 – 792 p.) *publicado*
- 28º Encontro – Raízes de Jaquirana (2018) *no prelo*
- 29º Encontro – Raízes de André da Rocha (2019 – agosto) *no prelo*
- 30º Encontro – Raízes de Santo Antônio da Patrulha e IV Raizinha (2019 – outubro) *no prelo*

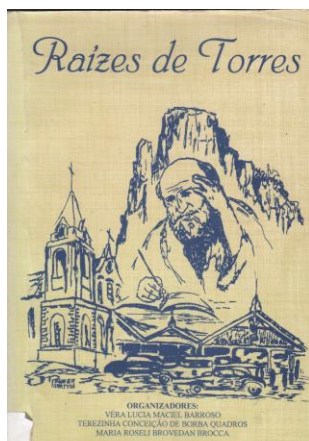
Contextualizado o Quadrante Patrulhense e o movimento Raízes, importa, a seguir, mostrar a participação do Prof. Bellomo e do grupo de pesquisadores que ele constituiu, na trajetória dos Encontros dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha.

Prof. Bellomo e os cemiteriais no Quadrante Patrulhense

Em 1995, quando do 6º Encontro do Raízes, realizado no município de Torres, a convite da organização do evento, o Prof. Bellomo proferiu sua palestra, inaugurando a temática cemiterial, a partir de então, interiorizando seus pesquisadores a cada Encontro, por onde ele iria acontecer, conforme relação acima apresentada.

Assim, no seguimento, são apresentados os títulos das falas e dos textos dos cemiteriais do Bellomo, demonstrando o alcance do raio geográfico das pesquisas, e a abrangência territorial que o grupo alcançou.

Figura 3 – Capa da obra Raízes de Torres



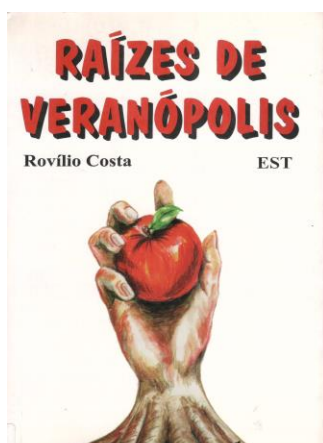
BELLOMO, Harry Rodrigues. O cemitério como fonte histórica. In: *Raízes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1996, p. 313-315.

Figura 4 – Capa da obra Raízes de Vacaria



BELLOMO, Harry Rodrigues. O cemitério como fonte histórica. In: *Raízes de Vacaria*. Porto Alegre: EST, 1996, p. 295-302.

Figura 5 – Capa da obra Raízes de Veranópolis



BELLOMO, Harry R. A arte funerária: cemitérios de Veranópolis, Nova Prata e Cotiporã.

In: *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998, 228-236.

STEYER, Fábio Augusto. Uma interpretação antropológica das inscrições tumulares

nos cemitérios de Cotiporã, Nova Prata e Veranópolis. In: *Raízes de Veranópolis*, p. 237-243.

Figura 6 – Capa da obra Raízes de Terra de Areia



Os cemitérios das comunidades do Vale: genealogia, antropologia e arte (Capítulo)

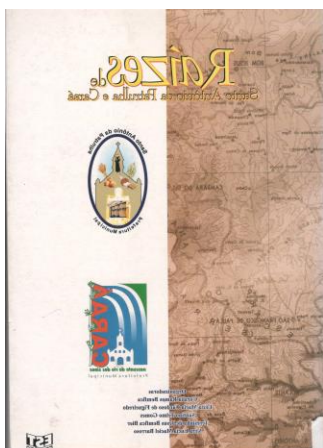
BELLOMO, Harry R. A arte cemiterial: uma abordagem artístico-antropológica dos cemitérios do Vale do Três Forquilhas. In: *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999, p. 319-328.

STEYER, Fábio Augusto. Uma interpretação antropológica das relações homem-morte nos cemitérios de Terra de Areia/RS e arredores. In: *Raízes de Terra de Areia*, p. 328-333.

DALMÁZ, Mateus. A simbologia cemiterial de Terra de Areia. In: *Raízes de Terra de Areia*, p. 333-338.

LEITE, Daniel T. Meirelles. A arte funerária de Itati e Osório. In: *Raízes de Terra de Areia*, p. 338-340.

Figura 7 – Capa da obra Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá



Cemitérios nos municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha – arte, sociedade e ideologia: um estudo comparativo (Capítulo)

BELLOMO, Harry R. Introdução ao estudo dos cemitérios dos municípios descendentes de Santo Antônio da Patrulha. In: *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 2000, p. 365-371.

STEYER, Fábio Augusto. Um estudo comparativo das manifestações das relações homem-morte presentes nos cemitérios de Santo Antônio da Patrulha e alguns de seus municípios descendentes. In: *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*, p. 372-387.

DALMÁZ, Mateus. Cemitérios dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha: seus símbolos e significados religiosos. In: *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*, p. 387-394.

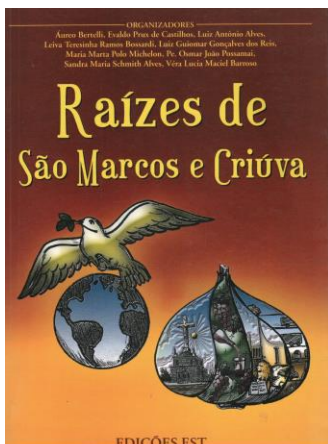
ARAÚJO, Thiago Nicolau de. Arte cemiterial: uma análise dos elementos da arte antiga encontrados nos cemitérios do Rio Grande do Sul (1920-1940). In: *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*, p. 395-398.

LEITE, Daniel T. Meirelles. Alegorias nos cemitérios da primitiva região de Santo Antônio da Patrulha. In: *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*, p. 398-405.

WAGNER, Gustavo Peretti. Maçonaria nos cemitérios de Santo Antônio da Patrulha. In: *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*, p. 406-409.

LEITE, Daniel T. Meirelles. Alegorias e grupos étnicos nos cemitérios de Caraá. In: *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*, p. 553-555.

Figura 8 – Capa da obra Raízes de Canela



Os cemitérios em São Marcos e Criúva: arte e ideologia (Capítulo)

BELLOMO, Harry R. O cemitério como fonte histórica. In: *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005, p. 382-384.

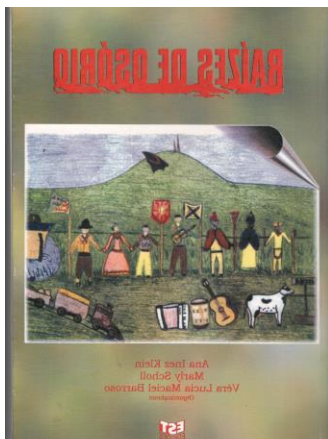
BELLOMO, Harry R. Itinerário tipológico da escultura funerária. In: *Raízes de São Marcos e Criúva*, p. 385-390.

DALMÁZ, Mateus. A simbologia cristã dos cemitérios de São Marcos e Criúva. In: *Raízes de São Marcos e Criúva*, p. 390-396.

LEITE, Daniel T. Meirelles. Alegorias nos cemitérios da região de São Marcos. In: *Raízes de São Marcos e Criúva*, p. 397-398.

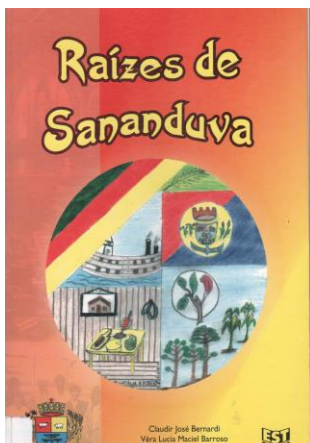
ARAÚJO, Thiago Nicolau de. Arte cemiterial: uma análise dos elementos da arte antiga encontrados nos cemitérios de São Marcos. In: *Raízes de São Marcos e Criúva*, p. 398-400.

Figura 9 – Capa da obra Raízes de Osório



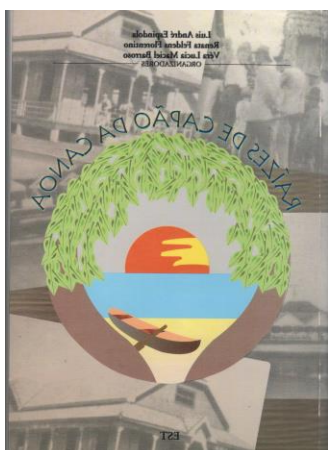
Cemitérios de Osório: arte, simbologia e ideologia (Capítulo)
 BELLOMO, Harry R. O cemitério como fonte histórica. In: *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 486-488.
 DALMÁZ, Mateus. Os cemitérios de Osório e seus símbolos religiosos. In: *Raízes de Osório*, p. 489-495.
 STEYER, Fábio Augusto. As relações homem-morte nos cemitérios de Osório e arredores. In: *Raízes de Osório*, p. 496-499.

Figura 10 – Capa da obra Raízes de Sananduva



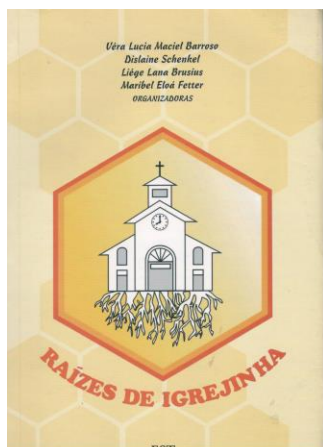
Os cemitérios e Igrejas de Sananduva: arte e ideologia (Capítulo)
 BELLOMO, Harry R. O cemitério como fonte histórica. In: *Raízes de Sananduva*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 222-224.
 CARDOSO, Airton André Gandon. Cemitérios de origem ítalo-brasileira na Colônia de Sananduva. In: *Raízes de Sananduva*, p. 224-227.
 LEITE, Daniel T. Meirelles. Etnias e genealogia nos cemitérios da região de Sananduva. In: *Raízes de Sananduva*, p. 227-230.
 STYER, Fábio Augusto. Uma interpretação antropológica das relações homem-morte nos cemitérios de Sananduva. In: *Raízes de Sananduva*, p. 230-235.

Figura 11 – Capa da obra Raízes de Capão da Canoa



Capão da Canoa: cemitério e história (Capítulo)
 ARAÚJO, Thiago Nicolau de. Cemitérios de Capão da Canoa: uma análise das suas manifestações sociais e culturais. In: *Raízes de Capão da Canoa*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 450-452.
 LEITE, Daniel T. Meirelles. Alegorias nos cemitérios de Capão da Canoa. In: *Raízes de Capão da Canoa*, p. 452-453.

Figura 12 – Capa da obra Raízes de Igrejinha



Religiosidade e cemitérios de Igrejinha: arte, sociedade e ideologia (Capítulo)

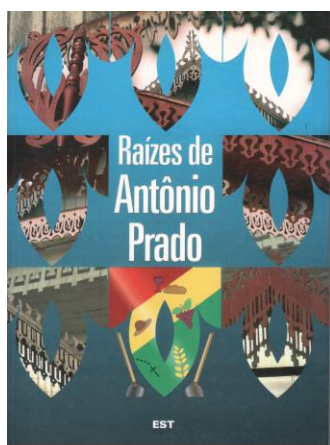
STEYER, Fábio Augusto. Epitáfios e outras manifestações antropológicas das relações homem-morte presentes nos cemitérios de Igrejinha. In: *Raízes de Igrejinha*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 256-258.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. Cemitérios, etnia e germanidade em Igrejinha. In: *Raízes de Igrejinha*, p. 258-264.

RIGO, Kate Fabiani. Cemitério: imagens da morte. In: *Raízes de Igrejinha*, p. 264-266.

LEITE, Daniel T. M.; PAULA FILHO, Dorival Ferreira de; CARRION, Fábio Aurélio; RIBAS, Juliana Herte. Preservação da memória através dos cemitérios da região de Igrejinha. In: *Raízes de Igrejinha*, p. 267-269.

Figura 13 – Capa da obra Raízes de Antônio Prado



Antônio Prado: cemitério e história (Capítulo)

BARCELOS, Diego Vargas; PONTES, Thiago Dopke. O espaço cemiterial: uma análise histórica e modernização nos cemitérios de Antônio Prado. In: *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 595-600.

PRIETSCH, João Maurício. O Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre e os cemitérios de Antônio Prado: uma breve comparação. In: *Raízes de Antônio Prado*, p. 601-602.

PEREIRA, Regina Zimmermann Guilherme. Os santos nos cemitérios de Antônio Prado. In: *Raízes de Antônio Prado*, p. 602-607.

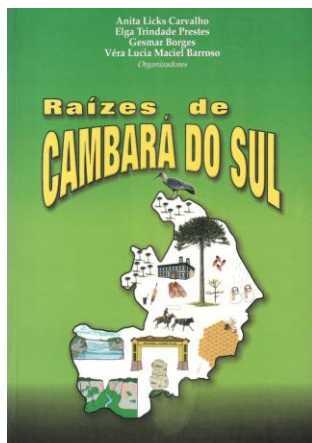
PEREIRA, Regina Zimmermann Guilherme. O papel social da mulher na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul: uma análise através dos cemitérios de Antônio Prado. In: *Raízes de Antônio Prado*, p. 608-614.

LEITE, Daniel T. Meirelles; REIS, Daniel Görden dos. Genealogia e imigração italiana nos cemitérios de Antônio Prado. In: *Raízes de Antônio*

Prado, p. 615-620.

CARDOSO, Airton André Gandon; MÜLLER, Daniel Cristina Martins; CHARÃO, Egizelda Brum. Igreja, capelas, capitéis e cemitérios de origem italo-brasileira na colônia de Antônio Prado. In: *Raízes de Antônio Prado*, p. 620-627.

Figura 14 – Capa da obra Raízes de Cambará do Sul



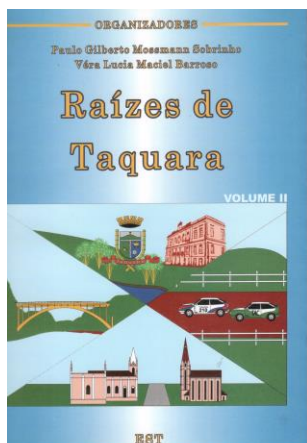
Cambará do Sul: cemitério e história (Capítulo)

BELLOMO, Harry R.; CARDOSO, Airton André Gandon; MÜLLER, Daniela Cristina Martins; CHARÃO, Egizelda Brum. Cemitérios de fazendas: Cambará do Sul. In: *Raízes de Cambará do Sul*. Porto Alegre: EST, 2008, p.568-582.

BARCELOS, Diego Vargas. Espaço e modernização dos cemitérios de Cambará do Sul. In: *Raízes de Cambará do Sul*, p. 582-584.

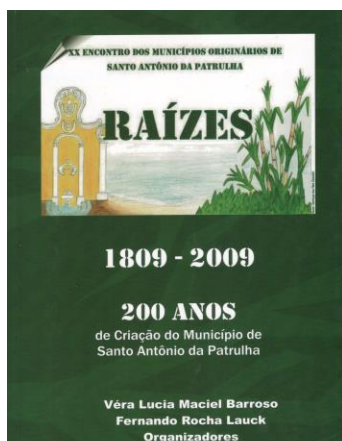
PEREIRA, Regina Zimmermann Guilherme. O patrimônio histórico e cultural dos cemitérios de Cambará do Sul. In: *Raízes de Cambará do Sul*, p. 585-594.

Figura 15 – Capa da obra Raízes de Taquara



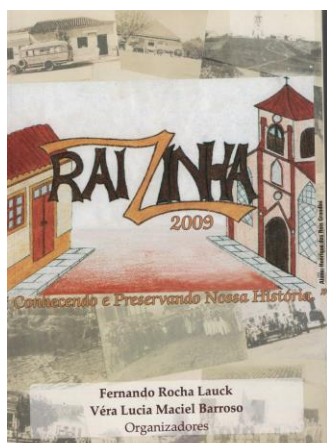
Taquara: cemitérios e história (Capítulo)
 CHARÃO, Egizelda Brul; SILVA, Vaquiria Gonsales da. Símbolos nos cemitérios de Taquara. In: *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008, v. II, p. 1172-1181.
 CHARÃO, Egizelda Brum. As faces de Cristo nos cemitérios de Taquara. In: *Raízes de Taquara*, v. II, p. 1182-1187.

Figura 16 – Capa da obra Raízes de Santo Antônio da Patrulha: XX Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha



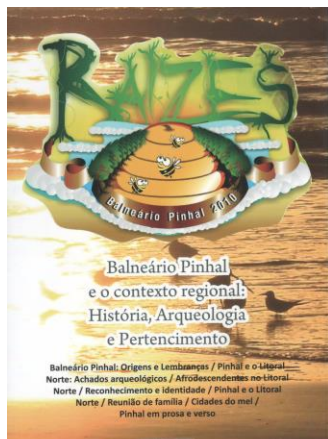
BELLOMO, Harry Rodrigues; ARAÚJO, Thiago Nicolau de. Estudo comparativo entre os cemitérios do Quadrante Patrulhense. In: *Raízes de Santo Antônio da Patrulha: XX Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre: EST, 2012, p.142-149.

Figura 17 – Capa da obra Raizinha 2009



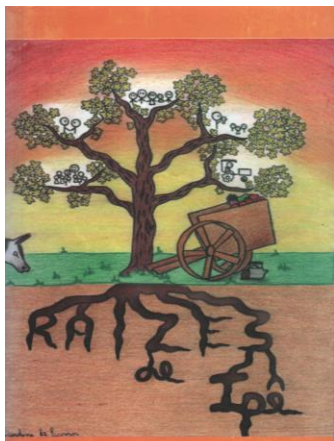
Santo Antônio da Patrulha: cemitério e história (Capítulo)
 CHARÃO, Egizelda Brum. Cemitérios de Santo Antônio da Patrulha: guardiões da memória e identidade de um povo. In: *Raizinha: 2009*. Porto Alegre: EST; Canoas: Fênix, 2012, 692-706.
 CHARÃO, Egizelda Brum. Os ex-votos e os santos de devoção em Santo Antônio da Patrulha. In: *Raizinha: 2009*, p. 706-721.

Figura 18 – Capa da obra Raízes de Balneário Pinhal



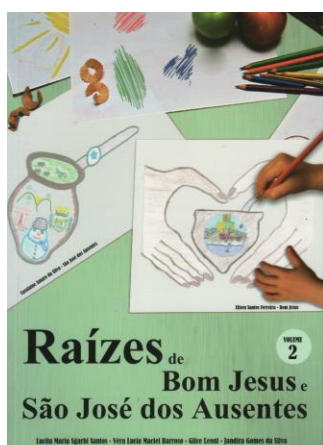
CHARÃO, Egiselda Brum. A memória silenciosa da cidade: Cemitério Municipal de Cidreira/Pinhal – Fazenda das Pitangueiras. In: *Raízes de Balneário Pinhal*. Porto Alegre: Pragmatha, 2012, v. 3, p. 220-230.

Figura 19 – Capa da obra Raízes de Ipê



CHARÃO, Egiselda Brum. Grutas, capitéis e cemitérios de Ipê: aspectos da religiosidade e da imigração na evolução urbana. In: *Raízes de Ipê*. Porto Alegre: Evangraf, 2012, p. 776-791.

Figura 19 – Capa da obra Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes (v. 2)

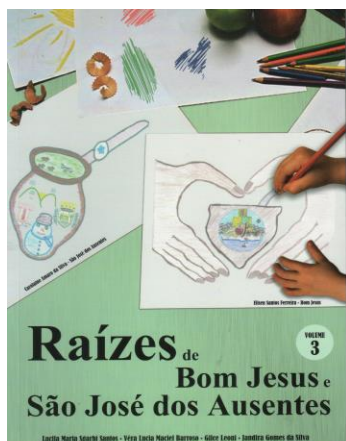


Cerimônias fúnebres e cemitérios de Bom Jesus: história e memória (Capítulo)

BARCELOS, Diego Vargas; MOREIRA, Lucas Cameron Zanoni. Cemitérios de Bom Jesus e a descoberta do túmulo mais antigo do município. In: *Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes*. Porto Alegre: CORAG, 2016, v. 2, p. 365-370.

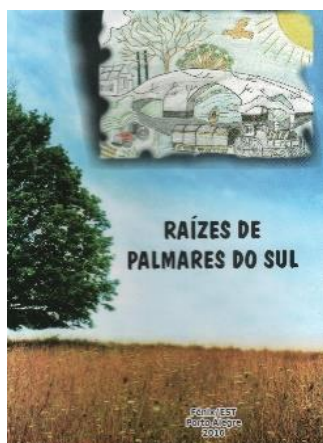
CHARÃO, Egiselda Brum. Cemitérios de Bom Jesus: história e memória entre taipas de pedra. In: *Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes*, v. 2, p. 371-394.

Figura 20 – Capa da obra Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes (v. 3)



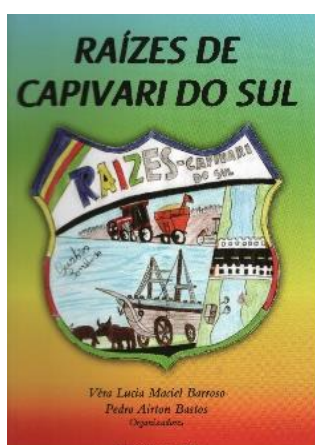
Cemitérios em São José dos Ausentes (Capítulo)
 PEREIRA, Regina Zimmermann Guilherme. Os cemitérios de São José dos Ausentes. In: *Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes*. Porto Alegre: CORAG, 2016, v. 3, p. 251-259.
 BARCELOS, Diego Vargas; MOREIRA, Lucas Cameron Zanon. Cemitérios de São José dos Ausentes. In: *Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes*, v. 3, p. 259-264.

Figura 21 – Capa da obra Raízes de Palmares do Sul



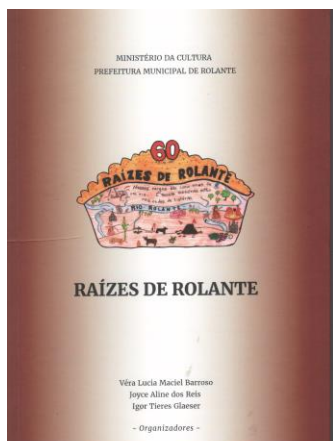
Palmares do Sul: cemitérios em Palmares do Sul e Capivari do Sul (Capítulo)
 CHARÃO, Egiselda Brum. Cemitérios de Palmares do Sul e Capivari do Sul. In: *Raízes de Palmares do Sul*. Porto Alegre: EST; Canoas: Fênix, 2016, p. 531-557.
 GUILHERME, Regina Zimmermann. Os cemitérios de Capivari do Sul e Palmares do Sul. In: *Raízes de Palmares do Sul*, p. 558-576.

Figura 22 – Capa da obra Raízes de Capivari do Sul



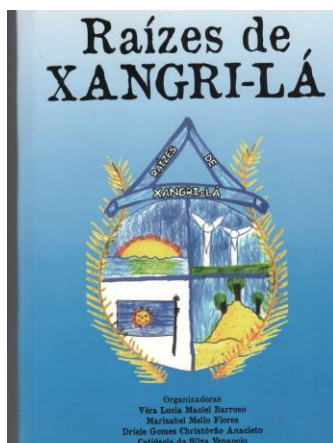
Capivari do Sul: cemitérios de Capivari do Sul e Palmares do Sul (Capítulo)
 CHARÃO, Egiselda Brum. Cemitérios de Capivari do Sul e de Palmares do Sul. In: *Raízes de Capivari do Sul*. Porto Alegre: EST; Evangraf, 2015, p. 178-202.

Figura 23 – Capa da obra Raízes de Rolante



Os cemitérios de Rolante (Capítulo)
 CHARÃO, Egiselda Brum. Patrimônio e memória social na cidade esquecida: os campos santos de Rolante. In: *Raízes de Rolante*. Rolante: Simples Assim, 2018, v. III, p. 370-397.
 GUILHERME, Regina Zimmermann. Arte e religião nos cemitérios de Rolante. In: *Raízes de Rolante*, p. 398-406.

Figura 24 – Capa da obra Raízes de Xangri-Lá

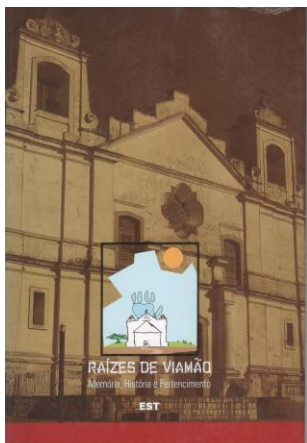


Cemitérios de Xangri-Lá e Capão da Canoa (Capítulo)
 CHARÃO, Egiselda Brum. O cemitério municipal de Xangri-Lá: o visível e o invisível. In: *Raízes de Xangri-Lá*. Porto Alegre: EST; EVANGRAF, 2016, p. 573-592.
 GUILHERME, Regina Zimmermann. Cultura, religião e etnia nos cemitérios de Xangri-Lá e Capão da Canoa. In: *Raízes de Xangri-Lá*, p. 593-606.

Estas são as obras até o momento publicadas, relativas ao Quadrante Patrulhense. Estão no prelo as obras de Raízes de Jaquirana, Raízes de André da Rocha, Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Raizinha IV, a serem lançadas em 2020.

Como professora do Curso de História da Faculdade Porto-Alegrense desenvolvi também o projeto Raízes no município de Viamão, aplicando a mesma metodologia dos Raízes do Quadrante Patrulhense. Para este empreendimento, a Prefeitura do município financiou cinco bolsas para acadêmicos de História trabalharem no processo de construção do evento e na organização da obra. Evidentemente, que os “cemiteriais” do Bellomo foram convidados a desenvolverem suas pesquisas naquele município.

Figura 25 – Capa da obra Raízes de Viamão



Cemitérios de Viamão (Capítulo)

BELLOMO, Harry R.; CARDOSO, Airton André Gandon; MÜLLER, Daniela Cristina Martins; CHARÃO, Egizelda Brum; NASCIMENTO, Laura Souza do. Cemitérios de Viamão. In: *Raízes de Viamão*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 1374-1389.

BELLOMO, Harry R.; LEITE, Daniel T. Meirelles. Símbolos e estatuária nos cemitérios de Viamão. In: *Raízes de Viamão*, p. 1390-1393.

PEREIRA, Regina Zimmermann Guilherme. A morte e o imaginário nos cemitérios de Viamão. In: *Raízes de Viamão*, p. 1394-1409.

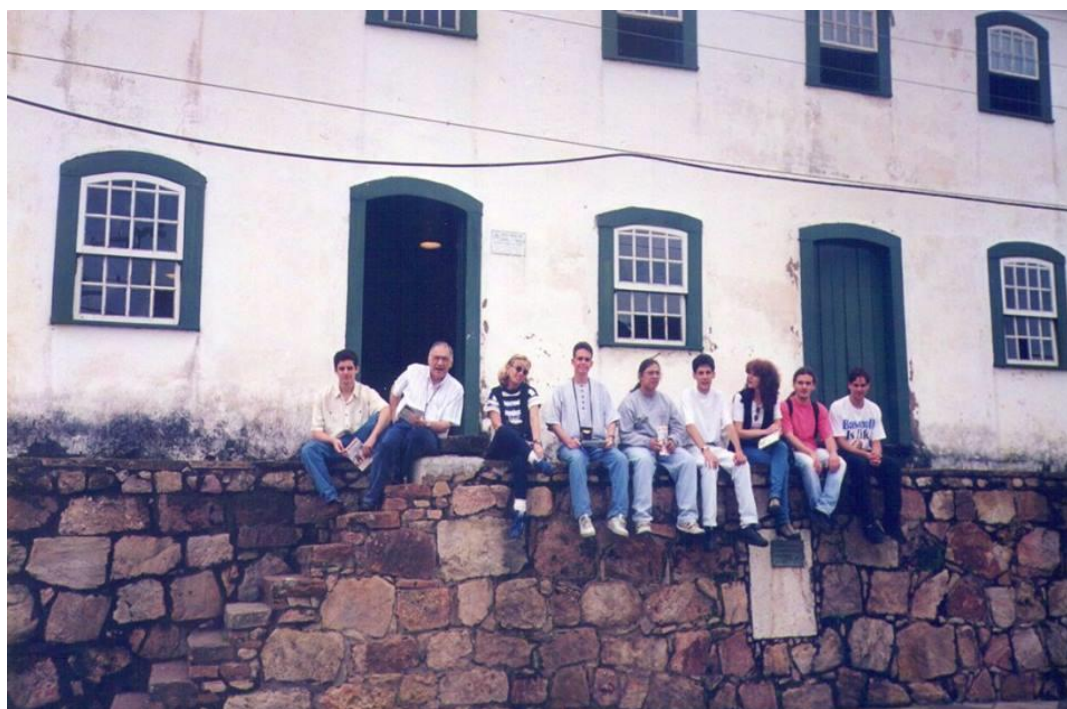
PRIETCH, João Maurício Martins. Mausoléus viamonenses. In: *Raízes de Viamão*, p. 1409-1410.

RODRIGUES, Carmen Gomes. A preservação da memória infantil nos cemitérios de Viamão. In: *Raízes de Viamão*, p. 1411-1416.

Relaciona-se, a seguir, os nomes dos “cemiteriais” que o Professor Bellomo informou para este trabalho. São eles: Fábio Steyer, Mateus Dalmás, Daniel Teixeira Meirelles Leite, Thiago Nicolau de Araújo, Kate Rigo, Juliana Ribas, Cláudio Fachel, Fábio Dullius, Rafael Aguiar, Eloi Tomazi, Marcelo Mallmann, Regina Zimmermann Guilherme, Egizelda Brum Charão, João Mauricio Prietsch, Fabio Carrion, Daniella Müller, Thiago Pontes, Diego Vargas, Daniela Reis, Vilson Ortiz e Márcia Mello.

No seguimento, alguns registros fotográficos do grupo.

Figura 26 – Thiago Nicolau de Araújo, Harry Bellomo, (?), Fábio Steyer, Fabio Dullius, Daniel Meirelles Leite (In memoriam), Sandra, (?) e Mateus Dalmáz em Rio Pardo/RS



Fonte: acervo de Regina Zimmermann Guilherme.

Figura 27 – Prof. Bellomo e grupo de pesquisa cemiterial no Encontro sobre Cemitérios Brasileiros



Fonte: acervo de Regina Zimmermann Guilherme.

Figura 28 – Prof. Bellomo e pesquisadores cemiteriais



Fonte: acervo de Regina Zimmermann Guilherme.

Reconhecimento e gratidão ao Professor Bellomo e aos pesquisadores cemiteriais

Os municípios do Quadrante Patrulhense reconhecem e agradecem as pesquisas e o conhecimento veiculado nas obras da coleção RAÍZES.

Referências

Coleção Raízes – Encontros dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha

Fontes iconográficas

Acervo de Regina Zimmermann Guilherme.



Campo Santo
Foto: Giovanni Rocha